HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 10

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIN BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército Editora
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2519-5707 – Fax (55 21) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Endereço Telegráfico "BIBLIEX"
E-mail: bibliex@ism.com.br
Homepage: www.bibliex.eb.br

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 10
Rio de Janeiro e Minas Gerais

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Publicação 745

1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História — Tomo 10

Coordenador Regional – RJ e MG
Entrevistador
Geraldo Luiz Nery da Silva

Capa
Murillo Machado

Revisão
Ivan Pedro César da Cunha
Solange d'Almeida Telles

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003.
t. – (Biblioteca do Exército; 745)

ISBN 85-7011-344-7 (t. 10)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas. I. Motta, Aricildes de Moraes.

CDD 981.06

Impresso no Brasil — Printed in Brazil

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

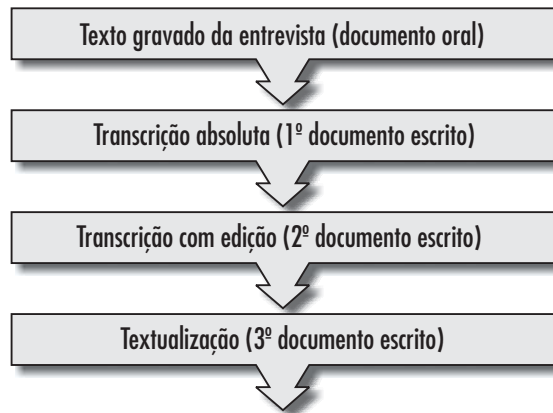
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

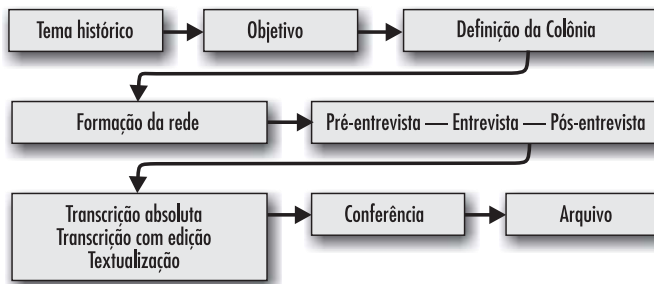
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

- Natural da Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.
- Declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria em 17 de dezembro de 1948 pela Escola Militar de Resende.
- Como oficial subalterno e capitão, serviu no 3º Regimento de Infantaria (3º RI), São Gonçalo – RJ, no 11º Regimento de Infantaria (11º RI), São João Del Rey – MG, e no 1º Batalhão de Fronteira (1º B Fron) – Foz de Iguaçu.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra.
- Exerceu as funções de Instrutor da EsEFEx, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, no exterior, da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP).
- Comandou o 3º Regimento de Infantaria, São Gonçalo/RJ.
- Foi Chefe da Assessoria Executiva do Gabinete do Ministro do Exército; do Estado-Maior da 2ª Brigada de Infantaria, Niterói/RJ; da 10ª Região Militar, Fortaleza/CE, e Subchefe do Gabinete do Ministro do Exército.
- Como General-de-Brigada foi Comandante da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, Niterói/RJ; Chefe do Estado-Maior do II Exército, São Paulo/SP, e Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, Belo Horizonte/MG.
- Como General-de-Divisão, foi Comandante da 4ª Divisão de Exército, Belo Horizonte/MG, e Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.
- Como General-de-Exército, foi Chefe do Departamento Geral de Pessoal, Brasília/DF; Comandante Militar do Sudeste, São Paulo/SP, e Ministro do Exército.
- Em 1964, no posto de Major, era Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, RJ.

Entrevista realizada no dia 5 de março de 2002.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Não fui um conspirador, embora acompanhasse, com preocupação, o que se passava no País.

Ao eclodir a Revolução, à qual de pronto aderi, encontrava-me na ECEME.

Terminara o curso no final de 1963, fora nomeado instrutor e estava me preparando para o início das aulas. Iniciada a Revolução, a ECEME imediatamente aderiu, com mínimas dissidências, logo afastadas; transformando-se num repositório de recursos humanos, para atender a qualquer necessidade.

Enviou equipes, organizadas em Estados-Maiores (EM) para várias regiões do País, particularmente para Brasília, além de cumprir outras missões no Rio de Janeiro.

Lembro-me de que ocupamos o Pão de Açúcar, interditando o "bondinho", estabelecemos barricadas na entrada da Praça General Tibúrcio e nos preparamos para defender a praia, no caso de uma possível invasão por mar (fuzileiros navais); o que me parecia pouco provável.

A mim, que na ocasião era Major, coube participar de uma dessas missões, integrando a equipe chefiada pelo então Tenente-Coronel Diogo de Oliveira Figueiredo, encarregado de ocupar as instalações do antigo SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações), embrião do futuro SNI, que funcionava em um ou dois andares, não me lembro bem, de um prédio situado na Avenida Presidente Wilson, quase esquina da Avenida Presidente Antônio Carlos.

Entramos pelos fundos, à noite, pois não sabíamos o que iríamos encontrar. Felizmente, as instalações estavam desocupadas (acabavam de ser abandonadas) e pudemos ocupá-las sem problemas.

Depois de alguns dias ali, fui deslocado para as antigas instalações do Conselho de Segurança Nacional, no alto da "Casa da Borracha", na Rua Uruguaiana, esquina da Presidente Vargas.

Aí permaneci cerca de um mês, à frente de um setor da área de informações, após o que recebi ordem de retornar a ECEME, pois seriam iniciadas as aulas do 1º ano, do qual fora designado instrutor.

Sobre essa participação constam de minhas alterações referências feitas pelos coronéis Ariel Pacca da Fonseca e Jayme Portella de Mello, que passaram pela chefia do Gabinete da Secretária Geral do CSN.

O inusitado dessa minha participação foi a presença, na "Casa da Borracha", como chamávamos, do Tenente-Coronel Hélber Penha Valle, para dar-me esclarecimentos sobre a seção que eu passara a chefiar e que, na administração afastada, o fora por ele.

Essa atitude certamente contribuiu para que esse oficial voltasse a ser instrutor da ECEME e, mais tarde, comandasse o 11º RI (Regimento Tiradentes), de São João Del Rei.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Quando Jânio Quadros renunciou, os ministros militares se posicionaram contra a posse de Jango Goulart, que era o Vice-Presidente e se encontrava na China, pois já pressentiam o que poderia acontecer, em razão de suas tendências populistas já manifestadas quando exercera o cargo de Ministro do Trabalho. Chegaram, os ministros militares, na ocasião, a lançar um manifesto à Nação, alertando para os riscos que corríamos.

Não contaram, porém, naquela oportunidade, com o necessário apoio político e da opinião pública, para tomar qualquer atitude mais drástica.

Mas alguma coisa conseguiram. Surgiu a idéia do parlamentarismo, que foi aprovado pelo Congresso e aceito por Jango; que, assim, pôde assumir a Presidência, com a restrição de poderes que lhe foi imposta. Todavia, tão logo assumiu, Jango começou a boicotar o Gabinete, inicialmente chefiado por Tancredo Neves, terminando por impor a realização de um plebiscito que acabou por restituir-lhe a totalidade do Poder.

Na minha visão, a partir daí, iniciou-se a conspiração para derrubá-lo, pois, aliado aos comunistas e atiçado por Leonel Brizola, começou a enveredar o País por caminhos perigosos, compromissados com o comunismo internacional.

Aí estão, a meu ver, as raízes do Movimento revolucionário de 1964.

Há quem veja nas Revoluções de 1922, 1924, 1926 e 1930, as raízes remotas do Movimento de 1964.

Não penso assim, pois o Movimento Tenentista, que culminou com a marcha da chamada Coluna Prestes, era puramente idealista e não ideológico.

Prestes tornou-se comunista após o término da marcha da coluna e foi renegado por seus companheiros.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Creio que diretamente não.

Todavia é inegável que a exacerbação do "perigo comunista" provocado pela guerra fria, aliada à utilização de Cuba pela URSS como ponta de lança para ameaçar os Estados Unidos da América (EUA) e como trampolim para exportar a

revolução para a América Latina (Che Guevara), certamente contribuiu, ainda que indiretamente. Acresce a aceitação crescente pelo Governo Jango da influência comunista proveniente da China e de Cuba; iniciada aliás, a meu ver, com a condecoração de Che Guevara por Jânio Quadros.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

A partir da recuperação por Jango da totalidade dos poderes constitucionais com o fim do parlamentarismo, agravou-se o panorama político do País, já bastante tumultuado.

As chamadas "reformas de base" representavam o pano de fundo para as greves dirigidas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); as manifestações de rua que sempre terminavam em "quebra-quebra"; os conflitos no meio rural estimulados pela Supra (Superintendência para a Reforma Agrária), órgão governamental; a agitação estudantil promovida pela UNE, com o apoio do MEC; os programas de rádio e televisão pregando a luta de classes, com a participação de representantes do Governo Federal; a indisciplina nos quartéis, estimulada por autoridades federais, inclusive pelo próprio Presidente, iam num crescendo, preocupando, cada vez mais as autoridades militares, alguns governadores e a sociedade de um modo geral, contrastando com o Congresso, sem força, dominado pelos partidários de Jango.

Se juntarmos a esse quadro, a ação das "Ligas Camponesas" no Nordeste, a ação desenvolvida por Leonel Brizola que, após deixar o Governo do Rio Grande do Sul, fora eleito Deputado Federal e continuava estimulando a formação dos "grupos dos onze" e a atuação da Igreja ideologicamente engajada; fácil seria verificar que, realmente, caminhávamos para a implantação no Brasil de uma República Popular Sindical, como pregava o CGT. Cartilhas com instruções para guerrilha, apreendidas no Nordeste, confirmavam tal assertiva. Estava em curso um plano para transformar o Brasil em um país comunista.

Em síntese, era esse o panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964, na minha visão.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

É inegável que sim e essa insatisfação crescente, manifestada em várias capitais do País, cristalizou-se com a realização em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que mobilizou enorme multidão (as fotos da época o atestam), manifestando-se contra os rumos que o Governo Federal pretendia impor ao País.

Tal manifestação teve grande impacto junto às lideranças militares que a interpretaram como o respaldo popular que faltava e que não haviam obtido em 1961, quando tentaram evitar a posse de Jango.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A Igreja tradicionalista de D. Antônio de Castro Mayer, apoiada pela TFP (Tradição, Família e Propriedade), era decididamente contra, apoiando o Movimento revolucionário que eclodiu em 31 de março.

A Igreja secular, não politizada, aceitava, mas após a Revolução se dividiu.

A Igreja ideológica de D. Pedro Casaldaglia era totalmente favorável e engajada na defesa das "reformas de base", particularmente da reforma agrária.

A CNBB, que reunia bispos de todas as facções, agia em função do pensamento do seu Presidente, em regra, compromissado ideologicamente com o Governo Jango. Após a Revolução, deu trabalho.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

Tanto as "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, que agiam no Nordeste, particularmente em Pernambuco, com a tolerância do Governador Miguel Arraes; quanto os "grupos dos onze" cuja formação, em todo o País, era fomentada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para agirem como uma milícia para-militar, estavam no contexto da preparação da tomada do Poder e implantação no Brasil de uma República Popular Sindical.

Além desses podemos citar:

O Movimento Cultural Popular (MCP), organizado em Pernambuco e orientado por Gregório Bezerra, notório comunista, egresso de 1935, com o objetivo de conscientizar os estudantes com relação aos jargões comunistas; o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), braço sindical a serviço de Jango, como arma para a implantação da tal república sindicalista.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

À medida que o tempo foi passando, mais se evidenciava a intenção de criar cisões nos quadros das Forças Armadas, procurando jogar as praças, particularmente os graduados, contra os oficiais.

Em várias unidades do Exército Brasileiro, particularmente nas proximidades da eclosão do Movimento de 1964, e logo após, essa cisão ficou evidenciada.

Por outro lado, as revoltas dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília e dos marinheiros no Rio de Janeiro bem caracterizaram o trabalho de dissensão que vinha sendo desenvolvido pelo próprio Governo Jango e seus seguidores nesse sentido; culminando com a "demonstração de solidariedade" ao Presidente, promovida pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do então Estado da Guanabara, no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, no dia 30 de março de 1964. Nessa ocasião, o Presidente dirigiu a palavra a sargentos das Forças Armadas, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, concitando-os, claramente, a se insurgirem contra seus superiores hierárquicos.

O Clube Militar e seus congêneres, a meu ver, embora fossem palco de discussões e debates, não tiveram participação decisiva no Movimento, pois não se constituíam em terreno próprio à conspiração em marcha.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

Entendo que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo a 19 de março de 1964, e a "demonstração de solidariedade" ao Presidente, realizada no Automóvel Clube do Brasil no Rio de Janeiro no dia 30 de março de 1964, foram os acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução.

A primeira, como resposta ao comício da Central do Brasil, dando o necessário respaldo popular ao Movimento, e a segunda, caracterizando claramente para todo o País, através da TV, as verdadeiras intenções do Presidente, definidas através de seu discurso populista, demagógico, desagregador e revolucionário. Representou, por assim dizer, a "pá de cal", "a gota d'água".

No dia seguinte, desencadeava-se a Revolução.

Qual foi, portanto, o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Significou, como foi dito na resposta à pergunta anterior, o aval da população para que o Movimento fosse desencadeado. Ela pode ser vista como uma resposta ao comício da Central do Brasil, realizado a 13 de março de 1964, no qual o Presidente Goulart "rasgou a fantasia" pregando abertamente, acolitado por seu cunhado Leonel Brizola, a subversão total do País.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem dúvida. O aval que as Forças Armadas não tiveram em 1961, por ocasião da renúncia de Jânio, lhes foi concedido plenamente em 1964, em razão dos desmandos de Jango.

A 31 de março de 1964, quando a Revolução foi deflagrada, era inegável que isso representava a vontade nacional, envolvendo praticamente a totalidade das Forças Armadas, vários Governadores, alguns até conspiradores, muitos políticos, o Congresso como Instituição, as classes produtoras e a sociedade consciente, todos seguros da necessidade da intervenção das Forças Armadas, a fim de assegurar a sobrevivência da Nação, ameaçada de submergir pela ação deletéria e impatriótica do Governo de então.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Creio não haver dúvida sobre isso.

A ação das "Ligas Camponesas", o estímulo à criação dos "grupos dos onze", a ação do CGT, o estímulo à baderna, a infiltração no Governo de extremistas e militantes comunistas, a busca pelo Presidente de poderes cada vez maiores, admitindo até mesmo fechar o Congresso e, principalmente, a tentativa de dividir as Forças Armadas, jogando a tropa e os graduados contra a oficialidade, caracterizavam, a meu ver, uma revolução de cunho comunista em curso, a caminho da tomada do Poder.

Prestes chegou a dizer: "Já temos o Governo; falta tomarmos o Poder".

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

O Congresso Nacional, como fizera em 1961, agiu positiva e rapidamente, declarando vago o cargo de Presidente tão logo Jango abandonou o País, nele empossando o Presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili.

Dessa forma, referendou a Revolução, dando-lhe total respaldo político, institucionalizando-a; contribuindo, assim, para acalmar a população.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.), logo após o início da Revolução de 1964?

Tomadas de surpresa, deflagrada a Revolução de 31 de Março, ficaram sem ação, somente começando a se manifestar e a atuar mais adiante.

Acresce que imediatamente foram presos vários de seus líderes, inclusive o Presidente do CGT, Dante Pelacani.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

É sempre perigoso citar nomes, pois o risco de cometer injustiças lhe é inerente.

Na minha visão restrita, entre os civis, sobressaíram-se Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. Entre os militares, destaco o trabalho de coordenação conspiratória dos Marechais Odylio Denys e Cordeiro de Farias, a ação desassombrada de Carlos Luís Guedes, Mourão Filho e Muricy, detonadores do Movimento e a ação aglutinadora de Castello Branco quando, como Chefe do EME, legalista por natureza, decidiu-se a expedir a Circular do dia 20 de março de 1964, que foi um verdadeiro divisor de águas e caracterizou seu engajamento na Revolução. Certamente muitos outros nomes poderiam ser citados, mas estes foram os que mais me chamaram a atenção.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Não tenho dúvida de que o movimento foi exclusivamente de preparação interna. Por outro lado, certamente os EUA estavam, tanto quanto possível, acompanhando o que se passava; para o que contavam com a presença na embaixada do General Vernon Walters, amigo desde a Segunda Guerra Mundial, de inúmeros militares brasileiros.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo federal, quando se desencadeou a Revolução?

A resposta é simples. Não havia "esquema militar" algum no Governo Jango. Havia, sim, a presunção de que as Forças Armadas adeririam ao golpe tramado pelo Jango, tão logo ele se caracterizasse. Ledo engano!

À medida que o Governo ia se deteriorando e as Forças Armadas assistiam às tentativas de dividi-las, seus líderes foram tomando posição, os comandantes de unidades foram se conscientizando da realidade e a oficialidade mais esclarecida se preparando, de modo que, quando se desencadeou a Revolução, pareceu que já estava tudo combinado há muito tempo, o que não ocorreu. Em algumas unidades, havia dissidências, particularmente de graduados, logo controladas.

Em outras palavras, o comandante janguista ou mesmo legalista ou, na maioria dos casos, em dúvida, foi levado a aderir pela ação de seus comandados. E, assim, o "esquema militar" de Jango, que só existia na cabeça de Assis Brasil, transformou-se em fumaça.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Para fazer tal tipo de apreciação, precisaria ter acompanhado de perto tais eventos, o que não ocorreu. Todavia, creio que o Comandante da tropa que recebeu ordem de se deslocar na direção de Juiz de Fora revelou exercer ação de comando, ao fazê-la marchar contra a tropa do General Mourão Filho.

Revelou, ainda, bom senso, ao resolver parlamentar e render-se quando sentiu a inutilidade de qualquer reação.

Os Generais Mourão Filho e Muricy, igualmente, evidenciaram tais qualidades ao conduzirem vitoriosamente a tropa até o Rio de Janeiro.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

Creio que foi correto, tendo em vista a necessidade de barrar em Resende qualquer tropa legalista proveniente do Rio de Janeiro e a inexistência de tropa regular que pudesse, em tempo útil, cumprir tal missão. Estou certo de que os cadetes, antes de serem empenhados, foram devidamente esclarecidos da importância e necessidade da missão que iriam cumprir.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução de 31 de Março?

O objetivo estratégico das tropas que deflagraram a Revolução, provenientes de Minas, era atingir o Rio de Janeiro o mais rapidamente possível, o que conseguiram. Embora a capital já fosse Brasília, o Rio continuava sendo a capital política do País e celeiro de tropas, daí a importância de nela caracterizar, o mais rapidamente possível, a presença da tropa revolucionária.

Creio que a presença da tropa do General Mourão Filho no Rio de Janeiro, com a rapidez com que o conseguiu, foi um "cheque-mate" em qualquer idéia de resistência pelos adeptos de Jango que logo viajou para Brasília e Porto Alegre, asilando-se, a seguir, no Uruguai.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?

Evidentemente que sim.

O sucesso da Revolução, o fato do Presidente da República passar a ser um militar e sua determinação em melhorar os vencimentos e a operacionalidade das

Forças Armadas, certamente contribuíram para isso. Iniciou-se uma nova fase, para o País e para as Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

A meu ver o movimento não foi ideológico, a não ser que se possa considerar uma ideologia puramente democrática. Eu diria que foi um movimento nacionalista, no bom sentido.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A imprensa da época, que gozava de inteira liberdade, apoiou decidida e claramente o Movimento, bastando para assim entender, que se leia os editoriais dos principais jornais do País no primeiro mês após seu desencadeamento.

Em seu entender, está correto o termo revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

Revolução ou contra-revolução, não vejo grande diferença. Não aceito é o termo golpe. Embora, em realidade tenha havido uma contra-revolução pelos motivos de todos conhecidos, prefiro o termo revolução.

No seu ponto-de-vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

O que caracteriza um governo militar, no conceito por nós entendido, é a inexistência de qualquer outro poder que não "o que manda", sem nenhuma hipótese de contestação. Ora, nos governos da Revolução, o Congresso e o Judiciário funcionavam; havia uma oposição ainda que consentida e a imprensa era livre, ainda que não totalmente.

Assim, não tenho dúvida de que os governos da Revolução foram governos cujos presidentes eram militares, como poderiam ter sido civis; e, apesar de eleitos indiretamente, eram referendados pelo Congresso.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Primeiro a "arrumação" da casa, ordenando a "massa falida" a que se referiu o Presidente Castello Branco quando assumiu o Governo. Depois, melhorar paulatinamente todos os índices de crescimento do País, dotando-o da infra-estrutura necessária para que se transformasse da 48ª na oitava economia do mundo. Creio que esse fato sintetiza tudo que possa ser relacionado como acertos da Revolução.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Erros. Quem não os comete?

Na minha opinião, o Presidente Castello Branco deveria ter recebido um mandato de 5 a 6 anos e depois fazer-se eleição direta. Mas não tenho dúvida de que ele jamais aceitaria, pois não queria nem a prorrogação de um ano, o que acabou aceitando.

Entendo que se isso houvesse sido feito, muita coisa desagradável teria sido evitada, inclusive a luta interna e o desgaste dos militares teria sido menor. Mas compreendo, também, que, na ocasião, em razão da precipitação dos acontecimentos e da premência da tomada de decisões, não teria sido fácil adotar tal solução.

Erro, no meu entender, foi não termos, na década de 1980, declarado a moratória da dívida externa (ou, pelo menos, procurado um acordo), quando após dois choques do petróleo, os EUA, para atender à sua situação interna, elevaram os juros que pagávamos de cerca de 5% para mais de 20%, elevando nossa dívida de forma arbitrária, com graves reflexos para nossa economia. Outro erro, creio, foi durante a fase de abertura, particularmente durante o Governo Figueiredo, não termos atentado para o fato de a esquerda radical, encastelada na imprensa e nas universidades, ter começado a ganhar a guerra da informação, reescrevendo a história, que acabou desaguando no "revanchismo" que hoje aí está.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante os anos de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira, por renomados conferencistas civis, que têm passado pela ESG em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Os motivos determinantes desse fato, entendo, estão na parte final da resposta dada à pergunta anterior. Perdemos a guerra da informação. A anistia "ampla, geral e irrestrita" só vale para um lado; a "constituição cidadã" vive sendo modificada; o chamado "entulho autoritário" é objeto de escárnio; o "revanchismo" graça à solta, oriundo do próprio Governo; a mídia, primordialmente "revanchista", reflete a história recontada e não a história verdadeira. É essa história recontada que os estudantes aprendem até mesmo, pasmem, na AMAN, cujos professores do QCO e os contratados tiveram formação universitária com essa distorção. É preciso atentarmos para isso. Perdemos e continuamos perdendo a guerra da informação. Até quando?

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido, por milagre brasileiro?

"Casa arrumada", planejamento governamental competente, honestidade de propósitos, apoio político, integração da Federação, estímulo à produção, confiança das classes produtoras e da população, ação governamental adequada, corrupção contida e vontade de acertar explica, a meu ver, o chamado milagre brasileiro, que transformou o País da 48ª na oitava economia do mundo, a despeito da ação subversiva que teve de ser enfrentada.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Creio que as duas coisas.

A partir do Governo Costa e Silva, entendo que houve alguma preocupação com a comunicação social, embora de forma incipiente e descontínua. Mas com relação à vitória sobre a subversão e a guerrilha, fez-se total silêncio, ensejando a que, após algum tempo, a mídia começasse a contar a história que mais convinha à subversão derrotada, culminando, no Governo atual, com o endeusamento e a indenização de praticamente todos os terroristas, inclusive Marighela e Lamarca, o que é um verdadeiro absurdo que, a meu ver, foi aceito por nós com demasiado *fair play*. Creio necessário persistir na iniciativa tomada pelo Ustra com seu livro, hoje seguida pelo Clube Militar em sua revista, por Olavo de Carvalho, Del Nero e outros, no sentido de divulgar a história verdadeira.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (assassinatos, seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc) praticados por extremistas?

O terrorismo e a guerrilha promovidos por extremistas de esquerda, de orientação, em sua maioria, marxista-leninista, oriunda do MCI, representou, a meu ver, mais o inconformismo do comunismo internacional com a derrota de 1964 que, propriamente, algum inconformismo puramente interno, com a ordem política implantada pela Revolução de 31 de Março.

Nossos subversivos, além do apoio, receberam inequívoca influência externa.

Esse movimento foi por nós devidamente combatido, para a vitória das forças legais e do nosso País.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira?

Todos sabemos que houve censura, iniciada logo após a deflagração da Revolução.

Todavia, entendo que essa censura, embora cerceasse liberdades (toda censura cerceia), não chegou a prejudicar a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade; haja vista algumas canções dos famosos festivais e algumas peças de teatro como, por exemplo, a *Roda Viva*, encenada praticamente sem cortes. Diga-se, de passagem, que o Presidente Castello Branco era um apreciador do teatro, tendo excelente convivência com vários atores e atrizes.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não, não concordo. Entendo que os opositores ao regime, embora não dispusessem de todos os canais que desejavam, não estavam interessados em fazer qualquer tipo de oposição comportada. Visavam seguir a inspiração vinda do exterior, que indicava para a luta armada.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

O apoio vinha da URSS, da China comunista e de Cuba, instrumentos do MCI. O objetivo final, como o de qualquer movimento desse tipo, era a tomada do Poder.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Creio que era necessário, em razão da escalada da subversão. Todavia, creio que teria sido menos drástico não fosse o discurso pronunciado pelo então Deputado Federal (e hoje colunista político, sempre contra nós) Márcio Moreira Alves, no Congresso, conclamando as moças a não se casarem com oficiais das Forças Armadas. Ademais, entendo que, se a Câmara concordasse em que o Deputado fosse processado, talvez não houvesse o AI-5 naquela ocasião, pelo menos com o radicalismo de que se revestiu, mesmo que ele fosse absolvido.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o SNI e os DOI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

O sucesso do Governo na luta contra a subversão comprova, a meu ver, o acerto do instrumental utilizado. O SNI já havia sido criado e foi obrigado a orien-

tar-se, precipuamente, nessa direção, criando agências na maioria dos Estados e mantendo agentes até no exterior.

A criação de Centros de Informações das três Forças Singulares veio complementar o trabalho feito pelo SNI, capilarizando a busca de informes e de informações através das 2as Seções das OM espalhadas pelo território nacional, integrando o SISNI (Sistema Nacional de Informações).

Mas foi através da criação dos CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e dos DOI (Destacamento de Operações de Informações), sucessores da OBAN (Operação Bandeirante), nos diferentes Comandos de Área e em diversas Grandes Unidades (GU), integrados por elementos das Forças Armadas, da Polícia Federal e das Polícias Militar e Civil estaduais, que, realmente, a luta armada pôde ser dominada.

Quanto ao agravamento da Lei de Segurança Nacional (LSN), não havia como ser de outra forma. Essa estrutura permitiu que o Exército combatesse a subversão, através das Zonas de Defesa Interna (ZDI), sobrepostas aos Comandos de Área e aos Exércitos, então existentes, simultaneamente ao cumprimento de sua missão constitucional de preparar reservas.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Penso que se trata de manifestação explícita de "revanchismo" que permeia, praticamente, toda a mídia nacional. Acho que, em realidade, vivíamos uma "ditadura democrática", com o Legislativo e o Judiciário funcionando normalmente e vários presidentes, eleitos indiretamente, alternando-se no Poder. Hoje, vivemos em uma "democracia ditatorial", com o crime organizado ditando regras; a imprensa agindo irresponsavelmente e, muitas vezes, ferindo a ética; o Legislativo agindo como polícia, o Judiciário querendo legislar e o Executivo abusando das medidas provisórias que ficam sendo reeditadas, quase sempre modificadas, por falta de exame pelo Congresso, assoberbado de CPIs. Os "anos de chumbo", como dizem, correspondem ao período de combate à subversão, que não tinha como ser evitado. De que metal poderemos chamar os anos atuais em que os brasileiros não têm a menor segurança?

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Ao responder uma das perguntas, disse que, em minha opinião, o Presidente Castello Branco deveria ter recebido um mandato de 5 a 6 anos, após o que haveria eleições diretas. Dessa forma, minha resposta a esta pergunta é sim. Todavia, deve ser ressaltado que, não fora a necessidade de combater a subversão, certamente a abertura teria sido antecipada.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Minha resposta é não. O Presidente Castello Branco repôs os vencimentos dos militares, totalmente deteriorados, e aumentou o percentual de participação das Forças Armadas no orçamento da União, que se encontrava totalmente defasado.

Esse percentual cresceu até 1967, quando começou a descer, o que continua ocorrendo até hoje.

O fato de muitos militares da reserva conseguirem trabalho em órgãos públicos e na iniciativa privada, a meu ver, não caracteriza, como alguns pensam, em auferir vantagens pela Instituição Forças Armadas.

De sua experiência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de governo da Revolução?

Entre erros e acertos, muito mais destes que daqueles, minha avaliação é altamente positiva, haja vista, como salientei anteriormente, a transformação do País de 48ª em oitava economia do mundo. Mas se economicamente evoluímos muito, sobretudo na infra-estrutura de transporte, telecomunicações e energia, particularmente no campo político, creio que regredimos, sem dúvida em função de uma certa inibição da atividade política pelas elites, o que abriu caminho para a ascensão de políticos despreparados, em todos os níveis, particularmente nas Câmaras de Vereadores.

Acresce o fato de deputados e senadores não freqüentarem mais a ESG, como ocorria antes da transferência da Capital para Brasília. Advogo a transferência da ESG para a Capital Federal, com a manutenção dos currículos do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), anteriormente chamado Curso Superior de Guerra.

No Rio de Janeiro, a ESG ficou, de certa forma, esvaziada. Os civis que a freqüentam atualmente, sem nenhum desdouro para eles, pertencem, via de regra, ao 2º ou 3º níveis da administração e não têm a oportunidade de aplicar, pelo menos em sua plenitude, os conhecimentos nela auferidos, mais consentâneos com o 1º nível. Por outro lado, os congressistas, que nela poderiam se aprimorar para o desempenho de seus mandatos, não podem freqüentá-la. Uma lástima!

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Entendo que os governos revolucionários não se desengajaram da condução política do País. Eles, a meu ver, foram se afastando à medida que iam concedendo espaço aos partidos. No início, com governadores indicados, os Estados agiam quase como unidades subordinadas e o governo revolucionário, em realidade, mais

comandava que governava. Vide o caso Leon Peres, afastado, de pronto, do Governo do Paraná sob acusação de corrupção. Por outro lado, a extinção dos partidos políticos então existentes e sua substituição por apenas dois (ARENA e MDB), um de apoio ao governo e outro de oposição, a meu ver, contribuiu para inibir a prática política, pois não conseguiam abarcar todas as tendências então existentes.

À medida que os governadores passaram a ser eleitos diretamente (de início Minas e Guanabara), a prática foi se ampliando, com a aquiescência do Governo Federal, dentro da idéia de caminhar para a normalidade. Mais tarde, criou-se outro Partido, o PP (Partido Popular), de Tancredo Neves, que teve vida efêmera. Mas isso indicava, claramente, o incremento da atividade política, aceita pelo Governo, que aos poucos foi deixando de comandar para, efetivamente governar, o que acho perfeitamente correto, dentro da idéia de que os governos revolucionários não iriam se eternizar no Poder. Caminhávamos para a abertura. Era a transição.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

A anistia "ampla, geral e irrestrita", exigida pela oposição, cujos primeiros passos foram dados no Governo Geisel e que se concretizou no Governo Figueiredo, representou, a meu ver, não uma submissão à exigência, mas sim, o epílogo de uma abertura política "lenta, gradual e segura", que visava reconciliar todos os brasileiros. Pena que tenha acabado por ser unilateral, pois só vale para os antigos subversivos, como ficou evidente nos episódios envolvendo os Coronéis Ustra e Avólio, além de outros.

Havia condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?

Creio que não e nem esse era o objetivo do Governo Figueiredo ou das forças que o sustentavam. A dúvida que havia é se deveria haver uma eleição direta para a escolha do novo Presidente ou indireta, como acabou ocorrendo. Eu, pessoalmente, optaria pela eleição direta. Ao contrário do que se esperava, o Presidente Figueiredo, de certa forma, acabou "lavando as mãos", como se diz.

A atuação política e os resultados econômicos do último Governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

A imagem da Revolução, a meu ver, já estava politicamente desgastada desde o final do Governo Geisel, para o que certamente contribuiu o episódio Frota, mas é inegável que o desempenho da economia, no Governo Figueiredo, contribuiu decisivamente para isso.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

É inegável a presença do "revanchismo", principalmente por parte da mídia, revelado mais claramente a partir da chamada Nova República e que persiste até hoje. Os episódios que envolveram, o Ustra e o Avólio, Adidos Militares respectivamente no Uruguai e na Inglaterra, são exemplos mais marcantes de "revanchismo" e a prova concreta de que a Lei da Anistia, feita como a oposição queria, ampla, geral e irrestrita, com a intenção de conciliar a sociedade brasileira como um todo, revelou-se unilateral, valendo apenas para os subversivos, principalmente pela ação da mídia e pela covardia do Governo, incapaz de impô-la em toda sua plenitude.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

A chamada guerra fria decorreu do fato de os EUA e a URSS, potências emergentes da Segunda Guerra Mundial, aliadas no conflito, mas ideologicamente separadas e já com claras divergências no final da guerra, terem começado uma verdadeira corrida armamentista e espacial, baseada em tecnologias cada vez mais avançadas. Isso forçou a realização de alianças envolvendo, de um lado, os EUA e a Europa Ocidental e do outro a URSS e o Leste da Europa.

Foram criadas a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Com o colapso da URSS e com ele o desaparecimento do MCI, acabou o conflito Leste-Oeste, de conotação predominantemente política, e iniciou-se o conflito Norte-Sul, de conotação fundamentalmente econômica, onde a potência hegemônica que restou (EUA) busca impor sua vontade e suas políticas, onde se inclui o chamado "liberalismo".

O comunismo não desapareceu. O que desapareceu foi sua exportação através do MCI, este sim, hoje praticamente inoperante. O Brasil, potência emergente integrante do Sul subdesenvolvido, terá que buscar seus interesses e por eles lutar com desassombro e determinação, empenhando-se em conseguir as alianças adequadas, preservando sua independência, se quiser, um dia, ser um País desenvolvido de que possamos nos orgulhar. Oxalá o consiga.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Esse fato reflete a realidade do conceito de que o Exército desfruta junto à sociedade, que nele continua confiando, apesar de todo o esforço que faz a mídia

para que isso se reverta, o que dificilmente conseguirá. Através das idéias-forças "Braço Forte, Mão Amiga", particularmente apoiado na segunda, o Exército se impõe como única Instituição de âmbito nacional, capaz de ajudar as comunidades nos mais distantes rincões do País, sempre que essa ajuda se faz necessária.

Qualquer calamidade que aconteça, onde quer que seja, lá está o Exército Brasileiro (EB), representado por uma de suas organizações, até mesmo pelos Tiros de Guerra, solidário com a comunidade, pronto a ajudá-la. Esse fato, que a sociedade reconhece, aliado às idéias de seriedade e honestidade que a Instituição transmite, se reflete na pesquisa de opinião.

Finalmente, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Segundo o filósofo Olavo de Carvalho, a Revolução de Março de 1964 foi um episódio inusitado e *sui generis,* pois, como que num piscar de olhos, da noite para o dia, desmontou um esquema revolucionário comunista que se incrustara no Governo Federal que já se considerava vencedor, além de mobilizar as forças aglutinadas pelos governadores de São Paulo e da Guanabara, principalmente por este último, para reagir efetivamente à ameaça comunista; evitando, assim, um conflito sangrento entre irmãos.

Ainda, segundo Olavo de Carvalho: "A resposta militar brasileira, seja em comparação com os demais golpes de direita na América Latina, seja com a repressão cubana, se destacou pela brandura de sua conduta e por sua habilidade de contornar, com um mínimo de violência, uma das situações mais explosivas já verificadas na história deste continente".

Para encerrar, ressaltaria a decisiva participação do povo brasileiro. Esse mesmo povo, que nos dias atuais, demonstrou patriótica compreensão da necessidade de poupar energia elétrica, colaborando decididamente com o governo; naquele então, também compreendeu a importância para a Nação de seu integral apoio à Revolução de 1964, fazendo-a também sua.

General-de-Exército Luiz Gonzaga Schroeder Lessa

- Natural da Cidade de São Leopoldo/RS.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os de Guerra Química, Biológica e Radiológica (da Escola de Instrução Especializada), *Army Command and General Staff College* e *Master of Military Art and Science* (Fort Leavenworth/EUA).
- Comandou o Batalhão da Guarda Presidencial e o Colégio Militar de Brasília/DF.
- Como Oficial General, foi Diretor de Informática, Comandante da 6º Região Militar, Salvador/BA, da 1ª Região Militar, Rio de Janeiro/RJ, e Chefe do Departamento Geral de Serviços, Brasília/DF.
- Foi Comandante Militar da Amazônia, Manaus/AM, e Comandante Militar do Leste, Rio de Janeiro/RJ.
- Na reserva, a partir de 2001, vem realizando diversas palestras sobre a defesa da Amazônia brasileira para os mais diferenciados públicos-alvo das Forças Armadas, órgãos governamentais e associações civis. É o atual Presidente do Clube Militar.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Comandante de Companhia, no 19º RI, São Leopoldo/RS.

Entrevista realizada no dia 24 de janeiro de 2002.

É um prazer muito grande estar de volta ao nosso Exército mais especificamente à área do nosso Comando Militar do Leste tão querido e que a pouco tempo comandei para, desta feita, aqui relatar alguns aspectos que possam servir de subsídio às gerações futuras nesse tão bem-sucedido Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

É muito bom que esta iniciativa do Exército venha a ser coroada de êxitos como forma de mostrar, às gerações que não tiveram a oportunidade de viver este Movimento histórico, o que ele realmente representou para o nosso País, de modo que, com o passar dos anos, ele seja cada vez mais reconhecido como um período muito importante, sob todos os pontos de vista, na história recente do Brasil.

Muito grato pelo convite que me permitirá fazer algumas considerações em resposta às questões que me serão apresentadas. É uma honra estar aqui nesse momento.

Nós é que antecipadamente agradecemos este seu preâmbulo e a sua participação, iniciando, então, por perguntar-lhe: que fatos gostaria de destacar, por tê-los vivido pessoalmente, nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante as suas conseqüências?

É interessante notar que à época em que eclodiu a Revolução de 31 de Março de 1964, eu era capitão recém-promovido, exatamente em 25 de dezembro de 1963. Encontrava-me no Rio Grande do Sul, mais especificamente em São Leopoldo, servindo no 19º Regimento de Infantaria (19º RI), hoje 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz).

A minha função na época de capitão recém-promovido era de comandante de companhia. Tenho que fazer aqui umas considerações paralelas ao Movimento, à data de 31 de março, porque sei que a minha Unidade apresentou características especiais, porque lá aconteceram coisas que não foram vistas na maioria das unidades do Exército Brasileiro.

Já vinha servindo na Unidade, desde o início de 1960. Então, quando eclodiu o Movimento de 1964, estava no Regimento há cerca de quatro anos. Sou natural de São Leopoldo, mas nunca tinha voltado à cidade, tendo de lá saído muito criança, acompanhando meu pai, também militar, que ali servia na época em que nasci. Saindo de lá, fiz minha vida mais em São Paulo, porém minha carreira militar iniciou-se em Fortaleza. Depois que voltei de Suez, onde estive durante quase dois anos como integrante do Batalhão Suez, quis conhecer a minha cidade. Voltei para melhor conhecer São Leopoldo, já que, sendo gaúcho, sentia um atrativo muito forte em voltar às minhas origens. E lá acabei contraindo matrimônio e, dos meus quatro filhos, três são nascidos em São Leopoldo.

Faço esse preâmbulo para mostrar a minha vinculação com a cidade de São Leopoldo e com a Unidade, tão tradicional na cidade, que era, na época, o 19º Regimento de Infantaria, chamado Leão da Serra, nome que até hoje guardo com grande apreço.

Quando eclodiu o Movimento, já estava, pois, há quase quatro anos vivendo na Unidade, onde passei dois períodos muito críticos da nossa história recente, porque vivi, no 19º Regimento de Infantaria, o período de 1961 e, depois, o de 1964, por isso que eu vinculo muito 1964 ao ano de 1961. Neste ano, o Regimento se dividiu, houve uma divisão dos oficiais muito grande; praticamente, metade dos oficiais decidiu não cumprir as ordens do Comandante e rompeu com o *status quo* então vigente, sendo, inclusive, quase todos presos e mandados depois a se apresentar aqui no Rio de Janeiro.

Vamos, inicialmente, falar do movimento de 1961, quando estivemos mais perto de uma guerra civil. Por muito pouco, o Brasil não entrou numa guerra civil. É preciso que tenhamos bastante consciência disso, porque o III Exército, na época, foi motivado por uma intensa propaganda psicológica, levada a efeito pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que soube mobilizar toda a população do Estado em torno de seus sentimentos patrióticos e mais caros aos gaúchos, alegando inclusive que seríamos invadidos pelas forças do Norte e que o Rio Grande do Sul seria o baluarte na defesa da Constituição. Isso porque, pelo Direito Constitucional, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, caberia ao Vice-Presidente da República, na época João Goulart, assumir a Presidência.

Como conseqüência disso, houve uma grande divisão das Forças Armadas brasileiras, sendo que a maioria destas Forças e do Exército, em particular, se opunham a que João Goulart assumisse. No Rio Grande do Sul, através do seu cunhado Leonel Brizola, desenvolveu-se a chamada Campanha da Legalidade que motivou todo o Rio Grande do Sul e uma parte de Santa Catarina a manter uma parte considerável das Forças Armadas, nos dois Estados, em torno do princípio da legalidade constitucional, que daria posse, como Presidente, a João Goulart.

Isto fez com que o meu Regimento se deslocasse para Santa Catarina, como vanguarda das forças do III Exército, onde estabelecemos uma cabeça de ponte na região de Lages, tendo o Regimento utilizado o eixo da BR-116. O 18º RI foi pelo eixo do litoral e vivemos em Santa Catarina, mais especificamente em Lages, uns 15 dias de intensa tensão, advinda de ameaças de bombardeios, de ameaças de saltos de pára-quedistas, de ameaças da reconquista da Cidade de Lages, enfim tivemos ali muito perto, de uma guerra civil no País.

Felizmente, houve a composição que sabemos, e o João Goulart assumiu como Presidente, mas no regime parlamentarista, onde o chefe do Executivo pas-

sou a ser o primeiro-ministro. Essa foi a composição feita e que permitiu que voltasse novamente a paz e que as Forças Armadas se recompusessem e que a tão propagada invasão do Sul não acontecesse. As tropas realmente do Norte se deslocaram e por muito pouco não houve um embate entre as tropas do III Exército e as tropas do II Exército e do I Exército.

A solução via parlamentarismo, com o nosso Tancredo Neves escolhido Primeiro-Ministro, evitou a guerra civil. O que é que aconteceu em 1961? Estou agora me reportando a minha Unidade e quero me reportar ao Rio Grande do Sul. Já existia no Rio Grande do Sul uma intensa propaganda ideológica de origem esquerdista, não diria de origem marxista-leninista, mas diria de origem esquerdista. Era uma forte propaganda ideológica que mesclava sentimentos, mesclava princípios da esquerda com aquelas coisas patrióticas tão caras a quem vive no Rio Grande que, por sua natureza, é um povo muito afeito as coisas da sua terra e foi assim que o Rio Grande se fez. Como povo fronteiriço, o povo gaúcho soube defender com muito empenho as suas fronteiras e continua cultuando muito bem os seus costumes. É uma das características do povo fronteiriço evitar as penetrações de outras culturas através da fronteira. O Rio Grande do Sul é e sempre foi um cultuador destas tradições que, por isso, se tornaram muito fortes.

O ano de 1961 mexeu com os brios do Rio Grande do Sul: "Com a difusão de que o Rio Grande do Sul seria invadido, que as nossas famílias seriam presas e violentadas pelas tropas que vinham do Norte". Isso contribuiu para que houvesse um chamamento grande em todo o Rio Grande do Sul. Não digo somente na minha Unidade, porque o Brizola fez a campanha psicológica que foi a única que vi no meu Exército ao longo dos meus quase cinqüenta anos de vida militar e sei que não verei outra campanha que venha a envolver tão intensamente todo um povo, porque o Brizola colocou nos porões do seu palácio os transmissores da Rádio Guaíba e, através dela, arregimentou todo o povo gaúcho, organizando-o em forças militares.

Eram batalhões de operários metalúrgicos, eram batalhões de operários têxteis, eram batalhões de operários da indústria civil, era a cavalaria através dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs). Enfim, todo o Rio Grande do Sul foi motivado e distribuiu as armas que tinha. Com isso, a decisão do III Exército foi tardia, muito tardia. O nosso Comandante do III Exército na época custou a tomar a sua decisão de aderir às forças, aderir ao Governador Brizola, mas o fez para impedir também lá dentro quase que um massacre, pois o Exército ficaria sozinho face ao seu povo.

Então, nesse clima, que busquei pintar, o que aconteceu foi que boa parte dos oficiais da minha unidade não quiseram participar desse movimento, como

disse inicialmente, e foram presos mais ou menos metade dos oficiais. Isso aconteceu em outras unidades também.

Mas entre os sargentos houve uma união enorme, mantiveram sua coesão, impregnados por aquele movimento ideológico esquerdista que se juntou com o chamamento para a defesa do solo riograndense. Os sargentos mantiveram a união e, conseqüentemente, o movimento dos graduados no Rio Grande do Sul ficou extremamente fortalecido.

Esta característica evidenciou-se quando chegamos em 1964. O chamamento de 1961 teve uma vinculação muito grande, quando se deflagrou o Movimento de 1964. Nos pródromos, já vínhamos acompanhando todos os movimentos que estavam acontecendo, particularmente aqui no Rio de Janeiro. Estávamos acompanhando também aquelas coisas que aconteciam em outras partes, como a revolta dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília, que ocorreu em setembro de 1963.

Vínhamos acompanhando, então, a intensa campanha de doutrinação. Aí, sim, não era de chamamento ao patriotismo do gaúcho, a imprensa já marxista-leninista levada a efeito pelo Brizola, levada a efeito por aqueles que mais de perto o acompanhavam, levada a efeito pelo próprio Presidente da República João Goulart, seus ministros e por outros parlamentares, além de várias pessoas muito ligadas a eles, inclusive por determinados generais. Alguns generais estavam exatamente na linha do Presidente João Goulart, inclusive o Comandante do III Exército, General Osvino. Ele era exatamente o homem de confiança do Presidente João Goulart.

O ambiente no III Exército, naquela época, em especial no caso da minha Unidade, o 19º RI, mostrava que os oficiais já estavam unidos e coesos. A maioria esmagadora dos oficiais era contra aquele estado de coisas, mas pairava uma dúvida muito grande sobre a posição dos nossos sargentos. Então, essa era a situação existente quando sentimos esse evoluir, esse fermentar de coisas.

São Leopoldo é uma cidade industrial junto com Novo Hamburgo, situada no Vale do Rio dos Sinos junto com outras cidades, região onde a força dos sindicatos era muito grande e esses sindicatos mantinham uma campanha intensa, passando em frente aos quartéis, com provocações, fazendo doutrinação com microfones, alto-falantes etc. Vivia-se, enfim, um clima bastante difícil e de preocupante insegurança.

A começar pelo nosso Comandante do III Exército que sabíamos ser um homem da linha de esquerda. O Comandante da Divisão era também de esquerda. Assim o Comandante de área e o da Divisão eram de esquerda, bem como o Comandante da Infantaria Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (ID-6), General Assis Brasil, homem totalmente afinado com a linha da esquerda, todos conhecidos como "gene-

rais do povo", a história, assim, os considera, o que significa, entre outras coisas, que eram chefes ligados às praças por laços paralelos, fora da cadeia de comando, laços estranhos, não usuais; chefes que não mantinham o devido compromisso com a hierarquia e a disciplina. Estas características são suficientes para defini-los, embora haja muitas outras, todas nocivas às Instituições castrenses.

Mas, nesse meio tempo, ainda nos pródromos do Movimento de 1964, assume o comando da 6ª Divisão de Infantaria o General Adalberto Pereira dos Santos. O General Adalberto por nós era desconhecido, mas ele assumiu, não sei bem em que momento exatamente, mas nessa efervescência que acabo de relatar. Ele assumiu e recebeu a apresentação de todos os seus oficiais, e não disse nada sobre o quadro político que eu me lembre, já vão 38 anos e não me recordo de ele ter nos dirigido a palavra sobre a situação política. Porém, quando ele se retirou da sala, nos disse uma coisa que nos traduziu uma confiança muito grande nele, abriu a porta, voltou-se e disse exatamente essas palavras que guardei bem: "Senhores oficiais, para quem interessar possa, sou totalmente contra o comunismo". Saiu, fez a continência e fechou a porta. Então, passamos a ter confiança nele, no então Comandante da 6ª Divisão de Infantaria.

Bem, esses são praticamente os pródromos da Revolução. Quando eclodiu o Movimento, praticamente na noite de 31 de março, os oficiais já se encontravam perfeitamente definidos, mas tínhamos ali uns cinco oficiais que foram exatamente por ordem superior infiltrados na Unidade. Entre esses cinco oficiais, estava o Subcomandante, que era um homem nitidamente comunista, ele foi infiltrado, havendo chegado um pouco antes. Era um oficial muito ativo e todo mundo sabia de sua linha realmente comunista. Havia entre os comunistas infiltrados, um tenente farmacêutico, também atuante, e mais três oficiais. Tínhamos, portanto, cinco oficiais, num total aproximado de quarenta, cujas tendências diferiam das dos demais.

Diferente de 1961, em que nos dividimos e não sabíamos a posição, naquele momento, de nossos oficiais, em 1964, conhecíamos perfeitamente a posição de todos. Confiávamos em todos, menos naqueles cinco. E, quanto aos sargentos, tínhamos dúvidas, porque sabíamos que a impregnação dos sargentos tinha sido muito grande a partir do movimento de 1961, e, entre 1961 e 1964, uma intensa campanha, visando à cisão dos quadros, foi desencadeada pelo Governo, procurando, particularmente, separar os nossos subtenentes e sargentos dos oficiais.

Com isso, criou-se um clima de grande insegurança dentro do quartel. E, com esse clima de tensão, nessa noite de 31 de março, o Subcomandante assume o Comando do Batalhão, porque o Comandante efetivo foi chamado a Porto Alegre e lá acabou sendo preso. E quem assume o Comando do Batalhão? Esse Subcomandante

que sabíamos ser um homem realmente comunista. E ele promoveu, na noite de 31, demonstrando enorme inabilidade, uma reunião com todos os presidentes de sindicatos dentro do quartel no seu gabinete.

Quando aquilo chegou ao conhecimento dos oficiais, o clima ferveu; por muito pouco, não houve um tiroteio dentro do quartel, porque estava todo mundo de pistola em punho e praticamos um ato de indisciplina, não temos dúvida, mas o momento exigiu aquilo.

Retiramos de dentro do quartel, expulsamos do quartel todos aqueles presidentes de sindicatos, sendo um deles primo da minha mulher. Em seguida, nos reunimos com o Subcomandante e lhe dissemos o seguinte: "O senhor aqui não desloca nenhuma tropa." Demos seqüência as nossas ações, prendendo os outros oficiais que sabíamos ser também contrários ao Movimento. Um deles era Comandante de companhia e foi retirado do Comando, saiu do Comando preso por nós, não pelo Subcomandante. Nós os prendemos e retiramos esses oficiais praticamente de circulação.

Enquanto o movimento estava ocorrendo, dissemos claramente ao tal Comandante interino, que era esse Tenente-Coronel, que ele nem pensasse em deslocar qualquer tropa do quartel, uma vez que a tropa ficaria aguardando as ordens que esperávamos que viesse da 6ª Divisão de Infantaria, comandada pelo General Adalberto. Quando sentimos que a Revolução já estava no ar, chegamos a oferecer refúgio para o General Adalberto no 19º RI, dizendo-lhe que ali encontraria local seguro para recorrer, se julgasse necessário.

Na realidade, quando eclodiu o Movimento, ele não ficou em Porto Alegre. Se ficasse seria preso; então, ele saiu para outro local no interior do Rio Grande do Sul, onde, também, buscou o apoio que se fazia mister.

Como acabei de dizer, o General Osvino era da linha do Comandante da Infantaria Divisionária (ID), ou seja, da linha revolucionária marxista e, sem dúvida nenhuma, iriam prender o Comandante da Divisão. Mas nós ficamos desamparados, porque o nosso único apoio estava no General Adalberto – o comandante da Divisão – que sumiu, que saiu completamente do ar.

Ficamos dois dias sem saber onde andava o General Adalberto. Passando o período mais crítico da Revolução, por volta do dia 2 ou 3 de abril, não me lembro exatamente, o Regimento recebe uma mensagem do General Adalberto dizendo que ele estava em algum ponto do Rio Grande do Sul, de onde estaria reassumindo o Comando da Divisão e, portanto, do 19º Regimento de Infantaria.

Bem, estas coisas todas são muito importantes para mostrar porque ficamos praticamente alheios a cadeia de comando. Não recebíamos ordens da ID-6,

porque decidimos não cumprir nenhuma ordem da ID, não recebíamos ordem do comandante de área porque sabíamos também qual era a sua tendência e não recebíamos ordens de quem nós queríamos que nos comandasse, que era o Comandante da 6ª DI, porque ele desaparecera.

Logo a seguir, soubemos o que aconteceu no dia 2 de abril, quando, praticamente, a situação, no Vale do Paraíba, já estava definida e parte das tropas do Rio tinha se confraternizado com as tropas de São Paulo e com os cadetes da AMAN, o mesmo acontecendo com parte das tropas do Rio com relação às tropas de Minas. O restante das forças do Rio não chegaram a se integrar com as forças da Revolução porque retornaram aos seus quartéis na Vila Militar. A situação no restante do País apresentava-se calma. No Rio Grande do Sul, as tropas praticamente mantiveram-se em seus quartéis, de onde não saíram. Preparamos os dispositivos de segurança contra possíveis ações insufladas por esses presidentes de sindicatos.

Enfim, uma defesa de 360º dentro do nosso quartel. As desconfianças em relação aos nossos sargentos ainda continuavam, porém amenizadas, porque o pico da tensão foi a noite de 31 para 1º e mesmo o dia 1º. Porém, no dia 2, a tensão diminuíra sensivelmente. Não me lembro, nesta época, de termos feito nenhuma prisão de sargento, fizemos, sim, a prisão daqueles oficiais como já relatei.

Mas logo depois, tenho que me lembrar exatamente se foi dia 2, 3, foi por aí, por volta da meia-noite recebi uma ordem para que me deslocasse com a minha Companhia para ocupar o quartel-general da 5ª Zona Aérea, hoje V COMAR. Naquele quartel, tinha havido uma série de incidentes. O Brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley tinha vindo assumir o Comando do V COMAR, mas foi contestado pelo Coronel Alfeu Monteiro que pertencia ao Estado-Maior do COMAR e estava interino no Comando, por ser o oficial mais antigo.

No COMAR também, como acontecera no Exército e na Marinha, os sargentos haviam sofrido uma forte doutrinação ideológica, só que, lá, as coisas ficaram mais sérias. O Coronel Alfeu era um homem da linha esquerdista, amigo particular de Jango Goulart. Quando o Brigadeiro chegou para assumir o Comando do COMAR, o Comandante interino disse que não passava o Comando e atirou no Brigadeiro Lavanère Wanderley, isso no seu gabinete – era uma passagem de Comando em gabinete. Atirou no Brigadeiro e o feriu. Um dos oficiais que acompanhava o Brigadeiro, o Coronel Roberto Hipólito da Costa, puxou de sua arma e com um tiro certeiro matou o Coronel Alfeu.

Isso criou um clima insustentável na 5ª Zona Aérea. Os sargentos praticamente se levantaram, porque é preciso notar que a impregnação ideológica dos

sargentos foi muito grande; é preciso notar que o Coronel, que acabara de falecer, era um homem ligado a eles, criando um clima insuportável, onde os sargentos iriam invadir a vila dos oficiais etc. Esse era o clima no V COMAR. Quem estava no Comando de Porto Alegre já não era o General Osvino, o grande aliado de João Goulart. Enfim, nós fomos acionados, recebemos ordens para que ocupássemos aquele quartel da Força Aérea. Essa ordem foi dada a mim. A outra Companhia de Fuzileiros saiu para ocupar a refinaria Alberto Pasqualine e também foi feito um movimento à noite.

No cumprimento da missão, cheguei lá com muito cuidado; entramos praticamente em formação de combate, de madrugada, nos desdobramos no terreno, penetramos no quartel da Aeronáutica em formação de combate, ocupamos a vila dos sargentos, ocupamos a vila dos oficiais, separando as duas, com contingente razoável de forças, para evitar um confronto entre oficiais e sargentos.

Fomos bem sucedidos nisso. Felizmente, a situação, com o passar do tempo foi se acalmando, mas ficamos lá seguramente uns dez dias até que as coisas voltassem ao seu leito normal, quando fomos dispensados e retornamos ao nosso quartel, ao 19º RI. Foram momentos, também, de grande tensão para nós todos, particularmente para os companheiros da Aviação.

General, o Brigadeiro permaneceu no Comando?

O Brigadeiro permaneceu no Comando e logo depois foi promovido a Major-Brigadeiro. Bem, acho que ele era na época de duas estrelas, passando a três. Saí para aquela missão e quando voltei à Unidade, estava ainda vivendo essas emoções todas, porque essas coisas não desaparecem de uma hora para outra. O quadro era muito difícil. Espero que o Exército nunca mais viva essa situação de desconfiança mútua dentro de suas fileiras, situação criada habilmente pelos agitadores, na sua maior parte comunistas, com a idéia clara de dividir as Forças Armadas para enfraquecê-las.

Felizmente, entre os nossos oficiais não havia desconfiança, porque prendemos aqueles cinco que sabíamos das suas convicções, mas aquela desconfiança sempre existiu entre os oficiais e os sargentos, mesmo com o Movimento já liquidado, praticamente decidido, já se tratando de um novo Governo. Com João Goulart exilado, fora do País, as nossas preocupações e as ordens que recebíamos eram para prender o Brizola, um dos maiores responsáveis pelo incentivo à cisão dentro das Forças Armadas.

Saímos em diferentes direções, inclusive fomos até o litoral, até a região de Capão da Canoa, onde o Brizola tinha uma casa de praia, gente nossa esteve por

lá. Enfim, ele foi procurado em todos os locais possíveis, mas havia se evadido e não o encontramos.

Mas o que acontecia no 19º RI nessa época? No 19º RI, persistia a desconfiança e levantou-se alguns dados, após o Movimento, de que certos sargentos se armaram, estabeleceram uma espécie de resistência interna e não iriam obedecer a ordem dos oficiais. Então, essas coisas foram aparecendo, mas já após os dias críticos, já não era mais o 31 de março, nem os dois primeiros dias de abril; isso lá pelo dia 15 de abril. E abriu-se um inquérito para apurar os fatos e quem se encontrava realmente envolvido nessas operações.

E o inquérito vai para lá, vem para cá, tendo como encarregado o Subcomandante efetivo do Regimento, Major Rui Przdowski, já falecido. Esse Major ouviu várias pessoas e concluiu pela culpa de alguns poucos sargentos e, particularmente, um sargento, até muito querido por nós, por mim particularmente, inclusive por considerá-lo um bom profissional – o 2º-Sargento Vivaldino.

Esse sargento foi incriminado pelas investigações. O fato que se passou pode ser assim resumido: Quando o Major Rui estava terminando o seu relatório, já depois de vários dias, quando o interrogatório já estava praticamente concluído, devia ser por volta das 16h, 16h30min, o Major Rui sentado na sua mesa, chamou o sargento e chamou o oficial de dia também. O oficial de dia era o Aspirante Flávio Maurer que mais tarde acabou chegando a general do nosso Exército. Ele virou-se para o sargento, presente também o Aspirante Maurer, e disse: "Sargento, você está preso por isso, por isso, por aquilo, as evidências todas apontam para você". Aí, virou para o Aspirante Maurer e disse: "Maurer, você leve o sargento preso".

Nesse exato momento, o sargento retirou a pistola que levava por baixo do seu uniforme e atirou no Major que estava sentado, mas não acertou. Aí, na mesma hora, atirou contra Maurer, acertando-o na cabeça. O Aspirante Maurer ficou ali na mesma hora praticamente na situação de semimorto e o Sargento saiu correndo pelo corredor – quem conhece os quartéis Calógeras sabe, como era o caso do 19º RI, que há um corredor grande, tendo ao fundo uma sala de instrução e no meio, mais ou menos, uma escada típica daqueles quartéis que desce no Corpo da Guarda.

O Major Rui, nesse ínterim, essas coisas todas passam em fração de segundo, ao ver o Aspirante Maurer caído e o sargento correndo pelo corredor, tentou alvejá-lo, não o conseguindo.

O sargento, ao descer a escada no Corpo da Guarda, encontra um outro aspirante que tinha vindo, recentemente, servir conosco, o Aspirante Ozéias. O

Ozéias saca da arma, mas o sargento atira e fere o Ozéias no ilíaco e vai para o meio do pátio, e dá um tiro na cabeça, suicidando. Era outro drama com que a Unidade se defrontava, porque tinha que socorrer o sargento e logo, logo depois, vimos que ele estava em seus estertores e precisávamos socorrer o Aspirante Ozéias, que estava sangrando bastante, porque levara um tiro na bacia e, principalmente, o Aspirante Maurer que sangrava abundantemente pela boca, porque o seu tiro foi na cabeça, mas não acertou o crânio, na realidade, ele perfurou toda a arcada dentária mas, enfim, essa região é muito irrigada e quem via ficava com a certeza de que dificilmente ele voltaria do hospital.

Carregamos os dois Aspirantes feridos, transportando-os não em maca, mas com as mãos, atravessando a rua, em frente ao 19º RI, para o hospital, o Hospital Centenário, que fica em frente ao quartel, e ali eles foram medicados, foram atendidos e, ao mesmo tempo, passamos a tratar do velório do sargento que estava morto. Imaginem o clima que envolveu novamente a Unidade – ficou um ambiente extremamente tenso, com esses ferimentos nos dois oficiais, o tiro no Subcomandante, que não acertou, e a morte do sargento. Estes são aspectos que, em 1964, tornaram o 19º RI uma Unidade muito peculiar, porque, felizmente, em outras partes do Brasil, que eu saiba, não aconteceram fatos tão graves quanto esses ocorridos no nosso Regimento.

A partir daí, as coisas foram voltando à normalidade, embora convivendo com a prisão de vários líderes sindicais, com a cassação de vários políticos, essas coisas todas que sabemos da história. O Regimento recebeu um novo Comandante que, com muito tato, restabeleceu a paz e a tranqüilidade no 19.

Deixei a Unidade na segunda metade de 1965, depois de cursar a EsAO feita no período da compressão em quatro meses. Ao concluir o curso da EsAO, fui convidado para Instrutor da Escola. Assim, em janeiro de 1966, desloquei-me para o Rio para assumir a minha função de Instrutor aqui na EsAO e deixei o Leão da Serra depois de viver todos esses acontecimentos.

Os dois episódios da mais alta relevância na história do País, o de 1961 e o de 1964, para mim, um foi a extensão do outro. Para quem viveu aquilo ali, um foi a extensão do outro, exatamente pela intensa motivação ideológica que atingiu os quadros, que os dividiu até resultar em morte como foram os casos que acabo de relatar, envolvendo a Base Aérea de Canoas e o nosso 19º RI.

Havia medo, muito medo que acontecesse conosco o que aconteceu em 1935, quando os comunistas mataram os companheiros enquanto dormiam. Então, durante muito tempo, nós não dormíamos no quartel, ficávamos sempre acordados, um guardando o outro, com receio de um oficial atirar num sargento, com

receio de um sargento atirar num oficial. Vivemos um clima de perplexidade muito grande que esses e outros acontecimentos de menor importância levaram para dentro dos muros do nosso Regimento. Poderia dizer que foi essa a minha experiência dos dias anteriores e imediatamente após a Revolução de 1964.

General, onde estão as raízes desse Movimento todo que interliga as fatos ocorridos em 1961 com os de 1964? Estão em 1922? Estão em 1935? Qual a sua opinião a respeito?

Na época, não tinha esse entendimento, mas hoje não tenho dúvida. Com o que tenho lido, com o que tenho acompanhado, com o que tenho visto, o Movimento de 1964 é uma conseqüência e é uma extensão do de 1935. Na realidade, mesmo vendo que a Intentona Comunista de 1935 não alcançou os seus objetivos no Brasil, os comunistas, liderados por Luís Carlos Prestes, nunca perderam a esperança de converter o Brasil ao socialismo, ao marxismo.

Apesar de o Partido Comunista ter sido colocado por Getúlio na ilegalidade, ele continuava, na clandestinidade, arregimentando gente para os seus quadros; continuava na sua doutrinação, mantinha a sua infiltração nos outros partidos. Infiltração acontecida, com intensidade, no Governo de JK, no excelente Governo de Juscelino Kubitschek, mas ali já se sentia, em todo o País, a infiltração comunista.

Então, isto vem de 1935 para cá, período em que os comunistas com o Prestes nunca perderam a oportunidade de atuar. Vamos vê-los no suicídio do Presidente Vargas; vamos vê-los, depois, no chamado golpe de 1955, com o General Lott que ganhou uma força muito grande entre as esquerdas; mais tarde, vamos ver o General Lott candidato à Presidência, com apoio da esquerda, não ser eleito.

Mais à frente, chegamos à renúncia do Jânio, e a posse do Jango que não acalmou os ânimos, muito pelo contrário, trouxe a intranqüilidade. Mas, nesse meio tempo, o Movimento Comunista Internacional está todo atuando no Brasil, arregimentando mais pessoas, tendo Luís Carlos Prestes, com a sua longa duração de vida política dentro do País, sempre a testa disso tudo até chegar a 1964 com ele presente nesses movimentos todos.

É preciso dizer que, depois da Segunda Guerra Mundial, após a vitória dos aliados em 1945, logo depois, quando pensamos que íamos ter um grande período de paz para o mundo, após a derrota do nazifascismo, imposto pelas nações democráticas e pelo Brasil, que atravessou o Atlântico, juntou-se aos demais países, para participar da vitória sobre a Alemanha e seus aliados... Quando esperávamos que íamos entrar num período de paz, passamos a conviver com o período da guerra fria

em que o mundo inteiro se viu obrigado a enfrentar, observando-se de um lado, a URSS e seus aliados, e, de outro lado, os Estados Unidos e os países ocidentais, com os quais nos aliamos naturalmente, pelas nossas origens e tradições.

Na verdade, o Brasil era "pião" desse jogo todo de guerra fria e interessava por demais ao bloco soviético que o nosso País se tornasse a terceira grande nação comunista do mundo. Porque já tinha havido a Revolução Russa, já tinha havido a Revolução Chinesa e, no Brasil, seria a terceira grande revolução comunista do planeta e, por muito pouco, isso não aconteceu. Se o Brasil tivesse sido comunizado, pelo "efeito dominó", sem dúvida nenhuma, toda a América Latina estaria mergulhada na órbita comunista. Portanto, remonto com toda convicção a 1935 para ali encontrar a origem do Movimento de 31 de Março de 1964.

Havia uma insatisfação do povo com relação ao Governo João Goulart?

Vejo a insatisfação, mas também vejo uma boa parte da população a favor do Jango. Porque a insatisfação existia, é que as forças civis, antes das forças militares, se organizaram para se opor àquele grupo expressivo – muito bem representado no Governo –, fomentador da subversão e da luta de classes, representado no Exército pela busca da cisão entre os oficiais e as praças. É preciso dizer que o Movimento de 1964, é preciso que a história ponha isso no seu devido lugar, foi um Movimento deflagrado pelos civis, e os militares seguiram a vontade dos civis, a vontade da população brasileira. Tanto é que perguntávamos a eles: "O que é que vocês querem? Por que vocês não vão para a rua?" Nós militares só saímos se houver uma clara exigência do povo, porque somos extremamente cautelosos para irmos à rua.

A pressão civil foi tão grande, ao lado dos órgãos de imprensa e da sociedade de uma maneira geral, eu diria, usando o jargão de hoje, a chamada "sociedade organizada" porque na época não existia o termo, mas foi ela que motivou e foi ela que forçou a nós militares nos voltarmos contra aquele Governo, que perdeu a legitimidade pelas insânias cometidas.

Apesar de Jango defender teses que eram bem recebidas por uma parcela do povo, principalmente os sindicalistas, a maioria cansou daquela situação de caos dominante e passou a fazer uma ostensiva oposição ao Governo, cujo discurso demagógico, no entanto, obtinha uma certa penetração nas classes menos favorecidas. Ele falava em reforma agrária, falava em reformas de base, era um chamamento para as classes mais simples da população brasileira. Tanto é que, depois da Revolução, encampamos várias dessas teses, que ele defendia da boca para fora, procuramos pô-las em execução, partimos para implantá-las. Muitas das teses que foram defen-

didas: a reforma financeira, a reforma bancária, a reforma administrativa, a reforma agrária, isso tudo a Revolução encampou no seu ideário.

Então, digo o seguinte: assim como existia gente contra o João Goulart também havia a favor dele, embora em número menor, daí o grande risco de uma guerra civil.

No seu entender, quais foram os acontecimentos principais que levaram ao desencadeamento da Revolução?

Uma das coisas que a gente sabe é que o Jango assumira uma solução de compromisso com a sociedade brasileira, vamos assim dizer, com os homens, com as elites brasileiras e com as Forças Armadas. Uma solução de compromisso, que se não fosse aquela solução de compromisso, que redundou no parlamentarismo, teríamos tido uma guerra civil.

Embora tenha assumido sem força, porque quem mandava era o Primeiro-Ministro, o Jango quis, o mais rápido possível, retomar essa força novamente. O parlamentarismo não era da nossa tradição, somente no Império é que tivemos esse regime. Tanto não é da nossa tradição ter governo parlamentarista na República que já fizeram dois plebiscitos e o povo brasileiro não quer parlamentarismo. Ele é afeito ao presidencialismo.

Sabendo desta preferência, o Jango, que era um homem sem força, queria reconquistá-la. Mas até ele reconquistar essa força em janeiro de 1963, ele ficou, de 1961 a 1963, buscando, através da antecipação do plebiscito, previsto para ser realizado somente no final do seu Governo, o retorno ao regime presidencialista.

A infiltração comunista em seu Governo, no entanto, começou desde 1961, crescendo à medida que o tempo passava.

Essa infiltração continuou sempre durante todo o período no qual a sociedade brasileira vinha observando a tendência do movimento que variava de acordo com o comportamento de Jango. É interessante lembrar que o Jango tinha um movimento pendular, dando uma martelada no cravo e outra na ferradura. Ele tinha um movimento pendular bem característico. Uma hora defendia coisas do agrado da classe média por exemplo, outra hora ele defendia coisas totalmente contrárias à classe média e totalmente a favor da linha esquerdista. Ao visitar os Estados Unidos, falava uma série de coisas totalmente diferentes da sua pregação aqui dentro do País.

Desde o início em que assumiu, acho que existia o descontentamento contra ele, gente contra ele e a favor dele, e ele foi caminhando nesse movimento pendular, querendo chegar até o final do seu Governo. Porque, no final do seu

Governo em 1965, haveria novas eleições e ele queria chegar até lá. Quem não queria era a turma que estava junto com ele, insuflada pelo Brizola, insuflada cada vez mais pelas esquerdas que, inicialmente, passaram por uma revolução pacífica, depois quiseram a revolução violenta e começaram a tentar a tomada do Poder e, ao insuflarem, viram que só poderiam fazer isso se tivessem as Forças Armadas ao seu lado. Então, inventaram os chamados "generais do povo" que foram criados aí; a espada de ouro do próprio Marechal Lott está correlacionada com todo esse problema, embora o Marechal Lott não estivesse nessa linha comunista, esquerdista, em absoluto; todos nós sabemos que ele foi um chefe rígido, militarmente falando, mas ele adotou teses, ele adotou posições que a esquerda dele se apropriou...

A cisão que acabou arrastando as Forças Armadas para a política, começou com o problema do Lott que se tornou importante, porque a política entra nas Forças Armadas fruto da posição do Lott se candidatando à presidência da República etc. Ele acabou levando a política para dentro dos quartéis, o que é altamente inconveniente.

Como efeitos imediatos que levaram à Revolução de 1964, assim de curtíssimo prazo, citamos o comício de 13 de março, quando o Jango cometeu sua primeira grande loucura. Não sou eu quem digo isso não, e sim um dos seus asseclas mais diretos que observou: "O Jango suicidou", suicidou, porque o que ele fez em um mês, no curto espaço de um mês, promovendo uma série de fatos que a Nação jamais poderia agüentar, representou um verdadeiro suicídio. Ele promoveu, nesse mês de março, o comício do dia 13, apoiou a revolta dos marinheiros e fuzileiros e participou da reunião no Automóvel Clube do Brasil, tudo isso no Rio de Janeiro e num único mês, caracterizando um conjunto de episódios que antecederiam a revolução comunista para implantação da República sindicalista no dia 1º de maio.

O Comício da Central do Brasil aqui do lado do QG com os três ministros militares presentes e com a PE – Polícia do Exército – lhe dando garantias. Veja como as Forças Armadas começavam a ser diretamente engajadas, o que aconteceu também na crise política do Automóvel Clube. Poxa! Lá estava o Ministro da Marinha recém-empossado, oferecendo seu aval àquele evento que negava a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas! Na revolta feita no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem, marinheiros e fuzileiros deram triste amostra da indisciplina que grassava na Marinha. O fato contou com integral apoio do famoso Almirante Aragão, um dos "almirantes do povo" que acabou carregado pelos seus fuzileiros navais numa cena grotesca...

As forças do Exército é que foram prender os amotinados, levando-os para o nosso Batalhão de Guarda, de onde foram liberados pelo próprio Presidente da República. A anistia por ele concedida mandou colocar em liberdade no velho quartel do BG, aqui no Rio de Janeiro, os revoltosos.

Os fuzileiros navais, ao serem liberados, saíram em marcha, insuflados, desuniformizados, bradando, gritando "abaixo os generais gorilas, abaixo isso, abaixo aquilo" e acabaram carregando, pelo Centro da Cidade, o Almirante Aragão, ovacionado pelos amotinados. Uma verdadeira insubordinação vista em todo o Brasil pelos meios de comunicação social. Jornais e Revistas da época, como *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Fatos e Fotos*, particularmente do Sudeste – Rio, São Paulo e Minas – todos os grandes jornais que hoje até nos criticam, é bom voltar atrás, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, todos mostraram, assustados, o acontecimento, todos eles cerraram conosco. As televisões, da mesma forma, dizendo, também, que aquele estado de coisas não podia mais perdurar, as rádios, os meios de comunicação social em geral, todos sem exceção, tecendo críticas contundentes a respeito da situação constrangedora a que chegamos no Brasil.

Nesse meio tempo, também como uma reação àquele tumulto generalizado, acontece a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, no dia 19 de março, levando à rua, estima-se, mais de 800 mil pessoas, um fato inédito para a época. Aquilo mostrou uma insatisfação muito grande e aquilo mostrou claramente às Forças Armadas que elas tinham que ir para a rua, o povo queria que elas fossem para a rua. Então, aí, estava o clima criado. A revolução, que sei lá se sairia mesmo em 31 de março, precipitou-se, enfim, eclodiu, prematuramente ou não, com o movimento de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro.

Na realidade, devo asseverar a bem da verdade, como o fez o jornalista Roberto Marinho no editorial de *O Globo* de 7 de outubro de 1984, o povo foi quem nos colocou na rua. Fomos à rua como mensageiro, como porta-voz do povo que não queria que aquele estado de coisas perdurasse. Tanto é verdade que, vitoriosa a Revolução, aqui no Rio aconteceu a maior manifestação que a cidade já vira com cerca de um milhão de pessoas na rua, em 2 de abril, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, idêntica a de São Paulo, que já estava programada e que veio, na realidade, em consolidação da Revolução, chamada de Marcha da Vitória.

Vejam que era o povo. O que aconteceu no Rio aconteceu em São Paulo, aconteceu em Belo Horizonte, aconteceu nas principais capitais brasileiras este mesmo movimento, inclusive em cidades do interior. Então, na realidade, fomos intérpretes da vontade popular. Era isso que eu queria dizer com muita convicção.

General, quais foram os principais líderes civis e militares do Movimento de 1964?

Olha, tenho dificuldade em responder isso, pois, na Revolução de 31 de Março de 1964, tivemos a liderança um pouco dispersa. É difícil dizer quem foi aquele líder que capitaneou, porque podemos citar várias pessoas, mas, por exemplo, sabemos, hoje, que Cordeiro de Farias desde que Jango Goulart assumiu confabulava com muita gente para depô-lo.

Sabemos que o então Coronel Figueiredo, mais tarde Presidente da República, era da ECEME e na época organizou um grupo de oficiais para pressionar, trabalhar e conspirar contra o Governo. Sabíamos também que Castello Branco era um homem extremamente legalista; isso faz parte da sua biografia e ele só se decide pelo Movimento de 1964 praticamente no seu deflagrar.

Então, poderíamos citar vários nomes que trabalharam juntos para isso, a começar por Cordeiro de Farias, por Odylio Denys, por Kruel, por Amaury Kruel, que na época era Comandante do II Exército que foi importantíssimo para que a revolução se tornasse vitoriosa. Castello Branco sem dúvida nenhuma, como Chefe do Estado-Maior, encampou teses da maior importância e expediu algumas diretrizes até bem fortes conclamando os seus subordinados a trabalharem pelo País, pela Nação e não para governos, porque o Exército existe para servir à Pátria e não a estruturas governamentais.

Diria mais que o Dutra entrou nisso, há evidências do Dutra nessa coisa. De todos, temos mais a falar do General Mourão Filho e do General Carlos Guedes que foram os homens que botaram a cabeça na guilhotina, porque foram os chefes que saíram de lá das Minas Gerais, com forças fraquíssimas, mas moralmente potentes para vir ao Rio deflagrar e consagrar o Movimento armado, juntamente com o Comandante da coluna – o General Muricy, que marchou à frente das tropas mineiras.

Quem realmente botou o seu pescoço para ser guilhotinado foram esses homens. Sei que estou sendo omisso, estou esquecendo gente aqui, mas este conjunto de militares é que forma a liderança do Movimento, tanto é que na hora de escolher, quem seria o futuro presidente da República, o Médici foi um deles, porque na época foi o excepcional Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, outro que tomou uma decisão extremamente arriscada de empregar os cadetes na Revolução. Os irmãos Geisel tiveram uma participação grande no Movimento, sobretudo na auscultação dos militares em todo o País. O General Orlando mandando seus emissários para saber como estavam as tendências em diferentes partes do Brasil.

Veja, portanto, que não estou conseguindo dizer quem é o chefe, quem é o líder desse Movimento, vejo vários generais com influência muito grande e que,

pelos seus nomes e pelos seus passados, se opuseram ao descalabro esquerdista que tinha à frente o próprio Presidente, e conseguiram aglutinar o pessoal do Exército em torno deles.

Tanto é que na hora de escolher o presidente houve dificuldade entre Castello Branco e Amaury Kruel, ou seja, aqueles que, no último posto da carreira, mais despontaram no Movimento. Houve até a participação da turma de São Paulo, encabeçada pelo Governador Adhemar de Barros, que queria o Kruel. Bem, então é difícil apontar hoje, no meu modo de ver, um líder incontestável, porque uma revolução não se faz de um dia para outro; as coisas foram se organizando devagarinho por várias pessoas, todas determinadas em salvar o Brasil.

Entre os civis, os mais destacados, sem dúvida, foram o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e a sua Polícia Militar, que se deslocou nos comboios do Exército que se dirigiram, de Minas, para o Rio e Brasília; o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que fez pronunciamentos muito contundentes; o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um crítico mordaz do Governo, que, por pouco, não foi morto numa trama diabólica arquitetada em reunião presidida pelo próprio Presidente da República, na qual se encomendou o seu assassinato ao General Pinheiro, Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, que, por uma série de motivos, não conseguiu colocar em execução o plano. Por muito pouco ele não foi morto, porque houve recusa de vários comandantes de unidades pára-quedistas em cumprir a missão, até que um aceitou e saiu para executá-lo e acabou não tendo êxito, por um estratagema no qual o Governador, ao ser informado do problema, fez uma mudança no horário de uma inauguração.

Estes três governadores se destacaram, mas quero, também, fazer referência ao Congresso, porque, no Parlamento, vários deputados e senadores foram um esteio para a Revolução de 1964. Embora infiltrado, a maioria do Congresso se posicionou contra aquelas teses janguistas, tanto é que o Jango quis fechar o Congresso. Tramou para fechá-lo, mas não conseguiu. Acho que ainda precisa de muitas pesquisas no futuro, porque citei apenas os principais.

Como viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN por decisão do nosso Presidente Médici?

Tem sido mais ou menos uma tônica dos chefes do Exército manter os cadetes afastados de movimentos armados. Isso, no entanto, não aconteceu em 1964 e sabemos que a Academia teve uma participação muito importante no Movimento de 1964, extremamente importante. As vanguardas das forças que saíram daqui do Rio preferiram evitar o enfrentamento com nossos cadetes, cujos

primeiros elementos eram do curso de Cavalaria da Academia Militar. Então, isto mostrou que, para o Movimento de 1964, foi altamente proveitoso o emprego dos cadetes. Quero crer, entretanto, que isto não possa se firmar como doutrina de emprego, embora a decisão tomada pelo General Médici tenha sido fundamental para a decisão da revolução no Vale do Paraíba.

Inclusive, General, a posição da AMAN levantou o moral da tropa de São Paulo que se deslocava contra as forças do Rio com grande inferioridade de meios.

Isso.

Estava marchando motivada pela causa, mas muito preocupada com a pedreira que teria pela frente, porque sabia das suas grandes limitações em comparação com o poder de combate das forças contrárias que vinham do Rio. Então, era uma marcha para o sacrifício, impulsionada por um gratificante objetivo – a soberania nacional.

Era isso mesmo.

E quando a gente sentiu que a Academia estava ali também para o sacrifício... aí o senhor não avalia o que foi isso no moral de todos os oficiais que se tornaram gigantes. Então, a partir desse momento, a 1ª Bateria do 2º RO que vinha na frente, que por acaso era a minha, não parou mais. Então, agora, só vamos parar ao encontrar os cadetes porque temos que nos unir a eles.

Teve esse efeito, sem dúvida, foi o que acabei de dizer: o efeito da participação dos cadetes no Movimento de 1964 foi muito importante sem dúvida alguma. Então, ninguém pode negar isso e é interessante notar que o General Amaury Kruel era um homem também extremamente legalista e até a última hora tentou demover o Jango de sua aventura, para que ele destituísse do seu Governo aqueles homens nitidamente comunistas etc. E só aderiu praticamente na última hora. Isso é o que mostra a história.

A Revolução contribuiu para a união, para coesão das Forças Armadas?

Ah!, eu não tenho dúvida que sim, depois até por uma questão de sobrevivência, mormente porque assumimos os destinos do País. Sem dúvida nenhuma, até mesmo como dizem, para nossa própria segurança, para nossa própria proteção interna, houve uma manifestação de forte união, houve um sentimento de coesão muito grande dentro de cada Força singular e entre as Forças singulares.

É incontestável que a Revolução contribuiu para isso e houve, ainda, uma preocupação dos nossos presidentes militares de, tanto quanto possível, afastar a tropa da política. Desde Castello Branco, havia essa preocupação muito clara, que caracterizou todos os governos militares.

Além da coesão das Forças Armadas, quais os outros principais acertos da Revolução? E os erros, quais foram?

Não estou aqui para fazer críticas a nenhum governo, mas sabemos que o Governo atual possui, no seu primeiro escalão, gente que combateu a Revolução de 1964, que atuou contra nós de forma torpe, que atuou através do terrorismo urbano e rural sem medir conseqüências. Como a história evolui, esses homens, hoje, são Governo e não querem, de forma nenhuma, reconhecer os méritos da Revolução de 1964 que são tão grandes que começam a surgir em editoriais, mas as paixões, que deveriam amainar, permanecem agudas. A imprensa, de um modo geral, para esconder os grandes feitos do período revolucionário, só fala em tortura, esquecendo-se de que os terroristas, dos quais ela não lembra, foram grandes torturadores, contando isso, inclusive, em filmes nacionais. Mas para falar dos grandes acertos da Revolução, que são muitos, poderíamos começar lembrando que a Revolução instituiu novamente a ordem no País, restabelecendo o princípio da autoridade.

Ela restituiu, através das reformas que fez, uma nova ordem administrativa, uma nova ordem financeira, uma nova ordem econômica no País, o respeito às autoridades, cultuou o patriotismo. No campo psicossocial, procurou incorporar aquelas grandes áreas que estavam perdidas no País e que eram áreas totalmente periféricas aos centros de Poder.

Uma coisa que a gente não vê escrito hoje nem se ouve falar é que a consolidação de Brasília foi feita pela Revolução. Brasília era uma cidade que, em 1964, tinha apenas quatro anos, estava beirando os seus quatro anos quando aconteceu a Revolução de 31 de Março e todos esperavam que Brasília acabasse e que a capital voltasse ao Rio de Janeiro. Aconteceu o inverso – quem realmente consolidou Brasília foi Castello Branco que, além de ir para lá, fez a mudança de todos os ministérios, militares e civis, para Brasília, consolidando Brasília como Capital Federal, consolidação esta que trouxe como grande conseqüência a incorporação de todo o Centro-Oeste ao ecúmeno brasileiro.

Hoje, ninguém pode imaginar que Mato Grosso, Goiás, Tocantins etc. estejam à parte da área mais desenvolvida brasileira, incorporação que se deu a partir da criação de Brasília – mérito que ninguém pode tirar de JK, mas que esteve muito perto de ser perdido e de se tornar uma capitalzinha de província, uma cidadezinha de interior, se não tivesse havido a ação firme e decidida dos presidentes militares em mudar toda a cúpula administrativa para Brasília, porque esta cúpula administrativa não estava lá...

E não queria ir.

Não estava lá e não queria ir; estava toda aqui no Rio de Janeiro. Então, os méritos da Revolução na área econômica foram incalculáveis. Nós que éramos uma

potência colocada no 48º lugar no *ranking* mundial, passamos a ser a oitava potência econômica no mundo. Melhoramos sensivelmente a renda *per capita* brasileira e melhoramos a parte da saúde. O programa de educação, com o Ministro Jarbas Passarinho, foi um programa muito bem-sucedido, diminuindo à beça o número de evasão escolar na área de primeiro grau e aumentando consideravelmente o ingresso no terceiro nível, no nível universitário. A política habitacional veio também consagrar a nossa capacidade realizadora. As estatísticas valem como um instrumento impressionante para demonstrar que a Revolução de 1964 não se olvidou do psicossocial.

Conseguimos reduzir muito o número de nossos analfabetos através do Mobral; procuramos, através do Projeto Rondon, mostrar a Amazônia ao brasileiro, ao brasileiro civil, ao jovem brasileiro – aquele que mais tarde iria desempenhar um papel importante na administração do País. Essas coisas todas levamos para o povo, levamos para o pobre, para o trabalhador, aquele que não tinha direito nenhum, viu seus direitos consagrados no chamado Estatuto da Terra, no Governo Castello. O Estatuto da Terra, que até hoje é considerado como marco, sendo reconhecido como um documento muito bem elaborado para condução da Reforma Agrária. Levamos a previdência ao trabalhador do campo, porque, antes, atendia a muito pouca gente aqui na cidade...

A Revolução de 31 de Março atuou decisivamente em proveito do trabalhador rural através do Funrural.

Exatamente, em benefício do trabalhador rural, sem dúvida alguma; por meio do Funrural, no Governo Médici, atingindo inolvidáveis marcos.

Lembro-me de que, antes da Revolução de 1964, queria fazer uma chamada telefônica aqui para o Rio, onde tinha parentes, pedia a ligação telefônica pela manhã e a telefonista me dizia: "Vamos lhe chamar possivelmente na parte da tarde", porque o nosso sistema de telecomunicações não existia, era absolutamente inoperante. Introduzimos o mais moderno sistema de telecomunicações existente no mundo. As telecomunicações que hoje temos, por falta de investimentos dos Governos após 1990, não mantiveram a mesma eficiência e, hoje, estão praticamente todas privatizadas.

Melhoramos consideravelmente os transportes, com a abertura de estradas, de portos, de ferrovias, extinguindo uma série de ramais que eram absolutamente inoperantes, procurando investir naqueles que davam maior rendimento.

Energia.

Energia nem se fala, o programa energético brasileiro praticamente todo ele é de origem revolucionária e, ainda hoje, todos os planejamentos, porque sabemos que uma hidroelétrica leva de oito a dez anos para ser construída. Devo, portanto,

dizer com toda ênfase, que a Revolução tem a seu favor um número enorme de acertos, inclusive procurando dar maior unidade ao nosso País, maior unidade e maior coesão interna ao nosso País.

Infelizmente, o Mobral se acabou no final do período revolucionário. Hoje, podíamos estar praticamente com muito pouco analfabeto. O Projeto Rondon levou o universitário para a Amazônia, tendo realizado o envolvimento de nossa juventude com aquela área, pródiga e cobiçada, que, hoje, se constitui na nossa grande preocupação pelas ameaças sempre presentes, vindas das potências do chamado primeiro mundo. O atual Governo procurou mantê-lo, mas não com o nome do Projeto Rondon, para que o Brasil não lembrasse do operoso período em que a revolução vigiu.

Passos conscientes foram dados, muito bem fundados e instituídos pela Revolução de 1964, para que o País desse este salto gigantesco, que fez com que deixássemos de ser um País periférico. Passamos a ser um País com voz. É preciso dizer que nos desenvolvemos muito, entramos na área da ciência, na área da tecnologia, desenvolvemos projetos da mais alta importância, tivemos indústrias magníficas, indústrias bastante sofisticadas, a grande maioria delas iniciada com a Revolução de 31 de Março. Tivemos um programa nuclear que chegou a nos dar autonomia nuclear, hoje colocado em plano secundário, por falta de visão dos dirigentes a partir de 1990. Este programa progrediu bastante no período revolucionário.

Expandimos o nosso território através do mar das 200 milhas, com uma reação enorme de todo mundo em cima do Presidente Médici, porque aquela medida incorporava ao território brasileiro enorme área passível de exploração econômica, as 200 milhas em todo o nosso litoral.

Cerca de 4 milhões de km² de superfície que passaram a ser somados a nossa área de 8,5 milhões de km².

Então, esses são os principais méritos que poderia destacar da Revolução de 1964.

Também cometemos alguns erros grandes. Embora tenha citado aqui várias vitórias na área psicossocial, acho que deveríamos ter dado uma ênfase ainda maior exatamente nessa área psicossocial, principalmente nos setores da saúde e da educação. Pouco fizemos pela formação das novas elites políticas. Descuramos dos políticos do futuro e estamos sendo governados, hoje, por políticos de muitas e muitas gerações passadas. Nas nossas gerações futuras não investimos, não soubemos transferir para as novas gerações o idealismo da Revolução de 1964. Não conseguimos realizar essa transferência fundamental.

Perdemos a guerra nas universidades. A própria Revolução de 1964 se omitiu, a própria Revolução não quis se fazer presente na universidade. O que aconteceu? Os jovens do período revolucionário se formaram contra a Revolução, particularmente

em áreas críticas, porque, nessas áreas críticas a seleção foi feita pelos esquerdistas, que foram alijados do Poder em 1964, mas não morreram. Eles perderam momentaneamente aquelas batalhas, mas não desistiram da guerra. E onde é que eles investiram e continuam investindo? Particularmente na área de comunicação social e no magistério superior, sobretudo na formação dos professores de História.

Da área de comunicação social, que não demos a devida importância, vieram todos os redatores – chefes, articulistas, ou seja, os grandes formadores da opinião pública nos jornais, na televisão etc., que atuam nos dias de hoje e foram estudantes na época pós-1964.

Como o Movimento Comunista Internacional os doutrinou muito bem, incutindo-lhes a idéia de que estávamos aqui matando milhares e milhares de pessoas etc., que estávamos conduzindo um regime de força dentro do País, quando, na verdade, a nossa Revolução, apesar de ter momentos de força, foi realmente muito branda no seu geral e os momentos de força buscaram salvaguardar as instituições que se viam ameaçadas.

O grande ideário da Revolução de 1964, é preciso a gente dizer, sempre foi a democracia. E por que se instituiu o AI-5? Para poder atuar contra os movimentos revolucionários comunistas, uma vez que a formação de líderes na Rússia, na China, na Albânia, em Cuba – são os quatro principais países formadores de líderes – foi feita de modo que eles retornassem ao Brasil dispostos ideologicamente e muito bem determinados a morrer pela causa, o que, por muito pouco, não os levou a abalar as estruturas aqui existentes no período 1968-1973, em que agiram com toda a violência. E, aí, o que precisávamos era de um instrumento forte.

Hoje, estamos vendo o País democrático sendo tomado pelo crime organizado. Falta a esta esquerda, que está no Poder, seriedade, legislação eficaz e passado que a recomende para enfrentar este tipo de crime. É bandido em todo lugar matando e as leis os protegem, mas não protegem o cidadão comum. Por quê?

Direitos humanos.

Exatamente, direitos humanos, só para os bandidos. A família brasileira é assaltada, é violentada, é morta; estamos presos dentro das nossas casas, todos os cidadãos, todos, ricos e não ricos, todos estamos vivendo essa situação. Nas maiores e menores cidades, nas cidades do interior, que eram refúgios e hoje estão se tornando também problemas muito sérios na área de segurança, porque nos falta um instrumento, faltam leis que sejam realmente contra os bandidos, falta ao Governo um instrumento de força. Agora, eles estão vendo que sem um instrumento de força que possa realmente contribuir para a derrota desse pessoal, eles é que vão sempre sendo derrotados, porque esses elementos, exatamente, como

os terroristas de ontem, não têm limitações e continuarão atentando, em última análise, contra o regime vigente.

Hoje, ouvi uma reportagem pela manhã de um professor muito entendido em criminalidade, em violência, falando o seguinte: "Ou adotamos medidas fortes dentro da democracia ou vamos virar uma segunda Colômbia, devo dizer, pior do que a Colômbia". Porque, hoje, temos mais mortos no Brasil pela violência do que na Colômbia, na guerra que lá se enfrenta. Os assassinatos, os raptos etc., dentro do Brasil, hoje, são maiores do que na Colômbia que está em guerra há trinta anos.

Então o que foi o AI-5? A autodefesa do Estado. Ela precisava de um instrumento forte para garantir a concepção dos seus objetivos e esse instrumento forte foi o AI-5 que, por iniciativa nossa, nossa mesmo, eu digo dos revolucionários, em determinado momento foi extinto, por decisão do próprio Governo revolucionário, em 1979.

É preciso dizer, nos méritos da Revolução, que não contei aqui, da transição do regime revolucionário, o que é uma engenharia política difícil à beça de fazer e que foi feita no Governo Geisel. A transição de um Governo autoritário, não diria de um Governo revolucionário, mas de um Governo autoritário para um governo democrático. Essa transição que foi, no dizer mesmo do próprio Presidente, lenta, coesa e pacífica. E, depois, passa para o Presidente Figueiredo que, hoje, é um homem injustiçado. O pessoal só conta as coisas ruins do Presidente Figueiredo. O Presidente Figueiredo é o grande autor da Lei da Anistia.

A anistia brasileira existiu. Ele fez a anistia, garantiu-a, não permitindo que houvesse movimentos dentro das Forças Armadas que, a ela, se opusessem. Um dia a história irá reconhecer tudo isso.

As Forças Armadas se locupletaram com a Revolução?

Em absoluto. As Forças Armadas tiveram ao longo desses vinte anos, governos e chefes militares que mal atenderam às Forças Armadas para a sua sobrevivência. Acho que houve também um erro de enfoque, ou melhor, um preconceito, sou general e, portanto, não vou tirar aqui da minha área social ou econômica para dar ao Exército, ou para dar à Marinha ou à Aeronáutica. Tenho é que atender à Educação, à Saúde, à infra-estrutura básica – energia, transporte, telecomunicações etc.

As Forças Armadas estão inseridas naquele binômio que tanto se fala na Escola Superior de Guerra: Segurança e Desenvolvimento, binômio que foi se desequilibrando ao longo da Revolução cada vez mais e só ficou no campo do Desenvolvimento e nada para o da Segurança. Então, perdemos uma oportunidade com os presidentes militares, por pruridos, acho pruridos justificáveis, de modernizar as

nossas Forças, de ter uma força mais ágil, modernizada, tecnologicamente falando. Não precisávamos ter grandes efetivos, precisamos ter uma força moderna e adestrada. Esse aspecto perdemos e considero isso uma das falhas da Revolução.

E o "revanchismo" existe?

Ah!... mas não há dúvida. O "revanchismo" está aí, a anistia é uma lei de dupla mão, ela não visa somente anistiar os que partiram, os que deixaram o Brasil, os guerrilheiros rurais, os que cometeram atos terroristas, ela visa também anistiar o pessoal do nosso lado que porventura tenha cometido excessos etc. Houve excessos, mas em quantidade relativamente pequena, considerando o tamanho de nosso País, o tamanho da nossa população e a profundidade de um movimento revolucionário como foi a Revolução de 1964.

Então, o que eu digo é o seguinte: mesmo antes de nós passarmos para o Governo Sarney, mesmo antes, já havia os sinais claros de "revanchismo". E o "revanchismo" está aí em todas as situações. Não podemos desempenhar nem exercer nenhuma função, ou seja, aqueles que participaram na defesa do Estado, aqueles que receberam missões específicas na Revolução de 1964, são logo apontados como torturadores, o que é uma estupidez sem tamanho. Surgiu esse tal movimento Tortura Nunca Mais e outros, que são enaltecidos pela imprensa e pelos quadros políticos atuais.

O "revanchismo", não tenho dúvida, é uma característica atual. Estou me lembrando do pronunciamento do Senador Peres, pela Amazônia, acho que ele fez esse pronunciamento em 1999 no Senado, dizendo que não aceitava esse estado de coisas, que eles não fizeram a lei para favorecer um lado apenas e, sim, os dois lados e só um vem sendo beneficiado pela Lei da Anistia. Anistia significa perdão e esquecimento para os dois lados e que não tolerava o que vinha fazendo esse grupo Tortura Nunca Mais. Esse é um pronunciamento histórico do Senador Peres entre outros que aí estão.

General, a imagem do Exército brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação, apesar de todo esse "revanchismo", dessa propaganda contrária, como atestam as pesquisas de opinião. Como o senhor analisa isso?

O Exército vem conquistando cada vez mais este seu prestígio junto à população, porque o Exército não é alheio ao que se passa com o povo, contrariamente ao que acontece em outros exércitos do mundo até mesmo em exércitos vizinhos a nós. O Exército não sendo alheio ao que se passa com o povo brasileiro, o Exército sempre busca uma estreita ligação com este nosso povo, hoje como que ontem. Ele

participa dos seus sofrimentos e das suas alegrias com a mesma intensidade, sofrendo, chorando ou rindo com a mesma intensidade com que o povo sofre, chora ou ri.

Isto faz com que o povo se identifique com o seu Exército, porque, na realidade, nós, Exército Brasileiro, podemos dizer realmente que somos o povo fardado, porque nossas origens estão no povo. Não temos, a exemplo de outros exércitos vizinhos, castas dentro do Exército, não temos privilégios para fulano ou beltrano, porque pertencem a família X ou a família Y. Não é porque alguém pertença a uma família tradicional que esse alguém vai ser isso, vai ser aquilo, vai ser general, vai ser comandante disso ou daquilo. Vemos, com imensa satisfação, cada um ascendendo no nosso Exército de acordo com o seu mérito, de acordo com o seu valor, de acordo com a sua dedicação.

Devemos destacar que, no Exército, há muitos exemplos de companheiros nossos, alguns ainda na ativa hoje, que entraram no Exército soldados e foram a sargento, de sargento fizeram os seus cursos de oficiais e chegaram a coronéis ou generais; há vários oficiais, entre esses. Então, como não há instituição nenhuma mais democrática que a nossa, estamos sempre ao lado do povo e o povo sabe disso. Nas catástrofes, nas campanhas de vacinação em massa ou nos diversos rincões da fronteira onde começa o Brasil, estamos ali do lado dele.

Como também cultuamos a linha da honestidade e do patriotismo, o povo reconhece isto, porque o povo não é burro; o povo sabe, por ver, ouvir e sentir, valendo-se do seu juízo próprio. Ele sabe por juízo próprio, distinguir os reais valores e, por isso, as Forças Armadas, hoje, estão em primeiro lugar na aceitação pelo povo – a Instituição Exército junto com as duas outras Forças Singulares – à frente de todas as outras, até mesmo da Igreja.

Somos aceitos por isto, porque não é que sejamos gestais, não somos imunes a erros, não, mas sabemos o seguinte: se um de nós cometer um ato ilícito, o faça muito bem porque, ao ser descoberto, não terá a menor complacência de nenhum dos seus companheiros nem a complacência da Instituição. Isso está dentro de nós.

Nunca acobertaremos ninguém porque o "camarada é meu amigo". Para nós, não há isso. Ele é meu amigo até hoje, se amanhã ele der um desfalque, acabou. Se sou encarregado do inquérito, vou enquadrá-lo, todos nós sabemos disso. E, dessa forma, preservamos a nossa Força que é para nós a nossa mais rica herança. Assim, são formados os integrantes das nossas Forças Armadas, em particular o nosso Exército.

Que mensagem final, General Lessa, gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Agradeço as perguntas todas, sei que, às vezes, a gente é obrigado a divagar um pouquinho, mas é obrigado a ligar um fato com outro para facilitar a compreensão.

Quero dizer, primeiro, da validade deste Projeto, porque os homens passam. Tive quase cinqüenta anos de permanência no Exército, onde entrei menino, fiz os meus 15 anos no Exército. Fui com 15 anos lá para Fortaleza e, com cinqüenta anos de vida castrense, vejo que os homens passam. Hoje, já não estou mais na ativa, estou na reserva em situação periférica, mas a Instituição fica. O importante deste Projeto é recolher as experiências de quem teve a vivência acumulada ao longo dos anos. Essas experiências vão servir para alicerçar futuros estudos que venham a se fazer e, servirão, sobretudo, como exemplos, para o bem ou para o mal, oferecidos à nossa Instituição.

Sem dúvida alguma, uma das coisas que sempre temi e, graças a Deus, nunca mais vi em minha Instituição, foi a divisão interna do Exército que ocorreu, principalmente, em 1961 e mesmo, com menor intensidade, em 1964. A política não se constrói dentro do quartel. Somos instrumentos da política, não somos marionetes na mão de políticos, porque a política não é a nossa arte.

A nossa arte é aquela de formar cidadãos, a nossa arte é aquela de formar soldados, a nossa arte é aquela de estarmos preparados para defender a Nação se assim a Nação exigir. Sabemos que isso faremos até por juramento, com sacrifício da própria vida se necessário for.

Muitos no passado já o fizeram, as gerações presentes e futuras terão que continuar com este mesmo elã. O pior germe que poderíamos colocar dentro da Instituição é a política partidária. É aquela política que eu sou a favor de "A" ou a favor de "B". Isso não constrói, ao contrário, só destrói. Ao longo da história, temos constatado essa verdade.

Felizmente, conseguimos fazer uma separação nítida a partir de 1964, uma separação bem nítida. Quero ser político – senador, deputado, vereador – posso ser, mas tenho que deixar a farda, saio das Forças Armadas. Eleito, não volto mais para as Forças Armadas.

Se amanhã, perder a eleição seguinte, sei que não volto. Creio que este critério, foi mais uma decisão acertada da Revolução de 1964, evitando que um general, coronel, capitão ou sargento se torne político e depois, não sendo reeleito retorne ao quartel, impregnado de toda aquela política que viveu lá fora. Antigamente, voltava e ocupava os seus cargos até no passado recente, vamos dizer até 1964, era isso que acontecia.

Então, os presidentes militares procuraram afastar o Exército da política, as Forças Armadas da política e o fizeram exatamente através desta sábia legislação, que começou a vigorar com o nosso Castello Branco.

A esperança que tenho é de ver o nosso Exército cada vez mais profissionalizado, um Exército voltado para as missões constitucionais, sobretudo no mun-

do que vamos viver neste milênio que ora se inicia, um milênio de reais dificuldades para o Brasil, milênio no qual pressões muitos grandes teremos pela frente, e o futuro dirá se iremos ceder ou não.

Essas pressões se exercem na área econômica, se exercem na área psicossocial, se exercem na área da soberania. Estamos convivendo com um processo grande de doutrinação, em que as potências econômicas e militares começam a negar soberania aos países periféricos, acenando para estes com a chamada soberania relativa, soberania limitada, como se fosse possível alguma nação ter somente meia-soberania.

De fato, em muitos aspectos a gente vem abrindo mão, mas o essencial da soberania não podemos aceitar. Temos um território para zelar, temos um povo para cuidar; disso, não podemos abrir mão de maneira alguma. A atual e as novas gerações têm por obrigação manter o que as antigas gerações nos passaram, o que pressupõe uma Força Armada íntegra, coesa, profissional e apta a garantir a integridade do território nacional e a liberdade e a independência do povo brasileiro. É este o grande desafio que nos cabe. Temos plena confiança de que as gerações futuras saberão enfrentá-lo com a mesma determinação demonstrada pelos nossos antepassados.

Major-Brigadeiro-do-Ar Max Alvim

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e os de Piloto de Bombardeio-Médio no Brasil e o de Inteligência, do Exército dos Estados Unidos.
- Exerceu as funções de Comandante de Esquadrilha e de Instrutor da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar (Barbacena-MG) e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
- Foi Chefe da Comissão de Fiscalização e Recebimento das Aeronaves T-37C para a Academia da Força Aérea (Pirassununga/SP).
- Como Oficial-General, foi Chefe do Estado-Maior do Comando Geral do Ar, Comandante do VI Comando Aéreo Regional e Comandante da Universidade da Força Aérea e Guarnição dos Afonsos.
- Em 1964, no posto de Capitão, era piloto na Base Aérea de Canoas/RS.

Entrevista realizada no dia 8 de janeiro de 2002.

Vou fazer um retrospecto, volvendo a outubro de 1962, quando houve uma mudança do Comando de Transporte Aéreo, onde eu servia, e assumiu um oficial-general reconhecidamente ligado às esquerdas. Em conseqüência, fui transferido, posso até dizer, a toque de caixa para o Rio Grande do Sul, para a Base Aérea de Canoas.

Logo no início de 1963, tomando conhecimento da existência de um pequeno grupo que não estava absolutamente de acordo com o que vinha ocorrendo no País na época, liderado pelo Major do Exército Leo Guedes Etchegoyen, fui levado a sua presença e com ele me entrosei perfeitamente, tanto com ele, quanto com os outros companheiros que faziam parte desse pequeno grupo. Mais tarde, se juntaram mais três companheiros e esse grupo que contava com um efetivo pequeno durante quase todo o ano de 1963, já no final do ano cresceu pela aproximação de outros camaradas entre os quais, me lembro muito bem, do General Manta que foi depois presidente da Rede Ferroviária do Sul. Do Rio de Janeiro, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Heitor, fuzileiro naval, veio para tomar conhecimento do que estava acontecendo no nosso meio no Rio Grande do Sul. Ele fazia parte de um movimento semelhante, que já aflorava no Rio de Janeiro. Mais tarde, o Heitor chegou a Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

A coisa foi sendo ampliada gradativamente e fiquei na expectativa de que algo de positivo acontecesse, fruto de tudo aquilo. É bem verdade que, na manhã do dia 31 de março de 1964, o Major Leo Etchegoyen chegou do Rio de Janeiro com uma mensagem, praticamente codificada, que dava a entender que, depois daquele aparato que houve no dia 30 de março de 1964 no Automóvel Clube do Brasil, com a presença do Presidente da República, um movimento armado, até o dia 4 de abril, eclodiria, como resposta àquela inversão completa de valores. Mas para surpresa minha, no mesmo dia 31, quando estávamos em forma na nossa Unidade, para a leitura do boletim, houve uma interrupção para dizer que tinha sido deflagrado o Movimento em Minas Gerais, liderado pelo General Olympio Mourão Filho.

Para mim, não foi surpresa evidentemente, mas, para a maioria, foi, e, aí, a Unidade entrou em prontidão e eu, na época, era ainda capitão, embora em função de major. Recordo-me que eu era o elemento de confiança do Comandante da Base – um excelente oficial, em todos os sentidos, José Paulo Pereira Pinto, faço questão de dizer o nome deste valoroso chefe e amigo. Só tinha um inconveniente: ele fazia tudo que estivesse a seu alcance para evitar que se abordasse qualquer idéia relativa à política dentro da Unidade.

Então, ele próprio não queria tomar conhecimento das coisas, mas era um líder, um homem correto, bem-quisto pela tropa, o que evitou que muita coisa ali acontecesse. Cheguei até ele, logo depois de terminada a leitura do boletim, e dei

a entender que a coisa ia se ampliar de muito. Ele compreendeu e pediu que o auxiliasse a manter a disciplina e a ordem dentro da Base o que fiz, evidentemente.

Bom, os dias seguintes foram de muita tensão, porque não se sabia até onde a infiltração comunista, nas nossas próprias Forças Armadas, poderia desenvolver um contramovimento. Felizmente, não houve porque não havia condições para qualquer reação maior. Não havia porque conhecíamos quem era do outro lado e esses, uma minoria, receberam logo ordem de prisão e já foram afastados do nosso meio. Ninguém quis defender o governo da desordem que findou melancolicamente diante do Movimento cívico-militar de 31 de Março.

Tomamos conhecimento nos dois dias seguintes, com a evolução dos acontecimentos, principalmente da adesão do II Exército, em São Paulo, da adesão do seu Comandante, General Kruel, o que foi de grande importância para o desfecho vitorioso do Movimento armado. No Rio Grande do Sul, o General Poppe de Figueiredo foi levado a tomar uma decisão também favorável e, com isso, amenizou um pouco a tensão naquela região, que só perdurou durante algum tempo por causa dos inquéritos que foram abertos e tudo mais.

Um fato que gostaria de deixar claro aqui começou a acontecer em agosto daquele ano de 1964, quando passamos a sentir uma certa frustração, por haver uma tendência de afrouxamento das atividades revolucionárias. Isso, porque, na minha própria opinião, perdoem aqueles que não concordam comigo, embora o Marechal Castello Branco fosse tido por todos nós, reconhecidamente, como homem íntegro, inteligente, capaz, havia um problema, ele não tinha um espírito revolucionário e demonstrou isso durante todo o tempo em que ele exerceu a Presidência da República. Então, cometeu o primeiro grande erro ocorrido no Movimento que foi não ter tocado no Poder Judiciário, isto foi o que motivou uma série de outros pequenos erros que foram se acumulando com o tempo.

Brigadeiro, onde estão as raízes do Movimento revolucionário? Quando tudo começou? Em 1935? Em 1961? Ou mais para trás?

Evidentemente, os eventos que ocorreram em 1935 demonstraram claramente a intenção de transformar o Brasil num satélite do comunismo internacional. Mas isso durante muito tempo ficou adormecido. Em 1961, veio novamente à baila a mesma tônica e com o Governo João Goulart, governo populista, com o qual se pretendia levar o País a um regime, na época chamado de república sindicalista, que nada mais era do que torná-lo comunista, satélite, por conseguinte, de Moscou.

Na época, começou a haver uma insatisfação de todos aqueles que não comungavam com aquelas idéias marxistas-leninistas, ou seja, a grande maioria do

povo brasileiro. Surgiu, então, como citei, no Rio Grande do Sul, aquele pequeno grupo que se propunha a deflagrar algum movimento contrário à comunização de nosso País. E foi levado de roldão por outros movimentos bem mais estruturados em outras regiões, como foi o caso do de Minas Gerais, conduzido pelo General-de-Divisão Olympio Mourão Filho, apoiado pelo General-de-Brigada Carlos Luís Guedes.

Realmente, muitos outros grupos surgiram em vários lugares, todos, vamos dizer, revoltados com aquela situação de completa anarquia em que se vivia.

Exatamente. Completa anarquia.

Os políticos esquerdistas, principalmente os marxistas-leninistas, assim como os líderes sindicais – conhecidos por pelegos, porque se valiam dos sindicatos para fazer o jogo do Governo, utilizando os sindicalizados como massa de manobra nas atividades de natureza política – esse pessoal escolheu mais uma vez como alvo as Forças Armadas. Consideradas o baluarte do nosso espírito de brasilidade, passaram, naturalmente, a ser atingidas no que tinham de mais sagrado – a hierarquia e a disciplina – pelo Governo que usava do populismo para agitar as massas, trazendo transtornos incontornáveis para a vida do brasileiro de um modo geral. Surgiu, em contrapartida, essa insatisfação e uma reação contra a infiltração que vinha se fazendo com crescente intensidade, não só nas Forças Armadas, como também no clero.

Qual a posição da Igreja com relação ao Governo Goulart?

Com relação ao governo deposto, a Igreja era também radicalmente contra. Depois, alguns meses depois, principalmente fomentada no âmbito dos dominicanos, é que surgiu uma reação contrária ao Movimento cívico-militar de 31 de Março, estimulada pelas idéias marxistas-leninistas, incutidas no espírito daqueles sacerdotes.

A respeito das "Ligas Camponesas", tão atuantes, e do "grupo dos onze", o que gostaria de nos dizer?

Tivemos uma grata surpresa ao ver que aquilo tudo não passava de um blefe. O "grupo dos onze" de Leonel Brizola era outro grande blefe, mas que, se tivesse sido desenvolvido, como as "Ligas Camponesas", teria trazido conseqüências desastrosas para a preservação da paz e da ordem em nosso País.

Como vem ocorrendo hoje com as ações levadas a efeito pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

Agora digo o seguinte: o MST é infinitamente mais danoso do que foram as Ligas de Francisco Julião e os "grupos dos onze" de Brizola. Porque o MST, fomentado pelo comunismo internacional, que não morreu, que permanece vivo, bas-

tante atuante, conta com o apoio ostensivo, declarado de elementos do Governo Federal, sendo alimentado também por parte do clero, a tal Pastoral da Terra...

Imprensa.

Bom, a imprensa nem se fala, a imprensa que foi totalmente a favor do Movimento cívico-militar de 31 de Março depois de ter se locupletado com os governos ditos militares, principalmente *O Globo,* do senhor Roberto Marinho, virou as costas e passou a nos agredir, depois de vinte anos de apoio ostensivo, como foi o caso das organizações Marinho que, surpreendentemente, mudaram de comportamento quando deixamos o Poder. Veja, exatamente após o momento que entregamos o Poder! Eles estão ao lado, sempre dos seus interesses, mudando de posição se preciso for! Infelizmente, esta é a conduta por eles adotada, que, agora, conhecemos!...

No meio militar, naquela época, procurou-se criar cisões no seio das Forças Armadas? Lutas entre oficiais e sargentos?

Ah, evidente, mas só que, como eu já disse, pelo menos eu posso falar na Base Aérea de Canoas, onde eu servia, não ocorreu um fato mais grave por uma razão muito simples, porque o comandante, cujo nome repito com prazer, Coronel José Paulo Pereira Pinto, era querido pela tropa, extremamente dedicado, um chefe justo, amigo de todos, mas um disciplinador também e que impediu que alguns elementos, tidos como insufladores, perturbassem a ordem ou se insurgissem contra a hierarquia dentro da guarnição, antes e principalmente quando deflagrado o Movimento de 31 de Março.

Brigadeiro Max Alvim, que outros fatos, além da reunião do Automóvel Clube do Brasil, de 30 de março, levaram à Revolução de 1964?

A reunião de 30 de março foi decisiva porque contou com a presença de João Goulart, o maior incentivador, com o seu discurso, da quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Ele foi mais radical que todos os sargentos que usaram a palavra. O que me deixa pasmo é que, até hoje, existem oficiais de alta patente, são muito poucos felizmente, é verdade, mas existem, que vêem João Goulart como um homem que não fez nada de mau, sempre foi muito bonzinho quase um santo! Este comportamento é uma forma – disto não tenho dúvida – de justificar o erro grave que cometeram ao apoiá-lo, insensatamente, durante a eclosão da Revolução que o depôs. Mas devo continuar, citando os fatos, para responder à sua pergunta. Penso que os mais graves foram a Revolta dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, que mostrou que a subversão da hierarquia e da disciplina, na Marinha de Guerra, passou muito de todos os limites!...

O Comício da Central foi o início do desrespeito ao povo brasileiro no mês de março. Nessa mesma época, foi iniciado por uma professora aposentada, no momento me falha a lembrança do seu nome, um movimento que ganhou milhões de adeptos – as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, para se antepor a tudo que estava em ebulição no País. Portanto, o movimento cívico-militar, cívico mesmo e militar porque evidentemente a força era imprescindível, foi apoiado pela opinião pública numa altíssima porcentagem, mais de 90%. Em São Paulo, marcharam um milhão de pessoas. Marcha semelhante, também com um milhão de participantes, aconteceu no Rio, para louvar a Família e a Deus pela vitória da Revolução que nos libertou da praga comunista.

Sem dúvida, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade não poderão ser esquecidas nunca, inclusive pela participação preponderante da mulher brasileira, de terço nas mãos, rezando pelo Brasil.

E os comunistas dizem que foram marchas reacionárias...

A toda ação corresponde uma reação. Tinha que haver uma reação, uma reação belíssima, à altura da causa pela qual a maioria absoluta do povo lutava, para desespero dos "revanchistas" de hoje que querem esconder tudo isso!

Foi uma reação das mais belas que o Brasil assistiu, porque havia uma revolução em andamento de caráter comunista.

Exatamente, sem dúvida nenhuma.

Então, Brigadeiro, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional?

Totalmente.

E o Congresso como se portou na época?

O Congresso lamentavelmente se portou como sempre tem se portado. Não há uma unidade de pensamento, não há uma ideologia. Hoje, se escondem na idéia de democracia liberal mas que, na realidade, é jogo de interesse de grupos. Até hoje não se modificou, pelo contrário se agravou, a ponto de se ter visto a cassação de alguns parlamentares, por suas atitudes absolutamente condenáveis, e a renúncia de outros para não serem cassados. Uma vergonheira!

E aquelas entidades tachadas de esquerdistas – União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) etc. – como é que se portaram logo no início da Revolução? Elas continuaram a agir?

Elas não tiveram tempo nem organização nem liderança para agir. Mas, hoje, isso não acontece com os grupos esquerdistas que estão atuando. Hoje, têm liderança, embora falsa, mas têm liderança.

E contam com forte apoio externo...

Têm apoio externo que é o pior. Inclusive da maioria dessas ONG, cujos interesses não são os do nosso País.

A Revolução de 31 de Março no seu entender foi um movimento de caráter interno ou houve algum apoio externo inclusive dos Estados Unidos?

Que eu saiba, nenhum apoio externo. Tanto que vivi, todo o ano de 1963, ligado ao nosso pequeno grupo e era só esse grupo que estava tentando atuar de alguma maneira. Só no fim do ano, é que se vislumbrou a possibilidade de ampliar esse relacionamento, aumentando o efetivo do nosso grupo. Nunca ouvi qualquer comentário de que receberíamos qualquer apoio que não fosse de nós mesmos.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar de João Goulart?

Primeiro, porque as poucas lideranças eram falsas lideranças e fraquíssimas. Eu me lembro muito bem de quando o General Ladário assumiu o comando do III Exército na época. Quando houve o Movimento, chegaram até a tirar a cadeira do seu Gabinete para que ele não pudesse sentar. Lá em Uruguaiana, o antigo Comandante da Divisão de Cavalaria, que era o José Horácio da Cunha Garcia, foi exonerado por ordem expressa de João Goulart e colocaram um indivíduo fraquíssimo no comando, sem moral nenhuma que prefiro até nem citar o nome, mas se quiserem eu cito: General Camarinha.

A atuação do Coronel Amerino Raposo foi decisiva em Uruguaiana...

Porque não desmontaram o estado-maior do José Horácio da Cunha Garcia nem tiraram os comandantes de Unidade que eram contra o Governo, caso do Coronel Amerino, que comandava o Grupo de Artilharia, com muita eficiência.

O emprego operacional dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a favor da Revolução de 1964 foi correto no seu entendimento?

Absolutamente correto. Foi o grande obstáculo à tropa da Vila Militar, pertencente então ao I Exército, comandada pelo General Anfrísio, cuja vanguarda, ao chegar próxima à barreira montada pelos cadetes, parou.

Ele não conseguiu fazer com que as suas tropas prosseguissem, não só porque estavam a favor do Movimento revolucionário, como, diante da força moral da AMAN, o prosseguimento tornou-se inviável.

O General Âncora, Comandante do I Exército, decidiu ir à Academia para participar da histórica reunião com o General Kruel, comandante do II Exército, no final da qual ficou decidida que não haveria embate no Vale do Paraíba. Foi uma rendição em alto nível. Sem humilhações, coisas comuns ao Exército de Caxias.

A decisão do General Médici não só segurou a tropa do Rio, como elevou o moral da tropa de São Paulo que era inferior em meios a do I Exército.

Dois aspectos fundamentais, inclusive este de fazer crescer o moral da tropa de São Paulo.

Cresceu porque ninguém tem dúvida de que São Paulo tinha menos meios do que o Rio naquela época, principalmente em termos de munição.

E continua tendo.

Então a posição do Médici foi...

Decisiva.

E eu lhe pergunto, então, se a união e a coesão foram robustecidas após o 31 de Março nas Forças Armadas?

Completamente.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Não acredito que fosse baseada em alguma ideologia, não havia ideologia nenhuma. Havia vontade de não permitir que o nosso País caísse sob o regime totalitário vermelho.

Brigadeiro, gostaríamos que falasse um pouco mais sobre a relação da mídia e o Movimento de 1964?

Apoiou completamente, todos os jornais praticamente...

Principalmente *O Globo* que depois de nos apoiar integralmente durante vinte anos mostrou, a partir de 1985, quando nos afastamos do Poder, a sua verdadeira face, traindo o nosso Movimento cívico-militar, tachando-o de totalitário, tachando-o de ditadura militar, chamando os anti-revolucionários para eles, os parceiros de vinte anos, de repressores, de torturadores etc. e tal.

Por que mudou tanto só depois que nos afastamos do Poder?

Garanto que a resposta para esta questão não é difícil; ao contrário, ela é intuitiva, clara...

De uma evidência que salta aos olhos. Lembro-me de que em 1982, na semana comemorativa dos 160 anos de Independência do Brasil, a família Roberto Marinho, ele presente, comemorou conosco junto ao Monumento do Ipiranga, em São Paulo, o evento. Ele e seus familiares conversando alegres, sorridentes, com os militares do II Exército numa perfeita interação. Por que mudou? Dizem que os seus interesses foram contrariados pelo Presidente Figueiredo e, aí, a Revolução, feita

pelo povo, como ele ressaltava, inclusive em editoriais da sua lavra, transformou-se "numa ditadura imposta pelos militares". Além de tudo, não tínhamos mais o Poder, deixamos de interessar. Veja que a resposta é realmente intuitiva, manifesta, extremamente clara.

Interesses contrariados e a transferência do Poder, que saiu de nossas mãos, fez tudo desandar. O Movimento cívico-militar contra-revolucionário, contra uma revolução que estava em andamento, levou ao Poder generais da reserva, porque todos deixaram o serviço ativo, então não foram governos militares, muito diferente do que se viu em outros países da América do Sul, como no Chile, na Bolívia etc.

A Revolução de 1964 contou com o apoio, por exemplo, do *Jornal do Brasil* até o final do Governo Médici, no início de 1974, é só ver os seus editoriais, e de *O Globo*, como dizemos, até o final de 1984, o que pode ser visto no Editorial de 7 de outubro do referido ano, intitulado o "Julgamento da Revolução", de autoria do próprio Roberto Marinho. Observe o detalhe, antes era Revolução, hoje é ditadura.

Este é o exemplo típico de quem tem duas caras!...

A partir de 1974, com a assunção do General Geisel, começou a mudar as feições das coisas e houve uma certa deterioração dos princípios que nortearam as idéias que inspiraram a Revolução de 31 de Março.

Todavia temos que reconhecer, como os jornais antes faziam, que os vinte anos de Revolução transformaram o Brasil completamente. Os derrotados em 1964 e no período 1968 a 1974, que hoje dominam a Imprensa, escondem tudo, o que é profundamente lamentável, por causa do rancor, do ódio que eles têm dos vencedores, aos quais não perdoam, não nos perdoam por termos vencido militarmente e administrativamente.

O senhor falando e eu me lembrando de uma fita de vídeo que assisti ontem sobre a construção da Itaipu Binacional, a obra do século, a maior hidroelétrica do mundo, sobre a qual a mídia silencia, como o faz com relação a todas as grandes realizações da Revolução. Vi, nesta fita, a quantidade enorme de problemas vencidos, com uma determinação impressionante, só para transportar todo aquele material, de um gigantismo impressionante, para a área de Itaipu, passando por Foz do Iguaçu – uma logística verdadeiramente extraordinária.

Eu conheci Itaipu na época da construção e depois voltei com a grande obra concluída. Só os cegos podem permanecer insensíveis ao resultado de tanto labor ali realizado e a tanta beleza! Esquecem que corremos este nosso País na vasta região amazônica durante as atividades do Projeto Rondon que, hoje, procuram novamente ressuscitar, mas com outro nome, mostrando que o atual Governo não admite dar continuidade ao que tem a marca da Revolução. Aí, mudam o nome!

Outro aspecto importante foi a construção de casas populares. Nunca se construiu tantas casas populares como na época do General Médici, o que é verdadeiro também em termos de estradas, cortando o Brasil de norte a sul, de leste a oeste.

A construção naval, a construção aeronáutica, não podíamos deixar de nos referir. Seria injusto não mencioná-las.

Podíamos até dizer que se ressuscitou a autoridade no País.

Completamente, porque ela havia sucumbido diante da balbúrdia e da inépcia que se implantou numa escala ainda não vista.

E agora? Agora também não existe, é bom que se diga. E só ver o que o MST – que se diz Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas que não o é – vem fazendo; as palhaçadas que o Governo atual atura, por falta de coragem moral para impor a ordem.

E quais foram os erros da Revolução além daquele de não mexer no Judiciário? O senhor citaria mais algum?

Não é uma resposta fácil. Vou emitir uma opinião exclusivamente minha, pela qual sou o único responsável. Acho que cometer erro já se cometeu mais de uma vez ao entregar a liderança do País a determinados civis, o que é muito arriscado. Mas o último presidente da Revolução, ao sair do cenário político, não soube fazê-lo com a responsabilidade que lhe cabia integralmente. Devo dizer, ainda, que os dois últimos presidentes não foram bem escolhidos. Deixaram-se levar pela manha dos políticos profissionais.

No mundo conturbado pelas ações do movimento comunista internacional no período da bipolaridade, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de tanto progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro, apesar de todos aqueles problemas derivados da guerra fria?

Olha, eu reputo que foi exatamente no período do General Médici que ocorreu esse fato. Pela simplicidade, pela competência, pela honestidade, pelos propósitos verdadeiramente patrióticos é que ele pôde fazer o que foi feito e que, hoje, os "revanchistas", cheios de ódio, buscam colocar no ostracismo, até porque o Presidente Médici foi vitorioso em todos os setores, inclusive na luta contra a insânia terrorista.

Exatamente, por isso ele é o mais atingido pelo adversário.

É o mais atingido, neste momento, pelo rancor dos perdedores, todos de esquerda, a maioria marxista.

A chamada batalha da comunicação social foi perdida ou não quisemos participar dela, como no caso do próprio Presidente Castello Branco?

Foi um erro fundamental, porque a ação psicológica tinha que ser mantida, a informação não só para as novas gerações das Forças Armadas, como da própria população civil, que deveria tomar conhecimento do que estava sendo realizado e não deixar apenas ao sabor da mídia publicar aquilo que lhe interessasse. Foi um lamentável erro a não existência de uma comunicação efetiva, até para falar das realizações e para defender as suas decisões diante da crítica.

Há uma corrente adversária que afirma que as ações de guerrilha e o terrorismo praticado por extremistas, foram feitos porque não havia liberdade para que a facção contrária pudesse expor seus pontos de vista. Esta assertiva é verdadeira ou não?

Não, não tem nada uma coisa com outra. O que havia era realmente a intenção de sovietizar o Brasil, transformando-o numa república socialista e o meio que algumas facções encontraram foi exatamente o terrorismo e a guerrilha, o que lamentavelmente, levou-os a perder trezentos partidários na luta armada e, o que é muito pior, levou o Estado, para realizar a sua defesa, a perder duzentos homens. Os trezentos inimigos morreram porque partiram para a luta, mas os nossos duzentos morreram pelo dever de defender o Estado, o que, apesar de triste, é extremamente nobre. Agora, eu pergunto: "Quem está sendo indenizado?" Os terroristas, cheios de ódio, que se voltaram contra o Estado!... Só mesmo no Brasil e com o dinheiro do contribuinte!... Imaginem se o Fidel Castro tivesse que indenizar a família dos 17 mil que ele colocou no paredão!...

A guerrilha do Araguaia, por exemplo, foi uma tentativa de reeditar a ação de Mao Tsé-Tung, que começou a revolução no meio rural, mas, no Brasil, naturalmente fracassou porque não houve nenhum apoio da população e teve pela frente o nosso Presidente Médici. Por isso os esquerdistas, que continuam a chorar a morte dos terroristas e guerrilheiros, detestam a figura maior de toda a Revolução, que foi inegavelmente o ilustre Presidente Médici.

Um emérito vencedor em toda a plenitude!

Quais os objetivos claros da luta armada desencadeada no campo e na cidade e quem dava o apoio externo a essas organizações?

O apoio vinha fundamentalmente de Cuba, sobretudo no que tange a apoio logístico que era fornecido a esses grupos por Moscou, através dos comunistas cubanos. O objetivo da luta armada das organizações, que atuavam no campo ou na cidade, era um único – a tomada do Poder.

O que o senhor acha da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI)? Havia necessidade? Como vê essa parte de informações e das operações de informações?

É o que eu gostaria de dizer agora. Não há Estado no mundo por mais simples e desprovido de repercussão internacional que não tenha o seu serviço de inteligência. Ninguém pode prosperar desde a época de Sun Tzu, o grande pensador chinês, sem um serviço de inteligência adequado.

Foi uma jogada extremamente negativa a de Fernando Collor de acabar com o SNI e daí para frente ficou todo mundo sem informações. E não se remonta um Serviço de Informações em poucos anos, demora muitos e muitos anos para formar e preparar pessoal adequado.

Os Destacamentos de Operações de Informações foram a linha de frente para enfrentar na rua e no campo o inimigo solerte e obcecado. Era impossível enfrentar todas aquelas organizações terroristas sem os Destacamentos de Operações de Informações. Eles foram extremamente importantes no nível operacional, como o SNI nas informações para o Presidente da República e os seus escalões mais elevados.

A mídia e os políticos chamam o pessoal que trabalha em inteligência de "araponga", porque contrariam os seus interesses e descobrem as suas mutretagens, as suas pilantragens. Essas coisas todas, com um Serviço de Inteligência adequado, vêm a tona facilmente.

Tive conhecimento não sei até onde é verdadeiro de que Fernando Collor, que na verdade nos traiu, fez conchavo com as forças de esquerda para se eleger, com a promessa de iniciar sua gestão acabando, fechando o SNI. E foi o que aconteceu.

Penso que o maior interessado era ele mesmo, "o rei da patifaria".

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas tiraram algum proveito, se locupletaram naquele período?

Uns poucos elementos das Forças Armadas se locupletaram, mas as Forças Armadas não, pelo contrário, foram muito sacrificadas.

Pior do que aquele período, só o que se iniciou em 1995. Daí para frente, as equipes econômicas têm contingenciado quase todos os recursos das Forças Armadas, com o aval da Presidência da República. Um absurdo, mas as Forças não reclamam, se adaptam, inclusive reduzindo, anualmente, efetivos, com visível perda de sua eficácia.

De sua experiência pessoal, de um modo geral, que avaliação faz dos vinte anos de Revolução?

De um modo geral foi muito positiva o que tirou um pouco o valor, talvez até o brilho do trabalho, foi a excessiva estatização promovida pelo General Geisel.

A tão decantada abertura política, realizada sem o devido controle, e a anistia ampla geral e irrestrita que só vale para o inimigo, não vale para o lado de cá, são acontecimentos que tornam os dois últimos governos ditos também da Revolução devedores do esforço dos verdadeiros revolucionários, dos patriotas que sempre sonharam com um Brasil desenvolvido e não periférico. Basta ver o seguinte: "Quantas famílias já foram indenizadas? Famílias dos radicais de esquerda indenizadas com dinheiro do Brasil nesses últimos tempos, enquanto nenhuma família do nosso lado teve qualquer benefício; pelo contrário, tiveram perdas e assassinatos, sem o menor reconhecimento do Estado".

Exatamente. A gente pode até dizer que aos trezentos deles que morreram – terroristas, criminosos – foi dado apoio e oferecido recompensas. Enquanto que os duzentos nossos, não viram nada, embora defendessem a Nação agredida.

Não viram nada, nem o agradecimento oficial do Estado.

O Governo Figueiredo, com a sua anistia, absolutamente inadequada, permitiu que bandidos voltassem como heróis, inclusive um indivíduo que assassinou um sargento da Aeronáutica dentro do *jeep* foi preso, depois banido e voltou como herói...

Enquanto esses absurdos acontecem no Brasil, sem que ninguém do nosso lado abra a boca, o senhor Fidel Castro continua ditador de Cuba há quarenta anos, recorde de permanência no Poder em todos os tempos no mundo. Qual foi a primeira coisa que ele fez quando assumiu o Poder? Foi mandar confeccionar um uniforme verde-oliva, que continua usando até hoje, sem nunca ter sido militar na vida – ele é advogado, mas continua sendo homenageado por essa esquerda "revanchista" que insiste em chamá-lo de presidente ou comandante e que, ao mesmo tempo, denigre os nossos verde-olivas, o nosso Exército e as Forças Armadas como um todo.

Qual a situação do comunismo no Brasil na atualidade, que alguns afirmam ter desaparecido?

É claro que não desapareceu. O comunismo não desapareceu coisíssima nenhuma, o que caiu foi o Estado socialista na Rússia por incompetência e por ter, durante muitas décadas, alimentado as revoluções socialistas nos diversos países graciosamente e acabou economicamente falido. Mas o comunismo em si não acabou. É uma doutrina extremamente negativa, mas esta aí.

Inclusive agora com a nova roupagem gramscista?

Isto é terrível. Agora a doutrina utilizada vem da Itália, dos "Cadernos do Cárcere", de Antonio Gramsci.

Brigadeiro, a imagem das Forças Armadas brasileiras vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê isso? Como é que diante deste "revanchismo" todo, a opinião pública ainda é tão favorável às nossas Instituições?

Bom, acho que por terem o conhecimento e a certeza de que o grande esteio que existe para a manutenção da nossa nacionalidade, da nossa soberania está nas Forças Armadas.

O povo tem consciência disso.

O povo tem consciência disso tanto é que às vezes em fila de banco se ouve algum comentário. Ah! Na época dos militares, era bem melhor. Já ouvi várias vezes isso sem fazer comentário.

Meu Brigadeiro, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964? O que gostaria de registrar?

A iniciativa do nosso Exército é muito elogiável, porque está na época de dizer, de alguma maneira, com um atraso bastante acentuado, mas ainda a tempo de dar conhecimento às novas gerações, o que foi o Movimento cívico-militar de 31 de Março. A verdadeira história e não a história contada por caminhos tortuosos como vem sendo feito. Então, acho extremamente válida esta iniciativa e parabenizo quem teve a idéia e quem está executando este trabalho.

Brigadeiro-do-Ar Marcio Cesar Leal Coqueiro

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Durante a Segunda Guerra Mundial, por cerca de quatro anos, serviu no Esquadrão de Patrulha Anti-submarino, estacionado na Base Aérea de Recife, tendo realizado 220 missões de guerra.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica.
- No exterior, cursou a *Air Navigation School*, em Clinton, Oklahoma, e o *Interamerican Defense School*, em Washington, ambos nos Estados Unidos.
- Foi Instrutor de Navegação Astronômica da Escola da Aeronáutica.
- Oficial da Seção de Informações do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).
- Oficial do Gabinete do Ministro da Aeronáutica (1961).
- Promovido a Brigadeiro em 1967, comandou o II COMAR, em Recife, e o IV COMAR, em São Paulo.
- Em 1964, era Tenente-Coronel e servia no Estado-Maior da Aeronáutica.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca, no dia 19 de março de 2002.

Sinto-me gratificado pela oportunidade de poder transmitir informações e dados, com relação aos fatos dos quais participamos, pessoal e intensamente, há cerca de quatro décadas. Acredito que poderão compor, com significativa autenticidade, o quadro da atuação das Forças Armadas na Revolução de 31 de Março de 1964. Desejo externar, ainda, neste início de entrevista, meus calorosos elogios à brilhante iniciativa.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de Março de 1964?

Entendemos que o Movimento nasceu, cresceu e se desenvolveu muito antes dessa tradicional data que rotula sua eclosão. Ainda que não nos afoitemos a arriscar conjecturas nos acontecimentos políticos mais distantes, dos idos de 1922, 1930, 1932, 1935, 1937 etc., cujas influências político-militares, na vida nacional, sempre apresentaram elos e vínculos consideráveis, podemos assumir, tranqüilamente, como data-base, desencadeadora dos pródromos da Contra-Revolução Democrática de 1964, o dia 25 de Agosto de 1961, data da renúncia do Presidente Jânio Quadros à Presidência da República.

Naquele exato momento em que, como anualmente acontece, se comemorava o Dia do Soldado, eram lançados, de forma impensada e irresponsável, um pesado ônus e aflitivas preocupações sobre a Nação e as Forças Armadas.

É claro que, nesse episódio acontecido cerca de três anos antes, as principais raízes fixaram-se na terra, politicamente revolta e adubada. Outras raízes foram se apresentando, como conseqüência tumultuada dos fatos ocorridos após a renúncia do Presidente Jânio Quadros.

À esta altura, devemos esclarecer, à guisa de confirmação e da autenticidade de nosso relato, que, à época, nos encontrávamos em Brasília, servindo no Gabinete do Ministro da Aeronáutica, como Oficial de Ligação com o Gabinete Militar da Presidência da República.

Na análise que fazemos dos acontecimentos, a bem da verdade histórica, com propósito saudável e sem intenção de críticas pessoais, é necessário que se declare, honestamente, acreditarmos ter havido, por parte dos Chefes Militares no Poder, uma avaliação malconduzida da situação, ao decidirem pelo deslocamento dos ministros militares, de Brasília para o Rio de Janeiro, após a renúncia. Assim afirmamos, por considerar que, havendo o Presidente da República abandonado o seu posto e tendo ficado a Nação praticamente, acéfala, o concomitante afastamento dos ministros militares, da Capital da República, centro do Poder, deixaria a sede do governo do País sem a presença dos responsáveis e

zeladores pela manutenção da autoridade e segurança interna. Isso, evidentemente, constituía um risco, deixando-a à mercê dos políticos, no Congresso Nacional, que, como se sabe, não são confiáveis e cuidam, preferencialmente, dos interesses pessoais, partidários e ideológicos. Foi, aliás, o que veio a acontecer, realmente, naquela oportunidade.

Permanecer em Brasília e solicitar a presença dos demais chefes militares das três Forças Armadas, inclusive dos Comandantes de Grandes Unidades, seria exercer, embora de forma indireta, necessariamente, pressão sobre os políticos, inibindo-os de assumirem comportamentos prejudiciais à conjuntura. O que, aliás, veio a ocorrer, ao ser estabelecida, por decisão do Congresso Nacional, a forma de governo parlamentarista, ardilosamente montada, com o propósito de assegurar a posse do Vice-Presidente João Goulart.

Por outro lado, não resta a menor dúvida de que os ministros militares, ao se deslocarem para o Rio de Janeiro, onde turbilhonavam as decisões sobre as possíveis soluções e transparecia o mal-estar, no próprio meio militar, indeciso e inseguro, quanto ao caminho a seguir, iriam se envolver, necessariamente, nesse deteriorado processo, dificultando as suas análises da situação para as tomadas das decisões.

Dessa forma, acabaram deixando-se impressionar com as preocupações latentes, em alguns setores, de ferir os termos e os princípios constitucionais, quando as circunstâncias indicavam que o maior risco que ameaçava a estrutura política do País era a posse do Vice-Presidente João Goulart, muito maior do que assumir posições mais drásticas contra a sua posse. Acabaram, como se sabe, cedendo em seus propósitos estabelecidos, em Brasília, sendo ludibriados pela tese do governo parlamentarista, habilmente apresentada pelo Congresso Nacional e apressadamente aprovada pelos políticos.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal na crise surgida com a renúncia do Presidente Jânio Quadros?

É oportuno que se relate, neste momento, a fim de deixar claro, o sub-reptício e ardiloso comportamento dos políticos, em Brasília: o episódio ocorrido, pessoalmente, conosco, fruto de manobras e falsas versões articuladas pelos partidários ideológicos do senhor João Goulart.

Na condição de Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Grüm Moss, e mais antigo presente em Brasília, recebemos ordem expressa do Ministro de interditar os aeroportos de acesso à Capital da República, a fim de impossibilitar o pouso de qualquer aeronave, civil ou militar, que conduzisse o

Vice-Presidente, João Goulart. Cumprimos estritamente as ordens recebidas, através das providências normais, de bloqueios das pistas de pouso, interditando-as com obstáculos.

Logo, os políticos, senadores e deputados, aliados do senhor João Goulart, reagiram à ordem e às medidas tomadas, através de declarações amplamente divulgadas pela imprensa do País, denunciando a existência de um plano que passaram a chamar de "Operação Mosquito", operação militar com o objetivo de atacar e derrubar qualquer aeronave, civil ou militar, que conduzindo o Vice-Presidente, tentasse pousar na Capital da República.

A verdade é que a "Operação Mosquito" nunca existiu, nem foi cogitada. A interdição dos aeroportos foi, porém, executada, com rigor, sobre a nossa orientação, e em obediência às ordens superiores.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

As imagens fotográficas, amplamente divulgadas, pela imprensa livre e independente da época, bem retratam o reconhecimento do Povo e da Nação às Forças Armadas. Aliás, até hoje, são altamente consideradas pelos elevados índices de aceitação e de aprovação, junto à sociedade, conforme atestam, reiteradamente, as pesquisas de opinião pública, reconhecendo as Forças Armadas, como a mais confiável Instituição do País.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, com a presença de cerca de um milhão de pessoas, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, claramente atestam o reconhecimento inequívoco da Nação brasileira pela Contra-Revolução Democrática de Março de 1964, no seu inatacável desempenho e em sua pura ideologia, de amor à Pátria e de defesa dos reais interesses do povo brasileiro.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

A partir da decisão dos chefes militares em favor da posse do Vice-Presidente João Goulart, e no período imediatamente decorrente, vários grupos de oficiais da ativa e da reserva das Forças Armadas, apreensivos com os destinos do País, que passavam às mãos de conhecido e fervoroso adepto da ideologia socialista marxista-leninista, passaram a se reunir. Isoladamente, em princípio, mantendo, porém, contatos através de representantes credenciados, periodicamente, a fim de acompanhar a evolução dos acontecimentos, atentos às manobras políticas das correntes da esquerda radical e dos propósitos ideológicos do Governo.

Grande número de militares, das três Forças, participou desses encontros, dentre os quais, apenas para citar alguns:

Da Marinha: Almirantes Sylvio Heck, Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Estanislau Façanha, Paulo Antonioli, Paulo Mirabeau, Sá Earp. Comandantes Gustavo Engelke, Newton Azevedo, Mario Mello Marques e outros.

Do Exército: Generais Odylio Denys, Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Arthur da Costa e Silva, Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Antonio Carlos da Silva Muricy, Panasco Alvim, Cezar Montagna, Golbery do Couto e Silva, Helio Ibiapina Lima, Leo Etchegoyen, Ramos de Castro, Fábrega Loureiro e outros.

Da Aeronáutica: Brigadeiros Guedes Muniz, Marcio de Souza Mello, Eduardo Gomes, Ivo Borges, Armando Perdigão, Gabriel Grüm Moss, Serra de Menezes, Manuel Vinhais, Roberto Hippóllyto, Mario J Dias, Souza e Silva, Carlos Affonso Dellamora, Coronéis Adhemar Lyrio, Gustavo Borges, Joaquim Vespasiano, João Paulo Burnier, Juarez de Deus, Velloso e outros.

Civis: Antonio Neder, Antonio Carlos Magalhães, Armando Falcão, Eduardo C Lousada, Otavio Mangabeira, Batista Luzardo, Adhemar de Barros.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

O Governo João Goulart, de acordo com as previsões, decorrido pouco tempo, passou a dar demonstrações inequívocas de seus propósitos ideológicos. Sentindo-se fortalecido, politicamente, deu início a uma série de ações em favor de suas pretensões. Com o apoio do Congresso Nacional, tornou nula a balela do regime parlamentarista. A seguir, passou a ativar a participação no governo dos sindicatos de trabalhadores e de órgãos estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Realizavam-se comícios, promoviam-se manifestações públicas de vulto, tudo com agitação programada das massas, sempre utilizando o rótulo de temas ideológicos.

Com o passar do tempo, sentindo-se, também, militarmente apoiado pelas Forças Armadas, embora errando na premissa, iniciou infiltrações nas fileiras de pessoal subalterno. Aliás, foi seu grande erro de avaliação. Logo vieram a ocorrer episódios gravíssimos de quebra de disciplina e de desobediência hierárquica, pondo em risco a estabilidade política e institucional do País.

No dia 13 de março de 1964, teve lugar a realização do explosivo comício na Estação da Central do Brasil, local muito próximo ao Quartel-General do Exército, organizado pelo Presidente Goulart, em acintosa demonstração de desrespeito às Forças Armadas.

Em outra baderna, transformou-se a reunião realizada no Sindicato dos Metalúrgicos, junto ao Largo do Pedregulho, no Rio de Janeiro, à qual compare-

ceram cabos, marinheiros e fuzileiros navais, representantes de uma Associação de Graduados da Marinha; à reunião, seguiu-se um deslocamento pela cidade, apoiada pelo Almirante Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, que acabou sendo carregado nos ombros das praças.

Por fim, veio o jantar, também oferecido aos sargentos pelo Presidente da República, nos salões do Automóvel Clube do Brasil, na noite de 30 de março, com a presença de significativo número de militares, ligados a João Goulart, onde houve pronunciamentos ofensivos às Forças Armadas.

Essa reunião, acima referida, do Automóvel Clube do Brasil, assistida por toda a Nação estarrecida, foi considerada inaceitável pelos chefes militares, e constituiu, como não poderia deixar de ser, a gota d'água detonadora do processo de reação das Forças Armadas, atendendo aos reclamos da Nação.

Não havia mais o que esperar. Estava decretada a eclosão da Contra-Revolução Democrática que teve lugar na manhã de 31 de março de 1964.

As reuniões periódicas ocorridas entre os grupos de oficiais da ativa e da reserva, durante o período do Governo Goulart, facilitaram as articulações entre as diversas Unidades e Guarnições das Forças Armadas, principalmente das sediadas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Fora dado o basta às manobras políticas e aos propósitos ideológicos, de fundo socialista marxista-leninista, do então Presidente João Goulart.

A movimentação das tropas, em Juiz de Fora, comandadas pelo General Olympio Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro e do General Guedes, em direção a Brasília, bem como os demais fatos ligados ao Movimento revolucionário de 1964, nos diversos Estados da União, estão historiados em vários documentos, cabendo salientar a atuação da Academia Militar das Agulhas Negras, sob lúcido comando do General Médici, de fundamental importância para decidir a situação na região do Vale do Paraíba.

Do mesmo modo, a participação direta do Governador Magalhães Pinto, através de seu vigoroso manifesto de apoio, rompendo relações, na primeira hora, com o Governo Federal.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal de João Goulart, quando se desencadeou a Revolução?

A adesão, praticamente unânime, de todo o País, à atitude revolucionária tomada em Minas Gerais, no dia 31 de março de 1964, o que determinou o desmoronamento do Poder, em menos de 48 horas.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

No âmbito da Aeronáutica, o grupo organizado planejou e colocou em execução uma ação militar, visando à tomada e ocupação da Escola de Especialistas da Aeronáutica, com sede em Guaratinguetá, com o objetivo de ter em mãos uma Unidade dotada de campo de pouso e estrutura para operar, normalmente, com aeronaves, em apoio às Forças Terrestres.

O planejamento da operação previa o deslocamento do grupo, pelo mar, a partir do Iate Clube do Rio de Janeiro, com a cooperação de civis possuidores de embarcações apropriadas, e desembarque no litoral do Estado de São Paulo. A seguir, por terra, subiriam a serra, até Guaratinguetá. Deveriam participar da operação, comandada pelo Brigadeiro Guedes Muniz, os Brigadeiros Manoel Vinhas, Adhemar Lyrio e eu, além de outros companheiros. Com o desenrolar favorável do Movimento revolucionário, nos primórdios do dia 1º de abril, a operação foi cancelada, momentos antes da largada das embarcações para seus destinos.

Outro grupo de oficiais da Aeronáutica, relativamente numeroso, veio a participar diretamente das operações militares em defesa do Governador do Estado do Rio, Carlos Lacerda, cujo palácio de despachos – Palácio da Guanabara – estava para ser cercado por tropas de Fuzileiros Navais, comandadas pelo Almirante Aragão. Pertenciam a esse grupo os Brigadeiros Carlos Affonso Dellamora, Souza e Silva, João Paulo Burnier e os Coronéis Gustavo Borges, Francisco Fontenelle, Roberto Leuzinger, Próspero Punaro Barata, Juarez de Deus Gomes, além de outros. O Palácio Guanabara transformar-se-ia em um real campo de batalha, mas com a chegada de carros de combate, comandados pelo Tenente Perdigão, que aderiu à Revolução, e a desistência das tropas do Almirante Aragão de executarem o cerco, pressionadas pelo General Morais Âncora, Comandante do I Exército, que desautorizou qualquer ataque dos fuzileiros ao Palácio, evitou-se um verdadeiro massacre.

No seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

Desde logo, desejamos salientar que consideramos haver um acentuado grau de impropriedade nas denominações atribuídas ao Movimento revolucionário de 1964. Na realidade, o que ocorreu foi uma Contra-Revolução democrática, em frontal oposição à preparação e ao desenvolvimento de uma Revolução Socialista, de fundo "marxista-leninista", em acelerado processo de concretização, sob o comando pessoal e as ordens do Presidente da República, senhor João Belchior Goulart, apoiado pelas esquerdas radicais.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

É claro que o desempenho de qualquer função, seja no setor público seja no setor privado, no âmbito civil ou militar, no meio industrial ou comercial, ou, ainda entre os profissionais liberais, irá, naturalmente, depender do cunho pessoal que lhe der o seu executante. Há militares, por exemplo, que desempenham funções de comando, com características eminentemente civis e há civis que exercem funções de mando, com características eminentemente militares. Por outro lado, são as circunstâncias do momento que determinam este ou aquele tipo de comportamento, mormente no caso em pauta, abrangente, de um período pós-revolucionário, freqüentemente afetado por crises, sujeito a ações subversivas capazes de ameaçar a segurança interna.

Demandaria muito tempo, expor, pormenorizadamente, o desempenho do Governo de cada um dos chefes militares nos períodos de seus respectivos mandatos. Podemos, porém, desde logo, afirmar que as acusações e imputações a eles atribuídas pelas esquerdas radicais, inimigas do Movimento revolucionário de 1964, são falsas e mentirosas, fruto de um "revanchismo" tendencioso e odioso, de fundo ideológico, com propósito, inclusive, de auferir benefícios financeiros concedidos pelo atual Governo da República.

O primeiro Chefe de Estado do período da Contra-Revolução Democrática de 1964, o Presidente Humberto Castello Branco, não tomara parte, pessoalmente, nas conspirações, mas, certamente, delas tivera conhecimento. Foi, porém, escolhido, em face de suas extraordinárias qualidades morais, integridade pessoal, com acentuadas características de equilíbrio, de justiça e bom senso, aliadas a uma invulgar capacidade profissional, amor ao trabalho e dedicação à Pátria.

É do conhecimento geral, que, para ele, foi muito difícil e constrangedor a conciliação de seu espírito extremamente legalista e seus escrúpulos de fidelidade constitucional, diante da alternativa, que lhe fora apresentada pelo destino, de ter de concordar com a solução institucional, imposta pela grave crise político-militar.

Aceitou o Governo, impondo condições ditadas por sua consciência, ou seja, eleição por ato do Poder Legislativo, voto indireto, com mandato limitado ao término do período do Governo João Goulart. Invocava a tendência nacional, intuitiva do povo brasileiro, para a liberdade e para a democracia.

Encontrou o País à beira do caos. A indústria e o comércio desmantelados, por falta de capitais, em face das greves intermináveis. As Forças Armadas, apresentando sinais de descontentamento e divisão interna principalmente pela falta de atos punitivos contra todos aqueles que se voltaram acintosamente contra a

disciplina e a hierarquia nas três Forças e contra os subversivos e corruptos de uma maneira geral. Sistema financeiro em desordem. Saúde pública e agricultura desorganizadas e desmontadas. Sistema político, sem lideranças significativas, e o sindicalismo, nas mãos dos pelegos. Sistema educacional, à deriva; alunos e professores, dedicando-se à subversão da ordem. Sistema rodoviário e ferroviário inoperantes. Sistema de comunicações em estado desesperador. Essa a herança deixada pelo Governo do senhor João Goulart.

Em carta, o Presidente escrevia: "Sou, verdadeiramente, síndico de uma falência, cuja massa está em uma desordem incrível".

A meta inicial deveria ser pôr a casa em ordem. Castello tinha uma forte convicção democrática. Jamais transigiria dela. É claro que, através de um governo ditatorial, seria muito facilitada a administração dos problemas internos, porém criaria outros problemas, igualmente graves.

Seu comportamento no Governo era, ao mesmo tempo, suave nas maneiras e inflexível nas determinações.

O Estado de São Paulo, jornal que manteve sempre uma posição de crítica ao seu governo, publicou, no Editorial do dia que se seguiu à sua morte, 19 de julho de 1967, o seguinte:

"Habituamo-nos a ver em S. Exª um dos maiores Presidentes que a República já teve no Brasil. Se não podemos, realmente, olvidar a ação, no Poder, de um Prudente de Morais, de um Campos Salles, de um Rodrigues Alves, não devemos, também, reduzir a gravidade, gravidade extrema da situação nacional ao ascender ao Governo o Marechal Castello Branco. Econômica, política e socialmente, chegamos, em março de 1964, à beira do colapso e, medindo agora o caminho que, desde então, palmilhamos, temos a sensação de nos acharmos em face de um verdadeiro milagre, tal é a diferença entre a situação que hoje desfrutamos e a que então angustiava o País. E se essa admirável obra é de toda a Nação, que soube arcar com os sacrifícios a ela impostos, manda a Justiça acentuar que o grande fator do êxito foi a confiança por todos depositada no homem impoluto, destemido e honrado que a Revolução guindara à curul presidencial."

Ao Presidente Castello Branco, seguiu-se, na Chefia do Estado, o General Arthur da Costa e Silva; tendo assumido a 15 de março de 1967 e deixado o Governo, por motivo de saúde, em 31 de agosto de 1969.

Sua participação, na seqüência e desenvolvimento do Movimento revolucionário de 1964 foi intensa e relevante, tendo assumido o comando do Exército em 31 de março de 1964, por ser o oficial General mais antigo, em serviço ativo, no Rio de Janeiro. Em face de suas atitudes oportunas e corajosas, conseguiu concen-

trar poderosa parcela de poder que lhe permitiu a Chefia do Comando Supremo da Revolução e a coordenação do processo institucional do Movimento revolucionário.

Era do conhecimento público que o Presidente Castello Branco desejava ser substituído por um candidato civil, na Chefia do Governo. Apesar desse fato, Costa e Silva, influenciado e estimulado, por todas as lideranças políticas e militares, aceitou candidatar-se, tendo sido eleito, pelo Congresso Nacional, pela forma indireta, através do Colégio Eleitoral, pelo prazo de quatro anos.

Homem enérgico e definido, dotado de profundas convicções, com base na Justiça, na Lei, na Liberdade. Durante seu Governo deu plena aplicação às prescrições da Constituição de 1967 e na consolidação da Ordem Constitucional. A base de sua política de Governo se reportava ao tema de "Tudo pelo Social".

Foram realizadas grandes obras de infra-estrutura, mantendo o equilíbrio entre as medidas antiinflacionárias e o desenvolvimento do País. Exerceu um papel importante no crescimento do Comércio Exterior e no marcante aumento da rede de transportes rodoviário e na melhoria das estradas. Atuou no desenvolvimento do Plano de Comunicações.

A partir de 1968, o Governo começou a colher os excelentes resultados da reforma tributária implantada pelo antecessor e continuada por Costa e Silva, que já contribuía para o chamado Milagre Brasileiro, na área econômica.

O período do seu Governo foi, porém, muito afetado por graves agitações. Os políticos, confundindo atitudes de tolerância e compreensão com fraqueza e indecisão, partiram, acintosamente, para a contestação, acompanhados de atitudes subversivas na área estudantil, com significativo apoio no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, o Deputado Marcio Moreira Alves pronunciou violento discurso considerado ofensivo às Forças Armadas. Além de incitar a população a não dar apoio aos festejos da Semana da Pátria, deixando de comparecer às paradas militares, como de costume, e outras ofensas pessoais, referiu-se ao Exército Brasileiro como sendo o "valhacouto de torturadores". Tais atos determinaram imediata reação dos militares e a solicitação do Governo, à Câmara dos Deputados, da cassação, através de processo, do deputado em questão, o que foi negado.

Em conseqüência, o Presidente Costa e Silva, com o apoio do Conselho de Segurança Nacional, fez editar o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968.

No dia 26 de agosto, o Presidente Costa e Silva apresentou sintomas de trombose cerebral, não conseguindo assinar o Projeto de Emenda Constitucional e a revogação do Ato Institucional nº 5. Em 31 de agosto de 1969, tendo se agravado o seu estado de saúde, os ministros militares tomaram a decisão de assumirem

o Poder temporariamente, constituído em uma Junta Militar (Almirante Rademaker Grünewald, General Aurélio de Lyra Tavares e Brigadeiro Márcio de Souza e Mello).

Na seqüência dos governos da Contra-Revolução Democrática de 1964, se apresenta a ilustre figura do General Emílio Garrastazu Médici. Possuidor de um passado pessoal e profissional ilibado, ao ser informado de sua escolha para ocupar a Chefia do Estado, lutou, insistentemente, contra a sua indicação, demonstrando, desta forma, não ter a menor ambição do poder político. Em face, porém, da forma impositiva com que lhe foi apresentada a situação e das difíceis circunstâncias motivadas pela súbita enfermidade do Presidente Costa e Silva e, por outro lado, pelos problemas de segurança interna criados pelas contestações ao regime, através da guerrilha urbana e rural, acabou decidindo aceitar o árduo encargo, embora, ainda constrangido.

Foi eleito, da mesma forma que os chefes de governo anteriores, pelo Congresso Nacional, voto indireto, para o período de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Em seu primeiro pronunciamento, ao assumir, declarou claramente: "É minha intenção deixar definitivamente instaurada a Democracia, em nosso País, e bem assim, fixadas as bases de nosso desenvolvimento econômico e social".

O Governo Médici foi extremamente atuante, em particular nas áreas de Planejamento, da Economia e dos Transportes. No ano de 1970, em face das hábeis políticas estabelecidas pelos ministros do Planejamento e da Fazenda, o índice de crescimento econômico cresceu para 10%. Esse surpreendente e elevado índice continuou a justificar a conceituação estabelecida em 1968 do chamado milagre brasileiro. Quanto à área econômica, tiveram maior destaque os trabalhos de infra-estrutura, como rodovias implantadas e outras melhoradas, ferrovias reequipadas, novos portos implantados e outros recuperados e as hidrelétricas construídas e equipadas, além de um grande número de outros empreendimentos que valorizaram o desempenho de seu Governo.

A situação política era, porém, muito difícil, com o Congresso, recentemente saído do recesso, a edição do AI-5 e o período da interinidade da Junta Militar provisória. As Forças Armadas, insatisfeitas e inquietas com os rumos da Contra-Revolução. Concomitantemente, a subversão aumentava sua intensidade, através de ações de guerrilha, rural e urbana, envolvendo, principalmente, universitários. Em razão dessas circunstâncias adversas, o Presidente Médici contemplava, com tristeza e amargura, a impossibilidade de poder cumprir a promessa feita, no início de seu Governo, de "deixar instalada a Democracia no País".

Concluiu, porém, o Governo, admirado pela grande maioria da sociedade, aplaudido, como tantas vezes o fora, no Estádio do Maracanã. O seu período foi,

também, o mais profícuo de toda a história econômica brasileira, no qual, em todos os anos, o Produto Interno Bruto cresceu a mais de 10%.

Ao General Médici, seguiu-se o General Ernesto Geisel, na chefia do Governo, tendo assumido no dia 15 de março de 1974 e deixado o cargo a 15 de março de 1979. Da mesma forma que os demais, foi eleito pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional pelo voto indireto.

O projeto político de seu governo se traduzia pela linha básica definida como a de "distensão lenta, gradual e segura", enfatizando o tradicional binômio do "desenvolvimento com segurança".

Imprimiu uma orientação à política externa, privilegiando a abertura de novas oportunidades e estabelecendo o famoso Acordo Nuclear com a Alemanha, do qual resultaram, efetivamente, as Centrais Atômicas Angra I e Angra II. As principais metas da política econômica foram definidas pelo seu Plano Nacional de Desenvolvimento. O petróleo, a energia e os insumos básicos foram os setores que receberam os maiores incentivos.

Os problemas políticos internos, através de entidades civis e setores sociais, especialmente na área estudantil, sempre ampliando suas reivindicações e provocando agitações. Utilizando-se das atribuições do AI-5, em 1977, o Governo manteve o Congresso Nacional fechado pelo prazo de 14 dias, tendo, nesse período, decretado a reforma do Poder Judiciário. Segundo o livro "Tudo a Declarar", de autoria do Ministro Armando Falcão, páginas 351 e 352, o Presidente Geisel, seguindo sua sugestão, além de manter o Congresso fechado pelo prazo supracitado, decretou a reforma do Poder Judiciário. Em 31 de dezembro de 1978, foi extinto o Ato Institucional Nº 5 (AI-5).

O último Chefe de Estado do Movimento Revolucionário de 1964 assumiu o governo em 15 de março de 1979, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, eleito pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, através de votação indireta.

Os maiores problemas enfrentados no seu Governo, na área econômica, foram a segunda crise do petróleo, que se apresentou violenta, o do montante da dívida externa e o do déficit na balança de pagamentos, além do aumento da inflação. As principais metas da Política Econômica foram estabelecidas pelo III Plano Nacional de Desenvolvimento. Por outro lado, intensificou os programas de pesquisa e investimento das fontes energéticas alternativas e o desenvolvimento das telecomunicações.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

Os dois últimos Presidentes deram início e prosseguimento a um processo de anistia ampla aos envolvidos nas agitações e subversão ocorridas no período da Contra-Revolução de 1964. Pessoalmente, fomos e somos contrários à decisão de dar prosseguimento a esse processo de anistia que beneficiava subversivos e terroristas, envolvidos e responsáveis pelo cometimento de crimes hediondos, rotulados de oposição à "ditadura militar".

Ativistas de assaltos a bancos e ataques a quartéis das Forças Armadas provocaram mortes e ferimentos a militares, empenhados no dever de defesa da Pátria, mas, também, a civis inocentes e a estrangeiros. Muito atuantes na guerrilha urbana, provocaram inúmeras explosões de bombas em locais públicos, mataram homens, mulheres e crianças, numa luta armada suja, a serviço de uma ideologia espúria, com base na revolução socialista marxista-leninista.

"É tolice jogar fora a espada quando os outros estão, apenas, ocultando as suas." Com base nessa grande verdade de Maquiavel, tivemos, então, que responder à guerra, obstinada e sanguinolenta, que eles iniciaram contra o Estado, intoxicados pela ideologia comunista.

Ao comentarmos o comportamento dos Chefes de Estado dos Governos Militares da Contra-Revolução de Março de 1964, parece-nos oportuno estabelecer uma comparação com governos exercidos por civis, nos períodos anterior e posterior aos ocupados pelos militares.

Assim, partindo do Governo de Getúlio Vargas, constata-se que os desmandos com a coisa pública, a corrupção e a desordem administrativa eram de tal ordem e gravidade que determinaram o suicídio do Presidente da República, mentalmente transtornado, pela participação direta, de seus parentes e colaboradores.

No Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, havia acusações contra ele de malbaratamento das verbas utilizadas na construção da nova Capital da República, em Brasília, beneficiando-se, pessoalmente, com o dinheiro público, dando, inclusive, motivo a uma rebelião militar, em 1958.

Seu sucessor, o Presidente Jânio Quadros, em ato estúpido, irresponsável e intempestivo, renunciou, sem maiores esclarecimentos, ao cargo, deixando o País em meio a uma crise sem precedentes.

O péssimo Governo do Presidente João Goulart redundou, desgraçadamente, nos fatos de amplo conhecimento e diretamente atinentes à Contra-Revolução Democrática de 1964.

Já nos governos civis, posteriores ao período do Movimento revolucionário de 1964, o primeiro presidente a assumir, José Sarney, ao referir-se à situação de caos que chegou a atingir a sua administração, declarou, textualmente, de

público: "Que o País era ingovernável", qualificando a Constituição de 1988 como a "Constituição da Ingovernabilidade".

Sucedeu-lhe o alagoano Fernando Collor de Mello que, processado pelo Congresso Nacional, sofreu *impeachment*, acusado de corrupção e incompetência administrativa. Foi substituído por Itamar Franco, cujo governo teve pouca duração, nada tendo realizado de importante que merecesse ser relatado.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, que ocupou o cargo, na seqüência, em janeiro de 1995, para seu primeiro mandato e, em janeiro de 1999, para o segundo mandato, teve um desempenho, em ambos, medíocre, e que lhe granjeou índices de rejeição da opinião pública muito elevados (45%), bem como baixos índices de aprovação (22%), o que contribuiu para a derrota do seu candidato.

O senhor acha que a Revolução de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

De acordo com o exposto, pode ser verificado que o comportamento e o desempenho administrativo dos Chefes de Estado dos Governos da Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, impropriamente denominados de "Governos Militares" e, maldosamente chamados de "ditaduras militares", transcorreram com a apresentação de níveis elogiáveis de qualificação, sensível crescimento nos índices de desenvolvimento em todos os setores, sempre de forma nitidamente superior aos Governos da República sob a chefia de civis.

Por outro lado, pode ser historicamente constatado que, nos períodos de crises institucionais, ocorridos no Brasil, que pudessem ter colocado em risco a Segurança Interna, tais como em 1922, 1924, 1926, 1930, 1935 (Intentona Comunista), 1937 (Repressão ao Integralismo), e nos longos anos da ditadura Vargas, os governos, sob as chefias de cidadãos civis, foram obrigados a desencadear rigorosas medidas de repressão, a fim de garantir o cumprimento da Lei e a Ordem. Inclusive, com a decretação, do recurso extremo do estado de sítio.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

As esquerdas radicais, hoje, através da mídia, controlada e tendenciosa, insistem em denominar o período do Movimento revolucionário de 1964 de "ditadura militar" e o período 1969-1973 "anos de chumbo", fase em que o Estado enfrentou a guerrilha urbana e rural. Omitem as lembranças, por exemplo, da "ditadura Vargas", exercida por um governo civil, durante longo tempo. Essa sim, uma verdadeira forma ditatorial de Governo, com todos seus matizes e excessos, maus tratos e arbitrariedades praticados por diretos colaboradores do Presidente, como o conhecido Chefe de Polícia, Filinto Muller. Como justificam, esses difamadores ideológi-

cos, sua estreita vinculação com o Governo de Fidel Castro, que mantém Cuba e os cubanos, esses sim, sob uma verdadeira pressão de "anos de chumbo"?

A explicação está no propósito ideológico de implantar, no Brasil, um regime de governo socialista marxista-leninista, para o que há necessidade estratégica de desprestigiar e desmoralizar as Forças Armadas e os seus integrantes, as únicas Instituições capazes de se oporem e de impedirem a concretização, com êxito, dos desideratos comunistas.

A imagem do Exército e das Forças Armadas brasileiras vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

O movimento militar que deu início à Revolução Democrática de 31 de Março de 1964 foi fulminante e incruento. Uma forte e incomparável aprovação popular, bem como uma intensa atuação dos políticos e da imprensa, complementaram e legitimaram a Revolução. Ela foi oportuna e necessária. Operou em quase tudo, com acerto e visão de futuro. Foi profunda em iniciativas e reformas gerais implementadas...

A respeito, o Editorial do *Jornal do Brasil*, de 1º de abril de 1964, assim se manifestou, entre outras considerações:

"Ousam eles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunização do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o País de propósitos de desordem e de vontade de ferir a Constituição. Os réus pretendem transformar-se em acusadores. Não. Eles tiveram todas as oportunidades de voltar à legalidade e reincidiram no crime. Nada há a temer. A segurança interna e externa do Brasil se recompõe com a expulsão dos falsos legalistas. Eles serão expulsos da Guanabara e não encontrarão guarida em nenhum ponto do solo pátrio. As Forças Armadas responsáveis pela segurança interna e externa do País saberão encontrar logo a solução constitucional cabível para a imperiosa deposição do caudilho João Goulart."

Que mensagem final, Brigadeiro Marcio, o senhor gostaria de deixar acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que merecesse ficar registrada por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Ao encerrar meu depoimento no Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, devo declarar que me sinto honrado de ter convivido com esses relevantes fatos da História de nosso País, de grande significado para o seu futuro, como Nação livre e povo de índole cristã e sentimentos democráticos. Estamos, como todos os revolucionários de março de 1964, com a consciência tranqüila por havermos cumprido com nosso dever, de militares e de brasileiros.

Brigadeiro-do-Ar Carlos Affonso Dellamora

- Natural da Cidade de Itaqui/RS.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e, nos EUA, os de Manutenção de Aviões PV-1 (Burbank/Califórnia) e Instrutor Acadêmico da Escola de Comando e Estado-Maior da USAF (Montgomery/Alabama).
- Exerceu as funções de Subcomandante do Parque da Aeronáutica de Canoas/RJ, Comandante do 1º Esquadrão do 1º Grupo de Transporte da Base Aérea do Galeão e Comandante da Base Aérea dos Afonsos.
- Foi Subchefe da Aeronáutica no Gabinete Militar da Presidência da República e Chefe do CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.
- Recebeu as nomeações de Adido Aeronáutico, de Membro da Junta Interamericana de Defesa e de Membro da Comissão Militar Mista de Defesa em Washington/EUA.
- Em 1964, no posto de Coronel-Aviador, prestava serviços no Estado-Maior da Aeronáutica.

Entrevista realizada em 20 de março de 2002.

Que fatos gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Com relação aos pródromos, posso declarar que a classe militar principalmente os oficiais da Aeronáutica, Exército e Marinha só começaram a ter uma noção exata do que ocorria no Brasil a partir dos acontecimentos que culminaram com o suicídio, em 24 de agosto de 1954, do Presidente Getúlio Vargas.

O assassinato do Major-Aviador Rubens Florentino Vaz causou um trauma tão grande na Aeronáutica que a Força praticamente parou desde o dia 5 de agosto até a posse do novo governo que assumiu depois de Getúlio Vargas. O novo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, era o líder natural da Força e a situação normalizou, mas não por muito tempo.

Os acontecimentos de 11 de novembro de 1955 colocaram a Aeronáutica em estado de rebelião. O Brigadeiro Eduardo Gomes não aceitou o golpe e conseguiu deslocar quase toda a força de combate para São Paulo, para, segundo suas próprias palavras, tentar resistir. Não conseguiu apoio, voltamos para o Rio de Janeiro derrotados.

Veio o Governo de Juscelino Kubitschek, acompanhado do General Lott, figura incontrastável no Governo etc. Em fevereiro de 1956, Velloso parte para Jacareacanga. Chegou a tomar Santarém, mas foi obrigado a deixar a cidade, embrenhando-se na selva e acabou preso.

Em 1959, vem o movimento de Aragarças, com Burnier, Velloso, Lebre e outros que acabaram exilados na Bolívia, Paraguai e Argentina.

Jânio Quadros – a nova esperança – renuncia e, daí em diante, passamos a viver o caos.

Jango – o Governo das agitações permanentes – empenha-se em destruir a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e em eliminar seus desafetos, dardejando suas ferinas manobras, como as arquitetadas para matar o Governador Carlos Lacerda. O País, cansado de conviver com a irresponsabilidade e incapacidade governamentais, levanta-se em 31 de Março de 1964, dia em que arrancamos os janguistas e comunistas do Poder.

A partir do dia 11 de novembro, vale lembrar, as reuniões eram quase que só de oficiais da Aeronáutica, mas, aos poucos, integrantes do Exército e, também, da Marinha passaram a participar e, aí, já começamos a caracterizar os encontros como verdadeira conspiração.

A partir da posse do Jango, as reuniões conspiratórias passaram a abranger praticamente todo o território nacional.

Os oficiais viajaram do Rio para contatos em todas as grandes cidades brasileiras, onde começaram a sentir os primeiros sinais claros de desapontamento e

de revolta contra o Governo que infelicitava o nosso País, incentivando a discórdia e o conflito nos mais diferentes setores da população, estimulando, sobretudo, a luta de classes.

Na Aeronáutica, os oficiais que se opunham ao Governo estavam em sua totalidade em funções burocráticas.

Um fato marcante, que acabou jogando até os indecisos ao lado dos oposicionistas, foi o episódio ocorrido em dezembro de 1958. O Ministro da Aeronáutica viajou para os Estados Unidos e deixou o General Lott como Ministro Interino da Aeronáutica. Foi a gota d'água – explodiu na imprensa brasileira a famosa Carta aos Brigadeiros que gerou uma cadeia de solidariedade, chegando a serem presos por trinta dias cerca de um mil oficiais. Centenas de outros só não foram presos, porque as autoridades resolveram não mais prender ninguém. Concomitante com a carta, houve a cerimônia da Formatura da Turma de 1958 na ECEMAR (Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica). Com a chegada do Marechal Lott, grande parte dos instrutores e oficiais alunos se retiraram do salão e a cerimônia praticamente terminou e os diplomas foram entregues nos escaninhos.

No meu caso – Instrutor da ECEMAR desde 1954 – saí da cerimônia direto para cumprir a pena de trinta dias na Base Aérea de Santa Cruz, nunca mais voltando àquela Escola.

Em 1963 – na Escola Superior de Guerra – pude sentir na sua plenitude o ambiente inteiramente contrário à situação. No início de 1964, encostado no EMAER (Estado-Maior da Aeronáutica), cerca de três dias antes do 31 de março, fui chamado pelo Brigadeiro Burnier, para junto com outros companheiros da Aeronáutica, do Exército e civis tomar parte na defesa do Palácio Guanabara. Quando lá chegamos, encontramos o Coronel-Aviador Gustavo Borges, que era o Secretário de Segurança do Estado da Guanabara.

Aí, ficamos sabendo que a Revolução estava para eclodir e viria de Minas Gerais. O Coronel Borges tinha seu plano já montado para defender o perímetro do Palácio, utilizando Forças da Polícia Militar, e bloqueando todo o acesso ao Palácio, com caminhões de lixo da limpeza urbana. O inimigo mais aparente eram os fuzileiros navais que iriam atacar comandados pelo Almirante Aragão.

Convém salientar que, após o comício da Central no dia 13 de março, só um "anjo" poderia acreditar que as Forças Armadas iriam assistir passivamente a comunização do Brasil.

Já no dia 30 de março, ficamos sabendo que o General Mourão Filho e o General Carlos Guedes só aguardavam o pronunciamento do Governador Magalhães Pinto para iniciar o Movimento. No fim, o que se viu foi que o Almirante Aragão não

atacou e os tanques do I Exército que foram mandados para atacar o Palácio Guanabara acabaram aderindo à Revolução.

Consolidada a vitória, fui comandar a Base Aérea dos Afonsos, onde fiquei três anos e, em seguida, fui para a Casa Militar do Presidente Costa e Silva.

As primeiras decepções ocorreram quando notórios corruptos e ladrões foram tirados da primeira lista de cassados. Não foi a Revolução que os tirou e sim os que dela não participaram, mas que se incorporaram à mesma, agindo "por baixo dos panos".

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

A meu ver, o divisor de águas foi a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a conseqüente posse do Presidente João Goulart.

A renúncia foi uma verdadeira bomba lançada contra aqueles seis milhões de eleitores que se viram repentinamente órfãos a observar a ação dos três ministros militares e o transporte das tropas do Exército para o Sul e unidades da FAB para Florianópolis. Após o plebiscito em janeiro de 1963, as Forças Armadas foram atingidas diretamente pelo Governo com muito mais poder, conseqüência da adoção do regime presidencialista e o 31 de Março era apenas uma questão de tempo.

Dentre as causas mais remotas, estão o assassinato do Major Rubens Vaz, o suicídio de Vargas e o manifesto dos coronéis que levou à novembrada, o 11 de Novembro de 1954.

A gota d'água foi o comício da Central do Brasil, em 13 de março, a rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem e, principalmente, o discurso do Presidente da República, ofensivo à disciplina e à hierarquia das Forças Armadas no Automóvel Clube do Brasil, fatos insuportáveis ocorridos no Rio de Janeiro.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A influência da guerra fria considero relativa. O mundo estava dividido entre as democracias e os regimes totalitários, representados por comunistas e socialistas; isto, é claro, trouxe conseqüências, para o Brasil e suas Forças Armadas, claramente favoráveis à democracia.

Já ao fim da Segunda Guerra Mundial, o retorno, a partir de junho de 1945, dos pracinhas vitoriosos da Itália, onde lutaram pela democracia, acabou desaguando no 29 de outubro de 1945 com a queda de Getúlio Vargas.

Gostaria de nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

Resumidamente, acredito que o período JK – Juscelino Kubitschek – aquele clima de entusiasmo desenvolvimentalista, "50 anos em 5", construção de Brasília etc. chegou a enganar, por algum tempo, o povo, mas, para a classe militar, que estava atenta, não passaram desapercebidas as falcatruas, as roubalheiras, o enriquecimento ilícito e rápido dos comparsas de JK etc. O resultado foi a esmagadora vitória de Jânio nas eleições de 1960, o qual se apresentou como o antídoto à corrupção, "o homem da vassoura", aquele que iria limpar o Brasil.

A súbita renúncia de Jânio e a posse de Jango, com seu populismo demagógico e a infiltração comunista, só podiam resultar nos acontecimentos que vivemos então e acabaram no desfecho esperado de 31 de março de 1964.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Pelo que sentia nas reuniões que tínhamos freqüentemente com os outros oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, posso afirmar que sim. O problema principal era que todos os comandos principais estavam nas mãos de elementos do famoso dispositivo militar dos Generais Argemiro de Assis Brasil, Osvino Ferreira Alves e Crysantho de Miranda Figueiredo.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto em 1964?

A Igreja Católica já naquele tempo – como agora – estava dividida entre os conservadores, a maioria, e o chamado "clero progressista". Dom Helder Câmara – que antes fora integralista, tornando-se depois comunista – causou estragos muito grandes com suas pregações "progressistas" quando, ao comentar as agitações nas grandes cidades, se referia aos agitadores chamando-os de "os admiráveis guerrilheiros urbanos". Havia vários outros bispos "progressistas" como os Lorcheider, Casaldaglia, Tomás Balduíno etc. mas do nosso lado havia dois grandes cardeais – Dom Jaime de Barros Câmara, que era do Rio de Janeiro, e o Cardeal Dom Vicente Scherer, do Rio Grande do Sul. Daí, podemos entender as famosas e inesquecíveis Marchas da Família brasileira, das mulheres brasileiras, que foram às ruas "marchando com Deus pela Liberdade".

O que gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze"?

As "Ligas Camponesas" de Julião faziam no Nordeste exatamente o que o MST (Movimento dos Sem Terra) faz hoje em, praticamente, todo o território nacional, sem o menor respeito à propriedade privada e ao patrimônio público, contando com o alheamento das autoridades, sobretudo, em nível federal.

Os "grupos do onze", do Brizola, estavam articulados mais no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Creio que havia muita propaganda, pois na hora "H" da Revolução não apareceu nenhum "grupo dos onze" para se opor.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos? Qual a participação do Clube Militar e das Associações congêneres, como o Clube da Aeronáutica?

Uma tentativa séria de criar cisões na minha opinião foi o golpe do General Lott em 11 de novembro de 1955, que criou feridas só cicatrizadas anos mais tarde, mas isso foi naquela ocasião, quando a Aeronáutica foi humilhada com suas Bases cercadas por tanques do Exército.

Fez isso e pagou levando uma surra nas eleições contra Jânio Quadros...

Com relação ao ambiente nos quartéis, só posso me referir aos da Aeronáutica. Lembro que todos os Comandos da Força estavam nas mãos de oficiais janguistas. Afirmo, porém, que os comandos não controlavam ninguém. Como exemplo, recordo o dia 1º de abril, data em que o Coronel-Aviador Alfredo Gonçalves Correa, com seis oficiais leais, invadiu a Base do Galeão, assumiu o Comando da Base em nome da Revolução e não houve a menor reação por parte do Coronel-Aviador que a comandava – até então. É válido lembrar que, nessa Base do Galeão, tinha se refugiado toda a cúpula do dispositivo janguista na Aeronáutica, inclusive o seu Ministro, Brigadeiro Botelho, e outros brigadeiros que saíram de "fininho".

Sobre o Clube Militar não tenho informação, mas o Clube da Aeronáutica, a partir de 31 de março passou a funcionar como se fosse o Ministério e era para onde iam os oficiais quando souberam da eclosão do Movimento.

O nosso grupo que estava no Palácio Guanabara, quando foi "dispensado" da missão, que não mais se fazia necessária, se dirigiu para o Clube e lá ficou "acantonada" por cerca de uma semana. O grupo acabou se "dissolvendo" quando a maioria dos oficiais que a ele pertenciam foi chamada para exercer funções na nova situação, lembrando o episódio do atentado contra o Brigadeiro Lavanère Wanderley e a defesa do mesmo, feita pelo Coronel Hippóllyto da Costa.

A reação do Coronel-Aviador Alfeu Monteiro que não quis passar o Comando da 5ª Zona Aérea, atirando no Brigadeiro Wanderley, fez com que o Coronel Hippóllyto revidasse dando-lhe um tiro certeiro que causou a sua morte. Aliás, esse tiro foi transformado pelos inimigos da Revolução em 16 tiros. Veja o absurdo de quem anda elaborando documentos e escrevendo livros por aí, pertencente

à esquerda "revanchista". Um tiro, em legítima defesa de terceiros pela frente, do qual foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar, transformou-se em 16, pelas costas. É possível acreditar no que esses mentirosos estão colocando no papel? Essa mentira foi forjada para indenizar a família do Coronel janguista Alfeu.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A "fermentação" que havia no seio das Forças Armadas transformou-se em ação motivada por vários fatores.

Ao fundo, a renúncia de Jânio e a humilhação sofrida pelas Forças Armadas que foram obrigadas a aceitar a posse de Jango, vencidas pela guerra psicológica de Brizola – Campanha da Legalidade e posterior defecção de General Machado Lopes, Comandante do III Exército. Cabe lembrar que o outro lado dispunha da totalidade da Marinha, da Aeronáutica e de praticamente todo o Exército Brasileiro com exceção da tropa do General Machado Lopes. A seguir, cito, como grande motivação, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas quais o papel das mulheres foi fundamental, que, em Minas Gerais, impediram um comício do Brizola.

Outra razão foi o comício da Central do Brasil, com toda a "comunada" presente e as ameaças que os oradores faziam a quem se opusesse às "reformas de base".

A revolta dos marinheiros num sindicato em Benfica (Triagem), que levou, posteriormente, o "almirante do povo" Aragão a ser carregado como vitorioso pelos manifestantes, foi um forte argumento a mostrar que aquele governo realmente não governava...

E tudo culminou com o discurso de Jango no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, onde ele desacreditou a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Não tenho a menor dúvida, basta ver as manchetes dos principais jornais do País naqueles dias gloriosos que se iniciaram em 31 de março.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Está mais do que claro: o que fazia o "general do povo" Osvino Ferreira Alves?

E o que fazia Luís Carlos Prestes nos comícios ao lado do Presidente? A agitação nos campos com a ação das "Ligas Camponesas" etc.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Acredito que o Congresso foi tomado de surpresa; no início chegou a pensar que iria tomar conta tendo o Presidente da Câmara – Ranieri Massili – assumido o Governo, mas logo se deu conta de que o Movimento era muito mais amplo do que imaginava.

Acabaram elegendo o Marechal Castello Branco para Presidente.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT etc.), logo após o início da Revolução?

Não notei a menor reação. Seus principais líderes fugiram.

A UNE foi tomada por alguns revolucionários e creio que foi até incendiada, dizem, que pelos seus próprios membros, para impedir que determinados documentos chegassem às nossas mãos, principalmente os relativos a dados do seu pessoal.

Os "grupos dos onze" de Brizola sumiram no espaço.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Entre os civis, devo citar o Governador Carlos Lacerda, o Governador Magalhães Pinto e o Governador Adhemar de Barros. Com relação aos militares, devo destacar o General Mourão Filho e o General Carlos Luís Guedes que desencadearam a Revolução a partir de Minas Gerais e mais os Generais Costa e Silva, Castello Branco, Moniz de Aragão, Emílio Médici, Amaury Kruel e Justino Alves Bastos.

Na Aeronáutica: Brigadeiros Eduardo Gomes, Márcio de Souza Mello e Gabriel Grüm Moss.

A Revolução de 1964 foi um Movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

O envolvimento dos americanos na Revolução é uma velha cantilena dos comunistas.

Nas incontáveis reuniões que tivemos nos dez anos anteriores à Revolução de 31 de Março, com oficiais das três Forças reunidos, nunca encontrei um único elemento da CIA ou de qualquer outra organização dos Estados Unidos.

E mais: nunca ouvi de nenhum dos companheiros que se reunia conosco, que tivesse, uma só vez que fosse, se encontrado ou mantido contato com algum elemento estrangeiro.

A nossa Revolução foi genuinamente nacional para desespero dos comunistas que insistem na tentativa de buscar elos externos, considerando que eles, sim, não dão um passo sem o apoio internacional.

A que atribuir o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo federal, quando se desencadeou a Revolução?

O Governo João Goulart foi tomado de surpresa e confiava no famoso "dispositivo militar" que tinha montado.

A maior prova que o dispositivo não controlava coisa alguma foi dada quando o Governo mandou um poderoso destacamento para impedir a progressão do General Mourão sobre o Rio de Janeiro.

O que aconteceu? A tropa que saiu do Rio aderiu à Revolução e acabou engrossando as fileiras do General Mourão Filho.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate?

É muito difícil opinar nessa questão com relação às Forças e com relação à Aeronáutica. Como citei anteriormente, os oficiais encarregados de ocupar ou tomar as Bases Aéreas demonstraram grande capacidade de liderança. Destaquei o Coronel-Aviador Correa que tomou a Base do Galeão; houve o caso do Coronel Esrom Pires que se deslocou para Santa Cruz e, posteriormente, para Natal.

Com relação ao encontro do II Exército na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ouvi do próprio General Médici, que tratou de todos os detalhes da reunião havida entre o General Kruel e o General Âncora, Comandante do I Exército, que a reunião resultou no fim das operações no Vale do Paraíba, saindo vencedor o Brasil, que, daí em diante, garantiu a paz para trabalhar e crescer.

Creio que os oficiais generais do nosso Exército se portaram muito bem, sendo que o General Médici demonstrou sabiamente sua competência e capacidade de liderança até culminar sua carreira, chegando à Presidência da República "para cumprir uma missão", como ele mesmo declarou.

O General Médici foi brilhante, sob todos os aspectos, em sua vida militar e, como Presidente da República, missão que cumpriu de forma exemplar.

De pleno acordo. Foi tão bom que os "revanchistas" morrem de ódio e de inveja dele. O Brasil e a Revolução vitoriosa têm uma enorme dívida para com ele.

Uma opinião pessoal: O General Mourão Filho, se tinha alguma aspiração maior, além de se levantar com sua tropa contra o Governo João Goulart, falhou na parte crucial de sua jornada. Todos nós aprendemos desde os tempos de cadete em Realengo ou na AMAN que o aproveitamento do êxito é fundamental no combate. Pois o General Mourão, com aquela tropa toda na mão, em vez de dirigir-se ao QG do Exército, foi parar num acantonamento no Maracanã. Acabou

lhe sendo oferecido o cargo de Presidente da Petrobras e, por fim, foi ser Ministro do Superior Tribunal Militar.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?

Creio que foi muito correto: a tropa de que dispunha o General Médici eram os seus cadetes – altamente treinados e extremamente motivados – todos queriam defender o Brasil do comunismo.

Quando o nosso grupo foi formado para defender o Palácio Guanabara, não tínhamos só militares, mas também, dezenas de civis, alguns não tinham nem um revólver para lutar, mas havia uma certeza: todos queriam impedir a escalada do comunismo no Brasil. Felizmente, conseguimos – a nossa vitória foi contundente e em prazo reduzidíssimo. O inimigo derrotado tentou de novo, de 1968 a 1974, e foi, mais uma vez, espetacularmente derrotado.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Não creio que tenha havido objetivos estratégicos na Revolução.

Na Aeronáutica, havia grupos que se ligavam ao Brigadeiro Moss, outros ao Marechal Márcio e ainda outros que seguiram a orientação do Marechal Eduardo Gomes.

Mas não havia uma coordenação geral. Acredito que no Exército também. Lendo os livros do General Mourão, do General Portella e do Coronel Hernani D´Aguiar a gente sente que eram vários grupos sem uma ligação entre si.

O General Mourão conta que preparava a Revolução, primeiro em Santa Maria-RS, depois em São Paulo e, finalmente, em Minas Gerais, de onde deslanchou, com o Destacamento Tiradentes, rumo ao Rio de Janeiro, visto, por ele, de forma correta, como o principal objetivo estratégico a ser conquistado para definir os destinos da Revolução.

O General Portella também fala na preparação, mas tudo em termos de conspiração e "trabalhando", no fim, o seu chefe, General Costa e Silva, para engajá-lo no Movimento. Lembro que, uma vez, em conversa com o saudoso Marechal Márcio, este me relatou que, às vésperas de eclodir a Revolução, ele e mais o Brigadeiro Grüm Moss foram procurar o General Castello Branco em sua residência e este teve que ser acordado, pois já tinha se recolhido. Os dois brigadeiros ficaram atônitos, pois a Revolução estava chegando e um dos seus mais eminentes chefes tinha ido dormir às 10h da noite.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

Acredito que sim e a causa principal era que o inimigo nº 1 – o comunismo internacional – tinha sido derrotado. Hoje, sabemos que ele voltou com a Anistia e está, aí, bem vivo e mandando em setores importantes da Administração, com grande prejuízo para o País.

Depois do 31 de Março e até mais ou menos dez anos após, a tônica nas ordens do dia, nas comemorações e festividades, era a união das Forças Armadas para manter viva a chama da Revolução, o que foi um ponto alto do período revolucionário.

Hoje, não se fala mais disso, infelizmente.

Infelizmente. E, por isso, hoje a nossa vontade nacional, tão forte no primeiro lustro da década de 1970, desapareceu, sucumbiu diante da determinação internacional, que, a partir de 1990, comanda as políticas de todos os setores da vida brasileira, como a política indigenista, por exemplo. Por esta razão, a auto-estima está lá embaixo!

De pleno acordo. A auto-estima inexpressiva é a resultante destas políticas lesivas ao interesse nacional, como a bem-lembrada política indigenista – das reservas contínuas e incomensuráveis na Amazônia, situadas nas fronteiras do País, agravando a ameaça à integridade territorial brasileira e criando dissensões raciais.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

A ideologia era a manutenção da hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas e o corolário era a luta contra a subversão e a corrupção.

Hoje, vemos que a subversão foi controlada, mas a corrupção sobreviveu e, hoje, está muito mais forte do que nunca.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Na época, a televisão não tinha ainda a cobertura total do território nacional como hoje.

A mídia – na época – eram os grandes jornais: *Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo* e outros meios como as revistas – *O Cruzeiro, Manchete e Fatos e Fotos*. Lembro-me perfeitamente das manchetes de todos esses jornais e da *Revista Manchete*: Fora Jango – acabou, o caudilho fugiu, Brizola no Uruguai. O apoio foi total!

A mídia, hoje em dia, além de procurar esconder tudo isso, mente cinicamente, como no caso do tiro que matou o Coronel janguista Alfeu, no Rio Grande

do Sul, que foi multiplicado por 16 pelos embusteiros, para fins de indenização de sua família.

No seu ponto-de-vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Esta é fácil de responder, os governos não eram militares. Os presidentes revolucionários eram militares da reserva, mas a estrutura de governo era civil: os ministérios, autarquias, grandes empresas, no geral, eram chefiados por civis.

Havia eleições para o Legislativo e para os governos estaduais, sendo que duas dessas eleições quase desencadearam uma luta entre facções do próprio estamento revolucionário. Refiro-me às eleições de Negrão de Lima e Israel Pinheiro (Rio de Janeiro e Minas Gerais) em 1965.

Por ocasião das eleições para governador dos estados, eu exercia as funções de Comandante da Base Aérea dos Afonsos.

Essa Base tinha como missão principal o apoio à Divisão Pára-quedista do Exército. Logo que assumi o Comando, tratei de solidificar ainda mais a união com os pára-quedistas. Lembro que ficava até com pena de ver aqueles militares o dia inteiro praticamente sentados no gramado aguardando a hora do salto. Construí um prédio com todas as instalações necessárias – banheiros, cassino, bar etc. enfim melhorar o conforto dos homens. O Comandante da Divisão era o General Moniz de Aragão. A confiança entre nós era tão grande que por ocasião da deposição do Governador Mauro Borges, de Goiás, quando chegou a ordem de deslocamento dos pára-quedistas para Goiânia, os aviões C82 da Base já estavam sobrevoando Goiânia com os pára-quedistas a bordo.

Voltando às eleições de Negrão de Lima e Israel Pinheiro, devo salientar que, nesse episódio, o Comandante da Divisão Pára-quedista era um grande oficial do nosso Exército, o General João Dutra de Castilho. Eu mantinha contato permanente com o General e com todos os coronéis comandantes das Unidades da Vila. Lembro ainda dos nomes dos coronéis: Antonio Duarte de Miranda, Sebastião Ferreira Chaves e outros de fora da Vila, como os Coronéis Caracas Linhares e Pitaluga.

Logo senti que a posse de Negrão e Israel Pinheiro não seria tranqüila. Uma noite fui informado pelo General Castilho de que a guarnição da Vila estava de prontidão. Imediatamente coloquei a Base também de prontidão e fiz as ligações com a Base de Caças de Santa Cruz e Base Aérea do Galeão, e também com o Comandante da Guarnição dos Afonsos. A situação ficou mais ou menos assim: se a Vila se levantasse como tudo indicava que iria acontecer, as unidades aéreas da área do Rio de Janeiro certamente acompanhariam nossos irmãos do Exército.

Quando o Governo federal acordou foi mandado para apaziguar a Vila nada menos que o General Costa e Silva, que era Ministro da Guerra.

O que o General Costa e Silva conversou com os generais e coronéis da Vila nunca fiquei sabendo, mas o resultado logo foi percebido: a candidatura do Presidente Costa e Silva, que até então era combatida mesmo dentro do Palácio do Planalto, se consolidou e ninguém mais ousou opor-se a ele. O resto todos sabem. O Presidente Costa e Silva foi eleito pelo Congresso e assumiu em março de 1967.

A seguir, aconteceu o que eu chamo de uma desgraça – a doença do Presidente Costa e Silva. Nessa ocasião, eu estava em Washington como Adido Aeronáutico.

Fui avisado pelo Major Conrado – Ajudante-de-Ordens do Presidente que me aconselhou a vir para o Rio. Logo após fui chamado pelo próprio Ministro da Aeronáutica – Marechal-do-Ar Márcio. Cheguei ao Rio e fui direto para o Palácio Laranjeiras, onde estava instalada a Junta que governava o País no impedimento do Presidente Costa e Silva.

A situação era quase caótica: nessa altura já se sabia que o Presidente não tinha mais condições de voltar ao cargo. Começaram a aparecer "candidatos" ao lugar do Presidente enfermo. A Junta, no começo, estava como que perdida. Chegaram a fazer uma "eleição" entre os oficiais generais das três Forças.

O resultado como era de esperar foi o pior possível, apareceram uns cinco ou seis generais mais votados. Já aí, por sorte, despontou a liderança inconteste do Almirante Rademaker na Junta.

O processo eleitoral foi deslocado para o Ministério da Marinha. A Junta resolveu diminuir o colégio eleitoral – a votação ficaria restrita ao Alto Comando das Três Forças. Aqui cabe um parênteses: em 1967 ou 1968, estávamos eu e o Coronel Lourival Massa da Costa, que era o Subchefe do Exército na Casa Militar da Presidência, aguardando, no saguão do Aeroporto Santos Dumont a chegada do Presidente Costa e Silva para uma viagem (eu era, além de Subchefe da Aeronáutica da Casa Militar, o piloto do Presidente).

Lá pelas tantas perguntei, de repente, ao Coronel Massa se ele já tinha alguma vez pensado em quem poderia ser o substituto do Presidente ao fim do mandato. O Massa pego de surpresa disse: "Nunca pensei nisso" e eu lhe disse: "Pois esse assunto não me sai da cabeça e para mim só tem uma pessoa com todas as credenciais para o cargo e essa pessoa chama-se General Emílio Garrastazu Médici – Chefe então do SNI.

Voltando à Junta: mesmo com quorum eleitoral reduzido ainda continuavam três nomes na disputa: O General Médici, o General Orlando Geisel e o Coronel Albuquerque Lima (com muitos votos). Mais uma vez afirmou-se a liderança do

Almirante Rademaker. A Marinha escolhe o General Médici; em seguida, o Marechal Márcio também decidiu que a Aeronáutica escolhia o General Médici e não restou outra opção para o Exército, senão seguir os dois colegas da Junta.

Aí, começou um trabalho dificílimo, convencer o General Médici a aceitar a missão. Até eu fui mandado a Porto Alegre (sede do comando do General Médici – III Exército). Ao final, ele foi chamado ao Rio e acabou aceitando o cargo como uma missão a cumprir e indicou o Almirante Rademaker como Vice. Este relutou dizendo que tinha um compromisso com o Marechal Márcio que, finda aquela missão da Junta, eles não continuariam mais ministros.

Então, o General Médici declarou: "Se a minha primeira ordem não é cumprida, acabou a missão e volto para o meu Comando".

O Almirante Rademaker reconsiderou e acabou aceitando a missão de Vice. As coisas voltaram ao normal e eu voltei para o meu trabalho em Washington.

Vinte dias depois, fui chamado de novo ao Rio de Janeiro. Apresentei-me ao Ministro Márcio e fiquei sabendo da minha nova missão, disse o Ministro: "Consta que lá no Sul estão tentando torpedear a minha permanência à frente do Ministério da Aeronáutica". Viaja para Porto Alegre e esclarece as coisas.

Cheguei a Porto Alegre e fui direto ao Quartel-General do III Exército. Fui recebido imediatamente pelo General Médici que me perguntou: "O que é que tu estás fazendo aqui de novo?", e me levou para sentar junto dele no seu gabinete e eu logo comecei o assunto – "O senhor lembra, lá no Rio, quando o senhor indicou o Almirante Rademaker para Vice?" Resposta sim, lembro perfeitamente. Naquele momento, o Marechal Márcio sentiu-se desobrigado do compromisso assumido com o Almirante de deixarem seus respectivos ministérios. O Marechal Márcio, naquela altura, estava bem no meio de uma reforma geral na estrutura do Ministério e gostaria de levar o trabalho até o fim.

Por esse motivo eu estava ali para transmitir ao futuro Presidente que ele, Márcio, gostaria de completar sua missão.

O General Médici então me diz: mas eu estou informado de que o Márcio não tem condições de continuar à frente do Ministério.

Eu que já farejara, antes no Rio, o que iria acontecer tinha preparado um estudo completo sobre o quadro de oficiais-generais da Força Aérea Brasileira (FAB). Nesse estudo estava uma avaliação completa e minuciosa sobre a personalidade, tendências, caráter etc. de cada um dos Brigadeiros.

Pedi, nesse momento, que o General Médici convocasse uma reunião com todo o seu Estado-Maior que eu iria fazer uma explanação completa sobre o assunto. Convocada a reunião e chegada a hora, fui chamado ao salão de honra do QG do III Exército.

Entrei e dirigi-me a uma mesa enorme onde estavam sentados, na cabeceira e à direita, o General Médici; na outra, o General Figueiredo (Chefe do Estado-Maior); ao lado direito do Presidente, estava o General Fontoura, Serviço Nacional de Informações (SNI) e, ao lado esquerdo do Presidente, ele mandou que eu sentasse. O restante dos lugares estavam todos ocupados com os oficiais que compunham o Estado-Maior (lembro bem do Coronel Túlio Chagas Nogueira que, depois, foi a quatro estrelas e chegou ao Superior Tribunal Militar – STM).

O Presidente levantou-se e disse a todos: O Brigadeiro Dellamora que está aqui ao meu lado vai fazer uma exposição sobre a situação na Aeronáutica. Levantei, abri a minha documentação e comecei a falar. Creio que dissertei cerca de uma hora.

Enquanto eu percebia que o General Fontoura chegava a rir durante certas passagens, eu notava que um outro personagem demonstrava estar bastante desconfortável – era o General Figueiredo.

Quando acabei de falar, o General Médici levantou-se e disse: Brigadeiro, pode avisar ao Márcio que ele será o Ministro da Aeronáutica do meu Governo.

Assisti, por dentro, à campanha que foi feita durante dois anos, para "minar" a confiança que o Presidente tinha no seu Ministro da Aeronáutica. Levaram dois anos para afastá-lo, mas conseguiram. O Marechal Márcio, sentindo-se desprestigiado e como que um "corpo estranho" no Governo, não agüentou e pediu exoneração. Com isso, o seu amigo e um dos mais autênticos revolucionários de 1964 ficou sozinho no governo e acabou melancolicamente como figura decorativa na Vice-Presidência, refiro-me ao Almirante Rademaker, da mesma forma decorativa como ficou, mais tarde, o General Adalberto Pereira dos Santos, um dos mais fiéis e leais amigos do General Médici.

Com os episódios que acabo de relatar não houve mais "empecilhos" e a Revolução enveredou para aqueles caminhos a que me referi neste depoimento. Primeiro, o General Ernesto Geisel – substituto do Presidente Médici – com sua anistia geral que seria lenta e gradual, e, mais tarde, com o General Figueiredo que escancarou a porteira e passou a ser ampla, geral e irrestrita e para quem fosse contra, eu "prendo e arrebento", é o que ele dizia. Esta era a forma como ele se referia aos seus companheiros de Revolução!

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

As comunicações, por exemplo, tiveram uma expansão enorme, as estradas de rodagem, as grandes barragens para gerações de eletricidade, as linhas de transmissão, o desenvolvimento da aviação comercial – os grandes aeroportos etc.

Nunca vivemos um período de tantas realizações como o das décadas de 1960 e 1970.

A Revolução de 31 de Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

O maior, no meu entender, foi não ter feito reformas na estrutura da Administração Pública.

Outro erro cometido está ligado à duração excessiva do Movimento.

Lembro-me de que em uma reunião em que estava presente o então Coronel Golbery do Couto e Silva, este disse: "Vocês só serviram para deflagrar o Movimento revolucionário; agora, terão que ser afastados porque atrapalham".

Esses "vocês" éramos nós, que ele chamava de exaltados – oficiais do tipo Sebastião Chaves, Chico Boaventura, Amerino Raposo, Brigadeiro Burnier, Coqueiro etc.

O resultado é que todos, com raríssimas exceções, que tomaram parte ativa no processo revolucionário, tiveram suas carreiras interrompidas; muitos nem chegaram ao generalato.

E quando, como no meu caso, do Brigadeiro Hippóllyto, Brigadeiro Coqueiro e Brigadeiro Burnier fizemos recursos contra a passagem compulsória para a reserva, eles alegaram que era para "rejuvenescer" os quadros – só não explicaram como foi feito esse rejuvenescimento, transferindo para a reserva os mais moços e ficando os mais velhos na ativa. Aí, a gente lembra do vaticínio do Golbery – eles terão que ser afastados. Quando mandaram o Brigadeiro Correa para casa, antes do tempo, comentaram sem muito alarde para não despertar revolta: a Força ficou livre de mais um caudilho – em Pancho Vila.

Esqueceram que o velho Correa era aquele mesmo que, anos antes, tomara a Base Aérea do Galeão no peito e na raça. Um oficial de reconhecido valor e de grande coragem moral e física.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da Economia Brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes deste fato?

É fácil explicar: a mídia na sua totalidade – TV, jornais, revistas etc. – está toda sob controle ou de comunistas ou socialistas, enfim, de esquerdistas, que são internacionalistas, quase todos filiados às Internacionais Socialistas.

Os proprietários pensam que controlam suas empresas, mas estão enganados – o tempo dirá.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro?

O milagre ocorreu principalmente ao longo do Governo do Presidente Médici. Um governo de um presidente de profundo valor, de reconhecida capacidade de direção, com um Ministério altamente preparado, principalmente na área econômica, dirigida por ministros e executivos da mais alta competência.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Não creio que tenha havido "batalha da comunicação social" nos três primeiros governos da Revolução, porquanto os administradores se preocuparam muito mais em consertar os estragos que tinham sido causados antes. Havia, também, o terrorismo insidioso começando suas ações: assassinatos, bombas em quartéis, em jornais, assaltos a bancos, a carros-fortes etc., guerrilha urbana no Rio e em São Paulo, com a necessidade de se apelar para o AI-5. O Governo Médici conseguiu finalmente controlar a subversão, chegando mesmo a transformar o Brasil na oitava economia mundial.

Já a partir do Governo Geisel, houve uma mudança nas ações do governo revolucionário. Ao mesmo tempo em que o governo praticava atos de força contra o Congresso – senadores biônicos, cassações para modificar as "maiorias" no legislativo –, houve também ações dirigidas nitidamente para afastar oficiais "afinados ainda" com os princípios da Revolução de 31 de Março. Não esquecer que, nesse Governo, o Chefe da Casa Civil era o velho conhecido General Golbery, cujo secretário era Heitor de Aquino.

Ambos aliados dos maiores inimigos do Movimento de 1964, como o comunista-revanchista Elio Gaspari. Veja com quem essa dupla foi se meter! Não precisa acrescentar mais nada!

Em São Paulo, para agradar setores que não eram revolucionários ou que, então, já estavam trabalhando mesmo contra a revolução, refiro-me ao Governador de São Paulo Egídio Martins e ao Cardeal Paulo Evaristo Arns, o General Geisel cometeu aquela barbaridade que foi o afastamento do Comando do II Exército, do General Eduardo D'Ávila Melo, um dos melhores homens que já conheci em toda minha vida.

Outra liderança foi afastada com a demissão do Ministro Silvio Frota, para facilitar a "eleição" do General Figueiredo à Presidência. O livro do General Hugo Abreu mostra perfeitamente essa manobra da dupla Geisel-Golbery.

A partir daí, já não mais se falava em Revolução de 31 de Março.

Então foi fácil – a mídia, totalmente infiltrada, dominou os meios de comunicação e ganhou a batalha da comunicação social (que não houve).

No Governo Figueiredo, ainda tivemos um autêntico revolucionário, que foi o General Walter Pires. Mas o próprio Presidente vivia alardeando: "Eu prendo e arrebento"; aludindo não aos subversivos, mas aos revolucionários.

No fim, o que se viu foi o vácuo na Administração Figueiredo, propício à rebelião nas hostes supostamente governistas do PDS, com uma grave cisão (nascimento do PFL), o que propiciou a eleição de Tancredo Neves, portador de doença grave, com a subida de Sarney e a saída melancólica de Figueiredo pelos fundos do Palácio do Planalto.

Uma pena o nosso brilhante Presidente Médici não ter encerrado o ciclo revolucionário!...

Gostaria de abordar mais algum aspecto acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (assassinatos de inocentes, bombas em jornais, assaltos a quartéis, a bancos) praticadas por extremistas?

Essas ações subversivas desaguaram no AI-5, sendo que o General Médici enfrentou decididamente os extremistas e acabou derrotando a luta armada tanto urbana como rural.

Às vezes, o governo titubeava não se sabe bem o porquê (pressão estrangeira no caso dos embaixadores seqüestrados ou para evitar derramamento de sangue) e atendia às exigências dos seqüestradores. Muitas vezes, a própria Força Aérea, temendo que o governo cedesse ao terror, tomava os aviões seqüestrados de assalto, furava os pneus para impedir a decolagem e, num caso, matou os seqüestradores.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento de certos segmentos da sociedade brasileira?

A censura se limitava a proibir peças ostensivamente contrárias à Revolução. Na imprensa, também se exercia um certo controle, para evitar propaganda julgada contra os ideais da Revolução. Mas ninguém se preocupou em olhar a Universidade, onde os professores marxistas atuaram livremente fazendo a cabeça da juventude da época.

Até por orientação do próprio Golbery, que foi o principal contra-revolucionário do Governo Geisel.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto-de-vista?

A verdade é exatamente o contrário do que, hoje, dizem: os subversivos não queriam dialogar; julgavam que venceriam a Revolução, recorrendo à luta armada e às

ações de guerrilha urbana, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e de guerrilha rural, em zonas pouco habitadas. Foi o grande erro dos terroristas!...

A reação à altura do Governo Médici transformou o sonho dos inimigos do País em grande pesadelo!...

Exatamente. Apareceram os assaltos a bancos, ações armadas contra quartéis etc. O País inteiro tomou conhecimento de nomes como Marighela, Lamarca e outros, todos eliminados pela pronta e eficaz ação do Estado.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

Derrubar o Governo da Revolução, implantar o socialismo, fuzilar os oficiais das Forças Armadas etc., orientação vinda certamente de Cuba, onde os nossos subversivos faziam cursos e eram também doutrinados.

Muitos deles estão por aí espalhados pelos partidos políticos e falando, cinicamente, em democracia.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

O AI-5 foi uma espécie de último recurso adotado pelo Presidente Costa e Silva para dar um basta à ação subversiva.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos como os DOI (Destacamentos de Operações de Informações)?

Acho que sim. Todos esses órgãos foram criados, como o AI-5, para dar um fim definitivo às guerrilhas urbana e rural.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Essas expressões foram adotadas a partir de 1990, com o objetivo explícito de acabar com qualquer coisa que lembrasse o "regime militar" como tendo sido algo de bom. É a exteriorização dos "revanchistas", que não se conformam com as derrotas sofridas.

O "revanchismo" é tão evidente que dispensa outros comentários.

A Revolução muito se demorou no governo do País?

Acho que sim. No fim do Governo Médici que estava no auge da popularidade ele com a autoridade que tinha, poderia ter presidido o desengajamento e a transição para um governo civil, de forma controlada, num processo lento, gradual e

progressivo, o que evitaria o que ocorreu – um escancaramento descontrolado, uma anistia que só favorece o lado dos terroristas, assassinos e seqüestradores, o que é um absurdo, deixando os militares na situação em que até hoje se encontram.

Um "dinheiro" que está sendo tirado do País e entregue à família de bandidos desclassificados, como Lamarca, Marighela e tantos outros. É um sacrilégio!...

De sua experiência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de Revolução?

A minha avaliação é extremamente positiva. O avanço do Brasil rumo ao desenvolvimento foi feito decididamente e se consolidou, praticamente, no fim do Governo Médici.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O governo dos militares não veio para ficar eternamente no Poder. O que retardou a volta ao regime democrático normal foi a eclosão das badernas, agitações nas ruas, assaltos a bancos, assassinatos por todo o País e a conseqüente reação dos governos da Revolução.

Mas, já no Governo Geisel, era evidente que a imprensa começava a dar sinais do que viria depois; começou sutilmente com a pregação da volta aos quartéis... a alternativa lenta, gradual e progressiva e, finalmente, o estouro da boiada no Governo Figueiredo que acabou na Nova República, com a anistia ampla, geral e irrestrita.

A atuação política e os resultados econômicos desse último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

É evidente que sim. O episódio do Riocentro mostrou o quadro real do Governo.

O que o senhor tem a acrescentar sobre a Lei de Anistia?

Todos pensávamos que a Lei da Anistia era para todos, pois fora ampla, geral e irrestrita. Ao fim, o que se viu é que ela só tem sido aplicada para beneficiar antigos terroristas, assaltantes de bancos e subversivos de todos os matizes.

Criaram uma comissão que só serve para indenizar com milhares de reais as famílias de antigos subversivos mortos e agora até um parlamentar bem vivo recebe polpuda pensão. Mas as famílias dos infelizes militares e policiais que morreram cumprindo o seu dever não ganharam nem um só tostão.

Na Aeronáutica, o caso do Coronel Alfeu Monteiro mostra bem a indignidade dessas indenizações vergonhosas!...

Como analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico do tempo da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Todos pensávamos que, com a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, o comunismo estaria fadado a desaparecer. Ledo engano: está mais forte que antes desses episódios. Aqui, no Brasil, os comunistas estão por toda parte. Estão no governo, dentro de grande parte dos partidos políticos. Na Igreja, há um teólogo que faz apologia do PT e de Fidel Castro, um tal frei Beto que foi comparsa do Marighela e agora é colunista de *O Globo*, assim como o tal frei Leonardo Boff, da Teologia da Libertação, transformado pela esquerda em jornalista, com coluna no *Jornal do Brasil*.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Isso só vem mostrar o valor e a qualidade desses verdadeiros baluartes com que contam o povo brasileiro para defendê-lo na hora da necessidade – as Forças Armadas. Feliz a Pátria que possui para defendê-la tais instituições, em particular o nosso Exército Brasileiro.

Qual a sua mensagem final para este nosso Projeto?

Faço votos que vocês continuem com este Projeto. Vão até o fim, com essas pessoas maravilhosas, que, felizmente, estou sabendo, têm vindo, aqui, contribuir para que esta obra tenha completo êxito, indo ao encontro da maior quantidade possível de brasileiros que, há muito tempo, aguardam a verdadeira história da Revolução de 1964.

General-de-Brigada Celso dos Santos Meyer

- Natural do Rio de Janeiro – RJ.
- Turma de 1940 da Escola Militar do Realengo, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército Brasileiro. Fez a Escola de Artilharia do Exército dos Estados Unidos da América – Oklahoma e a Escola Superior de Guerra.
- Foi Instrutor da EsAO de 1950 a 1951.
- Comandou o 2º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Santiago-RS (1962-1963).
- Pertenceu ao Gabinete do Ministro do Exército, Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF (1967/1970).
- Como General, comandou a Artilharia Divisionária da 2ª Divisão de Exército (AD-2), Santos-SP (1974-1976), e exerceu as funções de Adido do Exército junto às Embaixadas do Brasil nos Estados Unidos e no Canadá (1976-1978).
- Em 1964, integrava a Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos - Rio de Janeiro-RJ.

Entrevista realizada no dia 26 de fevereiro de 2002.

Foi com grande satisfação que recebi o convite para participar deste trabalho que considero de alta relevância para as gerações que estão por vir. Fazia-se necessário colocar por escrito tudo o que aconteceu nesse período, sem dúvida, um dos mais desagradáveis e, também, dos mais sérios já vividos por todos nós brasileiros. De modo que eu tive feliz e infelizmente uma certa participação como a maioria dos brasileiros, principalmente, dos militares. E estou pronto a fazer o meu depoimento daquilo que vivi, daquilo que soube, para que fique devidamente registrado... aliás, isso eu já venho fazendo no meu ciclo de amizade e na minha família. Tenho sempre transmitido a eles o que vivemos, todos nós, na luta contra a expansão comunista em âmbito mundial.

Que fatos o senhor gostaria de citar a respeito da sua participação pessoal nos pródromos do Movimento de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Primeiramente, a minha participação pessoal na Revolução de 31 de Março de 1964 foi de expectativa, como era de praticamente todos nós militares, voltados para seus afazeres castrenses. Já diplomado pela Escola de Estado-Maior do Exército, em 1949, a minha visão se ampliou. Aliás, um dos objetivos da Escola de Comando e Estado-Maior é abrir os horizontes. Passei a me preocupar mais com os problemas políticos que, até então, nunca tinham me inquietado. Acredito, também, que fosse a situação da maioria dos meus companheiros. Cada um cuidava da sua vida, ministrava a sua instrução, as suas aulas, recebia ensinamentos nas escolas militares, e o tempo ia passando.

Gostaria de assinalar o seguinte: na época – não digo que tenha sido o único, porque não sei os outros – recebi um livro de autoria de um coronel português intitulado *Guerra Revolucionária*. Esse livro era uma antevisão da Quinta Coluna que foi muito bem usada pelos nazistas para dominar, praticamente, toda à Europa visando ao domínio mundial. Esse coronel descrevia o processo com muita lucidez e objetividade e era um alerta. Para mim, foi um alerta. Depois, emprestei esse livro e como livro e dinheiro quando se empresta geralmente se perde, não sei mais aonde ele foi parar. Dali, então, é que comecei a despertar mais para essa questão – perigo comunista, política em si.

Atribuo o início das atividades de defesa da democracia à fundação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudo Social) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) duas instituições que foram criadas por civis com a participação de militares. Não tive a oportunidade de tomar parte, mas alguns militares foram convocados e participavam, tentando vender a idéia de que alguma coisa tinha que ser

feita. O ritmo em que os acontecimentos estavam se desenvolvendo, principalmente, a partir da posse de João Goulart, com a renúncia do Jânio, começou a estabelecer uma enorme preocupação. Havia mesmo civis que estavam pensando em se retirar do País, achando que não havia mais solução. Um companheiro nosso, contemporâneo, que chegou aos mais altos postos do Exército, chegou a considerar que estava tudo perdido, tirou um ano de licença sem vencimentos e foi trabalhar numa empresa civil. Acreditava que já estava tudo perdido!

Outros militares, que eram mais politizados, começaram a fazer oposição ao Governo Goulart que tinha assumido e foram afastados, mandados para as chamadas Circunscrições de Recrutamento (CR), que passaram a ser, depois as Circunscrições do Serviço Militar, as CSM. Por que os mandaram para as CSM? Porque eram Organizações Militares sem tropa, voltadas para atividades administrativas, relativas a Serviço Militar e Mobilização, contando com um efetivo muito reduzido, inexpressivo. Eram oficiais muito politizados, como os irmãos Serpa. Para Bauru, foi o Golbery, se não me engano, e o Couto e Silva. O Serpa “louro” foi para Sorocaba, o Serpa “preto”, que era o irmão mais velho, foi para o Piauí, o Serpinha – Luís Gonzaga de Andrada Serpa –, o mais moço e o mais politizado, foi para Manaus. Esses oficiais merecem todo o meu respeito e minha admiração. Eles tiveram a antevisão, que eu mesmo admito que não tinha. Estava voltado para as minhas atividades castrenses, como já disse, para o meu esporte... Às vezes, achava que eles exageravam, que eles estavam vendo, como se diz normalmente, “chifre em cabeça de cavalo”.

O Serpinha – Luís Gonzaga – em uma ocasião me procurou – sempre que nos encontrávamos, conversávamos muito – e eu disse para ele: “Quando é que você vai fazer o seu curso de estado-maior?” Os irmãos mais velhos já tinham feito, na minha turma, de 1947 a 1949. “No momento, não posso. Estou preocupado com a situação do País”. Disse: “Luís Gonzaga, por que não deixa os generais se preocuparem e vai se preparar, para você chegar a ser um desses generais?” Essa conversa, ainda me lembro nitidamente, tivemos em plena Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Eu respeito e admiro esses oficiais pela sua antevisão.

Da mesma forma, muitos oficiais contestavam abertamente o Governo que os punia normalmente com transferências para guarnições distantes dos grandes centros.

Depois, já no governo da Revolução, uns foram “castigados” de uma maneira mais agradável. Eles continuaram a fazer oposição, embora fosse já amistosa. Queriam mais rigor por parte da Revolução contra corruptos e subversivos. Os Serpa, principalmente. Então, um foi designado Adido em Paris, o outro para a Aditância de Roma.

Foi a forma que encontraram de, pelo menos, suavizar mais a oposição que eles faziam, protestando que o Governo estava sendo muito tolerante, foi mandá-los para longe. Isso são os fatos que eu me permito colocar de início nessa entrevista.

Quanto às raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março, já falei no IPES e no IBAD. Atribuo a eles a iniciativa de protestar, de se organizar e de tentar alertar à sociedade e aos militares para o que estava ocorrendo no País. Então, a partir daí, o IPES e o IBAD, foram fechados pelo Governo Jango, porque continuaram a fazer uma oposição de forma mais veemente. Quanto a outras raízes, me ocorre os protestos desses militares mais politizados e de alguns políticos, aqueles que viviam pedindo providências. Como, hoje mesmo, no meu deslocamento para cá, em conversa com o motorista de táxi. Ele sabendo que eu era militar – quando lhe dei o destino da corrida – ele disse: "Quando é que os senhores vão tomar uma atitude quanto ao descalabro que está ocorrendo no País?" Isso me tem sido cobrado – verbo usado na nossa linguagem militar como pedir providências – amiúde em barbeiro, em táxi e em reuniões com amigos civis. Eles perguntam: "Até aonde isso vai nos levar?" Todos preocupados, porque, no momento, na minha visão, nós temos um governo de comunistas ou de ex-comunistas, como preferir.

O Presidente, é sabido, era comunista e, na minha opinião, um dos piores, embora digam que a sua mulher era mais ativa do que ele. Por que é dos piores? Porque ele era um professor, não poderia ser considerado um inocente-útil como muito estudante que foi aliciado, ficou nessa situação, virou simpatizante ou participante ativo. Era um professor, um homem que aplicava a inteligência, que sabia das coisas, e que estudava sociologia, matéria da qual ele foi professor em curso na Sorbonne – França. Ele era do grupo, na minha opinião, daqueles que mandavam fazer, não era do grupo ativista como o ex-Ministro Serra, como é o atual Ministro da Justiça, Aluísio Nunes Ferreira, que tem uma ficha que qualquer marginal que a possuísse estaria preso. Matou, roubou, fez, aconteceu e hoje é o Ministro da Justiça. O Francisco Weffort, da Cultura, e o Paulo Renato, da Educação, também. E outros mais. O governo está fazendo uma ação entre amigos.

Agora, a imprensa noticiou que o José Dirceu, ex-presidente da UNE, também terrorista, comunista, viveu em Cuba quando foi banido do País depois do seqüestro do embaixador americano – Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969 – está sendo premiado com uma importância em dinheiro, porque teve a sua vida prejudicada pela Revolução de 1964. O jornal cita outros que estão sendo beneficiados com mais de um milhão de reais porque a sua atividade foi interrompida. Na opinião deles, estavam exercendo atividade política. Para mim, é uma pouca vergonha, com licença da expressão.

Quanto a guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, é claro que teve uma influência, porque o mundo após a guerra ficou dividido em dois: de um lado, a União Soviética, com a sua expansão para o domínio mundial, baseada na ideologia comunista, e, do outro lado, as nações aliadas, chefiadas pelos Estados Unidos, em defesa da democracia. O cenário que se vivia era esse. De um lado, a democracia se defendendo; do outro lado, o Movimento Comunista Internacional (MCI), sob a orientação soviética, tentando o domínio mundial. Não havia como deixar de influir em tudo e em todos.

Com relação ao panorama político brasileiro na época da guerra fria, anterior a 31 de março, era praticamente o de sempre. Um panorama político inconsistente, com partidos disputando o Poder e, também, defendendo os seus interesses. Não havia nada de novo, mas vivia-se num regime democrático. Cabe ressaltar o seguinte: há quem diga que o regime democrático – não sei se foi o Churchill – é um dos piores do mundo, só que não há outro melhor. Que eu saiba, realmente não há outro melhor. Entretanto, tem um grande defeito, seja ele de que tipo for, apresenta *nuances*, de acordo com o país que o adota. As franquias democráticas consentem que qualquer pessoa delas se aproveitem para destruir o próprio regime democrático.

A revolução comunista, bolchevista na Rússia, foi uma tomada do Poder em dois tempos como preconizavam, depois, os soviéticos. A revolução foi feita mais por Kerenski e por Trotsky. O Lênin veio a seguir. Dizem os historiadores, que Lênin, foragido da Alemanha – onde eles pregavam o comunismo –, estava na Suíça. Ele e os seus companheiros foram colocados num vagão de carga ferroviário, transportados, através da Alemanha, e lançados na Rússia para complicar mais a situação interna do País que estava em guerra com a Alemanha, ainda sob o regime czarista. Então, o Lênin e os seus asseclas embarcaram na revolução de Kerenski e Trotsky e, lá dentro, eles deram a volta: derrubaram Kerenski e Trotsky, assumiram e implantaram a ditadura comunista que, até onde se sabe, foi a mais violenta que já houve na História, responsável por cerca de cem milhões de mortes, entre amigos e inimigos, como bem relatado no Livro Negro do Comunismo.

Quais as conseqüências da intempestiva renúncia de Jânio Quadros? Qual o panorama político vivido a partir de 25 de agosto de 1961?

A eleição do Jânio Quadros foi recebida com grande euforia. Houve uma votação prodigiosa de seis milhões e meio de votos. Entretanto, ele, infelizmente, fez a aliança com o João Goulart e o colocou como Vice, nessas composições políticas de bastidores – essa já nem era mais de bastidores, tornou-se ostensiva. Ele foi eleito com aquela avalanche de votos e criou-se um clima de euforia no

País: "Agora as coisas vão melhorar, agora nós vamos para frente..." Era o homem da vassoura, dos inquéritos, acabar com a corrupção. Subitamente, em 25 de agosto de 1961, no Dia do Soldado – eu estava em frente ao antigo Ministério da Guerra, hoje do Exército, Palácio Duque de Caxias, onde estamos agora, pois o Ministério já se encontrava em Brasília oficialmente – libera-se a notícia que ele havia renunciado. Os historiadores, até hoje, divergem se aquilo foi uma tentativa de golpe ou apenas se ele perdeu o juízo. Com a renúncia do Jânio, automaticamente, assumia – tinha que assumir – o Vice-Presidente João Goulart. Houve reação, os chefes militares da época, Generais Denys, Ernesto e Orlando, principalmente, se opuseram. Viveu-se aquela situação no, então, III Exército, cujo Governador do Rio Grande do Sul, cunhado do Goulart, Leonel Brizola, lançou uma enorme campanha favorável à posse através da rede da legalidade por ele implementada. Formou-se, assim, a cadeia da legalidade, formalizando-se a oposição. De certa forma, ele conseguiu o seu intuito. O Comandante do III Exército, na época, que me abstenho de citar o nome, aderiu ao Senhor Leonel Brizola. Mas a situação acabou se resolvendo quase *de per si*. Criaram, primeiro, a posição política intermediária do parlamentarismo que não levou a coisa nenhuma, permitindo, apenas, que o Jango fizesse um plebiscito que ele comandou e ganhou. Quer dizer, só reforçaram a posição dele e do seu pessoal. Foi um dos nossos graves erros, porque nós é que forçamos a criação do parlamentarismo. As forças de oposição acharam que seria uma solução e não foi. Com o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, Goulart transformou o regime parlamentarista em presidencialista, recuperando todos os poderes anteriormente perdidos.

Havia um clima de insatisfação contra o João Goulart?

Havia um clima de grande insatisfação. Em primeiro lugar, porque o João Goulart não era confiável, era um provinciano, filho de estancieiro da região de São Borja, no Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. Nunca tinha saído dali, dizem até que nem para ir a Porto Alegre. Com o retorno do Getúlio, quando foi deposto, pelo que se sabe, ele se tornou uma espécie de mensageiro, garoto de recado do Getúlio na sua articulação para voltar ao Poder pelo voto, como realmente aconteceu, infelizmente. Era um camarada de província, vivia nos bordéis de fronteira – que são da pior espécie – mas a família tinha dinheiro. A irmã do Jango casou-se com o Brizola. Teria sido um casamento de conveniência, não sei direito, mas isso é problema de família.

Essa insatisfação aumentou muito, a partir de 1963, com greves generalizadas, que ocorriam permanentemente em seu Governo, falta de gêneros de primei-

ra necessidade, inflação crescente e agitação insuportável, promovida pelos pelegos infiltrados no sindicalismo – Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), confederações de trabalhadores e sindicatos.

A posição da Igreja, naquela época, era a favor ou contra o Goulart?

A posição da Igreja era preocupante. A Igreja, obviamente, nunca viu com simpatia o comunismo, porque ele é ateu. Ela estava preocupada, mas não podia fazer muito. Começou a surgir, também, a infiltração na Igreja, os tais padres de passeata ou até mais do que isso. Um dos destaques foi o Helder Câmara e depois o Evaristo Arns – o Cardeal "vermelho" de São Paulo. A Igreja tinha os católicos sempre, repito, preocupados, querendo que as coisas se resolvessem, mas eles não tinham o poder para influir, para provocar uma decisão.

Gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"? O que o senhor destacaria a respeito desse pessoal?

Entendo bastante do "grupo dos onze" porque fui designado para fazer o IPM (Inquérito Policial Militar) desses grupos. Sobre as "Ligas Camponesas", sei que elas foram criadas e eram chefiadas pelo Francisco Julião, mas elas cresceram mais no Nordeste e pretendiam, sob orientação cubana, fazer a reforma agrária "na marra", como eles diziam. Invadir e ocupar. Aliás, não está muito diferente do que estamos vendo hoje em dia, no Movimento dos Sem-Terra, que fazem o que bem entendem, com a total inércia, a completa indiferença do Governo. Entende-se essa passividade porque, como disse, ele é todo ou quase todo constituído de ex-comunistas. Alguns até nem muito arrependidos, na minha opinião.

Quanto ao "grupo dos onze", disse que fui designado para fazer o IPM. Era a milícia "brizolista". Com ela, o Brizola pretendia se opor às Forças Armadas em apoio ao "cunhado-presidente" e depois em benefício próprio, porque ele já teria, naquela época, pretensões de chegar ao Palácio do Planalto. Eles assumiram a Rádio Mayrink Veiga que era uma estação do Rio de Janeiro, de certo renome, e ali instalaram o seu quartel-general. O seu chefe de estado-maior, na rádio, era um cidadão chamado Paulo Shilling, cuja filha, extremista de esquerda, foi presa e não sei se desapareceu ou não no Uruguai, onde andou exercendo atividades terroristas. O "grupo dos onze" se propôs a criar uma milícia a imagem de uma equipe de futebol – onze jogadores – pois eles achavam que aquilo tinha um chamamento místico sobre a população: futebol, onze jogadores, onze integrantes. Na noite da Revolução – noite de 31 de março – eles tentaram convocar a sua milícia, mas não conseguiram.

Como o senhor denomina o Movimento de 31 de Março de 1964?

Naquela época, pré-revolucionária, digamos assim, ou pré-movimento – não me detenho nessas questões semânticas – revolução é o nome dado há um movimento de maior envergadura, que muda completamente tudo, de cima a baixo ou de baixo para cima. Acho que vocês têm preferido falar em movimento...

Não, nós aqui falamos tanto em Movimento como em Revolução. Entendemos que, na verdade, ela pode ter sido, inicialmente, um movimento armado, com as características de uma contra-revolução, porque sabemos que havia, do outro lado, uma revolução em andamento.

Acho que havia. Com essa revolução que estava em andamento, de origem comunista, deveria ser implantado – uma república sindicalista –, segundo constava, em 1º de maio do ano de 1964, que a Revolução de 31 de Março evitou.

Se antecipou, por isso contra-revolução. Mas, depois, como ficou vinte anos no Poder e modificou, realmente, o retrato do Brasil nos diversos campos, particularmente, no campo econômico, acho que ela, através até dos atos institucionais, transformou-se numa verdadeira e grande Revolução. Essa é a minha opinião, que não é a dos comunistas, porque, para eles, revolução é aquela que mata milhares de seres humanos.

Concordo com você, concordo em gênero, número e grau. A Revolução nos seus vinte anos durou muito tempo e com isso se desgastou. Haja vista a nós mesmos. Nenhum de nós é mais o jovem dos seus vinte, trinta ou mesmo quarenta anos. A própria idade, o tempo, desgasta. Ela demorou muito e, na minha opinião, foi um tanto reticente, um tanto tímida. Acho que teria sido preferível, naquele início, que a chefia tivesse sido atribuída ao General Costa e Silva, porque o Castello era soldado, era muito culto, mas soldado até a alma. Era muito formal, tanto que ele relutou até o último momento para assumir a Revolução. Quando ele se dispôs a emitir aquele documento, dirigido aos generais, alertando para o que estava ocorrendo, acho que ele já o fez tarde. Foi em março, nos últimos dias. Lembro-me o movimento no Estado-Maior do Exército. Ele era o Chefe do Estado-Maior e era o militar de maior projeção na época. Tinha ido à FEB e comandado a Escola de Estado-Maior. Em termos militares, ele era o Chefe de maior representatividade. Não havia nada que ele pudesse ser acusado, ou disso ou daquilo. Os outros, sempre, tinham alguma coisa. Então, ele foi naturalmente alçado àquela condição.

Lembro-me que, na noite de 31 de março, há uma passagem curiosa. Estava na Comissão Militar Mista, com o General Nestor Penha Brasil. Ele morava na rua Nascimento e Silva, em Ipanema, perto do General Castello que, também, residia na mesma rua. Ele comentava conosco, oficiais de estado-maior dele, as reuniões que o

Castello, o Costa e Silva e os outros faziam, discutindo, examinando e avaliando o panorama político do País. O Castello sempre era reticente e que o Costa e Silva era mais impulsivo. Talvez, naquela hora, naquele primeiro momento, fosse melhor um homem impulsivo, um homem de decisão, como o Costa e Silva do que um Castello, mais ponderado. Acho que deviam ter invertido. O primeiro comando da Revolução deveria ter sido dado ao Costa e Silva e o segundo ao Castello, porque ele, segundo se sabe, não queria o Costa e Silva como seu sucessor. Isso já é fato aceito. Na minha opinião, até onde entendo de alguma coisa, o seu preferido seria o General Adhemar de Queiroz, pelo qual sei que ele tinha grande respeito. Tanto que, na transição de Ministério da Guerra para Ministério do Exército, ele tirou o General Adhemar de Queiroz da Petrobrás e o fez ministro.

O Adhemar de Queiroz, sem dúvida, era um homem muito admirado pelo Castello.

Era, e a prova é que ele foi tirado da Petrobrás. Primeiro, tinha sido colocado lá e depois retirado. Foi posto, então, no Ministério do Exército por um período curto, o que faltava para o término do Governo Castello Branco.

Houve uma ação deliberada para criar cisões nas Forças Armadas?

Não diria que houve um patrulhamento, um recrutamento, um esforço planejado ou programado para criar cisões nas Forças Armadas. Havia simpatizantes. Tínhamos oficiais que eram considerados comunistas como o General Assis Brasil, o Jeová Mota – que é lá de Pernambuco. Aliás, o General Ibiapina relata isso muito bem. Quem desencaminhou, doutrinou, o Gregório Bezerra, que era sargento, foi o Jeová Mota. Se bem que o Kerenski Mota, que comandou o Batalhão de Petrópolis, embora o nome leve alguma relação, nunca se revelou comunista, como o irmão. Conta um oficial que assessorava de perto o Castello que ele vacilou na hora de assinar o ato de transferência para a reserva do Kerenski Mota, depois do devido inquérito. A caneta falhou e o oficial que estava secretariando o Castello puxou uma "Bic" e disse: "General, essa aqui não falha". Era um oficial altamente conceituado, principalmente, pelo Castello. Nunca senti esse esforço de doutrinação. Havia os naturalmente voltados para o comunismo como é o caso do Luís Carlos Prestes, na Intentona. Ele, com os seus seguidores, que enlutaram o 3º Regimento de Infantaria com os assassinatos dos seus companheiros democratas quando dormiam. Aquele pessoal já era comunista e desenvolveu uma atividade de doutrinação em alguns oficiais.

Qual a sua opinião sobre o Osvino e a esquerda militar do Jango, a qual ele pertencia?

Conheci o Osvino. Não muito bem, mas razoavelmente. Até me tinha em conta. Ele era muito amigo do meu cunhado – Coronel Aldo Pereira – que infeliz-

mente nos levou a uma cisão familiar. Ele estava no dispositivo "janguista". Você, quando é designado para um cargo, vai buscar os seus auxiliares onde? Entre os desconhecidos, entre os inimigos? Não. É o caso do nosso atual Presidente. Ele foi buscar os seus ministros onde? Com raras exceções, entre os seus companheiros de partido e de comunismo. É normal, é natural. É o velho provérbio bíblico: "Matheus, primeiro os teus".

Não senti que houvesse uma programação de decisão. Alguns simpáticos ao Governo Jango... Lembro de um que era até meu aluno de inglês que se gabava do dispositivo militar do Jango: "Ah!, o dispositivo militar do Jango é muito bom, muito forte e ele vai fazer e vai acontecer". Respondi-lhe: "Olha, esse dispositivo do Jango, na minha opinião, é fictício, porque os que são conhecidos não têm destaque, os militares de projeção não estão com o Jango." Ele citou: "Assis Brasil, Jeová Mota, Osvino e Napoleão Nobre". "Eles não têm expressão no meio militar. Os que têm são os altos chefes militares: Castello Branco, Penha Brasil, Costa e Silva etc." Esse cidadão era um civil, mas aí a discussão cessou.

Quais foram os principais acontecimentos que realmente levaram ao Movimento Revolucionário em 31 de março? Qual foi, vamos dizer, a gota d'água?

É difícil você designar a gota d'água, mas a preocupação era grande, a insatisfação era geral, como disse, com civis já pensando em ir embora, deixar o País, porque achavam que não havia mais solução. Um companheiro nosso, que chegou lá em cima, já tinha pedido licença para trabalhar na iniciativa privada, pois acreditava que estava tudo perdido. Os que foram mandados para as CR (Circunscrições de Recrutamento), também, pensavam que não havia mais o que fazer. O próprio General Ernesto Geisel, que era meu vizinho no Leblon, e, que vez ou outra, eu encontrava nas nossas andanças, nessa época difícil, ele mesmo considerava, na conversa de rua, de calçada, que não tinha mais nada a fazer, que as coisas já estavam perdidas. Ele, certamente, me confidenciou isso e ele sabia mais do que eu, um simples major, um tenente-coronel. Entretanto, uma vez, ele me disse em segredo que achava tudo perdido.

Será que nós não situaríamos a gota-d'água na reunião do Automóvel Clube?

Acho que os fatos que podem caracterizar a gota-d'água foram a reunião do Automóvel Clube e o Comício da Central – que eu assisti, de camarote, lá do alto da torre do antigo Ministério da Guerra – com a presença do Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, na minha opinião de triste memória, pelo mal que causou ao Exército. Fez o jogo "janguista", porque queria ser marechal. Houve, também, a

rebelião dos sargentos em Brasília e, talvez, a gota-d'água tenha sido o problema no sindicato dos metalúrgicos, a reunião, a assembléia dos marinheiros, um acontecimento vergonhoso em que a disciplina e a hierarquia foram para o espaço.

Ao serem punidos os marinheiros indisciplinados, o Ministro da Marinha foi demitido pelo Goulart.

Exatamente, foi demitido.

E aí veio o Paulo Mário que era, na verdade, um decrépito.

Era um decrépito que, também, sabidamente, apoiou o Aragão – Almirante Aragão – que, aliás, foi preso na Rua Carlos Góes, pouco adiante do apartamento em que eu morava. Eu acho que esses fatos podem ser considerados a gota-d'água.

E a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada pelos inimigos de movimento reacionário?

É claro que foi reacionário, como eles bem dizem, porque reagiu à bagunça, ao movimento que estava tentando dominar o País. Ela proporcionou às Forças Armadas o respaldo da sociedade civil. Nós, militares, somos muito contidos pela nossa formação, pela disciplina, pela hierarquia. Repugna a um capitão tomar medidas contra o seu major, o seu coronel. Os mais dispostos apenas vão lá e manifestam o seu ponto de vista, com o risco de levar uma cadeia, como nós dizemos. Mas, de um modo geral, nós ficamos na expectativa, olhando, observando.

Discutimos tenente com tenente, capitão com capitão. Existem os círculos militares. Até que a sociedade civil, sentindo que a situação estava muito ruim, se dispôs a ir à rua. Este fato deu o respaldo que se fazia necessário. Quem tem o poder? É o militar. Ele tem a força. Só quem pode, numa linguagem chula, "virar a mesa" é, em princípio, o militar. Ele chega com a força das armas de que dispõe e diz e desdiz, faz e desfaz. Mas ele precisava do aval da sociedade que foi dado por esse movimento. O Exército só atua interpretando os anseios do povo. Fora disso, é inviável.

Na verdade, uma tradição: o Exército sempre entrar com o povo motivando, desejando com muita clareza.

Como hoje, já mencionei aqui. Ouço do motorista de táxi, em uma roda de amigos, a cobrança de providências porque do jeito que as coisas vão... Está bem, o comunismo acabou. Não! O que terminou foi o movimento expansionista mundial comandado pela União Soviética, quando ela foi desmembrada. Agora, temos à Rússia em um regime meio confuso, ainda, tentando se salvar, sobreviver economicamente, mas os comunistas não morreram. Uns são ex-comunistas – os que fizeram profissão de fé, dizendo que deixaram de ser –, mas a maioria não disse nada, está

calada, dentro da linha "gramsciana". O Antônio Gramsci, filósofo comunista italiano, pregou a guerra pós-dominação comunista, o domínio dos meios de informação, das faculdades e das universidades.

Quando fiz o IPM, na Faculdade Nacional de Filosofia que tinha a maior célula comunista do mundo estudantil na época – não era a UNE, não era o Calabouço. Ele era o segundo na hierarquia e a UNE era a terceira. A Faculdade Nacional de Filosofia era a número um, porque eles já tinham desistido da doutrinação do camponês, do proletário, pois não tinham cultura para absorver a doutrina comunista. Podiam ser, quando muito, massa de manobra. Eles resolveram investir no professor e a Faculdade de Filosofia é a dos professores: ela forma mestres, em muitas matérias. Você, para ser professor, necessita ter o curso de Filosofia, não basta só o da matéria, precisa dele para ter dar a condição de professor. Então, eles tinham investido lá. A organização já não era mais que uma célula, eles já a chamavam como Organização de Base do Partido Comunista. Era o que existia na Faculdade Nacional de Filosofia. Eles diziam que um professor comunista era superior a cento e cinqüenta ativistas de rua.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução que enfrentou toda essa sorte de pessoas?

Tenho uma visão, talvez, diferente de todos, mas não quero ser diferente de ninguém. Acho que a Revolução não teve propriamente líderes, ela foi quase de explosão espontânea. O clima de insatisfação foi crescendo, foi crescendo com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Faço uma restrição a esse Deus porque sou agnóstico. Como dizem por aí: "Ateu, graças a Deus". Mas, me classifico como agnóstico. Então, Marcha da Família com Deus pela Liberdade... está bem, admito. A sociedade acredita em Deus. Entretanto, aquela manifestação foi muito importante, na minha opinião.

Agora, chefes na área civil, os que deram um passo à frente, eu cito, em São Paulo, o Adhemar de Barros; em Minas, o Magalhães Pinto. E só. Na área militar, citaria o Marechal Denys que foi importantíssimo naquela hora difícil. O Castello, para mim, não foi um dos chefes da Revolução. Ele aderiu nos últimos momentos. Ele participava de reuniões com o Penha Brasil, o Costa e Silva e outros generais, no Rio de Janeiro, mas nunca tomou a iniciativa. Não era um conspirador, era um homem formal, um militar disciplinado e repugnava qualquer atitude de desrespeito ao Comandante em Chefe das Forças Armadas, que era o Presidente.

Embora entenda que não foi um líder, mas o estopim da Revolução foi o General Mourão Filho. O General Olympio Mourão Filho, já em São Paulo, segundo

depoimento que me foi feito nessas minhas conversas com amigos, pelo General Diogo Figueiredo, ele já pregava uma revolução, um movimento contra o Governo e fazia isso abertamente. Depois, jogaram-no em Minas Gerais porque ele sendo mineiro satisfazia a conveniência familiar, ao seu pessoal, o que talvez o deixasse mais calado. Entretanto, ele continuou martelando, martelando. Tanto que, naquela manhã de 31 de março, recebi um telefonema de um companheiro, do gabinete do General Jair – que era o Ministro – para saber alguma coisa sobre movimento de tropas de Minas. Eu, também, não sabia nada. Ele colocou a tropa na rua e o fez no momento errado. Em março? Março é o primeiro mês de instrução, após as férias nos quartéis. A tropa chegara a pouco; estava verde. Como partir em março? Em janeiro e fevereiro é o período de férias dos oficiais e dos sargentos. Final de janeiro, início de fevereiro, chegada dos recrutas, tinha uns poucos cabos e soldados do núcleo-base (pessoal antigo, profissional) e já alguns contingentes chegando. Não era, ainda, tropa operacional. Em fevereiro e março, você não tem um contingente operacional muito grande. Ele colocou a tropa, como se diz, "no grito", na rua, porque falam – eu nunca o conheci pessoalmente – que ele era meio doidão, meio "estrambelhado". Pôs a tropa na estrada e partiu. E quando souberam foi uma correria. No Rio de Janeiro, o General Muricy saiu correndo, ele mesmo me disse, foi ao encontro do Mourão e acabou vindo comandando a coluna.

É como eu disse: o Mourão quis ser, e foi o estopim, provocou, deu o primeiro passo. É aquela história dos ratos, da assembléia dos ratos para se defender dos gatos: os ratos estavam preocupados, pois vinham sendo comidos pelos gatos e aí convocaram uma assembléia. Lá se discutiu isso e aquilo – como se discute coisas inúteis em assembléia – até que um rato disse: "Vamos colocar um guizo no rabo do gato e toda a vez que ele se mexer o guizo toca e nós nos escondemos". Foi aplaudido, aprovada a moção por unanimidade. Então, um outro rato, perguntou: "E quem é que vai botar o guizo no rabo do gato?" O Mourão pôs o guizo no "rabo do gato". Ele criou o problema. Porque o que havia muito... Eu estava perto do General Penha Brasil (quatro estrelas) vivia "batendo papo", digamos, assim como o Castello e os outros e nos mantinham relativamente bem informados. Ninguém estava falando em colocar o guizo. E os quatro estrelas? O Amaury Kruel vacilou até a última hora, custou muito a se definir. O Âncora estava do outro lado. Os generais estavam divididos. O Osvino era nitidamente do Governo e o Jair Dantas Ribeiro uma péssima figura. Estava disposto a fazer o quiser que fosse para ser ministro, como foi. Havia essas simpatias. O Kruel, na madrugada de 31 de março para 1º de abril telefonou para o Médici na AMAN informando-lhe que decidira pela Revolução e solicitava o apoio do Médici, no que fosse possível, e o Médici hipotecou-lhe solidariedade.

Foi daí que ele partiu de São Paulo para a AMAN – na tarde do dia 1º, quando parte de suas tropas já haviam chegado a Resende – para a reunião com o Âncora, que foi do Rio e estava respondendo pelo Ministério – o Jair estava no hospital. O Médici promoveu o encontro dos dois, no qual chegaram a um consenso. Vale lembrar que o Médici já havia ocupado, com o Corpo de Cadetes, uma posição defensiva frente às forças do I Exército que viriam para São Paulo. O Âncora, após o encontro com o Kruel, retornou e entregou o comando para os generais que já estavam reunidos no Palácio Duque de Caxias, no Rio, aguardando o final das tratativas na Academia. Se tivesse sido diferente, poderia ter acontecido um problema muito sério, porque a situação da tropa não estava ainda definida totalmente.

A mídia apoiou o Movimento?

A mídia tinha que se preocupar. O Roberto Marinho estava preocupado. Participei de reuniões na casa dele já depois da Revolução, é claro. Eu chefiava o setor de Relações Públicas no Gabinete do General Lyra Tavares, Governo Costa e Silva. Roberto Marinho estava "acendendo uma vela a Deus e outra ao Diabo". Ele tinha jornalistas – sabidamente comunistas – que nós denunciávamos. Um ou outro, ele afastava ou então procurava neutralizar, mas não totalmente. E as matérias em defesa da Revolução eram mais controladas por ele, da *Globo,* do que as outras de oposição.

O *JB* era a mesma coisa. Chegamos a montar uma operação – eu, com os meus auxiliares, nas Relações Públicas – pois achávamos que o *JB* estava indo muito para a esquerda e era um jornal tradicional, muito lido, muito respeitado. O Manuel Francisco de Nascimento Brito, jornalista feito na cama como dizia o Lacerda, pois a Condessa Pereira Carneiro é quem era proprietária do jornal e ele, genro, herdou. Pois bem, estive na casa dele, em Santa Teresa, mais de uma vez, discutindo. Fizemos a operação *JB* com o apoio do Roberto Marinho. Ele foi convidado pelo Ministro Lyra Tavares para uma reunião: o Ministro, o Roberto Marinho, eu e o meu Assessor de Imprensa que era o Manuel Moreira Paz, brilhante oficial, uma argumentação fabulosa. Ele falava que era uma beleza. Eu dizia para ele: "Você está na função errada, você devia estar no rádio". Você dava uma palavra e daquilo ele tecia toda uma série de considerações devidamente concatenadas e sem vacilar. Uma facilidade de expressão tremenda. Ele era o meu assessor de imprensa na questão. O *Globo* nos cedeu as suas colunas e nós colocamos muito editorial, via Manuel Moreira Paz. A *Globo*, é claro, a direção fazia vista grossa. A mídia estava na posição "em cima do muro", como se diz, vendo como é que as coisas se desenvolviam. Eles acreditavam que, mesmo que houvesse um domínio

comunista do País, eles iriam sobreviver. É discutível, muito discutível. Mas não se podia contar cem por cento com o apoio da imprensa.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Governo cujos presidentes foram militares. Não eram governos de militares. Tanto que os militares que foram presidentes tiveram a preocupação de manter o Congresso funcionando, começando pelo Castello Branco. Os ministros eram civis e não mexeram na Justiça.

Quais foram os principais acertos da Revolução?

Foram muitos, muitos realmente. Só o controle da situação econômica e financeira do País bastava. Saímos de uma inflação galopante para uma fase de estabilidade. O filósofo, jornalista e professor Olavo de Carvalho escreveu um artigo – que está entre os meus guardados – mostrando, com muita competência, os inúmeros acertos da Revolução. Consulte a Internet, porque está lá em seu endereço eletrônico.

Ele escreveu coisas muito corretas e oportunas. Ele disse que não houve nenhuma revolução, no mundo, que tivesse tão pouco derramamento de sangue, como a nossa. Só por isso e por tudo que foi feito pelos governos militares, inclusive livrando o País da terrível ditadura do proletariado, sob a forma de uma república sindicalista-comunista, os brasileiros deveriam estar agradecendo de joelhos e de mãos postas. Ele destacou qualquer coisa assim.

Quando eu estava na ativa, era muito convidado para reuniões com empresários. Era solicitado pela Confederação Nacional do Comércio e, num almoço que eles fizeram, estava um grupo de empresários americanos. Junto se encontrava aquele que veio a ser presidente – o Jimmy Carter. Eram da Geórgia, do Sul dos Estados Unidos. E, naquela conversa, como eu falava inglês e eles não falavam o português, perguntei a eles: “Quais são os produtos brasileiros que vocês estão mais interessados em importar?” E um deles, respondeu: “Gostaríamos de importar o método de combate aos comunistas adotado por vocês”. Os americanos consideravam a coisa mais perfeita do mundo. Nenhum País tinha conseguido neutralizar, com tanta eficácia, o comunismo naquele nível que ele havia alcançado, porque eles já se diziam do governo: “Só não temos o Poder, mas estamos no Governo”. Eles falavam isso, o próprio Luís Carlos Prestes.

Era a tal tomada do Poder em dois tempos que falei, lembrando que Kerenski e Trotsky fizeram a revolução. Lênin entrou e derrubou os dois e estabeleceu a

ditadura do proletariado, de triste memória. Na Tchecoslováquia, lembramos a tomada do parlamento, a queda do parlamento, eles assumiram o Poder, valendo-se do próprio Congresso... Eles apoiavam todo e qualquer movimento nacionalista. Você brigava com o governo e fazia um movimento de oposição. Eles apoiavam. Essa oposição ganhava, chegava ao governo e os comunistas entravam com eles. Era a chamada tomada do Poder em dois tempos. Uma vez lá dentro, eles davam o tombo final, o golpe de misericórdia.

Isso eles fizeram, também, na própria Cuba. O movimento de Cuba, pelo Fidel Castro, a tal campanha de Sierra Maestra, foi apoiada pelos Estados Unidos. Foi, porque eles queriam se livrar do Batista que estava tornando-se nacionalista. O Batista era um ex-sargento, um fantoche, mas ele começou a desagradar os americanos, reivindicando uma série de benefícios. Os cassinos, os hotéis, o jogo, era tudo explorado pelos americanos. Ele começou a querer colocar ordem no assunto e isso desagradou-lhes. A derrubada do Batista não foi ideológica, ele não era comunista, ele era nacionalista. Quem era e enganou os americanos, foi o Fidel Castro. Apoiado pelos americanos, derrubou o Batista, só que "o tiro saiu pela culatra".

No campo social, quais os acertos da Revolução de 1964?

O BNH foi importante, foi extremamente importante; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi importantíssimo. O Estatuto da Terra editado pelo Presidente Castello Branco; o Mobral, também, foi muito bom. Eu fiz o IPM do Mobral comunista, que era o PNA (Programa Nacional de Alfabetização), associado ao movimento de cultura popular, que eles usavam para doutrinação dos favelados. O coordenador nacional desse PNA era o Betinho – Herbert José de Souza. Primeiro, da AP (Ação Popular) do meio estudantil, depois comunista quando adquiriu mais asas. Aí, ele, então, se revelou totalmente. Ele foi o Coordenador do Programa Nacional de Alfabetização que era um programa de alfabetização, mas de linha comunista. Inicialmente, quando quiseram anular esse PNA, fizeram o Mobral. Nas mãos do Simonsen, os resultados foram muito bons.

A Revolução, pela nossa formação, pela timidez do militar em lidar com assunto civil, ela ficou aquém do que poderia ter sido feito. O Castello, mais do que ninguém, repito, era um tímido. Ele, segundo me consta, repugnava a divulgação, a publicidade. Ele achava que tudo devia ser feito silenciosamente, que era assunto interno. E não era! Hoje, estamos pagando por isso. Eles dominaram as faculdades e a mídia e estão, principalmente através das inverdades repetidas, da "orquestração da mentira", nos atingindo. Qualquer assunto negativo eles destacam, as coisas boas eles desprezam, ignoram.

E os erros da Revolução?

Errar todo mundo erra. Ninguém acerta sempre. Mas eu diria que os acertos foram bem maiores do que os erros. Um erro cometido foi ficar muito tempo no Poder, vinte anos foi muito.

Quando deveria ter acabado?

O Costa e Silva, quando assumiu, pensou em acabar, devolver para o civil. Isto eu sei devido às reuniões dele com o General Lyra Tavares, cujo gabinete, em Brasília, eu chefiei até a crise devido o problema de saúde do Costa e Silva. O General Lyra conversava muito comigo, era falante, uma cultura privilegiada. Ele chegou a me confidenciar, uma vez, a conversa do Costa e Silva com ele, sobre a sucessão. Ele achava que estava na hora de devolver o bastão ao mundo civil, porque a Revolução com o passar do tempo, estava se desgastando. Ao paisano em geral, não interessava ter poder de tirar, de botar, de prender. Ele gosta da bagunça, em poder fazer negociatas, de comprar A, comprar B, de realizar um bom negócio. Ele não está muito interessado em coisas certas...

Trabalhei numa empresa, que eu não vou citar, muito boa empresa. O trabalho dela era de primeira linha, uma empreiteira. Eles nunca me pediram nada que atingisse a minha formação, sempre me respeitaram e a rigor nunca me solicitaram nada. Eu era uma espécie de garantia para eles. Todos, naquela época da Revolução, queriam ter um militar a seu lado. E muitos militares se beneficiaram. Eu, de certa forma, também. A empresa me empregou durante 11 anos, depois uma outra o mesmo tempo. Achei que estava na hora de parar e me afastei. O dono da empresa dizia, depois que ficamos mais íntimos: "Eu dou o meu preço, preço certo, correto, proposta técnica, proposta comercial. Agora, em cima disso, entra o preço político". Chamavam de preço político – era o preço que queriam pagar, sempre muito superior e estamos conversados. Um exemplo disso é a ferrovia Belém–Brasília, naquele trecho que construíram de trezentos quilômetros, de Tocantins para cima. Ela entrou e ganhou uma participação de cem quilômetros. Três empresas ganharam. "Deram para mim, porque dei o preço político que queriam. Dei o meu preço comercial e técnico, agora pagaram o preço político, não para mim, preste atenção, três vezes mais – método tri, isto é, pagaram três vezes mais o preço que era cobrado, embora para a empresa venha só o preço certo, o preço comercial, o restante não sei bem para onde vai".

A Revolução não conseguiu impedir essas práticas, mas dificultava. Há uma passagem com o General Frota, com quem eu servi. Quando ele estava no Comando do antigo I Exército, um dia, eu chego e ele estava numa reunião com os seus

oficiais – eu nem era de lá, eu era da Escola Superior de Guerra. Ele estava reunido com o General Bento, Chefe do Estado-Maior, Coronel Ourique, Subchefe, e o Fiúza, que era do DOI/CODI. Eu, da ESG, passei por lá. E ele disse: "Agora, acabou a corrupção, não há mais corrupção com o AI-5". Eu lhe disse: "O senhor está enganado. Vai ficar mais difícil, porque se tornará mais perigoso, mas vai aumentar o preço e aumentando o preço vai haver quem acha que compensa arriscar. Diria para o senhor que ficará mais caro". E foi o que aconteceu. A licitação da ferrovia Belém–Brasília, para aqueles trezentos quilômetros, pagaram três vezes mais o metro do trilho do que o normal, do que a Vale desembolsava para fazer as suas ferrovias. Esse é um fato que assusta a nós militares, mas que não causa espanto àqueles cuja formação é bem diferente da nossa...

Como o senhor viu a ação dos terroristas antes da decretação do AI-5?

As bombas estavam explodindo. Foram 25 bombas, 17 só em 1968. Mas as bombas, não se sabe, até hoje, quem é que estava jogando.

Houve, entretanto, dois atentados ao próprio Quartel-General do II Exército: um na Conselheiro Crispiniano, outro no Ibirapuera.

Isso foi outro erro grave deles. Aquele atentado contra o soldado Mário Kozel Filho – promovido a sargento. Aquilo foi uma ignorância. Obteve repúdio nacional. Mataram um jovem recruta que estava cumprindo o seu dever, prestando o seu serviço militar, de uma forma covarde. O assassinato do capitão, aquele americano, Charles Rodney Chandler, em 12 de outubro de 1965, que estava fazendo um curso, na presença da esposa e do filho de 8 anos. Aquilo, também, foi outra ignorância que só obteve protesto e repugnância. Foram erros graves que eles cometeram. Eles, hoje, querem ser vistos como "bonzinhos", mas não prestavam, eram frios, covardes...

O que o senhor gostaria de dizer mais a respeito da guerrilha, do terrorismo, seqüestros de embaixadores...?

Foi o apelo à luta armada... Acho que a luta armada, que foi adotada pelos comunistas no seu desespero, foi um mau passo que eles deram e um bom passo para nós. Quando eles partiram para a luta armada, eles se complicaram porque obviamente, provocaram a reação. É natural, você é agredido, é atacado, você reage. Depois, a situação ficou difícil, mais difícil para eles. Naquela época da fase ideológica, eles iam à faculdade – sabe como é o jovem, ele se empolga: "Ah, é contra o Governo, eu estou aí, sou contra". O estudante não está muito ligado, a não ser os profissionais que existiam e que estavam, ali, para recrutar os menos

avisados. Chegavam, empolgavam, faziam uma passeata: “Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, é contra o Governo”. Muita gente ia. Agora, na hora em que começaram a morrer pessoas do lado de lá, também, a reposição deles ficou mais difícil. Você já chegava e ele dizia: “Ah, mas pode morrer, tem gente morrendo, não é?”

Aquela guerrilha de Caparaó foi uma palhaçada, eles quase morreram de fome e de frio. Mas, a guerrilha de Xambioá foi a grande besteira que eles fizeram. No primeiro momento, eles como que reeditaram a questão dos sertões. Naquela época, começaram a mandar tropa, não sabiam o que é que tinha lá, o que é que não tinha, e começaram a ser comidos aos poucos. Depois, vieram, a saber, que o Antonio Conselheiro tinha reunido cerca de cinco mil fanáticos que estavam dispostos a morrer pela causa. É enviada uma tropa, manda uma Companhia, manda outra e no final tiveram que montar uma operação militar para acabar com os revoltosos, apoiada por logística e tudo.

Entretanto, agora, em Xambioá, eles foram devagar, se infiltrando. Estudaram, viram o negócio do Conselheiro, como tinha sido, começaram devagar a mandar gente; não esqueceram do estudante de medicina, do médico que desempenha um papel importante na guerrilha... Mas é sabido que a guerrilha sem o apoio da população local não tem condição de sair vitoriosa. Tem que contar com o apoio da população local. Isso era necessário. Eles tinham que conquistar esse apoio e começaram a fazer isso. Foram devagar, se infiltrando e quando acharam... Eles pretendiam instalar – pensaram – um núcleo, digamos assim, uma Zona Liberada que contaria com o apoio de algumas nações comunistas. Iam criar um problema muito sério. Até que o Governo tomou conhecimento e mandou, primeiro, uma tropa pequena. Não resolveu. O pessoal se escondeu, fugiu, depois voltou. Dizem, que os que retornaram fizeram com a população que tinha apoiado a tropa do Governo uma série de maldades, inclusive tortura. Isso eles não contam!...

O Governo enviou outra tropa – pára-quedista – que fez a limpeza da área como manda o nosso “figurino”, o nosso manual militar. Quando você faz uma operação, na hora da operação, você tem que fazer uma limpeza, vê o que sobrou e o que não sobrou ali (inclusive as granadas que não explodiram) para não sair matando a população. Verifica quem é que fugiu, quem se escondeu. Assim, na segunda vez, eles fizeram bem feito e acabaram com aquele “ninho de ratos”, digamos assim.

As “Ligas Camponesas”, que foram dominadas e extintas, eram uma espécie de guerrilha que usava como motivação a reforma agrária “na marra”, como eles mesmos diziam. Esta guerrilha não deu certo, a de Caparaó também não. O Exército foi buscar o pessoal, lá em cima, que estava morrendo de fome e de frio, pois

não houve a ligação necessária, simplesmente, porque não havia população no local! Nós, na operação *JB* que mencionei antes, nas Relações Públicas do Gabinete do Lyra Tavares, montamos essa operação *JB* que contou até com o apoio de *O Globo,* do Roberto Marinho, em pessoa. Demos um furo, como se diz em linguagem jornalística, a prioridade de divulgação daquela operação ao *JB.* Os jornalistas credenciados, na época, protestaram, por meio de uma conversa particular com o decano, o Otávio de Castro, um jornalista que vivia no Rio de Janeiro e, depois, foi para Brasília. Era coronel, bem alto, preto, do *Diário de Notícias. "*Coronel, esse furo foi dado para o *JB*". Chamei-o: "Otávio, você é nosso, sem nenhuma dúvida. Demos para o *JB* sim, por isso, por isso, por isso". Eu tive que dizer: "Nós demos, foi intencional, porque o *JB* está se desviando e nós precisamos do *JB* conosco". E deu resultado. O *JB* repensou, repensou e veio para o lado de cá, de novo. Tem muita história curiosa que aconteceu.

Houve cerceamento da liberdade de imprensa, da liberdade artística?

Claro que houve. Você não pode fazer um movimento, no caso uma contrarevolução, sem os instrumentos de defesa, necessários e imprescindíveis, à sua preservação. Eles queriam implantar um regime que chamavam de sindicalista, mas que era comunista. Tínhamos que nos defender para não entregar isso assim de "mão beijada", de graça. Você sabe que a informação é a arma do comando. Você tem que dar informações corretas, honestas e tem que impedir que o inimigo divulgue aquilo que achamos que não deve ser divulgado. Senão, deixamos de publicar o que fizemos bem e divulgamos os atos do inimigo! Assim, estaríamos promovendo o inimigo, estaríamos trabalhando contra nós. Em situações de conflito, de guerra, não pode deixar de haver uma atenção especial com aquilo que será ou não divulgado.

Hoje em dia, eles se vangloriam que fizeram aquele jornaleco – *O Pasquim*. Dizem em entrevista aos jornais, que lhes dão espaço, que enganavam o censor, enfatizando como se fosse uma grande coisa, que publicavam a notícia com sentido dúbio. Quem é que ia entender o tal sentido dúbio, a não ser eles mesmos que já eram comunistas. Volta e meia, eles se declaram orgulhosos, porque publicavam isso e o censor aprovava achando que era aquilo. Ora, quem iria entender o real sentido que eles queriam dar? Ninguém, só a turma deles!

E o Governo Geisel? Como é que o senhor viu?

O Governo Geisel, eu não gostei. O General Geisel foi meu capitão, na Escola Militar, eu cadete, ele capitão...

Poderia ter parado no final do Governo Médici?

Poderia, mas não parou por culpa deles, dos adversários. Eles apelaram para a violência, recrudesceram as ações, as tais guerrilhas urbana e rural e o Médici teve que revidar. O Médici passou para o Geisel, que era um oficial-general já na Reserva, embora tenha pensado até em passar para um civil, mas não o fez, porque ainda havia alguns focos de guerrilha urbana e um final de resistência da guerrilha rural.

Tenho uma passagem curiosa nesse Governo Geisel. Conhecia uma moça que era suplente de deputado, próxima ao Tancredo Neves, que ela chamava de "meu guru". Uma moça não, já uma senhora. Era ex-mulher de um oficial de Marinha, conhecido meu. E ela me procurava muito, estava sempre envolvida com o Tancredo, o Ulysses, aquela turma, em pleno Governo Geisel. E ela dizia: "Ah, o pessoal acha que não vai haver a abertura". O Geisel já tinha acenado com a abertura. Dizia: "Eu acho que vai". Ela: "Não, o pessoal acha que isso tudo é cortina de fumaça, que na hora vão fechar mesmo". Eu lhe dizia: "Tudo depende de vocês. Se quiserem escolher num candidato reacionário, 'revanchista', um Ulysses Guimarães, aí pode haver problema". E continuei: "Se decidirem por um Tancredo Neves, acho que não vai haver problema nenhum. Não vai haver, porque o Tancredo Neves é um político conciliador, que busca harmonizar interesses conflitantes, é o político autêntico. Faz aquilo que é mais proveitoso, mais conveniente, então, não deve haver problema". E ela levou isso. Tanto levou, que depois disse para mim: "O Tancredo quer conversar com você". "Comigo, não". Ela disse: "Ele queria trocar idéias". "Não, não quero falar com ele". "Vai haver a abertura, se vocês não complicarem, vai haver a abertura". Então, dizia, sempre, para ela: "São vocês que estão complicando".

Quando o Tancredo, afinal, foi lançado candidato, já doente, trabalhava numa empresa na qual o Hélio Beltrão tinha sido presidente, o Grupo Ultra. Ele teve, também, aspirações presidenciais mas, depois, desistiu. Um dia, foi a Brasília, voltou e me disse: "Soube lá, em Brasília, que você está sendo cotado para um alto posto no Governo Tancredo". Disse-lhe: "Eu sei, mas já mandei dizer para ele que não aceito". Ele tinha mandado me consultar, por essa moça, se eu aceitaria ser o chefe do SNI. Eu disse: "Não, não aceito. Eu não quero cargo, função, nada no Governo Tancredo. Quero ficar onde estou". Havia muita gente disputando cargos no Governo, inclusive alguns colegas nossos. Eu sabia que o ministro ia ser o Leônidas, que já tinha me confidenciado que recebera o convite do Tancredo. Disse: "Na minha opinião, o ministro vai ser o Leônidas". "Mas, como você sabe?" "Bom, como eu sei não vou lhe dizer, mas o ministro vai ser o Leônidas. Agora, acho que o chefe do SNI ideal para o Tancredo com o Leônidas de ministro, é o Ivan de Souza Mendes". A idéia era reduzir a força do SNI. Muita gente estava se valendo do SNI para impedir

isso ou impedir aquilo. Qualquer nomeação de Governo tinha que passar pelo crivo do SNI. Eu mesmo tive o meu nome nesta situação. Lá, do SNI, me ligaram: "Ó Celso, você vai assumir um cargo no governo?" "Eu! Que eu saiba não". Então, soube que um amigo meu – nem tanto amigo assim, na área civil – tinha sido nomeado para um cargo. Eu nem me lembro mais direito qual e ele tinha pensado em me convidar para ser assessor, chefe ou diretor dele. Tinha que se consultar o SNI e o fizeram

E lá, me perguntaram: "Você vai?" "Que eu saiba, não!"

Na verdade, houve a abertura e o Tancredo acabou sabendo que o seu nome seria bem-aceito?

É, o Tancredo soube por mim – posso dizer isso com toda segurança – pois disse para essa moça: "Se for o Tancredo, não vai haver problema".

A atuação política e os resultados econômicos do Governo Figueiredo desgastaram a Revolução?

Não, não desgastaram na minha opinião. O João Figueiredo foi um ferrenho defensor da abertura que lhe cabia concluir. Nunca trabalhei com ele, apenas nos conhecíamos, nos respeitávamos. Eu a ele e ele a mim. Acho que ele cumpriu o seu papel. Ele foi nomeado para fazer a abertura, para devolver o governo aos civis e ele fez isso. Não realizou obra nenhuma, que eu saiba. Concluiu o que estava em andamento. Ele apenas se limitou a conduzir o processo. Tentaram tumultuar. Aquele negócio das "Diretas já" que foi uma "bobageira" na minha opinião, pois a eleição acabou sendo mesmo indireta, como estava previsto.

Como se eleição indireta não fosse democrática, quando o mundo todo faz eleição indireta.

Isso tudo, cansei de argumentar por aí afora. Agora, o João cumpriu a missão que lhe atribuíram. No estilo dele, um pouco grosseiro, mas não era o que o pessoal dizia ou fazia crer que ele era: ignorante, grosseirão. Não era! Era um homem que fazia até versos! Primeiro da turma em tudo, e você sabe que não é fácil ser primeiro na EsAO e na ECEME. Embora, ele que me perdoe, contava com uma certa simpatia da banca pelo passado da sua família e dele mesmo. Mas era competente. Agora, era rude, mas fazia isso, na minha opinião, para justificar a sua condição de cavalariano – a Cavalaria, como nós sabemos, tem aquela tradição de rápido e mal feito.

O "revanchismo" existe hoje?

Está em pleno curso. A Operação Gramsci está em pleno curso. Nunca falam bem de qualquer coisa da Revolução e destacam todos os pequenos erros, enganos

e defeitos que multiplicam, que decuplicam. Mas o pior são as mentiras. Tudo que escrevem está cheio de inverdades! Não há um artigo nem livro que você possa dizer que o autor, apesar de esquerdista, de marxista, foi isento, imparcial, neutro. Infelizmente, não existe. Irrogam à Revolução a responsabilidade por todos os erros e silenciam sobre os acertos e realizações.

Invariavelmente é o que ocorre. Imputam erros e escamoteiam todos os acertos.

Depois da queda do Muro de Berlim, acabou o comunismo?

Não, o comunismo não acabou. Acabou a União Soviética que adotou o comunismo como o seu regime, como a sua ideologia, visando ao domínio mundial. A g*lasnov* e a p*erestroika* não terminaram com o comunismo, mas puseram fim à União Soviética cujos países que a integravam estão tentando se democratizar, funcionar democraticamente. Até onde vai... é difícil precisar. Há comunistas arrependidos – diria poucos – mas há ex-comunistas, aqueles que fizeram a sua confissão de fé, como o caso do Olavo de Carvalho que, naquela palestra no Clube Militar, começou dizendo que tinha sido comunista, por que deixou de ser e por que, agora, o estava combatendo. Foi de uma enorme franqueza. Há os que estão, digamos assim, "enrustidos", que estão na posição de espera. Não há mais futuro para o comunismo no mundo, mas há os saudosistas, que são muitos, trabalhando diuturnamente para que tudo volte a ser como antes.

Veja esse atentado, agora, contra o Oliveto, esse seqüestro. É aquela mesma turma...

Do Chile, que seqüestrou o Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar...

Há uma frase que cunharam, não sei quem foi: "O preço da liberdade é a eterna vigilância". É preciso esclarecer, é preciso contar. Isso que vocês estão fazendo é de um enorme valor. Escrever. O Castello, segundo me consta, se recusava a divulgar os feitos do seu governo...

Tinha o fantasma do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do Getúlio. Qualquer propaganda lembrava o DIP da época do Getúlio...

É, relacionava com o DIP da época do Getúlio, de triste memória.

General, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução.

A minha mensagem final é de aplausos a essa iniciativa de vocês. A idéia, segundo me disseram, foi do General Gleuber.

Foi. Foi ele quem criou os dois projetos: este e o projeto da FEB.

Acho que projetos dessa natureza se faziam necessários. Registrar. Já disse a você, antes de iniciarmos essa sessão, que eu vinha sendo, insistentemente,

solicitado por uma editora – Editora Record – para escrever a minha experiência político-militar, o que eu vivi nessas longas jornadas, porque eu vivi tudo isso de perto, bem de perto. Sei de muitas coisas porque estive junto de altos chefes: General Lyra Tavares e General Sílvio Frota, como ministros. Participei de muitos fatos, assisti a muita coisa.

Na noite da edição do AI-5, por exemplo, dormi num sofá no Gabinete do Ministro do Exército. Eu e mais uns dois ou três, porque o Ministro tinha ido para uma reunião, nas Laranjeiras, e quando voltou nos relatou o que ocorrera.

Aconteceu um caso, nessa reunião do AI-5, muito curioso. Ele voltou e disse: "O Presidente reuniu o Conselho de Segurança Nacional e fez a exposição". O pretexto foi irrelevante: aquela manifestação do então Deputado Márcio Moreira Alves, que podia passar despercebida. Mas pegaram esse fato, porque a coisa estava ficando ruim. O ambiente se deteriorava e resolveram adotar uma providência efetiva, o que achei bom e positivo. Era necessário. Você não pode deixar o inimigo lhe destruir a vontade, livremente. Você tem que tomar medidas coercitivas. E foi o que foi feito.

Mas, nessa reunião do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio das Laranjeiras, quando o General Lyra regressou, relatou-nos o seguinte: "O Gama e Silva, que era o Ministro da Justiça, expôs o projeto. O Presidente, então, resolveu consultar os presentes, um a um. Voltou-se para o seu Vice-Presidente que era o Pedro Aleixo, de Minas, que declinou a palavra: "Presidente, eu queria declinar, no momento, e ouvir os demais". O Presidente, em sua boa-fé, ia passar adiante quando o próprio General Lyra Tavares, segundo ele mesmo relatou, disse: "Senhor Presidente, um momento. Não podemos ficar na dependência de querer ou não querer. Acho que nós devemos obedecer ao Decreto que estabelece a hierarquia ministerial. É um Decreto que regula isso. Por ele, cabe ao Vice-Presidente opinar primeiro. Depois, é o Ministro da Justiça. Há uma ordem. Senão, nós não saímos mais daqui, pois todos vão querer opinar por último". O Lyra colocou isso na ordem. Obviamente, todos concordaram e o seu Pedro Aleixo foi contra. Ele era a favor do estado de sítio. Ele foi contra e os demais foram a favor do AI-5.

Quando o General Lyra contou isso, eu tinha ido recebê-lo – estava dormindo, vestido, num sofá, no meu gabinete – então lhe disse: "General, o Presidente, no ato, não pediu a renúncia do Vice-Presidente?" Ele: "Como renúncia?" "General, se o Presidente vem a sofrer qualquer coisa ou morre. Na idade dele, ninguém está livre de morrer de repente. Assume o Vice, que é contrário. O que é que se pode esperar?" O Lyra parou, pensou: "É Celso, você tem razão, mas vamos correr o risco, já está feito". Tanto que, quando houve a crise Costa e Silva – eu chefiava o Gabine-

te, em Brasília, chamávamos o Escalão Avançado, pois uma parte do Gabinete já tinha ido para Brasília – recebi instruções de que o Pedro Aleixo não ia assumir.

O Passarinho, o Jarbas Passarinho, ele era Senador, ligou para mim porque tinha sabido qualquer coisa. A doença do Costa e Silva, no início, tentaram manter em segredo mas, depois, o problema começou a vazar. O Passarinho me ligou em casa, lá em Brasília, e disse: "Celso, o que é que você sabe da doença do Presidente Costa e Silva?" Disseram que ele tinha embarcado para o Rio de Janeiro fortemente gripado. Não houve as despedidas. O carro do Presidente tinha encostado junto do avião. Alegaram que ele estava fortemente gripado, com um cachecol, e que, por isso, não houve cumprimentos, não houve nada. O Passarinho me telefona: "O que é que você sabe sobre a gripe?" Digo: "Soube que ele embarcou fortemente gripado. Ouvi dizer, no entanto, que não é gripe". "Você pode saber alguma coisa?" "Vou tentar". "Você me diz?" "Digo". O médico do Presidente era o médico que também atendia aos meus filhos, porque eu havia casado tarde – tinha filho de dez a 14 anos, o que não é normal. Como ele tinha estado na minha casa para ver uma "febrinha" qualquer, de uma das crianças, ele me dissera que estava muito preocupado com o problema do Presidente. Eles achavam que era um AVC. Numa entrevista com o Governador, se não me engano de Goiás, o Presidente tinha ficado sem poder falar alguns segundos e depois se recuperou. Eles estavam preocupados que alguma coisa viesse a acontecer, como veio acontecer realmente... Procurei me informar e ninguém sabia de nada, só viemos a saber mais tarde que, realmente, ele tinha tido um derrame.

Voltando, as minhas palavras finais – já me afastei demais do tema – acho que essa iniciativa é brilhante, extremamente válida. Fazia-se necessário registrar tudo o que aconteceu naquele período, sem dúvida um dos mais conturbados da vida nacional. Houve muita coisa boa, algumas coisas erradas, mas o balanço final diria que foi bastante positivo. O Brasil saiu de uma das últimas economias do mundo para uma das dez primeiras. E só isso já foi um efeito decisivo. Não precisa dizer mais nada. Restabelecimento da autoridade, da moralização. Lutou, mas não acabou com a corrupção, que é intrínseca do ser humano, ou se é corrupto ou não. É como a gravidez, ou a mulher está grávida ou não. Não existe o está pouco grávida nem o muito grávida, como não há meio corrupto ou um pouco corrupto. Ou é ou não é. E os militares têm essa tradição de honestidade e seriedade. Minhas últimas palavras, ao prestar este depoimento, são de agradecimento por ter sido lembrado e convidado, porque, como já disse, acho essa iniciativa de grande valia. Fazia-se necessário registrar os fatos, preto no branco. Faço votos que vocês continuem neste Projeto, o divulguem amplamente e não tenho dúvidas que o farão. Reitero os meus agradecimentos pela distinção da lembrança de meu nome e pelo convite, o que me trouxe imenso prazer.

General-de-Brigada Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery

- Natural da Cidade de Jaguaquara – Estado da Bahia.
- Turma de 1957 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria.
- Foi Comandante da Brigada de Aviação do Exército e Diretor de Especialização e Extensão.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os seguintes: Básico Pára-quedista, Mestre de Salto, Transporte Aéreo, Salto Livre, Comandos, Operações na Selva e Piloto de Helicóptero.
- No exterior: EUA – Básico Pára-quedista e Operações na Selva. Foi Instrutor de Operações de Combate da Escola das Américas, no Panamá.
- Em 1964, era Capitão, Comandante da 1ª Companhia de Infantaria Pára-quedista e depois Subcomandante da Companhia de Petrechos Pesados do 1º Batalhão, do Regimento Santos Dumont.

Entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2001.

É uma satisfação muito grande estar aqui para rememorarmos um fato histórico que marcou a nossa geração. Realmente, o que ocorreu na década de 1960 com a sua evolução até a década de 1980 foi um passo importante na história brasileira. Prazerosamente, portanto, estou aqui para, nesta oportunidade, rememorar os fatos vividos, por um jovem tenente, com vinte e um anos de idade. Estou à sua disposição.

Vamos iniciar, perguntando ao General Andrade Nery que fatos ele gostaria de abordar relativos à sua participação nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Pois não. Cheguei Aspirante-a-Oficial ao 6º Regimento de Infantaria, tradicional Regimento da História do Brasil, da história da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Cidade de Caçapava-São Paulo. Embora jovem, sentia no Vale do Paraíba uma movimentação que, naquela época, 1958, já preocupava. Eu era um pouco politizado. O meu velho pai, Antunes Andrade Nery, tinha sido vereador e prefeito de Jaguaquara-BA, foi também, caixeiro viajante, tendo transmitido a nós toda sua experiência de vida, bem como o meu avô, o velho Antônio Porfírio – Coronel da Guarda Nacional. Ele transmitiu a preocupação com as oligarquias que dominavam o interior do Brasil e que foi o ponto-chave dos movimentos dos tenentes que vinham desde 1924, 1926, 1929 e fizeram a Revolução de 1930, para afastar aquelas oligarquias que dominavam o Brasil e que levavam o povo a uma vida de sacrifícios, sem reforma agrária e sem nenhum bem-estar. Cheguei ao Vale do Paraíba, no 6º RI, sentindo aquela movimentação política, pois naquele momento, o Brasil já vivia o cenário mundial da guerra fria.

Eram dois impérios dominando o mundo. O Brasil, pela sua posição geoestratégica, estava na área de interesse e de influência do império dos Estados Unidos e era, também, área de interesse da URSS – os dois impérios que dominavam o mundo. Eu vivia a efervescência das prontidões. Vamos lembrar uma passagem do Presidente Juscelino Kubitschek quando deu a volta ao mundo depois de ter sido eleito. Nessa ocasião, nos Estados Unidos, o Presidente Eisenhower, disse para ele: “Não entendo como o Brasil, um País com a sua dimensão, um País continental, não possui um serviço de informações de governo”. O Presidente Juscelino ao chegar, e após ser empossado, chamou o seu Ministro da Guerra – Marechal Odylio Denys – e deu a missão de criar um Serviço de Informações. Essa missão foi transmitida ao seu Assistente que era o então Coronel Humberto de Souza Mello. Ele reuniu um grupo de assessores e criou o SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações) que funcionava no Rio de Janeiro. Posteriormente, mudaram o nome para SNI (Serviço Nacional de Informações).

Num dado momento, em 1959, no Vale do Paraíba solicitei a uma pessoa, que passara por lá, para trazer a minha família – minha mulher e o meu filho – para o Rio de Janeiro, porque iria ocorrer, na região, um levante, talvez o início de uma revolução, de ideologia marxista-leninista – semelhante àquela que ocorreu em 1935. E me fizeram uma recomendação: “Passe a andar armado”. Mandei a família para o Rio de Janeiro e passei a andar armado. Assim, comecei a sentir, naquele momento, o envolvimento político que estava ocorrendo no Brasil, fruto da guerra fria, quando esses dois impérios queriam dominar o mundo. Tivemos o caso de Cuba, dos foguetes de Cuba. Quando os Estados Unidos colocaram os seus foguetes na Turquia, a URSS, por sua vez, colocou em Cuba. O mundo viveu um agravamento da guerra fria, que se tornou muito quente, quase a eclosão de uma terceira guerra mundial.

O Brasil sentia isso na sua política. Os jornais publicavam a todo instante notícias de estranhas movimentações no campo – início da ação das “Ligas Camponesas” –, movimentações até nas cidades. E isso foi, realmente, muito significativo na minha formação militar, não há dúvida. Como jovem tenente, sofria essa influência.

Em seguida, tivemos, em 1961, a renúncia do presidente eleito – Jânio Quadros. Já me encontrava no Núcleo da Divisão Aeroterrestre, a tropa pára-quedista. Havia realizado os cursos necessários e fui surpreendido, numa madrugada, com a notícia de que nós deveríamos entrar em prontidão. No caso, éramos um Batalhão de Infantaria Pára-quedista, que em oito horas deve estar aprestado e embarcado. Cheguei na Companhia – estava comandando o Pelotão de Morteiros, da 1ª Companhia de Petrechos Pesados, do Regimento Santos Dumont. Aquela movimentação, acondicionar o material, enfardar a munição e, então, surgiu o primeiro problema. As granadas de morteiro deveriam ir prontas, mas qual era a nossa missão?

A renúncia do Presidente Jânio Quadros deu início à cadeia da legalidade que estava a comando do então Governador do Rio Grande do Sul que, no seu palácio de governo, iniciou a campanha para a posse do vice-presidente que estava, nós sabemos, na China. Foi mandado para lá pelo Jânio Quadros, o Presidente. Não há dúvida de que ele programou tudo aquilo para renunciar. Pegou um avião e foi para São Paulo para voltar nos braços do povo e governar com todo o poder. Inclusive, isso nos foi transmitido pelo piloto que conduziu o Presidente, um amigo meu de turma, da Escola Preparatória. Ele foi o piloto do avião que conduziu o Jânio Quadros até a Base de Cumbica–SP. O Presidente não desembarcou e ficou esperando, com o rádio ligado, pensando em voltar a Brasília para então, com todos os poderes, provavelmente com o Congresso fechado, prosseguir no seu governo. Porém, o que nós vimos, foi uma ação rápida dos ministros militares

com a liderança do Marechal Denys que, em ligação com o Congresso e na ausência do vice-presidente, deram posse ao Presidente da Câmara, o Deputado Ranieri Mazzilli. Bem, e o que estava ocorrendo então?

O Governador do Rio Grande do Sul iniciou uma rebelião contra essas medidas, querendo dar posse ao vice-presidente, que estava fora do País. O governador, na sua pregação revolucionária, falava todos os dias na Rádio Guaíba, na "Cadeia da Legalidade". Lembro, perfeitamente, quando ele dirigia a palavra aos militares dizendo: "Sargentos do Exército, matem seus oficiais!" Era uma pregação subversiva, para gerar a inquietação, para desagregar. Seria o fim das Forças Armadas. Era outra tentativa do Império Comunista para implantar no Brasil um regime marxista-leninista. A primeira tentativa foi com o Prestes, o Apolônio e outros companheiros a soldo do movimento comunista internacional. Não tive dúvidas, lutar contra esta ameaça era o caminho certo. A Brigada Pára-quedista que, na época, era Núcleo da Divisão Aeroterrestre, recebeu a missão de fazer um deslocamento aéreo, com todo seu efetivo. Era uma realidade indescritível para um tenente! Éramos em torno de cinco mil pára-quedistas e todos nós embarcamos em aeronaves para fazer um vôo direto, aliás com uma parada no meio do caminho, se não me engano em São Paulo para colocarmos os pára-quedas e ficarmos prontos para o salto para conquistar, por meio de um assalto vertical, a Base de Canoas e, em seguida, partir em direção ao Palácio Piratini para ocupá-lo.

Uma tropa pára-quedista, quando é lançada, fica, realmente, numa situação de guerra, de combate. Você salta, é um alvo fácil enquanto está descendo com o seu pára-quedas aberto, mas você pode retirar a sua arma do invólucro e usá-la durante a queda. Tínhamos a consciência de que aquela operação era uma operação de guerra. É claro que jovens tenentes não discutem – cumprem as ordens – e nós estávamos com o nosso general comandante a bordo das aeronaves que eram mais de vinte. A nossa missão era conquistar. À frente, uma hora, seguia uma esquadrilha de bombardeio que iria atacar os objetivos. Então, o que ocorreu?

Primeiro, na cabeça daquele jovem tenente e eu peço a sua compreensão para abordar todos esses fatos como um jovem tenente, quer dizer, da maneira como eu pensava na época, nos meus 25 anos de idade. Estava consciente de que aquela era a melhor opção, no momento. Porém, vi alguns companheiros que relutaram em cumprir a ordem. Houve uma pequena reunião em que se discutiu uma preocupação: "Nós tínhamos companheiros de arma, de turma, lá em Porto Alegre, e o regimento deles já estava ocupando a Base de Canoas". Não me lembro se era o 18º ou 19º Regimento. Precisamos lembrar que algumas unidades no Rio Grande do Sul aderiram à cadeia da legalidade, ao comando do General Machado Lopes. Naque-

la hora, eu disse: "Olha, os aviões vão à frente, vão bombardear os objetivos. Vamos ter mortos e feridos e, quando nós saltarmos, eles não vão perguntar quem está saltando, eles não vão perguntar quem está no pára-quedas. Vai haver combate, é guerra mesmo, mas temos que cumprir a nossa missão". E, assim, embarcamos nos aviões para cumprir a missão que nos foi dada pelo Comandante do Núcleo que a recebeu diretamente do Ministro, o Marechal Denys.

Quem era o comandante da tropa pára-quedista?

Era o General Paulo Torres. O problema de você embarcar, no meu caso, o meu pelotão com toda a munição enfardada e com os morteiros enfardados é que você lança os morteiros com pára-quedas próprios, mas você salta com a munição no corpo. E como preparar a munição? A munição de morteiro tem o explosor e a espoleta. Se a granada cair, após a colocação do explosor e da espoleta, ela poderá funcionar realmente. Aí, percebemos que a guerra é diferente do treinamento. Apesar da tropa pára-quedista estar muito bem adestrada, naquele momento, levei um choque. Porém, lembrei-me de uma ação de um regimento inglês, traduzido em um livro muito bom "Major Fantasma", do Coronel David Stirling com seus Comandos, os S.A.S. O S.A.S. era um regimento que atuou nas Malvinas e que está, agora, em ação no Afeganistão. Esse regimento foi o primeiro a atuar à retaguarda das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial com uma passagem no livro que dizia assim: "Primeiro, eles lançaram a munição toda preparada – espoleta, explosor e a granada – perderam alguns pára-quedas, mas eles conseguiram recuperar outros em que a granada estava preparada". Numa missão anterior, eles fizeram o que o regulamento mandava – as espoletas num pára-quedas, os explosores em outro e as granadas em pára-quedas diferentes – e não puderam cumprir a missão porque perderam, justamente, o pára-quedas em que estavam os explosores.

Quando preparei a granada para aquela missão de 1961, meu comandante de companhia perguntou: "Tenente, o que você está fazendo?" "Estou preparando a granada". "Mas você tem que fazer isso lá. Agora, você põe o explosor no pára-quedas". Mostrei o livro para ele. "Capitão, eu não posso perder as granadas". "Isso é uma loucura", disse ele. É a realidade da guerra, respondi. Aprendi realmente. Foi uma viagem longa e cansativa. Você embarca os soldados do seu pelotão – 45 homens – dentro de um avião militar. Você levanta durante o vôo, vai lá na porta, olha para os seus soldados e vê que eles estão olhando para você. Você é o mestre de salto, o comandante, o líder. Você vai para dentro do avião, caminha no outro sentido, olha para os soldados e eles continuam fixos no seu olhar. Se você ficar verde, eles ficam verdes; se você ficar azul, eles ficam azuis; se você

tiver medo, eles vão ter medo, também. Mas, na hora em que você abre a porta, põe a cabeça para fora e que dá o comando de "JÁ", você salta na frente e pode ficar certo de que eles irão atrás.

Por felicidade, hoje digo por felicidade, quando estávamos ultrapassando a divisa de Santa Catarina, entrando em território gaúcho, veio a ordem para retornar. Naquele período, soubemos, depois, que os deputados reunidos com os ministros militares chegaram a um acordo. Aí vem a importância, que eu sei que ocorreu, do Tancredo Neves ter apresentado uma fórmula para evitar aquele derramamento de sangue – o parlamentarismo. Voltamos – o parlamentarismo foi aceito. O Vice-Presidente João Goulart não desfrutava mais dos poderes do presidencialismo. Sabemos que não demorou muito, porque o próprio Tancredo Neves, no cargo de Primeiro-Ministro, fez tudo para que o parlamentarismo terminasse e se retornasse ao presidencialismo. Essa é uma passagem importante que vejo na minha vida de tenente.

Prosseguimos, ainda, na Brigada Pára-quedista. A partir dali, passamos a perceber melhor a guerra fria. Veio o plebiscito, voltou-se ao presidencialismo e nós começamos a ser envolvidos naquela agitação do Rio de Janeiro. A imprensa publicava a todo instante, desde o Governo do Juscelino, uma certa infiltração do movimento comunista internacional. O que ele pretendia? Aspirava, exatamente, depois da conquista de Cuba – tentou colocar os seus foguetes lá – entrar na área de influência americana. Era, infelizmente, a situação do Brasil, em virtude da sua posição geo-estratégica. O objetivo era ameaçar o outro império dominador. Eram os dominadores do momento contra o Brasil dominado.

Há uma passagem interessante criada pelos tenentes pára-quedistas. Fizemos uma reunião numa tarde de 1962, não lembro o dia, era um grupo grande de tenentes. E começamos a discutir o que fazer, o que é que nós vamos fazer? De que lado vamos ficar? Essa pergunta tinha ligação com a situação mundial, com a radicalização ideológica que envolvia a todos, a instabilidade política, a rarefação do Poder e as reinvidicações das áreas subdesenvolvidas do País e com as ameaças que ocorriam naquele instante. Fomos informados pelo noticiário da volta do Luís Carlos Prestes, de Moscou. Estávamos assistindo à campanha do Governador do Estado do Rio de Janeiro – Carlos Lacerda. Vivíamos aquela agitação.

Com vários tenentes presentes, exatamente na sala de reunião de oficiais, que chamávamos de cassino dos oficiais, no Regimento Santos Dumont. Era o início de 1962, o então Ministro da Guerra General Kruel, foi almoçar na Vila Militar do Rio de Janeiro e, quando entrevistado, declarou que estava ali para decidir "de que lado ia ficar", referia-se, claro, à situação política. Pois bem, nós

tenentes pára-quedistas do Regimento Santos Dumont, decidimos fazer uma reunião para também decidir se ficaríamos contra o império soviético que pretendia implantar no Brasil o regime comunista, ou se ficaríamos contra o império americano que pretendia nos manter como colônia de um regime capitalista selvagem com um modelo baseado na exploração de trabalho humano, onde o império procura se apoderar da maior quantidade possível de recursos naturais. A posse desses recursos, combinado com o monopólio tecnológico e, se necessário, com a utilização de meios violentos garantiriam a hegemonia da potência exploradora.

O ambiente era de revolta, como brasileiros nacionalistas desejávamos ver o País livre dos dois impérios, sonhávamos com prosperidade e grandeza para o nosso povo e que viesse a ocupar uma posição de destaque no contexto das nações. O certo seria dividir para vencer. Primeiro, lutar contra o império soviético, representado pelo movimento comunista internacional e, depois, contra o império americano. Éramos jovens tenentes, vinte e poucos anos. Decidimos: "Vamos partir contra um império e vamos vencer esse império". Olha a pretensão dos tenentes! "Depois vamos partir contra o outro império e com isso defender o Brasil". Lembro que dois companheiros se levantaram indagando: "Qual foi a decisão? Vamos partir contra o império da Rússia Soviética e...". Levantou-se uma questão interessante. Naquela época, o Exército Brasileiro vivia um Acordo Militar com os Estados Unidos que foi, muito tempo depois, rompido pelo Presidente Geisel, em seu Governo. O Governo revolucionário... A tropa pára-quedista era integrante do Acordo Militar. Pensamos: vamos contra o império comunista agora e depois contra o outro império, porque não há dúvida de que eles vão ameaçar o Brasil, vão querer limitar a nossa soberania. Os dois companheiros que se levantaram discordaram e disseram: "Não vamos fazer isso. Vocês vão contra o império russo e nós vamos contra o império americano, desde já. Depois nós vamos nos encontrar".

A partir daquele dia, daquela reunião, começamos a fazer ligações com o General Augusto Cezar Muniz de Aragão que, naquela época, escrevia no jornal *O Globo* artigos importantíssimos para nós – "Mensagem aos Oficiais Jovens". Eram lições de moral, de fortalecimento moral, para levantar a auto-estima, mostrar a necessidade de defender a soberania brasileira contra a ameaça de quem quer que fosse. Também nos aproximamos, bastante, da liderança do Marechal Denys que, logo após a introdução do parlamentarismo, se retirou e passou a cuidar justamente das ameaças que passaram a ocorrer contra o Brasil. Nós cerramos fileiras com um grupo que depois comandou o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964. Quem eram esses oficiais? Eram os tenentes de 1924, de 1930 que, em 1964, eram os coronéis e os generais. Eles fizeram a Revolução. Essa reunião que realizamos

marcou a nossa decisão. Continuamos com as ligações, a agitação permanecia, isso durante os anos de 1961 e 1962 – final de 1961 e início de 1962.

Trocaram o comando dos pára-quedistas. Com a renúncia do Jânio Quadros e com a posse do Presidente João Goulart, o General Santa Rosa foi nomeado comandante. Ele assumiu o comando da Brigada, ainda, com a denominação de Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Ele vinha do Rio Grande do Sul, estava com o Governador Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul. Assumiu o comando do Núcleo e determinou uma reunião logo após àquela solenidade normal da caserna, da passagem de comando de uma Grande Unidade, na qual ocorre o desfile da tropa em continência ao novo comandante.

Ao terminar o desfile, ele determinou: "Todos os oficiais e sargentos devem se reunir, agora, na 'baiúca' – hangar onde a Intendência dobrava os pára-quedas". Era a maior sala de reuniões que nós dispúnhamos na época. Os oficiais e os sargentos de todas as unidades pára-quedistas se reuniram naquela sala. Fui conhecer o novo comandante – General Santa Rosa – e fiquei surpreso, levei um susto, um susto muito grande, porque ele subiu numa mesa, num tablado, nós sentados – oficiais e sargentos – e disse assim: "Quero falar para os sargentos pára-quedistas, quero cumprimentá-los porque vocês não cumpriram as ordens de seus oficiais". Era inadmissível para mim, presenciar o General comandante em flagrante desrespeito aos princípios basilares da Instituição.

Diante de tal absurdo, passamos a nos envolver cada vez mais naquele movimento para derrubar, destruir aquele império – o soviético – que usava um movimento que se chamava movimento comunista internacional, pretendendo ocupar um país continental, o Brasil, geo-estrategicamente área de influência e de interesse do outro império – o norte-americano. Sentimos que a ameaça era muito maior do que aquela que tínhamos imaginado e precisávamos sim, o mais rápido possível, acelerar aquilo e evitar o mal maior, porque a disciplina começou a cair visivelmente. Como um General-de-Brigada assume um grande comando de uma tropa tão preparada como a nossa e o seu primeiro ato é pregar a indisciplina, é jogar os sargentos contra os oficiais? Aquilo foi demais para mim.

Mas teve outra coisa em seguida. Dois ou três meses depois, o contraste. Meu Comandante de Companhia me chama às 7h da manhã, início de uma jornada, ainda, na Companhia de Petrechos Pesados, da qual eu era o subcomandante. "Nery, nós temos uma missão, agora, muito importante – prontidão". Perguntei-lhe: "O que é?" O problema era com um "grupo dos onze", lembra? – grupos com formação guerrilheira. Um "grupo dos onze" estava atuando em Xerém, aqui no Estado do Rio de Janeiro, invadindo terras nos moldes das "Ligas Camponesas". Tinha um coman-

dante que era chamado pelo codinome de "Capacete Verde". Não sei o nome do indivíduo, muito em evidência na imprensa na época. Em Xerém, aqui! "Ele está criando problemas e nós vamos com a Companhia. A ordem foi do capitão". Vamos eliminar este "grupo dos onze". A missão é do General Santa Rosa. "Está bem. A gente cumpre – missão não se discute". A missão veio do comandante. Partimos. Eu com a companhia. Primeira surpresa! Ocupamos umas cinco viaturas, todos armados. Eu, ao lado do motorista, na "boléia" da viatura, e o capitão, no jipe, puxando o comboio pela Avenida Brasil. Assim, fomos na direção de Xerém. Num dado momento, ele entrou ao lado do caminhão e fez um sinal para que eu prosseguisse. "Cumpra a missão. Vou aparecer depois – não espere por mim". Entendi, prontamente – estava sozinho e, assim, iria cumprir a missão.

Chegamos em Xerém no ponto exato previsto na carta. Tínhamos feito um estudo de situação, antes de sair do quartel. Quando percebi que ali era o local que deveríamos desembarcar e penetrar na selva de Xerém, fomos emboscados pelo grupo a comando do "Capacete Verde" – "grupo dos onze". Abriram fogo contra nós! Imediatamente, fiz um sinal, a tropa desembarcou pelo lado direito da viatura e ficamos protegidos. Olhei e vi a seguinte cena: na orla da selva, num mastro estava sendo hasteada uma bandeira que não deu para identificar. Não era a brasileira. O líder estava com um capacete, realmente típico daquele caçador inglês dos filmes de caçadas na África, uma bermuda cáqui e um casaco, também, cáqui e armado. Após a emboscada, eles imediatamente retraíram para a selva. Entramos, vasculhamos, fizemos prisioneiros e não foi preciso atirar. Recolhemos farto material. Bastante material de propaganda marxista-leninista, treinamento de guerrilha, todos oriundos de Cuba, bem como armamento "zero quilômetro". Peguei aquilo tudo e levei para o comando da Brigada onde recebi ordem para entregar ao ajudante-de-ordens do então comandante General Santa Rosa. Assim o fiz. Escrevi o meu relatório e retornei ao meu quartel. Fui encontrar o capitão, no dia seguinte, que me perguntou: "Como é que foi?" Como é que foi? Eu lhe disse: "Tudo bem capitão, foi bem".

Dois dias depois, descobri o objetivo da missão – a Companhia tinha sido usada como tropa pretoriana! Acontece que o local era um loteamento do Automóvel Clube do Brasil e seus sócios, alguns membros da sua diretoria, tinham comprado terrenos naquela área. Um dos donos de terreno era o General Santa Rosa, que havia assumido o cargo de presidente do Automóvel Clube do Brasil. Fui usado e a minha tropa também. Fomos usados para tirar de cima do terreno dele o "grupo dos onze" que fazia aquilo que ele pregava – ocupava terras dos outros indiscriminadamente, segundo o modelo empregado pelas "Ligas Camponesas" no Nordeste e no

Centro-Oeste. Que decepção! Uma decepção muito grande. Não foi para isso que fui formado, não foi para isso que recebemos a nossa instrução, a nossa formação moral. Uma decepção! E, aí, nos envolvemos com mais determinação ainda de impedir, primeiro, a ação do soviético dentro do território brasileiro.

Em seguida, foi a operação "Mata Lacerda". É chocante! Operação "Mata Lacerda..." o Governador Lacerda, do Estado do Rio de Janeiro, do Estado da Guanabara, na época. Eu morava próximo à Vila Militar, num bairro do outro lado da Vila, próximo à Intendente Magalhães, já no início da descida de Jacarepaguá – Vila Valqueire. Já tinha alguns filhos, era mais perto, precisava de uma casa barata. Nós pagávamos aluguel, uma fase difícil 1962, 1963... Tínhamos que acordar cedo para a fila do arroz, para a fila do feijão... Faltava luz duas horas de noite e duas horas de manhã. Era uma crise. Tive que mudar para ali. Antes, morava no Maracanã, mas não dava mais para pagar o aluguel naquela área. E como esse movimento já era significativo – realmente estávamos envolvidos – percebíamos o perigo, as ameaças à soberania, à integridade e à disciplina. Começamos a tomar providências. Não fomos só nós – o nosso comandante de Regimento também. Foi escalada uma equipe de oficiais que morava nas imediações da Vila. Éramos cinco, no total. Tínhamos um rádio em casa e de hora em hora ligávamos para todos os oficiais-de-dia, de serviço nos batalhões, nas unidades pára-quedistas para saber se estava tudo em ordem. Por quê? Fui avisado em 1958: vai acontecer uma rebelião comunista no Vale do Paraíba liderada pelo, então, Coronel Zerbini. Isso em 1958. Mande a sua família para o Rio de Janeiro e ande armado! Em 1961, 1962, 1963 já vínhamos realizando esse trabalho. Era ordem. Fazíamos as reuniões e ficava tudo decidido. Então, o que acontecia? No quinto dia, eu pegava o rádio e levava para a minha casa. Fazia uma escala de serviço para colocar o rádio no ar de hora em hora, a noite inteira. Se fosse sábado ou domingo – o dia inteiro. Havia o contato por meio de uma senha e contra-senha com os oficiais-de-dia dos quartéis para saber se tudo estava em ordem ou não, lembrando de 1935, quando os comunistas mataram, ocuparam os quartéis etc. De noite, era difícil você, de hora em hora, acordar e ligar o rádio. Assim, a esposa entrava na escala. Ora eu ligava, ora ela ligava. Falávamos com todos os oficiais-de-dia. Era comum não haver resposta, mas o nosso rádio entrava no ar como previsto.

Normalmente, a cada dois dias alguém deixava de responder, aí não tinha jeito, reuníamos o armamento dentro do carro e saíamos em Vila Valqueire e Sulacap, acordando os companheiros. "O que houve?" "O oficial-de-dia não respondeu, não ligou o rádio. Tem problema, vamos lá!" Fazíamos infiltrações, eram patrulhas noturnas para verificar o que estava acontecendo no quartel que não

tinha respondido a chamada do rádio. Às vezes, tínhamos que realizar várias patrulhas por noite. Já pensou! Passamos quase dois anos fazendo isso. Vivíamos como sonâmbulos, por quê? Ameaça de uma rebelião comunista como a de 1935, quando Carlos Prestes e seus seguidores mataram os companheiros que dormiam no quartel da Praia Vermelha e como a que acabou acontecendo em Brasília em setembro de 1963. Prova evidente de que estávamos certos

Um dia de madrugada – 2h da manhã – fomos chamados ao quartel. Foi acionado o plano de chamada. No quartel, aquele alvoroço! "O que está acontecendo?" "Uma operação para matar o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Ele vai ser eliminado, vai haver agitação no Rio de Janeiro, o presidente vai pedir o estado de sítio ao Congresso, justamente, pela agitação que vai ocorrer pela morte do governador". Daí seria criada a república sindicalista comunista da América do Sul – que era o objetivo deles. E nós sabíamos porque a imprensa anunciava! Se pegarmos os jornais da época, vamos ver que isso estava quase todos os dias na imprensa. E estávamos com essa motivação.

Já tínhamos as nossas ligações com os grupos do Marechal Denys e do General Aragão, Moniz de Aragão. A nossa ligação era o Capitão Tarcísio, Assistente do General Aragão – Coronel Tarcísio, hoje. Deles, veio a informação sobre a operação "Mata Lacerda". O nosso comandante chegou e disse assim: "Estou sendo chamado para ir ao comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre". Não era mais o General Santa Rosa, que havia sido movimentado para outra função. Era o General Alfredo Pinheiro, pára-quedista, também, conhecido por "Faz Tudo". O Coronel José Aragão Cavalcanti, nosso comandante – não era parente do General, havia sido professor de Geopolítica, na AMAN –, reuniu os oficiais, nós já estávamos movimentando a tropa, armando o pessoal, aquela movimentação de uma prontidão, um aprestamento em ordem-de-marcha, isso de madrugada. Ele disse: "Fui chamado para me apresentar, agora, ao comandante, no Núcleo da Divisão, no quartel-general, mas sei a missão que vou receber. A missão que lhe seria dada de "deslocar o Regimento para emboscar e matar o Governador da Guanabara quando ele inaugurar o pavilhão do Hospital Miguel Couto, no Leblon, às 9h da manhã". Claro que não iríamos fazer isso! Nem o nosso comandante! Ele seguiu para o quartel-general e nós ficamos aguardando.

Retornou, dizendo que falou para o General Pinheiro que já sabia do planejamento a ser executado. A missão que ele recebeu foi a seguinte: "Coronel, o Brasil já está em estado de sítio. O Presidente acabou de solicitar ao Congresso o estado de sítio, porque o Governador da Guanabara está agitando o País e tem que ser preso. Você vai prendê-lo". Ele disse: "Não é isso que eu sei General. Não houve o pedido,

ainda, de estado de sítio. O Congresso está fechado. Não amanheceu ainda e a sessão do Congresso vai ser realizada de manhã. O pedido não ocorreu. Sei que vai ser ao contrário – nós vamos matar o Governador Lacerda – aí sim, vai haver motivo para o estado de sítio. Essa missão o senhor não pode me dar".

O Chefe do Estado-Maior do Núcleo da Divisão Aeroterrestre – Coronel Mafra – disse para o General: "Deixa, vamos chamar o comandante do Grupo de Obuses Aeroterrestre". Na época, era o Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior. Só que estávamos em ligação permanente – o nosso Regimento com o Grupo – 24 horas em contato. O Coronel Boaventura foi ao quartel-general e respondeu da mesma maneira para o Chefe do Estado-Maior.

Sabendo que a missão seria cumprida de qualquer maneira, o Coronel Aragão determinou que um oficial do Regimento Santos Dumont se deslocasse para a porta de cada unidade pára-quedista, para observar a movimentação. Depois de uma hora, mais ou menos, vem o Tenente José Alves Machado, de carro, meu companheiro de turma – que tinha sido designado para verificar a situação do Grupamento de Unidades Divisionárias, aquela série de Companhias de Serviços que formam um grupamento, ao comando de um oficial superior. Pois não é que o Chefe do Estado-Maior se dirigiu à Companhia de Engenharia para comandá-la na operação "Mata Lacerda". O Alves Machado quando viu que a Companhia já estava se preparando para sair, e ia sair mesmo, retornou ao Regimento e avisou ao nosso comandante. Foi instantâneo. Sem ordem, todos nós embarcamos no comboio para sair, para impedir a passagem daquela Companhia que tinha a missão de eliminar o Governador da Guanabara.

Não queríamos que o Brasil entrasse em uma guerra civil, quando sabíamos que o inimigo era outro. Mais uma cilada, planejada para envolver os militares, para envolver as Forças Armadas, como aquela em que fui envolvido em Xerém contra aquele "grupo dos onze" que, na verdade, era para proteger o terreno dos sócios do Automóvel Clube do Brasil! Quando nós corremos para embarcar, o Coronel Aragão apitou, reuniu os oficiais e disse: "Não precisa, calma. Já falamos com o Governador Lacerda que a Companhia de Engenharia iria sair. Não, não, não se preocupe". Às 4h da manhã, o Major Monção, que era pára-quedista, ligara para o Governador Carlos Lacerda, que estava em Petrópolis na sua casa – casa do governador – e o avisou. O que fez ele? Inverteu as inaugurações daquela manhã. O pavilhão do Hospital Miguel Couto que estava previsto para as 9h, passou para as 5h. O Coronel Aragão disse: "Deixa a tropa sair. A Companhia de Engenharia pode se deslocar. Não vai haver problema nenhum". Vamos ver quem mora perto? Tenente Brandão: "Eu moro em frente ao hospital". O Coronel Aragão determinou

que ele ligasse para a sua casa e ficamos aguardando. O Brandão, pelo telefone, ia passando para nós o que a sua esposa na janela, olhando o que acontecia na porta do Miguel Couto, transmitia.

A Companhia de Engenharia saiu?

Saiu, sim. Incrível! O Coronel Mafra entrou na Companhia de Engenharia, composta de um capitão, três tenentes e quinze sargentos, aproximadamente, todos jovens. Sabe como é a tropa pára-quedista – aguerrida, bem-treinada, auto-estima – ele chega e diz: "Capitão tem uma missão. Reúna os seus oficiais e sargentos. Tem uma missão para pára-quedista, muito importante. Quem estiver com medo pode se retirar. Alguém está com medo?" Meu Deus! Jovens oficiais, jovens sargentos vão dizer para um chefe que estão com medo. "Então, armem-se e vamos embora. Eu vou comandar a Companhia". E assim ele saiu.

Cabe lembrar que apareceram quatro oficiais pára-quedistas armados de fuzis com lunetas. Sabíamos, desde o início, que aquela missão fora planejada no apartamento nº15 do Anexo do Copacabana Palace, então apartamento do Presidente da República João Goulart. Contou com a presença do então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, do Comandante da tropa pára-quedista, General Pinheiro, e do Coronel João Sarmento, do Gabinete Militar. Planejaram que a solução para antecipar a criação da república sindicalista comunista seria criar um caos no Estado da Guanabara, com a decretação do estado de sítio. E como criar um caos? Aí, o general pára-quedista disse: "Deixa comigo, isso é missão para pára-quedista" – tropa pretoriana. A ordem para prender e "atirar para matar" Carlos Lacerda na manhã do dia 4 de outubro de 1963, quando da sua visita ao Hospital Miguel Couto, no Leblon, foi transmitida, naquele apartamento, ao General Alfredo Pinheiro, pelo Ministro da Justiça, Deputado Abelardo Jurema, que esclareceu ao General Pinheiro que o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, estava a par de todo o plano e dera sua aprovação. Nós estávamos sendo usados como tropa pretoriana. O General Pinheiro, dali mesmo, ligou para o oficial que estava de Superior-de-Dia no quartel-general – o qual representa o comandante na ausência deste – "Capitão, desencadeie o plano de chamada que nós temos uma missão para a tropa pára-quedista".

Mas o que ele não sabia era que nós, do Regimento Santos Dumont e do Grupo de Artilharia, já estávamos no quartel. Já tínhamos sido avisados daquela reunião, durante toda a madrugada regada a uísque. Sabíamos de todos os detalhes da reunião. Por isso, quando o Coronel Aragão recebeu a missão do General, ele disse: "Não é isso General Pinheiro, tenho a certeza do que está ocorrendo".

O capitão que estava de serviço – eu falei com ele: "Você recebeu a ordem do General?" "Recebi de madrugada. Já recebi ligações do Chefe da Casa Militar, do governador do Rio Grande do Sul e de vários oficiais-generais querendo saber se os pára-quedistas realmente já estavam se reunindo". Durante toda a madrugada nós estávamos lá acordados, no quartel, acompanhando os acontecimentos. A Companhia de Engenharia se deslocou para o Leblon e ocupou posições em frente ao Hospital Miguel Couto. Não sabia que o Governador Lacerda já havia inaugurado e estava longe.

A esposa do Tenente Brandão ficou da janela anunciando: a tropa chegou, desembarcou, os soldados deitaram, ocuparam posição...Depois de mais de uma ou duas horas, lá pelas 11h da manhã, ela disse: Alguém se levantou, está vindo na direção do prédio, no térreo – era um bar. Foi, realmente, um oficial que ligou para dizer: Não apareceu ninguém! Depois disso, deram ordem para retrair. Essa foi a operação "Mata Lacerda". Os quatros oficiais que estavam armados com fuzis e lunetas, que não pertenciam à Companhia de Engenharia, foram com a missão de eliminar o governador. A esposa do Tenente Brandão viu esses oficiais, com os respectivos fuzis e com as lunetas, nas mãos. Ela era esposa de um oficial – ela sabia o que estava dizendo – ela falou em fuzil com luneta.

Após o retorno daquele pessoal, exigimos que fosse aberto um inquérito policial militar, nós, oficiais do Regimento Santos Dumont. Eu dei a parte. Fui, apenas, um deles. Nós não fizemos isso só falando, não! Nós redigimos partes, exigindo que a verdade fosse apurada. Naquela semana de outubro de 1963, o Presidente João Goulart manda chamar o Deputado Leonel Brizola para um encontro ou reencontro, que foi descrito como "cordial, mas dramático". Nesse encontro, ficou estabelecido o seguinte esquema de ação: após o assassinato de Carlos Lacerda, aprovação do estado de sítio em 48 horas. Para isso, seria desencadeado contra o Congresso um processo de terror, com violentas ameaças e pressões militares. Isso realmente aconteceu. O líder do Governo na Câmara, Tancredo Neves, e os Deputados Martins Rodrigues e Bocaiúva Cunha falando – ameaçando – no plenário diziam textualmente: "ou o Congresso vota o sítio ou será fechado".

Concedido o sítio, seriam executadas as intervenções na Guanabara e São Paulo. Esta intervenção já estava preparada há muito tempo, e a justificativa jurídica da medida ficou a cargo do "jurista" Abelardo Jurema.

Depois de obtido o aviltamento do Congresso pela aprovação do sítio, ele seria sumariamente fechado. Uma Constituinte seria convocada para a elaboração da Constituição nos moldes soviéticos, como idealizado pelo Governo.

Com essas medidas, o Presidente João Goulart tentava criar condições para o regime de exceção que lhe permitiria continuar no Poder. Na verdade, estáva-

mos vendo o País ser entregue por um grupo de brasileiros, que abria a porta da Nação ao invasor comunista. A preocupação era grande. Queríamos que todo o Exército soubesse o que estava ocorrendo naquele momento. Os companheiros precisavam saber que o negócio ficara muito perigoso. Estávamos sendo usados como tropa pretoriana. O inquérito foi aberto, queríamos ser ouvidos. Surpresa! O Major Monção foi transferido para o interior do Brasil, para ficar bem longe, justamente aquele oficial que ligou para o Governador Lacerda e avisou. Mais tarde, merecidamente, foi promovido a General. Todos os oficiais que participaram ou que sabiam da história não foram ouvidos no inquérito.

O Major Monção fez uma carta, que foi publicada nos jornais na época, contando a verdade. Um escândalo, um escândalo! Nós exigimos o inquérito, queríamos ser ouvidos no inquérito e o que ocorreu? O General Pinheiro, Comandante da Brigada, o General “Faz Tudo” é bom lembrar, mandou reunir os oficiais do Regimento Santos Dumont. Entra, com uma garrafa de uísque debaixo do braço, fardado, como Comandante, e diz: “Companheiros, vim aqui para falar com vocês, roupa suja se lava em casa. Nós não devemos comparecer ao inquérito para contar o que houve”. Abriu a garrafa de uísque. Com a exceção de uns dois ou três, fomos nos retirando do local e ele ficou ali para beber o seu uísque. Esse era o Exército, o Núcleo da Divisão de Pára-quedistas, em 1962 e 1963.

Por terem se negado a comandar a “Operação Mata Lacerda”, também foram transferidos para o interior do Brasil, os coronéis José Aragão Cavalcanti e Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior, comandantes do Regimento Santos Dumont e do Grupo de Obuses Aeroterrestre, respectivamente. A exoneração e a transferência dos dois comandantes era uma medida punitiva, injusta e descabida. Estávamos solidários com o nosso Comandante o Coronel Aragão. Naquele momento, tínhamos consciência de que, com a recusa de participar do atentado, salvamos não só a vida do Governador, mas a dignidade do Exército. Tínhamos que agir, e rápido. Imediatamente entramos, todo o Regimento, em “ordem de marcha”. Não permitimos que o Coronel Aragão passasse o comando da unidade, mesmo contra sua vontade. Ele, naturalmente, tentou nos demover do que estávamos pretendendo, alertando que poríamos em risco a nossa carreira. Retrucamos, estávamos tentando desfazer uma injustiça, um ato indigno com o nosso Comandante. Ato contínuo, ligamos para o Capitão José Fernandes de Santana Andrade, Comandante da Companhia Pára-Quedista que, naquela época, montava guarda nos palácios presidenciais de Brasília, determinando que o mesmo informasse ao Presidente João Goulart sobre a nossa determinação de impedir a punição do Coronel Aragão, o que foi feito de imediato pelo tenente de serviço.

Após ouvir com atenção o Tenente Bento de Souza, pára-quedista comandante da guarda do palácio, o Presidente João Goulart disse: "O seu comandante é mesmo muito querido, não é tenente? Ato contínuo ligou para o Ministro da Guerra, General Jair, determinando o cancelamento da transferência do Coronel Aragão. Infelizmente, talvez por falha nas ligações, não foi possível evitar a punição do Coronel Boaventura que foi preso por 30 dias e transferido. Ao se despedir, o Coronel Boaventura dirigiu a seguinte mensagem aos seus comandados: "Tende sempre em mente a missão constitucional do Exército; não coloqueis jamais o vosso valor a serviço da indignidade e lembrai-vos de que cada um de vós é responsável pela confiança e pelo respeito que a Nação deposita na mais valorosa tropa do Exército".

Vivíamos, então, uma grave crise militar que rapidamente evoluiu para a área política com sérias repercussões. Em conseqüência, o Marechal Denys e o General Moniz de Aragão intensificaram as ligações com a tropa. Começamos a perceber que era preciso haver maior entrosamento entre as unidades. Como começamos a reagir, a tropa pára-quedista foi proibida de realizar tiros de exercício e até o tiro do recruta. Proibiu-se que a munição fosse entregue à Brigada. Começamos então a fazer acampamentos no Recreio dos Bandeirantes, que era totalmente deserto naquela época. Entrávamos com os carros particulares no Regimento-Escola de Infantaria – eu cansei de fazer isso no meu carro – para pegar com os oficiais daquele Regimento, a munição necessária para adestrar a tropa pára-quedista. Fazíamos o tiro no Recreio dos Bandeirantes. Era a única possibilidade de adestramento. Fomos proibidos de participar de qualquer exercício. Entrávamos no Campo de Instrução de Gericinó, à noite.

O Tenente José Aurélio Valporto de Sá foi preso, assim como o Tenente Eglair Barcelos Alves. Foram presos porque estavam adestrando os seus pelotões em um exercício programado pelo Regimento. É claro que nós só podíamos fazer isso escondidos e durante a noite, ou no Recreio dos Bandeirantes ou no Campo de Instrução de Gericinó.

Esses fatos aconteceram a partir do momento em que alguns coronéis do Gabinete do Ministro, Jair Dantas Ribeiro, passaram a nos vigiar. Alguns oficiais compareceram ao quartel. Lembro-me de um deles, um coronel que chegou e reuniu os tenentes: "Atenção, estou aqui por ordem do Chefe de Gabinete do Ministro para dizer que os oficiais pára-quedistas estão se reunindo clandestinamente em Vila Valqueire e na área de Sulacap, reuniões sabidamente conspiratórias contra o governo". O que nós fazíamos era adestrar a nossa tropa. Fazíamos as ligações, pois precisávamos saber o que estava ocorrendo. Não queria partir numa operação semelhante à que fui em Xerém. Muito menos desejaria que meu Regi-

mento se transformasse em coiteiro de bandidos. Estávamos direcionados, sabíamos a ameaça que ocorria. O coronel afirmou que se continuássemos conspirando, iríamos ser transferidos para a fronteira. Era uma clara ameaça. Não ocorreu coisa desse tipo, mas outras piores.

Em 1963, saí da Companhia de Petrechos Pesados e assumi o comando da 1ª Companhia de Infantaria Pára-quedista, Companhia de pronto emprego, do Regimento de Infantaria Pára-quedista. Demos um nome à companhia – "Companhia Cobra". Essa Companhia deveria estar pronta para se deslocar em uma hora. Um dia, às 5h da manhã, recebi ordem para desencadear o plano de chamada e preparar a Companhia para uma missão. Pelo horário, teria sido mais fácil esperar a chegada dos soldados, às 6h no quartel. Às 7h, estava com a Companhia pronta, tudo pronto. O material ficava realmente enfardado. O efetivo era em torno de duzentos homens. O Coronel me chama e ao seu Estado-Maior. Entra o General Pinheiro – Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, indagando: "Qual é a Companhia que vai cumprir a missão?" "A 1ª Companhia". "Quem é o Comandante?" "Tenente Nery". "Tenente, aqui". Fiquei em pé, ao lado dele. Ele abriu em cima daquela mesa grande, no cassino dos oficiais, local da reunião, a carta de Brasília. Quando olhei, entendi o que já sabíamos durante a noite. Tinha havido uma rebelião em Brasília, a Base Aérea fora tomada, alguns quartéis já estavam tomados, alguns oficiais presos e a cidade estavam na mão de uma rebelião. Só não sabíamos a extensão do problema, naquele momento. Mas era sério. O Presidente, os ministros e as principais autoridades estavam propositadamente fora de Brasília. Na verdade, foi tudo planejado. Inclusive, deputados participaram daquele levante. O General Pinheiro disse: "Tenente, não está acontecendo nada em Brasília. Você vai levar a sua tropa, desembarca, vai desarmado. Você vai fazer um desfile semelhante ao de Sete de Setembro, no Dia da Pátria, na Alameda dos Ministérios".

Sabíamos que não era aquilo. Acabáramos de ouvir na rádio – estávamos sempre atentos, ligados, tínhamos informações. A realidade era outra. Brasília estava sublevada, era a rebelião dos sargentos, a maioria da Marinha e da Aeronáutica. Obedeciam a um intelectualizado comando civil, não se restringiria apenas a Brasília e devia estender-se por todo o País. Da chefia da rebelião, participavam os Deputados Neiva Moreira, do PSP-MA, Hércules Correia, Marco Antonio, do PCB-GB, e Max da Costa Santos, do PSB-GB, sob a liderança de Leonel de Moura Brizola. Pela ordem, os revoltosos pretendiam: depor o Presidente da República; fechar o Congresso; acabar, sumariamente, com o Supremo Tribunal Federal, classificado como órgão inútil e dispensável; desvirtuar o regime e implantar uma república (ditadura) socialista; transformação total das Forças Armadas.

Os prédios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica estavam ocupados e os revoltosos já estavam no terraço, na cobertura, no telhado dos pavilhões nos esperando. Sabiam que a tropa pára-quedista ia saltar. Seríamos eliminados como pombos. Íamos saltar e desfilar desarmados. Disse para o general: "General, não é isso..." Não completei a frase! Quando ia começar a falar levei uma "botinada", por debaixo da mesa. Eu estava em pé e os outros oficiais do Estado-Maior do Regimento, sentados. O Oficial de Operações, Major Giácomo Jannuzzi Neto, me deu um pontapé. Eu entendi. Era para ficar calado. Calei-me e ouvi a missão – desfilar desarmado.

Ao sair dali, fui falar com o Major Jannuzzi. Ele me disse: "Nery, é rebelião, se você for desarmado, você vai morrer, sua tropa vai ser eliminada. É guerra! Eles ocuparam Brasília e já leram o manifesto de criação da República Sindicalista Comunista do Brasil". Eu pergunto: "Como é que eu vou, Major?" Vá armado, claro! Você vai para a guerra. Qual é a minha missão? "Você vai saltar para libertar Brasília". Saltar, para libertar Brasília das mãos dos revoltosos, ou seja, conquistar Brasília. Essa foi a missão. "Onde estão os revoltosos?" Ocupando os prédios dos ministérios militares. Já existem oficiais presos. "Você tem que libertá-los – descobrir onde eles estão e libertá-los".

Naquele momento, minha maior preocupação era armar a Companhia – duzentos homens. E a munição? Veio a informação de que tinham trancado a munição. O Oficial de Munições do Regimento, Tenente Eglair Barcelos Alves, disse: "Nery, vou me virar. Deixa comigo". E saiu, para conseguir a munição. Comecei a pegar o armamento, quando chegou uma parte da munição. Tinha que "enfardar". Dei ordem para colocar a munição no carregador e levá-la também no cinto. O grosso da munição seria acondicionado em um cunhete, com um pára-quedas em cima para ser lançado do avião. Após o salto, você sai correndo para procurar a munição, pegá-la e levá-la com você. Sabendo que precisava de muitos pára-quedas, mandei buscá-los. Chegou a informação: o major encarregado dos pára-quedas fechou a "baiúca" – como nós chamamos o local de acondicionamento dos mesmos – e não vai distribuir os pára-quedas para você, por ordem do general – o pára-quedas da munição! Na hora, imediatamente, dei a ordem para que os cunhetes fossem abertos. Mandei distribuir a munição pelos bolsos. Iríamos saltar com a munição dentro do bolso, em quantidade. Aí, surgiu um problema. Soubemos que a rebelião era dos sargentos de Brasília, com o foco principal na Marinha e na Aeronáutica.

Em virtude daqueles acontecimentos de 1961, quando o General Santa Rosa, Comandante dos pára-quedistas, elogiou os sargentos por não terem cumprido or-

dem de seus superiores hierárquicos, e do Governador Brizola mandando os sargentos matarem seus oficiais, criou-se um ambiente de mal-estar dentro da tropa. Aquilo foi sendo alimentado numa seqüência, agora essa rebelião em Brasília, era o dia 12 de setembro de 1963. Apesar de preocupado, mandei distribuir a munição para os sargentos. Não podia duvidar da lealdade dos sargentos. Paguei para ver.

Estávamos em pleno aprestamento, tínhamos que preparar a munição, preparar os fardos. O subtenente, aquele homem mais antigo, aquele sargento que foi alçado à função de subtenente, o administrador da carga da Companhia, chegou para mim e disse: "Capitão, preciso falar com o senhor, aliás, todos os sargentos querem falar com o senhor". Eu disse: "Bom, o que houve. Vou lá". Eles estavam numa sala, reunidos. O subtenente iniciou: "Capitão, o senhor mandou distribuir a munição para todos nós, sargentos. O senhor confia nos sargentos da Companhia?" Chamei a atenção dele: "Em algum momento, desconfiei de vocês? Em algum momento, pensei isso? Vocês viram isso aqui entre os oficiais e sargentos do Regimento Santos Dumont? Não estou entendendo o que vocês estão falando". "Capitão, a reunião é para agradecer a confiança. Conte conosco. Em nenhum momento, o senhor deixará de contar com a nossa lealdade. Conte conosco".

Assim, fui para Brasília. Eram 14 aviões. Até aeronave em manutenção decolou. Os antigos aviões C-82 voavam de porta aberta. Cruzando a serra de Petrópolis e Teresópolis, e seguindo para Brasília, fazia muito frio, eu sentado ao lado da porta olhando o vôo em formação, vi um avião pegar fogo – o avião do Tenente Maia Martins. Retornou para os Afonsos. Mais adiante, o avião do Valporto, também, pega fogo e pronto, o efetivo estava se reduzindo. Depois, eles chegaram a Brasília – dois dias depois – não houve problema.

A nossa viagem foi longa. Foi aquilo que eu disse: dentro do avião, você olha para o soldado e ele está lhe olhando, você vai para lá e ele olha para lá, você vem para cá e ele olha para cá. E eu me dei conta de que eu tinha dado a ordem, antes de decolar: "Nós vamos saltar na Alameda dos Ministérios. O suposto inimigo está ocupando os telhados dos quatro prédios e vai atirar em nós. Todos os oficiais e sargentos deverão tirar a arma do invólucro e durante a queda atirar em tudo o que se mover". Eu, como comandante, tinha que dar uma ordem que protegesse a minha tropa e que permitisse o cumprimento da missão. Sabia que, com duzentos homens, tinha que libertar Brasília. O que é isso? A cabeça não funcionava. Qual a verdadeira dimensão disso. Brasília é muito grande. Aonde eu iria procurar esse pessoal? A ordem estava dada.

Durante o vôo, fiquei pensando: vou chegar em Brasília às 5h da tarde, o expediente está terminando, os funcionários estão cruzando a Alameda dos Minis-

térios. São pessoas que vão estar se movimentando. Vamos atirar? Muita gente vai morrer, muita gente inocente. O mestre de salto, o comandante em cada avião, vai com o fone no ouvido, escutando os pilotos. Eu ouvia a conversa dos pilotos. Não ia haver combustível para prosseguir o vôo depois de Brasília. Eles diziam: "Vamos pousar em qualquer lugar". A situação era difícil e preocupava. Confesso que, sozinho – não tinha ninguém para conversar, eu era o único oficial no meu avião, os outros tenentes estavam nas demais aeronaves – fiquei preocupado, muito preocupado.

Aí, me veio a história de um outro livro – o emprego dos pára-quedistas belgas no Congo – quando houve um levante e muitos reféns, mais de 1.500 reféns. A tropa pára-quedista foi empregada com sucesso – eles não saltaram em cima do objetivo. Você, na sua introdução, falou na nossa EsAO, não foi? A Escola, que aplica a doutrina no seu laboratório, que é o campo, associando tática e técnica com o tiro real, o mestrado do oficial, a última escola onde aprendemos e aplicamos a tática da Arma. É errado, no planejamento pára-quedista, você traçar a sua zona de lançamento em cima do objetivo – você não salta em cima do inimigo. Ah! Que felicidade! No avião, lembrei-me disso. Então, me veio aquela sensação de satisfação – não devo saltar em frente aos ministérios – tenho que saltar longe. Fazer como os pára-quedistas belgas: pegaram tudo o que andava, tudo o que tivesse roda e foram correndo para o objetivo e libertaram os homens que estavam presos, seus patrícios.

Então, imaginei: vou saltar em outro lugar, assim vamos evitar atirar em tudo o que se mova. Tudo que se mova seriam os funcionários terminando o expediente, saindo de Brasília. Adquiri confiança e disse para o Comandante da aeronave – ele me avisaria vinte minutos antes, com um toque de sirene dentro do avião: "Comandante, determine a entrada em formação cerrada – para as aeronaves se aproximarem – dê uma rasante em cima da alameda dos Ministérios. Depois, vou dar a final para você". Nós íamos saltar, eu tinha decidido saltar depois da Alameda dos Ministérios, bem distante. Preferia ir a pé, correndo, para o objetivo.

Quando ele cerrou, dez minutos antes de chegar em Brasília, o meu ala esquerda – eu via, a distância é curta – o meu ala esquerda estourou o motor e pegou fogo. Era, justamente, a aeronave do Tenente Brandão. Pegou fogo no motor. Aquilo foi imediato! Mudei a missão! Eu disse para o Comandante da aeronave: "Mande que siga direto para o aeroporto". O aeroporto estava nas mãos dos revoltosos. "Mande-o seguir direto para o aeroporto e vamos todos para lá, vamos desembarcar". Salto de viatura em movimento – nós sabíamos fazer isso. Quando a aeronave tocar no chão, nós saltamos sem pára-quedas, ou seja, salta e rola. É claro que nós íamos ter

baixas com isso, mas estávamos treinados. Saltávamos de viatura em movimento até na Avenida Brasil. Fazíamos esse adestramento. Ele falou: "O aeroporto está nas mãos dos revoltosos". Porém, eu sabia que um pelotão de Goiânia já estava se dirigindo para lá – uma Companhia de Goiânia – sob o comando do então Tenente Machado Borges, o mesmo que chegou a General. Quando a primeira aeronave, que era a do Brandão, tocou na pista, ele comandou o salto. Todo mundo pulou da aeronave – joga a arma e salta feito um fardo, feito uma roda. Você encolhe todo o corpo e sai girando, pois machuca menos. Pousamos em seguida.

Mas houve uma ocorrência. Realmente, o aeroporto ainda estava nas mãos dos sargentos revoltosos. Um deles, ao ver o avião pegando fogo no motor, comentou que aquele ali já está sendo destruído pelo fogo e que ele iria acabar com ele, jogando uma granada. E correu na direção do avião para jogar a granada. Acontece que ele estava perto da cerca e parece que era o estacionamento dos táxis, no aeroporto de Brasília. Os motoristas ouviram aquilo e pularam a cerca, começando a correr atrás dele. Foi uma cena inusitada. Os motoristas se abraçaram com aquele sargento que tinha uma granada na mão, enquanto ele gritava: "Vou soltar a granada". Quando o Brandão chegou, com alguns homens, a granada não tinha nem mais grampo. Estava sendo presa pelo capacete, na mão, e o sargento já com medo de soltar a granada. Após ser preso, ele confirmou que ia jogar a granada para destruir a aeronave, que sabia ser da tropa pára-quedista.

Neste ínterim, desembarcamos, corremos para frente do aeroporto e pegamos todas as viaturas, carros, caminhões e ônibus que apareceram por ali. Desloquei-me em comboio com a minha tropa – duzentos homens – chegamos na Alameda dos Ministérios, do outro lado dos ministérios militares. Fiz o sinal para parar e logo a seguir o de avançar. Não falei mais nada. Desembarcamos correndo, tomamos de assalto os ministérios, fomos do primeiro piso até o último e fizemos setecentos prisioneiros. Todos estavam armados.

É preciso lembrar que ocorrera uma ação de um pelotão da Polícia do Exército-PE, na véspera. Naquela noite, o Tenente era o Uchoa. Mas o que houve com ele? Acontece que no momento do ataque dos sublevados ao Ministério da Aeronáutica, ele estava com o pelotão guarnecendo e resistiu ao ataque. Foram disparados muitos tiros contra o pelotão dele. Que era composto de "catarinas", lembra? Naquela época, a Polícia do Exército incorporava somente soldados do Sul do Brasil – os "barrigas-verdes" catarinenses – os "catarinas". Ele deu ordem de fogo porque tinha que impedir o ataque – era um ataque mesmo. Nenhum soldado atirou, nenhum soldado atirou. Ele tomou o fuzil de um soldado e atrás de uma coluna gastou a munição, rolou para outra coluna – todos os soldados

estavam atrás das colunas do ministério. Ele foi de soldado em soldado e resistiu ao ataque sozinho, atirando, porque os soldados não o fizeram.

A Biblioteca do Exército tem um livro, de 1958, "Homens ou Fogo". Eu li muito esse livro e se eu não me engano é do General Omar Bradley que fez um inquérito na Segunda Guerra Mundial sobre o porquê do homem não atirar, quando está em combate. Após uma operação numa das ilhas do Pacífico, ele colocou dois ou três regimentos de "quarentena" vamos dizer assim, numa ilha do Pacífico e ouviu do comandante ao último soldado. Onde você estava na hora do ataque? O que houve? Por que você não atirou? Etc... E concluiu, dizendo o seguinte: "O fator psicológico". Ele tem uma referência interessante: o jovem, principalmente – é o nosso caso que incorporamos recrutas – o jovem é criado para não maltratar até os animais. É aquele negócio, não amarrem uma lata no rabo do gato, não maltratem o animal e de uma hora para outro, dos dezessete para os dezoito anos ele se apresenta no quartel e nós vamos ensiná-lo a atirar para matar.

Disse isso, quando estava na Academia Militar das Agulhas Negras: "Estamos aqui para ensinar a vocês a matar, mas a matar em defesa da Pátria". O Tenente Uchoa ficou abismado. Como é que o soldado dele não atirava – não houve jeito dele atirar! No livro, Omar Bradley diz: "O maior índice de aproveitamento de tropas na Segunda Guerra Mundial foi com a tropa pára-quedista e de comandos". Os pára-quedistas russos chegavam a ter 18 % dos que atiram, no máximo 20%. Ou seja: de cada grupo de combate de infantaria só dois homens atiram quando se deparam com o inimigo, mesmo quando ele está correndo a dez metros de distância. Um grupo de combate tem um sargento e um cabo. Se, dos dez integrantes, dois atiram, somente o sargento e o cabo atiravam. Os soldados, não. Os recrutas não atiram, é preciso muito treinamento. Uma prova foi o que ocorreu com o Tenente Uchoa.

Com a tropa pára-quedista, o rendimento é maior, mas chegamos ao último andar dos quatro prédios dos ministérios e fizemos setecentos prisioneiros. Quantos tiros nós demos? Nenhum. Prendemos a todos, depois de tomarmos de assalto o local. Foram colocados num andar e ficamos no outro andar, embaixo. Durante 45 dias, nós ficamos ali guarnecendo. Dormíamos no chão. Eles dormiam no andar de cima, também, no chão, o mesmo espaço, as mesmas condições sanitárias – estávamos no andar de baixo e eles sabiam que não podiam descer, eram sargentos.

Já à noite, reorganizei minha tropa. Veio uma informação rápida: acabaram de entrar num bloco de apartamentos, em uma superquadra e cortaram os pulsos da esposa de um oficial, porque queriam prender o marido. Ela foi salva pelos vizinhos. Cortaram os dois pulsos porque ela não dizia onde estava o marido. Ela também não sabia. Ele tinha saído para ir ao quartel. Ela nem sabia se ele

já estava preso. Queriam o seu marido. Era um oficial do Exército, um capitão, e cortaram os pulsos dela. Fiquei com medo, porque aquilo poderia representar para a tropa uma reação maior, a partir dali. Graças a Deus não foi preciso.

Outra informação: na rodoviária de Brasília, a última passagem, a mais baixa, naquela época 1963 – a rodoviária não estava concluída, ainda estava em obra –, fora fechada pelos revoltosos. Eles fecharam de um lado e do outro. Deixaram uma porta e escreveram no muro – Paredão – e colocaram, em posição, um pelotão da tropa dos fuzileiros navais, com metralhadoras. Iam começar o fuzilamento dos oficiais que já estavam presos. Peguei um grupo e mandei ao comando do Tenente Valporto, para a rodoviária. Prendemos todo o pelotão, com as metralhadoras em posição, prontas para fuzilar os oficiais. Essa foi a minha vivência em 1964 e antes de 1964, em 1963. Prendemos o pelotão e abriu-se o inquérito. Fizemos até um comentário, porque o inquérito foi feito na Marinha. A maioria dos sublevados era da Marinha. Conversando com o encarregado do inquérito lhe disse: "Comandante, daqui a 15 dias vão estar todos de volta, como se nada tivesse ocorrido". Esses presos foram trazidos de avião, por nós, para o Rio de Janeiro. Ficaram no navio-prisão.

Há um fato que gostaria de acrescentar. Quatro ou cinco dias depois, chegou a Brasília um Batalhão do Regimento Santos Dumont. Não trazia munição. O general não tinha deixado. Passaria a integrá-lo. O negócio estava quente, porque, ainda, estávamos fazendo a limpeza de Brasília. Informei ao major que havia reunido toda a munição que trouxera, em uma sala no pavilhão do ministério. "Tem suficiente?" perguntou! Respondi: "Tenho munição para um batalhão, por um ano". A nossa corrida, a proibição de sair armado! Foi tanta gente levando munição, ao sairmos do Rio! O Barcelos, Eglair Barcelos Alves – Oficial de munições. Lembro-me de que, já com todas as aeronaves "taxiando", motor ligado, ele chegou com a viatura e foi jogando os cunhetes pela porta dos aviões. Os pilotos ficaram preocupadíssimos. Tinha muita munição, o Batalhão cumpriu a sua missão e nós retornamos para o Rio.

O Comandante do Batalhão, Major Giácomo Jannuzzi Neto, chamou-me, aqui no Rio, depois da operação e disse: "Nery, você vai fazer uma relação dos militares que vão receber condecoração, por bravura, nesta operação, você faz isso?" "Claro, indico os homens da minha Companhia que merecem a medalha". Chamei o meu sargenteante e pedi que ele me desse o mapa da força – o manifesto de vôo de lançamento dos pára-quedistas, para que todos fossem incluídos, todos os militares que foram para Brasília comigo, que tomaram Brasília de assalto e que tinham consciência de que libertaram Brasília. Entreguei ao Major Jannuzzi, Comandante

do Batalhão, a relação de toda a Companhia. Ele disse: "O que é isso? Pedi para você o nome daqueles que merecem..." Eu lhe disse: "Major, todos nós fizemos a mesma coisa. O que um fez, o outro fez também. Todos fomos além do dever". Palavras dele: "Nery, só vou indicar você, porque condecorar duzentos por ato de bravura vai desmoralizar a medalha". Sendo assim, somente eu seria indicado. "Major, essa eu não vou receber. O senhor me desculpe – ou concede para todos ou não me mantenha na relação". E, realmente, foi isso que ocorreu. Aqueles que estavam em Brasília, foram condecorados. Os tenentes, sargentos e soldados pára-quedistas que, numa ação enérgica e eficaz, sufocaram um movimento revolucionário que pregava uma ampla indisciplina contra a hierarquia militar e contra a autoridade e a legitimidade do Poder Judiciário, representado pelo tribunal mais alto, que é o Supremo Tribunal Federal, não foram reconhecidos. Essa era a situação vivida naquela época, que levou à eclosão da Revolução de 1964.

Já no período revolucionário, fui para a Amazônia ajudar a criar o Centro de Instrução de Guerra na Selva. Nós estávamos lá, quando o Capitão Lamarca roubou o armamento no 4º RI e foi para a cidade de Registro-SP criar um foco de guerrilha. O General Rodrigo Octávio, Comandante Militar da Amazônia, chama o Coronel Teixeira, Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS – e diz que deveríamos preparar a nossa tropa para fazer um deslocamento rápido à região de São Paulo para combater a guerrilha do Lamarca. E, assim, fizemos. Toda a tropa do CIGS, julgada a mais bem adestrada em guerra na selva, era uma equipe de uns quarenta homens. Reunimos todos os instrutores e alunos de Guerra na Selva para uma operação contra a guerrilha do Lamarca.

Todavia, o General Rodrigo Octávio foi transferido para Brasília e a colaboração da tropa de Manaus deixou de ser aceita. O nosso Comandante, Jorge Teixeira de Oliveira, o "Teixeirão", excelente oficial, ficou muito aborrecido. Ele disse: "Meu Deus, nós criamos o CIGS, estamos adestrados, o curso funcionando, o Exército tem uma equipe excepcional e não a empregamos". Naquele momento, o curso de Comandos, da Brigada Pára-quedista, que estava conosco em Manaus, foi mandado para Registro. Nós não fomos. Eles foram, mas, com dez ou doze dias, saíram. Também não os aceitaram, por quê? Não entendi! Utilizaram tropa recém-incorporada – soldado que tinha três meses ou menos ainda de quartel. Deu no que deu. Quer dizer, não foi uma vitória do Lamarca, foi o emprego de tropa inexperiente. Fizeram um relatório e depois, mandaram para nós, em Manaus.

Estávamos em treinamento de guerra na selva, estudávamos a doutrina de guerra na selva, no Centro considerado hoje o melhor do mundo. Por ser instrutor daquele centro em Manaus, é que fui mandado, à revelia, para o Panamá. Fui

instrutor de operações na selva, de patrulha na selva, dos "Tigres" – o Ranger – no Panamá. Por quê? Porque eu tinha sido Chefe da Divisão de Ensino e Oficial de Operações do CIGS. Foi só por isso. Qualquer oficial que tivesse passado pelo CIGS, naquela época, teria condições de cumprir a mesma missão.

No relatório, que eu disse que recebemos em Manaus, a respeito de Registro, depois da operação contra o Lamarca, o General Airosa, que era, em São Paulo, o Chefe do Estado-Maior do II Exército, escreveu assim: "Chegamos à conclusão de que o facão de mato é muito importante no combate na selva". Quando nós pegamos aquele relatório, em Manaus, e o lemos, o Coronel Teixeira falou-nos: "Meu Deus do céu!" E amassou o relatório e jogou fora. "Meu Deus do céu! Estou aqui há três anos, criamos o CIGS, ensinamos a doutrina de selva e o conhecimento sobre os equipamentos do combatente de selva, mostramos as experiências da Birmânia, na Segunda Guerra Mundial, e somente agora, numa operação que fracassou, voltada praticamente para prender o Lamarca, que acabou escapando, chega-se tardiamente à conclusão de que o facão de mato é um equipamento muito importante para o combatente de selva!" Caso tivesse empregado a tropa do CIGS, especializada em operações na selva, no enfrentamento com o Lamarca em Registro, no lugar da tropa bisonha e despreparada para este tipo de missão que não sabia nem para que servia o facão de mato, claro que o resultado teria sido outro.

Retornando da Amazônia pretendia iniciar a minha preparação para realizar o concurso para a Escola de Estado-Maior. Tinha que estudar e a minha nomeação para Instrutor da EsAO era um ótimo negócio. Quando fui surpreendido com a retificação da minha nomeação, à revelia, agora para ser Ajudante-de-Ordens, e responsável pela segurança do General Humberto de Souza Mello, novo Comandante do II Exército – São Paulo – na fase em que a guerrilha estava no auge. Foi um tempo difícil. A guerrilha urbana organizada pelo baiano Carlos Marighella, mesmo depois da sua morte, executou 65 missões naquele período em que estive como responsável pela segurança do Comandante do II Exército. Caímos em duas emboscadas e pude presenciar o que ocorria em São Paulo. Era uma guerrilha bem organizada, que contava com pessoal preparado e farto material.

Marighella editou o manual mais completo de guerrilha urbana que o mundo conhece, o Minimanual do Guerrilheiro Urbano. Quando fui para a Escola das Américas – onde funcionava e ainda funcionam todos os cursos que um exército precisa desde a formação de comandante, de liderança, de administração até o curso de formação de sargentos, comandos, guerra na selva etc. – em um dado momento, ao entrar na biblioteca para fazer pesquisas para as minhas aulas e encontro, como *best-seller*, o livro de guerrilha do Marighella. Não existe, até

hoje, um manual melhor de guerrilha urbana. Outra ação violenta da guerrilha em São Paulo foi o assassinato do industrial dinamarquês naturalizado brasileiro, Henning Albert Boilesen, que era o presidente do Grupo Ultra, morto pelos terroristas no dia 15 de abril de 1971. Considerado pelos extremistas da esquerda, como colaborador do Governo.

Acontecia que, nesta mesma ocasião, elementos que tinham ido para a Europa, alguns exilados, outros exilados voluntários. Organizaram um grupo em Paris, com a missão de denegrir a imagem brasileira. Não era só criticar o governo revolucionário. Era desacreditar a imagem brasileira. O chefe desse grupo era Dom Helder Câmara, que se transferiu para Paris e chegou a se lançar candidato ao Prêmio Nobel da Paz por indicação de três governos do norte da Europa.

Diante desse fato, o Presidente Médici ligou-se com o Comandante do II Exército e deu a seguinte ordem: fale com o Boilesen, chame-o ao seu quartel-general e dê a missão de levar aos governos nórdicos, inclusive o dinamarquês, onde ele tinha as suas origens, o "dossiê" do Dom Helder Câmara. Mostre quem é esse padre, o que ele está fazendo, o que já fez – ex-integralista, comunista – essa "figura impoluta" da Igreja. Quem chamou o Boilesen fui eu. Levei-o para a reunião. Ajudei-o a preparar o "dossiê" que era trabalho de Ajudante-de-Ordens. Ele foi para a Europa, apresentou o documento para os três presidentes e os três países retiraram a proposta de Helder Câmara para o Prêmio Nobel da Paz.

De imediato, fomos informados no Brasil da ordem dada pelo grupo de Paris: "Matar o Boilesen". Eles deram a ordem se não me engano para o Lamarca. Recebi a missão de chamar o Boilesen, de novo. Nós o ensinamos a atirar, para a sua defesa pessoal. Foi escalado um elemento da Polícia Civil para ser o seu segurança – motorista dele. Ele treinava no estande de tiro da 2ª Divisão de Exército, no quartel do Ibirapuera. Foi-lhe recomendado cuidado. Sabia-se que eles, os guerrilheiros, tinham ordem para matá-lo. Um dia, esse homem vai à casa da filha, entra numa rua que era mão única, um quarteirão que, naquele dia, havia uma feira, só dava uma passagem e a emboscada – se não me engano foi a quinta tentativa dos guerrilheiros – foi semelhante àquelas que fizeram para o Comandante do II Exército, nas quais caímos por duas vezes, mas conseguimos sair.

O itinerário do Comandante do II Exército só era conhecido pelo motorista e na hora. Eram sete, oito itinerários diferentes quando ele fazia o seu deslocamento da casa para o quartel e vice-versa. O Boilesen, naquele dia, entra na rua da feira – só tinha uma passagem. Dispensou o motorista e ninguém entendeu o porquê. O motorista pediu uma dispensa e, também, não sabemos por que foi dispensado. Ele foi dirigindo. Entra na residência da filha, tira o paletó e deixa a

arma em cima da mesa, fala com a filha veste o paletó e sai sem a arma. Foi emboscado na esquina com a Alameda Casa Branca. Levou dezenove tiros, quinze na cabeça. Duas senhoras que estavam na feira também foram atingidas. Assim, era São Paulo. A guerrilha urbana ali era perversa. Este fato realmente repercutiu e, por isso, nós nos envolvemos bastante nessas operações.

Os assaltos a bancos se multiplicavam, o dinheiro roubado – desapropriado, como eles diziam – era depositado até em contas particulares como a que o Marighella mantinha no exterior. Jovens sonhadores e ávidos por aventuras eram recrutados para ações noturnas de propaganda, pichando paredes. Escalados para dirigir os carros nessas horas, muitas vezes eram surpreendidos quando percebiam que a missão, daquela vez, era um assalto a banco. Propositadamente, o líder deixava cair no local do assalto a carteira de identidade do jovem estudante que estava no volante do carro da quadrilha e tinha sido convidado para pichar um muro e não para assaltar um banco. A surpresa maior era na manhã seguinte. Os jornais publicavam a foto do jovem agora assaltante de banco, identificado por ter "deixado" cair a sua identidade. Percebendo a "armação" para envolvê-lo nas ações criminosas e sem saída, o jovem procurava a liderança que dizia: "sujou", você terá que "esfriar" por um tempo, "desaparecer", não se preocupe, vamos levar você para o interior. E, assim, mais um estudante era levado para a guerrilha de Xambioá no sul do Pará. Envolvidos de uma maneira desleal, ardilosamente planejada para ações criminosas contra seu país, por um grupo que pretendia derrubar o governo para implantar um regime totalitário comunista que foi repudiado pelo povo, até na própria União Soviética. Esses jovens, agora com identidade falsa, desconhecida até por seus familiares. Ao enfrentarem as forças da lei nos combates travados em São Paulo e Xambioá, alguns morreram e foram enterrados com a identidade que portavam. É fácil concluir que apenas os chefes das guerrilhas, responsáveis pela troca das identidades dos jovens, hoje considerados desaparecidos, têm condições de informar o verdadeiro nome de cada um para ajudar na identificação do nome usado "de guerrilha" com o qual provavelmente foram enterrados.

Na fase mais crucial da guerrilha de São Paulo, quando cresceram os assaltos a bancos os seqüestros, os assassinatos de pessoas inocentes na rua como a jovem que o Lamarca escolheu para provar sua condição de ótimo atirador – era instrutor de tiro – e numa atitude covarde matou-a com um tiro, logo após assaltar um banco. Com a intensificação das ações de guerrilha em todo o País, principalmente no Rio e São Paulo as Forças Armadas ficaram em desvantagem, alguns homens foram abatidos, era preciso uma ação mais enérgica nos combates. Isso aconteceu no mesmo dia da morte do Cabo de uma das equipes que, em

perseguição ao "Japonês", companheiro de Lamarca no roubo das armas do Hospital Militar de São Paulo e da guerrilha em Registro. O Cabo morreu porque se aproximou para prender o "Japonês" com a arma abaixada. Foi morto por uma rajada de metralhadora desferida pelo Japonês através da porta do carro. Ato contínuo o Comandante do II Exército, General Humberto de Sousa Mello, determinou que eu transmitisse uma ordem ao comandante da Operação Bandeirante para reunir a tropa e, na presença de todos, exigiu mais treinamento, mais atenção nas ações. Disse ainda: "Já estou cansado de enterrar homens sob meu comando. Exijo mais energia na execução das ações. É preciso agir de acordo com as técnicas antiguerrilhas aprendidas. Quando sob a mira das armas dos guerrilheiros, tinham que ser mais rápidos e atirar para matar". Eu ouvi, estava presente. O General Humberto estava angustiado com a morte dos seus subordinados. Era um veterano de 1930. Tinha sido Secretário de Segurança de Pernambuco. Conhecia as técnicas dos comunistas para a tomada do Poder.

Desta maneira e neste contexto, a guerrilha começou a perder terreno até ser totalmente eliminada em São Paulo. É preciso lembrar que nesta fase, ninguém, nenhuma pessoa inocente, morreu de bala perdida nas ruas de São Paulo. A Revolução de 1964 foi vitoriosa, derrotados foram aqueles que pretendiam subjugar o povo brasileiro impondo um regime odioso marxista-leninista.

Vale lembrar que o General Humberto, cumprida a missão em São Paulo e após uma breve passagem por Brasília, como Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, passou para a reserva aos 66 anos, retirando-se para sua residência, no Rio. Já na primeira semana, começou a receber ligações ameaçadoras com o seguinte teor: "Já sabemos onde você mora, aproveite que esse é o seu último fim de semana. Cumprimentos da guerrilha". Foram duas semanas de ameaças diárias, para o casal. Tomou uma decisão. Iria se mudar. Seria preciso um empréstimo bancário para a entrada num apartamento. Procurou um banco. Resposta do gerente: "O senhor não tem renda familiar para um empréstimo". Nesta hora, ele se deu conta da situação financeira dos militares, afinal tinha atingido o último posto da carreira. Não desistiu, ao sair em busca de outra solução. Teve seu carro, que era dirigido pelo seu motorista, violentamente fechado por outro, próximo ao Canecão, na saída do Túnel Novo, Zona Sul do Rio de Janeiro. A ação foi visivelmente intencional, pretendiam fazer parar o carro do General. Seria uma ação terrorista? Um seqüestro? Com a freada brusca, o General Humberto foi violentamente projetado sobre o painel do carro, batendo com a cabeça. Em ação rápida, o motorista subiu na calçada, tomando a direção contrária, conseguindo assim, fugir do local e retornando à residência. Horas depois, o General Humberto entra-

va em coma com derrame cerebral vindo a falecer no Hospital Miguel Couto onde fora internado. Era realmente o seu último fim de semana.

A Revolução deu certo? Claro que deu. Um País que se fechou, que estatizou todos os seus serviços, criou a Nuclebras, a Petrobras e se desenvolveu. Experimentou um avanço fantástico na sua matriz hidroelétrica, criada pelo Getúlio e desenvolvida exemplarmente no período revolucionário. Vamos lembrar os tenentes de 1930? Os tenentes fizeram a Revolução de 1930 e colocaram um ditador – Getúlio Vargas – que fez o Brasil crescer – com erros e acertos – mas fez o Brasil crescer. Criou uma matriz hidroelétrica baratíssima, que hoje vende energia por R$ 54, e nós recebemos essa energia em casa por R$ 400 o MW. E vai aumentar, agora, de novo. Está em crise porque o FMI proibiu investir! Os governos revolucionários construíram as maiores hidroelétricas do mundo. Por isso, é que nós ainda temos energia suficiente.

Agora, surge mais uma ameaça. O outro império começa a dizer que, na região da hidroelétrica de Itaipu, lá na tríplice fronteira, existem terroristas. A imprensa já disse que há um documento, recomendando que tropas americanas venham a guarnecer Itaipu. O que eles querem? É manter os desafios a todo o momento, como xerifes do mundo! Outro dia, no Clube Militar, um daqueles companheiros que disse: “Nery, vamos na outra direção, vocês vão atacar o comunismo e nós vamos atacar o outro, o capitalismo americano”. Hoje, nós nos encontramos, agora juntos contra o capitalismo selvagem norte-americano.

O que é que vimos no período revolucionário? Acertos e erros. A Revolução teve muitos acertos, a Revolução chegou no momento certo, fez o Brasil crescer, Brasil potência. Desenvolveu a produção, a indústria, abriu e asfaltou estradas, criou o Banco Nacional da Habitação. As pessoas compravam apartamentos, suas casas e hoje ninguém consegue comprar nada. As Forças Armadas progrediram, estavam bem adestradas, com boa receptividade. Foram para a rua porque o povo exigiu na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O povo foi e exigiu a atuação. Hoje, o que está acontecendo? As Forças Armadas continuam a ter uma aceitação extraordinária, são as maiores instituições em credibilidade, bem acima da Igreja que vem em segundo lugar nas pesquisas. São as mais queridas, apesar dos inúmeros “revanchistas” que, principalmente na mídia, tentam denegri-las. Os derrotados que insistem em contar uma estória que não aconteceu.

O povo está a exigir providências. Temos que pensar realmente na nossa soberania. É agora. O Brasil precisa se desenvolver, como aconteceu no final da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970; não pode permanecer submisso ao FMI. Encontrei esse amigo, esse companheiro, e ele me disse: “Nery,

vocês foram numa direção, contra o império soviético, mas muitos se locupletaram". Eu lhe respondi: "Você me corrija se eu estiver errado. Existe algum militar que, por ocupar cargo importante, tenha ficado milionário?" Ele me respondeu: "Realmente, não conheço nenhum". Mas nós conhecemos políticos que enriqueceram, se locupletaram em cima da Revolução de 1964.

É de envergonhar qualquer pessoa esse envolvimento das elites com a corrupção que se alastra nas altas esferas nacionais. Falta coragem moral para apurar o roubo do dinheiro público e apontar os responsáveis por esse descalabro político. Neste contexto amargo, paradoxalmente, é a hora de reagir e iniciar a grande obra de reconstrução do País, em todos os segmentos nacionais, onde não só o povo, como todo o organismo social venha a se inserir com justiça, paz e prevalente viés de cooperação.

Agora, como antes, permanecemos em defesa da nossa soberania, em defesa de um Brasil grande, de Forças Armadas decentemente pagas, bem equipadas, que não sejam injustiçadas e de um povo que tenha liberdade e condições de progredir. Vamos nos dar as mãos e prosseguir na empreitada!

Por tudo o que vimos, havia naquela época, no período 1961–1964, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart, por parte da maioria do povo brasileiro?

Muito grande, muito grande, porque o País passava necessidades. Falei sobre a fila do arroz, você lembra disso? A fila do arroz, a fila do feijão, a fila do açúcar, a falta de energia. Uma greve por semana. Às vezes, duas ou três, eram as greves de solidariedade. O quadro era de inépcia e de crescente subversão.

Uma outra coisa: tenho que falar o que eu vivi. Lembro-me, segundo-tenente, tinha o meu filho com dois anos, o mais velho, que teve um problema no pé, sendo obrigado a engessá-lo. Fui ao médico, paguei a consulta e tive que empenhar uma jóia. Entrei na Caixa Econômica e empenhei um anel para pôr um gesso e pagar uma consulta de um médico. E depois? Não tinha mais dinheiro. Fui ao cabo enfermeiro do quartel e disse para ele: "Ensine-me como fazer". "Tenente, o senhor vai à farmácia e compre atadura gessada – é barato e o senhor não vai mais precisar gastar". Passei a engessar o pé do meu filho, porque não tinha dinheiro para pagar! Essa era a situação de um tenente pára-quedista que ganhava 90% a mais do que os outros. A nossa gratificação era de 90% para saltar de pára-quedas e para ter a coluna lesionada como tenho hoje. Atualmente, a gratificação caiu para 20%, houve uma deterioração.

Mas o povo realmente queria mudar, o povo foi para a rua e exigiu. Você lembra que as mulheres, em Belo Horizonte, também, exigiram que a Revolução fosse deflagrada. Pediam as Forças Armadas. Por quê? Porque nem ao povo inte-

ressava o incentivo a indisciplina, onde eles jogavam subordinados contra superiores e vice-versa, o que minou a disciplina e a hierarquia e assustou o povo que ficava horrorizado com tudo que estava vendo, como, por exemplo, a sublevação dos marinheiros, ocorrida no Rio de Janeiro, largamente difundida pela Imprensa – nos jornais e nas revistas da época. As greves permanentes, principalmente nos transportes terrestres, paravam as cidades, os piquetes impedindo que o povo trabalhasse". Éramos um País dominado, dentro do quadro da guerra fria, onde havia um pólo dominador e um pólo explorador e nós, os explorados. Tínhamos que dar um jeito de nos ver livre desses dois impérios hegemônicos".

Tomamos a direção inicial contra o comunismo. Foi uma Revolução, uma Contra-revolução vitoriosa, porque os comunistas já estavam quase no Poder. O próprio Luís Carlos Prestes declarou: "Já estamos no Governo, só não temos o Poder". Sabemos que, no Chile, eles conseguiram chegar ao Poder pelo voto, com Salvador Alende. Foi, no mundo, a única vez que o marxismo-leninismo ocupou o Poder pelo voto e sem usar a violência. Na Tchecoslováquia, valeram-se de leis elaboradas pelo próprio Congresso para assumirem o Poder, também sem apelar para a luta armada. Foi o que se chamou de o Assalto ao Parlamento. Em todas as outras tentativas, tiveram que usar a violência. Aqui, a nossa Revolução impediu que isso acontecesse; a Revolução destruiu a força do movimento comunista internacional.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

O grande líder da Revolução foi o Marechal Odylio Denys. No momento em que ele se afastou do Governo, quando aceitou o parlamentarismo e deu a ordem para que a tropa pára-quedista voltasse da missão de conquistar a Base Aérea de Canoas, em Porto Alegre soubemos que aquilo era o início da tomada do Poder por eles e que íamos ter que acabar sendo obrigados a enfrentá-los. A partir daí, o Marechal Denys passou a se organizar e organizar o pessoal. Outro líder inegável foi Augusto Cezar Muniz de Aragão – o General que escrevia, quase que diariamente, no jornal *O Globo*, as mensagens aos oficiais jovens. Merecia ser reeditado, aquele trabalho todo merecia ser reeditado para ser do conhecimento das atuais gerações de brasileiros, principalmente da juventude militar. Quase todo o dia saía e aquilo nos preparou para as missões futuras. Citaria, também, o General Cordeiro de Farias, um grande líder em todos os movimentos que ocorreram no Brasil, bem como os Generais Mourão e Guedes que deram a partida ao Movimento, contudo com a liderança decidida do Marechal Denys, como ressaltamos. Dentre os civis, destacaria o Governador Carlos Lacerda, o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e o de São Paulo, Adhemar de Barros. Apenas estes para não me

alongar, sabendo que, aqui, caberiam muitos outros nomes respeitados para que o Movimento armado se sagrasse vitorioso de modo tão estupendo, praticamente sem derramamento de sangue.

O Movimento revolucionário de 1964 foi de preparação exclusivamente interna ou alguém veio de fora nos ajudar?

Esse assunto foi muito explorado pela mídia. É uma maneira de desvirtuarem o que foi feito, dar uma conotação política, ideológica. Tínhamos o Acordo Militar americano, por volta de 1962, 1963. Um dia, na formatura matinal, o nosso comandante disse que estava no quartel-general, um deputado americano que havia chegado para nos inspecionar, inspecionar o material do acordo. Perguntamos para o coronel o que o deputado estadunidense iria fazer? Ele estava querendo saber se nós usávamos o armamento americano, de forma correta. Dissemos para o coronel que não admitiríamos ser inspecionados por um norte-americano. O coronel concordou e ele, realmente, não entrou. Nós não deixamos esse deputado americano entrar, em 1963, no quartel do Regimento Santos Dumont. Aqui não! País soberano não se dobra assim, não interessa Acordo que fira a nossa soberania.

Quando estávamos na preparação da Revolução, porque veja bem: três dias antes do dia 31, já estávamos prontos, dentro do quartel. Nós não saíamos mais do quartel, sabíamos de tudo, todas as ligações estavam feitas. Eu comandava um pelotão de canhões anticarros, 106mm, com dez canhões. Saí em direção a Minas Gerais para reforçar a tropa que descia, mas voltei da antiga Estrada Rio-São Paulo, porque me avisaram que não seria mais necessário. O melhor seria fechar a Vila Militar, pela retaguarda, e foi o que fiz.

Todos nós estávamos informados sobre o que ia acontecer. Os comandantes das Unidades eram homens do João Goulart, mas no momento exato seriam tirados por nós mesmos. Em cada unidade, já tinha um oficial que iria assumir o comando e a determinação era: "Não se antecipem, aguardem ordens". Neste momento, já existia até o grupo do General Castello Branco, no Estado-Maior do Exército. Mas a nossa ligação era toda com o General Moniz de Aragão que estava com o seu QG montado, no bairro de Marechal Hermes, e com o Marechal Denys, que estava em Juiz de Fora, Minas Gerais. As ligações eram perfeitas. Não há dúvidas de que o Marechal foi o mentor, a cabeça da Revolução, o grande planejador. Teve a visão na hora certa, porque iríamos sofrer a "comunização", ou seja, a entrega do País a um dos impérios, o soviético, o que se daria no dia 1º de maio de 1964. Concluindo, os norte-americanos nada tiveram a ver com a nossa Revolução. Eles se surpreenderam tanto como os comunistas que, até hoje, não sabem como a nossa reação foi tão fulminante.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução? Por que o Assis Brasil, os Pinheiros, os Santa Rosa, essa gente toda não conseguiu fazer o que diziam ser capazes?

O General Santa Rosa pregou a indisciplina no Núcleo Pára-Quedista, usou a tropa para desocupar um terreno particular dele. Saiu do comando. O General Pinheiro tentou a operação "Mata Lacerda", dizendo que era missão para pára-quedista, ganhou um apartamento da Caixa Econômica para ficar calado e foi para casa. Esses homens não lideravam nada. Esquema? Era o esquema dos aproveitadores. Dos homens que tinham desvirtuado os nossos princípios, que não seguiram aqueles ensinamentos que obtivemos na caserna. Essa é a verdade! Não eram líderes, não eram chefes! Não havia esquema. O próprio Chefe da Casa Civil do Governo Goulart – Darci Ribeiro – cobrou, na hora, do General Assis Brasil, Chefe da Casa Militar, o esquema, a tropa para a defesa do Governo João Goulart. Simplesmente, não existia!

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, pelo General Médici, a favor da Revolução foi correto no seu entendimento?

Não tenho dúvidas! Não tenho a menor dúvida, porque eu comecei a minha vida militar de oficial no Vale do Paraíba. Relatei, aqui, no início da minha entrevista. Realmente, ninguém poderia ficar no quartel, tinha que haver a participação. Hoje, você já imaginou o que estariam dizendo aqueles cadetes. Qual seria a justificativa para que os cadetes ficassem, como se diz nos dias atuais, em cima do muro? Repare o que ocorreu. Acabei de declarar que três dias antes do dia 31 de março, nós já estávamos sabendo, estávamos prontos e de prontidão. Fazíamos os contatos.

Depois do comício do Automóvel Clube do Brasil, não me lembro exatamente a hora, houve uma reunião no nosso quartel, à noite. Estávamos crentes que era o início da contra-revolução. Veio a seguinte informação: o General Cordeiro de Farias está se deslocando para São Paulo para conversar com o General Kruel, então Comandante do II Exército, que tinha que se definir. Ele era favorável à Revolução, mas o Cordeiro de Farias foi lá com esta missão. Ele disse o seguinte: "Sou amigo pessoal do Presidente da República, João Goulart. Preciso de 24 horas para convencê-lo a passar para o nosso lado". Segundo o General Amaury Kruel, o Presidente João Goulart estava sendo ultrapassado por aquele grupo que já dominava o palácio – os "pelegos" – e que, também, dominava os sindicatos. Veio a seguinte informação: Vai atrasar 24 horas. Não adianta aguardar acordados. Vamos dormir. "Surpresa, no dia seguinte, a tropa de Minas desceu. Graças a Deus".

A mídia apoiou o Movimento?

Totalmente, completamente. Se você pegar os jornais nas bibliotecas e pesquisar ou mesmo na Internet, você vai ver. Os jornais *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, diariamente, publicam uma coluna sobre os fatos que ocorreram há cinqüenta e há quarenta anos. Você lê ali os resumos e constata o integral apoio da Imprensa à nossa Revolução. Só se falava, à época, da revolução sindicalista comunista que ameaçava os verdadeiros democratas, os verdadeiros brasileiros. O próprio Julião dizia: "Já ocupamos, já fiz a rebelião, o campo já é nosso". A ameaça maior vinha de um regime que se instalara há setenta anos na Rússia e que não dera certo. Visitei a Rússia. Estive em Moscou, no momento em que estava ocorrendo a transição e comentei com o povo – bati um papo – dizendo, para sentir a reação, que o comunismo iria voltar. E eles diziam, com convicção, que não. Todos, no meio do povo, porque andei em supermercados, em restaurantes e eles repetiam, sempre, que não voltaria mais, porque eles não iriam admitir, eles queriam liberdade, eles cansaram de tudo que viram e sentiram na própria pele.

Dentre os jornais, *O Globo*, com total convicção, apoiou os vinte anos de Revolução; é só ler o Editorial de 7 de outubro de 1984, escrito por Roberto Marinho, intitulado o julgamento da Revolução, que confirma plenamente esta afirmação.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

É outra coisa que é muito comentada. A primeira Revolução, a de 1930, feita pelos tenentes que foram, depois, os coronéis de 1964, colocaram um ditador, um presidente que virou ditador – Getúlio Vargas – porque precisavam de um regime de força para fazer as reformas, tão necessárias na época. Quando chegou 1964, a decisão foi diferente: "O governo vai ser trocado a cada quatro anos, por mandatos, e em eleições indiretas". Uma vez, lá no Exército dos Estados Unidos, os americanos, falando comigo, disseram assim: "Vocês têm governos militares dominados pelos militares". Eu respondi que tínhamos militares no governo, embora a maioria absoluta no governo fosse de civis, que concentravam em suas mãos, enorme poder. Eu lhes dizia, no entanto: "Vocês nos EUA, vivem a ditadura do Legislativo. Vocês têm eleições indiretas, nós também – vivia-se a época dos governos cujos presidentes eram militares. Vocês se valem das prévias. No Brasil, a prévia é realizada dentro das Forças Armadas, que indicam os generais a serem candidatos na eleição indireta". A esquerda e a mídia passaram a chamar isso de ditadura, mas ditadura é outra coisa. Você, de início, perde o direito de ir e vir. Ninguém perdeu isso. Nunca aconteceu. Ninguém foi para a cadeia que não tivesse feito alguma coisa muito grave, um assalto a banco, um seqüestro, atos terroristas como a colocação de

bombas, um assassinato ou mesmo ter colaborado com estas ações. Agora, os militares indicam os generais, os candidatos a presidente. Eu pergunto se é muito diferente de hoje? As Forças Armadas não indicam mais. Os donos dos partidos indicam os seus candidatos. Quem indica os candidatos, hoje? Os partidos têm quadros fabulosos, homens competentes, preparados, mas não pode. Os donos dos partidos decidem, normalmente são eles próprios os candidatos.

A mídia, naquela época, nos apoiou porque havia interesse. Apoiou totalmente. Depois, foi dominada pela esquerda. Houve realmente uma falha. Que ditadura é essa que deixa a mídia e a educação serem dominadas pelos contrários? A mídia passou a criticar porque havia uma abertura e estava se preparando para ter o apoio político, tomar uma direção diferente. E, agora, com o aval do Congresso que permitiu a entrada do capital estrangeiro na mídia, até órgãos estatais de outros países já começaram a comprar a nossa imprensa. Vão indicar o candidato.

Você lê na imprensa, determinado marqueteiro dizer que ganhou a eleição de tal candidato. Ele ganhou, porque planejou. É ele quem indica o candidato. Ele chega e diz que fulano não pode, porque não tem boa aparência ou não tem comunicação. Então, é ele quem indica. Quem é que vai indicar no futuro? Sempre alguém indica. Tivemos militares no governo, em eleições indiretas, porém quem indicava os candidatos – essa é a grande diferença – eram as Forças Armadas.

A batalha da comunicação social foi perdida pelos governos revolucionários ou nós não quisemos participar dessa batalha, inclusive deixando de nos defender de possíveis erros ou excessos?

Perdemos. Perdemos porque não se acreditava em comunicação social naquela época e os presidentes achavam que gastar dinheiro com propaganda não era dinheiro bem gasto, que havia problemas sociais e econômicos muito mais importantes. O outro império, o dos ditos socialistas, ocupou a mídia.

Já se falou aqui dos vários acertos, mas e os erros da Revolução. Quais foram?

Não ter feito a reforma agrária que o Presidente Castello Branco planejou. Não ter distribuído mais a renda. Não ter feito a reforma do Judiciário. Ter deixado a mídia e a educação nas mãos da esquerda. Esses me parecem ser os erros mais graves.

Quais os objetivos da luta armada dentro do País desencadeada tanto no campo como na cidade? Onde eles buscavam a orientação e o apoio?

O movimento comunista internacional era uma realidade. Existiam universidades tais como a Patrice Lumumba, em Moscou, na Coréia do Norte, em Cuba

etc., especializadas no ensino e divulgação da doutrina comunista. Conheci, na minha ida a Moscou, um homem que foi meu intérprete. Ele era membro do Governo e disse: "Sou da KGB. Fui instrutor de todos os brasileiros que vieram aqui aprender guerrilha". Disse-lhe: "Você vai me dar os nomes", brincando, é claro, porque a minha viagem foi na década de 1990. Mas existia isso, era uma realidade. A Rússia Soviética era o outro império que queria eliminar o império capitalista americano e procurava atuar nas áreas de influência e interesse dos Estados Unidos da América.

O Brasil, geo-estrategicamente falando, é uma área de interesse e influência americana. Era alvo da conquista russa, não há dúvida. Eles queriam penetrar pelo Oceano Atlântico e, para isso, tinham que conquistar o Brasil. Esse movimento, como é preconizado na doutrina marxista-leninista, busca conquistar o Poder pela violência. Como eles fizeram no Camboja, em Cuba e em vários países. Na Europa, esmagaram a Hungria, a Polônia, a Tchecoslováquia. Essa é a técnica e a tática do movimento comunista internacional. Na doutrina chinesa, preconizada por Mao Tsé-tung, a luta armada parte dos campos para as cidades, enquanto na doutrina adotada pelos soviéticos, a luta decisiva, parte das cidades para os campos.

O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião a esse respeito?

Naquela época, ocorria um recrudescimento muito grande da violência. Eles estavam assaltando bancos, principalmente em São Paulo. Estavam colocando bombas, fazendo sabotagens, assassinatos, para depois, iniciarem a fase dos seqüestros, troca de presos etc. Era a atuação violenta, a parte militar do movimento comunista atuando. Acho que o AI-5 veio num momento oportuno. É claro que hoje a imprensa aproveita para criticar, mas se nós recordarmos o Governo Getúlio Vargas, por exemplo, foi muito mais repressivo. O AI-5 foi uma medida de força necessária, no momento certo. Conheci e trabalhei com cubanos que eram contra o Fidel Castro, inclusive oficiais. Um deles participou do desembarque da Baía dos Porcos e foram trocados por medicamentos. O Che Guevara, o ídolo romântico, que parece com Jesus Cristo, teve aquela fotografia, que ficou tradicional, correndo o mundo. Ele, o Che, era o presidente dos tribunais de execução, em que o homem que tinha sido contra a revolução sentava, em cinco minutos o Che mandava ler a acusação, perguntava se tinha algum fato a alegar em sua defesa e, normalmente não considerado, a sentença era a pena de morte. O paredão era ao lado. E a execução imediata.

Exatamente o que vi em Brasília, em 1963, quando cheguei na rodoviária. Estava lá o paredão e a metralhadora pronta para fuzilar os oficiais. De um deles,

o pulso da mulher já tinha sido cortado, porque ela não quis dizer onde o marido estava. É assim que eles atuam. Atuaram em Cuba e é verdade que o próprio Guevara, algumas vezes, ele mesmo puxou o gatilho da arma e executou o prisioneiro, sem direito de defesa. Como agora, o outro império quer fazer no Afeganistão. Não estou falando dos terroristas do Afeganistão e sim do povo afegão, bem como de vários homens levados para Guantânamo sem culpa formada.

O SNI (Serviço Nacional de Informações) e os DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna) foram necessários?

Citei o que aconteceu na cidade de Registro – operação contra o Lamarca. Em um dado momento, um comandante de unidade mandou um pelotão por uma estrada para pegar o Lamarca que tinha acabado de assassinar o Tenente Santos, da Polícia Militar-SP, à base de coronhadas. Ele bateu com a coronha da arma até o tenente morrer, não atirou para não fazer barulho. A seguir, outro comandante destacou outro pelotão com a mesma missão, pela mesma estrada porém, em sentido contrário. Os dois se encontraram em um combate de encontro de amigos, fruto do duplo comando – o que ocorre quando mais de um chefe tem o mando.

O que aconteceu então? O Exército deu uma parada e instituiu as Zonas de Defesa Interna (ZDI). Deu o comando para os generais de quatro estrelas, comandantes das Áreas, comandantes dos Exércitos. Criaram os Conselhos de Defesa Interna, os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), chefiado pelos Chefes dos Estados-Maiores dos Exércitos e, também, os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) – aqueles homens que iam para as ruas, executar as operações contra guerrilha. Com esta medida o Exército centralizou o comando. Na doutrina militar, aprendemos a vida toda a importância de atuar com o comando centralizado. É o início de tudo. A partir do momento em que o comando foi centralizado e que só um homem comandava as operações, passou a dar certo e a guerrilha foi derrotada, o comunismo perdeu mais essa batalha.

O império soviético que queria dominar o Brasil não conseguiu êxito e, em conseqüência, não conseguiu dominar a América Latina. O segredo foi a falta e apoio popular e a centralização das ações, como falei no início, foi o Juscelino quem criou o SNI – vou repetir – foi o Juscelino quem criou o SNI, com o nome de Serviço Federal de Informações e Contra-Informações. A missão foi dada ao Coronel Humberto de Souza Melo, então assistente do Marechal Denys, Comandante do I Exército. O Coronel Humberto reuniu os Majores Knaack, Souza Pinto, Hugo Abreu, Presgrave e outros, no total de seis ou sete oficiais que foram a Israel, à Alemanha, à Inglaterra, aos Estados Unidos e à França, onde aprenderam tudo sobre informa-

ções e contra-informações, em países considerados potências mundiais. E tudo o que eles aprenderam, eles aplicaram no SFICI que tinha a sua sede no Rio de Janeiro, na Rua Uruguaiana, antigo prédio da Casa da Borracha. Começou ali.

Com a Revolução de 31 de Março, mudaram o nome para SNI. As informações eram produzidas para o Governo. Um governo bem informado não erra, não diz que não sabe. Hoje, se critica muito o SNI, mas agora é que os presidentes desinformados são surpreendidos com os fatos. No combate à guerrilha, durante os governos militares, a centralização do comando foi feita no CODI, que contava com os DOI. Agora, talvez não haja mais necessidade da existência dos DOI – Destacamento de Operações e Informações, então, vamos extingui-los, mas que permaneçam os CODI e o SNI. Não fizeram isso, sabe por quê? Porque, havia muita gente interessada em que não houvesse mais o SNI para que não se apurasse a falcatrua, a corrupção das elites.

A Revolução demorou muito como governo?

Gostaria que a Revolução durasse mais uns vinte anos, pelo menos nós não teríamos visto tudo isso... Vamos lembrar: Nos Estados Unidos, em 1929, a grande quebradeira elege o Roosevelt em 1932, por aí. O que ele fez? Fechou o País, privatizou todos os serviços estratégicos e investiu na produção. Teve dificuldades para entrar na Segunda Guerra Mundial – só conseguiu com o ataque a Pearl Harbour que ele soube antes, mas deixou que ocorresse para motivar o povo. Se fechássemos o Brasil por mais tempo, com generais presidentes ou com presidentes civis, ligados ao Movimento de 1964, nós, hoje, ainda teríamos as nossas grandes empresas estatais que representam a soberania de qualquer País. A maioria dos militares é, por excelência, nacionalista, o que impediria a quebra dos monopólios evitando o que lamentavelmente ocorreu com a Petrobras.

Qual a sua avaliação dos vinte anos da Revolução, em grandes linhas?

O País teve um progresso muito grande. Lembro-me, por exemplo, do programa Pró-álcool. O Brasil apresenta para o mundo inteiro uma solução muito menos poluente, um substituto para o petróleo – a energia nuclear não substitui, como energia, o petróleo, o álcool sim. O americano passou a usar o álcool misturado com a gasolina, a exemplo do que o Brasil fazia, para diminuir a poluição, tirar o chumbo e a Petrobras vendia o álcool para os Estados Unidos. No momento em que a Petrobras instala nos Estados Unidos um depósito gigantesco para exportar, para crescer mais ainda, o americano coloca restrições à compra do álcool brasileiro e passa a comprar álcool do milho e a taxar o produto. A campanha conduzida

pelos norte-americanos contra o nosso produto acabou com o programa do álcool, uma das grandes conquistas dos governos militares e que fez o Brasil crescer. O desenvolvimento veio também da matriz energética das hidroelétricas. Isso foi o suficiente para termos energia barata para o nosso crescimento, solução criada nos vinte anos de progresso que a Revolução trouxe ao nosso País.

O comunismo desapareceu a partir da queda do Muro de Berlim ou ele está, ainda, presente?

O comunismo que venho me referindo desde o início dessa nossa entrevista era o comunismo representado pelo império soviético, que queria dominar o Brasil por motivos estratégicos. No momento em que não existe mais o império soviético, não existe mais este perigo. Temos que olhar agora é para o outro império que nos ameaça, se quisermos manter a nossa soberania.

A imagem das Forças Armadas tem apresentado elevados índices de aceitação junto à sociedade. Pesquisas de opinião vêm atestando isso. Como vê esse fato? O que acha dessas pesquisas?

A mídia submissa trabalha diariamente a população, durante anos, contra as Forças Armadas do seu próprio País, o que se dá com os "revanchistas" em geral. Esta conduta é ditada pelo exterior ou por interesses escusos, mas a imagem das mesmas é aquela dos militares que, na hora certa, sabem agir em defesa do povo. O Exército Brasileiro, que conhecemos profundamente, é um Exército do povo, cujas escolas militares estão abertas a todos, sem nenhuma restrição ou preconceitos, bastando a aprovação no concurso de admissão.

Um País em pleno desenvolvimento, nos vinte anos da Revolução, permitindo a migração social. Na Europa, não existe isso, você nasce filho de metalúrgico, você tem que ser metalúrgico. No Brasil, você vê na própria Academia Militar das Agulhas Negras. Quem entra lá é o homem do povo, não é de agora. Já era na nossa geração, ou seja, o Exército é isso, sempre foi uma instituição querida, apesar dos "revanchistas".

Hoje, todo o povo está perguntando: "Porque o Exército está omisso? O Brasil precisa se desenvolver, o desemprego é grande, estamos com 80 milhões no limite da miséria, mas, mesmo assim, temos remetido para o exterior, como pagamento da dívida externa, só este ano, 120 bilhões de dólares, de juros".

Estamos à mercê de um homem ou dois, da equipe desse governo que decidem, influenciados pela sua formação acadêmica nos Estados Unidos da América. Eles decidem que temos que pagar os juros da dívida neste patamar elevadíssimo. Será que nós temos que pagar? O Presidente Geisel rompeu com o FMI quando foi

necessário, e o Juscelino, também. Está na hora de renegociar com outras bases, de reduzir essa sangria em benefício do povo, da melhoria do mercado de trabalho, do crescimento econômico. Todos os países que foram ao FMI estão na miséria!

O Geisel também denunciou o Acordo Militar com os EUA em boa hora.

Denunciou muito acertadamente. Todos os países que foram ao FMI estão na miséria, porque é isso o que eles querem. O império americano não admite uma potência econômica abaixo do Equador. E nós estamos pagando. Vamos imaginar que eles vão cobrar 120 bilhões de dólares mais uns 80 bilhões que são remetidos pelo principal da dívida, remessa de lucro, dá uns 200 bilhões de dólares.

Já imaginou se nós tivéssemos a coragem moral de reduzir o maldito superávit primário, de modo a pagar apenas uma parte dessa dívida absurda, ficando com uma parcela substantiva dessa quantia para os investimentos na infraestrutura, principalmente em energia e transportes, bem como para aquecer a economia com o aquecimento do mercado interno, inclusive através de uma política sensata, mas ambiciosa, de distribuição de renda.

O americano em 1933 fez isso. Não deu dinheiro diretamente, mas se fechou e investiu lá dentro. Não deixou investir fora. O dinheiro que entra de noite e sai de manhã não interessa para nós. O que interessa é o investimento das indústrias, das empresas multinacionais em geral. Alguém dirá: "Elas não vão investir". "Vão sim!" Vão investir, porque elas precisam, logicamente aquelas que dão lucro. Isso seria uma solução para o Brasil crescer e, ao mesmo tempo, reduzir o sofrimento de nosso povo.

Uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

As suas perguntas me fizeram meditar e falar bastante, mas ainda tenho, aqui, um pensamento a registrar. O que fizemos? Digo o que nós fizemos, porque me envolvi totalmente naquele movimento de redenção do País. Com o mesmo pensamento daqueles tenentes reunidos no Regimento Santos Dumont. "Vamos defender o Brasil, lutando contra um império que nos quer dominar". Conseguimos. O Brasil cresceu, virou potência, e de uma hora para outra sentimos a ameaça do outro império. Por que não reunir, e começar tudo de novo?

Hoje, quando ouço os mais jovens perguntarem: "Por que o Brasil está assim? Minha resposta: "Porque não foi feito tudo que tinha que ser feito!" Quando nós atuamos, em 1964, os coronéis que nos lideraram eram os tenentes de 1924, de 1926, de 1930. Por que não atendemos aos anseios e necessidades desse País como desejávamos? Fizemos bastante, mas faltou muito! Acho que é a hora de completar

num outro contexto. Mas é preciso que surja uma liderança para conduzir o povo, e que arme nossas Forças Armadas para defender, com prioridade, a integridade territorial e a Soberania brasileira.

Em 1962, em que o mundo vivia a guerra fria da bipolaridade, naquela reunião dos tenentes pára-quedistas um grupo partiu contra a ameaça do império soviético, era o grupo de direita, o outro grupo partiu contra a ameaça do império americano, o grupo de esquerda. Nós, identificados como os nacionalistas de direita, vencemos a ameaça do marxismo-leninismo do império soviético. O regime militar foi instalado. O País progrediu, desenvolveu, sua indústria floresceu, estradas foram construídas, as maiores hidroelétricas do mundo. O País chegou à oitava potência econômica do mundo. Alguns erros foram cometidos, é claro. Porém, o maior erro foi cometido pelo outro grupo de brasileiros, o da esquerda, que, no meio do caminho contra o império americano, influenciado por falsas lideranças do Movimento Comunista Internacional, mudou seus objetivos e virou suas armas contra nós, em Xambioá, no sul do Pará, sob a liderança do mineiro de Passa Quatro, ex-tenente da reserva, Osvaldo Orlando Rodrigues da Costa, o Osvaldão, formado em guerrilha na China e na Tchecoslováquia.

Desenvolveu, naquela área, uma feroz guerrilha rural, que contou com a supervisão de Ernesto Che Guevara que lá esteve em 1966 antes de morrer e com financiamento e apoio de Fidel Castro. Em São Paulo, deu-se outra mudança de objetivo na mais preparada e violenta guerrilha urbana, sob a direção do baiano Carlos Marighella, autor, como já falei, do melhor manual de guerrilha urbana que se produziu. Estas duas lutas fratricidas, de brasileiros contra brasileiros, provocadas por um dos impérios da guerra fria, nos mesmos moldes da primeira ocorrida em 1935, a Intentona Comunista, foi um grande erro. Os militantes treinados, financiados e armados pela URSS, pensavam levar o País à anarquia. Mas encontraram pela frente as Forças Armadas, eficientes e muito bem treinadas para defender a Nação e o seu povo, unidas contra a comunização pretendida, que culminaria, como anunciavam, na criação da República Sindicalista Comunista do Brasil.

O resultado da resistência às investidas do império comunista é que mais uma vez vencemos e, por sorte, matamos poucos. O que pode ser comprovado com a abertura democrática e a concessão da anistia promovida pelo governo dito militar. O que ensejou o retorno às atividades políticas de um grande grupo de brasileiros anistiados. Muitos deles, auto-exilados, que hoje usufruem polpudas aposentadorias e gordas e indecentes indenizações, sem nunca terem participado de ações seja de que lado fosse. Mudando de posição e de patrão, esses falsos esquerdistas, ao alcançarem postos de mando no Governo, rapidamente aderiram ao império explo-

rador, adotando um modelo econômico neoliberalizante, que por mais de oito anos, criminosamente, vem destruindo, vem alienando a baixos preços, por imposição do poder econômico internacional, os ativos da infra-estrutura do País, indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico, provocando desta maneira, o desmantelamento criminoso do que restou do Estado Brasileiro. Paira no ar, a sensação de País ocupado, não por tropas, mas pela vontade dos estrangeiros!

Chegou o momento de organizarmos mais uma vez o movimento de resistência à entrega da nossa soberania. Dela, devem participar todos os brasileiros, civis e militares. É o chamamento ao dever de defender a Pátria, ameaçada pela cobiça de maus brasileiros que trocam a soberania nacional pelo dinheiro sujo dos banqueiros internacionais.

Muito obrigado, foi um prazer imenso.

General-de-Brigada Geraldo Luiz Nery da Silva

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.
- É bacharel em Ciências Econômicas (Universidade Gama Filho) e Administração de Empresas (Faculdade Moraes Júnior).
- Foi Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Instrução Especializada (EsIE) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), onde exerceu as funções de Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia.
- Comandou o 20º Grupo de Artilharia de Campanha – Grupo Bandeirante – Barueri/SP.
- No exterior, foi Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em La Paz – Bolívia.
- Promovido a General em 1992, comandou a 16ª Brigada de Infantaria de Selva – Brigada das Missões – Tefé/AM, tendo sido o Gerente de sua transferência do Rio Grande do Sul para a Amazônia. Comandou a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, Santos, depois, Guarujá/SP.
- É membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES).
- Em 1964, era 1º-Tenente, Comandante da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/2º RO 105 – Regimento Deodoro, Itu/SP.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca, no dia 21 de fevereiro de 2002.

Com grande satisfação aqui estamos para falar, sobretudo, do 2º RO 105 – Regimento Deodoro – e da nossa Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN – na Revolução de 31 de Março de 1964, passando primeiramente pelos pródromos do nosso movimento revolucionário, desde a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 1961.

O nosso escopo, portanto, é apresentar os fatos reais vividos nos pródromos, na eclosão e durante o desenvolvimento da Revolução de 31 de Março, totalmente deturpados pelos revanchistas – esquerdistas internacionalistas – derrotados fragorosamente no campo militar pela Revolução, para que o Brasil permanecesse democrático, crescesse e prosperasse, com ordem e segurança.

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Alguns estudiosos da História do Brasil entendem que as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964 estejam em 1922, nas idéias do tenentismo, idéias de um Brasil grande, como suas dimensões geográficas (8.500 mil km^2), onde o dinamismo viesse substituir o marasmo da década de 1910 e 1920 do Brasil República, idéias que geraram as Revoluções de 1922, 1924, 1926 e 1930.

A maioria dos que se dedicam ao assunto crê, no entanto, que o Movimento de 1964 vem do repúdio ao comunismo no meio militar, nascido em 1935, pelos crimes perpetrados pelos marxistas-leninistas, na Intentona Comunista, levante armado que irrompeu em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, financiado e determinado pelo *Comintern* – a Internacional Comunista –, fundada, em 1919, por Lênin, para propagar o comunismo, e aproveitada por Stalin para promover os interesses da política exterior da União Soviética.

A Intentona, conduzida por Luís Carlos Prestes, que entrou no País com passaporte falso para chefiá-la, contou com 23 estrangeiros para a sua preparação e execução, dos quais apenas nove foram presos no Brasil após o fracasso do movimento. Ficou, no seio do Exército e das Forças Armadas, a revolta contra aquela infame Intentona, na qual os comunistas mataram covardemente seus companheiros de farda enquanto dormiam.

Acredito, todavia, que as raízes mais fortes da Revolução de 31 de Março de 1964 estejam, verdadeiramente, no início da década de 1960. Vou me ater, portanto, a causas da Revolução de 1964 mais próximas, ou seja, ao ano de 1961, quando se deu a renúncia do Presidente Jânio Quadros, período em que eu servia no 2º RO 105 – Regimento Deodoro –, após ter sido declarado Aspirante-a-Oficial, em 4 de dezembro de 1960.

Nessa época, o 2º RO 105 possuía dois Grupos e uma Bateria Comando do Regimento (BCR). Contudo, só um dos Grupos e a BCR possuíam efetivo completo em

pessoal. No outro Grupo, só havia os obuseiros e uma Guarda do Material – comandada por um graduado – o Sargento Barconi – que contava com cerca de dez soldados – para realizar a sua manutenção, a qual era muito bem-feita.

Ao Regimento Deodoro, chegaram comigo mais dois Aspirantes – Roberto Coimbra do Prado e Armindo da Luz Matheus, classificados na 2ª Bateria de Obuses, enquanto fui designado para a 1ª Bateria.

O ambiente no Regimento era o melhor possível, tanto entre Oficiais, onde a camaradagem merece destaque, como entre oficiais e sargentos, caracterizado por uma forte união, parecendo vir de longe, pela sua expressão, pela solidez que apresentava, e que foi mantida pelos integrantes da Unidade naquela época, o que se mostrou extremamente importante nos momentos decisivos, vividos nesse primeiro lustro da década de 1960.

O expediente da Unidade começava diariamente após o Bom Dia de todos os oficiais reunidos ao Comandante do Regimento, Coronel Oswaldo de Mello Loureiro, chefe ríspido e enigmático, de difícil trato, a única pessoa que não contribuía para o clima amistoso e de sadia camaradagem vivenciado naquele quartel de nossa Artilharia de Campanha.

A maneira de ser do comandante – é bom que se diga – não conseguia afetar, de modo algum, o excepcional ambiente que se desfrutava no Regimento.

Para se ter uma idéia da integração reinante, lembro-me de que, nas atividades esportivas do meio-expediente de sábado, eu e alguns outros oficiais jogávamos futebol de campo com os sargentos, para obtermos o quorum necessário, impossível de se conseguir só com os oficiais, que se dividiam entre o futebol de campo, muito poucos, futebol de salão, voleibol e o tênis, esporte que nascia no Regimento, naquela época.

Nunca houve o menor problema no nosso futebol. Ao contrário, disputamos partidas inesquecíveis que também contribuíam para aproximar oficiais e sargentos.

Com os graduados e soldados, participávamos, ainda e oficialmente, dos Exercícios de Orientação, chamados, na época, de Exercícios de Patrulha, onde o comando cabia aos Aspirantes e Tenentes, havendo nas patrulhas obrigatoriamente sargentos, cabos e soldados. Enfrentamos competições acirradas, representando as nossas Baterias, e que sempre resultavam numa união crescente entre oficiais e graduados em cada subunidade e entre as mesmas, até porque, no dia seguinte ao embate, vinha o almoço de confraternização do Grupo, com as premiações dos vencedores.

De segunda a sexta-feira, as minhas atividades eram gratificantes à frente da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses (1ª Bia O), naquela época a quatro peças. Os meus Chefes de Peças – Sargentos Queiroz (CP1), Pezuto (CP2), Hermes (CP3) e Rego

Barros (CP4) – eram, antes de tudo, excelentes profissionais: leais, sinceros, dedicados e competentes. Não posso esquecer do Sargento Stefanuto, da manutenção de viaturas, que se desdobrava e tudo saía bem, e do 1º Sargento Armando – Sargenteante – disciplinador duríssimo com ele mesmo e com todos os subordinados.

Posso afirmar que o padrão de oficiais e sargentos do Regimento não diferia do de minha subunidade. Nas demais Baterias, os graduados mostravam-se também muito disciplinados e capazes, informação que me chegava através dos outros tenentes e de minhas observações pessoais, principalmente no período em que acumulei a função de CLF (Comandante da Linha de Fogo) com a de Oficial de Reconhecimento, trabalhando também na Topografia, integrado a oficiais e sargentos da Bateria Comando (BC) e da 2ª Bateria, sob a coordenação do Adjunto do S/2, 1º-Tenente Salazar, com quem muito aprendi. A nossa Bateria fazia a Área de Alvos, a 2ª, a Área de Posições, e a BC, a Conexão.

Fora do quartel, durante a noite, os tenentes solteiros continuavam juntos nos dois principais clubes da cidade. Esta nossa união merece ser ressaltada.

Durante os dias, inteiramente dedicados às nossas funções, vivíamos felizes, apesar de muito mal remunerados, quando fomos surpreendidos com a renúncia de Jânio. O 2º RO entrou inicialmente de Sobreaviso e o Comandante da Unidade, que saíra para buscar informações junto ao Escalão Superior, retornou sem obtê-las.

Aqui, cabe um parêntese para dizer que, nesse momento, os oficiais do Regimento desconheciam, realmente, a posição política e ideológica do Comandante, embora tivesse ele, em rápida reunião feita conosco ao retornar a Itu, criticado a falta de informações proveniente do Escalão Superior, configurando, segundo ele, uma inadequada condução da situação no meio militar. Chegou a nos perguntar se sabíamos de algo através dos noticiários para transmitir-lhe, porque ele nada tinha a nos dizer, o que pareceu muito estranho para todos os capitães e tenentes com quem conversei.

No dia seguinte pela manhã, o Regimento recebeu a visita do General Ulhoa Cintra, que veio na qualidade de Comandante do Grupamento Tático 4, que enquadrava parte da tropa de São Paulo e com o qual deveríamos partir contra o Rio Grande do Sul, pois o III Exército se posicionara favorável à posse de João Goulart na Presidência, com o que os ministros militares não concordavam, por conhecê-lo bem no desempenho de outros cargos públicos, inclusive como Ministro do Trabalho no Governo Getúlio Vargas.

No salão de reuniões, o General Ulhoa Cintra dirigiu a palavra aos oficiais, concitando a todos para marchar contra o III Exército, de modo a impedir a assunção de João Goulart, atendendo às ordens do Ministro da Guerra, General Odylio Denys.

Penso que, se aí ele encerrasse as suas palavras, o Regimento sairia tranqüilamente, apesar da posição contrária do Comandante, que nós desconhecíamos, mas que o General conhecia muito bem, motivo pelo qual ele continuou a falar, dando um recado ao Coronel Loureiro, mas que acabou gerando uma crise, como mostraremos.

Assim, o General, ao concluir, afirmou que as tropas que se deslocariam para o Sul, como as sob seu comando, eram muito mais fortes e muito melhor apoiadas do que as oponentes, o que nos levaria a entrar triunfantes em Porto Alegre e que “não admitiria, em nenhuma hipótese, demonstrações de tibieza”.

Após essas últimas palavras, perguntou se alguém tinha alguma coisa a dizer. E, nesse exato momento, o Major Nelson Lucas, S/3 do Grupo, disse que não estava preocupado se o GT/4 era forte ou não; estava, sim, preocupado com a sua consciência ao participar de uma luta fratricida. Que iria armado de cacetete contra o Sul, sem nenhum problema, se a sua consciência o mandasse e não porque ele se sentisse forte. Que embora não fosse tíbio, sentia-se fraco por não ter como explicar aos seus filhos o porquê do seu ato de ir contra aqueles que, por acaso, estavam servindo no III Exército. O Major Lucas era um oficial muito correto, família muito bem constituída e a sua posição tinha peso. Diante dessa intervenção, o General Ulhoa Cintra determinou que aqueles que estivessem solidários com o Major Lucas que dessem um passo à frente. Os oficiais superiores primeiro, seguidos dos capitães e, posteriormente, os tenentes e aspirantes, todos deram um passo à frente. Por fim, o Comandante, muito esperto, que só depois passamos a conhecer, declarou-se solidário a seus oficiais. Para ele, caiu a sopa no mel!...

O General, extremamente irado, chamou o seu Estado-Maior e retirou-se do Regimento. A partir daí e por um bom tempo, a paz de espírito, que sempre reinara na Unidade, transformou-se em desassossego, caracterizado por dúvidas e incertezas, em face dos fatos que passaremos a narrar.

Soubemos, logo depois, hora do almoço, que todos os oficiais se encontravam presos e, portanto, impedidos de sair do quartel.

Por coincidência, os três Aspirantes da Turma de 1960 estavam sendo presos e, ao mesmo tempo, promovidos a 2º Tenente pela Portaria de 25 de Agosto do Ministro da Guerra. Então, eu fui promovido e preso no mesmo dia.

Horas depois, saíram presos de Itu para Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, todos os oficiais superiores do 2º RO 105 (Coronel Loureiro – Comandante; Coronel Roberto – Subcomandante; Tenente-Coronel Arsonval – Comandante do I Grupo; Majores Jayme e Lucas, respectivamente Oficiais de Operações do Regimento e do I Grupo). Ficou no comando da Unidade o Major Eduardo de Paula Carvalho

Netto, surgindo a primeira grande dúvida naquele momento. Por que ele ficara, sendo oficial superior, se, também, havia dado um passo à frente em defesa da tese do Major Lucas. Só, bem depois, soubemos que ele gozava da absoluta confiança do Comando em São Paulo e em Jundiaí – Artilharia Divisionária (AD/2) –, leais ao Ministro Odylio Denys. Deduzo que faltava essa certeza no que tange aos demais oficiais levados para o Rio.

O Regimento concomitantemente entrou de prontidão, o que levou as praças a não perceberem bem a prisão dos oficiais que ficaram no quartel, uma vez que ninguém poderia deixá-lo pela situação extraordinária vivida pela tropa.

Um ou dois dias depois, mais uma surpresa, chega, após o jantar, ao aquartelamento para conversar com os oficiais o Coronel Luiz Gonzaga de Andrada Serpa. Devemos dizer que toda a oficialidade passou a noite inteira dialogando, disciplinadamente, com o visitante. O objetivo do Coronel Serpa era mostrar ao Regimento que aquela tradicional Unidade não podia ficar de braços cruzados dentro do quartel quando o Ministro da Guerra precisava do apoio da tropa. Com essa tese, todos concordavam. O impasse estava no fato de que os oficiais entendiam que o deslocamento da Unidade deveria se dar ao comando do Coronel Loureiro, porque ele foi solidário com os oficiais e, por isso, se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Depois de uma noite de diálogo disciplinado, os oficiais admitiram sair contra o Sul desde que ao comando do Capitão mais antigo, Capitão Luiz Carlos Domingues da Silva, um autêntico líder, no qual toda a oficialidade confiava. Esse fato deveu-se, em parte, à explicação muito serena e convincente do Coronel Serpa de que o Coronel Loureiro era a favor da posse de João Goulart e que, portanto, em nenhuma hipótese, viria comandar o Grupo e, disse, ainda, que aquelas palavras do General Ulhoa Cintra não eram para os oficiais e sim dirigidas ao Comandante, porque o General tinha certeza de que o coronel arranjaria uma forma para não ir.

No dia seguinte, o Grupo recebeu ordem do Comandante da AD/2, que, como disse, ficava em Jundiaí, de deslocar-se para Piedade – SP na madrugada do dia 5 de setembro, precisamente à 1h30min, com a totalidade de seus meios, para formar um Grupamento de Artilharia (Agrupamento – Grupo), com o 2º GO 155, também de Jundiaí, ao comando do Coronel João Francisco Moreira Couto, Comandante do 2º GO, oficial muito respeitado em nossa Unidade. Isso evitaria o contato direto do Grupo com o GT/4, uma vez que ficou um ressentimento daquela fatídica reunião. O próprio Ulhoa Cintra, que não queria conversar conosco, participou daquela solução, proposta pelo Coronel Moreira Couto à AD/2.

Assim, saiu o I Grupo do 2º RO 105 com destino a Piedade, ao comando do Capitão Domingues, de onde seguiu para Juquiá, próximo a Registro, na Rodovia

Regis Bitencourt, que liga São Paulo ao Paraná, onde receberia ordens para o prosseguimento. O quartel ficou sob a responsabilidade do Major Carvalho Netto e da Bateria Comando do Regimento (BCR), que era comandada pelo Capitão Flávio Miranda, de saudosa memória.

À frente das Baterias em toda a Operação estavam os Capitães: Rubens Gurgel de Siqueira (1ª Bia O); Lauro Rogério Araújo (2ª Bia O); José Carvalho Filho (Bateria Comando) e Antônio Calixto Barbosa, Secretário do Regimento, que assumiu a Bateria de Serviço naquele difícil momento, ao qual cabe uma menção especial pelo seu desempenho à testa de toda a logística do Grupo, realizando um admirável trabalho, como o que resultou na chegada da Unidade a Juquiá com todas as suas viaturas, apesar da idade das mesmas, contando, para isso, com a participação do 1º Tenente José de Souza, incansável e competente oficial QOE, responsável pela manutenção do Grupo.

Por razões políticas, ficamos acampados em Juquiá nas margens da rodovia por uma semana até 11 de setembro, aguardando ordens e enfrentando chuvas copiosas todos os dias e que não cessavam o dia todo. Voltei com meu coturno reserva, porque o que usei inicialmente ficou totalmente inutilizado pela lama que tivemos de enfrentar.

O Comandante do GT/4, de helicóptero, sobrevoou a posição da Artilharia, mas lá não apareceu, evitando sujar os seus coturnos de camurça, que conhecemos no dia em que foi a Itu.

Depois de uma semana ali acampados, recebemos ordens para retornar ao quartel, graças à solução política encontrada para a crise, aceita pelos ministros militares: posse de Goulart com a adoção do regime parlamentarista.

De volta ao quartel, no Boletim Interno de 14 de setembro de 1961, foram publicados os elogios do Capitão Domingues a todos que participaram do movimento, ficando sem efeito, para fins de assentamentos, a prisão imposta aos oficiais do Regimento pelo Comandante do GT/4, que, apesar de seu espírito militar, foi extremamente infeliz em sua estada na Unidade. Creio que o próprio General Everaldo, na época Major, integrante do Estado-Maior daquele oficial-general, sabe que a saída da Unidade, em apoio ao Ministro da Guerra, não se deu imediatamente pelo modo com que o Comandante do GT abordou a questão.

Convém ressaltar que o Grupo saiu com todo o seu pessoal (oficiais e praças), ao Comando do Capitão Domingues, sem nenhum problema, demonstração do alto grau de disciplina da Unidade, aliado à invulgar liderança daquele excelente oficial.

O Grupo voltou à sua rotina a partir de 13 de setembro. No final do mês, retornou o Comandante da Unidade, Coronel Oswaldo de Mello Loureiro, com um

duplo objetivo: primeiramente, separar os sargentos dos oficiais, valendo-se inclusive de reuniões com esses graduados, para tratar de assuntos, via de regra, nocivos à hierarquia e à disciplina, que acabavam chegando ao conhecimento da oficialidade; e, como segundo propósito, procurou, valendo-se de seu cargo, criar constrangimentos para os capitães, punindo todos aqueles que conseguisse, com base em motivos fúteis, inaceitáveis, injustiças clamorosas.

Releva dizer que, apesar de muito haver se empenhado para consecução de seus dois objetivos, Oswaldo de Mello Loureiro, ao deixar o Regimento, para integrar o Conselho de Segurança Nacional se não estou enganado, não conseguiu o seu intuito, uma vez que não separou oficiais e sargentos e as punições aplicadas, sem nenhum cabimento, fortaleceram os atingidos, que passaram a gozar de maior apreço e consideração de seus superiores, pares e subordinados.

Importa também registrar que, ainda no Comando de Oswaldo Loureiro, todos os subtenentes e sargentos foram chamados a São Paulo para conversar, pessoalmente, com o Presidente João Goulart a respeito de aquisição de casa própria. Recordo-me de que estava toda a Linha de Fogo em plena instrução visando ao tiro do Grupo, quando a sessão foi interrompida para que todos os sargentos se preparassem imediatamente para viajar a São Paulo, onde o Presidente da República os receberia. A instrução prosseguiu comigo, com os cabos e soldados sem os chefes de peça. Veja que absurdo!... Os próprios sargentos foram apanhados de surpresa e tiveram dificuldade, em termos de uniforme de passeio, para cumprir, de pronto, aquela ordem que veio diretamente da Casa Militar da Presidência, o que soubemos posteriormente.

Esse fato mostrou claramente como o Presidente da República buscava a aproximação com os graduados, sonhando valer-se dos mesmos mais tarde para neutralizar os oficiais, quando do desencadeamento da revolução comunista, para a qual passou a trabalhar, com o máximo empenho, após ter conseguido o retorno do País ao regime presidencialista.

Com a substituição do Coronel Loureiro no final de janeiro de 1962 pelo Coronel Rubens Alves de Vasconcelos, genro do General Zenóbio da Costa, o Regimento voltou a ser uma Unidade excelente para servir, na qual era gratificante trabalhar, apesar dos vexatórios salários que recebíamos e do início da agitação propiciada por dupla subversão: a de cúpula, estimulada pelo próprio Jango e pelo seu cunhado Brizola, e a de base, realizada pelos líderes sindicais, os chamados pelegos, que começaram, a partir de 1963, a mandar no Brasil.

Na verdade, o comando do Coronel Rubens, encerrado em abril de 1963, transcorreu sem problemas maiores, que ganharam real intensidade a partir dessa

época, já no comando do então Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, o qual conduziu a Unidade, com grande sabedoria, na Revolução de 31 de Março de 1964, como veremos a seguir.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Depois de uma propaganda imensa contra o parlamentarismo, valendo-se de todos os veículos de comunicação de massa, principalmente do rádio e de artistas populares, do tipo Elza Soares, Jango Goulart conseguiu que a maioria do povo brasileiro, em plebiscito, dissesse não àquele regime de governo.

Voltou o presidencialismo e a situação política, social e econômica piorava a cada dia, não pelo sistema presidencialista, mas pelos desmandos do primeiro mandatário. A agitação política, promovida pelos sindicalistas, tinha no despreparado João Goulart o parceiro ideal, que, juntamente com seu cunhado Leonel Brizola, estimulava todo movimento anárquico, particularmente as greves políticas que destruíam a economia do País. No campo sócio-econômico, nenhuma providência efetiva, inclusive para tentar debelar a inflação galopante, que levava ao desespero, sobretudo as classes média e pobre em todo território nacional.

Antes, o presidencialismo seria a salvação; depois, o presidencialismo era pouco – faltava agora as reformas de base, entre as quais a reforma agrária, que tinham que sair "na lei ou na marra", como diziam o governo e seus seguidores, especialistas em fazer parar o País. As filas para adquirir produtos básicos de consumo, como o leite, passaram a infernizar a vida da maioria das donas de casa, que madrugavam para conseguir o alimento de seus filhos.

O País marchava a passos largos para a implantação do que se chamava, na época, de república sindicalista, que, no fundo, significava a adoção do marxismo-leninismo, ou seja, a nossa comunização.

Era preciso reagir!... E começamos modestamente... Os tenentes do Regimento passaram a fazer um programa anticomunista na Rádio Convenção, de Itu, o qual era gravado em instalações da Igreja Matriz, o que retrata, de maneira clara, a posição da Igreja na época, em sua grande maioria contrária às artimanhas daquele Governo, voltado para a implantação do comunismo ateu. A Igreja, além do incentivo, oferecia-nos todo o apoio.

Trabalhávamos em duplas: Tenentes Danilo Rubens Marini e Ronaldo Gouveia de Miranda, faziam uma dupla de jornalistas, apresentando um jornal comentado, com críticas aos atos e medidas populistas do governo federal. Um outro quadro era o meu, como Engenheiro João Cotrim, especialista em construção de barra-

gens e hidrelétricas, com o Tenente Montedônio, como um interlocutor ávido de notícias, interessado em saber tudo sobre a Rússia, de onde Cotrim acabara de vir, após estagiar nos canteiros de trabalho de grandes barragens, como autoridade, reconhecida internacionalmente, no assunto, obras apresentadas ao mundo pela Rússia e pelos seus admiradores no Brasil como fabulosas e inigualáveis. Esses mesmos brasileiros, anos depois, criticavam Itaipu, que teve como principal técnico João Cotrim, chamando-a de obra faraônica, obra que vem permitindo ao Brasil sobreviver em termos de energia.

Para viver o papel de João Cotrim, tive que estudar, nas suas minudências, o livro por ele escrito "Um Engenheiro Brasileiro na Rússia". Nesse livro, ele mostra a grandeza das barragens, das hidrelétricas, mas enfatiza que a propaganda russa as tornava maiores e mais importantes do que na verdade o são.

Aborda, também, o Engenheiro Cotrim, o outro lado, mostrando a carência e a má qualidade dos bens de consumo na Rússia e destaca a intoxicação doutrinária, verdadeira lavagem cerebral, que sofria o povo na União Soviética. Ele cita em seu livro, por exemplo, uma propaganda muito difundida na Armênia, através de uma metáfora. Dizia o texto: "Raia no horizonte o comunismo perfeito". E os camponeses da região não entenderam a figura de retórica e pediram explicações. A principal rádio estatal mandou-os procurar a definição de horizonte uma vez que o conceito de comunismo já era por demais conhecido. E veio a definição de horizonte: "linha imaginária que separa o céu da terra e que se afasta de nós à medida que nós nos aproximamos dela".

Realmente, o conceito de horizonte retrata muito bem o "comunismo perfeito", mostrando que ele nunca será alcançado, não existia, portanto, e nunca existirá.

Tudo isso era assunto de minha conversa no papel do Engenheiro Cotrim, com o Montedônio, o interlocutor à procura da verdade sobre a Rússia, que, no Brasil, era uma incógnita naquela época. Só chegavam de lá informações positivas, deixando todo mundo impressionado com o seu poder. Assim, o livro do Engenheiro Cotrim era, no início de 1963, uma atração; fazia parte dos primeiros livros a apresentar uma amostragem da realidade russa, diferente do que se difundia naquele período.

Outros oficiais também se engajaram nesse mister na Rádio Convenção, como os Tenentes Geraldo Martinez y Alonso, Alcides Pereira (já falecido) e Abel da Rocha Catuta.

Dessas atividades, cujos dividendos verificamos ser muito pequenos, muito restritos, partimos – inicialmente, alguns capitães e tenentes – para São Paulo, com o objetivo de nos integrar a uma equipe de uns trinta oficiais que se reuniam em diferentes locais, sob a admirável liderança do General Rubens Resstel, na

época Coronel, para participar da preparação do movimento de reação à revolução comunista que estava em pleno andamento, como dizia Luís Carlos Prestes: "Já temos o Governo, falta-nos o Poder".

Para felicidade do Regimento e dos oficiais subalternos em particular, foi classificado na Unidade o Coronel Diwal Correa Rodrigues, que passou a exercer as funções de Subcomandante do Coronel Benedicto.

O Coronel Diwal reunia todas as virtudes para que alguém seja um excepcional oficial – objetivo, leal, disciplinador, inteligente, atuante, anticomunista, com largo conhecimento da política nacional e dos seus políticos, grande capacidade de decisão e espírito de iniciativa, tudo isso aliado a uma impressionante liderança. Andava muito bem fardado e sempre pronto a ouvir os oficiais e a orientá-los.

Ele dizia que quanto mais preparados estivessem os oficiais, inclusive politicamente, melhor exerceriam suas funções de orientadores dos graduados e soldados. "Eu me ligo com vocês – oficiais – e vocês com as praças". É importante, nesse momento, salientava o Coronel Diwal, evitar o engajamento direto do Comandante, que tem de ser poupado para que o tenhamos na hora precisa, no momento decisivo. No entanto, ele deve estar informado de tudo que estamos fazendo ou que vamos fazer.

Aos domingos pela manhã, ele aparecia no cassino de oficiais para, conosco, ler os jornais e trocar idéias. Posicionava-se claramente contra a baderna instituída no País.

À frente de toda a oficialidade do Regimento, foi ao Ituano Clube receber o Governador do Rio de Janeiro – Carlos Lacerda –, que viera a Itu para um jantar em sua homenagem. O discurso do Lacerda, com o Ituano superlotado, foi uma verdadeira consagração. Com o brilhantismo de sempre, deixou-nos a certeza de termos ouvido o maior tribuno brasileiro, sem dúvida!... Esse episódio pode ser alinhado entre os libelos dos brasileiros responsáveis contra os insuportáveis desmandos do Governo Federal, como o foram, posteriormente, os das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

O Coronel Diwal passou a nos acompanhar nas reuniões presididas pelo Coronel Rubens Resstel em São Paulo, nas quais iam também o Major Nestor do Val Filho (desde que chegou e assumiu a 3ª Seção do Regimento), o Capitão Miranda (que, de comandante da BCR, passou a S1 da Unidade); o Tenente Prado, meu colega de turma, e os Tenentes Danilo, Gouveia, Catuta e Alonso, que iam sempre que podiam, e o Tenente-Coronel Rubens Toledo, Comandante do I Grupo, que compareceu à reunião havida na casa do General Pery Constant Bevilacqua, Comandante do II Exército, da qual falaremos daqui a pouquinho.

Numa das reuniões, no 2º semestre de 1963, anterior a da residência do General Pery Bevilaqua, recebi a missão de ir a Jundiaí para saber a posição dos oficiais daquele Grupo em relação ao Movimento revolucionário que se preparava, uma vez que o 2º GO 155, hoje 12º GAC, não se vinha fazendo representar nos encontros em São Paulo. Era hora de definição, no entender do Coronel Resstel, excelente coordenador de todos os passos da Revolução no âmbito das Unidades em São Paulo.

Chegando a Jundiaí, durante o expediente do dia seguinte, procurei o Tenente-Coronel Alaor, Subcomandante, relatando-lhe a minha missão.

Esse me disse que ali no GO o primeiro contato tinha que ser com o Coronel Moreira Couto, porque, sobre o assunto que me trazia ao quartel, nada poderia ser feito sem o aval do Comandante. Fui levado por ele ao Coronel Comandante, oportunidade em que lhe narrei tudo, dizendo-lhe, ainda, que ali estava autorizado pelo Subcomandante do 2º RO 105 – Coronel Diwal. O Comandante do 2º GO 105, secamente, determinou que eu retornasse a Itu, para informar ao Coronel Diwal que ele, Moreira Couto, o estaria esperando, à noite, dando-me o endereço de um hotel. Voltei a Jundiaí, acompanhando o Coronel Diwal, e o esperei até perto da meia noite, hora que terminou a reunião dos dois coronéis. Na volta a Itu, o Coronel Diwal me disse que poderíamos contar com o Grupo e que iria ligar-se com o Coronel Resstel para que buscasse contato com o Coronel Moreira Couto no dia seguinte.

A missão foi cumprida, mas eu aprendi muito nesse episódio, inclusive que um assunto de tal envergadura era impossível de ser tratado, em suas minudências, entre um 1º Tenente e um Coronel Comandante de Grupo. Mas creio que fiz o meu papel como intermediário, contando com o fato de ser bem conhecido do Coronel Moreira Couto desde 1961, antes mesmo da crise com a renúncia de Jânio Quadros, quando ia jogar contra o 2º GO 155, integrando as equipes de voleibol e futebol de salão do Regimento Deodoro. Na verdade, fui à Unidade para conversar com os tenentes, dando ciência ao Subcomandante, pelo fato de nossa boa amizade.

Vale ainda recordar que, em 1963, chegaram presos ao Regimento, dois capitães e vários tenentes de um Batalhão do 4º RI, Batalhão comandado pelo Major Ner, este preso em Jundiaí (2º GO 155), por haver abandonado o Porto de Santos com sua Unidade, irritado por estar realizando o embarque e desembarque de uma carga perecível naquele porto, durante uma das inúmeras greves, enquanto os estivadores permaneciam sentados ou deitados no cais, com ar de deboche.

O Major ligou-se com a 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), declarando que iria, antes de continuar o cumprimento da missão recebida, evacuar os grevistas do local, até porque havia uns gaiatos zombando dos soldados.

Como lhe foi negada a autorização para retirar os grevistas, o Major, contando evidentemente com o apoio de seus oficiais, deixou o porto com todo o Batalhão, retornando ao quartel em Quitaúna. Daí, o motivo da prisão de toda a oficialidade.

No 2º RO 105, o pessoal foi muito bem recebido, inclusive lhe foi facultada a prática de esporte, juntamente com os oficiais do Grupo. Nenhuma restrição lhes foi imposta a não ser a de não poder sair do quartel. Lembro-me de que no dia do aniversário de um dos capitães, de nome Juarez, que, além de goleiro de futebol de salão, era o líder da oficialidade presa, o nosso pessoal mandou confeccionar um bolo e salgadinhos, realizando, após o expediente, uma verdadeira festa de aniversário, com o comparecimento inclusive do Coronel Diwal, do Major Nestor, da maioria de nossos capitães e de todos os tenentes.

Vamos nos ater agora à penúltima reunião realizada em São Paulo pela equipe liderada pelo General Resstel – aquela em que fomos à casa do General Pery Bevilacqua –, com cerca de quarenta oficiais. O 2º RO 105, como sempre, contava com a liderança maior do Coronel Diwal, além de dois outros oficiais superiores (Tenente-Coronel Toledo e Major Nestor), alguns capitães e tenentes.

Quando o Coronel Resstel acabou seu relato em que, com muita clareza e sinceridade, clamava ao General Pery que liderasse o movimento contra aquele desgoverno que infelicitava o Brasil, o filho do General, um civil, interveio dizendo que era um absurdo apresentar tal proposta a seu pai, cuja carreira foi sempre pautada no respeito à legalidade, passando, mesmo, a condenar a tentativa de envolvimento de seu progenitor contra o governo.

Interrompeu-o o Coronel Diwal, dizendo-lhe que a presença de um civil naquela reunião, entre oficiais da tropa com o Comandante do II Exército, não era admissível e que só foi aceita por ser ele filho do General Pery. Mas que, diante da sua inoportuna intervenção, ele propunha ao Coronel Resstel e aos demais oficiais o término imediato daquele encontro que passou a ser inconveniente e sem propósito.

A idéia do Coronel Diwal levou, prontamente, a oficialidade a se apressar em apresentar suas despedidas ao General Pery e a reunião foi encerrada.

Releva citar que aqueles que usaram a palavra tinham que se identificar, o que facilitou a transferência de todos os oficiais superiores do 2º RO 105 para Mato Grosso publicada, dias depois, em Boletim do II Exército, cuja área de responsabilidade na época, incluía aquele Estado, além de São Paulo. Aquela sanção mostra claramente a posição política do General Pery.

Assim, o 2º RO 105 perdeu, numa hora importante, os Coronéis Diwal e Toledo e o Major Nestor, todos transferidos para Nioaque, em Mato Grosso. Toda-

via, foi poupado o Coronel Benedicto que, se lá estivesse, perderia o comando do nosso Regimento. Isso mostra a visão do Coronel Diwal favorável à preservação da figura do Comandante para hora decisiva.

Em meados de março de 1964, logo após o comício da Central do Brasil, viajei ao Rio de Janeiro para uma cirurgia no HCE, quando pude presenciar ali no bairro de Benfica, na Rua Ana Néri, o deprimente espetáculo da revolta dos marinheiros dentro do Sindicato dos Metalúrgicos.

No dia em que passei de ônibus, na porta daquele Sindicato, diante de um enorme engarrafamento de trânsito, pude reconhecer o Ministro do Trabalho de João Goulart – Amauri Silva – que estava na calçada da frente do prédio, creio que ao lado do líder sindical e Presidente do CGT, Dante Pelacani, falando a um grupo de marinheiros. Veja como o Presidente prestigiou a sublevação, dando-lhe apoio ostensivo, por meio de elementos de sua confiança, inclusive do primeiro escalão do Governo.

Vale lembrar que o Ministro da Marinha de então, por ter punido os marinheiros revoltados, foi substituído pelo Almirante Paulo Mário, reformado há muito tempo, completamente senil, tendo ainda o Presidente da República anistiado os militares amotinados.

Dois ou três dias depois, quando me encontrava em plena recuperação da cirurgia ainda no Rio, recebi uma carta do Capitão Miranda trazida, em mãos, por um sargento do 2º RO 105, que me falava da reunião havida entre o grupo de oficiais liderado pelo Coronel Resstel com o General Amaury Kruel, novo Comandante do II Exército. Dizia o Capitão Miranda que, ao contrário do que acontecera no encontro com o General Pery Bevilácqua, a reunião foi auspiciosa e que eu viajasse, o quanto antes, para Itu, porque, no seu entender, a nossa Revolução deveria eclodir a qualquer momento.

Tal notícia levou-me a voltar no dia seguinte, vindo a encontrar a oficialidade animada pela clara posição do General Kruel na reunião, oportunidade em que ele declarou não ser possível mais aceitar a subversão estimulada por elementos do próprio Governo.

Mesmo assim, só em torno da meia-noite do dia 31 de março, chegou-nos a decisão do General Kruel de apoiar o Movimento revolucionário desencadeado em Minas Gerais pelos Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Houve uma verdadeira festa no refeitório de oficiais, onde o pessoal, cansado de esperar, se abraçava, emocionado, vibrando com a notícia da tão esperada decisão do Comandante do II Exército. Lembro-me de que o Capitão QOE José de Souza, grande profissional, abraçou-me, com profunda alegria e entusiasmo, dizendo-me: "A decisão demorou, mas veio; o General soube interpretar o desejo da tropa que é a

do povo brasileiro". Aí, estão as palavras de um oficial simples da Manutenção das Viaturas, mas que a vida ensinara tudo.

Em seguida, ainda no Refeitório de Oficiais, o Coronel Benedicto chamou o Capitão Dario Scoralick, Comandante da 1ª Bia O, e a mim, Comandante da Linha de Fogo, dando-lhe a ordem de ultimar os preparativos ficando em condições de deslocar a Bateria para a cidade de São Paulo, como ponta ou escalão avançado do I Grupo, a partir das 7h da manhã e determinou que eu passasse imediatamente as funções de oficial de dia da Unidade para o Tenente Alonso, da Bateria Comando do Regimento, de modo que pudesse partir com a 1ª Bateria na hora determinada.

Devo mencionar dois fatos ocorridos, ainda, no dia 31 de março. O primeiro diz respeito à vinda ao quartel de vários empresários e um diretor de colégio para oferecer viaturas para integrar o comboio do I Grupo, quando souberam que esse era um problema da Unidade para o seu deslocamento em apoio à Revolução iniciada em Minas Gerais. Isso se deu por iniciativa, junto aos empresários, dos irmãos Carpi (Orlando e Leonel) ao serem informados por nós desse tipo de dificuldade. As requisições foram feitas, de imediato, pelo Comando do Regimento, atendendo às necessidades levantadas pelo I Grupo, que embarcou o seu material contando com esse considerável reforço. Assim, o 1º Escalão, constituído pela 1ª Bia O, deslocou-se com a maior parte da munição e o material de acampamento em quatro dos oito caminhões civis requisitados, cujos proprietários a seguir citamos: Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, Mecânica e Fundação Irmãos Gazzola; Cerâmica Carpi; Fecularia Ituana; José Ivan Siqueira; José Batista da Silva; Ioshio Katanira; e Sílvio Scalet.

Dos quatro caminhões civis da 1ª Bateria, dois conduziam munições de Artilharia, de metralhadoras, de lança-rojões e de armas individuais, nos outros, embarcamos o material de acampamento, cobrindo todas com as lonas cedidas, onde escrevemos: "Munição-Perigo", dando idéia de que contávamos com grande quantidade de munição, quando a situação era bem diferente.

Dias após o retorno vitorioso, em tais viaturas foram afixadas plaquetas que as identificavam como participantes da Revolução de 31 de Março de 1964.

O outro fato, único episódio negativo durante toda a participação do Grupo, deu-se pouco antes da Revista do Recolher (21h) do dia 31 de março. O Subtenente Rubens, da 1ª Bia O, surpreendeu a todos, quando, ao se ver sozinho com os cabos s soldados da Bateria, fez um rápido discurso a favor das reformas de base de João Goulart e do seu sindicalismo. Disse-lhes que o Regimento não podia colocar-se contra o movimento dos trabalhadores porque, no futuro, eles, cabos e soldados, seriam os trabalhadores.

O Capitão Luís Gonzaga Camargo, S/2 do Regimento, ao ser informado do fato, efetuou, pessoalmente, a sua prisão. Esse subtenente era, desde o tempo do Coronel Loureiro, o Presidente do Grêmio de Subtenentes e Sargentos do Regimento, tendo lidado, com certa freqüência, com aquele Coronel, com quem nós, tenentes, o vimos, várias vezes, conversando nas imediações do Gabinete do Comando. Coube-lhe conduzir os graduados a São Paulo ao encontro com o Presidente da República, anteriormente citado.

Amanhecia, quando a 1ª Bia recebeu ordem para partir às 7h30min. Na hora prevista, a Bateria deixou o Regimento na direção de São Paulo. Fomos alcançados antes de chegar ao destino por duas ou três viaturas do Estado-Maior do Regimento, conduzindo o Coronel Benedicto e os Capitães Luís Confort Júnior (S3/Rgt), Flávio Miranda (S1/Rgt), Camargo (S2 da Unidade), José de Souza (Oficial de Manutenção e Transporte do Regimento) e uma equipe de Saúde Regimental, chefiada pelo Sargento Bernal.

Ao chegarmos a São Paulo, região do Parque da Água Branca, recebemos ordem de prosseguir até a entrada da Rodovia Presidente Dutra, onde deveríamos encontrar o 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna, ao qual apoiaríamos.

No ponto determinado, não estava o 4º RI. Mesmo assim, recebemos a missão de prosseguir na direção do Rio de Janeiro para apoiar, a partir de Caçapava, o 6º RI. Durante esse deslocamento até bem próximo ao local do primeiro alto-horário, em São José dos Campos, íamos ouvindo no rádio a cadeia do Brizola, fazendo sucessivas ameaças ao mesmo tempo que informava ter o Ministro Jair Dantas Ribeiro assumido, pessoalmente, o comando das tropas governamentais que partiam para Minas Gerais e São Paulo contra os gorilas que seriam esmagados pelas tropas leais ao Presidente.

De repente, as vozes que nos intimidavam saem do ar, entrando outras que diziam que o Presidente deposto fugira com seu *staff* do Rio para Brasília e de Brasília para o Rio Grande do Sul.

Daí em diante, as estações de rádio passaram a transmitir a verdadeira situação vivida, ou seja, um quadro inteiramente favorável ao Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964. Tratava-se da chamada "Cadeia da Liberdade" que assumiu a condução de todo o noticiário.

Em nosso alto-horário em São José dos Campos, fomos informados pelo Coronel Benedicto, que não estava bem de saúde (acabara de tomar uma injeção aplicada pelo sargento Bernal), de que a Academia Militar das Agulhas Negras ocupara posição entre Resende e Barra Mansa e que, até aquele momento, nenhuma tropa vinda do Rio passara pelo bloqueio imposto pelos cadetes. O nosso

moral foi lá para o alto. Sentimos que poderíamos prosseguir, com a máxima velocidade possível, até a nossa AMAN, o que aconteceu, uma vez que não encontramos na rodovia, como estava previsto, o 6º RI.

Chegamos à Academia por volta das 15h, ocasião em que o General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, com seu Estado-Maior, que ali realizava contínuo estudo de situação, recebeu a oficialidade do Escalão Avançado do I Grupo do 2º RO 105. Depois de destacar a importância de nosso concurso para o êxito do Movimento revolucionário contra o caos instalado no País, entregou, pessoalmente, uma flâmula da AMAN a cada oficial, assinando a que foi destinada ao Coronel Benedicto, Comandante do nosso Regimento ali presente. Foi um episódio inesquecível!

Em seguida, o Coronel Benedicto nos informou de que íamos ficar alojados no Curso de Artilharia da AMAN, onde permaneceria o comboio, após reabastecido, em condições de, no dia seguinte, 2 de abril, substituir a Bateria da AMAN que se encontrava ocupando posição, em apoio ao Curso de Infantaria, cuja missão era impedir o acesso a Resende das tropas oriundas do Rio de Janeiro.

No conjunto principal, minutos após esse inesquecível evento, junto aos elevadores próximos à sala do Oficial-de-Dia e do Estado-Maior da AMAN, assisti à prisão do General Zerbini, o que se deu elegantemente através de um convite para tomar café, feito pelo 1º-Tenente José Pordeus Maia, no momento em que ele tentava sair da Academia e foi impedido por determinação do General Médici. O General Zerbini, Cmt da ID/2 (Infantaria Divisionária da 2ª DI) foi quem segurara, nos quartéis, os Regimentos que devíamos apoiar – o 4º e o 6º RI – pois o único que saiu e à sua revelia foi o 5º RI, de Lorena. Pude observar que o referido General não queria voltar para tomar o café, mas o Tenente Maia não o deixou recusar o convite, fazendo-o praticamente retornar ao elevador por onde descera. Eu conversava com o Maia naquele local quando ele passou a dar cumprimento à ordem recebida.

Naquela mesma tarde, chegou à AMAN a Bateria de Artilharia do CPOR de São Paulo, assim como duas Baterias do Grupo-Escola (GEsA), que deixaram o Coronel Aldo Pereira, Comandante do Grupo, na estrada e passaram para o lado da Revolução, apresentando-se às tropas da AMAN. Seus integrantes ficaram alojados na Seção de Educação Física da Academia, onde tive a oportunidade de rever meu amigo de turma – 1º-Tenente Armindo da Luz Matheus –, que servira comigo em Itu, como Aspirante e 2º-Tenente, nos anos de 1961 e 1962.

O restante do nosso Grupo – que veio ao Comando do Major Nelson Lucas, oficial que se rebelara, em 1961, contra o General Ulhoa Cintra – só chegou tarde da noite à AMAN, ficando, também no Curso de Artilharia. Deixo em minha pasta-arquivo uma cópia de duas folhas da revista *O Cruzeiro Extra*, de 10 de abril de

1964, onde aparece parte do comboio do I Grupo, no seu destacamento pela Dutra, destacando-se o Major Lucas, seu Comandante.

Desejo dar a devida ênfase à espetacular Proclamação dos Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, intitulada "IRMÃOS EM ARMAS", lançada no Vale do Paraíba, no dia 1º de abril, apresentada em várias oportunidades pela Rádio Agulhas Negras e incluída na entrevista do General Antonio Jorge Corrêa, Subcomandante da AMAN na época (TOMO 1 desta Coletânea). Vou me permitir lê-la e deixarei em minha pasta o exemplar original que recebi do Coronel Cordeiro, naquela época cadete do 3º ano do Curso de Artilharia, participando, galharda e decisivamente, daquele movimento revolucionário de redenção nacional.

A AMAN neutralizou os comandos e suas tropas que, do Rio de Janeiro, se dirigiam para São Paulo, ao mesmo tempo em que conseguiu elevar o moral das tropas do II Exército em nível tão alto que só aquela gente que marchava na direção do Rio, inferiorizada em meios de toda ordem – principalmente em efetivos e munição – pôde sentir o seu significado em toda a sua grandeza.

Quando chegamos à Academia, ouvimos pela Rádio Agulhas Negras, a Proclamação dos nossos cadetes destinada a seus colegas da Escola Naval e da Aeronáutica, que conforme a citada anteriormente, consta do Aditamento ao Boletim Interno nº 64, de 2 de abril, da AMAN, cuja cópia, obtida junto ao General Antonio Jorge Corrêa, também deixo em minha pasta. Esta bela proclamação também consta do depoimento do General Corrêa.

Pela mesma estação de rádio, soubemos da fuga de João Goulart do Rio Grande do Sul para o Uruguai, por não ter encontrado no III Exército o respaldo que imaginara.

No café da manhã do dia 2 de abril, fomos informados de que a situação evoluiu tão favoravelmente que os cadetes seriam recebidos por todos nós numa grande formatura no campo de parada da AMAN, não sendo mais o caso de irmos substituir os de Artilharia nas posições ocupadas.

Aí, vivemos o dia mais maravilhoso de minha vida militar em termos de satisfação profissional só igualado àquele em que soube de minha promoção a oficial-general. Parecia um sonho estar presente, com meu Regimento, na nossa gloriosa Academia, para assistir ao monumental desfile dos nossos cadetes em comemoração à espetacular vitória sobre o Movimento Comunista Internacional e seus lacaios brasileiros que tanto se empenharam em subverter a hierarquia e a disciplina em nossas Forças Armadas, visando à comunização do País.

"O Brasil venceu e muito deve à AMAN", era o que passava pela minha cabeça, olhando, entusiasmado, para o General Médici, consagrado pelo brilho de

suas decisões e por sua invulgar liderança, bem como para o seu Subcomandante, o valoroso Coronel Antonio Jorge Corrêa, tendo ao meu lado toda a oficialidade, inclusive os professores e demais integrantes da nossa Academia, para a qual eu viria em seguida como Instrutor, pois aceitara, no dia anterior, o convite que me fora feito pelo Curso de Artilharia uma semana antes.

Armados até os dentes, com seu fardamento completamente enlameado, depois de dois dias de chuva e barro em profusão nas posições que ocupavam, oficiais e cadetes realizaram um desfile impressionante, tão impressionante quanto a alocução (Ordem do Dia) do General Médici naquela cerimônia que nunca se apagará da memória daqueles que tiveram o privilégio de vivê-la.

Aguardando ordens da 2ª DI, uma vez que a situação já estava praticamente resolvida, o I Grupo do 2º Regimento de Obuses permaneceu na AMAN para propiciar descanso à tropa, só retomando o Movimento pela Dutra rumo a São Paulo às 7h do dia 3 de abril, tendo chegado a esta última cidade às 18h.

O Grupo permaneceu acantonado no Ginásio do Ibirapuera até o dia 6 de abril, tendo recebido as visitas dos Comandantes da 2ª DI e AD/2.

Às 12h30min do dia 6 de abril, o I Grupo do 2º RO 105 iniciou seu deslocamento para o quartel em Itu chegando às 16h.

Vale lembrar que os cabos e soldados da 1ª Bia, por iniciativa deles, escreveram nas lonas de todas as viaturas o dístico "Furação da BR-2" para destacar a correria da Subunidade no deslocamento para Resende, sem alto-horário de São José dos Campos até o destino.

À entrada da cidade de Itu, aguardavam-nos todas as autoridades do município.

Às 17h30min, com todas as viaturas e pessoal iniciou o I/2º RO 105 o desfile pelas ruas da Cidade de Itu – Avenida Marginal – Rua Floriano Peixoto – Quintino Bocaiúva e Quartel.

Toda Itu se fez presente, com o povo concentrando-se em massa ao longo do itinerário do desfile, para aplaudir o Regimento Deodoro numa demonstração de elevado espírito cívico. O comércio local cerrou suas portas e os estabelecimentos de ensino dispensaram seus alunos para que todos pudessem participar da festiva acolhida dada ao Regimento. Durante o desfile, marchou à frente da tropa, a fanfarra do Instituto de Educação Regente Feijó.

Após o desembarque, a tropa entrou em forma à frente do quartel e, depois da continência ao terreno, houve um intervalo de 10min para que os civis se confraternizassem com os militares. Nesse momento, pude sentir bem de perto a vibração e o entusiasmo do povo ituano.

Seguiu-se um desfile a pé em continência ao Comandante do Regimento.

Ao fora de forma, usaram da palavra o Prefeito Municipal para saudar o Regimento, exaltando o feito histórico, e o Comandante para agradecer, inclusive pelo apoio da gente de Itu, materializado inclusive nos oito caminhões civis que integraram o comboio do I Grupo e, ainda, de uma Perua Rural Jipe, oferecida pelo senhor Vitoriano Garcia da Fonseca.

Deixo aqui para futuras consultas a relação de oficiais e graduados que se deslocaram para Resende e daqueles que ficaram encarregados da segurança e guarda do aquartelamento (cópia do Boletim Interno nº 69, de 1 a 6 de abril de 1964), bem como das minhas folhas de Alterações que se referem à participação na Revolução de 31 de Março de 1964.

Encerro esse meu relato, destacando aqui no Aditamento ao BI nº 64, de 2 de abril, a letra d do nº 2, da AMAN – Acontecimentos do dia 01 de abril de 12:00 a 20:00 –, que se refere à chegada do 2º RO 105 (1ª Bia O) à área da AMAN nesse período. Na nossa frente, só uma Unidade, do próprio Vale do Paraíba, entrou em Resende – o 5º RI, por volta das 11h30min, como consta do documento em tela. Esse registro é valioso, uma vez que nos documentos do 2º RO 105, só se faz referência aos horários do Grupo –, omitindo-se os dados relativos aos horários do Escalão Avançado do Grupo (1ª BO), de grande importância, pois, junto a ele, estavam o Comandante e o Estado-Maior do Regimento, que adentraram em Resende, por volta das 15h, muito tempo antes do grosso da Unidade, que lá chegou tarde da noite.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A influência da guerra fria, tanto antes, como durante e após a Revolução de 31 de março de 1964, foi muito marcante no Brasil, porque todos os países praticamente, por motivos variados, fizeram sua opção por um dos dois grandes pólos de poder em que o mundo se dividira – o pólo Ocidental, dos regimes liberais, sob a liderança dos Estados Unidos da América, e o pólo Oriental, dos regimes totalitários –, inspirado na doutrina marxista-leninista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), seguida da China, vinculada ao pensamento de Mao Tsé-tung. O pólo comunista, pela sua própria doutrina expansionista, fomentou, em plena guerra fria, luta em todos os continentes – a guerra da Coréia, as guerras ditas de libertação nacional na África, a guerra do Vietnã, as guerras de guerrilhas na América, com a comunização de Cuba, em 1959, e o enorme empenho para implantar regimes similares em outros países sul-americanos como Brasil, Bolívia, Peru, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia etc.

Assim, em pleno ambiente da guerra fria, o Brasil, através da Revolução de 31 de Março de 1964, derrotou fragorosamente os comunistas, frustrando as suas intenções de implantar no País a república sindicalista que tanto almejavam.

Poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político brasileiro favorecia a tomada do Poder pelos comunistas, uma vez que o caos se implantara nos campos político, econômico e social, inclusive com base nos desmandos cometidos por João Goulart, que após a restauração do presidencialismo, passou a desrespeitar a Constituição, em visível escalada, a mesma Constituição que serviu de argumento fundamental aos que defenderam sua posse. Alegava que a mesma impedia as "reformas de base", devendo sofrer modificações urgentes, o que era repetido pelos radicais que paralisavam o País e a produção nacional, parando o sistema de transportes, entregue a "pelegos", controlados pelo todo-poderoso Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O Brasil, politicamente, podia ser comparado a uma nau sem rumo, em meio a uma grande tempestade.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Com toda a certeza, pois o povo brasileiro em geral estava cansado do clima de agitação e violência, que imperava nas greves políticas e paralisações de toda ordem, e dos desmandos administrativos de um governo títere, os quais causavam prejuízos incalculáveis à ordem social e econômica.

A exceção se concentrava nos meios sindicais e entre os elementos da esquerda internacionalista, aí incluídos a União Nacional dos Estudantes (UNE), os pseudo-intelectuais (totalmente incoerentes, porque adoram Fidel Castro, mas se dizem amantes da liberdade e da democracia) e uma minoria muito pouco expressiva de militares, particularmente algumas praças, motivadas basicamente por compensações de ordem econômico-financeira, como financiamento para a compra da casa própria principalmente, além de promoções ou transferências para guarnições de seu interesse, bem como pela esperança de uma real obtenção de poder, com a inversão hierárquica que vislumbravam, especialmente na Marinha com base no comportamento tresloucado do Governo.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A posição da Igreja em geral era de desconforto e desconformidade, podendo-se afirmar que a grande maioria dos religiosos se posicionaram contra

aquele governo ateu, como se verificou, claramente, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em grandes cidades e em pequenas que também fizeram questão de manifestar nitidamente a sua discordância.

Anos depois, a partir de 1967 e 1968, sofreu a Igreja uma infiltração comunista expressiva, surgindo os radicais da Teologia da Libertação (os Boffs e Betos), que passaram a atuar intensamente nas tais comunidades eclesiais de base, os "padres de passeata", o "Cardeal Vermelhão" – Evaristo Arns, que foi, a meu ver, o principal aliado que os comunistas contaram e contam, até hoje, na Igreja, tendo abraçado, com todo empenho, não faz muito tempo, a causa dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, cujos crimes hediondos devem, para ele, ser perdoados porque são de natureza ideológica, isto é, são de natureza comunista, a única ideologia que merece perdão e louvor para Arns e seus asseclas, fanáticos defensores de terroristas-torturadores que gostam muito mais de dinheiro do que da ideologia comunista que alegam defender por meio de seus crimes.

O que gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze"?

As "Ligas Camponesas" atuavam no Nordeste (fundamentalmente) e no Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso), invadindo terras e deixando em polvorosa fazendeiros e homens do campo, de modo similar ao Movimento Sem Terra (MST) dos nossos dias.

A diferença está no fato de que, no período revolucionário, as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, foram totalmente desbaratadas pela vontade política de eliminá-las, enquanto o MST continua desafiando o atual Governo, até porque parte de seus integrantes também aprecia as invasões perpetradas na terra dos outros pelo MST.

O "grupo dos onze" foi uma tentativa de Leonel Brizola de estabelecer uma estrutura-padrão subversiva, com onze elementos, como se fosse um time de futebol ou um grupo de combate de pelotão de fuzileiros, em que cada um tem a sua função, mas que não logrou êxito, principalmente por falta de tempo para a sua expansão. A Revolução de Março de 1964 lhes deu um basta...

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?

Embora no 2º RO 105, em Itu, o convívio fosse extremamente harmônico e exemplar entre todos os integrantes, como já mostramos, houve no meio militar numerosas tentativas de se criar cisões entre oficiais e graduados, orientação emanada da cúpula, centrada no Presidente da República e em seu cunhado Leonel

Brizola, vinda, portanto, de cima para baixo, com o propósito de acabar com a hierarquia e a disciplina. Estimulou-se a revolta dos sargentos contra os oficiais, inclusive incitou-se os graduados a eliminar os seus chefes.

Temos informações confirmadas de que alguns quartéis do Exército e da Força Aérea, principalmente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, conviveram com cisões em seus quadros.

Na Marinha, a situação foi muito pior. A quebra da hierarquia e da disciplina, que, em parte, todo Brasil tomou conhecimento, mostrou a vulnerabilidade daquela Força, pelo menos naquele período, o que deve ter provocado, no mínimo, uma auto-crítica muito profunda dos seus altos chefes.

Quais os acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março 1964?

Em primeiro lugar, o comício da Central do Brasil, presentes João Goulart, seu Ministério, inclusive, Jair Dantas Ribeiro (Ministro da Guerra), e as lideranças comuno-sindicalistas. Uma verdadeira vergonha nacional!...

Vem, a seguir, a revolta dos marinheiros e fuzileiros que foram se confraternizar com os metalúrgicos, na sede daquele sindicato, em Triagem. Assisti, pessoalmente, ao passar pela Rua Ana Néri, em 26 de março, a mais esse absurdo, estimulado por Goulart, que optou por apoiar abertamente os militares amotinados.

Finalmente, a reunião no Automóvel Clube do Brasil, jantar oferecido pelas praças a Goulart, que, a meu ver, foi a gota d'água para revoltar decisivamente qualquer brasileiro contra a subversão instituída pela cúpula do Governo, apoiada por uma minoria extremamente atuante da base.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade tiveram um significado todo especial, porque esses acontecimentos serviram como um sinal extremamente nítido de que a população, em sua absoluta maioria, estava contra os rumos tomados pelo Governo, trazendo o suporte indispensável e determinante para a intervenção das Forças Armadas, em particular do nosso Exército.

Releva citar que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na Cidade de São Paulo, em 19 de março, foi o fato positivo que mais influiu na eclosão do Movimento revolucionário de 31 de Março, além da anteriormente ocorrida em Belo Horizonte, também muito importante.

Acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Essa realidade pode ser constatada lendo-se os jornais e as revistas da época que, na sua absoluta maioria, aplaudiram a Revolução, que salvou o Brasil da sanha comunista.

O Projeto de História Oral do Exército tem arquivado cópia de cerca de vinte revistas (*O Cruzeiro*, *Fatos e Fotos*, *Manchete* etc.) e de vários jornais da época, que mostram o entusiasmo do povo e da própria Imprensa escrita com a Revolução de 31 de Março de 1964.

O povo nas ruas de Itu agiu, exatamente, como a Imprensa mostrou nas grandes cidades, empolgado pela retumbante vitória do Movimento revolucionário. Sou testemunha ocular do ocorrido na pacata cidade de Itu – São Paulo – que foi toda para a rua saudar o Regimento Deodoro em seu retorno triunfante. O dia de nosso reencontro com o povo ituano foi marcado pela festa mais expressiva e comovente que assisti nos meus quatro anos de permanência naquela cidade. Parecido com aquele grandioso evento, só vi os desfiles de Sete de Setembro, mas nas ruas em que a tropa passava, enquanto que, no 31 de Março de 1964, a festa do povo era em toda a cidade. Um espetáculo deslumbrante! Nunca a tradicional Itu reuniu tanta gente participando e comemorando!

As fotos, que mostro agora e que deixarei cópias na minha pasta-arquivo, dão uma idéia de como foi recebido o I Grupo/2º RO 105 após a Revolução de 1964.

Havia, a ser ver, uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Sem dúvida nenhuma. A eclosão do Movimento de 1964 deu-se exatamente porque, a partir de um determinado momento, quando João Goulart conseguiu o retorno ao regime presidencialista, o grupo de esquerda radical, que gravitava em torno dele, resolveu se apoderar do País, grupo que começou a agir, principalmente, nos sindicatos e no meio estudantil, pregando a transformação do Brasil numa república sindicalista comunista. Passamos a assistir a um processo acelerado de revolução marxista–leninista, impulsionado por uma dupla ação subversiva: a de cúpula, proveniente do próprio Governo, e a de base, assentada fundamentalmente na atuação dos pelegos que dominavam o sindicalismo brasileiro.

Qual atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

A grande maioria dos congressistas queria a Revolução mais do que os militares, porque a ação principal pretendida pelo Governo Goulart era contra o

Poder Legislativo. Ele e seus seguidores o que mais queriam era fechar o Congresso. A palavra de ordem, nos comícios anárquicos patrocinados pelo Executivo, era fechar o Congresso.

Assim, só uma minoria de deputados e senadores comunistas ou compromissados com o esquema sindicalista revolucionário aceitava as manobras daquele Governo, voltadas para implantação da tal república sindicalista.

Com o vazio do Poder, criado pela fuga de João Goulart para o Rio Grande do Sul, abandonando Brasília, um grupo de mais de cem parlamentares saiu a pé juntamente com o Deputado Ranieri Mazzili, Presidente do Congresso Nacional, para que ele fosse sentar-se à mesa do fujão, criando o fato consumado.

Vale frisar que João Goulart começou fugindo do Rio de Janeiro para Brasília, no dia 1º de abril, pensando em estabelecer resistência mas, ao chegar a Brasília, verificou a impossibilidade de fazê-lo; seguiu, então, para Porto Alegre, onde também não encontrou clima para resistir, fugindo para o Uruguai, deixando o Brasil livre de tanta incompetência e leviandade.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.), logo após o início da Revolução?

Foram tomados de total perplexidade, mostrando-se frustrados e incapazes de qualquer reação efetiva.

Devo assegurar que nada havia de sério no Governo abjeto de João Goulart. Era um governo de fanfarrões. Quase tudo ruiu como os castelos de areia. Alguns elementos ligados à UNE e a outras entidades, todavia, sobreviveram transformando-se, depois, em 1968, nas organizações ligadas à luta armada, como a AP (Ação Popular), POLOP (Política Operária), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ALN (Aliança de Libertação Nacional), MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), COLINA (Comando de Libertação Nacional) etc. Havia mais de duas dezenas de organizações comunistas seguramente, todas desmanteladas pelos Governos revolucionários.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Dentre os militares, há que destacar, no Movimento de 31 de Março, os Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, generais da ativa, que foram os primeiros a colocarem as tropas nas ruas motivados, sobretudo, pelo jantar do Automóvel Clube do Brasil do dia 30, evento inaceitável, porque representou o compromisso formal do despreparado Goulart com a quebra total da hierarquia e da disciplina. Daquela noite em diante, não havia mais justificativa para qualquer mi-

litar imparcial, consciente, considerar legal o Governo caricato do então Presidente da República, a serviço de interesses que não os do Brasil.

Com Mourão Filho, esteve a exemplar figura do Marechal Odylio Denys, cujo papel de enorme destaque na nossa Revolução é um fato incontestável, atuando, em 31 de março, em Juiz de Fora. Além dele, devo homenagear o General Luiz Carlos da Silva Muricy, que veio à frente das tropas de Minas Gerias (Juiz de Fora) para o Rio de Janeiro, comandando o Destacamento Tiradentes.

No eixo Rio-São Paulo, o grande destaque é para o General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, que, ao decidir empregar os cadetes do nosso Exército, na Revolução, paralisou o Movimento das tropas do Rio de Janeiro, comandadas por elementos servis àquele Governo títere, elevando, concomitantemente, o moral das Unidades do II Exército que marchavam, com todas as suas deficiências, contra as tropas dos "generais do povo", como eram chamados os fantoches alinhados ao desgoverno da época, bem como contra os Coronéis Comandantes de Unidade leais a nada, ou melhor, leais aos "generais do povo".

O General Amaury Kruel fez a sua parte, mas demorou, deixando o II Exército e toda oficialidade do 2º RO 105 desesperados pela decisão que tardava.

No Rio de Janeiro, impende enaltecer o valente General Moniz de Aragão, que se destacou pelas suas ações decisivas na Vila Militar.

O General Castello Branco teve sua participação no Movimento militar, sobretudo através do documento que liberou como Chefe do Estado-Maior do Exército, em 20 de março de 1964, a todos os generais e aos demais militares do EME e das OMs subordinadas, definindo o caminho a ser adotado em face dos fatos que ameaçavam a vida nacional.

Castello Branco dizia em sua nota: "(...) Os meios militares nacionais e permanentes não são para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei (...) Entrarão as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o Poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil."

Depois, foi um grande Presidente, no mesmo nível do saudoso e excepcional Presidente Médici.

O General Costa e Silva, que esteve à frente do QG revolucionário no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara) e que manteve ligações com os Generais Mourão

Filho, Kruel e Emílio Médici (na AMAN), ao qual confirmou a deflagração geral da Revolução e solicitou o seu apoio.

Dentre os coronéis, destaco o Coronel, depois General, Rubens Resstel, uma grande liderança em São Paulo; os Coronéis, depois Generais, João Moreira Couto e Benedicto Maia Pinto de Almeida, Comandantes dos 2º GO 155 e 2º RO 105, respectivamente, e o Coronel, depois General, Antonio Jorge Corrêa, o excepcional Comandante do Corpo de Cadetes e, depois, Subcomandante da AMAN (na Revolução de 1964), cuja atuação sempre admirável pude acompanhar nas duas funções.

A minha homenagem muito especial ao Coronel Diwal Correia Rodrigues, Subcomandante do 2º RO 105, o homem que foi afastado do nosso Regimento por ter dito o que era preciso ao General Pery Beviláqua, que comandou o II Exército sem se definir o tempo todo, amparado numa falsa noção de legalidade.

Finalizo, destacando o Coronel depois General Carlos de Meira Mattos por tudo que fez (saindo de Cuiabá para atuar em Brasília) e, até os nossos dias, continua fazendo pela Revolução de 31 de Março de 1964. Orgulho-me profundamente por pertencer ao Exército do qual ele é, hoje, ao lado do General Antonio Jorge Corrêa, as suas duas maiores expressões.

Entre os civis, o meu aplauso para os Governadores Carlos Lacerda (Rio de Janeiro), Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ildo Meneguetti (Rio Grande do Sul).

Meus encômios, ainda, aos valorosos congressistas Bilac Pinto, João Calmon – o João Sem Medo – e ao brilhante jornalista Maurício Loureiro Gama que, na televisão, foi o homem que melhor mostrou ao Brasil, em São Paulo, a incapacidade, a incompetência e a sordidez do Governo que queria comunizar o nosso País, além de estar à frente das Marchas da Família com Deus pela Liberdade realizadas em São Paulo e no interior, como a de Tatuí, sua cidade natal.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Foi um movimento absolutamente nacional, sem o menor envolvimento estrangeiro.

A respeito de apoio externo, inclusive dos americanos, os detratores da Revolução gostam de explorar essa tese, dizendo que houve ajuda dos Estados Unidos e apresentam como comprovação o fato de que uma das esquadras americanas se deslocara para a costa brasileira. Essa afirmativa é de uma estupidez meridiana, porque um país, como os Estados Unidos, cuja estratégia mundial engloba todo o planeta, desloca esquadras para todos os lugares de crise. Estamos

cansados de ler nos jornais ou ver nos canais de televisão, toda vez que se esboça um conflito, o deslocamento de uma esquadra norte-americana, o que é uma rotina, desconhecida apenas dos ignorantes.

O General Vernon Walter, Adido Militar em 1964 no Brasil, prestando seu depoimento para este Projeto, declarou taxativamente que nunca os Estados Unidos tiveram qualquer participação na Revolução. É evidente que o General Vernon Walter sabia o que estava acontecendo, porque ele participou da guerra na Itália junto com os brasileiros, sendo, portanto, amigo do General Castello Branco e de vários oficiais da Força Expedicionária Brasileira. Não só ele, mas qualquer pessoa medianamente inteligente que lesse aqui os jornais com atenção, também sabia ser impossível para qualquer Força Singular, que se preze, permanecer indiferente diante dos desmandos daquele governo, principalmente pressionada diariamente pelo povo que não suportava mais aquele estado de coisas – o caos político implantado pelas próprias autoridades governamentais.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O desmoronamento rápido e sem derramamento de sangue processou-se porque o esquema montado, tendo à frente o General Assis Brasil, baseava-se em benefícios, inclusive financeiros, em privilégios, promoções, numa série de favores e não numa adesão consciente.

Como já lhes falei, financiavam também casas para oficiais subalternos e capitães do QAO e QOE, sargentos e cabos engajados. Era um esquema implantado em cima de interesses.

Os comandos da Vila Militar foram entregues a coronéis do esquema, os quais, quando quiseram deslocar a tropa para enfrentar a Revolução, para confrontar conosco, não obtiveram êxito. O Governo e seus seguidores se equivocaram porque pensavam que, por conseguirem deslocar tropas durante os comícios, para dar-lhes apoio, segurança, proteção, dentro da cidade, conseguiriam também efetuar os deslocamentos que se fizessem necessários para apoiá-los politicamente em qualquer situação. O Governo enganou-se redondamente quando entendeu que as tropas que evitavam desordens nos comícios, como no do dia 13 de março, eram tropas de adesão a causa deles. Ledo engano!... Assim, os comandantes no Rio não conseguiram conscientizar a tropa no sentido da causa defendida por eles. Isso aconteceu, por exemplo, com o Comandante do Grupo-Escola que, ao deslocar-se contra São Paulo, ficou sozinho na estrada, porque, no primeiro descuido, as baterias o abandonaram passando para o lado das tropas revolucionárias.

O mesmo aconteceu com o general do povo que comandava a força contra Minas; voltou para casa frustrado.

O desmoronamento processou-se porque não havia a menor capacidade de liderança naqueles que se aliaram ao governo das bravatas, ao governo da mazorca, ao governo das reformas "na lei ou na marra". Além de tudo, não contavam com o mínimo prestígio no seio do povo, embora quisessem passar a História como generais e almirantes do povo.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Vou me ater exclusivamente ao que vi. Chegada a ordem do General Kruel para partirmos, na direção de São Paulo e daí para o Rio de Janeiro para acabar com a revolução comunista em andamento, conduzida pelo próprio João Goulart; a ordem foi retransmitida pelo Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida ao 2º RO 105 que sem nenhuma recusa, partiu para cumprir a missão. Devo enfatizar o empenho e o entusiasmo de todos oficiais, graduados e soldados em fazê-lo, cansados de ouvir o povo na rua clamar por um basta àquele desgoverno que o Brasil não merecia!...

Ninguém pensou em discutir a ordem do General Kruel, nem a do Coronel Benedicto. Todos passaram imediatamente a cumpri-las com o máximo profissionalismo.

Releva dizer que, na marcha para Resende, houve dois momentos de enorme vibração; aquele em que os rádios passaram a anunciar a fuga de João Goulart e o momento precioso em que a tropa da 1ª Bia foi informada pelo Coronel Benedicto que os cadetes da AMAN estavam em posição no Vale do Paraíba (ribeirão da Divisa), a este de Resende, para fazer face às forças que do Rio demandassem São Paulo. Nessa oportunidade, o Capitão Dario, Cmt da 1ª Bia O, e eu fazíamos o último alto-horário, ao lado do Coronel Benedicto, que, apesar de doente, se encontrava ali mostrando o caminho a todo Regimento.

Na AMAN, a impressionante liderança do General Médici, com a sua palavra firme e suas proclamações admiráveis, e a do Coronel Antonio Jorge Corrêa ficaram patentes para mim que os vi atuando naquele momento difícil. Os cadetes, no dia 2, fizeram o desfile, em continência ao Comandante da AMAN, mais vibrante que assisti em toda a minha vida militar, sob o comando dos Instrutores empregados na missão, ao retornarem das posições ocupadas.

Das Agulhas Negras, o nosso Regimento retornou convicto do dever cumprido e impressionado com tudo que pôde ver, inclusive em termos de chefia e liderança, tanto dos componentes da AMAN, como do pessoal do GEsA – Major Seixas, S3

do Grupo, o seu Adjunto, Capitão Silvio Bruner, e os Capitães Alencastro, Cmt 3ª BO, e Silveira, Cmt 1ª BO – que passaram para o lado da nossa Revolução e, ainda, da simples mas decidida Bateria de Artilharia do CPOR de São Paulo, cujo Cmt, infelizmente, não me lembro o nome. Foi mais uma liderança ali presente.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

Foi absolutamente correto, tanto que não houve, ali, nenhuma voz contrária; a decisão foi acertada e oportuna, tomada por uma das maiores lideranças que o Exército já teve em toda a sua história – General Emílio Garrastazu Médici.

Estava em jogo a soberania nacional e o General Médici enxergou isso. O emprego operacional dos cadetes da AMAN evitou o provável confronto entre tropas do Rio e de São Paulo.

Quero sublinhar que ninguém melhor do que os homens responsáveis que marchavam de São Paulo contra o Rio de Janeiro, cônscios de suas limitações e deficiências, em termos de pessoal e material, ninguém melhor do que eles para avaliar o valor incomensurável desse emprego. As poucas tropas do II Exército ali envolvidas – 5º RI, 2º RO 105, a Bateria do CPOR/SP, BCCL (que veio de trem) e o 2º Esqd Rec Mec, hoje 2º Esqd C Mec –, ao conhecerem a decisão do Comando da AMAN, tiveram o seu moral extremamente fortalecido.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

As de Minas elegeram corretamente o Rio de Janeiro e Brasília como os objetivos estratégicos de maior relevância para definir a situação.

O Rio de Janeiro concentrava, naquela época, os Ministérios Militares, Chefias de Estado-Maior e de Departamentos e a maior parte das tropas das três Forças Singulares, além de vários órgãos de Ministérios civis, ainda não transferidos para Brasília, que era outro objetivo estratégico por ser a capital da República.

Brasília foi também o objetivo das tropas de Mato Grosso (Cuiabá) que partiram, sob o comando do Coronel Meira Mattos, que lá desempenhou um papel relevante, sobretudo junto ao Congresso Nacional.

Para o II Exército, o principal objetivo estratégico era o Rio de Janeiro, onde estavam os "generais e os almirantes do povo".

As tropas do IV Exército tinham que se impor lá no Nordeste (o principal objetivo estratégico estava em Recife), assim como as do III Exército, no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre.

Houve deslocamento de tropas de São Paulo para o Sul, a partir do dia 2 de abril (4º RI e 12º GAC, na época 2º GO 155), mas que não precisaram chegar ao destino pela rápida definição da situação em favor dos objetivos da Revolução de 31 de Março de 1964, com a fuga de Goulart.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

Muito, porque afastamos de nosso meio, naquela época, todos os comunistas, os oportunistas, os aproveitadores ligados a políticos do governo deposto, fortalecendo concomitantemente os princípios fundamentais da disciplina e da hierarquia nas três Forças Armadas.

O fato de não mais haver confrontos ideológicos no seio de seus quadros, incentivados de fora, contribuiu muito para o fortalecimento da união e da coesão.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

O Movimento de 31 de Março foi feito basicamente contra o comunismo, contra a subversão de cúpula e de base, que impediam que o País trabalhasse e progredisse. A liberdade, os direitos e deveres de uma verdadeira democracia eram a meta.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Quem tiver dúvida consulte os jornais e revistas da época. Os principais apoios foram dos jornais *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Jornal* etc.

Até hoje, recordo-me do editorial do jornal *Correio da Manhã,* no dia 31 de março, intitulado "Basta!", ou seja, o jornal mostrava que o Brasil já sofrera demasiado com aquele governo. "Agora, basta!" O Editorial de 1º de abril desse mesmo Jornal foi intitulado de "Fora!" Dizia: "Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!" O *Jornal do Brasil*, em 1º de abril de 1964, assim se expressou: "Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade." ... "restabelecendo-se a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares". A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas". *O Globo* (televisão, rádio e jornal) apoiou a Revolução durante todo o período revolucionário (de 1964 a 1985).

As Organizações Globo de hoje são o sinônimo mais perfeito do vira-casaca. É só ler o Editorial "Julgamento da Revolução" do Roberto Marinho, de 7 de outubro de 1984, que deixo aqui em minha pasta-arquivo, para tirar qualquer dúvida, daqueles que não acompanharam esse período da história do nosso País, a respeito da posição

desse jornal. O senhor Roberto Marinho até os primeiros anos da década de 1980 adorava viver bem junto às Forças Armadas e eu sou testemunha disso. Assistiu, por exemplo, ao nosso lado, às comemorações dos 160 anos de Independência, 7 de setembro de 1982, junto ao Museu do Ipiranga em São Paulo. O Brasil, ao ter, em seu território, empresa, como essa, que muda de posição por conveniência, não precisava ter mais nenhum inimigo, embora tenha tantos. Ela por si só bastaria!...

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O Globo, de 5 de abril de 1964, diz: “A Revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista”.

Dessa forma, a rigor, foi uma contra-revolução inicialmente, que impediu a comunização do nosso País, impondo, através de um movimento armado, uma fragorosa derrota aos extremistas de esquerda, a maioria infiltrada dentro do próprio governo, impedindo que o Brasil fosse dominado pela doutrina marxista-leninista em estado avançado de implantação – 5ª fase da Guerra Revolucionária, caracterizada pela Tomada do Poder.

Todavia, o Congresso, elegendo o 1º Presidente revolucionário, e os atos políticos que se sucederam institucionalizaram a Revolução, que durante os vinte anos que esteve à frente dos destinos do País, mostrou uma outra maneira de governar, calcada no planejamento e não na improvisação que transformou o Brasil da 48ª em oitava economia do mundo. Revolução dos superávits na Balança Comercial e na Balança de Pagamento em conta corrente. Período em que nenhum dos presidentes enriqueceu, todos saíram pobres, exceto o Presidente Médici, que era fazendeiro e deixou o Governo com o que já possuía antes. Uma Revolução, portanto, em todos os sentidos da palavra, até pelo elevado caráter dos seus cinco presidentes (Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo) e pela restauração do princípio da autoridade, completamente inexistente no caricato governo deposto.

Revolução que é questionada, porque em vinte anos só morreram quinhentas pessoas entre os que se enfrentaram: trezentas do lado do inimigo interno (os adeptos do comunismo) e duzentas entre os que os derrotaram. Revolução para os comunistas tem que matar 17 mil, como fez Fidel Castro.

Trago aqui o testemunho do senhor Roberto Marinho no artigo anteriormente citado “Julgamento da Revolução”, de 7 de outubro de 1984:

“Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das Instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. (...) Prosseguimos apoian-

do o movimento vitorioso, desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo da abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. (...) Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários".

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Foram governos cujos presidentes eram militares, respaldados pelas Forças Armadas e pelo partido de apoio ao Governo (ARENA – Aliança Renovadora Nacional). Seus ministros, exceto das pastas militares, eram civis. Tratavam-se, pois, de governos autoritários e não totalitários que atuaram com o Congresso aberto, judiciário respeitado, eleições regulares.

Nos governos militares ou militaristas, o poder político concentra-se nas mãos das Forças Armadas e é por elas exercido. Não existe outros poderes. Nele, há prevalência dos interesses militares e das indústrias diretamente relacionadas com a segurança nacional, o que não aconteceu nem de longe, no Brasil, durante todo o período revolucionário.

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Quais foram os principais?

Está questão é que mais exige poder de síntese, porque os principais êxitos e acertos da Revolução são numerosíssimos. Vamos, portanto, sintetizar dizendo que o primeiro foi derrotar os comunistas por duas vezes: em 1964 e depois, no primeiro lustro de 1975, acabando com dezenas de organizações sanguinárias, adeptas da luta armada.

No campo da economia mundial, demos um espetacular salto do 48º lugar para oitavo lugar, na escala de valor das nações. Assim, a Revolução instituiu um projeto de governo que alçou o País a um lugar digno no concerto das nações.

Na esfera econômica, multiplicaram-se as rodovias federais, cortando o País, de norte a sul, da Amazônia à fronteira com a Argentina e o Uruguai, e de leste para o oeste, chegando ao Mato Grosso (como a BR 364, que passa por Cuiabá, atravessa Rondônia, indo até o Acre). É muito bom recordar que, em 1964, quando eclodiu a Revolução a melhor estrada do Brasil – a Rodovia Presidente Dutra – tinha uma única pista, tendo sido duplicada de 1964 a 1966 (Governo Castello Branco).

As hidrelétricas construídas pela Revolução vem garantindo a energia para o desenvolvimento econômico até hoje. Dentre tantas, lembramos as de Sobradinho,

Paulo Afonso III e IV, no rio São Francisco; Estreito, Jaguará e Marimbondo, no Rio Grande; Funil, no Paraíba do Sul; Ilha Solteira, Porto Primavera e Itaipu (maior obra de engenharia realizada em todo mundo no século XX), no rio Paraná; e Tucuruí, no rio Tocantins, a primeira grande usina amazônica.

As telecomunicações deram outra dimensão ao território brasileiro. Em 1964, eu levava no mínimo duas horas para conseguir uma ligação telefônica de Resende para o Rio de Janeiro. Era um absurdo!... Em 1984, falava de Rondonópolis para o Rio em questão de segundos, com uma legibilidade semelhante ao se falar entre dois telefones vizinhos no mesmo bairro da cidade do Rio de Janeiro. Que maravilha!...

Pela primeira vez, começamos a observar, no final da década de 1960 e no início da década de 1970, superávits não só na balança comercial, mas também na balança de pagamento em conta corrente, que envolve não só a balança comercial (onde as exportações superavam de longe as importações), como também a balança de serviço (que quantifica, macroeconomicamente, itens críticos, como juros da dívida externa, royalties, transportes internacionais e uma série de outros serviços com o exterior). Isso tudo devido à força do nosso comércio exterior. Que saudade dessa década, onde até a primeira grande crise do petróleo, em 1974, ensejou a criação do Pró-álcool, uma conquista brasileira que não podia ser abandonada no pós-Revolução.

Não havia desemprego, ao contrário, o nível de emprego crescia, de forma a absorver perfeitamente os jovens que demandavam o mercado de trabalho. No eixo Rio–São Paulo, executivos ganhavam mais do que seus similares americanos ou europeus. Kombis das empresas de construção civil recrutavam mão-de-obra no ABC paulista com alto-falantes oferecendo bons salários e confortos nos alojamentos. Um metalúrgico parcimonioso ganhava o bastante para comprar um fusca novo.

Criou-se a Portobras, que começou a se preocupar não só com os portos marítimos, mas com hidrovias interiores, como a Tietê-Paraná.

A partir de 1964, reduziu-se substancialmente a inflação, que no desgoverno Goulart era de 96% para 12% ao ano, o que se verificou no primeiro decênio da Revolução, período em que as nossas exportações decuplicaram de 1,2 bilhão de dólares para 12 bilhões, chegando mais tarde a 22 bilhões de dólares.

Uma pesquisa do IBOPE, realizada em junho de 1971, em pleno Governo Médici, atribuíra-lhe 82% de aprovação. Em 1972, a economia cresceria a 11,9%, a maior taxa de todos os tempos. Era o quinto ano consecutivo de crescimento superior a 9%. A renda *per capita* dos brasileiros aumentara 50%.

Com relação às expressões política e militar do Poder Nacional, a Revolução ofereceu ao Brasil a Paz Social (Objetivo Nacional Permanente), a Ordem e a Segu-

rança nas cidades e no campo. Para oferecer Paz, Ordem e Segurança, os governos revolucionários enfrentaram e derrotaram os esquerdistas extremistas e suas organizações no campo (guerrilha rural) e na cidade (guerrilha urbana ou terrorismo). A Revolução reintroduziu o Princípio da Autoridade com o Presidente Castello Branco, princípio que o Brasil perdera o referencial no governo deposto.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução, durante os anos de 1960 e principalmente na década de 1970, têm sido considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela ESG, como o Professor João Manuel, da UNICAMP, o que, por si só, torna o período revolucionário (março de 1964 a janeiro de 1985), extremamente superior ao que vivemos daí para frente, principalmente na última década (a de 1990) – a década da violência, da insegurança, do desemprego e da corrupção, conhecida pelo nome de "década desperdiçada".

No campo psicossocial, através da criação do Banco Nacional da Habitação, conseguiu a Revolução de 1964 dar casas para uma parcela significativa da população. O meu primeiro apartamento foi adquirido com o empréstimo do BNH, o que ocorreu com inúmeros brasileiros. Ao mesmo tempo, reduziu o analfabetismo, com a criação do Mobral; criou o Projeto Rondon, que levou ao interior do Brasil, particularmente à Amazônia e à fronteira Oeste, profissionais de saúde e professores que modificaram o perfil da saúde e da educação naquelas longínquas regiões. Ainda no campo da Educação, assegurou a presença de mais de dez milhões de estudantes nos bancos escolares, realizando uma revolução no setor do ensino universitário, com um substancial incremento do número de vagas no nível superior. O Funrural – o maior programa de distribuição de renda do mundo – teve um alcance invejável, beneficiando cerca de quarenta milhões de trabalhadores rurais, sustentando a economia de mais de oitenta por cento dos nossos municípios.

A Revolução de 31 Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Certamente, quem não os comete? Deixou de fortalecer os partidos políticos e não preparou a juventude para representar os ideais da Revolução no Congresso, na universidade e na mídia.

Não fez a reforma do Judiciário com a amplitude necessária.

Permitiu que, no setor da educação, os comunistas, seguindo a orientação gramsciana, se encastelassem na cátedra, preparando professores, jornalistas, homens de comunicação social para transformar a vitória militar da Revolução num revés político, o que conseguiram, porque, hoje, o magistério e a mídia são integralmente de esquerda radical, com raras e honrosas exceções, impedindo o

fortalecimento do civismo e do verdadeiro nacionalismo, uma vez que a doutrina que seguem é internacionalista, subordinada aos princípios que definem o Estado Máximo (filosofia marxista) na sua grande maioria ou, por conveniência, o Estado Mínimo (dos americanófilos e de seus discípulos), portanto contrária ao Estado necessário, aquele que tem o seu tamanho de acordo com as suas necessidades para a busca do bem-comum, obtido com a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes (Soberania, Integridade do Patrimônio Nacional, Integração Nacional, Paz Social, Progresso e Democracia).

A Revolução demorou-se muito à frente do Governo, perdendo a oportunidade de fazer a passagem do bastão no final do mandato do Presidente Médici (1974), oportunidade em que conseguimos atingir todos os grandes objetivos programados pelo Movimento revolucionário. Uma outra excelente oportunidade de chegarmos a democracia plena foi ao término do Governo Geisel (1979), o qual, em dezembro de 1978, extinguira o AI-5 e abrira o caminho para a volta ao Poder dos presidentes civis. Poderia ter completado essa tarefa sem o menor problema, mas não o fez.

O último governo revolucionário incidiu em erros palmares:

– realizou uma abertura ampla, geral e irrestrita inconseqüente, permitindo até que um terrorista assassino, condenado em primeira instância, viesse a ser posteriormente juiz, em Pernambuco. Lamentável!...

– Não soube fazer a transformação para o regime democrático pleno, entrando em choque com o Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves, e com o seu próprio Partido. Suas frases de impacto foram sempre extremamente infelizes, demonstrando não possuir a menor vocação política. Ele foi o responsável pelo desfecho, sem o brilho que merecia, de uma Revolução em que se engajaram tantos homens de bem para conseguir, com muito empenho, levar o Brasil a uma posição de real destaque entre as nações.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

A Revolução não cuidou, como devia, da sua propaganda, a começar pelo Presidente Castello Branco, que se mostrava contrário a qualquer tipo de divulgação do governo, porque receava que pudesse parecer com o "Departamento de Imprensa e Propaganda" (DIP), do tempo de Getúlio Vargas.

Nos períodos dos Presidentes Costa e Silva e Médici, a Comunicação Social ganhou uma certa atenção, mas nada comparado ao que os políticos profissionais

fazem gastando fábulas de dinheiro dos contribuintes em horários nobres de televisão para fazer propaganda do nada. É revoltante!...

Os presidentes militares, por formação, pouco divulgaram o muito que fizeram. Hoje, ao contrário, nada se faz, mas muito se fala.

Embora não tenhamos nos engajado na batalha da comunicação social – deixando, por princípio, de dar a devida divulgação ao que se fez – muitos homens de bem, hoje, que viveram o período revolucionário, principalmente das classes sociais menos favorecidas, aqueles que aprenderam tudo na luta diária, demonstram saudades daquele período sério da vida nacional.

O que gostaria de nos dizer acerca de ações de guerrilha e dos atos de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticados por extremistas?

Comprova tudo isso que o Brasil esteve gravemente ameaçado pela guerra revolucionária, conduzida, com toda a crueldade possível, pelos extremistas do Movimento Comunista Internacional (MCI).

Todavia, o inimigo interno não conseguiu o mínimo respaldo popular, nem na cidade, nem no campo. O povo brasileiro disse não aos terroristas sem Pátria, não aos internacionalistas sanguinários.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada representa uma das formas de luta na tentativa comunista de assaltar o Poder. É uma corrente que, ao adotar o enfrentamento armado, se choca com a outra dos velhos comunistas, cuja linha, para a tomada do Poder, se assentou na agitação ou subversão e na propaganda conhecida por via pacífica.

Naquela época, a luta armada buscava orientação e o apoio, principalmente, na China, – nas teses de guerrilha rural de Mao Tsé-tung – nos satélites da União Soviética, como a Albânia, na Coréia do Norte e, sobretudo, em Cuba, onde o ditador Fidel Castro, que eliminara 17 mil opositores, se empenhava em exportar o seu modelo revolucionário perverso, conhecido por foquismo.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Trata-se de mais uma balela dos derrotados militarmente pela nossa Revolução, pelos seus "companheiros de viagem" e pelos "inocentes-úteis" que hoje são muitos. A luta armada, com Francisco Julião e com o "grupo dos onze", esteve

presente desde o Governo Goulart, onde o que não faltava eram opções para a manifestação dos inimigos internos do Brasil.

Terroristas, como Diógenes José Carvalho de Oliveira, o Diógenes do PT de Porto Alegre, o amigo de Olívio Dutra, hoje presidente do Clube de Seguros da Cidadania, organização encarregada de obter fundos para o PT, e mais algumas dezenas deles, queriam ardentemente exercitar o que aprenderam em Cuba, por isso deixaram o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) de Brizola que, para eles, era mais de gargantear do que agir, para entrar na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), criada para derrubar o regime pela luta armada em março de 1968, e assim puderam matar a vontade. Foi Diógenes do PT quem matou o Capitão Chandler, do Exército dos EUA, com seis tiros de revólver, na frente da mulher e dos filhos, em 12 de outubro de 1968.

Ao diálogo oferecido por Castello Branco, que era eminente democrata, e por Costa e Silva, um homem de índole boa, o inimigo interno respondeu com o atentado do Aeroporto de Guararapes em 25 de junho de 1966. Eles só conheciam esta forma de agir, orientação determinada de fora.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Absolutamente necessário. Para entendermos o porquê, passamos aos fatos (fonte General Raymundo Negrão Torres, *Ombro a Ombro*, de novembro de 2001): "Explosão de uma bomba no cinema Bruni, no Rio de Janeiro, com um inocente morto (12 de novembro de 1964); atentado a bomba contra o jornal *O Estado de São Paulo* (22 de abril de 1965); atentado à bomba, no Aeroporto dos Guararapes, contra o General Costa e Silva e no qual morreram o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Regis de Carvalho e sofreu mutilações o Tenente-Coronel Sylvio Ferreira da Silva, um dos muitos feridos no atentado. Segundo Jacob Gorender, em seu livro "Combate nas Trevas", esse atentado foi obra da Ação Popular (25 de junho de 1966); explosão de uma bomba no cinema Itajubá, em Santos (1º de agosto de 1966); explosão de uma bomba no Teatro Guaíra, em Curitiba (26 de agosto de 1966); explosão de uma bomba na sede do Corpo da Paz, entidade americana no Rio de Janeiro, com um ferido (2 de agosto de 1967); primeira ação terrorista seletiva da ALN, em Presidente Epitácio – assassinato do fazendeiro Zé Dico, na invasão de sua fazenda (24 de setembro de 1967); é assassinado o bancário Osíris Marcondes, do Banco Mercantil de São Paulo, durante assalto de terroristas à agência da qual era o gerente (15 de dezembro de 1967); atentado à bomba contra o Consulado americano em São Paulo, com dois feridos (15 de março de 1968). Um deles, o estudante Orlando Lovecchio Filho, de 22 anos, perdeu uma perna e até hoje não conseguiu receber a indenização que pleiteia; explosão a dinamite no QG da Polícia Militar de São Paulo (10 de abril de 1968);

lançamento de uma bomba contra o antigo QG do II Exército/SP, na Rua Conselheiro Crispiniano, com dois feridos (15 de abril de 1968); novo atentado à bomba contra o jornal *O Estado de São Paulo* (20 de abril de 1968); atentado à bomba contra a Bolsa de Valores de São Paulo (15 de maio de 1968); atentado à bomba contra o Consulado da França em São Paulo (18 de maio de 1968); ocorreram várias explosões em edifícios públicos e em vias de transporte, em diversos pontos do País (junho de 1968); atentado à bomba contra o QG do II Exército, no Ibirapuera, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no qual morreu o soldado sentinela Mário Kozel Filho e ficaram gravemente feridos vários soldados da guarda (26 de junho de 1968); é morto a tiros no Rio de Janeiro, por engano, o Major do Exército alemão Edward Ernest Tito Von Westernhagen, que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), confundido com o Capitão boliviano Gary Prado, suposto matador de Che Guevara, crime do Comando de Libertação Nacional (COLINA), em 1º de julho de 1968, autoria confirmada por Jacob Gorender, no livro "Combate nas Trevas"; explosão simultânea de bombas em frente ao DOPS e a dois edifícios da Justiça Estadual de São Paulo (19 de agosto de 1968); é abatido a tiros o soldado da PM/SP, Antonio Carlos Jerrery, quando de sentinela (20 de agosto de 1968); assassinado a tiros o soldado Eduardo Custódio de Souza, da PM/SP, por terroristas, quando de sentinela no DEOPS/SP (7 de setembro de 1968); fuzilado pela VPR, à frente de sua mulher e filhos, o Capitão do Exército americano Charles Rodney Chandler, de 30 anos, estudante de uma Universidade de São Paulo e veterano da guerra do Vietnam, sob a falsa justificativa de ser agente da Cia, tudo isso para assinalar um ano de morte de Che Guevara na Bolívia (12 de outubro de 1968).

Assim, depois de 25 atentados, sendo 18 no ano de 1968, com dezenas de mortes e feridos, veio o Ato Inconstitucional nº 5.

Esses atentados, a meu ver, corresponderam às razões maiores para a edição, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Inconstitucional nº 5 com a finalidade de fornecer ao Governo os instrumentos necessários para combater o terrorismo e a guerrilha.

Há, ainda, um outro motivo político a ser considerado que adveio da negativa do Congresso para processar o imaturo e insolente Deputado Márcio Moreira Alves, que, na época, resolveu contestar a Revolução protegido pelas suas imunidades parlamentares.

Foi necessária a criação de Órgãos de Informações e de Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Nenhum Estado, instituição ou empresa pode viver sem informações. A criação do SNI buscou o atendimento da necessidade básica de coordenar as ativida-

des de informações dos diversos Ministérios, enquanto que a sua extinção por Collor de Melo representou mais uma leviandade de um elemento irresponsável que chegou à Presidência da República (mais um pândego tratando de coisas sérias no Brasil, com um resultado desastroso).

Quanto aos DOI, órgãos de Operações de Informações, representavam uma exigência para fazer face à guerra revolucionária provocada pelos terroristas. Foram os elementos de resposta fundamentais, que conseguiram sustentar a lei e a ordem em todo território nacional.

O agravamento da Lei de Segurança Nacional ocorreu para que o Exército pudesse, também, se contrapor à luta armada, participando da defesa contra o inimigo interno, além de cumprir suas missões normais, previstas na Constituição.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira?

É claro que houve cerceamento das liberdades, evidente, senão não teria existido Revolução mas, a meu ver, de forma extremamente branda, sem prejuízo para a divulgação do pensamento dos diversos segmentos da sociedade brasileira, embora com reflexos negativos à continuidade dos ideais revolucionários. A própria Revolução, em pleno domínio do poder, determinou a extinção da censura, o que ocorreu durante o Governo do Presidente Geisel.

Hoje, os excessos, fundamentalmente na televisão, não têm limites. Isso é democracia?... Há vinte anos, ninguém imaginaria, exceto os discípulos de Gramsci, que se pudesse chegar ao nível de imoralidade e perversão com que nossos filhos e netos têm que conviver ao assistir à maioria dos programas apresentados na televisão em qualquer horário. O interessante é que as Igrejas em geral, inclusive a Católica e a Evangélica, não se voltam contra isso, apesar de contarem com espaços nos jornais e programas em rádio e televisão, onde poderiam realizar a reação devida contra essa inaceitável situação, que impede o fortalecimento moral, espiritual e cívico de nosso País. É hora de mudar, para não sucumbir! Para isso, é mister o engajamento daqueles que têm poder e querem um Brasil grande.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

É a forma encontrada pelos inimigos da Revolução, os chamados "revanchistas", para denegrir propositadamente a imagem dos governos revolucionários e, ao mesmo tempo, das Forças Armadas.

Como são covardes, durante o período revolucionário, os que hoje usam essa linguagem não tinham coragem, nem física nem moral, de fazê-lo, ao referir-se à Revolução.

Lamento registrar a ausência, hoje, de uma reação à altura, principalmente quando da indenização dos familiares dos criminosos Lamarca e Marighella. Esses atos inaceitáveis, sem a devida contestação de nossa parte, animaram os revanchistas a prosseguir no seu intento de premiar terroristas cujos crimes exigiram uma pronta resposta do Estado, na época em que foram perpetrados, período hoje denominado pelo inimigo interno de "anos de chumbo" (1968 a 1974). Na verdade, "anos de chumbo" são os que estamos vivendo a partir da década de 1990 até este momento, nos quais todos os brasileiros de bem se encontram reféns de inúmeros bandidos, sórdidos e aleivosos, inclusive daqueles de colarinho branco, muitos deles exercendo cargos importantes nos três Poderes da República.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não, pelo contrário! Os presidentes militares deram absoluta prioridade ao desenvolvimento, prevalecendo até uma orientação no Governo Geisel: "Máximo desenvolvimento, com o mínimo de segurança necessário". Nesse mesmo governo, em que o Exército foi pouco lembrado, os salários dos militares tornaram-se ínfimos, parecidos com os de hoje.

O Presidente Sarney e o seu Ministro do Exército, General Leônidas, fizeram muito mais, em termos materiais, pela nossa Instituição do que os governos revolucionários. O patrimônio cresceu, com ampliações e construções importantes, lembrando o tempo de Pandiá Calógeras.

Por dever de justiça, releva dizer que o Presidente Figueiredo e o seu excelente Ministro do Exército Walter Pires igualaram, no início da década de 1980, os salários do pessoal da ativa e da reserva, atendendo a um justo anseio das Forças Armadas do Brasil.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Foram tempos em que alguns lutaram para dar a todos os brasileiros: paz social, ordem e absoluta segurança, bem como prosperidade à nossa Nação. Apesar da ação permanente dos revanchistas, há muitas pessoas de bem que sentem saudade daquela época, em que o Brasil era verdadeiramente respeitado.

O professor Ray Cline, que foi assessor permanente dos Presidentes dos Estados Unidos desde a época de Franklin Delano Roosevelt e que dirigiu o Centro

de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, em Washington, ao estudar o Poder Nacional em termos quantitativos e qualitativos dos 78 maiores países do planeta, chegou à conclusão, em estudo publicado em 1975, de que o Brasil do primeiro lustro da década de 1970 era o sexto país, em Poder Nacional, na frente, por exemplo, do Canadá, da Itália e Austrália, e o primeiro, junto com a França, em determinação ou vontade nacional.

Considerando a reconhecida competência do Professor Ray Cline, sem dúvida um dos maiores estrategistas não só norte-americano, mas de todo o mundo, verifica-se o valor incomensurável do Brasil, como nação, na primeira metade da década de 1970 (Governo do Presidente Médici, querido pelos brasileiros, exceto pelos terroristas sanguinários e seus defensores extremistas, que hoje usam a mídia para criticá-lo injustamente).

Já em 1971, falando aos estagiários da Escola Superior de Guerra, o então embaixador do Brasil em Washington, Araújo Castro, asseverava: "Nenhum país escapa ao seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento sócio-econômico e, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento", aquela forte vontade nacional do primeiro lustro da década de 1970, mensurada com tanto acerto por Ray Cline.

Os vinte anos do regime político implantado em 1964 transformaram completamente o Brasil, que se modernizou e se desenvolveu de modo realmente revolucionário.

É uma pena que no País que já teve a maior vontade nacional do mundo como vimos, hoje prevaleça a vontade internacional, como se verificou, por exemplo, na criação da reserva Ianomâmi, um crime perpetrado contra a soberania nacional por Collor de Mello e seu Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para atender às exigências norte-americanas feitas por escrito – carta assinada por oito senadores dos EUA, em 14 de junho de 1991, encaminhada a Collor por George Bush.

Por que se verificou o desengajamento dos Governos revolucionários da condução política do País?

Porque a Revolução havia cumprido o papel a que se dispusera, contando o País, com a segurança e o desenvolvimento que faltava em 1964. Suas instituições democráticas preservadas pela Revolução eram sólidas, não havendo necessidade de nenhum recurso não constitucional, o que acontecia desde o final do Governo

Geisel em março de 1979, o qual poderia ter se encarregado perfeitamente desse desengajamento, mas infelizmente não o fez.

Para a plena restauração das práticas democráticas, bastava passar o governo a um presidente civil, através de eleição direta ou indireta, uma vez que ambos os tipos de eleição são absolutamente democráticos.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Durante o Governo Geisel observou-se uma abertura gradativa que perdeu um pouco em organização na gestão do Presidente Figueiredo. A verdade é que, após o AI-5 ter sido extinto, não fazia sentido manter nenhum governo representativo da Revolução. Geisel, através do mandato exercido por Figueiredo, objetivou, fundamentalmente, proteger sua pessoa de quaisquer problemas de caráter político.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

O "revanchismo" está presente em todos os setores e atividades.

Ele foi notório quando da elaboração da Constituição de 1988, Constituição pródiga em direitos, chegando às raias do absurdo, omissa no que tange a deveres. A Constituição que o principal pateta que a elaborou chamou-a de "Constituição Cidadã", mas que, hoje, todo mundo sabe que é a "Constituição da Ingovernabilidade", mostrou-se mais parecida com um programa de governo populista do que com uma carta de princípios ajustados à dinâmica do mundo contemporâneo.

O "revanchismo" está bem vivo nas permanentes campanhas da mídia de descrédito da Revolução e das Forças Armadas, campanhas que se assentam em mentiras, distorções e em estratégias diversas para denegrir aqueles que impuseram aos comunistas em 1964 e no período 1967–1975 grandes derrotas militares, com as quais eles não se conformam até hoje.

Quanto à Lei da Anistia, ela se mostrou necessária para a pacificação nacional, mas foi feita e vem sendo aplicada de maneira defeituosa, protegendo tão-somente os criminosos que enfrentaram as Forças Armadas e Auxiliares, chegando a ponto de permitir que um assassino, frio e vil, de um graduado da Aeronáutica chegasse a juiz, em Pernambuco; que seqüestradores se transformassem em deputados; e que um assaltante de trem e de carro pagador – motorista do incentivador maior da guerrilha urbana, Carlos Marighela – virasse Ministro da Justiça.

Nos dias atuais, muita gente está enriquecendo o seu *curriculum* e anda ganhando vultosas indenizações, extensivas a seus familiares, pelo fato de constar

que partiu da luta armada ou que foi vítima de repressão do Estado. As inverdades aceitas pela tal comissão para efeito de indenizações são inacreditáveis!...

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Embora a União Soviética e toda a Cortina de Ferro tenham desaparecido, juntamente com o Pacto de Varsóvia que lhes dava suporte militar, o comunismo, calcado, principalmente, na doutrina marxista-leninista, no pensamento maoísta e, ultimamente, impulsionado pelas idéias de Antônio Gramsci, está mais vivo do que nunca, principalmente na América Latina, como se verifica em Cuba, na Colômbia, e no nosso País, onde o quarto poder – a mídia – com toda a sua influição psicológica, é esquerdista internacionalista, tendo como grande ídolo Fidel Castro, o matador de 17 mil adversários no Paredão, no governo há mais de quarenta anos sem eleições, nem diretas nem indiretas, e onde não existe outro partido senão o Comunista. Os políticos de esquerda – a grande maioria hoje – seguem a mídia, chamando Fidel Castro de Presidente e os demais Presidentes, que vieram de outras Revoluções, de natureza não comunista, de ditadores, apenas porque as suas Revoluções não se enquadram no MCI. Muito interessante e patusco, se não fosse completamente insensato e irracional!...

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Entendo que, apesar do "revanchismo" dos esquerdistas internacionalistas, que se apresentam, normalmente, como socialistas, particularmente na mídia, parcela ponderável do povo não se deixa tão facilmente enganar pela propaganda adversa, sobretudo pelo fato de conviver, de perto, com as Organizações Militares espalhadas por todos os rincões do território brasileiro.

Muita gente esclarecida das grandes cidades também sabe distinguir o falso do verdadeiro, condenando os discursos marxistas totalitários e a impunidade, no país, dos criminosos do MST, valorizando, ao mesmo tempo, o esforço do Exército não só para garantir a segurança nacional, como em atender, voluntariamente ou quando chamado, às necessidades da população brasileira carente, inclusive nas longínquas guarnições de fronteira.

Todavia, a grande mídia, além de não divulgar essas pesquisas, realiza um trabalho permanente no sentido de denegrir as Forças Armadas, o que é extremamente preocupante e está por exigir providências, que, hoje, se mostram pouco

viáveis, porque faltam os meios para levar ao povo brasileiro mais civismo e maior patriotismo e, sem isso, a nossa gente não é instada a se indignar com o tratamento inaceitável que os órgãos de comunicação de massa dispensam às Forças Singulares. Tal comportamento difere completamente nos Estados Unidos, na França, Inglaterra e em alguns outros países da América do Sul, que demonstram um apreço especial pelas suas Forças Armadas, como acontece inclusive na Bolívia, onde o povo é pobre, mas é patriota.

Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

A Revolução iniciada em 31 de março permitiu ao Brasil dar um salto expressivo na direção do crescimento e do desenvolvimento nos campos político, econômico e social.

O renomado Professor e Estrategista Ray Cline mostrou ao mundo que esse País – que crescia a mais de 10% ao ano no primeiro lustro da década de 1970 – aliás a década mais importante de toda a história econômica do Brasil, apesar do choque do petróleo ocorrido em 1974 –, possuía a maior vontade nacional do planeta ao lado da França.

No entanto, os "revanchistas" continuam insistentemente a distorcer a verdade e tentar reescrever a história.

Assim, os depoimentos tomados nesse importante Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964 precisam chegar aos integrantes das Forças Armadas e porque não dizer aos brasileiros em geral, às suas novas gerações que vêm sendo enganadas pelos revanchistas de plantão que atuam principalmente na mídia, na Universidade e, hoje, até no ensino de 1º Grau (Ensino Fundamental).

Para tanto, aprendemos o caminho com a História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial, que felizmente saiu das prateleiras em forma de livros e de um CD, extremamente prático, o que deverá se repetir com o Projeto da Revolução de 1964.

A Coletânea do Exército na Revolução de 31 de Março mostra a verdadeira história de 1964. Não podemos nos conformar em conhecer apenas a desvirtuada versão dos derrotados.

A comemoração do aniversário da Revolução de 31 de Março, com a presença de convidados, principalmente civis, em todos os quartéis, com ordens do dia substantivas alusivas à data, é uma outra forma de fazer a Revolução conheci-

da dos brasileiros, sobretudo dos que não a viveram, assim como demonstrar o orgulho que temos de ter participado, de forma modesta, mas com muita convicção, da sua realização. Faríamos tudo de novo!...

A Revolução de 31 de Março salvou o Brasil e o fez crescer admiravelmente. Essa verdade machuca os extremistas que lhe são contrários e que não conseguem suportá-la ou degluti-la. Eles sentem a necessidade de escondê-la, de falseá-la, e contam, para isso, com a grande mídia, totalmente infiltrada.

Enfrentar essa realidade é o desafio que temos pela frente. Esse Projeto, se bem divulgado, representa um importante passo nesse sentido, como outros que estão sendo dados, individualmente, por valorosos brasileiros, civis e militares, finalmente dispostos a escrever e a difundir a história real da Revolução de 31 de Março, instigados por tanta mentira dos interessados em distorcê-la e denegri-la. Antes tarde, do que nunca!...

A última mentira foi plantada aqui ao nosso lado, na Central do Brasil, enaltecendo o triste comício do dia 13 de março e a figura caricata de João Goulart, com direito a busto!... Seria pândego, se não fosse lastimável!...

Por tudo isso, não é razoável, não é racional, permanecer em silêncio. O Brasil precisa conhecer a verdadeira história da Revolução de 31 de Março de 1964!... É nossa obrigação contá-la e divulgá-la!...

Doutor Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Bacharelado em Direito, em 1961 pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro/RJ.
- É advogado em prática privada, especializado em Direito Civil, Penal e Trabalhista, de 1962 até a presente data.
- Foi Deputado Estadual/Rio de Janeiro de 1962/1971, quando atuou como membro das Comissões de Constituição, Emendas Constitucionais e Justiça. No Governo Carlos Lacerda, do antigo Estado da Guanabara, foi líder da Maioria, Presidente e Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
- Foi, também, Deputado Federal/Rio de Janeiro de 1971/1977, tendo sido, durante o mandato, Vice-Líder do Partido Majoritário; membro do Comitê Investigativo do Congresso sobre Direitos do Consumidor e principal autor da legislação que estabelece a Comissão Especial para a Pesquisa de Documentos Históricos.
- Fundador e Presidente da Associação Nacional dos Direitos do Consumidor (1977) e membro do Conselho Nacional dos Direitos do Consumidor (Governo Sarney).
- Exerceu, como Advogado Sênior, a Chefia do Departamento de Direito Penal da Light – Companhia Elétrica do Rio de Janeiro (1991/1999).
- Trabalhou na elaboração de acordos nucleares entre Brasil e Alemanha, conhecendo, naquele país, plantas industriais e a legislação concernente à Segurança de Instalações Nucleares.
- É oficial da Reserva da Marinha do Brasil e cursou a Escola Superior de Guerra (ESG).

Entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2003.

Inicialmente, gostaria de dizer que estou sumamente feliz e envaidecido por comparecer a uma Unidade do Exército, instituição magnífica, memorável, a qual me ligam tantos laços. Tenho a honra de ter nas minhas veias o sangue de um bravo soldado; sou trineto, por parte de mãe, do Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi, Patrono da Artilharia brasileira. Distinguiu-se em vários feitos da nossa História, principalmente na Guerra do Paraguai. Registro, também, que sou leitor assíduo das publicações da Biblioteca do Exército, que considero de alto padrão de cultura.

É sempre muito gratificante lembrar do ínclito Marechal Mallet, exemplo para todos os artilheiros, assim como da nossa Biblioteca do Exército, cujos livros são realmente de elevada qualidade. Vamos iniciar nossa entrevista perguntando ao Doutor Nina Ribeiro quais os fatos que gostaria de abordar sobre os pródromos, a eclosão e as conseqüências da Revolução de Março de 1964? O que o senhor gostaria de destacar a respeito desse período de cerca de vinte anos na nossa história?

Quando eclodiu o Movimento de 1964, que considero redentor da nossa nacionalidade, era deputado recém-eleito pelo Estado da Guanabara (tempos mais tarde esse Estado fundiu-se com o Estado do Rio) e líder da bancada de apoio ao Governo Carlos Lacerda. Não obstante ser o mais moço fui escolhido para ser o líder. Para bem situar a resposta, vou narrar fatos que vivi dentro desse contexto específico de líder da Maioria e fazer colocações, que chamaria de genéricas, na condição de um mero espectador dos demais fatos.

Antes de mais nada, creio oportuno dizer que o Movimento de 1964 foi uma reação contra um golpe que estava em marcha. Infelizmente omite-se ou deturpa-se esse fato. A juventude de hoje, lamentavelmente, é mal-informada e afirmo pelo diálogo que mantenho com meus três filhos e seus colegas. A razão do desconhecimento da situação do País, no que diz respeito aos pródromos da Revolução de 1964, pode ser explicada pela infiltração ideológica nefasta do corpo docente de muitas instituições educacionais e omissão proposital dos livros didáticos.

Todos que viveram aquele período lembram da toada, da baderna, crescente para tentar desestabilizar as instituições vigentes no País, abrindo caminho à instauração de uma república sindicalista, pró-comunismo, que renegava as tradições cristãs e democráticas de nosso povo. A Revolução de 1964, por meio de seus líderes e, principalmente, pela atuação das gloriosas Forças Armadas, reagiu contra isso. Não foi um movimento reacionário, este apodo indigno que querem lhe caracterizar, mas uma reação legítima, com convicção e alma, nascida no espírito de nacionalidade daqueles brasileiros fiéis à nossa tradição e que não suportavam a

idéia de implantação do bolchevismo em nosso País. Sobretudo, seria um regime alienígena, vindo de Cuba ou de países soviéticos ou da China comunista, com costumes, usos e métodos inteiramente estranhos à nossa forma de ser e sentir.

Especificamente, meu posto de combate no dia 31 de março, quando eclodiu o Movimento, foi no Palácio Guanabara, junto ao Governador Carlos Lacerda. Exatamente ali estava de armas na mão, pronto a doar a vida, se fosse necessário, na defesa das nossas convicções. Havia naquele momento uma incerteza muito grande. A competência para o manejo de armas adquiri durante a prestação do serviço militar, quando atingi a patente de 2º tenente do Corpo da Armada da Marinha brasileira. A defesa do Palácio contava com uma metralhadora .30, nossa "grande arma", mas estávamos dispostos a resistir até o fim.

Mas foi um trabalho muito importante de defesa do Governador Carlos Lacerda seriamente ameaçado naquele período. Homens da envergadura do Doutor Nina Ribeiro foram ali dispostos ao sacrifício da própria vida, porque a esquerda inconseqüente agia com toda a violência. Essa é a realidade e que está sendo mostrada agora, nesse depoimento precioso.

Segundo nos foi dado conhecer na época, nos momentos iniciais do Movimento, o Estado estaria vulnerável; éramos o alvo a ser conquistado, nesse primeiro instante da luta.

Começo o relato de todos estes acontecimentos com o encargo honroso que recebi, embora duro, também, poucos dias antes da eclosão do Movimento, em Minas. Deveria denunciar perante a Nação uma tentativa frustrada de seqüestro, seguida de morte, do Governador da Guanabara, que estava incomodando demais ao apontar com firmeza os desmandos do Governo Federal. Comandava o grupo seqüestrador o General Pinheiro, vulgo "Faz Tudo". Impediu-lhe o desiderato um simples e feliz desencontro de horário: quando o seu pessoal chegou ao local o governador tinha partido. Tudo foi examinado e está constatado e provado.

Uma vez que esses elementos ficaram patentes, o Governador Carlos Lacerda quis divulgar a tentativa para a Nação. Coube ao Padre Godinho, deputado federal na época, falar em Brasília, na Câmara dos Deputados.

Veja que a Igreja tinha representantes da maior dignidade e aliados ao Movimento, haja vista o Padre Godinho.

É verdade. Para fazer a denúncia na Guanabara, o Governador pôs-se em dúvida, num primeiro momento, entre o querido companheiro e amigo General Danilo Nunes e o meu próprio nome. Depois me escolheu, não que tivesse mais méritos do que o Danilo, de forma alguma, mas apenas por ser o seu líder na Assembléia. Ele resolveu me prestigiar e pediu que fizesse a denúncia.

Foi, talvez, a seção mais tumultuada da assembléia. Subi à tribuna e comecei a narrar os fatos, enquanto os líderes da oposição, ligados ao Partido Comunista, refugiados no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sentiram a gravidade dos mesmos. Não podendo contrariar a denúncia que revelava, mandaram seus correligionários dificultar ao máximo o meu discurso. Lembro-me bem de que o Paulo Alberto Monteiro de Barros, que adotou depois o nome de Artur da Távola e chegou até ao Senado da República, ordenava: Aparteiem! Aparteiem! Eu ouvia-lhe as ordens, nesse sentido. Em resposta aos pedidos de aparte, disse: “Mas não estou usando nem adjetivos; estou narrando fatos. Peço que me permitam terminar o relatório; depois poderemos comentar e concederei os apartes. Agora eu não os concedo”.

Ao perceberem que a manobra não resultaria em impedir o relatório perante a Nação, uma vez que a imprensa estava presente, começaram a algazarra. Quase ao final do relato que fazia com todas as minúcias, em obediência a uma ordem expressa da bancada comunista, José Gomes Talarico se aproximou da tribuna e arrancou, num gesto violento, o microfone a minha disposição, derrubando um copo d’água. Não faço apologia da violência, mas tinha que reagir como homem. Dei-lhe uma bofetada no rosto, ele rodopiou no meio do plenário. Neste momento, as duas bancadas, a comunista e a nossa, da União Democrática Nacional (UDN), levantaram-se. Armas foram sacadas, inclusive de calibre 45; a sessão degenerou em conflito, vias de fato mesmo. Talvez, fosse a sessão mais tumultuada da Assembléia Legislativa do Estado.

Ato contínuo dirigi-me ao Palácio Guanabara e relatei ao governador o que houve e ele confessou-me que esperava por isso. Reuniu a todos e disse:

– A situação é incerta. A Guanabara é considerada perdida no primeiro tempo de luta. Provavelmente, seremos atacados pelas tropas de elite do Almirante Aragão e não teremos muita condição de resistir. Aqueles que quiserem ir para casa podem ir.

O Almirante Cândido Aragão comandava os fuzileiros navais, tropa muito bem equipada. Indaguei:

– Mas, para onde vai o Governador? O senhor vai para casa, também?

– Não, vou ficar onde é o meu lugar: no Palácio.

– Então, ficamos também.

Alguns permaneceram e outros, realmente, se afastaram. Ocorreram até lances, hoje um pouco engraçados. O cozinheiro do Palácio Guanabara, por exemplo, era um homem metido a lutador, forte. Quando notou o clima de guerra, essa eminência de ser massacrado, sumiu. Esgueirou-se, pulou o muro e saiu. Na rua,

solicitado a identificar-se pelo pessoal do serviço de vigilância, foi obrigado a retornar ao Palácio. Trouxeram-no de volta e ele chegou com a "crista baixa", desmoralizado. Tentara, realmente, ir embora.

O Coronel-Aviador Gustavo Borges, Secretário de Segurança, meu amigo, tenho a honra de defendê-lo, como seu advogado, em algumas questões, montou uma tal "operação cebola". Para retardar a marcha de possíveis tanques blindados, de guerra, colocou bloqueando as ruas que dão acesso ao Palácio Guanabara caminhões do lixo. Na verdade, iriam atravancar as ruas e retardar a marcha de uma tropa que se dispusesse a vir. Nesse caso, seria para nos dizimar, para nos massacrar, pois possivelmente não teríamos meios de resistir; a moral da tropa de guarda do Palácio estava baixa. Vários disparos acidentais ocorreram durante a madrugada, denotando certo nervosismo. Alguns homens estavam armados com a submetralhadora INA e a "maior arma", como disse, era uma .30 montada na frente do Palácio.

É evidente que ninguém dormiu naquela noite de 31 de março para 1º de abril de 1964, tal era a tensão que dominava a todos no Palácio. No alvorecer, na crista dos morros, identificamos pessoas fazendo exame de situação do nosso local. Estávamos preparados para tudo.

Segundo soubemos *a posteriori*, o Almirante Aragão deixou de marchar sobre o Palácio Guanabara porque o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, aderiu ao Movimento. Kruel chegou a fazer vários apelos ao então Presidente João Goulart para que fizesse uma declaração contrária aos comunistas. Avaliava o General Kruel que conseguiria travar o Movimento, mas Jango evitou fazê-la. Diante da negativa do Presidente ordenou às tropas sob seu comando que marchassem na direção do Rio de Janeiro. O Comandante do I Exército, General Moraes Âncora, que até a reunião nas Agulhas Negras com Kruel, segundo nos foi relatado, estava rigorosamente neutro, deu um ultimato ao Almirante: "Não venha porque senão vai enfrentar o Exército". Aragão era "posudo", falastrão, mas tinha bom-senso e mudou de idéia, desistindo do ataque ao Palácio Guanabara, cujas conseqüências seriam trágicas para nós.

Definida a vitória, cantamos o Hino Nacional com muita emoção. Guardo fotografias publicadas na *Manchete*, e em outras revistas, também. Nesta, estou ao lado de Carlos Lacerda, grande líder civil da Revolução, e de outras pessoas que estavam presentes naquele posto de combate, podemos chamar assim, por ocasião da eclosão do Movimento. Vê-se na foto o General Salvador Gonçalves Mandim, o Governador Abreu Sodré e o Coronel Fontenelle.

Tivemos, ainda, outra emoção muito forte, no dia seguinte. Estavam na sala com o governador, além de mim, os Almirantes Pena Boto e Amorim do Vale

e os Generais Danilo Nunes e Mandim. Em dado instante, todos os presentes estranharam a notícia de que alguns tanques se aproximavam do Palácio Guanabara. Decorridos alguns minutos foi esclarecido que eram filhos do General Etchegoyen que chegavam para entregar uma bandeira nacional ao senhor governador. A emoção tomou conta de todos. Um choro convulsivo explodiu de dentro do nosso ser; um choro que não envergonha porque é a alma lavada depois de uma longa vigília aflitiva e angustiante.

Foi uma seqüência de dias, até a Revolução, que começou com o comício da Central e encerrou-se com o episódio do Automóvel Clube do Brasil com aquele discurso insano.

O choro que o Doutor Nina Ribeiro abordou é o choro de entusiasmo, de vibração e alegria. Entendo que as Forças Armadas foram impulsionadas pelos civis, sobretudo através das Marchas da Família que levaram os quartéis a se levantarem contra aquele estado de coisas. Acredito que essa atuação civil foi da maior importância para o desencadeamento do Movimento.

É verdade. Desde anos anteriores a esses episódios, acentuavam-se as tentativas de expandir o comunismo na nossa Pátria. Ainda estudante universitário lembro da União Nacional dos Estudantes (UNE), verdadeiro instrumento de dominação comunista. Certa feita eu e mais três ou quatro "gatos pingados", colegas de faculdade, fomos à UNE para protestar contra o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia. Seria realizada uma palestra pelo Chanceler Oswaldo Aranha. Ousei interpelá-lo, lembrando-lhe dos pródromos do rompimento, ao tempo do brioso e ínclito Marechal Dutra. Num aparte, disse-lhe: "Será que é preciso sacrificar a honra nacional, visto que ainda persistem os motivos que levaram o Governo do eminente Marechal Dutra a romper as relações com nosso País. Ainda mais agora que estamos assistindo desenfreada expansão da ideologia comunista". Só não fomos massacrados, dentro do prédio da UNE, na Praia do Flamengo, porque iria repercutir muito mal para o próprio Oswaldo Aranha. A equipe de segurança do ministro fez uma parede humana e nos protegeu da pancadaria que iria "chover" sobre nós, por parte da esmagadora maioria de comunistas, na UNE.

Em outro episódio, também, sofri a fúria dos comunistas por contrariá-los. Tive a honra de representar o corpo discente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) num congresso de estudantes – III Congresso Latino-Americano de Estudantes (CLAE), em Caracas. O congresso estava inteiramente dominado pelos enviados de Fidel Castro e quando eu e mais quatro da Colômbia, as únicas vozes destoantes, protestamos, cassaram nossas credenciais e, também, fomos vítimas de agressão física. O jornal *O Globo* publicou em primeira página. Naquele momento, tive

que me homiziar num convento de jesuítas para poder escapar da malta de estudantes comunistas que queriam nos massacrar, simplesmente porque éramos antimarxistas e manifestávamos a nossa opinião.

Mostro com esses antecedentes, durante período imediatamente anterior à eclosão de 1964, que não houve solução de continuidade na minha firmeza ideológica. Quer dizer, quando participei do Movimento de 1964, já como deputado estadual e oficial R/2 da nossa Marinha de Guerra, estava sendo coerente.

O que o senhor gostaria de dizer mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março? Por exemplo, o que se passava no meio militar? O senhor tem alguma informação que gostaria de abordar, sobre esse aspecto?

Sim, sem dúvida. Além de amigos muito próximos tenho parentes no meio militar. Citaria o General Raphael de Souza Aguiar e o Brigadeiro Nelson Lavanère-Wanderley, primos de minha mãe. Este último integrou com bravura a resistência ao comunismo, vindo a tornar-se, inclusive, Ministro da Aeronáutica. Trocávamos idéias e impressões; preocupava-nos as mesmas apreensões e nos preparávamos para agir como bons brasileiros. Fiz muitos contatos, também, na casa do Almirante Sylvio Heck, onde encontrei Aristóteles Drummond e outros queridos amigos que comungavam das mesmas idéias.

O ponto de grande importância, de virada, no meio militar, e que veio a tornar-se, por assim dizer, a espoleta do Movimento de 1964 foi a quebra da hierarquia. Reeditava-se por obra dos comunistas brasileiros os mesmos fatos ocorridos na revolução de 1917, na Rússia, com a revolta do Encouraçado *Potenkim*. Lá como aqui, a quebra da hierarquia faria desabar os edifícios da nacionalidade, as suas instituições mais caras, mais firmes: Exército, Marinha e Aeronáutica. Algo de muito sério, uma resposta à altura teria que acontecer. A assembléia no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença do próprio Presidente da República, patenteou a subversão da hierarquia. Ele deu o aval com a sua presença, complacência e, quem sabe até, com a sua permissão, para que esses movimentos ganhassem crescimento avassalador.

É preciso estar atento, porque esses inimigos da Pátria não desistem. Mudam de tática ou técnica; às vezes, procuram ser sub-reptícios, se fingem até de mortos. Não nos deixemos iludir, estou me referindo aos dias de hoje, achando que os comunistas desistiram do seu intento. Não! Não desistiram! Antonio Gramsci comprova com os seus escritos. Eles mudam sua forma de agir, mas não se afastam dos objetivos que continuam a ser solertes, mesmo depois da queda do Muro de Berlim, mesmo depois da Perestroika, mesmo depois de todos esses episódios que

não lograram, infelizmente, matar no nascedouro essas idéias. O marxismo, ao meu ver, incorpora contradições manifestas às nossas tradições humanitárias, cristãs e democráticas.

Doutor Nina Ribeiro, como o senhor viu a posição da Igreja com relação ao Governo deposto?

A Igreja tem vários matizes. Sou cristão e educo os meus filhos no credo católico. Existe uma Igreja eminentemente respeitável, de Cristo, separada do Estado. Numa passagem do Novo Testamento, Cristo estava pregando quando um publicano indagou, querendo embaraçar a figura do divino mestre: "É lícito pagar o tributo a Cezar" e mostrou-lhe uma moeda romana. Cristo disse: "Dai a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que é de Deus". Separou inexoravelmente o mundo espiritual do mundo temporal. Esta é a Igreja autêntica, legítima.

Sem dúvida, deturpam os ensinamentos da Igreja e vamos dar os nomes: os marxistas Leonardo Boff, Frei Beto...

Frei entre aspas.

E são materialistas. Sofri perseguições por causa disso. Deixei de fazer um programa sobre a defesa do consumidor, na TVE (Televisão Educativa), porque foram me perguntar a opinião sobre a Teologia da Libertação. De início não quis responder por ser matéria totalmente estranha ao programa. Estava há dois anos no ar respondendo "ao vivo" às perguntas dos consumidores de todo o Brasil. Atendíamos cidadãos que eram enganados, vilipendiados, vítimas de fraudes, de estelionatos, na compra de produtos eletrodomésticos, remédios, negócios enfim. Dávamos conselhos, enquadramento jurídico para que essas pessoas pudessem se defender.

Mas a TVE foi dominada pelo MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Certamente, aquilo era uma armadilha para me expulsar de lá. Diante da minha recusa em responder começaram a provocar: "Mas o senhor não tem opinião sobre a Teologia da Libertação? O senhor tem medo de dar a sua opinião?" Acabei por dizer: "Não tenho medo de nada. Vou dar a minha opinião. Se é isso que vocês querem, tudo bem." Passei a explicar a minha opinião sobre a Teologia da Libertação.

Antes de mais nada, é uma desonestidade intelectual. Cristo pregou o dualismo, espírito e matéria, haja vista o exemplo que acabei de citar: "Dar a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que é de Deus". Marx, Engels e outros filósofos ligados ao chamado materialismo histórico pregaram o monismo, quer dizer, só existe uma realidade, a matéria. Pergunto, então, como harmonizar o marxismo monístico, materialista, com o cristianismo dualista, espírito e matéria. Para o

cristão, na palavra de Cristo, existem duas realidades: o mundo espiritual e o mundo material; mas para Marx e Engels existe uma realidade unívoca.

Do ponto de vista intelectual, repito, considero desonesto querer aproximar essas doutrinas. Lamentavelmente, a propaganda dessas idéias tem um certo proselitismo no meio da juventude de pouca cultura, sem o hábito de consultar os livros, e são presas fáceis desses, a rigor, estelionatários intelectuais.

Havia, portanto, a Igreja tradicional que nós defendemos, honramos e respeitamos e a Igreja que sofreu a infiltração marxista. Sabe-se que esta Igreja é desonesta e comete traição. Fui informado, por exemplo, de que na Alemanha, os recursos coletados nas missas eram canalizados para as comunidades eclesiais de base e transferidos para extremistas, marxistas, da América do Sul, particularmente, do Brasil. Traíam os católicos de envergadura, respeitáveis, segundo a tradição alemã. Eles acreditavam estar ajudando a uma pessoa pobre, miserável. As comunidades eclesiais de base fazem um trabalho de solapamento e que é, a rigor, de traição nacional.

A Igreja marxista perfez outras vilanias e torpezas. Infiltrou-se em muitos outros organismos, nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Não poderia deixar de tentar se infiltrar na Igreja católica apostólica romana. Foi comprovado, constatado, que determinados psicólogos, de conotação marxista, foram "colocados a dedo" para examinarem candidatos aos seminários, nos Estados Unidos. Eles, propositalmente, admitiram todos os que tinham tendência à pedofilia. Embora os candidatos a padres fossem rapazes, esses psicólogos com acuidade aprovaram um grande número desses pobres jovens com esta tendência, a meu ver patológica.

O resultado veio alguns anos depois, com esta onda que ameaça até dizimar a Igreja católica nos Estados Unidos da América. Várias ocorrências de pedofilia, envolvendo padres e até bispos. Eles foram infiltrando a Igreja católica. Seria incrível que não o tentassem fazer num organismo da importância e da complexidade da Igreja católica, porque insidiosos e cruéis, acreditando que os fins justificam os meios.

A resultante, em 1964, como agora, também, é que existem duas igrejas. Uma Igreja tradicional, do Padre Godinho, citado, do Padre Calazans, de Dom Jaime de Barros Câmara, e outra Igreja cujos padres usam a batina como escudo para esconder as suas tentativas solertes. Hoje existem padres que pregam a invasão de propriedades no campo ou na cidade, pregam o homem esmagando o homem, matando, trucidando, mesmo que com isso sacrifiquem inocentes. Que religião é esta, afinal? Onde eles aprenderam isto? Certamente não foi nos ensinamentos de Cristo.

São do mesmo naipe desses que dizem se inspirar no Alcorão e pregam a violência. Basta lê-lo para certificar-se de que manda tratar até com brandura os próprios inimigos. Há muitas semelhanças entre a Bíblia cristã e o Alcorão. Essas seitas, a meu ver diabólicas, de extremistas, deturpam e criam uma noção bem atual do *Jihad,* da guerra santa. A propagação islâmica pela violência, pelo terrorismo, pelo banho de sangue, pelo assassinato covarde de crianças, de senhoras, de pessoas, enfim, que não estão armadas, que não são, deliberadamente, confessadas como beligerantes.

De modo que, sobre a posição da Igreja em 1964, como a atual, infelizmente há divisão, um pluralismo: partes elogiáveis as quais enaltecemos e partes execráveis que consideramos a sua contrafação.

Poderia complementar o problema surgido na TVE. A título de querer a sua opinião sobre a Teologia da Libertação, num programa de defesa do consumidor, após sua resposta, dada com toda convicção, qual foi a conseqüência para o senhor?

Expressei na TVE, ostensivamente, como é do meu feitio, a minha convicção sobre a Teologia da Libertação. Disse que era uma contradição e, sobretudo, uma desonestidade intelectual. No dia seguinte, emissário da própria diretoria, os diretores não se dignaram a vir falar comigo, trouxe o recado de que as minhas idéias estavam incompatíveis com o espírito da direção da TVE e, por via de conseqüência, o meu programa estava encerrado. Disse-lhe: "Não é surpresa para mim, esperava por isso", e repeti aquela célebre frase de Cambronne, quando cercado, sem ter mais condições para uma retirada estratégica. Ele disse: *la garde meurt mais ne se rend pas* "A guarda morre mas não se rende." Retirei-me e nunca mais voltei.

Veja a que ponto chega a ação do "revanchismo". Um programa que era benéfico para o brasileiro, para o consumidor, um programa que ia ao encontro do homem brasileiro, ensinando e orientando como proceder. Na verdade, a direção queria fazer uma "caça às bruxas".

É verdade.

O senhor abordou, mas solicitaria de maneira mais enfática, quais os principais acontecimentos, os fatos reais que determinaram realmente o Movimento de 31 de Março?

Sem dúvida. No Palácio Guanabara, soubemos assim que o General Carlos Luís Guedes e Olympio Mourão Filho iniciaram a marcha do glorioso Movimento de 1964. Essa movimentação militar foi uma espécie de catalisador para outros setores que comungavam das mesmas convicções e aguardavam um sinal verde. No entender de alguns houve uma precipitação, mas benéfica e benfazeja. O Movimento estava ma-

duro para nascer e qualquer contemporização poderia, talvez, incrementar o natimorto ou tristemente famoso "esquema Assis Brasil". Com outra desenvoltura, o Jango poderia resistir um pouco mais.

A verdade é que essa precipitação foi benfazeja, pois fez o Movimento medrar. Latente já no coração de todos os bons brasileiros, ele apenas eclodiu, veio para a rua, nasceu e ganhou corpo, ganhou força e conquistou rapidamente a vitória.

O senhor faria algum comentário acerca da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Emociona-me lembrar dessa marcha. Minha pranteada mãe participou desse movimento junto com as senhoras da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia). Na Cidade de Petrópolis, onde tínhamos a nossa casa, ela entregou um ramo de flores ao General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy). Na ocasião, minha mãe fez o discurso, em nome das senhoras presentes, quando de forma eloqüente se concedeu ao General a honra ao mérito pela participação no Movimento. O General Muricy representava as Forças Armadas, particularmente o Exército, que tornou possível a vitória do Movimento de 31 de Março. Sem o Exército, espinha dorsal do Movimento, não haveria o triunfo, mas o campo psicossocial, tão bem simbolizado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi muito importante.

As marchas realizaram-se em vários rincões da Pátria brasileira. Em Minas Gerais, o senhor Leonel Brizola, um daqueles arautos da baderna, foi corrido pelas mulheres, senhoras de terço na mão. "Não venha aqui pregar a subversão, porque o nosso espírito é outro: é cristão, é democrático", disseram-lhe colocando-o para correr.

Quando esse grupo de senhoras desceu de Petrópolis, para participar da grande marcha triunfal, no Rio de Janeiro, havia uma expectativa de enfrentarem piquetes na estrada, em frente à Fábrica Nacional de Motores. Visavam impedir a descida desse grupo de senhoras para se juntar na esplanada carioca com o Mourão Filho, Ademar de Queiroz e outros chefes militares. Apesar da denúncia, elas souberam resistir e, felizmente, nada de mal aconteceu. Aqueles que tiveram essa idéia recolheram-se a sua insignificância. Já tinham reconhecido que estavam batidos e derrotados.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução de março?

O Exército é uma sacrossanta instituição; nunca falhou ao Brasil. Devemos-lhe a nossa emancipação política e a constância das instituições. A manutenção da vida nacional desde os seus pródromos deve-se às Forças Armadas e, em especial, ao Exército.

Em 1964, não poderia ser uma exceção. O espírito que presidiu as Forças Armadas foi o de interpretação da alma legítima do povo brasileiro. As classes arma-

das sublinharam em 1964, mais uma vez, a alma do povo brasileiro, ultrapassando líderes e idéias carcomidos e estereotipados.

Dizia-se no direito romano, ao longo da história das diversas missões das legiões em defesa e salvação de Roma: *Salus populi suprema lex esto* quer dizer a saúde ou o Bem Comum da República é a suprema lei. Não houve, a rigor, uma quebra do espírito da legalidade. A Revolução salvou o Brasil, num momento crítico de sua história; não poderia se omitir, sob pena do País perder-se irremediavelmente.

Gostaria, ainda, aproveitando a pergunta, dizer que vitoriosa a Revolução, não era preciso "pedir desculpas por ter vencido", essa é que é a verdade. No entanto, o ínclito, o brioso Marechal Castello Branco, um dos maiores homens públicos deste País. Um homem de seriedade, cultura, envergadura, energia fantástica e caráter impoluto. Pois esse homem, sentindo que a sua obra iria se encerrar sem que pudesse atalhar sequer muitas questões, teve o escrúpulo de pedir os votos para prorrogar o seu mandato.

É pena que não se tenha prorrogado um pouco mais para que o Brasil entrasse nos eixos definitivamente. Talvez, de forma um pouco precipitada, deixamos que voltassem os "revanchistas", os arrivistas e os "vendedores da pátria". Todos aqueles que comungam uma ideologia de traição nacional, que importam outras idéias. A revolução tinha que ser completada, ir mais longe e aperfeiçoar com mais calma as instituições nacionais.

As Forças Armadas nunca desencadearam uma revolução para vantagens próprias, ao contrário se sacrificaram. É um panegírico de todo soldado nada fazer em causa própria. A começar pelos comandantes mais graduados, até os escalões subalternos, nenhuma vantagem pessoal foi obtida com a Revolução. Falar o contrário é uma infâmia, uma deturpação que procura tisnar, apodar. O espírito da caserna é de sacrifício, pronto a dar a vida.

E se o outro lado ganhasse, quais seriam as conseqüências? Haveria paredão?

Não tenho dúvida de que seria importado para dentro de nossos limites. No entanto, fomos magnânimos. Não houve condenações desse tipo. Houve escaramuças aqui e acolá como em toda guerra de guerrilha. Muitos dos nossos que pereceram assassinados, suas famílias não receberam a devida indenização. Cito um caso só, poderia citar centenas. O soldado Mário Kozel Filho, sentinela no Quartel-General do II Exército, vítima de um atentado terrorista, morreu com bravura, cumprindo seu dever. A família desse homem recebe uma indenização de ridículos R$ 300,00, incapaz de comprar os remédios que seus pais precisam. Enquanto isso, vemos guerrilheiros do Araguaia, por exemplo, homens de alta traição

nacional, que pegaram em armas contra o Brasil e contra as instituições estabelecidas, serem homenageados com nome de rua e condecorados. Hoje, estão em postos de destaque no Congresso. Realmente uma infâmia, uma ironia que o destino, algum dia, há de corrigir.

Doutor Nina Ribeiro, gostaria de apontar alguns civis e militares que, no seu modo de ver, se destacaram naquela luta contra a comunização do nosso País?

Há heróis anônimos, entre civis e militares; muitos nomes poderiam ser lembrados. Mas, sem dúvida, os Marechais Castello Branco e Costa e Silva e os Generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que foram citados.

O nosso General Médici, lá na Academia Militar das Agulhas Negras.

O General Emílio Garrastazu Médici a quem tive a honra de servir diretamente, nas funções de vice-líder na Câmara, como deputado. O eminente Presidente Médici e Dona Scylla foram os meus padrinhos de casamento. Defendi-o com muita convicção; foi um grande presidente e um grande líder, também, da Revolução.

Entre os civis destacaria, sem dúvida, em primeiro lugar, Carlos Lacerda. Homem de talento, bravura e idealismo, conseguiu ser o maior tribuno de todos os tempos no nosso parlamento. Na Revolução foi um bravo. Destacou-se como administrador. Compartilhei da sua ação administrativa, onde mostrou que não era apenas um demolidor, mas sabia construir, também. Lembro-me de que poucos dias depois de assumir o Governo do Estado da, então, Guanabara, começou a faltar água. A adutora do Guandu estourou e o Rio de Janeiro ficou sem água. Normalmente, nesses casos, o governador expede suas ordens e fica em casa. Era um fim de semana. Lacerda foi pra lá e ficou mais de 48 horas sem arredar um instante, comendo sanduíche e em pé. Eu disse: "Governador, o senhor precisa descansar". Ele respondeu: "Não saio daqui, enquanto o Rio de Janeiro não voltar a ter água. Faço questão de dar o exemplo".

Os engenheiros e todos os demais trabalhadores envolvidos na recuperação da adutora trabalharam "a toque de caixa", porque o Governador estava em pé assistindo. Afastou-se 48 horas depois, quando o Rio de Janeiro voltou a ter água. Passou o tempo todo sem dormir, comendo sanduíches; sou testemunha ocular. Foi um líder, um chefe que merece nosso respeito.

Outros nomes de civis que ajudaram a Revolução foram Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Adhemar de Barros, em São Paulo. Deste tenho algumas restrições, mas foi um homem de prestígio e devemos reconhecer seu apoio ao Movimento.

Por uma questão de idoneidade histórica, vou criticar um pouco o próprio Governador Lacerda de quem fui tanto amigo. Quando ele achou que era seu dever

participar da "Frente Ampla", lealmente fui à presença dele e disse-lhe: "A partir desse momento não lhe sirvo mais, embora continue lacerdista. O senhor é que está deixando de sê-lo". Ele tomou um susto, ficou espantado e, também, achou engraçado. Passados os anos, voltamos a nos avistar e estreitar o nosso relacionamento, até o seu perecimento. Naquele momento, creio que estava mal-aconselhado ou mal-inspirado.

Ele possuía uma inteligência brilhante e o gênio tem esses altos e baixos. Naquele momento, infelizmente, me permiti discordar. Não era um robô, mas um adepto sincero de suas idéias. Foi um dos líderes incontestes da Revolução de 1964.

A Revolução foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou ela teve alguma influência do exterior, em especial dos Estados Unidos, como fazem questão de enfatizar nossos opositores? Qual a sua posição? O senhor ouviu algo a esse respeito?

Houve preocupação dos chefes da Revolução e dos líderes autênticos de evitar a intervenção americana. O Governador Lacerda preocupou-se em mandar dizer ao General Vernon Walters, eu estava no Palácio Guanabara e me lembro, no auge da eclosão revolucionária, quando recebemos a notícia da marcha das tropas de Minas, para que se afastasse do Brasil. Solicitava o Governador que o Embaixador Lincoln Gordon transmitisse ao Governo dos Estados Unidos para que não interviessem de forma alguma. "Vamos agüentar o tranco sozinhos", como de fato aconteceu. Lacerda conhecia o General Walters, pela convivência no Palácio.

Na geopolítica mundial, o equilíbrio seria quebrado. Se o Brasil caísse arrastaria a América do Sul. Temos conhecimento de que os Estados Unidos estavam preparados para intervir. Mas não o fizeram, e uma das vozes que pediu para que não houvesse a intervenção, evitando que se maculasse, se tisnasse o Movimento, foi o Lacerda. Procurou-se, justamente, impedir que, no futuro, pudessem dizer: "A Revolução de 1964 foi um movimento americanista ou feito por americanos." Foi um movimento genuinamente brasileiro; não precisamos de ajuda.

Exatamente. O que o senhor está dizendo, o próprio General Vernon afirmou na sua entrevista para o Projeto. Disse que ficaram observando os acontecimentos, sem a menor participação. Até brincou, dizendo que sabíamos muito mais de revolução do que eles.

É verdade. O General Vernon Walters foi uma pessoa muito interessante. Falava 12 idiomas. Tive alguns contatos com ele. O General brincava com o Governador Lacerda, dizendo-lhe: "Meu gato de estimação não gosta do senhor". "Mas por quê?" E ele explicava ao Lacerda: "Quando o senhor começa a falar, na televi-

são, o gato sai da sala". Ele "*He malks out of the room,* ele vai embora da sala, não gosta do senhor. Lacerda dizia: "Não sabia que desagradava os gatos".

Muito afeito à realidade brasileira, certa vez o encontrei num jipe, lá no interior do Maranhão. Conversava com os homens humildes do campo sobre suas vidas, aprendendo o sotaque local. Era um talento para línguas; conseguia falar no sotaque maranhense, também.

Na verdade, com a ligação que tinha com o Mascarenhas de Moraes e com o Castello Branco, por causa da guerra – Vernon fora ligação das forças brasileiras com o V Exército americano –, ele poderia até ter querido se intrometer, mas como um homem inteligente percebeu que era muito mais importante ficar de fora e observar o que acontecia. E viu uma vitória maiúscula, em 48 horas, sem precisar de nenhuma ação estrangeira alienígena.

A mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar exemplos?

Sobre a mídia poderia invocar o que disse a respeito da Igreja. Existiu de vários matizes; vários jornais e várias formas de ver a situação. Havia jornalistas brilhantes, idealistas, sinceros, da categoria de Flávio Cavalcanti, por exemplo, que apoiou o Movimento. Sabia a origem e os fins visados pelo glorioso Movimento de 1964. Outros optaram por ficar "em cima do muro". São jornalistas que procuram ver "para que lado o vento vai soprar", onde poderia dar maior vantagem e tombar para este lado. São utilitaristas. Um outro grupo foi formado com os empedernidos e intoxicados pela ideologia comunista, redivivos pela comunhão das idéias de Antonio Gramsci.

Este último grupo continua a infiltrar-se na mídia, e o que foge ao credo marxista procura omitir, negar e deturpar. As legítimas conquistas da Revolução são, simplesmente, afastadas. Para falar dos tempos atuais, há poucos dias fiquei revoltado com as invasões desaçaimadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seguindo cartilhas, com grande apoio do Foro de São Paulo. Lamentavelmente, vemos a imprensa muito infiltrada.

O MST tem ligações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), movimento revolucionário sem escrúpulos. Abrigou, por exemplo, Fernandinho Beiramar. Usa o tóxico, o seqüestro e outras formas para angariar recursos para comprar armas, objetivando mudar o governo de um país ou, até, de toda a América do Sul.

Nas invasões, não apenas fazendeiros são trucidados, mas peões, empregados humildes dessas fazendas. Propriedades produtivas que estão dando emprego e plantando alimentos são invadidas e pessoas são sacrificadas, às vezes, mortas

covardemente. No episódio de Carajás, aquela tropa foi acuada e agredida. Também do MST, havia pessoas com armas de fogo. É muito curiosa a interpretação que certos jornalistas de esquerda deram aos fatos, mas as imagens não mentem. Fizeram comentários tendenciosos, mas tiveram a incúria de passar o filme. Quem o assiste, melhor sem o áudio para não atrapalhar, constata que a tropa que se deslocou para a região para pôr fim à baderna foi acuada. No último momento restava se deixar imolar como mártires, traindo o seu dever funcional, ou reagir em legítima defesa, no exercício regular de direito. A tropa agiu como devia.

Revoltado e condenando esses excessos, escrevi um artigo sobre o MST e o estado de direito. Enviei-o para vários jornais, mas para o meu dissabor não foi publicado. Talvez porque incomoda. Alinhei fatos, invoquei artigos da Constituição, princípios de direito. Para minha honra, vi o artigo reproduzido pela Internet, por meio do *site* do Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), do Coronel Juarez. Lamentavelmente, os grandes jornais não publicaram.

Quais, no seu modo de ver, as principais realizações e erros que o senhor destacaria da Revolução de 1964?

Teríamos que gastar muitas horas falando das conquistas da Revolução de 1964. Contudo, o principal acerto reside no aspecto moral. Passamos a viver no Brasil um clima de seriedade, de respeito pela autoridade constituída. Qualquer cidadão, não apenas as autoridades, mas o operário, o homem simples, o bom pai de família saía à rua e sabia que seria respeitado. Hoje, não se respeita mais nada, neste País.

Em toda esquina, pode-se sofrer um assalto, acontecer um crime. Meus filhos, quando custam a chegar fico sobressaltado. Sai-se de casa, sem saber se se volta. Hoje, pretende-se, por meio de um plano diabólico, urdido não se sabe se aquém ou além fronteiras, desarmar os homens de bem. O Congresso estuda, até, considerar como crime inafiançável possuir arma em casa; é um absurdo.

O senhor Leonel Brizola é o grande culpado pelos altos índices de criminalidade em nosso Estado. Quando Governador, deu ordem à polícia para não perseguir os traficantes, assassinos e ladrões que se dirigissem para alguns morros, sabidos por todos. Portanto, permitiu a criação e consolidação de verdadeiros santuários da criminalidade.

Enquanto os bandidos continuam armados, possuem armas até de grosso calibre, capazes de derrubar um avião, surge esse movimento de sonhado pacifismo. O homem de bem não tem que escrever pela cartilha dos covardes, mas reagir a um assalto, é claro, se tiver meios para isso. Não aceito quererem desarmar a

população civil, não obstante ela deseje ter a sua arma em casa, registrada e legítima, para defender-lhe a família e a incolumidade física.

Desde tempos imemoráveis existe esse instituto que o próprio Cícero, em Roma, falava: *non scriptased natalex*. Quer dizer, a legítima defesa não é uma lei escrita; é inata da condição humana. Como poderei exercer a minha legítima defesa contra um assaltante armado se não tenho arma. Essa idéia tem provocado muitas críticas de pessoas avisadas e de professores de direito. O homem de bem não pode mais estar armado para se defender, em legítima defesa.

A Inglaterra, por exemplo, resolveu proibir ao cidadão ter arma em casa. Chegou-se ao ridículo do representante da equipe olímpica de tiro, meticulosa e britanicamente, ter que embarcar num avião e ir treinar na Suíça. A arma está lá; ele volta para a Inglaterra sem a mesma. Os resultados estão sendo desastrosos. Recrudesceram muito os assaltos a residências, sobretudo de pessoas idosas, apesar da eficiência da *Scotland Yard*, a polícia inglesa. Os bandidos raciocinam de uma forma simples: o cidadão inglês é cumpridor da lei; sei que naquela casa moram dois anciões. Se eles estão proibidos de ter armas, qual vai ser a reação deles? Eles podem nos cuspir, xingar, dar uma vassourada, quando muito, e nada mais do que isso. Eles se encorajam a vencer os umbrais e invadir a casa alheia. Ao contrário, se o cidadão de bem pudesse ter a sua arma, devidamente registrada, poderia reagir e fazer com que o assaltante pagasse pela sua ousadia, em determinadas circunstâncias. Assim reage um homem.

Mas, creio ser tudo parte de uma orquestração de objetivos mais longos. Sente-se que existe uma tendência para desarmar as Forças Armadas dos países da América do Sul, particularmente o Brasil. Há um "revanchismo" solerte. Faltam verbas orçamentárias e a Segurança Nacional é uma das colunas mestras da sobrevivência da nacionalidade. Garroteiam o soldo dos militares, aviltando-os. Jovens promissores não se dirigem mais às academias militares, na expectativa de terem um mínimo de ambição no futuro e poderem criar bem as suas famílias. Falta verba para alimentação, faltam peças de aviões para reposição. Os pilotos deixam de fazer as horas de vôos que são obrigados a cumprir. Há um verdadeiro "canibalismo" entre as aeronaves: peças de um avião vão guarnecer outro, deixando aquele em terra, naturalmente. A Marinha enfrenta os mesmos problemas. Companheiros, amigos daqueles tempos de guarda-marinha, no estágio no contratorpedeiro *Pará*, muitos ainda continuam na ativa, em conversas, demonstram sua decepção pela falta de meios que assegurem a plena eficiência da Força.

A meu ver, é uma orquestração, interna e externamente, levada a cabo por elementos que querem as Forças Armadas fracas, para que possam com facili-

dade cobiçar a nossa Amazônia ou tomar outras medidas que levem a governos excepcionais. É preciso estar alerta e atento. Isso começa em casa com o cidadão.

Devemos ressaltar: a Revolução de 1964 está inspirando todo esse "revanchismo", porque acertou. Ela incomoda muito, pelos seus resultados. Quando eu era vice-líder na Câmara dos Deputados, várias vezes exerci a liderança. Podia proclamar da tribuna que o nosso Produto Nacional Bruto (PNB) crescia mais de 11% ao ano. Nunca houve, em nenhum período de nossa história, uma expansão econômica tão avantajada; são índices incomparáveis. Exatamente o período que eles chamaram, depois, injustamente, de "anos de chumbo" ou "anos ditatoriais". Esses índices incomodam.

No domínio da comunicação, éramos paupérrimos. Os governos que se seguiram à Revolução de 1964 transformaram-no completamente. A reforma agrária, enfrentou-a o Presidente Castello Branco, com objetividade e sinceridade. O Estatuto da Terra foi criado sem demagogia, sem açular apetites subalternos, sem importar cartilhas da Nicarágua mal traduzidas, às vezes, distribuídas no próprio idioma espanhol. Como o "sandinismo" ou outras doutrinas exóticas podem servir de exemplo para o progresso brasileiro?

Volto a enfatizar o que disse no início da resposta. Enalteço, sobretudo, o aspecto moral. Hoje, mesmo as autoridades, quando sofrem uma vilania, um ataque, uma torpeza, dizem: "Ah! Vamos parlamentar". Como parlamentar, se há uma invasão, uma prática de ilícito penal, se a Constituição ou o Código Penal ou outra lei foi vulnerada! Têm que haver uma reação enérgica, sob pena da autoridade se desmoralizar. Lamentavelmente, constatamos que muitos que exercem postos no Governo, simplesmente diante do erro, da afronta, do ataque, da pilhagem, do roubo, do assassinato dizem: "Vamos parlamentar". Parecem acumpliciados, complacentes, colocando num parâmetro de igualdade os homens de bem e os bandidos, salteadores e outros da pior categoria possível e imaginária.

Doutor, agora os erros. Que erros o senhor levantaria?

O saldo da Revolução de 1964 foi altamente positivo. Há pouco disse que havia uma preocupação em pedir desculpas por ter vencido. Ora, vencedor de revolução não pede desculpas de nada; vai em frente e completa a obra. Houve um certo receio, por parte dos chefes revolucionários no Poder, de serem mal-interpretados; alguém poderia achar que trabalhavam para o seu próprio interesse. Nunca tiveram esse intento. Sabemos a imparcialidade que sempre os norteou; sempre viveram modestamente, conhecemos-lhes os hábitos, durante décadas e décadas. Não mudaram, não ficaram deslumbrados com o Poder, não tiveram a "vertigem do Poder", a vertigem das alturas.

Um aspecto que conheço bem de perto e, lamentavelmente, ficou quase que intocável foi a legislação político-eleitoral. Os prejuízos ao País foram incríveis. Vemos que a vida política traduz-se de forma grosseira e desonesta, com a invasão de muitos tipos inescrupulosos que conseguem triunfar. O problema é simples de entender; basta comparar os ganhos de um deputado federal com os gastos nababescos de uma campanha política. A diferença é chocante e o sistema eleitoral brasileiro conduz, lamentavelmente, à desonestidade.

Tomemos Minas Gerais como exemplo. O indivíduo, para se eleger deputado federal nesse Estado, tem que percorrer um território maior do que a França. Vai precisar de avião, uma frota de automóveis, um "batalhão de pessoas". Isso ultrapassa em muito os ganhos de um deputado federal, bem avantajados em comparação com outras categorias profissionais ou funcionais por esse Brasil afora.

Por força dessa situação, está ocorrendo uma queda cultural e de seriedade dos elementos que representam a sociedade. O Congresso Nacional, hoje, reflete o interesse de grupos confessáveis e inconfessáveis e não os ideais do Bem Comum, o interesse da coletividade como um todo, como queria São Tomás de Aquino, por exemplo, na Suma Teológica. São pessoas jurídicas ou igrejas ou outros grupos que têm condições econômicas de eleger os seus representantes: deputados de empresas, de igrejas, dos traficantes, dos contrabandistas, enfim pessoas jurídicas, em última análise. Uma pessoa física, a não ser muito rico, não tem condições econômicas de bancar uma campanha política nos moldes em que ela se realiza no Brasil.

Por não querer vender a minha alma, fui forçado a me afastar. Ou teria total independência das convicções ou sairia. A partir do momento em que houve a fusão da Guanabara com o Estado do Rio a campanha tornou-se muito mais cara e difícil, sobretudo, para as pessoas físicas. Advogado, homem de classe média, eu não poderia arcar com aqueles ônus.

É uma pena que a Revolução não tenha mudado a legislação político-eleitoral. Existem exemplos, como o voto distrital puro, inglês, em que o representante do povo é eleito por um pequeno arrabalde dos subúrbios de Londres, por exemplo. O gasto é de saliva e sola de sapato, mais nada; anda a pé, cumprimenta e discute os problemas com os seus vizinhos. Nesse modelo, qualquer categoria profissional pode ser candidato. Quem vai dizer se ele tem qualidade o conhece de perto, sabe como ele trata a família, os filhos. Depois, como ele mora ali, estará obrigado a explicar por que votou determinado projeto, por que se absteve. Isso é democracia, e não custa nada.

Tentou-se aprovar, mas não houve eco. Os parlamentares chegam ao Congresso por esta forma, drenando dinheiro de grandes grupos de interesses nacio-

nais ou multinacionais, de toda a natureza, até criminosos, como já constatamos. Não lhes interessa mudar as regras do jogo. A mudança viria *manu militari,* uma conseqüência da Revolução, ou seria muito difícil, talvez, nunca mais. Perdeu-se uma oportunidade de ouro. Mas não se pode exigir tudo. O saldo foi inteiramente positivo, válido, e temos que reconhecer: a Revolução de 1964 salvou o Brasil.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

De forma alguma; de forma alguma. Não houve falta de canais durante todo o período da Revolução, do seu advento até o fim. As vozes discordantes sempre tiveram acesso aos meios de divulgação, e até mereceram uma certa predileção, visto serem eles muito infiltrados, diga-se de passagem. Quando tivemos o bipartidarismo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – eu era da Arena – houve a preocupação em dar uma voz à oposição. O MDB podia falar livremente e essa voz, no Congresso, ecoava alto e ganhava manchetes dos jornais, e deturpava muito os fatos.

Vivi um episódio na Câmara que mostra a falta de escrúpulos desses que dizem não terem voz. Havia uma recomendação de respondermos aos ataques. O Presidente Médici queria que todas as acusações fossem respondidas. Fiz até um curso de economia para responder com cifras quando procurassem atacar os dados econômicos. Pedi até um quadro-negro e escrevia. Nada mais acachapante do que um dado certo ou uma cifra exata, num momento propício. Mas a oposição usava de subterfúgios e de armas, às vezes, solertes.

Estava no exercício da liderança da Arena, no Governo Médici. Um dia, entrou no recinto o Deputado Marcos Freire, de Pernambuco, aos berros, fazendo um escarcéu: "Mataram! Mataram! Assassinos, mataram um estudante em São Paulo!" Fez um tumulto enorme. Começou a juntar gente; os jornalistas com os olhos arregalados, tomando nota e gravando. Pensei: amanhã vai eclodir em todos os jornais. Liguei para o meu amigo Carlos Alfredo Paiva Chaves, Coronel Paiva Chaves, uma das minhas fontes de informação. Era um homem cumpridor dos seus deveres, eficiente, admirável; lastimo muito a sua morte prematura. Um grande cavaleiro. Disse-lhe o que acontecia e precisava responder. Ele disse: "Agüenta, espera um pouco".

Três minutos depois, ele me contou o que acontecera. Um estudante jogou uma bomba na Universidade de São Paulo (USP) e foi preso. Cometeu crime comum e tinha que ser preso, fosse estudante ou não. Jogar uma bomba numa universidade

é ato terrorista. Ao ser conduzido pelos autores da sua captura, num determinado momento, conseguiu se desvencilhar, saiu correndo, atravessou a rua e um caminhão atropelou-o. Morreu em plena via pública, diante de milhares de pessoas. Fui ao plenário e pedi um aparte. Marcos Freire escarneceu: "Vossa Excelência vem aqui defender os carrascos da ditadura, quero encerrar o meu discurso". Eu disse: "Vossa Excelência não quer conceder um aparte, muito bem; peço à mesa que me inscreva. Vou responder imediatamente ao seu discurso".

Concluído o discurso dele, seguiu-se um clima tenso, de expectativa. Alguns jornalistas que simpatizavam comigo disseram: "Nina, sai dessa. Você vai defender a morte do estudante, o que é isso! É o seu fim político". Disse: "Deixa pra lá, não é o meu fim político e, ainda que fosse, é meu dever. Não é nada disso que vocês estão pensando". Fui para a tribuna, exerci o tempo regimental que me cabia no exercício da liderança, e disse: "Esse pobre estudante, essa infeliz criatura que jogou uma bomba na universidade, criminoso comum, morreu. Lamentamos a sua morte, como a de qualquer ser humano. Mas ele morreu atropelado como milhares de outros brasileiros". Casualmente, tinha as estatísticas de atropelamentos. Narrei todo o fato e desmistifiquei, por completo, o discurso de Marcos Freire. Exclamaram: "Ah! Mas foi isso!" Foi uma ducha de água fria que acabou com todo o efeito sensacionalista.

Mais tarde, em plena campanha eleitoral pela minha reeleição, fui convidado para ir ao Fundão. Aconselharam-me a não ir, por ser um antro de comunistas e ficaria sujeito a toda sorte de violências. Decidi que, uma vez convidado, o meu dever era ir. Qual não foi a minha surpresa quando cheguei. Mostraram um livro e um se levantou e disse: "O senhor sempre defendeu os carrascos da ditadura; como é que o senhor vem aqui falar para os estudantes?" O livro do Marcos Freire estava adulterado. A minha explicação, narrando em minúcias o episódio, tinha sido suprimida. Uma desonestidade.

Denunciei a farsa e recebi muitas vaias. Jogaram frutas e outros objetos encima de mim, mas continuei a falar. Disse: "Lamento que vocês que protestam contra um pretenso regime violento, não erguem a sua voz contra as masmorras e as violências de um Fidel Castro. Por que vocês não erguem a sua voz contra as violências que existem no regime comunista da China? Por que vocês não erguem a sua voz contra os países comunistas que praticam toda a sorte de atrocidades? Onde está a consciência de vocês? Onde está a imparcialidade, o senso de justiça?" (Veja-se *O Livro Negro do Comunismo*).

Os apupos cessaram. O estudante, muitas vezes, é mal-informado. Gosta de ser agressivo, se afirmar, mas possui no íntimo um sentimento de justiça. Quando

sentiram que falava a verdade e que tive a coragem de ir lá, naquele meio hostil, eles calaram, pararam de me vaiar e algumas poucas, muito poucas palmas, eclodiram.

Quais eram os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Onde buscavam orientação e apoio? O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

A luta armada baseia-se no seguinte princípio: somente pela revolução, pela força das armas, se consegue o Poder. Ela continua em vigor, não desapareceu. Enquanto uns acreditam nos meios democráticos para atingir o Poder e aceitam as restrições inerentes a tal exercício, outros, os extremistas, praticam a luta armada, visando obter o Poder total, completo.

A luta armada pretende queimar etapas e provoca a eclosão de movimentos sociais, no campo e na cidade. Para atingir seus objetivos diabólicos, estimulam a luta de classes, o ódio de gerações, apóiam o desarmamento dos cidadãos e, de todas as formas possíveis, o enfraquecimento das Forças Armadas. Vale-se de pobres coitados, como massa de manobra, "buchas para canhão". O democrata não desdenha a ajuda dos cidadãos nem viola a lei. Nós, democratas, não precisamos destruir um país da imensidão territorial do Brasil, com tantas terras devolutas; não precisamos ocupar fazendas produtivas. Eles usam os tratores, não para amanhar a terra, mas para derrubar cercas e invadir fazendas; usam celulares, não para se comunicar com os seus companheiros, mas aliciar pessoal armado para fazer as invasões. Deturpam tudo.

Mesmo antes do Movimento de 1964, desde o tempo de Francisco Julião, mentor das "Ligas Camponesas", atuam procurando desestabilizar as instituições estabelecidas. Hoje, com muito mais sofisticação, com meios mais avançados, tecnologicamente, e armamento contrabandeado.

Continuaram durante a Revolução e ela foi, até, magnânima com muita gente; podemos dizer que não primou pelo excesso. Poupou pessoas que, legitimamente, poderia não tê-lo feito. A Revolução até se coibiu, se autolimitou, em todas as formas. Morreram pessoas de lado a lado pela refrega, escaramuça e batalha havidas. Inclusive, execuções sumárias internas feitas por gente do próprio partido comunista.

Na Câmara, quando o pessoal da oposição lia os nomes daqueles que tinham morrido, pretensamente até torturados, enfrentava o problema. Sempre disse que "a prática da tortura é algo abjeto e se existiu foi episódica, num plano unicamente individual". Jamais foi admitida como uma instituição, isso é uma mentira deslavada.

Do lado da Revolução, vimos muito bons brasileiros serem sacrificados. Civis inocentes, mulheres e crianças, foram vítimas de terrorismo; bancários mor-

tos pelas costas, assassinados violentamente, nos assaltos a bancos para angariar fundos. Precisavam desses recursos para comprar armas e manter viva a chama revolucionária; precisavam manter a própria guerrilha do Araguaia. Lia as dezenas e dezenas de nomes de pessoas sacrificadas, na tribuna da Câmara, mas não conseguia o mesmo destaque nos jornais. Não era publicado, não repercutia. Quando caía alguém do lado de lá, isso ganhava manchete dos jornais, mas se fosse do lado de cá, não merecia sequer uma linha de jornal. Bastava um acidente ou qualquer fato que acontecesse, e é claro, quando há um enfrentamento, uma guerra, entre pessoas armadas, pode ocorrer mortes, evidentemente.

Muitos que atacaram e, ainda, atacam a Revolução de 1964 usam de "dois pesos, duas medidas"; demonstram parcialidade, injustiça, solércia e falta de caráter. Sobretudo, eles são comprometidos com o outro lado.

Sobre o AI-5, que o senhor me perguntou, configuro-o como um bisturi que num determinado momento foi usado para extirpar um carcinoma. É a mesma coisa que perguntar se o bisturi é necessário? Existe um tumor no organismo e para extirpá-lo precisa-se de uma intervenção cirúrgica. O médico, com o bisturi na mão, pratica uma agressão, mas benfazeja. O organismo humano sangra, gera dor, mas é uma agressão legítima para extirpar um tumor maligno. Se o bisturi não for usado o doente morre, e rapidamente.

Numa outra fase, com os instrumentos jurídicos dos códigos penais e a Lei de Segurança Nacional (LSN) se tornou, realmente, desnecessário. Não defenderia a sua permanência, pois implicava restrições ao estado de direito, mas em determinado momento, foi necessário. Repito a imagem do bisturi. No momento em que há um câncer grassando num organismo, não se pode questionar: o médico tem o direito de agredir o paciente, ou não? Temos que primeiro salvar-lhe a vida; depois, pensa-se em outra providência. Evidente que o bisturi não pode ser usado a todo momento, a toda hora. Mas não foi o que se quis; a existência do AI-5 foi temporária.

É preciso deixar bem claro isso e situar o AI-5 nos seus termos. Não se queira deturpar aquilo que foi conseguido num momento em que a baderna ensaiava voltar a este País.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". Antes, na vigência do próprio Movimento revolucionário, falava-se em regime militar, governo militar. Hoje, fazem questão de afrontar. O que o senhor pensa a esse respeito?

Chumbo existe na mentalidade pesada deles. Pensam que conseguem embair, enganar, pelas frases de efeito que geram. São mestres da propaganda; está em

Gramsci, também. Através de idéias-forças procuram ganhar a guerra do campo psicossocial; não é uma guerra atômica, convencional ou de guerrilhas, mas uma guerra psicológica.

Chamam de “anos de chumbo” por quê? Naqueles momentos, um indivíduo podia andar mais leve pelas ruas. Hoje, não são mais “anos de chumbo”, mas o número de assaltos é gritante, chocante. No amplo círculo das minhas relações, desconheço quem não tenha sido assaltado ou, pelo menos, não teve ninguém da família vítima de uma tentativa de assalto. É impressionante. Não são “anos de chumbo”, mas o cidadão pode levar chumbo a qualquer momento e ficar pela rua.

O senhor falou que não conhece ninguém que não tenha sido vítima de assalto e quero fazer coro, dizendo que também não conheço. Quem sofre a ação do bandido não tem, na hora, como se defender; é deprimente, é humilhante para o cidadão que paga os seus impostos. E ainda vêm com essa “palhaçada” de passar trator por cima de armas, como se isso fosse resolver o problema. É insuportável vê-se pessoas que deviam ter bom senso alegar que as armas têm que sair da mão da sociedade, quando elas continuam na mão dos bandidos.

Exatamente. Essa tese do desarmamento geral e completo poderia, até, ser examinada com honestidade, se o desarmamento começasse pelos bandidos. Mas acontece que eles continuam armados e o ambiente é de intranqüilidade. Para defender a minha vida e a da minha família, dentro do meu lar, preciso de uma arma. De outro modo, a legítima defesa fica sendo uma figura de linguagem, aquilo que os latinos chamavam *flatus vocis* É uma panacéia, uma bobagem, só uma figura de estilo, sem maior conteúdo.

O clima atual é acabrunhante. Sente-se o desrespeito às instituições. Traficantes metralham até os próprios públicos, como vimos a prefeitura do Rio ser metralhada. Policiais são assassinados pelas costas, tão-somente porque são policiais, em missões de ronda ou parados num determinado ponto. É o dinheiro do tráfico que grassa de uma maneira louca e desenfreada. Eu, como advogado, graças a Deus, até hoje nunca defendi um traficante nem defendo. Fazê-lo me causaria asco, nojo. São seres abjetos, anti-sociais, que transformam sua prática numa forma de subversão armada, vindo a ameaçar a existência da própria nacionalidade. Vide o drama da Colômbia, nos dias de hoje, trazendo perigo sério para o território brasileiro, que não está imune a essas influências.

Há um desrespeito à ordem constituída, e a autoridade não se faz respeitar. Comentei sobre isso. Diante de um ato violento, não se tem que parlamentar, mas repreender com a força; de outra maneira é uma covardia. E não se pode exigir de ninguém, muito menos da autoridade, que seja covarde.

O cidadão tem o direito de reagir. No dizer de Von Shering, grande mestre do direito, "o homem que abaixa a cabeça diante da violência, que não pugna pelo seu direito – ele usou uma expressão muito dura na sua obra *Zweckim Recht*, o "Fim do Direito" – é um castrado moral". Assim, existe um dever inerente à própria dignidade do ser humano: reagir diante do bandido.

Lembro-me, também, de uma frase célebre do Benjamin Disraeli, Lord Beaconsfield, que foi Primeiro-Ministro da Rainha Vitória, período em que a civilização britânica atingiu a sua culminância. Perguntaram-no a que atribuía a grandeza da Inglaterra. Respondeu assim: "Atribuo a grandeza do Império Britânico unicamente ao seguinte: os homens de bem, os homens honrados, têm pelo menos a mesma coragem que os salteadores e bandidos". Creio ser aplicável ao caso brasileiro.

"Ditadura militar" é outro termo forjado nessa guerra semântica de palavras. Voltaire dizia: "*calomnier toujours,* quer dizer, repetir uma mentira muitas vezes ela acaba ganhando foros de verdade. O que seria uma "ditadura militar"? Analisando os termos, seria um governo de militares para militares. Isso nunca houve, ao contrário, a preocupação era entregar um grande número de cargos a civis. Ouso dizer que houve um certo açodamento, uma certa precipitação, em fazer voltar a Presidência da república, muito antes do tempo, aos civis. Outro aspecto, os militares não auferiram benefícios, não aumentaram vantagens próprias, enquanto no Poder. Ao contrário, "abriram a porta" e possibilitaram o "revanchismo".

O fenômeno se repete no Chile e na Argentina. Aprovada a Lei da Anistia, por exemplo, procuram desenterrar os mortos como se só existissem de um lado. Esquecem que existiram mortos e sacrificados dos dois lados. Procuram inundar as mentalidades, sobretudo dos mais jovens, de verdades deturpadas ou meias verdades.

O grande escritor brasileiro Machado de Assis, talvez, um dos maiores romancistas que tivemos, disse assim: "Diga-se a verdade, mas diga-se completa, porque a verdade pela metade equivale a uma mentira completa". Vemos nesses livros didáticos que compulso, porque tenho três filhos, deturpações e meias verdades ganhar foros de verdade completa. Seus conteúdos são deturpados, propositalmente amesquinhados, torcidos e retorcidos, tudo no intuito de omitir os benefícios trazidos pela Revolução de 1964 e de se alardear alguns erros que aconteceram. Esses, evidentemente ninguém é perfeito, ganharam lente de aumento e passaram a ser um princípio geral. Nos livros didáticos, os erros tornaram-se normas do governo, como se fossem normas estratificadas, quando eram apenas casos particularizados, um exagero, uma minúcia, um detalhe. Visa-se solapar, desacreditar, criar um antimilitarismo.

Vemos essa tendência se estendendo a vários setores. Creio muito sério e lamentável: em algumas instituições educacionais baniu-se do currículo a guerra de guerrilhas. Como se pudesse apagar a história, deixou-se de dar a festividade merecida, a profundidade devida, à Intentona Comunista de 1935. Isto procura ser obnubilado, escondido. As comemorações da Revolução de 1964 não têm a grandeza e brilho merecidos. Vemos, no campo de nomes de ruas, de honrarias e de indenizações pagas com o dinheiro do erário público, homenagens à traição nacional, em detrimento dos verdadeiros heróis, que restam hoje anônimos ou com indenizações miseráveis, e até ofensivas, como é o caso do soldado Mário Kozel Filho, que citei há pouco.

Doutor, da sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Um período de crescimento acelerado do País, com respeito ao cidadão e ao princípio de autoridade. Os problemas fundamentais do Brasil foram enfrentados com decisão, com objetividade. Nos múltiplos setores da atividade humana houve franco progresso. Na indústria; nas comunicações, sem dúvida com resultados magníficos; na habitação, área tão carente, criou-se o Banco Nacional da Habitação; a reforma agrária, enfrentada com o Estatuto da Terra.

Faltou seqüência a esses resultados alvissareiros. Maus políticos, politiqueiros, desejosos de fazer demagogia, assumiram o Poder, depois da Revolução. Distingue-se, nesse instante, o estadista do politiqueiro. O estadista tem coragem de arrostar a impopularidade para o bem do povo; aplica remédio amargo, regime espartano, quando é necessário fazê-lo, e não conquista votos. O politiqueiro jamais tomará uma atitude que seja impopular; procura agradar sempre, se possível, a todos, pelo menos, à maioria. Às vezes, maioria desavisada, presa fácil da demagogia e ele se encastela no Poder. Eis a verdadeira fraqueza do regime democrático. Não há regime perfeito. O politiqueiro aproveita essa fragilidade; é a brecha por onde ele ascende ao Poder. Mas é fácil distingui-los.

O erro da Revolução, se houve, foi ter abreviado a sua existência. Deveria prolongar-se, um pouco mais, e feito outras reformas, como a que eu mencionei no plano político-eleitoral, e no plano educacional. Teríamos a vantagem de ter pessoas mais instruídas, de olhos mais abertos para as realidades do País, advindo, naturalmente, um amadurecimento progressivo e constante do nosso regime livre e democrático. A precipitação em abreviar impediu que muitas reformas eclodissem; não puderam se realizar. Muitos "ninhos de vespas" continuaram intocáveis, intangíveis, e mantiveram o seu fel. Aberta a porta, voltou a ser destila-

do, com o auxílio externo de outras potências, dentro da estratégia de converter a América do Sul ao comunismo e ao materialismo dialético. Realmente, temos, hoje, problemas sérios a enfrentar.

Qual a sua avaliação da abertura política, desde o Governo Geisel?

Como disse, foi um pouco açodada, queimou etapas, e com isso deixou de dar certos arremates. A abertura, sobretudo, escancarou a porta para que os inimigos da Revolução pudessem recrudescer de uma forma solerte, impiedosa e cruel, deturpando, mentindo e laqueando a boa fé do público, em particular das novas gerações, e procurassem a todo pano voltar ao Poder. É o que eles estão fazendo, hoje.

Mesmo anteriormente, a Revolução se precipitou, no meu entender ao permitir que fosse prematuramente julgada pelas urnas antes de esgotadas as etapas de sua evolução, e, do amadurecimento de certos frutos de resultado e conquista inegáveis sob ponto de vista do interesse público. Nesse sentido coube a Jellinek, entre outros mestres do Direito, desenvolver a tese das Revoluções como fatos geradores de Direito. Senão, como explicar a Independência do Brasil, a Proclamação da República, a Emancipação das Treze Colônias americanas em relação à Inglaterra etc. Por isso mesmo, as eleições de Israel Pinheiro, em Minas Gerais, e Negrão de Lima, na Guanabara, representaram um claro revanchismo. Neste último caso, instruído com documentação relevante pelo então Coronel Ferdinando de Carvalho, homem bravo e intimorato que sofrera até atentado por presidir o IPM do Partido Comunista, requeri como Deputado o *impeachment* do senhor Negrão de Lima que tinha comprado o apoio de um partido fora da Lei – o Comunista em prol de sua candidatura a Governador de Estado, em pleno ciclo revolucionário. Denunciei até que o acordo tinha se dado em casa do Advogado Letelba Rodrigues. Submetido a votos, na Assembléia Legislativa, depois de muitas sessões tumultuadas, votaram comigo apenas a Deputada Lígia Lessa Bastos e o Deputado Célio Borja. Também os Editoriais de quase todos os jornais foram contra o referido *impeachment* que correspondia ao repúdio a um partido fora da Lei e ao espírito revolucionário de 1964.

Observa-se, a partir de 1985, a presença do chamado "revanchismo" por parte de políticos, autoridades em geral e da mídia, em relação, fundamentalmente, aos militares. O que o senhor acha a respeito?

O "revanchismo" está mais presente do que nunca, porque determinado por um desejo desaçaimado de destruir a autoridade moral, representada pelas forças

vivas da nacionalidade. Estende-se a todos os campos. Copiam os ensinamentos revolucionários de Gramsci, esses "revanchistas" adeptos do comunismo, que preconizam a destruição dos valores atuais da sociedade e, numa segunda etapa, implantar uma nova ordem social. Que nova ordem social? A ditadura do proletariado ou para o proletariado: o Estado comunista.

Está demonstrado no "Livro Negro do Comunismo", publicação imparcial, da Europa, livro volumoso; título original em francês é *"Le Livre Noir du Communisme"*. O comunismo matou mais de cem milhões de pessoas, em vários quadrantes do mundo, ao longo dos regimes e do tempo. O livro mostra de forma consistente.

A verdadeira violência dos nossos dias começa dentro de casa. Certas idéias são deturpadas; procura-se desmoralizar as instituições nacionais: a Igreja, criando-se a sua contrafação, uma igreja anedótica: a igreja da Teologia da Libertação; as Forças Armadas, criando-se instituições paramilitares em detrimento das mesmas; A Família, procurando-se aviltá-la, por meio da ênfase a esses movimentos *gays*.

Os homossexuais são criaturas humanas que devemos ter sentimento de comiseração, porque isso não disfarça a anormalidade que são investidos. Bastaria um raciocínio "kantiano" para mostrar que não são normais. Uma vez, num programa de auditório, aliás, não deveria ter ido pelo ambiente altamente depreciativo – havia muitas pessoas que procuravam zombar das instituições e da família – fui instado a dizer o que pensava do homossexualismo. Disse que tinha piedade, mas não os considerava normais. Recebi uma monumental vaia, em troca. "Por que não são normais!? São tão normais quanto o senhor e qualquer outro" – disseram. Respondi-lhes que não é preciso invocar razões de ordem moral nem religiosa, e lembrei-lhes um pensamento respeitado do filósofo Emanuel Kant. Na "Crítica da Razão Pura", *"Kritik der Teorichen Vernunft",* ele explica como podemos saber se uma ação é moral, sob o ponto de vista da razão. É simples, basta convertê-la em máxima universal sem absurdo. Vamos exemplificar: Eu posso roubar? Se a ação de roubar for convertida em máxima universal, é claro que a vida em sociedade vai ser impossível. Até o ladrão vai ser roubado. Então eu não posso converter a ação de roubar em máxima universal sem absurdo. Outro exemplo: Eu posso praticar a caridade? Se todos praticassem a caridade seria ótimo, o mundo seria melhor, haveria menos injustiça e mais comiseração pelos pobres.

Muitos pensam que é privilégio da esquerda ter comiseração e respeito pelos humildes e pelos que têm fome. Ao contrário, querem-nos para massa de manobra, para usá-los como alavanca para atingir o Poder, para "bucha de canhão". São os primeiros a sacrificar esses pobres coitados na possível reação a uma invasão de uma propriedade agrícola. Desejamos as reformas dentro da lei, de

forma legal, democrática, respeitando o direito de propriedade sem esquecer-lhe a função social; jamais o panegírico do egoísmo.

Então, a máxima de Kant é válida. Respondi-lhes que as pessoas nascidas, às vezes, com esses distúrbios glandulares merecem a nossa comiseração. Se tornassem a prática homossexual uma regra absoluta a humanidade desapareceria da face da Terra, em uma geração. Logo, baseado nesse simples raciocínio, não são normais.

É possível dialogar com o moço, mostrar onde está a verdade, acabar com a mistificação por meios das palavras, que envenenam as instituições. Esse é o grande desafio da nossa época. As armas não são apenas de fogo, mas psicológicas: os *slogans*, a propaganda, a forma de enquadrar. "Ah! fulano é de direita", repetem até empurrar o cidadão de seu plano para a direita, no sentido de desmoralizar. Creio que nós buscamos o centro, até por questão de equilíbrio, de geometria.

Essa terminologia surgiu na Revolução Francesa. Na representação popular, os deputados que ocupavam as cadeiras mais à direita da sala eram adeptos da volta da realeza. Os que se sentavam na parte mais alta eram os "montanheses", à esquerda os "jacobinos", violentos e radicais. Ao longo do tempo, ganhou outros matizes. Hoje, chamar de direita ou esquerda é depreciativo. O cidadão é encurralado na direita para ser desmoralizado pela mídia. Não aceito esses termos.

Na atualidade, existem os traidores da pátria e os que respeitam as tradições brasileiras. Os que respeitam a Família, a nossa fundamentação cristã, o Estado democrático; os que querem as instituições livres, honrar o Exército de Caxias, a Marinha de Barroso ou a Aeronáutica de Santos Dumont. Queremos que respeitem nossos valores e não fazer a exaltação do anti-herói, do bandido; a apologia do crime. Até bem pouco, víamos muitos jornalistas fazerem elogios aos "mineirinhos", aos bandidos. Geravam-se, no espírito dos jovens, o culto aos anti-heróis; que exemplo de vida este anti-herói poderia dar?

Nulificar todos os valores, a idéia bolchevista em marcha; vamos destruir todos os valores. Num primeiro momento, não há preocupação com o controle total da economia, porque acham ser impossível. Procuram solapar os valores e as instituições. Idéia desde que o estrategista Sun Tzu disse que a melhor forma de se conquistar uma fortaleza é desmoralizar a sentinela, é desmoralizar os ocupantes desta fortaleza. Quando a moral da tropa cair a zero, a fortaleza cairá como um castelo de cartas.

A forma de dissolver as instituições começa com o uso indiscriminado do tóxico, porque o toxicômano é quimicamente desfibrado. Para conseguir comprar é capaz de roubar o pai; a donzela, talvez, de ceder a sua virgindade. Procuram fazer rir da virtude. Um jovem, hoje, que resista ao tóxico, que não pratique esse tipo de

vício, é desdenhado, escarnecido, por muitos outros jovens. Sou pai e senti essa influência. "Nós somos chamados de caretas, bobocas, no colégio, meu pai!" Pedi que meus filhos convidassem os seus colegas e passei um filme importado, feito por médicos, que mostrava com realismo como ficavam as vísceras e o cérebro daqueles que se intoxicavam com as substâncias ditas estupefacientes, a começar pela maconha, o primeiro degrau, que já causa danos permanentes ao cérebro.

Disse-lhes que poderiam ser zombados, chamados de ultrapassados, até outros termos mais insultuosos, pelo fato de não participarem da rodinha do fumo: da maconha ou do LSD ou da heroína ou da cocaína, mas se não resistirem, não há volta. Tenho certeza de que saíram dali vacinados.

Lamentavelmente, não há reação das escolas, dos livros didáticos e dos meios de divulgação com essa envergadura. Precisamos mostrar a verdade, esclarecer; mostrar ao jovem o que é uma vida sadia, uma vida pelo esporte; mostrar o que é a prática da democracia, o que devemos aos homens de armas das gloriosas Forças Armadas do Brasil, os atos de bravura, desde o nascimento da nossa Pátria. Mostrar sem rebuço, sem peias, com honestidade e sinceridade; sem ter medo de elogiar a quem merece. Quando queremos usar os meios de divulgação, somos cerceados, seja pela infiltração, seja pelo fato de preferirem chocar pelo gritante, pelo absurdo. A preocupação exclusiva é vender jornal.

Vou contar um episódio, na citada TVE, em que acabei por me indispor. Estava num programa de entrevistas, ao lado de outras pessoas, entre as quais esse cantor chamado Ney Matogrosso. A pergunta do âncora do programa, o entrevistador, foi a seguinte: "Que o senhor faz, quando chega em casa depois do trabalho?" As respostas dos entrevistados eram simples: "vou tomar banho", "vou ler o jornal" etc. Eu disse que ia ler, alguma leitura atrasada, ou descansar um pouco. Ele, com o maior cinismo, o programa era vespertino, disse assim: "Ah! Eu chego em casa muito tenso. Fumo um "baseado", um cigarrinho de maconha, para me sentir bem". Eu me levantei e disse: "Protesto! Aqui é uma emissora do governo. É lamentável. Fumar maconha é crime e esse senhor está fazendo a apologia do crime. O senhor deveria sair daqui preso". Ele disse: "O que é isso Nina, você está perdendo a esportiva". Retruquei: "É isso mesmo! Tem adolescentes assistindo ao programa, meus filhos, e devo protestar. O senhor é um cantor, galvaniza multidões, e está dando um mau exemplo. Além disso, utiliza um meio de divulgação que pertence ao Governo para fazer apologia do uso da maconha. O senhor sabe que isso é crime?" O programa não pôde prosseguir.

O homem de bem precisa se indignar diante de certas situações. Aquele que abaixa a cabeça e morre sem berrar é carneiro, não é um ser humano.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o Movimento Comunista Internacional? O comunismo, realmente, não desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu, apenas mudou de roupagem. Haverá sempre adeptos do totalitarismo. Ele atualizou-se, aproveita com mais habilidade as brechas, as reivindicações sociais legítimas: emprego, comida, moradia. As soluções para esses problemas é secundário. Servem aos adeptos do comunismo de alavancas para a conquista do Poder, no seu caminho de truculências. Existem nações que exportam essa ideologia e armas e, mais do que isso, procuram penetrar no Brasil. Em Brasília, há uma representação oficial das FARC, por exemplo.

É um absurdo, mas existe.

O Foro de São Paulo acolheu e agasalhou esses verdadeiros traidores da pátria colombiana e inimigos da nacionalidade brasileira. É um movimento que teima em persistir, em tomar conta das manchetes dos jornais, em destruir os valores, dominar, pelo rapto, o espírito dos jovens, de gerações futuras, que podem mudar tudo isso. É preciso estar alerta, não para praticar injustiças, mas para saber reprimir e revidar à altura, em todos os campos em que esses insidiosos inimigos da Pátria queiram atuar.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião, embora se tente ocultar do povo esses resultados. O que o senhor acha disso?

É verdade. A despeito de todas essas manobras que descrevemos, da infiltração da mídia, da deturpação das verdades, há um clamor por segurança, tranqüilidade. Muitos identificam nas Forças Armadas este verdadeiro caráter exponencial de guardiões da nacionalidade. No Império, havia o Poder moderador exercido pelo imperador; na época republicana, tem sido exercido pelas Forças Armadas. Quando a vida da Nação está em perigo, elas nunca têm faltado ao seu compromisso.

Muitos cidadãos vão, até, ao exagero. Querem que as Forças Armadas façam tudo, por exemplo, se convertam em Polícia. Não foram criadas para isso. A formação do soldado, do marinheiro ou do aviador e o próprio armamento não é apropriado. A Polícia é indispensável na sua missão. Precisa-se, porém, modificá-la, extirpar-lhe os carcinomas existentes. Lamentavelmente, há em todas as classes sociais; não é privilégio da Polícia ter maus elementos. Criar uma carreira dignificante, com o policial ganhando bem, para suprir-lhes as necessidades.

Hoje, na dura realidade econômica, conhecemos casos concretos de policiais militares forçados a morar próximo dos antros dos bandidos. Que autoridade tem esse

policial ao prender um traficante, quando ele sabe que um amigo ou um assecla ou um apaniguado daquele meliante é vizinho dele. Amanhã, poderá ferir sua família. Age a meia-força ou até fica inibido. Creio que o policial devia residir em determinados lugares, pagos pelo Estado, além de terem um salário mais compatível.

A favela é um outro tipo de sociedade. Com o vácuo de poder da sociedade estabelecido, o traficante assume a liderança, em muitos desses lugares. Pratica alguns atos caridosos, aparentemente: fulano precisa estudar para o vestibular, ele paga o curso; um indivíduo se machucou, a mulher vai ter filho, é urgente, não pode esperar mais, o traficante dá o dinheiro. Fica idolatrado e passa a aproveitar; utiliza os adolescentes, que eles chamam de "aviões", para levar o tráfico ou mensagens dos seus negócios. Nessa hora, impõe na marra a sua vontade e quem se voltar contra ele, corta a mão, fuzila, mata. Cria-se este regime draconiano da anti-sociedade, uma realidade dos nossos dias.

Invocando Disraeli, se os homens de bem tiverem a mesma coragem, não precisa ter mais, basta a mesma coragem dos bandidos, ultrapassamos essa fase. Sou otimista. Temos forças vivas na Nação que podem começar. Os integrantes das nossas briosas Forças Armadas, a população civil ordeira e trabalhadora, que respeita a lei, os empresários que querem tocar a livre empresa sem o desejo egoísta e desaçaimado do lucro. Esse homem é bem-vindo. A propriedade deve ser o objetivo de todos aqueles que trabalham; desejamos que o operário possa ser um proprietário: ter sua casa própria, seu veículo, e que possa se vestir e comer satisfatoriamente.

Doutor Nina Ribeiro, pedimos ao senhor que registre para nós uma mensagem final, no nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Antes de mais nada, quero agradecer e dizer da minha emoção de estar na casa dos meus antepassados. Enaltecer a Biblioteca do Exército pela preservação dos nossos valores. O Exército é a espinha dorsal, a alma da Nação. Tem um valor inapreciável, inestimável, inexpugnável. Felicito, também, a iniciativa deste Projeto. A preservação destes depoimentos e sua ampla divulgação deve ser validada, para que as futuras gerações aprendam a amar o Brasil. Que Deus nos inspire e nos permita fazer tudo isso.

Coronel-Aviador Gustavo Eugenio de Oliveira Borges

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e os de Oficial de Comunicações em Scott Field-Training Comand/EUA – Air Force e de Oficial de Controle de Tráfego Aéreo em Sheppard Field-Training Comand/EUA – Air Force.
- Passou a maior parte de sua carreira exercendo a função de Assistente de Aerovias na Organização e Desenvolvimento dos Serviços de Proteção ao Vôo, nos Setores de Controle de Tráfego Aéreo e de Busca e Salvamento.
- Foi Representante do Brasil no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional em Montreal/Canadá (1955/1957), no Conclave de Navegação Aérea em Montreal (1956), na Assembléia Geral em Caracas (1956) e em outras Conferências.
- Em 1961, foi Diretor Geral do Departamento de Correios e Telégrafos (atual ECT).
- Após a passagem para a reserva, em 1962, foi Diretor Administrativo da Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba.
- Em 1964, era Secretário de Segurança Pública do Governo Carlos Lacerda, Estado da Guanabara, com a incumbência de administrar a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Guarda Civil, a Polícia Judiciária, o Corpo Marítimo de Salvamento, o Departamento de Trânsito, o DOPS e a Radiopatrulha.

Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2002.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Exército Brasileiro por essa oportunidade que tenho de, pela primeira vez, revelar uma série de fatos que não pude mencionar antes por motivos mais ou menos óbvios. Apesar de escrever cartas e ensaios, a patrulha comunista na imprensa até hoje não permitiu que esses meus documentos fossem publicados.

Por isso a importância desta oportunidade que a Força Terrestre me oferece, ocasião também propícia de agradecer ao Exército Brasileiro pela extraordinária colaboração durante a fase pré-revolucionária em que o Estado da Guanabara, do qual eu era Secretário de Segurança, estava sob constante ameaça de estado de sítio e de intervenção e até de assassinato do Governador Carlos Lacerda, como vou narrar mais adiante.

Pretendo abordar tudo aquilo que ainda tiver guardado na memória, complementado pelo que trago anotado. Grande parte do que vou dizer estará baseado em documentação que possuo, nos meus arquivos particulares. Naturalmente, alguma coisa ficou só para a memória, porque não era possível documentar tudo.

Pretendo abordar os assuntos que conduziram as Forças Armadas à Revolução de 31 de Março, tornando praticamente obrigatória a sua entrada no panorama político nacional.

A verdade é que, ou as Forças Armadas atendiam à absoluta maioria do povo, partindo para uma revolução, ou, então, o Brasil ia ser entregue à União Soviética, passando a ser mais um satélite a servir de base para lançamento de foguetes contra os Estados Unidos. Escrevi um artigo sobre isso: o Brasil seria o quarto flanco – o flanco sul, porque há o flanco Europa, leste; oeste, Ásia; norte, transposto somente por foguetes ICBM (pertencente a família ATLAS de mísseis balísticos intercontinentais), por cima da calota polar, porque não era possível haver uma invasão por terra através do pólo; faltando o flanco sul, o Brasil estava sendo preparado para esta destinação.

Daí, o interesse da União Soviética em fomentar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) neste verdadeiro continente.

Coronel, poderia nos mostrar o seu caminhar, desde aquele início, lá no Governo Vargas. Por que resolveu entrar na política? O senhor era, até determinado momento, somente oficial aviador e depois se sentiu obrigado a participar de atividades políticas. Por quê?

A minha participação, ao lado de vários outros colegas de turma – no início eram só colegas de turma – deve-se ao seguinte fato: havia uma corrupção generalizada no Governo Getúlio Vargas. Era escândalo em cima de escândalo, e quem mais denunciava, com base em documentação farta e raciocínio lógico, era o Carlos

Lacerda, através, primeiro, de colunas na *Tribuna da Imprensa* e no *Correio da Manhã*, e depois no seu próprio jornal chamado *Coluna da Imprensa*.

Até que um belo dia nós soubemos lá na Diretoria de Rotas, onde eu trabalhava, no Aeroporto Santos Dumont, que um coronel da FAB (Força Aérea Brasileira) chamado Guilherme Telles Ribeiro estava fazendo uma operação irregular na compra de material para a FAB.

Irritados e envergonhados, denunciamos o fato e demos todos os documentos e comprovantes para o Carlos Lacerda publicar, o que ele fez. Resultado: 15 dias depois, esse Coronel Telles Ribeiro e um capanga entraram no edifício do Lacerda e deram uma surra nele dentro do elevador.

Assim que soubemos na Diretoria de Rotas, eu e os majores ficamos muito revoltados, com um claro sentimento de culpa, porque tínhamos induzido o Lacerda a publicar aquele artigo, aquela denúncia que geraria a agressão.

Reunimo-nos no Aeroporto e resolvemos passar a acompanhá-lo, armados de 45, para defendê-lo com a nossa presença. Daí para frente, começamos a acompanhar o Lacerda.

Todo dia tinha um acompanhante. No dia 4 de agosto de 1954, eu estava escalado, mas na hora do jantar recebi um telefonema do Galeão me convocando para vôo do Correio Aéreo Nacional no dia seguinte de madrugada. Como a gente decolava muito cedo, eu não quis fazer o vôo cansado, maldormido.

Telefonei para o meu colega Rubens Florentino Vaz para me substituir e ele pegou o serviço no Colégio São José, na Tijuca, onde o Lacerda proferia uma palestra. De lá, passei o bastão para ele às 9h da noite, e ele levou o Lacerda no carro dele até em casa, na Rua Tonelero, 180.

Lá chegando, o Lacerda, que estava com o filho Sérgio, desceu de um lado e o Major Vaz desceu do outro. Ficaram conversando um pouco, depois o Lacerda se afastou pela calçada para entrar. Este fato está descrito com todo o detalhe em meu livro, lançado, há pouco, novembro de 2001, com o título "Getúlio e o Mar de Lama", que estou deixando no Projeto de História Oral. Ele mostra a verdade sobre 1954 e faz uma análise de todo esse período. De maneira que não vou entrar em muito detalhe, porque já consta aí...

Ficou muito conhecido esse episódio do assassinato do Major Vaz e ocorreu uma coisa que não é ressaltada no livro, que foi a aglutinação das Forças Armadas em torno da FAB para caçar os assassinos do Vaz. Isso foi muito comovente, a FAB ficou extremamente grata. Havia dias, como digo no livro, em que apareciam no Aeroporto Santos Dumont mil oficiais do Exército, fardados, com 45 na cintura, para caçar o bandido Euribes da Silva.

Esse episódio resultou no suicídio do Getúlio – o Getúlio se matou de vergonha. Dizem que foi o Lacerda que derrubou o Getúlio, coisíssima nenhuma, o Getúlio se matou de vergonha. Há uma versão de alguns médicos de que ele foi morto, não foi suicídio, porque existem umas circunstâncias meio esquisitas relacionadas com a sua morte.

Por que é que o Getúlio, um homem que sempre gostou de andar bem-apresentado, bem-vestido, iria se suicidar de pijama e chinelo? Essa é a primeira dúvida que aparece. Segunda dúvida: por que a família impediu a realização da autópsia? Isso também é muito estranho, pois seria do interesse deles fazer a autópsia, para constatar se a bala tinha realmente partido do revólver de propriedade de Getúlio. Impediram a autópsia e nunca se soube se a bala era aquela mesma que tinha partido do revólver dele.

Passaram-se os tempos, Getúlio já um tanto esquecido, assume o Café Filho, que fica doente, seguem-se aqueles episódios do Lott. O Marechal Henrique Lott dá o golpe do 11 de Novembro e o Carlos Luz toma posse, mas fica só por um mês. Enfim, é uma história muito longa, que não vem muito ao caso, porque pouca influência teve no 31 de Março.

Apenas serviu para que nós, assustados com a corrupção que já vinha anunciada e prevista com a posse do Juscelino, recomeçássemos a conspirar para derrubar o Juscelino.

Aqueles dois episódios de Jacareacanga, PA, e Aragarças, GO, por exemplo, foram essencialmente dois movimentos um tanto românticos, dirigidos contra a corrupção de Juscelino, e não sou eu quem falo na corrupção do Juscelino, quem declara e cita fatos e tudo é o Samuel Wainer no livro "Minha Razão de Viver". O Samuel Wainer era o dono da *Última Hora*, o jornal que apoiava o Getúlio, criado para o seu próprio apoio e depois mantido pelo Juscelino com o dinheiro maciço do Banco do Brasil.

O que o Samuel Wainer roubou do Banco do Brasil é uma loucura, e depois foi parar na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso, em que aparecem todos os valores, datas e documentos.

Chegamos, então, à Revolução de 31 de Março. A situação política era tão ameaçadora, do ponto de vista da segurança nacional, que as Forças Armadas tinham que tomar uma posição. Naquela altura, o Lacerda também tinha sido eleito Governador e eu era o Secretário de Segurança.

Nessa posição, participei e assisti em parte, assisti de camarote, à Revolução toda. Por isso minha disposição em dar esse depoimento, porque realmente vi coisas que pouca gente viu, acompanhei do lado de dentro.

Como Secretário de Segurança, o que gostaria de destacar, inclusive mostrando os constrangimentos e as dificuldades vividas pelo Lacerda?

O Jango tinha ódio mortal do Lacerda. Acredito que era mais fruto de inveja, porque ele era um incompetente, um bronco completo, um *playboy* de fronteira, que passara a juventude indo a cabarés e farras. Até mesmo depois de Presidente da República, ele organizava orgias num apartamento ao lado do Copacabana Palace, era a sua maior preocupação.

Enquanto o Lacerda era um tribuno, um jornalista respeitável.

Um homem respeitado, que estava fazendo um excelente governo no Estado da Guanabara. O Jango adotou várias linhas de ação para destruir o Lacerda.

Primeiro foram "futricas" para atingir a parte econômica do Estado, impedindo ou dificultando o Estado a tomar um empréstimo para fazer a obra da água que está aí até hoje. Nós temos água hoje graças a Carlos Lacerda.

O Lacerda conseguiu um empréstimo por fora, sem garantia do Tesouro, sem aval do Tesouro, sem garantia do Banco do Brasil, sem nada, apesar da oposição do Jango. No fim, ele provocou uma outra...

Lembrar que a Zona Sul do Rio de Janeiro não tinha água, era um inferno...

Não tinha, eu morava na Zona Sul... Passavam-se vinte, trinta dias, sem pingar uma gota d'água.

Em Copacabana era uma coisa terrível. A solução veio com o Lacerda, valendo-se da água do Guandu, sozinho, sem nenhum apoio do Governo Federal.

O Estado teve que custear tudo sozinho, apenas com apoio do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, um empréstimo sem o aval do Banco do Brasil.

Tendo o Lacerda conseguido o empréstimo e dada partida no projeto da água, o Jango ficou desesperado e pôs em prática a idéia do Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, armando a seguinte armadilha: numa lei de aprovação do orçamento da República, ele incluiu um artigo dando direito aos policiais da Guanabara de optarem pelo Governo Federal. Os policiais da Guanabara eram aqueles que tinham ficado no Rio, na época da mudança da Capital para Brasília, e por decreto do Juscelino eles permaneceram aqui, para não desfalcar completamente a Polícia e o Corpo de Bombeiros do Estado, para a cidade não ficar abandonada. Em Brasília, só havia barraco naquela época – era a tal "Cidade Livre" dos candangos – e o Goulart criou, então, essa possibilidade.

Inseriu esse artigo na Lei de Meios e com isso conseguiu esvaziar a Polícia. Ele tirou do Corpo de Bombeiros e da Polícia, em três ou quatro dias, cerca de dois mil bombeiros, três mil e tantos policiais militares e mais dois mil da Polícia Civil.

Esse é um fato que pouca gente sabe. Poderia falar mais sobre esse esvaziamento?

Vou lhe dar mais informações. Em primeiro lugar, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) – entidades esquerdistas que reuniam trabalhadores para promover agitação e estimular greves –, criados em 1962, com a complacência e conivência do Jango, davam sobejas demonstrações de já estarem em condições de paralisar o País. Ameaçavam desligar todas as fontes de energia e paralisavam os ônibus freqüentemente por meio de greves violentas.

O Lacerda mandava mobilizar centenas de caminhões do Estado para oferecer transporte gratuito para a população, o que de certa forma frustrava o desígnio do Jango.

Mas, não contente com isso, ele continuou com a opção da Polícia e do Corpo de Bombeiros e montou o seguinte: foram cerca de dois mil bombeiros, foi a pior manobra deles, porque o Estado ficou somente com duzentos bombeiros, e esta cidade não pode funcionar com menos de quatro mil homens no Corpo.

Fiquei torcendo e remoendo dentro da Secretaria para não haver nenhum incêndio, porque só havia bombeiro no quartel da Praça da República e um bombeiro de sentinela em cada quartel, fingindo que o quartel estava funcionando. Mas não tinha ninguém, estava tudo abandonado. Isso demorou uns quinze dias. Ao fim dessa quinzena, já conseguimos preparar novos bombeiros recrutas, que foram recompletando os quadros.

Com a PM, foi mais ou menos parecido. As quantidades eram maiores, mas a PM era muito grande, já tinham chegado os novos recrutas, então, apesar de eles nos tirarem mais de três mil PMs, ainda havia número suficiente para fazer o policiamento da cidade.

A Polícia Civil foi desfalcada, mas também rapidamente fizemos concurso para comissários, delegados, escrivães e peritos do Instituto de Criminalística, recompletando os quadros rapidamente, graças à eficiência do Governo do Lacerda como um todo, sobretudo a sua Secretaria da Administração.

Veja a maldade do Abelardo Jurema: ele retirou aqueles bombeiros todos nas vésperas do pagamento, que era no dia 27 ou 28 do mês. De maneira que, de repente, a Tesouraria do Corpo de Bombeiros ficou completamente às moscas, não havia como fazer a folha de pagamento do pessoal.

O Secretário de Finanças da Guanabara da época mandou quarenta contadores "craquérrimos" para dentro do Corpo de Bombeiros e em 48 horas eles fizeram a folha de pagamento dos bombeiros e nós pagamos em dia. Isso deixou o Jurema e o João Goulart furiosos, porque era mais uma frustração da dupla.

Então, resolveram partir para o assassinato. Recrutaram aquele General Alfredo Pinheiro...

Pinheiro, Comandante do Núcleo da Divisão Pára-quedista.

O General Pinheiro, Comandante dos pára-quedistas, participou de uma reunião no Apartamento 15 do Anexo do Copacabana Palace com os Deputados Leonel Brizola e Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, e com o Subchefe da Casa Militar do Presidente João Goulart, Coronel João Sarmento.

Nessa reunião, o Ministro da Justiça deu ordem para que o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, na manhã do dia 4 de outubro de 1963, prendesse o Governador Carlos Lacerda e, no caso de haver resistência, atirasse para matar, quando o Lacerda fosse fazer uma inauguração no Hospital Miguel Couto, no Leblon, prevista para as 8h da manhã. O Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, ao dar a ordem no dia 3, véspera da ação, esclareceu ao General Pinheiro que o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, estava a par de todo o plano e dera sua aprovação, uma vez que o Jango ia conseguir o decreto do estado de sítio, o que serviria de motivo para o desencadeamento do plano.

O Ministro da Guerra, que mandou abrir Inquérito Policial Militar (IPM), alegou, em nota oficial, que só tomara conhecimento das notícias sobre o atentado contra o Lacerda, ao chegar ao Rio, por meio de sua Assessoria.

Em Brasília, foi encaminhado à mesa da Câmara o requerimento do Deputado Padre Godinho, para constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de apurar as responsabilidades no fracassado atentado contra o Governador Lacerda.

Quer dizer que os executantes seriam enganados, porque não havia estado de sítio.

Exatamente, seriam enganados. Mas eles não eram bobos, o oficial do Exército não é bobo, ao contrário. O Tenente-Coronel Francisco Boaventura, grande oficial, o Chico Boaventura, desconfiou do negócio. Ele era Comandante do Grupo de Artilharia Pára-quedista.

Chamado pelo General Pinheiro, ele disse que só cumpriria a missão por escrito. O General Pinheiro não ia escrever e assinar embaixo o nome; ele se recusou a assinar a ordem, alegando que a ordem ele recebera, por intermédio do Ministro Abelardo Jurema, do próprio Presidente da República e não tinha sido dada por escrito, no entanto ele tinha aceito de boa fé, tudo perfeito, considerando, principalmente, que o País já estaria em estado de sítio, de maneira que tinha de cumprir.

Mas o Boaventura disse "não vou". O Coronel Aragão, Comandante do Regimento Santos Dumont, recebeu a mesma missão e também se negou a cumpri-la. O Coronel Monção, que assistiu a tudo, era o Oficial de Operações do Estado-Maior do Núcleo. Não confundir o Coronel Aragão com o Almirante Aragão nem com o

General Moniz de Aragão. O Coronel Aragão era comandante do Regimento de Infantaria Pára-quedista, como falei, o Regimento Santos Dumont.

O Coronel Aragão foi meu Professor de Geopolítica na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando eu era cadete e ele oficial de Estado-Maior.

Esses oficiais, então, ficaram de vigília no quartel, ficaram voluntariamente de prontidão, preparados no quartel para tentar inviabilizar o Plano.

No entanto, sem que o Boaventura, o Aragão e o Monção percebessem, o Tenente-Coronel Abelardo Mafra, Chefe do Estado-Maior do General Pinheiro e com ele mancomunado, organizou uma tropa com gente da Arma de Engenharia, valendo-se, portanto, de uma Companhia de Engenharia lá do Grupamento de Unidades Divisionárias, e saiu com essa tropa pelos fundos do quartel. Mas, de madrugada, um oficial pára-quedista telefonou para um agente meu de informações, de inteligência, denunciando o fato.

Eu já estava alerta e tinha posto de sobreaviso a Polícia Militar. Às 4h da madrugada, mais ou menos, veio a confirmação de que eles iriam sair.

O primeiro telefonema foi à 1h da manhã, quando determinei a dois agentes de Inteligência do Estado da Guanabara, que se deslocassem para a praça próxima ao hospital, para me relatarem os fatos que estariam por acontecer. Ao mesmo tempo, telefonei para o Lacerda.

O Lacerda, muito esperto, disse: "Não põe PM lá, nós não vamos combater ninguém. Você faz o seguinte, está marcado nos jornais para às 8h a minha visita. Vou chegar lá às 6h15min, e quando os pára-quedistas aparecerem já terei ido embora há muito tempo".

Achei formidável aquela solução, até para mim, porque não ia ter que entrar naquele combate, mas deixei os dois agentes lá.

Esses dois agentes, por conta própria, bolaram uma outra operação complementar. Eles estavam cada um com um carro, foram para a Avenida Niemeyer e trombaram os dois, um com o outro, atravessando e bloqueando completamente a pista.

Daí a pouco, chegaram os pára-quedistas e havia dois carros enguiçados na frente, não podiam passar, tinham que esperar a perícia por causa do seguro. Depois de meia hora de discussão, os pára-quedistas carregaram no braço os dois carros trombados, afastaram, passaram e chegaram às 8h30min no Hospital Miguel Couto. Evidente que não tinha mais ninguém! A inauguração já havia acontecido.

As informações completas me chegavam pelo rádio, porque os dois rapazes me transmitiam. No dia seguinte, o Exército abriu uma sindicância, no Núcleo da Divisão Pára-quedista, respondida pelo Boaventura, que deu um depoimento perfei-

to, completo, detalhado, mas com um pedido de insistência do General Pinheiro para que não fosse divulgado.

Por alguma manobra esperta, esse depoimento dele saiu publicado inteirinho no jornal *Estado de São Paulo*. Quer dizer, foi lançado em São Paulo para confundir o Pinheiro e o Jango aqui no Rio de Janeiro.

Saiu em São Paulo o depoimento inteiro e depois ainda teve, no dia seguinte, mais um comentário do Estado de São Paulo, reafirmando tudo aquilo que tinha sido dito e o resultado, por incrível que pareça, foi a prisão por trinta dias do Tenente-Coronel Boaventura e a sua transferência para fora do Rio de Janeiro. Aquela CPI, requerida pelo Padre Godinho no Congresso, foi abafada pelo Tancredo Neves, que era o cara que atrapalhava tudo. Posso até citar outros tantos fatos em que ele emperrou o andamento.

Com isso, puseram uma pedra em cima do inquérito dos pára-quedistas, apesar de, como diz o código penal: o crime é tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstância alheia à vontade do agente.

A prisão, com morte do Lacerda, não aconteceu por motivos alheios à vontade do Jango, do Abelardo Jurema, do General Pinheiro, do Brizola, todos eles coniventes.

O crime é doloso, porque houve concurso de todos e quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua cumplicidade. Todos eles eram cúmplices. No livro que vou publicar ainda este ano, listo os culpados.

O Lacerda escapou por ter sido avisado do problema e pela estratégia que ele mesmo concebeu de chegar lá mais cedo e fazer a inauguração em outro horário.

Exato. Nesse livro, listo os meliantes: João Belchior Marques Goulart e Abelardo Jurema, políticos mandantes; Leonel de Moura Brizola, político concorrente; Alfredo Pinheiro, General agente; Abelardo Mafra, Tenente-Coronel agente; e o possível acobertamento da parte do Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, e mesmo do Comando do I Exército. Isso mostra a vontade do Jango em destruir o Lacerda...

Coronel, por que a planejada ação do Almirante Aragão contra o Governador Carlos Lacerda, tão comentada na época, não logrou êxito?

O dispositivo do Assis Brasil, Chefe da Casa Militar do Jango – o tal esquema militar – caiu como um castelo de cartas. Ele, Assis Brasil, autorizou o Almirante Aragão, Almirante fuzileiro, a atacar com os dois Batalhões de Fuzileiros o Palácio Guanabara, destruir o Palácio, se fosse preciso, e matar o Lacerda.

Esses dois Batalhões saíram dos seus quartéis lá na Ilha do Governador, mas eu tinha radiopatrulha na cidade inteira me avisando de qualquer movimento de tropa em qualquer canto. Fui informado imediatamente de que os portões do quartel do Batalhão Humaitá e do Batalhão Riachuelo dos fuzileiros tinham-se aberto.

Mobilizei então a Polícia Militar para fazer um cordão do lado de fora e tentar resistir, pelo menos algumas horas, à tropa dos fuzileiros, que era muito superior. Eu não tinha a menor ilusão de que ia ganhar qualquer coisa.

Mas nós tínhamos entupido as ruas com caminhões, com tratores, máquinas pesadas etc., para atrapalhar...

Como foi o deslocamento da Força controlada pelo Almirante Aragão?

O deslocamento não foi fácil, pois o BCC (Batalhão de Carros de Combate) tem uns tanques muito pesados e ele levava aquilo na frente. Mas no RCMec (Regimento de Cavalaria Mecanizado), naquela época chamado de Regimento de Reconhecimento Mecanizado (RRecMec), conhecido por "RecMec", os tanques são mais leves, e não teriam condições de arrastar aqueles tratores imensos da Secretaria de Transporte.

Muito menos os fuzileiros, que só tinham aqueles carrinhos blindados para desembarque, que são necessariamente leves para poder flutuar. O Almirante Aragão partiu de lá do quartel com a missão de acabar com o Lacerda no Palácio Guanabara.

Dei partida na Polícia Militar. Com isso, despertamos a atenção do I Exército. O General Moraes Âncora telefonou para o Aragão e disse: "Se você passar do Ministério da Marinha, corto as suas tropas com o Rec Mec", tropa de Campinho.

O Rec Mec, hoje RCMec, nessa altura, estava todo estacionado no pátio em frente do Quartel-General do Exército, Palácio Duque de Caxias, em frente deste mesmo edifício onde estamos. Ele inteirinho. Só um pelotão tinha prosseguido e estava protegendo o Palácio Laranjeiras perto do Palácio Guanabara. O Almirante Aragão ficou com medo, porque a coragem não era o forte dele, ele gostava muito de ser carregado no colo pelos marinheiros, mas isso é uma outra história.

Então, o General Moraes Âncora impediu a vinda desses dois batalhões do Almirante Aragão e com isso...

Frustrou-se mais essa última ação hostil do Jango contra o Lacerda, que é a resposta à sua pergunta.

Esse deslocamento foi em que dia exatamente?

Foi no dia 1º de abril, no fim da tarde, no dia seguinte ao Movimento iniciado pelas tropas do General Mourão em Minas Gerais.

Onde estão as raízes do Movimento de 1964? Isso foi plantado em 1935, com a Intentona Comunista? Ou com o tenentismo em 1922?

Pelas pesquisas que fiz, o Partido Comunista, criado em 1922, infiltrou-se, dentro da técnica comunista, na primeira manifestação que passou a ter uma certa relação com o Partido, que foi a Coluna Prestes.

A Coluna Prestes começou em 1924. O Prestes era oficial do Exército, da arma de Engenharia, servindo no Rio Grande do Sul, no Batalhão Ferroviário, e partiu com 1.500 soldados, civis, adeptos, enfim, agregados, uma confusão, para se juntar ao Coronel Isidoro Dias Lopes, da Polícia Militar de São Paulo que tinha se revoltado, se rebelado contra Arthur Bernardes, Presidente da República na época.

Então, o Luís Carlos Prestes, que saiu com a tropa do Rio Grande do Sul, veio juntar-se com essa força do Coronel Isidoro, que era o comandante das tropas revoltosas de São Paulo, para então continuarem o ataque visando à derrubada do Presidente Arthur Bernardes.

Mas os dois se deram mal. O Isidoro Dias Lopes foi derrotado em São Paulo e o Luís Carlos Prestes não conseguiu sair do sertão. Por tudo que li sobre a Coluna, ela foi uma demonstração de total incompetência militar.

Assisti a uma entrevista do Prestes na TV Educativa do Rio de Janeiro. Apesar da idade, ainda estava falando bem e confirmou a minha opinião de que ele era uma burrice granítica, uma ignorância total em matéria militar, porque ele só lia Marx, Engels, aquelas baboseiras.

Era um teórico do comunismo.

Ele não tirou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), não tirou o Estado-Maior, portanto ele não sabia quase nada de tática, ele sabia tanto quanto um cadete da Escola Militar do Realengo, que equivale à AMAN, voltada, basicamente, para a técnica das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia etc.).

Então ele andou 22 ou 23 mil quilômetros, fazendo “cooper” neste País, andou pelo sertão, foi até o Ceará, desceu, veio até a Bahia, tornou a voltar, fez o caminho todo de volta e entrou na Bolívia.

Quer dizer, uma coisa de louco, o sujeito sair andando pelo sertão, sempre acreditando naqueles próprios chavões deles: “as massas vão nos apoiar, as massas vão fazer isso, vão fazer aquilo”, quando nada disso aconteceu, ninguém o apoiava no sertão, ninguém queria nada com eles. Inclusive porque o sertanejo em geral é muito religioso e o comunista, como o Luís Carlos Prestes, é ateu, então ele se indispunha logo com o pessoal.

Quem escreveu um livro primoroso sobre a Coluna Prestes foi uma repórter, uma jornalista de Porto Alegre. Ela refez todo o percurso, há uns dez anos, fez

todo o percurso da Coluna Prestes, repetindo todos os passos e entrevistando todos os sobreviventes que ela foi encontrando.

Eles contaram os horrores que a Coluna praticava em termos de assaltos, estupros e matança de gado para comer, roubo de cavalos para poder substituir os cavalos deles que estavam cansados, tudo isso com o aval de Luís Carlos Prestes.

Prestes, já no meio da caminhada dessa Coluna, começou a receber dinheiro de Moscou. No momento em que ele passou a receber dinheiro de Moscou, para mim, ele tornou-se um mercenário a serviço de uma potência estrangeira, para matar brasileiros. Além de desertor do Exército e todos os outros defeitos, como incompetência, ele tornou-se pior ainda, pois passou a ser um mercenário.

Ele recebeu 80 mil dólares para dar partida na Coluna. Esses 80 mil dólares ele recebeu do Getúlio, que tinha uma ligação com a Coluna, que, na verdade, não era uma Coluna formada por comunistas. O próprio Luís Carlos Prestes, inicialmente, não se dizia comunista. Mais tarde, na História, o Getúlio prende o Prestes, depois solta o Prestes, prende de novo, anistia o Prestes, depois vai para o palanque junto com ele, para os dois concorrerem ao Senado em 1950 e são eleitos, por incrível que pareça.

Depois da Coluna Prestes, já na Bolívia, o Luís Carlos Prestes foi doutrinado pelo Astrogildo Pereira, um comunista teórico, uma pessoa com algum mérito, não era terrorista, não matava ninguém.

Era um idealista, ideólogo. Esse Astrogildo Pereira doutrinou o Luís Carlos Prestes para que ele se tornasse realmente comunista. Daí para diante, então, ele se entrosou completamente com a KGB russa, recebendo todo mês os seus estipêndios, suas medalhas. Foi levado a Moscou várias vezes para fazer curso e se entrosar com o pessoal de lá. Ficou conhecendo o resto, como o João Amazonas, o Grabois e outros comunistas.

A partir daí, ele começou a conspirar e se preparou. O Exército não estava tomando conhecimento dele, mas, quando chegou em 1935, ele cismou que o Partido Comunista Brasileiro já estava maduro para tomar conta do Brasil.

Comunicou isso a Moscou que aprovou o desencadeamento da revolta e ele assinou a Ordem de Operações para o 3º RI, para a Escola de Aviação do Campo dos Afonsos e para as Unidades do Nordeste, situadas em Natal e no Recife.

Ele antes negava isso; agora não, nos seus últimos depoimentos já confessava que tinha dado ordem. Nega que deu ordem para matar uma moça que era do Partido Comunista, chamada, como é o nome dela...

Ela foi assassinada pois o Partido desconfiava de que ela estava dando serviço para a Polícia. Ele sempre negou que a tivesse mandado matar até que o jornalista

William Waack, da Globo, foi a Moscou e consultou os arquivos da KGB. Lá encontrou um memorando assinado por ele mandando matar a menina.

Assinado pelo próprio?

Assinado pelo Luís Carlos Prestes, ele reproduziu no livro dele o memorando do Luís Carlos Prestes. Além dessa menina, ele mandou matar vários outros, uns seis ou sete, eu estou com a lista completa; fiz o levantamento, estou com todos os nomes dos assassinados.

Isso estará no seu novo livro?

Estará no meu livro, todos os assassinados.

Como eu disse, o Exército estava um tanto alheio a tudo isso, de repente vem a Revolução de 1935, em que o Exército é agredido diretamente, de madrugada, à traição pelas costas, oficiais dormindo, foi o movimento mais horroroso, mais cruel, mais traiçoeiro que a História do Brasil conhece.

Então, criou-se dentro do Exército um espírito de repúdio e de resistência aos comunistas. Mas eles ficaram adormecidos, digamos assim, hibernando durante vários anos depois de 1935. Em 1935, eles foram destruídos pelo Exército.

Essa mulher assassinada seria Elza?

Elza Fernandes. Com 18 anos de idade, estudante de ginásio, tornou-se amante de um daqueles comunistas, ia a todos os lugares junto com o amante, ela ficou sabendo de muita coisa e depois acusaram-na de estar dando serviço para a Polícia. Não há prova disso.

Mataram-na, foi estrangulada num matagal; depois, como ela não cabia no caixote, que eles queriam enterrar, quebraram-na toda a paulada, quebraram o cadáver, puseram num caixote pequeno e enterraram Elza Fernandes no fundo do quintal de um dos comunistas executores.

Depois mataram também um outro, estou me lembrando agora, Waschavski, Tobias Waschavski, um estudante também. Os outros mortos não eram estudantes, eram motoristas, não sei o quê, enfim, colaboradores do Partido Comunista, que foram assassinados por "queima de arquivo".

Voltando ao fim da história, o Exército ficou, então, com muita raiva dos comunistas. Quando veio o Juscelino, ele começou a fazer vistas grossas ao comunismo que surgia de novo. O próprio Getúlio aparecendo junto com o Luís Carlos Prestes...

Quando houve o assassinato do Major Vaz, pensou-se, primeiro, que havia alguma conotação. Não. Foi coisa do Getúlio, da gangue do Palácio do Catete. Os

comunistas ficaram assistindo, até estarrecidos, não fizeram coisíssima nenhuma. Tentaram se aproveitar depois, assim que saiu o Governo Getúlio e assumiu Café Filho.

Cercaram o General Lott que foi escolhido pelo almanaque. “Quem é o mais antigo? É esse aqui. Então, é esse que vai ser o Ministro da Guerra”. Foi um desastre, porque ele não sabia de coisa nenhuma, aceitou a espada de ouro, não sei mais o quê, homenagens as mais espúrias, se encantou com os socialistas, que logo o abordaram e se aproximaram.

Porque os outros, os centristas, os democratas autênticos – tenho impressão de que nós somos – somos encabulados, não chegamos junto ao Poder para bajular, para tentar influir em coisa nenhuma. Se a gente é chamada, a gente vai lá e trabalha com a maior boa vontade. Se não for chamada, quem vai é o comunista, esse vai de qualquer jeito.

Cercaram o Lott e o induziram a fazer um monte de besteiras. O Exército continuou atento para essa lenta comunização do Brasil. Vem o Jânio Quadros, nós militares tivemos assim um ano de euforia, porque parecia que daquela vez iria, quer dizer, vamos ter democracia.

Era o homem da vassoura, ia acabar com a corrupção.

O homem da vassoura vai acabar com a corrupção e vamos afastar os comunistas sem precisar fazer revolução. Aí, ele renuncia, deixa todo mundo “pendurado no pincel”.

Depois de ter dado uma medalha para o “Che” Guevara.

Exatamente. Quando em campanha eleitoral ele passou por Cuba e fez uma visita ao Fidel Castro; tenho umas fotografias dele, cumprimentando o Fidel, mas o que pesou mesmo foi a medalha ao “Che” Guevara.

Ele saiu, espertamente, digo aqui no livro, no dia 25 de agosto de 1961. Queria voltar nos ombros do povo, para ser mais claro, nos ombros das Forças Armadas, para garantir a ditadura dele.

Queria ser um novo Getúlio, apoiado pelas Forças Armadas, então o que ele fez? Ele conseguiu eleger o Jango, porque ele permitiu que, em sua campanha – eu participei da campanha do Jânio Quadros – e me lembro das facilidades que ele concedia ao Jango, para também fazer a campanha dele.

Então o Jango derrotou, se não me engano, o Milton Campos que era o Vice na chapa do Jânio Quadros. Era um mineiro boa gente, gente correta, democrata...

O Jânio uniu-se ao Milton Campos “para inglês ver” e, ardilosamente, porque ele era político, e não podia fugir à regra, conseguiu eleger o Jango no lugar do seu Vice. Naquele tempo, as eleições eram independentes, não havia vínculos

entre os dois. Então, ganhou ele, de uma chapa, e o Jango, de outra. Ficou aquela situação esdrúxula, o Jânio Quadros sendo acusado de direitista, da "Wall Street", e o vice dele um cara da esquerda, vendido a Moscou, vamos dizer assim, era um completo paradoxo.

O fato é que ele já sabia que ia renunciar e sabia que as Forças Armadas tinham horror ao Jango, por conseguinte iriam impedir a posse dele. Mas a história não aconteceu exatamente como previa o Jânio Quadros. Primeiro, a renúncia dele foi aceita imediatamente e ele foi despachado para casa; em segundo lugar, começou a haver o movimento nas três Forças Armadas para impedir a posse do João Goulart. Aquele General lá do Sul, do III Exército...

Machado Lopes.

O Machado Lopes foi na conversa do Brizola, que era uma raposa e tão podre quanto o Jango Goulart. Foi na conversa dele e resolveu dizer que o III Exército estava a favor da Constituição e que daria posse ao Jango.

Então o Jango, que estava voltando da China, pousou em primeiro lugar em Porto Alegre e lá então se enturmou com o Machado Lopes, do III Exército, e com o Brizola, e de lá vieram para cá. O resto das Forças Armadas ficou naquela situação perplexa de fazer uma guerra civil ou cumprir a Constituição. E, realmente, para você descumprir a Constituição precisa estar muito cheio de razão.

Veio aquela solução do parlamentarismo.

Exato. Mas o Jango não se satisfez, então mexeu no Congresso até conseguir, no início de 1963, através de um plebiscito, restabelecer os plenos poderes de Presidente da República.

Quando eu estava na Secretaria de Segurança da Guanabara – fiquei na Secretaria de 1963 a 1965, os três anos inteiros –, no princípio de 1963, ele obteve o que queria, o retorno ao regime presidencialista.

Creio que o plebiscito foi em 6 de janeiro de 1963.

Mesmo antes de assumir o meu cargo no Governo Carlos Lacerda já estava trabalhando junto com ele, para organizar a Secretaria de Segurança da Guanabara, que não existia na época. O Juscelino foi embora e deixou aqui um caos na área da Segurança, deixou diretamente subordinados ao Secretário de Justiça, o Corpo de Bombeiros, Salvamento Marítimo, Polícia Militar, Polícia Civil, cada um com um chefe independente, se reportando diretamente ao Secretário de Justiça. Ora, não havia quem conseguisse administrar essa encrenca sem que houvesse um entrosamento entre as corporações todas.

Foi o Lacerda que organizou, com a minha ajuda e de um brilhante oficial do Exército – Coronel Amerino Raposo. Assumi em 1963 e logo começou a campa-

nha para o plebiscito, uma campanha diária, permanente, principalmente pelo rádio, onde a palavra de ordem era: “Diga Não ao Parlamentarismo”. Depois de infernizar os brasileiros com uma “orquestração” detestável, Jango conseguiu o seu intuito no início de 1963.

Ele fez uma propaganda enorme contra o parlamentarismo, valendo-se, sobretudo, da cantora popular Elza Soares, que gritou vários meses nos nossos ouvidos, dia e noite, com a cantilena insuportável para que disséssemos, no plebiscito, “não ao regime parlamentarista”.

Daí em diante, caminhou, a passos largos, para tomar o Poder, mas subordinado a Moscou.

E começou a falar nas reformas de base, que tinham que ser feitas, imediatamente, na lei ou na marra, é o que diziam a todo o momento.

Chamei na época essa operação de “operação salame”, porque salame você corta uma fatia fina, todo dia você corta uma fatia fina. Então, todo dia você abria o diário oficial e encontrava uma medida qualquer do Jango prejudicando a democracia e as Forças Armadas.

Todo dia saía uma transferência de um oficial de modo que, na Vila Militar, praticamente todos os comandantes fossem chegados ao Brizola. No Rio Grande do Sul, era o comunista Ladário, se não me engano. Aqui, o Comandante da Vila era o *Oromar Osório,* vermelhinho roxo. O Osvino, que foi comandante do I Exército, logo depois passou para a Petrobras, o que foi a salvação da paróquia, porque o General Moraes Âncora, que assumiu, era um homem extremamente correto, muito ponderado.

O Jango foi nomeando, nomeando, por isso é que era a “operação salame”, todo dia ele cortava alguém que lhe fosse contrário. Até que, como eu disse, num artigo na época, ele cortou uma fatia grossa demais, o comício do dia 13, na Central do Brasil.

Um prenúncio já havia deixado os militares todos ouriçados, ou seja, a rebelião dos sargentos em Brasília. Sargentos da FAB e da Marinha fizeram uma baderna, morreram dois deles. O Exército entrou imediatamente, com ordem de cima, inclusive com uma tropa pára-quedista vinda do Rio de Janeiro e liquidou, rapidamente, com aquele movimento dos sargentos.

O comício do dia 13 foi a maior farsa da história, porque eles marcaram o comício para a praça em frente à Central do Brasil, do lado do Ministério da Guerra. Os encarregados do comício bloquearam todas as linhas de trem do subúrbio e da periferia do Estado da Guanabara; ninguém podia embarcar para os ramais de Santa Cruz e de Japeri, a partir das 5h da tarde; então, começou a juntar

gente que queria ir para casa e não podia. Não tendo outra alternativa, ficavam ali para assistir. O planejamento para aumentar a assistência foi muito bem bolado! O pessoal do Exército, principalmente o de Informações, assistiu ao comício das janelas laterais do Palácio Duque de Caxias, em frente à praça.

Não obstante, além das cento e tantas mil pessoas que ficaram retidas na Central do Brasil, outras foram trazidas da Baixada Fluminense e até de Volta Redonda em ônibus alugados pela Petrobras, com o dinheiro da Petrobras, da Presidência da República e dos empreiteiros que deviam favores ao Jango. Isso quem conta é o Samuel Wainer, não sou eu, ele conta porque assistiu às negociações.

Outro que fala dessas negociações é o Abelardo Jurema, no livro "Sexta-Feira 13". Por causa do comício, ele batizou o livro de "Sexta-Feira 13".

Ele, que foi o Ministro da Justiça do Jango, conta tudo, inclusive a total ignorância da gangue do Jango sobre o que estava acontecendo no resto do País, eles não sabiam de nada. Quer dizer, a gente conspirava livremente, porque eles não tinham serviço de informações. Não tinham nada. As informações do Jurema, Ministro da Justiça, eram as dos repórteres, os jornalistas ligados ao Governo, porque, naquela época, não eram todos como hoje; ao contrário, a grande maioria era contra aquela baderna institucionalizada pelo próprio Governo. Ele telefonava para os jornalistas, que contavam o que sabiam. Assim, o Jurema se informava e orientava o seu Ministério para os negócios internos da República.

As três Forças ficaram alertas, observando a evolução do Governo João Goulart. Quando chegou nesse comício, foi escancarada a pregação da revolução comunista, da subversão, das palavras de ordem violentas com relação aos militares que se opunham a tudo aquilo, aos quais chamavam de "gorilas".

Basta ver uma fotografia da época, o que tem de bandeiras e faixas com a foice e o martelo, tudo pintado de vermelho, foi um mar de faixas, de foices e martelos, e garantidos pelo Exército que lá estava com a PE, que recebeu esta triste missão. O Jango exigiu que o Ministro da Guerra de então desse assistência ao comício, que tivesse tropa fazendo segurança para se proteger contra o Lacerda, pois ele tinha medo do Lacerda e da nossa Polícia. Com uma certa razão, aqui entre nós.

Depois disso, as Forças Armadas ficaram em pé de guerra e aceleraram as conspirações, na época conduzidas pelo General Cordeiro de Farias, pelo Marechal Odylio Denys e pelo General Nelson de Mello, fundamentalmente.

Eles aceleravam as conversações, quando acontece a reunião, do Automóvel Clube do Brasil, em que o Jango reuniu dois mil – anunciou 20 mil, mas foram só dois mil – sargentos, dentro do salão do Automóvel Clube do Brasil. O Jango

falou diretamente a eles. Em seu discurso que está publicado em revistas e em livros, estimula os sargentos a se contraporem aos oficiais.

Tanto o negócio era real que o Movimento armado irrompeu no dia seguinte – 31 de março – e já no dia 1º ou dia 2 de abril, quando o Jango estava em Porto Alegre fugindo para o Uruguai, ele se encontrou com o Brizola e com o comandante do III Exército, e o Brizola começou a preconizar a resistência: "Temos que resistir, vou ser o Ministro da Justiça e "fulano de tal" Ministro da Guerra". O General Ladário, que estava lá, era adepto daquilo. Está tudo aqui no livro...

O Brizola diz textualmente que eles tinham que reagir e que diante da ponderação de um dos generais que estava presente, de que a maioria dos oficiais estava contra o Jango e, portanto, querendo aderir à Revolução, ele disse: "Não tem problema, tenho um sargento ao lado de cada oficial e esse sargento está instruído para matar o oficial e assumir o comando, assumir a posição dele".

Essas coisas que o Brizola disse já tinham transpirado lá embaixo de alguma maneira. No Brasil, você não guarda segredo. Já tinha transpirado, então a oficialidade toda já estava de sobreaviso, embora isto tudo tenha sido apenas um sonho do fanfarrão Brizola, que ele muito queria ver realizado, mas, felizmente, não correspondia à verdade.

Mesmo aqui no Rio de Janeiro, várias Unidades se movimentaram a favor do Movimento armado, aderindo à Revolução, e os poucos sargentos contrários, ou ficaram no quartel ou foram presos.

Vale lembrar que o General Mourão Filho, em Minas Gerais, estava dentro da conspiração com o Cordeiro de Farias e com o Marechal Denys que se deslocou para Juiz de Fora. O Mourão Filho foi dormir cedo no dia 30 de março, ele dormia muito cedo e acordava muito cedo, como bom "milico".

Por volta das 7h, 8h da noite, sua esposa acordou-o e disse: "Mourão, você tem que assistir isso aqui". Era a televisão, mostrando a reunião do Automóvel Clube do Brasil. Muito a contragosto, ele se levantou e sentou diante da televisão.

Quando acabou a reunião do Automóvel Clube do Brasil, ele já estava fardado, 45 na cintura, caminhando para a 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, para dar partida no Movimento armado, para acionar a tropa, adotando aquele princípio da surpresa do Sun Tsu, general chinês que sabia tudo sobre guerra. As coisas que aquele homem deixou escrito são impressionantes e o General Mourão as leu e as adotou.

Deu partida, portanto, no dia 31 de março, antecipando-se à proposta, ainda meio no ar, de outras lideranças de iniciar a Revolução no dia 3 de abril. Ele se antecipou. E, segundo Sun Tsu, ele tinha razão, porque textualmente ele diz

que a precipitação, às vezes, é prejudicial, mas quem não se antecipa aos fatos está fadado à derrota.

A surpresa é um princípio de guerra fundamental porque, se obtida, traz uma vantagem significativa.

Ele foi muito bem assessorado pelo General Carlos Luís Guedes, General Comandante da Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte.

ID-4.

Exatamente. O Guedes era um sujeito formidável, a meu ver ele era uma pessoa mais ponderada e nem por isso menos resoluto do que o Mourão Filho. Ele foi um apoio fantástico para o Mourão. Ele conseguiu o apoio do Magalhães Pinto e da sua Polícia Militar, cujo Comandante, Coronel José Geraldo de Oliveira, reunia, também, grande valor profissional e patriótico. Nesse esforço junto ao Governador Magalhães Pinto, foi, ainda, de grande importância a ação do Marechal Denys.

Ele foi buscar o apoio da Polícia Militar de Minas e o Magalhães Pinto colocou à disposição dele.

Na verdade, a Polícia Militar aderiu espontaneamente ao Guedes, eu tive o depoimento dos dois. Inclusive, conversei longamente com o Comandante da Polícia Militar, Coronel José Geraldo de Oliveira, dias depois da Revolução.

Mas foi confirmado esse apoio pelo Magalhães Pinto, ele fazia questão.

O Magalhães Pinto estava mordido para ser Presidente da República, ele nunca esteve tão mordido pela mosca azul como naquela época.

Na verdade, o Guedes queria iniciar a Revolução no dia 30 de março, o que está escrito no livro de sua autoria "Tinha que Ser Minas".

Então, quando o Mourão disse, na noite de 30, "vou sair de qualquer maneira", o Guedes disse que estava pronto e o da PM também bateu os calcanhares e disse que estava com eles.

Foram ao Magalhães Pinto, que fez um manifesto muito "água com açúcar". O Comandante da PM e o Guedes convenceram o Magalhães Pinto a assinar um outro manifesto, mais contundente, já que o Mourão não concordara com o fraco conteúdo do primeiro.

Essa correção histórica é necessária, porque muita gente acha que o Magalhães Pinto foi o líder civil da Revolução de 1964. Ele queria fazer uma coisa meio "água com açúcar", para depois manter as eleições que estavam programadas, e ele se eleger Presidente da República, essa era a jogada dele.

Felizmente, as coisas tomaram outro rumo após a reunião do Automóvel Clube do Brasil, em que Jango plantou a discórdia e a indisciplina dentro das

Forças Armadas, como nunca fizera antes, levando-as a atender ao que o povo tanto desejava há muito mais tempo.

Coronel, na sua opinião havia um clima de insatisfação no País contra o Governo João Goulart?

O que eu vou falar não é minha opinião, é a opinião do Abelardo Jurema, no livro que ele escreveu, "Sexta-Feira 13". Ele conta tudo, porque, como era Ministro da Justiça, todos os decretos e leis elaboradas pela "gangue" do Jango passavam pelo Ministério da Justiça, antes de ir para o Congresso. É o caminho normal, o Ministro da Justiça sempre dá palpite em qualquer lei ou decreto.

Ele conta os despautérios que o Jango queria fazer e que anunciou no comício da sexta-feira 13, fazendo desapropriações absurdas às margens de rodovias não definidas, congelamento dos preços de aluguel, anunciando que ia confiscar apartamentos que não estivessem alugados, que não fossem alugados em um determinado prazo, ia confiscar tudo para alugar a preços módicos para populares.

Os remédios iam ter o preço escrito no rótulo, para não poder ser alterado, dentro de um quadro onde a inflação galopante assustava o País; a inflação era uma verdadeira loucura.

Isso tudo o Jurema reconhece e escreve, faz a lista completa das besteiras que o Jango estava fazendo, de maneira que não sou eu que estou dizendo, mas o Ministro da Justiça do João Goulart, em seu livro "Sexta-Feira 13", com o intuito de defendê-lo.

Lembro-me das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que assustaram a gangue do Jango e pressionaram as Forças Armadas a agirem.

Nelas, minha participação foi muito pequena. Soube que estavam planejando a Marcha em São Paulo, achei ótima idéia, é claro, e depois as classes produtoras aqui no Rio de Janeiro, reforçadas pela *CAMDE*, que era uma organização política criada pelas mulheres democráticas, planejaram em nossa cidade. Essas senhoras organizaram essa passeata, mas ela iria acontecer depois do dia 1º de abril. A minha participação foi só planejar a segurança para aquele desfile transcorrer pacificamente, e ocorreu como previsto, mas a Revolução já tinha ganho, o que tornou tudo muito fácil. Do jeito que estava planejado, haveria briga na rua, porque os comunistas iriam tentar atacar, principalmente o CGT e o PUA iriam tentar agredir os componentes da passeata.

Em São Paulo a coisa foi bem, assim como em Minas, mesmo porque era aqui que estavam as cabeças do PUA e do CGT, aqui é que eles tinham tropas de

choque. Eles viviam provocando a Guanabara, pelo ódio que mantinham do Carlos Lacerda em solidariedade ao Jango.

Os pelegos – líderes sindicais ligados ao Governo – faziam comício em lugar proibido, faziam depredações, ocupações do tipo dos sem teto hoje e invasões de terra, estas sob o comando das "Ligas Camponesas", que hoje se chamam de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas fazem a mesma coisa, e o governo, naquela época, convivia com a desordem por eles promovida, exatamente como acontece hoje.

Sabe o que o CGT e o PUA faziam com os desafetos? Eles agarravam à força as pessoas e com barras de ferro quebravam as pernas das pessoas, esses sindicalistas, esses extremistas do PUA e do CGT quebravam as pernas de quem não rezava pela cartilha deles.

O PUA inventou uma arma terrível, e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) apreendeu várias delas antes e depois da Revolução. Eles pegavam toco de cabo de aço usado em atracação de navio, amarravam numa ponta, fazendo uma espécie de uma empunhadura de espada e a outra ponta eles desfiavam para ficar ouriçado e usavam aquilo como chicote, como rebenque para cortar qualquer recalcitrante. O sujeito queria romper a greve, então tomava uma rebencada, que rasgava o sujeito todo e ia parar no pronto-socorro. Era assim que eles agiam, na "democracia".

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo foi para nós sumamente importante, porque nos deu uma força enorme. Pela primeira vez, vimos que a opinião pública em geral estava a nosso favor.

A própria Igreja participou.

A Igreja também, depois é que a Igreja virou, depois da Revolução eles sofreram infiltrações, quase todas oriundas do exterior, e mudaram de opinião.

Eles, ao se infiltrarem na Igreja, conseguiram arranjar os padres de passeata e os cardeais, tipo Evaristo Arns que gosta mais de Cuba e de seqüestradores estrangeiros do que do Pai Nosso e dos infelizes seqüestrados brasileiros.

Esse tal Evaristo Arns escrevia cartas amorosas até em tom suspeito para o Fidel Castro. Tem uma carta dele publicada nos jornais em que ele faz uma declaração de amor ao Fidel Castro.

Figura irritante, a começar pela voz, fervoroso defensor de seqüestradores.

E o Dom Hélder Câmara era do Partido Integralista, sempre foi politizado, foi integralista primeiro, mas se deu mal, pois o próprio Getúlio destruiu o integralismo; ele pulou, então, para o Partido Comunista e vivia criticando o Lacerda. Era o divertimento desse perigoso e vingativo elemento, sobre o qual há histórias escabrosas.

Depois que a Revolução venceu, como foi o comportamento do pessoal do PUA, do CGT e da União Nacional dos Estudantes (UNE)?

Os mais violentos, os mais fanáticos, depois de algum tempo, foram formar o MR8, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a VAR Palmares e, uns quatro ou cinco, a Polop – que editava o periódico *Política Operária*, daí o nome pelo qual era chamada a organização – que defendia o caráter socialista da revolução brasileira, ao contrário do PCB, que a caracterizava como nacional-democrática. Esses movimentos reuniram terroristas e guerrilheiros. Eles eram terroristas, porque, segundo a definição mais consagrada, o terrorista é aquele que mata sem ter motivo, mata porque está incomodando, ou mata porque ele joga uma bomba de alcance coletivo e elimina uma porção de gente. O primeiro atentado terrorista foi em 1966, no Aeroporto de Recife, já no Governo Castello Branco, onde morreu o Almirante Nelson Fernandes, deixando viúva e dois filhos menores, o qual estava ao lado do jornalista Edson Regis, pai de cinco filhos, que também faleceu.

Nesse atentado, que visava o General Costa e Silva, Ministro da Guerra e candidato à Presidência da República, além das mortes do Almirante e do jornalista, várias pessoas ficaram feridas. Não havia justificativa para um ato desses. Só porque queriam atingir o Ministro Costa e Silva, mataram e feriram uma porção de inocentes. Com esse atentado, a mídia e o pessoal dos direitos humanos nunca se preocuparam! Não é revoltante?!

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução de Março de 1964? Quem o senhor gostaria de destacar, além do Lacerda?

O Lacerda está incluído, como líder civil. Era o homem que falava e era ouvido. Primeiro, sabia falar muito bem, para mim foi o maior tribuno que o Brasil já teve. Tinha uma cultura vastíssima, conhecia o Partido Comunista de trás para frente, de todo jeito, porque ele começou a carreira dele no Partido Comunista.

Como ocorre, hoje, com o Olavo de Carvalho, que conhece tudo do comunismo.

O Olavo conhece perfeitamente esse mecanismo todo. O Lacerda, além disso, tinha o jornal...

Quando nós o procuramos para protegê-lo, em 1954, dissemos: "Carlos, nós temos a obrigação de defender a sua integridade, porque você é o único que pode falar aquilo que desejamos e não podemos. Não podemos, porque o regulamento proíbe, porque não temos a sua capacidade, a sua eloqüência, a sua dialética e os seus conhecimentos do Partido Comunista".

"Nós sabemos o que queremos, a democracia, mas não temos os meios que você tem, então vamos protegê-lo, dar segurança para que você possa continuar nessa campanha". E a sua campanha infernizou o Jango e sua malta.

Tanto ele incomodava, tanto ele era líder que o Jango tentou matá-lo várias vezes. O Getúlio também tentou...

Vocês vão ver no livro, antes do atentado da Tonelero que alguém da guarda pessoal do Getúlio tentou matar o Lacerda, jogando uma bomba de dinamite numa lancha, quando a gente estava atracando na Ilha de Paquetá. Eu estava a bordo da lancha, ninguém me contou, eu vi explodir a banana de dinamite.

Como escaparam?

Foi uma questão de segundos. A banana de dinamite caiu na água, abriu um rombo na lancha por baixo e na hora nós não percebemos. Descemos da lancha e mal tínhamos passado pelo pontão, aquela ponte de atracação das barcas, veio um marinheiro correndo e afirmando que a lancha estava afundando.

Nós corremos para ver que realmente já estava com água pela metade, arrastamos a lancha para a praia e apareceu o rombo, tipicamente provocado por dinamite.

Para completar, para mim, o líder civil da Revolução foi o Lacerda. O outro civil que ajudou, mas a contragosto nosso, foi o Adhemar de Barros e ajudou bastante.

Ele teve uma atitude decisiva em São Paulo, colocando como Secretário de Segurança o General Aldévio, cujo comportamento foi exemplar, excelente.

Os outros eram todos seguidores do Lacerda, e lá no Sul havia alguns em torno do...

Próprio Governador Menegheti.

Do governador e do Peracchi Barcellos, que era o Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

E figuras como o Bilac Pinto.

Esse pessoal era só de gabinete, não era combatente. O Milton Campos também era um grande jurista, mas fora do gabinete ele era zero. Como Ministro da Justiça, foi péssimo, o mínimo que ele fez foi botar como seu Chefe de Gabinete um comunista, um advogado comunista de Belo Horizonte.

E os militares, quem o senhor destacaria?

As lideranças militares, na minha opinião, são um pouco contraditórias.

O senhor já citou o Cordeiro de Farias, sem dúvida o Marechal Denys...

O Marechal Denys foi um grande líder. Mas é preciso separar os que conspiraram, os cérebros, que bolaram e conseguiram convencer os comandantes de tropa a tomar uma atitude. É preciso separar os que foram idealizadores das operações militares, o Castello Branco, e num plano menor, o Costa e Silva, daqueles que, como a gente fala na gíria, "arriscaram a pele" para combater, para

brigar, para atirar, para viver ou morrer, como o Mourão Filho e o Guedes, isso ninguém tira deles.

Eu acho que a Revolução foi muito injusta com eles, porque o mínimo que podiam fazer com o Mourão Filho era impedir a passagem dele para a reserva, dando-lhe um último prêmio, a promoção e um comando para ele.

Outro injustiçado também foi o General Moniz de Aragão, Carlos Augusto Moniz de Aragão, um baluarte na Vila Militar, que teve, ali um desempenho extraordinário.

Teve um papel muito importante, como também o General Muricy.

O Muricy foi um caso interessante. Ele teve uma briga com o Brizola em Natal, quando ele estava servindo lá, e por isso foi destituído e trazido para o Rio de Janeiro, espezinhado, humilhado. O Mourão chamou-o para comandar o Destacamento Tiradentes, para recompensá-lo da humilhação que tinha passado com o Brizola.

E comandou muito bem. Trouxe o Destacamento de Juiz de Fora até o Rio de Janeiro, enfrentando com pulso os contrários que tentaram impedi-lo.

Tinha a seu lado o Coronel Linhares, que era febiano, um grande oficial, acho que já faleceu, e trabalhava junto com o Lacerda. Ele passou para a reserva trabalhando no Palácio Guanabara. Caracas Linhares, um grande oficial.

Eram três grupos de líderes. O líder da conspiração, que eu nomearia os Marechais Cordeiro de Farias e Odylio Denys, e mais o General Adhemar de Queiroz.

Adhemar de Queiroz, amigo do Castello Branco, figura brilhante.

Grande oficial, cujo apelido era Tico-Tico, não era nada pejorativo, era porque ele era muito agitado.

O cavalo puro-sangue, também, é agitado. Foi um homem extremamente atuante.

Um camarada extraordinário.

Além do General Adhemar de Queiroz, na Marinha, destacaria os Almirantes Sílvio Heck, Rademaker, Mello Batista, almirantes corajosos foram eles que tomaram o Ministério da Marinha no peito. Eles foram lá fardados, entraram e todo mundo cumprimentou, fez continência e se submeteu a eles. Os fuzileiros foram embora.

E na Força Aérea?

Na Força Aérea, o Mello Maluco, que não tinha nada de maluco, era espertíssimo, inteligente, muito eficiente. Na FAB, tinha o Brigadeiro Grüm Moss, também grande oficial, que chegou a ser Ministro da Aeronáutica.

Tinha também o Hélio Costa, Diretor de Rotas Aéreas, com toda a eletrônica na mão.

O Brigadeiro Lavanère Wanderley, que logo depois da eclosão da Revolução, foi nomeado comandante da 5ª Zona Aérea e lá chegando aparece um coronel da FAB, Alfeu de Alcântara, que era janguista, e dá um tiro de 45, cara a cara com o Lavanère,

mas o sujeito era muito ruim de tiro e a bala raspou, só fez um risco na cabeça do Lavanère Wanderley.

Outro oficial da FAB, chamado Hippóllyto da Costa, que estava ao lado do Brigadeiro Lavanère Wanderley, puxou a 45 e deu um tiro nesse coronel comunista, matando-o na hora. Conto esse fato no livro com todos os detalhes.

Como foi aquele episódio da tentativa de assalto ao Palácio Guanabara?

Aquilo foi um boato, alguém lá do Palácio, porque tinha gente de todo tipo. Foram milhares de pessoas, com lenço azul e branco, para defender o Palácio de qualquer maneira. Apareceu gente com canivete, com faca de cozinha, com pica-pau, garrucha, espingarda de mil e oitocentos e alguma coisa, aparecia de tudo, impressionante.

Tinha juiz, tinha padre, todo mundo aparecia e se oferecia para defender o Palácio Guanabara, foi uma adesão impressionante do povo.

É importante dizer isso, pois mostra como é que o povo se manifestou e hoje eles, os derrotados, omitem tudo isso.

Exatamente. Tínhamos um plano, caso viessem os tanques pela Rua Paissandu e Rua Ipiranga, que dão acesso à Pinheiro Machado e ao Palácio, portanto. Tínhamos um plano de fazer uma chuva de coquetel molotov em cima dos blindados do Exército ou dos Fuzileiros Navais, o que viesse.

No sexto andar de todos aqueles prédios, nessas duas ruas, ficaram agentes do DOPS com a sacola de feira cheia de garrafa de coca-cola, com o pavio pronto para dar a partida. Eles conversavam com o dono do apartamento e pediam para ficar na janela em posição de jogar aquelas garrafinhas se aparecesse algum blindado.

Todos esses funcionários do DOPS foram recebidos de braços abertos, com cafezinho, comida, cadeira para sentar, todas as mordomias possíveis e imagináveis daquelas famílias da Rua Paissandu.

Ninguém agüentava mais aquela anarquia. Em suma, foi aquela adesão do povo, todo mundo foi para lá, todo mundo queria cooperar...

Em dado momento, nos sentimos um pouco fracos no Palácio Guanabara em termos de defesa, apenas com sacos de areia para aquela espécie de casamata.

Apareceu um português, proprietário de uma pedreira em Jacarepaguá, que em poucas horas trouxe uns três ou quatro caminhões cheios de pó de pedra, ensacou aquilo tudo e fez um verdadeiro fortim no Palácio Guanabara. Tudo dele, idéia, dinheiro, caminhão e pó de pedra.

Na verdade, a ação seria a daqueles dois Batalhões de Fuzileiros do Almirante Aragão, no dia 1º de abril.

Exato. No dia 1º de abril, não me lembro mais a que horas, apareceram uns grupos de soldados na crista de um morro que há nos fundos do Palácio Guanabara. E alguém, um desses voluntários, viu aquilo e deu um grito de alarme, achando que os fuzileiros estavam atacando, mas era a própria PM, o 2º Batalhão da Polícia Militar tomando posição, pois eu tinha determinado que eles defendessem os fundos do Palácio.

O 2º Batalhão da PM defendeu os fundos do Palácio e aquela garganta que tem na Rua Farani, aquele corte na pedra. Eles ficaram lá em cima, apontando armas, e o Coronel Burnier, João Paulo Moreira Burnier, outro sujeito extraordinário, que depois foi injuriado pelo Departamento de Desinformação da KGB. Trouxe até um documento sobre isso; as desinformações da KGB eram muito eficientes.

O Coronel Burnier organizou o pessoal de lenço azul e branco, ele tinha retirado da Base Aérea de Santa Cruz dois trilhos, dois suportes de foguete ar-ar ou ar-terra, foguetinhos pequenos de 5 polegadas que os aviões levam embaixo da asa, e quando eles vêem um alvo interessante no chão fazem a pontaria e disparam os foguetes.

Ele retirou os trilhos, porque a Base Aérea não estava conosco; havia vários janguistas e comunistas lá dentro. Depois acabou ficando nas nossas mãos com a prisão dos contrários e os brizolistas não se mexeram. Ameaçaram de bombardear para atender ao apelo do Brizola através do rádio. O próprio Luís Carlos Prestes, no seu livro, confessa que deu ordem ao seu Partido para movimentar os elementos comunistas dentro da Base de Santa Cruz, para que Santa Cruz atacasse o Palácio Guanabara com os foguetes dos aviões e gasolina gelatinosa dos bimotores Meteoros, que, naquele tempo, era o avião de caça do Brasil, um bimotor com dois jatinhos.

Voltando ao Palácio Guanabara, quando foi dado o alarme, todo mundo pensou que era o ataque dos fuzileiros do Aragão. Eu até fiquei chateado, porque era responsável por aquela segurança toda, e como é que deram o alarme, achando que os fuzileiros tinham chegado nos fundos do Palácio e eu não sabia, a minha tropa não sabia? Isso não podia acontecer, como, aliás, não aconteceu. Era o meu pessoal que estava chegando para ocupar posição. Quem se precipitou era uma pessoa desinformada!

Isso ocorria com o João Goulart, que praticamente não sabia de nada, sabia muito pouco, como o Collor, mais tarde, que também não sabia de nada por ter acabado com o Serviço Nacional de Informações (SNI). O atual Presidente é outro fracasso, foi também surpreendido com o apagão. Essa gente toda, em termos de informações, pode ser considerada um zero a esquerda!

Com a Revolução de 1964, vieram as explicações para os fatos, porque o Governo Federal tinha o SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações), que depois foi transformado no SNI.

A Revolução de 31 de Março foi exclusivamente de preparação interna ou houve algum apoio externo, inclusive do americano?

Não, eu investiguei isso também, porque começaram a surgir esses boatos e no Rio de Janeiro não fizemos contato nenhum com o americano.

Mas soube que o General Guedes, em Belo Horizonte, que fez o plano estratégico do ataque inicial, ou seja, a primeira etapa da Revolução, e possuía excelente noção de logística, ficou muito preocupado com a duração do combate, que poderia começar a se procrastinar.

Ele, então, bolou o seguinte: "nossa via de suprimento vai ser a Vale do Rio Doce e o porto vai ser Vitória". Falou com o comandante do Batalhão de Vitória, que, de fato, na primeira hora, aderiu à Revolução, ocupou o porto e ficou pronto para receber suprimento por navio.

O Guedes conversou, veladamente, com o cônsul americano em Belo Horizonte, chamado Laser, e pediu-lhe para avisar às Forças Armadas e ao governo americano, primeiro, que a Revolução ia sair; segundo, se a Revolução se arrastasse por muitos dias eles iriam pedir suprimento de munição e gasolina através do Porto de Vitória.

Se Vitória caísse na mão dos comunistas, eles se deslocariam para Salvador, onde iriam contactar com o IV Exército, que estava totalmente conosco, inclusive contava com uma grande liderança, o atual Presidente do Clube Militar, General Ibiapina, que, no Recife, desempenhou uma importante função no Movimento...

Vale lembrar que nenhum apoio americano foi necessário e a Revolução estava vitoriosa em 72 horas, um resultado impressionante que levou o Jango a fugir de Porto Alegre para o Uruguai, o mesmo acontecendo, posteriormente, com o Brizola. Assim, falar em apoio externo não tem nenhuma procedência. A Revolução de 1964 foi inteiramente verde e amarela.

Como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN pelo General Médici no Vale do Paraíba, impedindo que o I Exército fosse ao encontro do II e houvesse derramamento de sangue?

Eu fiquei sabendo, através do nosso Serviço de Informações, do levante da AMAN. Fiquei admirado, naturalmente, muito satisfeito, porque mais uma Grande Unidade estava do nosso lado e numa posição estratégica, porque ali poderia cortar, separar o I Exército do II.

Foi o que foi feito.

Ao tomar posição com o Corpo de Cadetes, com os cadetes de todos os cursos, o Comandante da AMAN paralisou o I Exército que se deslocava na direção

de São Paulo contra o II Exército. O General Médici mostrou-se um comandante decidido, não brincava em serviço, mostrando coragem e destemor.

Precisa muita coragem para jogar a "cadetada" numa guerra dessas. Podia dar em morte, tiroteio e tudo, uma responsabilidade muito grande e principalmente porque entre os cadetes há um grande número de filhos, sobrinhos, parentes de militares que estavam dos dois lados. Na tropa do Rio de Janeiro ou de São Paulo deveria haver oficiais cujos filhos estavam na AMAN. Foi uma coragem muito grande dele. Inclusive, saiu um livro do Coronel Ivany Henrique da Silva, oficial de Engenharia, Comandante da Companhia de Engenharia da AMAN que conta tudo. O livro dele é espetacular, ele esclarece tudo e transcreve o manifesto que os cadetes fizeram convidando, conclamando as outras duas Escolas Militares e as forças do I Exército a aderirem à AMAN. O General Médici, nas primeiras horas do dia 1º de abril, se comprometera com o General Kruel que a Academia Militar manteria a Via Dutra (BR-2) livre, para o deslocamento das tropas do II Exército em direção ao Rio.

Isso teve um efeito fulminante, principalmente no I Exército e elevou o moral das tropas de São Paulo (II Exército) e de Minas Gerais que se deslocavam contra o Rio.

A decisão estratégica do Médici mostra que ele foi um grande General, e independente disso, na minha opinião, ele foi o melhor dos Generais Presidentes, melhor, inclusive, que o Castello Branco.

Sem dúvida, concordo integralmente. Inclusive, é importante que se diga que quando o Kruel decidiu em São Paulo – com forte pressão, também, do Adhemar – que o pessoal do II Exército se deslocaria, ele pediu e recebeu o apoio do General Médici, apoio que se mostrou imprescindível sob todos os aspectos.

A decisão do Kruel foi de certa forma prejudicada por parte das tropas da ID-2 (Infantaria Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria), comandadas pelo General Zerbini, que não saíram do quartel, não obedeceram, não fizeram nada.

Muitos dizem que isso se deve à participação pessoal do Zerbini. Porque não saíram nem o 4º RI nem o 6º, só quem saiu foi o 5º Regimento de Infantaria, de Lorena, que ele não conseguiu segurar. O 5º RI partiu contra o Rio, chegando a Resende pela manhã do dia 1º de abril, por volta das 11h.

Esse Zerbini é irmão daquele grande médico cardiologista.

Com isso a Artilharia do 2º RO 105 veio sem a Infantaria na frente. Porque não saíram nem o 4º nem o 6º, um dos quais o I Grupo de Obuses/2º RO 105 deveria apoiar.

Li num livro sobre a Revolução, não sei se no do Coronel Ivany, um depoimento do comandante dessa tropa de Artilharia, em que ele se queixa dizendo

que houve certa apreensão, porque não contava com a Infantaria durante o deslocamento, situação em que a Artilharia se mostra mais vulnerável.

Coronel, o que gostaria de destacar a respeito da união e da coesão das Forças Armadas? Ela foi robustecida com a Revolução de 1964?

Sem dúvida, as três Forças se uniram definitivamente, já estavam muito aglutinadas a partir de 1954, e eu dou muito importância a essa coesão das três Forças. Acho que foi fundamental para a segurança do Brasil...

O Juscelino tentou separar a Força Aérea da Marinha, com aquele episódio do porta-aviões, mas não conseguiu e quem colocou uma pá de cal em cima daquela disputa foi o Castello Branco. Ele consolidou mais ainda a união das três Forças.

A "mídia" apoiou o Movimento de 31 de Março na época?

Na época, apoiou intensamente, dizem até que houve uma palavra só. O *Correio da Manhã* naquele tempo estava nas mãos do Paulo Bittencourt, depois passou para a viúva dele, que era uma coisa horrorosa...

O Paulo Bittencourt publicou um editorial no dia 31, reportando-se à reunião do Automóvel Clube do Brasil, um editorial, pequeno, terminando com um BASTA, em letras garrafais. Aquilo foi a pá de cal para os militares todos...

Agora me lembrei de um pequeno episódio. O Brizola conhecia bem o poder da mídia, ele prestava muita atenção a esse lado. Veio para o Rio trazendo uma mala de dinheiro, porque ele não assinava cheque, cuja origem naturalmente não era possível traçar, e comprou a Rádio Mayrink Veiga.

Essa rádio falava bem do Jango e mal dos militares. Lá no Sul, ele tinha a rádio Farroupilha, uma outra estação, com a mesma finalidade, assim como em vários outros pontos do Brasil ele tinha estações de radiodifusão. Vivia fazendo propaganda a favor do comunismo.

O Lacerda, antes de o Brizola ser o dono, tinha conseguido umas horas na Rádio Mayrink Veiga. Um dia o Lacerda ia saindo da Rádio, quando foi interceptado por dois ou três capangas do Mendes de Moraes, que lhe deram uma surra, a primeira surra da vida dele, na calçada da Mayrink Veiga.

Os governos da Revolução eram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Basta ver os Ministérios, a resposta está aí: quase todos civis, inclusive o Ministério que tinha dinheiro sempre esteve nas mãos de civis.

Hoje se faz questão de omitir todos os acertos da Revolução...

Totalmente bloqueados, nada passa pelo filtro da patrulha ideológica.

O que gostaria de destacar dentre as principais realizações da Revolução que a "patrulha" esconde?

Eles não falam nos cento e tantos democratas que os terroristas mataram. Tenho a lista completa dos nomes, local e data da morte de cada um. As famílias nunca foram indenizadas. Agora os trezentos que eles perderam, morreram cometendo crimes e atrocidades, completamente fora da lei, como seqüestros de diplomatas estrangeiros. Por que indenizá-los?

Esses trezentos criminosos tiveram as suas famílias indenizadas pelo Governo em 100, 150 mil reais, como prêmio pelo fato de terem matado brasileiros a serviço da Rússia e do comunismo em geral. Eles já eram assalariados da Rússia, recebiam uma mesada de Moscou em dólar, para ninguém reclamar. Esses caras ainda foram receber mais 100, 150 mil reais, cada família foi receber isso. Além disso, há os que estão aí bem vivos entrando no dinheiro da Nação, através de remunerações mensais ou grandes indenizações, algumas bem maiores do que 500 mil reais, pelo motivo de terem se voltado contra o Estado. É uma brincadeira com o dinheiro do povo!...

E os nossos que morreram em combate, defendendo o Estado, não receberam nada. O atual Governo está à frente desta tremenda injustiça!

Esse documento que mostro aqui para as câmeras é a história do Departamento de Desinformação da KGB. A KGB criou esse Departamento, para fazer o que eles chamam de *desinformátsiya*. Trata-se de indicar informações passadas – falsas, incompletas ou dúbias – fornecidas ou confirmadas a outros países, a fim de fazer com que seus governos cheguem a conclusões errôneas sobre a Rússia, sendo, inclusive, induzidos a ações benéficas para com a Rússia.

Essa máquina continua, é feito máquina sem freio, tomou aquele embalo e não cessa. Caiu o muro de Berlim, caiu a União Soviética, mas eles continuam funcionando dentro de todos os jornais com a *desinformátsiya*.

Esses documentos do Departamento de Desinformação da KGB, pela sua influência e pelos seus danosos resultados, tratarei mais a fundo no meu próximo livro.

As grandes operações da *desinformátsiya* aqui no Rio de Janeiro foram o caso dos mendigos e o caso do Brigadeiro Burnier. Dizem que o Burnier ia explodir o gasômetro, no caso do Sérgio Macaco – um trapalhão que conseguiu promoções na Justiça ao arrepio da lei. Um absurdo! Como um Capitão Intendente sem os Cursos de Aperfeiçoamento e de Comando e Estado-Maior chega a Brigadeiro?! É o próprio Samba do Criolo Doido, é a negação a tudo que está escrito sobre promoções, prejudicando a imagem do Judiciário!

Trouxe um desencanto àqueles que se empenham dentro das regras, para obter suas promoções! É o que a esquerda prepara hoje para o descrédito

das nossas instituições!... Representa mais do que um desaforo! É escabroso e estarrecedor!...

A questão dos mendigos começou com um fato concreto, realmente estavam matando mendigos e jogavam os cadáveres no Rio da Guarda. Amarravam as mãos do mendigo atrás, davam uma bordoada na cabeça e jogavam no Rio da Guarda, de cima de uma ponte.

Até que uma mendiga, não deram com força suficiente, acordou, era exímia nadadora porque era filha de pescador, e nadou até a margem, apesar de estar com a mãos amarradas, foi batendo o pé, encalhou na areia. Um caboclo a salvou e a levou para a delegacia.

Mas ela era completamente demente, levou uns quinze dias dizendo coisas sem nexo. Aos poucos, o delegado de Santa Cruz conseguiu formar uma história coerente, abriu um inquérito e me comunicou.

Saí correndo e fui avisar o Lacerda, uma coisa horrorosa estava acontecendo, já havia mais de dez mendigos, dez cadáveres encontrados no Rio da Guarda, e a *Última Hora* estava dizendo que ele estava matando mendigos.

Ele mandou abrir um inquérito administrativo e policial. O delegado de Santa Cruz tinha traçado a origem como sendo o Serviço de Mendicância, que era em Olaria, um abrigo de mendigos administrado pela Polícia.

Mandei cercar o lugar com a PM e prendi todo mundo que estava lá dentro, do último mendigo até o chefe que era policial de carreira, prendi todo mundo. Foram todos para o Regimento de Cavalaria da Polícia Militar e lá tudo foi esclarecido.

Era um guarda civil antigão, nomeado muito antes do Lacerda assumir o Governo, que começou a dizer para os outros que ele falava com Cristo. Falava com Jesus Cristo e que Jesus Cristo o tinha encarregado de beneficiar os mendigos sob sua guarda que ele achasse irrecuperáveis, os quais deveria matar e jogar no rio.

Ele se mancomunou com o motorista, cujo nome já diz tudo, o apelido era "Tranca Ruas", a gente já vê que não era boa coisa. Ele levava os mendigos para o Rio da Guarda junto com esse motorista e matava. A *Última Hora* fez um escarcéu tremendo.

A KGB espalhou isso no mundo inteiro, recebi telegramas de uns quatro ou cinco países, apelando para que eu parasse de matar mendigos. O Lacerda então recebeu pilhas. Peguei todos esses telegramas fiz um cálculo, porque conhecia o sistema de tarifa de telegrama: a KGB gastou da ordem de 600 mil dólares só de telegramas, foi quanto custou essa campanha dos mendigos. E, anos depois, vinha gente me perguntar: "Mas, Coronel, é verdade que o senhor matava mendigo?", porque as notícias da *Última Hora* eram categóricas: "ele mandou, foi ele que tramou, foi ele que imaginou, que mandou a Polícia segurar os mendigos e matar

com uma bordoada na cabeça", prejudicando o Governo e a imagem do Lacerda também, já nem falo na minha pessoa.

Faz sentido o Governador Lacerda sair das suas obrigações para mandar matar mendigos a bordoada? Mas o povo acreditava, pois era dito tantas vezes, com tanta firmeza...

Há um filósofo francês que diz: "Menti, menti, caluniai, caluniai, sempre ficará alguma coisa".

O próprio Hitler usou isso muito, a mentira repetida, "orquestrada", que acaba sendo vista como verdade.

Gramsci, membro do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, usava isso.

O outro foi o Sérgio Macaco. Em dado momento, o Partido Comunista começou a achar que Burnier estava incomodando muito, eles ficaram furiosos num episódio de um seqüestro de um Caravelle no Galeão.

O avião foi seqüestrado ainda no chão, renderam os pilotos, e pelo rádio exigiram mais gasolina, porque eles queriam voar direto para Cuba. Mas o Burnier, que não era de brincadeira, cercou o avião, deu uma rajada de metralhadora em cada pneumático, furou todos os pneus do avião e começou a bolar uma solução.

Demorou algumas horas até que cristalizou um plano global para tomar o avião de volta. Ele cobriu o avião com espuma, valendo-se do carro de bombeiro do aeroporto, do qual sai aquele jato de água que quando cai em cima do fogo faz uma imensa bolha de espuma e com isso abafa o fogo.

Ele cobriu o avião com espuma de incêndio, com isso ele tirou a visibilidade das janelas, inclusive da janela do piloto e do comandante. Os três terroristas, dois sujeitos e uma mulher, ficaram dentro do avião sem conseguir olhar para o lado de fora e não sabiam onde estava a tropa da FAB.

Ele teve tempo de preparar o seguinte: injetar pela tomada de ar condicionado gás lacrimogêneo da polícia. Em dado momento estava tudo preparado, inclusive uma tropa de elite, para invadir o avião.

Ele apertou, disparou as garrafinhas de gás lacrimogêneo, os terroristas ficaram meio tontos, com os olhos congestionados, aí o Burnier arrombou a porta do avião, entrou com a sua tropa, prenderam a mulher e um terrorista e mataram o outro, que estava querendo eliminar o comandante.

O comandante, quando viu aquele movimento de gás lacrimogêneo, saiu por uma portinha e caiu embaixo no pátio, mas, como é muito alto, quebrou a perna no salto e ficou caído, deitado.

O terrorista veio ali pela janela, começou a atirar no comandante. Esse comandante está vivo, pertenceu à empresa Cruzeiro do Sul, era meu amigo. A

tropa do Burnier não teve outro jeito senão fuzilar esse terrorista, ou fuzilava o terrorista ou ele matava o piloto.

Era preciso anular o Burnier, então acionaram a *desinformátsiya*, engendraram estórias fantásticas e desmoralizantes para o Burnier. Disso foi encarregado um oficial comunista da FAB, Sérgio Macaco, que já era mau elemento desde cadete. O Eduardo Gomes gostava dele, não sei por que, e passou a mão na cabeça dele em várias instâncias. Ele deveria ter sido expulso e não foi, foi ficando, dizendo que ia se regenerar.

Sei que passaram a mão na cabeça do Sérgio Macaco e ele começou a acusar o Burnier de umas coisas muito engraçadas. Causa espanto o fato de esses fatos serem aceitos pela opinião pública, apesar de absurdos.

O Burnier foi acusado de planejar a explosão do gasômetro. Acontece que o gasômetro está a um quilômetro e meio da casa onde o Burnier morava, logo, se aquele gasômetro explodisse a casa do Bournier iria para o espaço. Evidentemente, ele não ia explodir o gasômetro. E o que ele ia conseguir com a explosão do gasômetro? Nada. Poderia acusar, dizer que aquilo era coisa dos comunistas, mas a Revolução tinha ganho, não precisava de desculpa para explodir coisa nenhuma, para combater os comunistas, nós já tínhamos ganho a guerra.

Passaram a acusar o Burnier de levar os comunistas a bordo de aviões e ameaçar jogá-los do avião em alto-mar, mas não deram por falta de ninguém.

O mais ridículo de tudo é que o Burnier tinha vendido a Amazônia. Veja o absurdo, vendido a Amazônia para um general americano, comandante da 82ª Aerotransportada. Como é que um general americano ia comprar, com que dinheiro? Ele precisaria de vários caminhões de ouro maciço para comprar a Amazônia e o Burnier ia fazer o que com esse ouro todo?

É um absurdo, lembra o caso da Zuzu Angel, eles mesmos sabem que é a maior fantasia do mundo, mas fingem que acreditam.

É outra operação da KGB...

Da KGB, que aceita que alguém a uma distância enorme pudesse ver, de noite, que um carro da repressão fechou outro que era o da Zuzu Angel – uma mentira deslavada, insuportável!

O acidente do Juscelino – tentaram inventar um pseudo-assassinato. Um caminhão atravessa a pista, dá de cara com o carro dele e aquilo foi tramado pelo Exército. Brincadeira!

Mesma coisa se a gente começasse a querer achar que o Castello morreu em face de um atentado, seria mais um absurdo. Mas estávamos falando de acertos da Revolução. Gostaria que o senhor destacasse alguns acertos e alguns erros da Revolução.

A meu ver o principal acerto foi o fato de livrar o Brasil do comunismo, esse acerto paga qualquer falha que a Revolução tenha cometido, é compensável por esse feito incrível. O Brasil foi um dos pouquíssimos países que se livrou do comunismo sem correr sangue. E a custo zero, digamos.

A outra coisa que a Revolução fez, também fundamental, – sou suspeito por ser homem de telecomunicações, depois de oficial aviador – foi o sistema de telefonia, de transmissão de dados e de televisão no Brasil.

O Rio de Janeiro tinha com São Paulo 12 canais de voz. Canal de voz é a possibilidade de uma conversação naquele fiozinho. Eram 12. A fila para falar no telefone era uma coisa tremenda, a gente pegava um avião da ponte aérea para resolver um negócio em São Paulo muito mais depressa do que esperar dois, três dias para conseguir uma ligação telefônica. Como eu era de comunicações, trabalhava na Diretoria de Eletrônica, tomava conta das comunicações da FAB, sabia dos detalhes, como funcionava toda aquela rede de telefones.

Por isso, no dia 31 de março, ocupei as estações terminais com o pessoal do DOPS, que foi lá, fechou as janelas, trancou tudo e ninguém entrava e nem saía, controle total sobre as telefonistas. Onze canais ficaram à disposição dos generais do Exército, para conspirar à vontade.

Passaram a falar com o Brasil inteiro. Aprendi com o Lott. Porque, em 11 de novembro de 1955, ele tomou conta do Brasil com o rádio do Ministério da Guerra, esse rádio que fica nessa torre aqui em cima.

Assim, os 11 canais ficaram à disposição dos generais da Revolução e um único canal, por ordem minha, especificamente, ficou à disposição do Jango e do Kruel. Eu sabia que, nessa altura, o Kruel era fundamental para resolver se ia correr sangue ou não ia correr sangue.

Íamos ganhar de qualquer jeito, mas, se o Kruel entrasse seria tranqüilo, seria em 24 horas e sem correr sangue, foi o que aconteceu. Mas sabíamos do conflito dele com o Jango, ele era anticomunista radical e o Jango era amigo dele, eram gaúchos. Gaúcho tem um sentimento de amizade muito profundo, uma fidelidade...

Ele chegou a ser ministro do Jango. Foi Ministro da Guerra como General-de-Divisão, uma exceção.

E quem o tirou de lá foi a gangue do Palácio – o *Riff,* o Abelardo Jurema, aquela gente que estava, a tempo integral, a serviço da subversão.

Comunistas notórios.

Comunistas notórios tiraram o Kruel de lá, porque ele era anticomunista e o nomearam para um Exército mais fraco, o de São Paulo, porque o I e o III

Exércitos eram os mais fortes, em termos de poder de combate, maiores efetivos, grandes quantidades de munição etc.

Munição, armamento, efetivos completos, viaturas, tudo era melhor nos I e III Exércitos, porque eram prioritários, com base nas hipóteses de guerra, hoje hipóteses de conflito.

Em São Paulo, os meios eram insuficientes.

Era pouca coisa para comparar com os outros.

A tropa maior de Infantaria estava no Vale do Paraíba – Caçapava e Lorena – e em Quitaúna, município de Osasco.

Com dificuldade de mobilidade por falta de viaturas.

Exatamente. Então o Kruel passou o dia inteiro falando de duas em duas horas, depois de hora em hora, com o Jango que insistia em se contrapor às tropas do General Mourão Filho, em Minas Gerais, mandadas contra ele, contra as forças do I Exército. Em nenhum momento, Jango mostrou-se inclinado a ouvir as recomendações do General Kruel que insistia, sem resultado, na idéia de obter a anuência do Presidente as condições que estipulara.

Escutando tudo o que os dois conversavam, agora posso falar nisso, porque está prescrito, naquele tempo não podia. Como é que eu sabia da conversa dos dois, ninguém ficou sabendo na hora, só agora, é a primeira vez que estou dizendo isso em público.

Fui mantendo informado o Castello Branco. Com o Costa e Silva, não tinha ligação apesar de conhecê-lo. Tinha obrigação com o Castello Branco. O Leônidas Pires Gonçalves era compadre do meu primo Marcelo Romeiro da Roza, que estava no meu gabinete, o Marcelo ao meu lado, falando com o Leônidas o tempo todo e passando as informações.

Inclusive o Capitão Romeiro da Roza foi Ajudante-de-Ordens do Leônidas.

Filho do Marcelo.

Foi meu cadete e sofreu um sério acidente na Amazônia...

Fraturou duas vértebras cervicais e ficou quadriplégico.

Sei que eu pude acompanhar os entendimentos entre Jango Goulart e Kruel e vi como o Kruel realmente resistiu, resistiu, até que às 8h da noite do dia 31 ele disse: "Jango, não tem mais remédio, não tem jeito, não vou lhe apoiar mesmo, porque sou contra o comunismo, você não se livrou desses elementos todos que estão aí no Palácio Laranjeiras, de maneira que vou aderir ao Movimento".

Kruel impôs uma condição ao Jango: queria que ele se afastasse de todos os pelegos.

Queria afastar aquela gente toda, o *Riff, o Pelacani, o Hércules Correa e mais uma dezena de agitadores implacáveis...*

Mas o Jango achou que ele ainda tinha bala na agulha, mesmo sem o Kruel.

E assim o Kruel aderiu ao Mourão e veio pelo Vale do Paraíba, pela Via Dutra, com um Grupo de Artilharia, um Regimento de Infantaria, um Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado e uma Companhia do Batalhão de Carros de Combate, esta pela via férrea. O restante da Infantaria ficou nos quartéis pela ação do Zerbini, mas ele chegou até a AMAN, onde foi recebido de braços abertos pelo Médici.

Para participar de uma reunião com o Âncora.

O Âncora saiu do Rio e foi negociar a rendição lá. Quando ele chegou, viu que a tropa dele toda estava querendo voltar, por causa do notável Manifesto dos Cadetes da AMAN e da defensiva por eles estabelecida no Vale do Paraíba.

E houve tropa dele que passou para o lado da Academia, duas Baterias de Obuses do Grupo-Escola.

Houve tropa que tranqüilamente passou. E grande parte da tropa que ele tinha mandado para Minas também passou para o outro lado, com exceção de um Batalhão do Destacamento do Cunha Mello, que não aceitou, o resto aderiu. Aderiu ao Destacamento Tiradentes que vinha comandado pelo Muricy.

Voltando aos acertos.

Foram as telecomunicações. O entrave das telecomunicações no Brasil era o código, a legislação. Fizemos o Código Brasileiro de Telecomunicações no Governo de Jânio Quadros. Quando o Jango tomou posse, ele sentou em cima do decreto e não saía a regulamentação do novo Código de Telecomunicações. Não se fez nada no governo dele. Foi uma paralisia total!

Quando os revolucionários assumiram o governo, foi uma das primeiras coisas que falamos com o General Castello. Digo nós, porque a linha dura tem uma porção de gente que não se sabe direito quem foi. Falamos com o Castello, ele desencravou o tal projeto e desencadeou a criação da Embratel.

A Embratel revolucionou as telecomunicações no Brasil. Jogou microondas do Rio Grande do Sul até Belém do Pará, cabo, fibra ótica, satélite. Televisão colorida, tudo foi obra da Embratel, que foi criada na época da Revolução.

As rodovias se multiplicaram, eu me lembro de que a duplicação da Dutra foi feita depois de 1964, antes era um inferno a Rio–São Paulo em pista única.

Aqueles 12 canais de telefonia entre Rio–São Paulo, sabe quantos são hoje? Dez mil, e não dão vazão.

Hoje falta energia. É impressionante a incapacidade dos governos a partir do início da década de 1990!

Itaipu, a maior usina do mundo, tive a honra de colaborar no projeto daquela obra...

Que eles chamaram de faraônica, e hoje falta energia porque não deram continuidade, não gastaram nada em infra-estrutura, em linhas de transmissão...

Acho que quiseram mesmo parar as obras no Xingu, no Tocantins; foram paralisadas no São Francisco...

A ditadura do Fundo Monetário Internacional (FMI) que hoje comanda o nosso Governo, considera esses gastos em infra-estrutura como indesejáveis; estamos impedidos de realizá-los....

Este é mais um absurdo!

Não são aceitos como investimentos e sim como gastos que devem ser eliminados porque causam déficit público. Realmente, é de estarrecer! Isso impede tacitamente que o País cresça...

Essas foram as grandes obras da Revolução: telecomunicações, as estradas de rodagem (60.000km de estradas asfaltadas), as portentosas usinas hidrelétricas, como Tucuruí (4000MW) e Itaipu (12.600MW), as duas maiores hidrelétricas do planeta.

Ambas começaram a operar em 1984. Tucuruí, a primeira grande usina amazônica, Itaipu – a maior obra de engenharia realizada em todo mundo no século XX, maior inclusive do que o túnel sobre o Canal da Mancha, orgulho de ingleses e franceses.

Aquelas no Rio Paraná, Ilha Solteira, gigantesca, tem 3400MW, com Jupiá (1500MW) formando o complexo de Urubupungá, de enormes proporções.

No Rio São Francisco: começaram a operar, em 1979, Sobradinho e Paulo Afonso IV (2450MW), esta a maior do Complexo de Paulo Afonso, que tive o profundo orgulho de visitar em 1978, com a Escola de Comando e Estado-Maior, quando as impressionantes obras estavam sendo concluídas.

As eclusas do Rio São Francisco usaram, de maneira inteligente, uma mão-de-obra ao mesmo tempo competente e econômica – a Engenharia do Exército. Não me conformo de ver os Batalhões de Engenharia parados nos quartéis, e esses governos civis a gastar rios de dinheiro com empresas particulares quando, os Estados Unidos, os paradigmas do privatismo, da iniciativa privada, são o grande usuário das tropas do Exército para construir barragens.

O Vale do Tennessee foi todo construído pelo Exército americano; aqueles canais em torno de Nova Orleans, uma rede fantástica, descomunal, maior que a rede de canais da China, foi toda construída pelo Exército americano, mas aqui o Exército, coitado, fica querendo trabalhar, mas os governos o ignoram.

Porque é frustrante o sujeito ficar no quartel sem verba, sem gasolina, não podendo fazer o que sabe e a custos menores. Todavia estão lá, porque se houver

uma emergência, uma guerra, serão necessários batalhões de engenharia de combate e de construção. Mas poderiam ser extremamente úteis em época de paz, poderiam ser muito mais utilizados. Há um Batalhão em Barreiras, na Bahia, muito bem equipado, de engenharia de construção, que poderia fazer o desvio do São Francisco e acabar com a seca. Não faz porque não alocam verba, mas se fizessem a obra com o Exército sairia pela metade do preço e pela metade do tempo.

Sem dúvida, e isso aconteceu no Paraná, num convênio daquele Estado com o Exército, quando se fez um trabalho de vulto, inclusive uma moderna ferrovia...

A ferrovia no Tronco Principal Sul, que vai de Curitiba a Porto Alegre, foi toda construída pelo Exército.

Coronel, quais foram os erros da Revolução?

A meu ver, o principal deles foi não criar lideranças civis para passar o bastão. Não providenciaram, acabaram com as lideranças civis, onde é que foram parar Aliomar Baleeiro, Pedro Aleixo, Raimundo Padilha, Padre Calazans, Padre Godinho, o próprio Carlos Lacerda foram alienados, chegaram até a prender o Carlos Lacerda, para mim um absurdo completo. Até entendo que ele fosse cassado, porque se colocou numa posição de oposição muito radical e é humano o Costa e Silva ficar revoltado e cassar o Lacerda, mas mandar prender o Lacerda, que não tinha nem revólver, não tinha um 32 em casa para se defender de ladrão. Isso foi demais...

Qual o objetivo do terrorismo que muitos esquerdistas, hoje, têm a coragem de dizer que visava à implantação da democracia no Brasil?

Em 1965, saí da Secretaria de Segurança e não exerci mais nenhum cargo de governo, não participei de mais nada, passei a ser um mero espectador, lendo na imprensa o que estava acontecendo, sabendo através de companheiros, de conversas, Clube Militar, Clube da Aeronáutica, Naval, o pensamento das forças militares. Devo dizer, no entanto, que esses terroristas foram nas águas de alguns malucos comunistas que achavam que, através da guerrilha urbana e rural, era possível, era viável derrubar o governo, não para implantar o regime democrático, como dizem, mas para criar um governo totalitário no País.

Criar uma zona liberada ou criar focos (foquismo), como fez Fidel Castro.

Achavam que em outros lugares teriam o mesmo sucesso que em Cuba, mais não ganharam em lugar nenhum.

O próprio "Che" Guevara foi morto na Bolívia.

Decidiu comunizar o coração da América do Sul e morreu fuzilado por um boliviano.

Essa guerrilha obedecia os próprios *slogans* que eles repetiam: "Estamos com as massas, as massas estão nos apoiando, temos que derrotar o capitalismo, cruel e espoliativo". Mas a luta armada dos comunistas no Brasil nunca contou com apoio algum. Todos eles no fundo querem ser capitalistas... Os comunistas, no fundo, adoram o capitalismo.

Eles adoram indenizações. Não querem medalhas, nenhuma compensação de ordem moral.

Realmente, adoram indenizações. São loucos por dinheiro!

Estive em Moscou e São Petersburgo há uns dez anos, depois da "Perestróica", e vi a miséria, porque eles abriam tudo, deixavam a gente ver tudo e vi a miséria e o amor que eles têm pela liberdade e pelo capitalismo.

Existe uma porção de lojinhas em Moscou com soldado de metralhadora na porta, onde só entra turista pagando em dólar. Nelas é possível comprar as coisas mais sofisticadas e mais caras em termos de jóias, tecidos etc.

No shopping chamado GUM, você observava as lojas vazias, não havia praticamente mercadorias nas prateleiras, não havia nada, a pobreza do país era enorme. Nas ruas, o que havia de mendigos era uma coisa impressionante.

No Brasil, existe "revanchismo" de políticos, de autoridades em geral e da mídia?

O "revanchismo" é diário, basta abrir o jornal, em todos os instantes. Eles não se conformam da surra que levaram em 31 de março. O 31 de Março provou a incompetência deles, a burrice e a falácia dos argumentos que eles tinham para o comunismo.

E também não se conformam com o sucesso dos governos revolucionários.

Também, é outra coisa que os magoou profundamente. A técnica é esconder tudo. Nem uma palavra sobre as realizações revolucionárias. É uma pena porque há tanta coisa a se falar sobre a obra do Médici, que foi, como disse, o melhor Presidente da Revolução. Depois, vem o Castello, que fez muito também. O próprio Costa e Silva, governo em que o País chegou a crescer a 9% ao ano e que criou a Embraer, uma empresa vencedora da qual a Força Aérea muito se orgulha.

O General Geisel, eu não gostava dele, porque era muito estatizante, criou um monte de empresas estatais... Sou contra empresa estatal. "Hay govierno, soy contra", como diz aquele revolucionário espanhol.

Tudo o que é estatizado corre sério risco de não funcionar, só estatizar aquilo que não tem outro jeito, serviço diplomático, forças militares, talvez uma parte da saúde, as grandes pesquisas, que são muito caras para o particular fazer, e a segurança.

E o Geisel não deu continuidade, no setor dos transportes, às grandes obras do Médici, inclusive a Transamazônica, que hoje é criticada, mas o que faltou foi continuidade.

Realmente, ele não deu atenção maior aos projetos rodoviários na Amazônica, faltou continuidade. Ele e o Figueiredo se voltaram mais para a produção de energia, inclusive na própria região amazônica.

Eu até gostava muito do Figueiredo, porque o conheci antes de ele ir para a Presidência, tive um convívio muito agradável com ele. Ele era muito inteligente, mas logo no início do governo ele teve aquele enfarte, foi parar naquela clínica americana para fazer não sei quantas safenas...

Quase todas as pessoas que tiveram enfarte, com as quais convivi, pude constatar que ficavam com uma lesão cerebral. Há uma diminuição de acuidade, uma diminuição de memória, de raciocínio, sempre prejudicava muito, isso está nos livros atuais de neurologia, o que acontece com a perda de neurônios quando o sujeito tem uma parada cardíaca, vários milhões de neurônios morrem numa pancada só.

Por isso, ele começou a fazer coisas erradas, já na segunda metade do seu governo. Fez muita bobagem, infelizmente, fruto da enfermidade, porque, antes, ele era bem diferente.

O comunismo desapareceu com a queda do Muro de Berlim? Qual é a situação do comunismo no Brasil, no seu entendimento?

No meu entendimento, eles estão fazendo tudo para voltar...

Agora, vou me permitir fazer uma especulação. Até aqui, procurei falar como historiador, baseado em fatos dos quais tenho documentação, agora vou fazer uma especulação, afirmando que os comunistas continuam ativos aqui no Brasil...

Em postos-chave, mas não é só isto. De onde vem o dinheiro do MST? Dinheiro para os jornais comunistas e para custear estes jornalistas todos que recebem estipêndio por fora para continuar escrevendo em jornais que são nitidamente capitalistas, tipo *O Globo*, o próprio *Jornal do Brasil*, que agora mudou completamente, não sei de que cor ele está.

Deste modo, como é que esta gente sobrevive? Como sobrevive o MST? De onde vem este dinheiro? Só existe atualmente uma fonte de recursos. Moscou fechou e, em conseqüência, fechou Havana. Fidel Castro está "por aqui", engasgado por falta de dinheiro, morrendo de fome.

A China está na dela, se está mandando alguma coisa é pouco, não quer aborrecimento com os Estados Unidos. Ela quer crescer, precisa do consumo do americano, que demanda bilhões em produtos chineses e, com isso, está enriquecendo a China ao ritmo de 6 ou 7% ao ano.

Então não faz muito sentido que a China esteja mandando dinheiro para cá. Eu comecei a acompanhar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

na sua ação; não sei se o que vou dizer é correto, mas enfim é uma especulação. As FARC na Colômbia são também uma guerrilha dirigida por fanáticos, como no tempo do Stálin. São quarenta anos de guerrilha.

E que se associaram com o narcotráfico... A narcoguerrilha vive do dinheiro das drogas.

Como fecharam as torneirinhas de Cuba e Moscou, eles ficaram sem dinheiro para pagar comida, uniformes, saúde e etc. daqueles dez ou 15 mil guerrilheiros organizados em forma de exército, com uniformes, arquivo, comunicações, tudo muito bem montado, isso custa uma fortuna.

Alguém deve ter-se lembrado dos narcotraficantes, propuseram uma barganha com os narcos: "Vocês nos dão dinheiro, dão apoio financeiro e nós lhes garantimos a segurança das rotas de transporte com as nossas tropas, garantimos as rotas de transporte da cocaína até a fronteira com o Brasil".

Esse negócio já tem até estimativa, parece que os narcos contribuem com 700 milhões de dólares por ano. Os narcos faturam cerca de 3 a 4 bilhões de dólares por ano, só os narcos da Colômbia, fora os outros. Abrir mão de 700 milhões de dólares, para eles, não é nada.

E ganhando, em contrapartida, segurança e a capacidade de atuar livremente.

Eles terceirizaram a segurança, contrataram um exército mercenário para dar cobertura a eles. É a única explicação que vejo, desse dinheiro dos narcos. As FARC também mandam dólar para os nossos comunistas. Eles querem o apoio do Brasil, porque eventualmente eles querem se espalhar para dentro da Amazônia e manter o tráfego em nossas metrópoles.

Sabia que há dois representantes das FARC no Congresso? Confessado pelo Gabeira, que é o cicerone deles no Congresso Nacional, e tem mais dois que estão agora, janeiro de 2002, juntos do Governador Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, assessorando-o, dois elementos das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas.

Mas vou lhe dar outros sintomas. Por que esses governos civis todos são contra o Projeto Calha Norte? Por que são contra o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)?

Eles não querem integração, não querem um Brasil grande.

Não há dúvida, veja o SIVAM. Como era um negócio muito grande, ia dar muito dinheiro para muita gente, foi aprovado e o estão fazendo ao custo de 1,4 bilhão de dólares, para montar uma rede de radares. Não entram nesse bilhão de dólares os custos com aviões de caça, bases aéreas, transporte de gasolina, nada disso é computado nesse bilhão. Esse bilhão é só para rede de radares, comunicações telefônicas e rádio.

Quando o negócio estava ficando pronto, o Brasil assinou um tratado com os Estados Unidos de não abater avião civil. Lembro quando a Rússia abateu um avião

da Coréia do Sul na península de *Kantchaka,* o avião escorregou na rota, não prestou atenção, foi levado pelo vento, entrou em território russo, eles não conversaram, abateram o avião, um jumbo. Com trezentas e tantas pessoas a bordo, morreu todo mundo. Pois bem, o Brasil assinou um tratado no qual ele se compromete a não abater aviões civis, quaisquer que sejam.

A FAB reclamou, estavam montando o SIVAM com aviões de caça, com um gasto enorme e sem poder abater aviões que não queiram se identificar. Se um avião carregado de cocaína for interceptado, não pode ser abatido, porque é proibido pelo tratado. Rapidamente fizeram uma lei dizendo que podia abater, autorizando a FAB a abater, desde que autorizada, caso por caso, pelo Presidente da República.

Mas as coisas no ar se passam em segundos, eu sou aviador, a gente intercepta e se não resolverem em trinta segundos, não resolvem mais, o outro avião se desvia, vai embora, atravessa a fronteira.

Isto é para não resolver, e quem é esse Presidente da República? Depende, também, do tipo de pessoa. Deste aí, não há o que esperar, infelizmente...

A lei que está em vigor é esta, mas a FAB não foi autorizada a fazer nada nem pedir licença ao Presidente da República, porque não foi feito o decreto regulamentando essa lei. Está há seis anos no Ministério da Justiça e o Gregori deu uma declaração afirmando que não liberava o decreto, não levava para o Presidente assinar, porque ele era contra abater avião civil.

O que ele recebeu para sentar em cima dessa lei, que, se assinada, permitiria que o narcotraficante fosse abatido? Ou ele tem interesse junto aos narcotraficantes ou ele tem compromisso com relação aos comunistas, não tem escapatória, é uma dedução mais do que lógica, é cartesiana, não há o que discutir. As FARC são comunistas e associadas dos narcotraficantes.

A imagem das Forças Armadas brasileiras vêm apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, apesar da ação dos revanchistas, como atestam as pesquisas de opinião. O que gostaria de dizer sobre isso?

Entendo que, apesar de toda a propaganda subliminar e ostensiva na imprensa, o povo não é burro, está acordando devagarzinho e se autovacinando contra essa campanha da mídia para desmoralizar as Forças Armadas, contra os "revanchistas" que querem ir à forra da derrota que sofreram.

Os "revanchistas" guardam um sentimento de ódio pessoal muito forte contra nós. Os interesses do País são completamente secundários. Não há conflito neste particular. O problema está no fato de os militares terem acabado com a

alegria do obscuro João Goulart e dos comunistas, como Prestes, Abelardo Jurema, Marighela... Isso eles não perdoam.

Qual a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral?

Mais uma vez agradeço a oportunidade de colaborar para trazer a verdade sobre os fatos dos quais participei e informar que, em breve, vou tratar da publicação deste meu novo livro, que complementa o que falei com maior riqueza de detalhes. Há coisas que nunca foram publicadas, que estão em minha memória, e que comecei a revelar nesta feliz oportunidade.

Muito grato, então, ao atual Comando do Exército, que muito me honrou em tomar o meu depoimento sobre este palpitante tema, que vem diariamente sendo deturpado pelos perdedores, na mídia e através de livros lançados com enorme propaganda, que silenciam sobre as vibrantes realizações da Revolução de 31 de Março e desfiguram todos os episódios que se propõem a abordar.

Coronel Renato Ribeiro da Silva

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Artilharia Antiaérea (EsDAAe).
- Em 1964, era Capitão, servindo no então 4º Regimento de Obuses 105mm (4º RO 105), hoje 14º Grupo de Artilharia de Campanha (14º GAC).
- Comandou o 2º GACos – Fortaleza de São João – e o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro. Serviu como Oficial de Gabinete dos Ministros do Exército, Generais Orlando Geisel e Sílvio Frota.

Entrevista realizada no dia 27 de dezembro de 2001.

Inicio a minha participação saudando o Exército e, em particular, os integrantes desse fabuloso Projeto de História Oral de nossa Instituição na Revolução de 31 de Março de 1964. Cabe-me, também, nesta oportunidade apresentar o meu agradecimento penhorado por esta distinção, por esta honra que me está sendo concedida de relatar episódios que vivi não só nos pródromos desse Movimento revolucionário, como também durante a sua eclosão.

Depois deste seu preâmbulo, nós lhe perguntamos: "Que fatos gostaria o senhor de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante a sua vigência?"

Nos pródromos da Revolução, ou seja, em 1963, período anterior a minha apresentação no então 4º Regimento de Obuses 105 (4º RO 105), hoje 14º Grupo de Artilharia de Campanha (14º GAC), vivi como aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Tive, naquela fase, uma participação intensa nas memoráveis assembléias do Clube Militar, que acredito terem sido fator importante para a eclosão do Movimento.

Especificamente sobre o 4º RO 105, gostaria de abordar, referindo-me ainda ao ano de 1963, alguns aspectos que me foram relatados pelo então Capitão Humberto Ayres Corrêa, o Capitão Corrêa, figura marcante naquele processo de participação do 4º RO 105 na Revolução de Março de 1964.

Refiro-me a reuniões que se realizavam em Pouso Alegre, em dependências da igreja local. Não com a participação de padres, mas contando com a cessão, pela Igreja, de suas dependências para reunião das pessoas que não estavam satisfeitas com as coisas que vinham acontecendo no País, mais do que isso, que se preocupavam com os rumos e o quadro caótico impostos ao Brasil pelo Governo de João Goulart.

Presentes a essas reuniões, estavam diversos integrantes de diferentes setores da sociedade de Pouso Alegre, particularmente aqueles mais conservadores, que bem caracterizavam o povo mineiro. O Capitão Corrêa era um dos representantes do 4º RO 105 que ia às reuniões, espontaneamente, por acreditar firmemente que aquele estado de coisas não poderia continuar.

Cabe destacar que essas reuniões, além de sigilosas, contavam com um elemento enviado pelo Comando da 4ª Região Militar / 4ª Divisão de Infantaria (4ª RM / DI), do General Olympio Mourão Filho, indicado particularmente pelo Coronel Brasiliano, se não me falha a memória, Virgílio Brasiliano, pertencente ao seu Estado-Maior.

Algumas dessas reuniões, devido a seu caráter sigiloso, foram realizadas até na própria residência do Capitão Corrêa. Desde então, ficou uma orientação

para o 4º RO que, se necessário, lhe caberia participar do Movimento revolucionário com o efetivo de uma Bateria a seis peças. Era o que poderia ser feito com aquele efetivo e com aquele material que o RO, na ocasião, possuía em condições de pronto emprego.

O 4º RO 105, hoje 14º GAC, localiza-se em Pouso Alegre, sul de Minas, em um importante entroncamento rodoviário, o que contribui para conferir-lhe uma maior expressão. O quartel se encontra nas proximidades da Rodovia BR 381 – Fernão Dias–, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Esta rodovia passa por dentro do município, margeando a cidade, vamos assim dizer, formando o entroncamento com a BR 459, rodovia federal de ligação com a BR 116 que, naquele trecho, é a Dutra.

Dali de Pouso Alegre, também há uma irradiação de várias rodovias estaduais que se espalham por diversos municípios mineiros, dando acesso, inclusive, ao nordeste de São Paulo.

Com relação a minha apresentação no Regimento, em janeiro de 1964, gostaria de citar um fato curioso. Cheguei sendo devidamente sondado, o que só vim a saber depois pelos companheiros, que, ao me receberem, me provocaram, me instigaram para saber qual era a minha posição em face de tudo aquilo que estava ocorrendo em nosso País.

Desde logo, sentiram que eu também não concordava com aquela situação que afligia e intranqüilizava a todos, fiel ao meu passado, inclusive, repito, participando daquelas assembléias do Clube Militar, insatisfeito com os fatos que estavam acontecendo.

Depois da minha apresentação, quero chamar atenção para um exercício de PC, que se desenvolveu ao longo da Rodovia Fernão Dias, portanto na ligação entre as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, programado pela 4ª RM / DI e que, hoje, é fácil concluir, já estava direcionado para objetivos revolucionários que passavam pela mente dos chefes, particularmente dos Generais Mourão Filho e Carlos Guedes.

No adestramento da tropa, um duplo objetivo – a preparação da tropa em si e seu preparo para, se necessário, tomar parte no Movimento revolucionário.

Ao longo da rodovia, friso eu, deu-se um fato especial no final do exercício, quando estávamos acantonados bem ao sul de Minas, quase na divisa de São Paulo, onde, adiante, só há o município de Estrema. Nessa situação, recebemos a visita do General Carlos Luís Guedes, o saudoso General Guedes, então Comandante da ID / 4. Durante a visita, houve explanações, aquela coisa toda sobre o exercício – sua finalidade, como vinha se desenrolando, tendo me chamado a atenção o fato de o General ter se levantado e se dirigido para frente de uma carta do Estado de Minas

Gerais, ficando a observá-la atentamente, quando passou a fazer comentários sobre eixos de penetração e de saída do Estado. Mais tarde, concluí que, na cabeça dele, já estava a possibilidade do Movimento.

Outro fato interessante, que antecedeu a Revolução, deu-se no mês de março, quando recebemos a visita em nosso aquartelamento do General Olympio Mourão Filho, General Mourão, Comandante da 4ª RM / DI. Fez aquela visita de praxe e inspeção. Depois, reuniu-nos no auditório e, naquela oportunidade, fez fortíssimas críticas à situação do País. Após o término da reunião, não tivemos mais dúvidas de que algo viria.

Algo muito sério iria acontecer.

Exatamente. E, nesse ponto, há um detalhe que precisa, também, ser ressaltado. O 4º RO 105, naquela época, sediava, em seu aquartelamento, o Comando da Artilharia Divisionária da 4ª DI (AD-4), o que era até objeto de muitas considerações. A maioria não gostava, porque se tratava de uma Grande Unidade dentro de uma Unidade, exatamente da AD, a que estávamos subordinados, ocupando, também, o nosso quartel, com todas as implicações desse fato.

De qualquer maneira, quiséssemos ou não, estava lá a AD-4 que, na época, era comandada pelo General Ivan Pires Ferreira, oficial-general de elevado conceito, uma excelente pessoa, um profissional reto, cuja posição política, no entanto, desconhecíamos, o que nos trazia a preocupante dúvida de como ele agiria no caso da necessidade de emprego do 4º RO num movimento político-ideológico que, pelos indícios, parecia bem próximo.

Naquele mês de março, passei à disposição da AD-4, para exercer a função de S2 e Secretário, pela carência de oficiais naquele Comando.

Exatamente no dia 27 de março, uma sexta-feira, no final do expediente, chegou um rádio cifrado. Decifrei o rádio, que mandava a nossa Unidade passar à disposição da ID-4, do General Carlos Guedes. Eu entendi aquilo como um recado, uma mensagem especial. Era iminente a eclosão do Movimento contra aquele estado de coisas que infelicitava o País e a nossa gente.

Devo aqui fazer um parêntese para dizer que comandava o 4º RO 105 o Coronel Paulo Hildebrando de Campos Góes, que estava no Rio, no final de março, por motivo plenamente justificado. É bom frisar isso, pois, com esse oficial, vim, depois, a servir por cerca de dois anos, o que me permitiu avaliar perfeitamente que ele não era de fugir de responsabilidade. Assim, a sua ausência, por ter ido ao Rio naquela ocasião, justificava-se perfeitamente pelo fato de ter encontrado o quartel em condições muito precárias, o que o obrigara a ir ao Rio à cata de recursos financeiros e materiais para ver se melhorava o estado do aquartelamen-

to. Essa realidade ensejou, ainda, a decisão de dispensar uma parte do efetivo de recrutas, um terço por semana, objetivando angariar recursos, através das economias administrativas, outra forma de melhorar a situação.

À primeira vista, isso pode parecer sem importância, mas esse aspecto influiu na condução do episódio, assim como o fato de o General Ivan também estar no Rio, por razões que já não me lembro, nem vêm ao caso.

O fato é que, ao decifrar o rádio, fui atrás do Subcomandante que julguei estar assinando as guias de licença daquele terço que seria dispensado.

Ao encontrá-lo, disse-lhe brincando: "Coronel, o senhor faça o favor de ler este rádio, pois tenho a impressão de que, depois de lê-lo, o senhor vai parar de assinar essas guias. Na verdade, o Coronel já as havia assinado e o pessoal já estava dispensado. No momento, ele se encontrava despachando documentos de rotina. Leu o rádio, apôs o ciente e me devolveu, dando, logo em seguida, a ordem preparatória para o seu cumprimento. Na 3ª-feira, 31 de março, chegava outro rádio determinando que a Unidade se deslocasse para Belo Horizonte para integrar o Grupamento Operacional da ID-4, sob o comando do General Guedes.

Recebido esse rádio, o Subcomandante reuniu os oficiais, leu o seu teor e determinou que uma Bateria a seis peças, a comando do Capitão Corrêa, que se apresentara como voluntário, se deslocasse para dar cumprimento a missão.

É hora de destacar, de modo muito especial, o valor do Capitão Corrêa, Humberto Ayres Corrêa, da turma de 51, da Arma de Artilharia, figura extraordinária, que sempre mereceu o respeito e a admiração de todos. Corajoso, determinado, firme na busca dos objetivos ditados pelas suas convicções. Os acontecimentos que apontei naquelas reuniões na igreja me foram relatados por ele e a palavra dele para mim é lei.

Diante do problema da ausência de um terço da Unidade, o Capitão Corrêa desencadeou o plano de chamada, ao mesmo tempo em que ultimava os preparativos para o deslocamento da Bateria, contando com outros oficiais que o apoiavam naquele momento decisivo. Pelo seu temperamento e competência, trabalhar com ele era um grande privilégio, um prazer sempre renovado.

Devo aqui, também, ressaltar as figuras do Capitão Ribeiro, hoje Coronel Antônio Gomes Ribeiro, que era o S3 da Unidade, e do Capitão Schiefler, este, infelizmente, já falecido – um COR dos mais expeditos – o qual partiu para uma série de providências de ordem administrativa, inclusive a requisição de ônibus e de caminhões, uma vez que as nossas viaturas não comportavam todo o efetivo.

Havia dificuldade para transportar o pessoal das diversas seções.

Sair com todos os meios orgânicos, vamos dizer assim.

Uma outra providência para o deslocamento da Coluna foi a reunião do Capitão Corrêa com os subtenentes e sargentos que, nessa oportunidade, se recusaram a partir, alegando motivos variados, principalmente desobediência à Constituição, além de problemas familiares, entre outros. O Capitão Corrêa ainda lhes disse que aquela era hora de pensar no País, na Pátria, e não em problemas particulares. Mas, apesar de todo o empenho do admirável Capitão, o fato é que nenhum deles quis participar do Movimento.

Após a reunião, o Capitão Corrêa foi procurado por vários sargentos que lamentavam não terem se apresentado para partir com a Coluna, alguns alegando terem sofrido ameaças diversas, até pressões de seus familiares, temerosos com a conjuntura política. O certo é que essa posição dos sargentos, embora contrária, foi apresentada de forma pacífica e ordenada. Lembro-me, como se fosse hoje, de uma fileira de sargentos, próxima à parede do prédio da Bateria, entregando suas armas, pacificamente. Os preparativos continuaram, adentrando pela noite de 31 de março. Nesse momento, constatou-se que se dispunha de uma sobra, digamos assim, de cabos e soldados, ficando o pessoal sem saber o que fazer com eles. Decidiu-se, então, organizar uma inusitada Bateria de Choque Motorizada.

Quando chegávamos com essa Bateria de Choque Motorizada, nos diversos locais por onde íamos passando, havia uma curiosidade. Que negócio é esse? Todos indagavam, e essa Bateria foi a que eu comandei. Era uma sobra de cabos e soldados recrutas que foi conduzida em três ônibus que nós requisitamos.

Na madrugada de 1º de abril, o Capitão Corrêa partiu, sem aguardar a chegada do Comandante da AD 4 ou do próprio Comandante da Unidade, que, como eu disse, estavam viajando. Partiu sem nenhum subtenente ou sargento. As peças saíram comandadas por cabos, promovidos simbolicamente a sargentos chefes de peças. Com isso, o Capitão Corrêa evitou a possibilidade, embora remota, de ter o seu deslocamento obstado com a chegada do Comandante da AD-4. Deixou no aquartelamento uma pequena parte do efetivo com a missão de acabar de carregar o restante da munição do paiol da Unidade, bem como da munição e do armamento das reservas das baterias, cabendo a mim transportar, na medida do possível, todo esse carregamento, o que eu deveria realizar após o retorno do Coronel Góes, nosso Comandante de Unidade, que estaria voltando do Rio de Janeiro, devendo chegar às primeiras horas do dia 1º, o que acabou acontecendo.

Informado de que o Coronel Góes chegara à sua residência, fui imediatamente contactá-lo, dando-lhe conhecimento da situação. Ele não titubeou; prontamente aderiu. Partimos, mas aguardamos na Rodovia Fernão Dias, nos arredores da cidade, aquele pessoal que estava carregando o restante da munição e do

armamento. Ao chegarem com todo esse material, nos deslocamos no encalço da coluna comandada pelo nosso Capitão Corrêa.

Nesse deslocamento, dois fatos merecem realce: o primeiro dizia respeito à informação que colhemos, através de rádio transistor, muito utilizado naquela época, que o II Exército e, mais tarde, também, o I Exército haviam aderido à Revolução.

O outro fato curioso referia-se a notícias de que o pessoal de Três Corações, da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), posicionara-se contrariamente ao Movimento revolucionário. Então, passamos por aquela cidade com uma certa preocupação, bastante atentos, mas nada ocorreu.

Chegamos em Belo Horizonte na madrugada do dia 2 de abril e ficamos acantonados no quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Nesse mesmo dia, iniciamos o deslocamento para Brasília, integrando o Grupamento Tático 12 (GT 12), comandado pelo então Coronel Dióscoro do Vale, posteriormente promovido a General com todo o merecimento.

O ilustre General Dióscoro do Vale.

De muito agradável lembrança. A essa altura, houve um fato digno de registro. Entendo assim o episódio da reintegração à coluna de marcha dos subtenentes e sargentos, que não haviam aderido ao Movimento revolucionário.

Assim, depois que partimos, eles resolveram aderir. Entre as causas que foram apontadas, a principal foi o arrependimento, muitos alegando que queriam ter participado desde o início e por não o terem feito se sentiram frustrados.

Frustrados pela omissão, deixando o comboio partir sem as suas presenças.

Exatamente, bastante frustrados e, como falei, soubemos de notícias de que uma parte desses sargentos sofrera pressões que influenciaram na decisão inicial por eles tomada. Vários sargentos passaram para nós a idéia de que, desde o começo, queriam, de coração, aderir. Por outro lado, sabíamos que esses graduados, em sua maior parte, eram perfeitamente integrados à sociedade local, na sua maioria muito bem casados com moças da cidade, de famílias tradicionais, vivendo em boas residências, sofrendo, por via de conseqüência, em alto grau, a pressão dessas famílias conservadoras de Minas Gerais, assustadas, horrorizadas, com o quadro anárquico que fora implantado no País, por obra do peleguismo e do comunismo, com o beneplácito do Presidente da República de então – João Goulart.

Assim, os sargentos que, pelo casamento, passaram a pertencer a tais famílias foram devidamente recriminados pela atitude que haviam tomado. Isso, naturalmente, pode e deve ser pesado também para que eles se arrependessem e decidissem requisitar mais alguns ônibus e saíssem atrás da Coluna, que se deslocava

em direção a Brasília, vindo a alcançá-la na cidade de Paracatu, bem ao norte de Minas, quase na divisa do Distrito Federal.

Ao recebermos ordens para reintegrá-los, deu-se um verdadeiro racha, pois a quase totalidade dos oficiais não queria, em hipótese alguma, aceitá-los.

Eu vi oficiais morrendo de raiva, de mágoa, por entender que essa nova decisão dos sargentos dera-se tardiamente e, portanto, não poderia ser acolhida.

Diante da posição da maioria dos oficiais contrária à reintegração dos sargentos, veio o seguinte esclarecimento do Comando da 4ª RM / DI: ou se aceita a reintegração ou a Unidade volta para Pouso Alegre. A 4ª RM queria que todos participassem. Achava que não havia problema de estender a mão a quem acabou mudando de posição. Que outro Comando de Revolução no mundo fez ou faria algo como o que acabamos de relatar?! Só nas Forças Armadas brasileiras isto poderia acontecer, sem dúvida nenhuma!

Tivemos, então, que optar por integrá-los para cumprir a determinação do Escalão Superior, mas deixamos todos sem função. Desta forma, a contragosto da grande maioria, deu-se a absorção dos mesmos, os quais nem pelos cabos e soldados foram bem aceitos.

Aliás, houve um fato curioso. Os ônibus e as viaturas estavam cobertos por uma camada de poeira misturada com orvalho. Os cabos e soldados fizeram com o dedo inscrições bastante depreciativas aos subtenentes e sargentos, que ficaram muito ressentidos, porque o que se escreveu era extremamente pesado. Deixo até de dizer aqui, mas as considerações feitas foram, realmente, muito depreciativas.

Após esse episódio, prosseguimos nosso deslocamento para Brasília, onde chegamos no dia 4 de abril. Na Capital, ficamos acantonados na sede do então IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. Naquela época – nós sabemos, mas as gerações atuais não o sabem – os institutos de aposentadoria eram divididos por classe: marítimos, bancários, industriários etc.

Tínhamos o IAPI, dos Industriários; o IAPC, dos Comerciários, e assim por diante.

Então, ficamos no IAPM e muito bem instalados, pois estávamos num Brasil novo (a cidade fora inaugurada em 1960) e, ali, nos limitamos a realizar o serviço de guarda em diversos locais, pois não havia focos a debelar, não havia nenhuma resistência a enfrentar, não havia contrários; o País estava cansado, saturado, do Governo deposto. Foi o povo que exigiu que o Exército fosse para as ruas, como as famílias mineiras obrigaram os sargentos a se integrarem ao seu Regimento, que marchava para Brasília.

Dias depois, recebemos ordem de retornar a Pouso Alegre, via Belo Horizonte. Em Belo Horizonte, quero destacar a nossa participação no chamado Desfi-

le da Vitória, com a cidade inteira aclamando as tropas que haviam colocado o Brasil no seu verdadeiro rumo, impedindo a comunização, que estava em marcha acelerada. O desfile foi vibrante, semelhante à Parada de 7 de Setembro, com a população aplaudindo, acenando bandeirinhas, louvando a Revolução vitoriosa. E, hoje, os esquerdistas contam outra história, querem passar para as novas gerações uma idéia de que houve um golpe militar, quando, na verdade, é preciso que se enfatize, foi a grande maioria do povo que praticamente obrigou a tomada de posição do Exército contra a anarquia insuportável que imperava em nosso País.

Foi um movimento do povo, que, por tê-lo exigido, vibrou intensamente com ele. Daí, o mérito deste Projeto, porque, valendo-se da História Oral, estamos narrando os fatos exatamente como eles se passaram...Esta é a verdade que os derrotados em 1964, aquela minoria inconseqüente, parte hoje no Poder, quer ocultar, esconder, escamotear das novas gerações.

Aqui, estamos ouvindo o que realmente aconteceu.

Exato. Estamos reproduzindo os fatos com toda a autenticidade, com toda fidelidade.

De Belo Horizonte, retornamos a Pouso Alegre e a cidade nos recebeu em festa. Muitos automóveis se deslocaram ao longo da Rodovia Fernão Dias para, em inesquecível carreata, desfilar à frente da Unidade.

Na cidade, as ruas repletas de gente, bandeiras, bandeirinhas, faixas de saudação. Uma coisa louca, palanque, discursos, tudo a que tínhamos direito; a população batendo palmas para a nossa atuação, demonstrando o orgulho verdadeiro que sentia como partícipe, por intermédio de sua Unidade, do Movimento revolucionário.

Nos dias que se seguiram à Revolução, o Capitão Corrêa passou, também, à disposição da AD 4. Ele e eu ficamos encarregados de coordenar as investigações de fatos que estavam sendo apurados pela famosa Comissão Geral de Investigações (CGI).

Paralelamente, foi instaurado o Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar, especificamente, aquela atitude dos subtenentes e sargentos, do qual foi encarregado o então diretor da Fábrica de Itajubá.

A Solução do IPM desagradou profundamente aos oficiais pois, em sua conclusão, julgava não haver nada a censurar na posição adotada pelos subtenentes e sargentos, ao mesmo tempo, que se referia a um possível ressentimento por parte da oficialidade em relação aos sargentos pela situação que os graduados desfrutavam na localidade. Muito bem instalados e bem casados com moças da área, o que não acontecia com os oficiais, resultado da curta permanência destes na guarnição, fato natural, pelas transferências a que estavam submetidos por força de regulamento, as quais impediam um maior vínculo, uma vinculação perene, com a cidade.

Ainda a propósito desse IPM, lembro-me bem de quando o Capitão Corrêa, que, como disse atrás, também, se encontrava à disposição do Cmdo AD/4, chamou-me, com os autos do IPM em mãos, demonstrando grande frustração e com os olhos marejados, disse-me: "Renato, veja a solução que deram ao IPM!" De fato, pessoalmente, também fiquei profundamente decepcionado.

Mas quem deu essa solução?

Não me lembro exatamente, se foi do Cmdo da AD/4 ou da 4ª RM, parecendo-me mais provável o último, ficando claro, porém, que não foi do Diretor da Fábrica de Itajubá, embora, certamente, tenha sido dada com base no Relatório feito por ele, que era o Encarregado do IPM.

Por esse episódio, verifica-se que a nossa Revolução foi a mais magnânima de que se tem notícia na face da Terra em todos os tempos, pois, como acabamos de ver, perdoou os contra-revolucionários e, ainda, pasmem, empenhou-se em justificar suas ações, como aquela cômoda e absurda decisão inicial dos graduados, contrária à de seus superiores, ferindo os princípios basilares da Instituição – a hierarquia e a disciplina –, num momento em que estava em jogo os destinos do País, assim como a decisão tardia desses mesmos graduados, mudando de posição, quando a Unidade já havia se deslocado.

Isso tudo se deu dias após a eclosão da Revolução, o que contando ninguém, nem mesmo o adversário, vai acreditar.

Estou assim concluindo a narrativa do que foi a Revolução no 4º RO 105, em Pouso Alegre. Desejo ressaltar a importância desse relato modesto, feito com a maior autenticidade, e que só foi possível graças a este Projeto de História Oral, cujo mérito ressalto com muita satisfação.

Que as minhas considerações finais, sobre os fatos ocorridos em Pouso Alegre, sejam para enaltecer o Capitão Humberto Aires Corrêa, o nosso Capitão Corrêa. Evidentemente, que muitos o ajudaram, colocando o seu tijolo nessa obra, de acordo com as suas possibilidades e as suas funções, mas o grande arquiteto foi ele, não resta dúvida, ele que eu considero, sem nenhum favor, a figura central da Revolução em nossa guarnição.

Depois desse seu relato sobre o desempenho do 4º RO 105 na Revolução, gostaria de perguntar-lhe se havia, de fato, no País, em geral, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Ah! Evidentemente. Em primeiro lugar, porque o Presidente João Goulart já era uma figura bastante conhecida. Inicialmente, como Ministro do Trabalho do

Presidente Getúlio Vargas, no seu segundo Governo, e depois como Vice-Presidente de Juscelino Kubitschek, períodos em que demonstrara suas posições populistas. No cargo de Ministro do Trabalho, mostrara bem às claras suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais. Como Vice-Presidente de Jânio, quando do episódio da renúncia em 1961, ele estava visitando a China comunista, quando os ministros militares tiveram a oportunidade de expressar o que pensavam sobre ele, ressaltando em manifesto, naquela oportunidade, a absoluta inconveniência do seu regresso ao País para assumir a Presidência, daí advindo a adoção do regime parlamentarista, que foi a solução encontrada para a crise.

No cargo de Vice-Presidente, chegou a exaltar o êxito das comunas populares e, depois, como Presidente da República, animou e apoiou ostensivamente todas as manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores que paravam o País, através da paralisação de todo o sistema de transporte. A população ficou privada até de alimentos essenciais. Faltava tudo. O grevismo tomou conta do País. Os principais portos viviam parados, com enorme prejuízo para as nossas exportações e importações.

O ano de 1963 e os primeiros meses de 1964 caracterizaram-se, também, por uma inflação galopante ao meio de uma anarquia não conhecida antes. O quadro de invasões de terras, semelhante ao que ocorre hoje, era estimulado pelo Governo, intranqüilizando os proprietários rurais, mormente nas áreas mais valorizadas do território nacional, onde os invasores preferiam atuar. Todos esses problemas contribuíram para gerar um clima de grande insatisfação contra o Governo.

Qual era, Coronel Renato, de um modo geral, a posição da Igreja com relação ao Governo deposto em 1964?

Tenho a impressão de que a Igreja apoiou firmemente o Movimento revolucionário. E eu me reporto àquelas reuniões havidas em 1963 em dependências da Igreja local. Isso é uma prova inconteste. Além do mais, quero lembrar que Pouso Alegre é sede de bispado e creio que o Pároco da Igreja não iria deixar e até mesmo estimular aquelas reuniões, se não houvesse o consentimento do Bispo de Pouso Alegre. Assim sendo, acho que havia todo o apoio.

De um modo geral o que se passava no meio militar naquela época? Houve tentativa de se criar cisões, separação entre oficiais e sargentos nas Forças Armadas? Qual a participação do Clube Militar e de associações congêneres no Movimento?

A grande maioria da oficialidade era contra aquele estado de coisas que caracterizava o Governo deposto. Uns mais ostensivamente, outros menos. Agora,

quanto aos subtenentes e sargentos, nós já sabíamos que, realmente, a maior parte deles foi atraída pelo movimento de esquerda, que visava exatamente criar cisões dentro das Forças Armadas. Assim, a maioria não era favorável à Revolução que, felizmente, acabou por banir, do nosso País, o comunismo, ideologia que fomentava abertamente a quebra da disciplina e da hierarquia, visando à derrubada destes dois pilares das Instituições castrenses.

No que diz respeito à participação do Clube Militar e de associação congêneres, lembro-me das memoráveis assembléias realizadas em 1963, a que já me referi, nas quais pregávamos a queda daquele Governo insano.

Saíamos, eu, o General Motta, aqui presente, e muitos outros oficiais, diretamente da EsAO para aquelas Assembléias. Sabíamos que o Clube Naval também apoiava incisivamente o Movimento revolucionário que pôs cobro ao movimento comunista que, em setembro de 1963, provocou a rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, os quais ocuparam os ministérios...

Lá em Brasília.

Positivo. Na capital, exatamente.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução em 31 de Março?

Os acontecimentos determinantes foram os ocorridos na iminência da Revolução, ou seja, no mês de março de 1964. Então, citaria, como primeira manifestação provocativa de nosso Movimento revolucionário, por tudo que ali se presenciou, o Comício da Central do Brasil, em 13 de março, quando o Presidente, acompanhado de seus Ministros, inclusive militares, pregou as reformas de base, na lei ou na marra.

Depois, um ultimato que a CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores – fez ao Congresso, exigindo que ele aprovasse, em trinta dias, a nova Constituição.

A sublevação dos marinheiros na segunda quinzena de março – aquele triste episódio em que os marinheiros rebelados no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem, no Rio, saíram, em passeata, chegando a carregar nos ombros o Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, um dos “Almirantes do Povo” – um verdadeiro atentado à disciplina e à hierarquia.

A Circular do então General Humberto de Alencar Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, logo após esse fato insuportável ocorrido na Marinha, em que ele destacou que as Forças Armadas não poderiam atraiçoar o Brasil.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em particular a de São Paulo, ocorrida em 19 de março, com cerca de um milhão de pessoas, onde os brasileiros,

com prevalência das mulheres, rezaram, de terço na mão, por um basta, no Brasil, a toda aquela terrível crise, provocada e estimulada pelo próprio Governo.

Finalmente, a assembléia dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença de João Goulart, que aproveitou aquela oportunidade para apresentar total solidariedade ao movimento dos marinheiros, corroborando o que mostrara anteriormente, ao provocar a exoneração do Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, anistiando os amotinados, que haviam sido presos pelo Ministro. Essa reunião de discursos inconseqüentes, como o do Presidente da República – ocorrida no dia 30 de março, segunda-feira, foi o estopim da Revolução, que eclodiu em Minas Gerais, tendo à frente os Generais Mourão Filho e Carlos Guedes, destacados chefes, aos quais, com justiça, já me referi.

Acha o senhor, portanto, que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando desencadeada a Revolução de 31 de Março?

No meu entender, sem dúvida alguma. Pelos fatos que acabei de narrar, a sociedade brasileira, como um todo, não agüentava mais aquela caótica situação.

Coronel, havia uma Revolução de cunho marxista em andamento no País, conduzida, com todo empenho, pela esquerda?

Sem a menor sombra de dúvida. Os fatos mostravam isso claramente. As investigações realizadas posteriormente confirmaram que a esquerda preparava uma revolução comunista que seria desencadeada pouco tempo depois. Daí, muita gente dizer que a nossa Revolução, foi, na verdade, uma Contra-Revolução, cujo objetivo era derrotar o comunismo, o que se alcançou plenamente.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares do nosso Movimento revolucionário?

Vou citar aqueles mais notáveis no meu entender. Como líder civil, eu lembraria a figura do Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Foi ele, inclusive, que colocou a sua Polícia Militar inteira à disposição do Exército no Estado.

Como chefes e líderes militares, destacaria os Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que, na verdade, desencadearam a Revolução, assumindo a responsabilidade e o risco maior de iniciá-la, partindo na frente de todos.

Como o senhor denominaria o Movimento revolucionário de 1964?

Olha, é sabido que o Movimento não preencheu todos aqueles requisitos, digamos até didáticos, para que viesse a ser chamado de revolução. Eu, pessoalmente, prefiro dizer Movimento revolucionário. Mas um fato é inconteste: o nome

pegou, ninguém vai mudar: é Revolução de 31 de Março de 1964, por tudo que ela realizou, para a grandeza do Brasil, nos vinte anos em que esteve no Poder.

Na verdade, tantos fatos meritórios ocorreram em conseqüência desse Movimento, que mudou o País completamente, no período de vinte anos, que ele não pode mesmo deixar de ser chamado de Revolução.

Exato, no sentido prático, real, foi Revolução, porque transformou a anarquia, a baderna, em ordem, ordem preconizada em nossa Bandeira, assim como reimplantou no País, com o Presidente Castello Branco, a autoridade, que havia desaparecido no desgoverno Goulart.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem questão de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar os que julga fundamentais?

A Revolução instituiu no País o planejamento de governo. Tudo que se executava era fruto de acurado planejamento estabelecido nos Planos Nacionais de Desenvolvimento – os PND – que caracterizaram o período dos Presidentes militares. A administração e a economia em nível federal conheceram grandes nomes como os Ministros Otávio Gouveia de Bulhões, Hélio Beltrão, Roberto Campos, que realizaram uma mudança extraordinária na forma de administrar o País e de conduzir a nossa política econômica, agilizando as decisões e reduzindo, substancialmente, a enorme inflação deixada pelo Governo deposto.

Foi o período de obras magníficas como as da hidrelétrica de Itaipu, das rodovias rasgadas por todo o País e do trabalho vitorioso na área das telecomunicações.

No campo social, a Revolução, através do Banco Nacional da Habilitação (BNH), construiu milhares de residências nos mais diferentes municípios do nosso território, particularmente para o pessoal de baixa renda; entrou, também, no setor da Educação, reduzindo o analfabetismo, através do Mobral, e aumentando significativamente as vagas no ensino universitário.

Muitos outros aspectos, tanto do campo social como do econômico, poderiam aqui ser abordados, como o incremento substancial do mercado de trabalho, principalmente na construção civil e nas áreas dos transportes e da energia, esta caracterizada, também, pelo crescimento da produção de gás e petróleo, inclusive em águas profundas, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Coronel, a chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes não quiseram enveredar por esse caminho para divulgar o que faziam?

Bom, não houve uma firme disposição da Revolução de divulgar devidamente as suas realizações, talvez por modéstia.

Por formação dos Presidentes militares, eu creio também.

Exato, nossa formação contribuiu muito para a não divulgação dos feitos da Revolução.

Por outro lado, nos omitimos totalmente em estimular a nossa presença nos meios de comunicação social e nas Universidades. Nós sabemos que, hoje, a mídia e o ensino superior estão totalmente dominados pela esquerda, aquela esquerda derrotada em 1964 e que, agora, só faz denegrir a Revolução, além de omitir, esconder, todas as nossas realizações, por mais espetaculares que sejam. Considero essa a grande derrota da Revolução. À vitória militar, que levou o País à ordem e ao desenvolvimento, seguiu-se a perda na expressão psicossocial do poder nacional, principalmente por termos perdido a mídia, que conduz a opinião pública.

Isso muito me preocupa porque a história contada às atuais gerações, principalmente à universitária civil, é totalmente parcial, pois a mídia e a universidade, além de renegarem, de execrarem, de falarem mal da Revolução, contam, digamos, estórias em vez da verdadeira história. Até os fatos da Guerra do Paraguai estão sendo totalmente deturpados, desvirtuados, o que torna difícil se conseguir, mais tarde, recuperar a verdade, apagada diuturnamente pelos esquerdistas revanchistas, que dominam a mídia e o ensino universitário.

A técnica atual é a de lançar aquela semente mentirosa, fazê-la crescer, sempre que possível, através da repetição permanente, da orquestração, de modo que a verdade desapareça.

Sem dúvida. Essa estratégia revolucionária vem sendo utilizada pela esquerda na atualidade, juntamente com as idéias de Antônio Gramsci, pensador político que fundou o Partido Comunista na Itália, defensor da conquista da mídia e da cátedra para se chegar ao Poder.

Perfeitamente, idéias seguidas à risca pela esquerda derrotada em 1964.

Entende o senhor que foi necessária a criação de órgãos de informação, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), e, também, de operações, como os Departamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)?

Bom, quanto ao SNI eu respondo perguntando: "Qual o país, qual a nação, que pode viver sem um órgão central e órgãos setoriais de inteligência?"

Até lamento, porque, de um certo tempo para cá, houve um verdadeiro desmantelamento do SNI, o que, para o nosso País, é desastroso sob todos os aspectos.

Quanto aos DOI, eles, na época em que foram criados, desempenharam o seu papel com reconhecida eficácia no combate ao terrorismo.

Particularmente contra a ação de seqüestradores, assaltantes de bancos e de carros e trens pagadores.

Exatamente, os DOI ajudaram a acabar com o terrorismo em nosso País, atuando com muita competência, o que até os adversários reconhecem, no íntimo ou até abertamente, como temos visto.

Coronel, a imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

As pesquisas de opinião estão aí. É o povo falando e oferecendo o seu respaldo ao Exército Brasileiro, que é, acredito, a Instituição mais democrática que existe, sem qualquer preconceito de raça, de cor, de credo ou lá do que for.

No Exército, prevalece o mérito, tornando a Instituição respeitada pela opinião pública, o que muito nos honra.

Por fim, que mensagem o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Como disse, inicialmente, sem favor algum, este Projeto de História Oral é muito importante, o que me leva a sugerir que todo grande acontecimento histórico-militar seja objeto de um projeto semelhante, aproveitando, de imediato, os relatos de seus partícipes, sem perder nenhum deles. Para tanto, faz-se mister criar uma norma nesse sentido.

Exatamente, porque a história oral pressupõe, também, a transformação do código oral para o código escrito – com a confecção de livros que advêm das entrevistas.

Por tudo isso, devo reconhecer, nesta oportunidade, o grande mérito deste Projeto.

Finalmente, quero aproveitar o ensejo para doar ao Museu do Exército, por intermédio deste Projeto, de algo que, carinhosamente, guardei durante muitos anos e que ostentei, com grande orgulho, na parede do meu escritório. Trata-se de um quadro contendo o Manifesto lançado pelo General Mourão Filho, no dia 31 de março de 1964, com assinatura original...

Achei melhor que ele ficasse em lugar que pudesse ser apreciado não só por mim, mas pelas atuais e futuras gerações, por ser a mensagem do principal líder militar da Revolução de 1964, merecendo ser conhecida de todos aqueles que visitarem o Museu de nossa Força, no Forte de Copacabana.

Foi gratificante, concluo, trazer a minha colaboração a este grandioso Projeto.

Coronel Amaury Friese Cardoso

- Natural da Cidade de Itajaí/SC.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da Escola de Material Bélico (Oficial de Motomecanização); de Aberdeen Proving Grounds (Avançado de Material Bélico), EUA; da U.S Army (Administração de Suprimento), EUA; do Instituto Militar de Engenharia/Fundação Getúlio Vargas (Controle da Produção); do CEP (Técnica de Ensino); Escola Superior de Guerra (Altos Estudos de Política e Estratégia), UERJ (Mestrado de Estudos de Problemas Brasileiros); e Universidade Estácio de Sá (Didática e Metodologia do Ensino Superior).
- Exerceu as funções de Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou a 4ª Companhia Leve de Manutenção (Juiz de Fora/MG), a Companhia de Carros de Combate Médio do Regimento-Escola de Infantaria (Vila Militar/RJ) e o 56º Batalhão de Infantaria (Campos/RJ).
- Foi, como Oficial de Estado-Maior, Chefe da SE/2 – 1ª Subchefia – Estudos Estratégicos do Estado-Maior do Exército; Chefe do Estado-Maior da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (Recife/PE) e membro da Comissão Especial dos Municípios da Faixa de Fronteira e do Grupo Interministerial do Projeto Calha Norte.
- Na reserva, exerceu os cargos de professor das disciplinas de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) e de Metodologia da Pesquisa nas Universidades Estácio de Sá e Gama Filho. No Clube Militar, é o Coordenador do Curso de Preparação para o Concurso de Admissão à ECEME.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Comandante da 4ª Companhia Leve de Manutenção e Adjunto do E/4 da 4ª RM/4ª DI (Juiz de Fora/MG).

Entrevista realizada no dia 3 de dezembro de 2001.

Sinto-me gratificado em poder prestar este depoimento em que tenho a obrigação de relembrar pessoas notáveis, muitas delas já falecidas e hoje completamente esquecidas, e que, no desenvolvimento do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, muito realizaram com impressionante profissionalismo. É a oportunidade que se me oferece para registrar o feito dessas pessoas, grandes brasileiros, de quem ninguém fala. São inúmeros os heróis que conduziram este Movimento e se tornaram, através do processo histórico, pessoas anônimas, o que só lhe trazem maior valor.

Gostaria de lembrar, ao iniciarmos o Movimento revolucionário de 31 de Março, que a nossa expectativa era deflagrar uma guerra civil com conseqüências bastante drásticas para todos nós. Felizmente, isso não aconteceu, cabendo-me destacar, neste momento, a postura de determinados homens, que souberam, durante todo o desenrolar do Movimento, desde a etapa do planejamento, observar uma postura essencialmente militar, a exemplo do Major Ary Capella, do Major Alísio Sebastião Mendes Vaz e do próprio Comandante do Destacamento Tiradentes, General Antônio Carlos da Silva Muricy. Eles servirão de exemplo às gerações futuras, porquanto foram cidadãos que, apesar de envolvidos num ambiente totalmente político, em momento algum, deixaram de ser profissionais e de agirem como tal.

A situação geral mostrava um quadro político institucional, uma crise política característica, entretanto, a conduta e a postura, em todo o processo, de excelentes profissionais, como os que citei, extremamente proficientes, os levaram a cumprir suas missões, a conduzir suas tropas, seus subordinados, com exemplar correção.

Nesta ocasião, eu era Comandante da 4ª Companhia Leve de Manutenção, em Juiz de Fora, sendo requisitado para ficar como Adjunto do E-4, Major Ary Capella, o que foi publicado em Boletim Interno da 4ª Companhia Leve de Manutenção.

É importante afirmar que quando reuni todos os meus subordinados – oficiais, subtenentes, sargentos – o quadro da Revolução foi descrito para eles, foi mostrada a gravidade do momento e que nós não estaríamos mais aceitando a continuidade daquele processo. E sobre certos aspectos iríamos cair na ilegalidade, considerando que estávamos reagindo contra as autoridades constituídas e que havia necessidade de cada um, de maneira bastante consciente, assumir um compromisso com a causa revolucionária, a situação exigia a definição de cada um. A satisfação que tive foi imensa com a 4ª Companhia Leve de Manutenção, uma vez que os 12 oficiais e 51 subtenentes e sargentos, individualmente, se manifestaram totalmente solidários. Fiz lembrar o compromisso que tínhamos de defender as nossas

instituições com o sacrifício da própria vida e todos eles afirmaram que estavam dispostos a cumprir o juramento.

Isto, para mim, foi extremamente significativo e está publicado no Boletim Interno da 4ª Companhia Leve de Manutenção. Faço questão, neste momento, de ressaltar o procedimento destes meus subalternos, que agiram de maneira desassombrada durante todo o Movimento, demonstrando alto grau de profissionalismo, seja na parte de manutenção, de evacuação, de suprimento, de abastecimento de combustível para todo o Destacamento Tiradentes, seja na distribuição de munição que estava estocada na Fábrica de Juiz de Fora, onde fomos apanhá-la para atender às Unidades.

Nesta oportunidade, desejo, portanto, destacar o excepcional procedimento desses meus subalternos que deram o melhor de si para atender a todos os seus pesados encargos.

Coronel Amaury, o Destacamento Tiradentes cumpriu a sua missão de onde até onde?

Estávamos no dia 31 de março, na situação de prontidão, já com a definição de que não toleraríamos mais as afrontas vindas do Governo, como as da reunião do Automóvel Clube do Brasil, ocorrida na véspera, no Rio de Janeiro, onde o próprio Presidente da República partilhou da quebra da disciplina e da hierarquia.

Na manhã de 31 de março, veio a ordem para constituirmos o Destacamento Tiradentes. Fui chamado ao Quartel-General da 4ª Região Militar, onde discutimos a composição dos meios, mantendo ligação com as Unidades, tratando das necessidades de complementação de suprimentos, além de um aspecto que mais me absorveu, naquela manhã, que foi a mobilização de viaturas – ônibus e caminhões civis – e a destinação dessas viaturas para as diferentes organizações militares.

Para o 11º RI, por exemplo, foi destinada a frota de ônibus civis mais quatro viaturas de meia tonelada da 4ª Cia Leve de Manutenção que passaram à disposição do Regimento para tracionar os canhões anticarro. Caminhões civis comerciais foram empregados para levar suprimento e a tralha da Unidade. Enfim, o grande comando composto da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria não tinha a sua motorização completa e houve necessidade de uma rápida mobilização. Nesse sentido, o correto levantamento das necessidades – tarefa a cargo do Major Ary Capella, como E-4, e do Major Alísio, como E-3 – foi essencial para o sucesso da operação, sob a supervisão do Chefe do Estado-Maior, Coronel Batista.

Nesse momento, lá no QG, já tínhamos uma série de oficiais da Reserva integrando o Estado-Maior; discutindo soluções para problemas e procurando prestar os seus serviços à causa revolucionária e à composição do Destacamento Tiradentes.

Isso ocorreu em Juiz de Fora no Quartel-General da 4ª Região Militar e 4ª DI, no início da manhã do dia 31 de março de 1964. Na parte da tarde, o Destacamento já tinha tomado a estrada e o General Muricy já havia assumido o Comando. O Coronel Walter Pires, Chefe do Estado-Maior do General Muricy, só chegou à noite, quando coube a mim providenciar um transporte para ele, que acabou sendo um carro da Prefeitura de Juiz de Fora, um automóvel Chevrolet da Prefeitura, que passou a ser dirigido por um sargento meu da 4ª Cia Leve de Manutenção, recebendo um cabo da PE para a sua segurança. Foi lembrada a necessidade de dar-lhe um oficial de ligação para manter o contato com a tropa, optando-se pelo Major Cid Goffredo, presente no Quartel-General, e que passou à disposição do Coronel Walter Pires, a fim de integrá-lo à coluna, que já estava em deslocamento, e levá-lo ao encontro do General Muricy.

Quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março?

Para mim, as raízes estão na Intentona Comunista, onde os acontecimentos são por nós repudiados, pela covardia e pela deslealdade empregada. Em conseqüência, associando o comunismo ao procedimento de determinados militares marxistas que atuaram na Intentona Comunista, a nossa aversão a esse regime político tornou-se total.

Independente disso, a nossa formação é democrática e o nosso compromisso maior é com a Nação brasileira e com o nosso povo, do qual fazemos parte, como já foi dito, com muita razão, pois o Exército é o povo em armas, para orgulho de todos nós integrantes da Força Terrestre.

Sentimos que o povo brasileiro, amante da democracia, amante da paz social, estava totalmente frustrado naquele deteriorado e anárquico. Não só pela degradação plena das nossas instituições, mas também da nossa economia e das distorções profundas da ação política, tínhamos a indicação que caminhávamos para um regime totalitário, para uma república popular comunista, e a reação do povo brasileiro, contrário àquele estado de coisas, sensibilizou todo o Exército, tanto os que condenavam, expressamente, a orientação política do Governo, como aqueles companheiros que, por sua formação mais rígida, tinham um compromisso com a Constituição e com o que chamavam de legalidade.

Em 1961, houve realmente no Exército uma dicotomia, entre aqueles que pensando na construção do Brasil grande, inimigos do comunismo e do populismo, não queriam que João Goulart assumisse, considerando as ameaças que poderiam advir de sua posse, e aqueles que procuravam preservar e respeitar a Constituição, julgando que não cabia ao Exército se intrometer e interferir no sistema político.

Essa dicotomia existiu no Exército em 1961. Os legalistas, que se submetiam aos ditames da Constituição, e os que se insurgiam contra a posse de Jango Goulart, entre os quais me incluo, nós que partimos para o Movimento Armado em 1961.

Já em 1964, houve uma compreensão plena de que o Presidente Goulart, que acabara por tomar posse em 1961, levara o País para o caos, como muitos temiam, tudo com o firme propósito de implantar uma república sindicalista-comunista no País, extinguindo o regime democrático e, assim, o povo e o Exército, este incentivado por aquele, puseram um ponto final naquela situação criada pelo Governo, em particular pelo próprio Presidente que acabou sendo deposto, por suas ações levianas, ferindo a Constituição e as leis.

O senhor poderia nos dizer algo mais acerca do panorama político anterior a 31 de março, particularmente dentro dos quartéis?

Vivíamos uma época de euforia na expectativa da eleição de Jânio Quadros, que se consumou com uma votação consagradora. O que queríamos era uma estrutura política administrativa honrada, honesta, e Jânio se propôs a implantar no Brasil esses aspectos que todos ansiavam. A vassourinha, símbolo de sua campanha, associou-se a idéia de varrer a corrupção que impedia um presente e um futuro promissores para o País. E aquela expectativa toda se desfez com a sua renúncia intempestiva, inexplicável, trazendo uma enorme decepção, uma terrível frustração, para todos.

O surgimento do Vice-Presidente João Goulart, com seus comprometimentos populistas, associados à falta de firmeza que sempre demonstrou na sua vida política, tudo isso nos preocupou e achávamos que ele não teria condições de conduzir o Brasil ao grande destino que tanto desejávamos. Infelizmente, foi o que veio a acontecer. Nossas preocupações procediam inteiramente. O seu Governo foi um desastre sob todos os aspectos!...

Nos quartéis, tínhamos, como disse, aqueles elementos legalistas, elementos corretos, sérios, que pensavam que o Exército estava integralmente subordinado aos preceitos constitucionais em qualquer hipótese. E aqueles que achavam que tínhamos a obrigação de impedir que um Governo populista e despreparado levasse o Brasil pelos caminhos da demagogia e do sindicalismo controlado pelos pelegos pertencentes ao movimento comunista internacional.

Sonhávamos com o Brasil poderoso, democrata e cristão, de acordo com aqueles ideais trazidos da nossa formação, que queríamos ver colocados em prática, e que sentíamos ser impossível, se à frente do País estivesse João Goulart. E repito: estávamos certos. Aquele sujeito representou um tremendo atraso para a

Nação. Até hoje, os reflexos negativos de seu Governo, que obrigaram uma reação à altura, se fazem sentir.

Mas, valendo-se daquele ambiente criado a partir de 1961, surge dentro das Forças Armadas, determinados elementos oportunistas querendo ocupar espaço no Governo João Goulart e passaram a ser legalistas e janguistas para atender à imposição da ordem instituída e o que é muito pior, transformaram-se em oficiais-generais populistas – os generais e almirantes ditos do povo, com os quais Goulart armou um esquema que, ao lado dos pelegos e dos comunistas em geral, ameaçava a todos e aos outros poderes constituídos principalmente.

O relacionamento entre oficiais, sargentos, cabos e soldados sempre se caracterizou pela máxima lealdade, pela sadia camaradagem e pelo afeto muito significativo entre os companheiros de farda. Esse relacionamento sempre foi muito espontâneo e sincero, mas isso não significa populismo e nos preocupou o fato de companheiros começarem a buscar um relacionamento promíscuo com seus subordinados, sem o devido respeito à disciplina e à hierarquia, assim como um populismo cada vez maior dentro do Exército, o que desagradava bastante a quase totalidade da Força, contrária àquela visível e crescente promiscuidade.

Esses elementos além do mais eram desleais. Tudo o que ocorria no quartel imediatamente procuravam, para se promover, fazer chegar àqueles outros escalões, para mostrar que atuavam como verdadeiros espiões dos companheiros, ou seja, estávamos repetindo aquele ambiente da Intentona Comunista em termos de desconfiança por não se saber exatamente quais os que integravam o esquema daquele Governo suspeito.

Fatos corriqueiros ocorridos nas Unidades eram levados para os escalões superiores ligados ao Governo. A título de exemplo, lembro-me de que, quando o General Mourão assumiu o comando da 4ª Região Militar, ele determinou que, na sua primeira visita à 4ª Companhia Leve de Manutenção, o comandante da unidade ministrasse uma instrução para seus quadros sobre movimentos revolucionários.

Escolhi o tema *Regimes Políticos Contemporâneos – O Processo Revolucionário* e, em minha abordagem, enfatizei aquelas cinco fases do movimento revolucionário. Terminada a exposição, houve um debate, particularmente motivado pelo General Mourão que procurou caracterizar que o Brasil estava vivendo a quinta fase, destacando a gravidade da situação naquele momento.

Passados alguns dias, estava eu no Rio de Janeiro, providenciando suprimento pertencente à cadeia da Diretoria de Motomecanização, quando fui surpreendido ao ser chamado pelo Diretor de Motomecanização, General Ênio, que, de maneira muito agressiva, quis saber o que é que estava acontecendo na minha Unidade, que

estaria agindo de maneira subversiva e que história era essa e foi me cobrando... Goulart contava com este tipo de apoio. Dias depois, ele vai a Juiz de Fora, à 4ª Cia Leve, a pretexto. Tínhamos uma série de viaturas descarregadas para o desmanche, cabendo-nos o aproveitamento do material classe dois, que era feito na própria Companhia, assim como providenciar a alienação de todo o material inservível.

Era realmente competência da DMM. Entretanto, sem que ninguém esperasse, ele chegou e percorreu a Unidade querendo manter contato com o pessoal. Era eu um mero capitão diante de um general que se mostrava insatisfeito, hostil, sem nenhuma razão aparente, a não ser aquela exposição que fizera para o General Mourão, que lhe chegara ao conhecimento. Felizmente, contei com a cobertura do Major Ary Capella e, não sei explicar porquê, com presença inesperada de um grande amigo meu, Chefe do Serviço Militar, o Coronel Serpa, que, o tempo todo, a pretexto de uma visita, permaneceu lá e, de vez em quando, dava as suas respostas, fazia as suas intromissões, criando um desconforto, uma situação de constrangimento ao então Diretor de Motomecanização.

Isso é coisa dos Serpa, excepcionais como sempre...

Era uma figura extraordinária... O Hospital da Guarnição de Juiz de Fora ficava ao lado do quartel da 4ª Companhia Leve de Manutenção e o Coronel Serpa, fazendo tratamento dentário, aproveitava para tomar café comigo constantemente. Guardava uma posição perfeitamente definida, contrária a permanência de João Goulart à frente do Governo por todos os demandos que vinha cometendo. Meses e meses antes do 31 de Março, o seu entusiasmo era de tal maneira como conspirador, como revolucionário de primeira grandeza, que ele sonhava com a minha Companhia em ordem de marcha prestando o apoio indispensável à Revolução que viria. Este era o seu pensamento. Mais um detalhe importante sobre o Coronel Serpa: foi pedida a transferência dele de Juiz Fora. O Chefe do Estado-Maior, nessa época, era o General Castello Branco e o seu Ajudante-de-Ordens era o Capitão Negrão. Havia um certo relacionamento meu com o General Castello Branco quando ele foi para Recife, uma vez que, por indicação do General Adhemar, os seus dois Ajudantes-de-Ordens seriam o Capitão Negrão e eu. Daí, os meus contatos com o General Castello Branco.

Em uma dessas vezes, ele, com a sua notória discrição, me perguntou: "O que é que está acontecendo com o Coronel Serpa?" A resposta que eu dei: "Homem de tanto valor, mas tão sofrido e continua a receber pressões. O que está acontecendo é isto, talvez, pelo seu ímpeto inegável, pela sua maneira de ser".

No final de 1963 e nos primeiros meses de 1964, o panorama político ficou mais claro, porque o governo, ao afrontar em demasia os militares, acabou por uni-los, a aproximar a sua maioria esmagadora, precipitando, inclusive, o dia da Revolução.

Qual era, naquela época, a posição da Igreja com relação ao Movimento de 31 de Março e ao Presidente deposto?

Falo como católico apostólico romano praticante. Em momento algum, deixei de freqüentar a Igreja e de participar da minha crença religiosa. Mas sentimos a preocupação em ver que determinados segmentos da Igreja, desvirtuando todos os seus maiores valores, começaram a se politizar.

A criação daquelas associações – Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), com conotações essencialmente políticas, distorcendo a religião, passou a nos preocupar. Eram pequenos segmentos extremamente atuantes. Mas a Igreja, na sua quase totalidade, ficou fiel aos seus princípios.

Em momento algum, senti necessidade de me afastar da minha Igreja por incompatibilidade ideológica. Ela sempre me acolheu e não houve problema, apesar dos desvios de algumas minorias.

Determinados segmentos, sim, foram se afastando da Igreja dita tradicional para abraçarem o que chamavam de igreja "progressista" – progressista entre aspas, voltada para as coisas materiais em substituição as espirituais.

Como disse, esse tipo de igreja – progressista entre aspas – não interveio no meu credo religioso, na minha prática religiosa, embora, em algumas paróquias, após a extinção do AI-5 em dezembro de 1978, tenha fomentado, principalmente a partir do limiar da década de 1980, conflitos ideológicos, afastando católicos do seu seio e incorporando materialistas, em sua maioria comunistas, para o seu interior, uma vez que a vida espiritual fora substituída por aspectos de ordem material, como, por exemplo, solicitação aos fieis, durante a missa, de doações para pagar advogados que deveriam defender subversivos presos, torcendo o sentido da atividade da Igreja.

Que papel a Marcha da Família com Deus pela Liberdade exerceu no processo revolucionário?

Foi muito importante para nós militares, porque aquela massa popular, conduzida particularmente por mulheres, em manifestações extraordinárias, naquelas marchas memoráveis, levou a nós das Forças Armadas a uma situação de constrangimento pela nossa omissão.

Aquele nosso comportamento omisso passou a significar para nós covardia e não admitimos, pela nossa formação, a pecha de covardes. Mesmo aqueles militares legalistas passaram a ficar convictos da necessidade de intervir realmente no processo, compreendendo que a mensagem vinda do povo nas ruas não podia mais ser ignorada.

As Marchas da Família foram fundamentais para tirar o Exército dos quartéis, para tirá-lo do imobilismo. Mais uma vez, em 31 de março de 1964, o Exército agiu atendendo ao clamor do povo que não suportava mais a baderna e a subversão instituídas e alimentadas pelo próprio Governo.

O que gostaria de abordar a respeito das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze" que se especializaram em perturbar a vida do País?

Exato. A expressão perturbar é muito pertinente. Porque as "Ligas Camponesas" e esses "grupos dos onze" não tiveram uma amplitude para mudança do regime; eles foram a bem da verdade incrivelmente perturbadores da ordem e do acatamento às leis em vigor.

As "Ligas Camponesas" buscaram explorar áreas inóspitas, onde havia uma população miserável, perturbando a ordem no interior, principalmente através de saques e invasões, aliás muito parecido com o que está atualmente acontecendo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A técnica foi a mesma, voltada fundamentalmente para as invasões de terras e saques de todo o tipo com a finalidade precípua de perturbação da ordem.

O "grupo dos onze" foi criado por Brizola com o objetivo de intervir de fato, através de elementos armados, na vida nacional, para garantir a execução das mudanças preconizadas que deveriam ser postas em prática na raça ou na marra.

Em suma, tais grupos deveriam atuar para a realização das reformas na marra, caso não se conseguisse implantá-las normalmente dentro da lei. O lema era: reformas na lei ou na marra.

O movimento do Coronel Jeferson Cardim Osório, em Santa Catarina, por exemplo, buscava impor as idéias comunistas na região Sul do País através das armas. Nada conseguiu, além da tentativa de perturbar a paz social.

Da mesma forma, as "Ligas Camponesas", as guerrilhas de Caparaó e, depois, as de Xambioá, assim como o terrorismo urbano, não tiveram fôlego para uma mudança de regime, mas perturbaram efetivamente a Nação durante vários anos do período revolucionário, particularmente de 1968 a 1974. Todavia, aquilo que mais desejavam, que era uma área liberada para implantar uma nova ordem, passando a contar abertamente com o apoio externo, em momento algum conseguiram.

A idéia de criar uma zona liberada do tipo da obtida pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), que era o grande objetivo dos extremistas de esquerda no Brasil, não foi avante pela pronta e eficaz reação das forças legais que salvaram o País de se defrontar com um quadro adverso como o vivido pela Colômbia nos dias de hoje.

Embora já tenha falado do meio militar em geral, gostaria que complementasse dizendo o que viu nos quartéis em Minas Gerais e qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres no Movimento revolucionário?

Nos quartéis em Minas Gerais, acompanhávamos todo aquele movimento ocorrido no Rio de Janeiro, com total indignação, em face da quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, como no comício da Central do Brasil, com a presença dos ministros militares; na rebelião dos Marinheiros, verdadeiro levante de desordeiros, e na reunião dos sargentos com o Presidente da República no Automóvel Clube do Brasil – eventos onde só não viram o caos que o País mergulhara – pela ação de um Governo irresponsável – aqueles que não queriam ver ou melhor não desejavam ver por interesses variados, normalmente pessoais.

Determinados pronunciamentos nos acalentavam bastante, como, por exemplo, os do General Muniz de Aragão, chefe pelo qual tínhamos um respeito muito grande. Seus pronunciamentos eram todos centrados na urgente necessidade do restabelecimento da disciplina militar. Reunia os meus oficiais e sargentos para transmitir-lhes os seus ensinamentos.

Procurei sempre manter contato com os chefes militares mais antigos – o Coronel Bretas, Comandante do 10º RI, meu vizinho; o Coronel Ferraro, Comandante do 11º RI; o Coronel Jaber, Comandante do 4ª Grupo de Artilharia de Campanha (4º GAC), na época 4º RO 105 (4º Regimento de Obuses 105mm).

Os estagiários oriundos da ECEME, que integravam o Estado-Maior da 4ª Região Militar, devo salientar, eram de alto nível.

A concentração deles em Juiz de Fora, já que eles poderiam optar por qualquer outra organização, foi uma opção deliberada e que contribuiu muito para o perfeito desempenho do Comando da 4ª RM no planejamento e na condução do Movimento.

Uma equipe totalmente coesa de uma capacidade profissional excepcional, foi o que vi na 4ª RM. Com esses oficiais, mantinha contato, conversávamos bastante, falávamos de nossas preocupações.

O acontecimento de 31 de março, portanto, não nos causou surpresa, causou surpresa a ineficiência, a falta de estrutura da oposição que acreditávamos realmente que íamos enfrentar uma guerra. Essa guerra não aconteceu. O que se viu foi o tigre de papel, e aquelas manifestações esperadas não ocorreram.

Antes de partirmos, mandei que todos os meus subordinados fossem em casa – oficiais e sargentos – não só para apanharem o material que houvessem por bem levar, mas para se despedirem da família, deixando-as encarregadas de toma-

rem as providências administrativas domésticas necessárias, porque não sabíamos quando seria a nossa volta e se haveria volta.

Estávamos esperando que houvesse reação, mas, felizmente, não houve. Realmente, o nosso deslocamento de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro teve aquelas participações e contatos, todos com os contrários, como com aquele pelotão do Tenente Hélio Monteiro de Barros, do 1º Batalhão de Caçadores, pelotão que passou para o nosso lado, com o Grupamento Tático do Regimento Sampaio sob o comando do Coronel Raimundo – formado por um Batalhão do Regimento Sampaio e um Grupo do Regimento Floriano – que também aderiu às tropas mineiras. Assim, embora houvesse momento de tensão, o nosso deslocamento foi pacífico. Chegamos no Rio e até fomos conduzidos por meio de batedores para o Maracanã, onde ficamos acantonados.

Com o Destacamento Cunha Melo houve algum incidente?

Incidente que eu assisti deu-se em Três Rios. Estávamos no grande alto. O PC do General Muricy, Comandante do Destacamento Tiradentes, estava numa clareira, lá junto ao rio, quando apareceram dois jipes com emissários do Destacamento Cunha Melo que viera do Rio para enfrentar-nos. A proposta desses oficiais era a de nós permanecermos estacionados lá em Três Rios até que todas as Organizações Militares do Destacamento deles retornassem aos quartéis, de modo a não dar qualquer conotação de retraimento com perseguição e, disso, não abriam mão.

O General Muricy informou aos emissários: "Vamos prosseguir; estamos num grande alto e as medidas administrativas estão sendo tomadas aqui. Após a conclusão das mesmas, iremos prosseguir". O comissário, major pára-quedista, de maneira até bastante insolente e gesticulando disse: "E o senhor será o responsável pelo derramento de sangue". Como resposta, o General Muricy mandou chamar o Tenente-Coronel Jaber, Comandante do Grupo de Artilharia (4º GAC), e mandou colocar o Grupo em posição, alertando que o primeiro tiro a ser dado a peça seria acionada por ele, General Muricy.

Determinou ao Tenente da Silva, do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (4º Esqd C Mec), que tirasse os seus carros de combate leves das pranchas e viesse constituir o Elemento de Reconhecimento Vanguarda do Destacamento.

Tudo isso foi feito e a presteza no atendimento a essas determinações do General Muricy deixou esse pessoal do Cunha Melo meio desnorteados, levando-os a pegar a viatura e rapidamente se retiraram de lá. Felizmente, o confronto não ocorreu.

O senhor está justamente enfatizando a posição da verdadeira liderança que tínhamos entre nós. No caso do General Muricy, que respondeu à altura, ficou muito

clara a sua posição de não ceder em nada, fruto das suas convicções, que eram as de todos os integrantes das tropas mineiras.

A liderança militar é observada através dos gestos do chefe que sensibilizaram bastante, como esses do General Muricy, que quebraram a crista do major pára-quedista representante do Destacamento Cunha Melo.

Em 1961 quando estava no GUEs, no destacamento que já citei, no GT que foi até Registro e que depois recebeu ordem de retrair. Perdemos e nada é tão triste como uma tropa derrotada, que é aviltada e todos fazem questão de tripudiar sobre ela. Passei mais de 15 dias em São Paulo, organizando um ponto de coleta de viaturas danificadas para fazer a evacuação ferroviária. O ambiente por mim vivido, na Rede Ferroviária, foi de maus-tratos, a desconsideração foi total.

Quando cheguei aqui, quem estava me esperando? Era o General Arruda, o ex-Comandante do GT. Recebeu-me, cumprimentou-me, tomou as providências que se faziam necessárias e fez questão de levar-me até em casa no seu carro, dizendo-me que gostaria de cumprimentar a minha família. Realmente, cumprimentou a minha família, de maneira assim discreta, e se retirou. Veja o que é um líder! Foi me buscar depois de tantos dias, por ter sido Comandante do GT, ao qual procurei servir da melhor forma possível.

Nós estávamos derrotados e o ex-comandante, depois de 15 dias, sofrendo todas aquelas vicissitudes lembrou de um mero capitão, que ele deixou atrás cumprindo missão e foi lá recebê-lo e com essa consideração. Olha, são pequenos gestos que mexem conosco. Isso é tão importante que até emoção, neste momento, eu sinto.

Aí, está a demonstração clara do líder, do homem que vai ao encontro do seu subordinado. Mas eu diria que, na verdade, essa derrota foi política, porque nós aceitamos o parlamentarismo que foi parte do acordo para que voltássemos, o que quer dizer que Goulart não assumiria como Presidente no regime presidencialista e, sim, no parlamentarista, onde seus poderes eram bem reduzidos. Na verdade, não se configurou, acredito que o senhor concorda, uma derrota no campo militar que nos traria, aí sim, muito maior amargura.

Infelizmente, no entanto, sabemos que João Goulart, insidiosamente e com base em propaganda massacrante, conseguiu voltar a ser presidente no regime presidencialista através daquele plebiscito manipulado, para o qual artistas esquerdistas, nas rádios, cantavam músicas com letras que incentivavam o "diga não" ao parlamentarismo e com toda aquela "orquestração" acabaram fazendo com que o presidencialismo retornasse, dando a Jango, em janeiro de 1963, as prerrogativas que ele perdera em 1961.

Ficou bem caracterizada a liderança que existia de um dos lados, que era realmente o lado que desejava um Brasil grande, sem anarquia, e que faltava do outro lado, onde a liderança era "tigre de papel".

As Forças Armadas foram, na verdade, intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução?

Ah! Não tenho dúvidas quanto a isso. As minorias atuantes que davam apoio ao Governo eram manipuladas, mas o povo brasileiro não se conformava com o que acontecia. O grevismo e aquelas manifestações anárquicas, quase que diárias, ocorridas nas principais cidades do Brasil, atormentavam o povo. O caos econômico e as crises sociais eram insuportáveis. Ao sair de casa, ninguém sabia se ia encontrar transporte ou não, as coisas mais absurdas aconteciam. A Central do Brasil em greve total, relâmpago, porque um determinado líder sindical, para mostrar a sua força parava toda a Rede Ferroviária Federal, para se promover junto à estrutura do Governo e toda aquela massa ficava no meio do caminho sem poder trabalhar. As greves eram permanentes, cabendo destacar as greves de solidariedade de uma categoria em relação à outra. Então nós, militares, vivíamos de prontidão ou de sobreaviso.

Tudo faltava... Os portos funcionavam mal, com as seguidos greves dos estivadores ou dos portuários. O Exército era chamado para realizar o desembarque de bens de consumo não duráveis para que não apodrecessem no cais. O problema do abastecimento era grave. Para conseguirmos leite para as nossas crianças, naquela época, era através da viatura, chamada vaca leiteira, que começou a passar muito cedo, por volta de 5h da manhã, para evitar as greves nos transportes que impediam os veículos trafegarem. Então, a família tinha que acordar de madrugada e formar aquela fila para comprar um litro de leite para dar aos filhos.

Essa era a situação do Brasil. A nossa sociedade não se conformava mais com aquele caos total que estávamos vivendo e a ação era essencialmente política e aqueles pelegos procurando agradar o governo do quanto pior, melhor, e sendo por ele manipulados. Não estou afirmando que os pelegos fossem todos comunistas, mas todos eram oportunistas. Dentro desse ambiente, aqueles que tinham o seu ideário marxista-leninista conduziam aquele processo que levaria a estrutura democrática existente à destruição total, de forma a obter a transformação do Brasil para um regime político totalitário, que eles chamavam de república sindicalista.

Qual foi o comportamento do Congresso Nacional diante da Revolução de 31 de Março?

A meu ver, foi realista. Com a ausência do Presidente da República, que fugira de Brasília para o Rio Grande do Sul, ele considerou vago o cargo. Coube-

lhe dar posse ao Presidente da Câmara, e reconhecer o comando revolucionário, a quem caberia instituir a nova ordem.

E como se portaram essas organizações todas, fundamentalmente as sindicais e as estudantis, depois da eclosão da Revolução?

Na eclosão, eles todos desapareceram. Como afirmei, a nossa expectativa era de enfrentarmos uma guerra civil e isso felizmente não ocorreu, porque eles desapareceram. Aos poucos, foram se reaproximando, porque o ideário marxista-leninista nunca deixou de existir e sempre se manifestou com diferentes matizes.

E, inclusive, atuando na clandestinidade.

Exatamente. Na clandestinidade, tumultuando o Governo revolucionário durante o tempo todo. Houve o milagre brasileiro no tempo do Presidente Médici, o que, na verdade, foi fruto de um esmerado planejamento, que começou com Castello Branco. Era o momento ideal para deixarmos o Governo, restabelecendo totalmente as estruturas políticas administrativas no Brasil e dando o poder político a um civil. Mas isso, infelizmente, não foi realizado, considerando que a guerrilha não estava completamente neutralizada.

É uma coisa muito natural que o jovem reaja. O jovem gosta de contestar. Isso é natural. Seria lastimável criarmos gerações sem essas tendências e esse jovem sentir-se castrado e novas elites não surgirem... Então, "o povo unido jamais será vencido", esse *slogan* congregou os jovens. Em Campos, em 1968, quando estava comandando, fui fazer uma palestra na Universidade de Campos. Várias vezes fui convidado para fazer palestras, encontrando, inicialmente, essa oposição de estudantes com esse *slogan* "Povo unido jamais será vencido". E fui ao encontro deles; e disse-lhes que gostaria de dialogar com eles. "Vamos lá para o auditório, mas vamos manter respeito; eu respeito vocês e vocês vão me respeitar, vamos trocar idéias". E aquela massa que era manipulada aquiesceu, entrando no auditório.

Então, houve uma exposição normal, uns levantaram, fizeram intervenções e eu lhes disse: "Temos uma elite aqui", com aquela conotação: "Vamos discutir de maneira elevada, sem emoções, mas buscando a razão. Ótimo, e você sua opinião?" Aquela técnica de discussão dirigida normal foi desenvolvida e fomos nos interando e chegamos a bom termo.

Coronel, quais, na sua opinião, foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Olha, indiscutivelmente, o Marechal Odylio Denys era uma autoridade. As suas ações em prol da Revolução, em Minas Gerais, só o elevam; ele desenvolveu

um trabalho que só líderes muito respeitados conseguem. Um exemplo está na posição adotada pelo Regimento Sampaio, quando estava se deslocando para Minas Gerais sob o comando do coronel Raimundo que, ao receber um telefonema lá em Petrópolis do Marechal Denys, mudou totalmente de posição acatando a solicitação do velho chefe que lhe falou: "Raimundo contamos com você, o Brasil precisa de você, só há um caminho a seguir. Ajude-nos". Então ele acatou inteiramente. Outro líder eminente foi o General Adhemar de Queiroz, chefe vinculado ao Marechal Denys, uma pessoa muito ponderada.

O General Castello Branco era uma pessoa discreta; ele não agia assim diretamente articulando a Revolução, como fizera o Marechal Denys, mas ele acompanhava e, através daquela maneira austera que lhe era peculiar, ele procurava conduzir o processo, mostrando que não estava de acordo com o andar da carruagem... Aquele seu documento, como Chefe do Estado-Maior, foi extremamente significativo, porque teve o efeito de uma bússola, mostrando o caminho a seguir.

Os comandantes de área, General Mourão e General Carlos Guedes, lá em Minas Gerais, não há dúvida nenhuma, que eles conduziram o Movimento armado; eles foram os pioneiros! Foram os primeiros a colocar as tropas nas ruas. Dei como exemplo a primeira visita do General Mourão à 4ª Companhia Leve de Manutenção – ele já levou a mensagem, ele já queria uma definição... O Mourão não foi um oportunista, foi um homem de convicções.

E o General Guedes junto ao Governo de Minas e a Polícia Militar.

Exatamente, as articulações feitas pelo General Guedes com o Governador Magalhães Pinto foram fundamentais ao sucesso do Movimento, assim como Magalhães foi, sob todos os aspectos, de grande importância para a marcante vitória alcançada pelo movimento revolucionário.

Na Guanabara, o Carlos Lacerda foi realmente excepcional, infelizmente, as suas ambições políticas o levaram para outro setor, mas era um revolucionário autêntico. Em São Paulo, o Adhemar de Barros assumiu realmente sérios compromissos com a Revolução e sua ação junto ao General Kruel merece ser aqui enaltecida.

Agora, vamos falar do General Médici. Antes, volto a 1961 para passar a idéia real do papel que a Academia desempenhou participando da Revolução? A meu ver, aquela atitude do General Médici teve uma importância singular. Em 1961, estava eu lá, em Resende com aquele destacamento do GUEs, quando houve um acidente perto dali, naquele posto de gasolina chamado Churrascaria Presidente. Muito a vontade fui para a Academia, porque tinha acabado de sair da AMAN, onde havia passado cinco anos como Instrutor do Curso de Infantaria.

Cinco anos como Instrutor!

Ao querer entrar na Academia fui impedido, barrado no Portão Monumental. Veio um oficial para saber o que eu queria. Falei do acidente e, realmente, ele me deu apoio e fez as ligações com à Santa Casa, isso e aquilo mandou médico, mas não permitiu a minha entrada. Olha, aquilo me abalou profundamente. Disse para mim mesmo: "Passei aqui cinco anos; estou acabando de sair desta Casa de Formação de Oficiais; todos os valores que guardo foram aqui adquiridos, todas as minhas convicções. Como esta Casa, que é minha, está em outra direção; ela nem me recebe, não me deixa nem entrar". E isso sinceramente me abalou.

Daí a importância do General Médici ao abrir a Academia para todos os que participaram do Movimento armado.

Exatamente, o General Médici foi genial. Uma liderança consagrada na história do Exército.

Ele foi ao encontro dos ideais revolucionários que chegaram a Resende para ajudar a banir aquele movimento anarquista-comunista, espúrio às nossas tradições. Ele recebeu a todos de portas e coração abertos.

A posição adotada pela Academia foi enaltecida em todo o Exército. Foi extremamente significativa a decisão do General Médici.

A Academia é olhada pelos seus ex-cadetes como um verdadeiro templo, onde fomos formados e que de nós merece o máximo respeito. Então, no momento em que a Academia passou a liderar o processo revolucionário no Vale do Paraíba, disposta a combater, isso nos trouxe uma tranqüilidade muito grande. Estamos no caminho certo, porque o caminho por nós adotado era também o da Academia, a Casa sagrada que aprendemos a amar!

A Revolução de 31 de Março recebeu algum apoio externo, inclusive vindo dos Estados Unidos?

O nosso movimento foi de natureza interna, feito somente por brasileiros idealistas. A nossa soberania foi mantida e exigida em todas as circunstâncias.

O General Vernon Walters, que era, na época, Adido Militar aqui no Brasil, afirmou categoricamente em depoimento para o Projeto que não houve a menor participação dos EUA na Revolução.

Até acredito que parte da esquadra americana possa ter ficado de prontidão e voltada para o território brasileiro para agir no caso de que qualquer problema mais grave viesse ocorrer, mas não teve, como sabemos, nenhuma ligação com o nosso País. Qualquer conotação de interferência no nosso movimento nenhum de nós admitiria nem aceitaria como brasileiros.

A que atribuir o rápido desmoronamento do tal esquema militar do Presidente da República João Goulart, com o qual iria fazer a revolução na lei ou na marra?

Aqueles elementos, antes de mais nada, eram todos oportunistas. Se analisarmos os que entraram nessa linha e perguntarmos qual era o valor militar deles? Qual era a confiabilidade que eles inspiravam? Diremos valor militar, nenhum; confiabilidade, nenhuma; porque eles procuravam recrutar grupelhos, todos constituídos, também, através de interesses pessoais. Então, o tal esquema militar que participaria da revolução sindicalista, a ser implantada na lei ou na marra, não possuía nenhum valor militar.

Faltava liderança.

Exatamente. A análise do perfil militar de tais elementos mostra que, realmente, eram pessoas sem maior expressão...

E como apreciaria a chefia e liderança do lado da Revolução?

Olha, o chefe militar logo se conhece. Nós, na nossa vida militar, não conseguimos enganar os subordinados por muito tempo; o embuste dura muito pouco. Então, temos que realmente ter convicções, para procedermos em consonância com as mesmas. Já citei exemplos significativos de liderança, lembrando do Destacamento Tiradentes em 1964. Citei os exemplos marcantes do Major Ary Capella e do Major Alísio, que souberam granjear o meu respeito e a minha admiração pelo exemplo no cumprimento do dever.

A tranqüilidade dos nossos homens era notória porque acreditavam nos seus chefes; tinham a convicção que estavam no caminho certo.

Então, o chefe militar é aquele que todos têm confiança, como os que nos conduziram durante a Revolução. Mas qualquer resultado a que chegássemos, eles estariam solidários conosco. E não como aqueles do outro lado que, na primeira oportunidade, sumiriam com medo de se desgastar ainda mais.

Tínhamos a certeza de que os nossos chefes militares, mesmo na adversidade, mesmo na derrota, estariam conosco solidários, dando-nos o apoio, como o General Arruda, cujo exemplo ficou, para sempre, comigo guardado.

A liderança militar pôde ainda ser observada em toda a sua dimensão com os atos de muita grandeza do Comandante da AMAN, General Médici, apoiado pelo seu Estado-Maior, onde se encontrava o então Coronel Antonio Jorge Corrêa, Subcomandante, todos solidários com o Comandante, dando-lhe total e espontânea colaboração.

O valor militar e a liderança estavam muito bem representados pelos chefes que conduziram as tropas vitoriosas na Revolução.

A mídia apoiou o Movimento na época?

Ao regressarmos a Juiz de Fora, as nossas famílias acompanharam, viram os jornais, revistas, tudo isso era muito lisonjeiro. A Revista *O Cruzeiro*, na época, fez uma coluna de todo o Destacamento Tiradentes, ressaltando o procedimento militar, a conduta, elogiando muito o comportamento de todos os militares que integravam a Coluna.

Todos os postos de gasolina no eixo foram requisitados de maneira oficial. Recebíamos tantos litros de gasolina, assinávamos o termo de responsabilidade; aí, uma equipe ficava, as viaturas vinham e já estava designado qual o posto que ia abastecer. O Tenente Goldi foi o responsável por esta atividade logística que transcorreu sem o menor problema.

Os jornais também nos apoiaram.

Todos os grandes jornais e revistas, o apoio foi total. "A Nação que se salvou a si mesma", livro lançado na época, teve repercussões internacionais muito grande.

Hoje em dia, no entanto, verificamos na mídia, na área do ensino, na universidade, em todos o setores de comunicação social, uma penetração comunista muito forte pela influência da estratégia gramsciana. O livro "A Revolução Gramcista no Ocidente", do General Sergio de Avellar Coutinho, que, além de inédito, é muito oportuno, desmistifica uma falácia de que o comunismo acabou, quando há toda uma engrenagem trabalhando no sentido de fortalecer a revolução comunista no Brasil, na América Latina e em outros continentes. Ingênuos somos nós em acreditar que isso não esta acontecendo!...

O professor Olavo Carvalho tem alertado sobre isso, mostrando claramente que, hoje, enquanto na França 80% da mídia são de esquerdistas aqui chegam a 100%. É raríssimo você ver alguém nos meios de comunicação social que não seja esquerdista. O que não acontecia em 1964, onde tínhamos inúmeros jornalistas contrários às idéias e às práticas socialistas. Havia grupos que se debatiam contra aquilo; hoje, infelizmente, não há. Todo mundo praticamente, que faz a opinião pública, reza na cartilha gramsciana.

Com o efeito da revolução gramsciana na total esquerdização dos meios de comunicação de massa no momento atual, nem o centro nem a direita estão, hoje, representados na mídia. Por que esse fenômeno aconteceu, se o comunismo fracassou em todos os lugares onde foi aplicado? Porque a estratégia gramscista foi muito bem aplicada no Brasil pelos comunistas, os quais passaram atuar prioritariamente no setor da Educação, principalmente no ensino universitário e, aí, nas faculdades de Comunicação Social, Pedagogia, História. Este foi o segredo.

Coronel, no seu ponto de vista os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Tirando a Junta militar que governou logo após o grave problema de saúde que vitimou o Presidente Costa e Silva, todos os nossos Presidentes militares foram eleitos pelo Congresso por meio do voto indireto. Havendo o problema discutível do bipartidarismo. Mas não sei o que é mais correto se é o bipartidarismo que congrega duas correntes significativas, ou o sistema atual vigente, com 42 partidos políticos. Qual é a expressão? Qual é o ideário? Para existir um partido político antes de mais nada tem que existir um ideário. Quais são os 42 ideários destes partidos?

Com o bipartidarismo quem fosse contra, podia, na oposição, propor as suas idéias. Isso em Cuba e em países comunistas é impossível; não existe como se contrapor já que o partido é único.

Exatamente, não há como discordar. No período revolucionário brasileiro, o presidente, ao ser indicado, a primeira coisa que fazia era passar para a reserva. Agora, não resta dúvida nenhuma que, no exercício do Poder, ele tinha respaldo na expressão militar, isso não há dúvida. Ele contava com a anuência do poder militar. Entretanto, ele era um general da reserva, eleito pelo Congresso Nacional por meio do voto indireto e através de um sistema bipartidário.

Com a maioria de ministros civis.

A mídia, nesta última década, tem procurado omitir os acertos da Revolução, deixando de abordar tudo de positivo que a Revolução realizou. Quais foram, Coronel, as principais conquistas ocorridas no período revolucionário?

Na história do Brasil, pela primeira vez, tivemos uma projeção significativa no campo econômico, projetando o Brasil como a oitava economia do mundo e reconhecendo o Brasil através do milagre brasileiro, a exemplo do que ocorria no Japão.

Vamos verificar em todos os setores da infra-estrutura o que eram antes da Revolução as telecomunicações no Brasil, o que era o sistema viário, o Plano Nacional de Viação nunca implantado e o que passaram a ser, o mesmo ocorrendo na área energética. As grandes obras "faraônicas" da Revolução foram aquelas que nos legaram energia até hoje e outras realizações extraordinárias, como a Ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio a Niterói, São Gonçalo e a Região dos Lagos.

No campo social que tanto se fala, o trabalhador brasileiro não tinha direito a greve, que sempre foi considerada ilegal. Quem é que regulamentou a greve? Foi o período revolucionário. O programa de integração social, quem realizou?

O problema da Previdência Social, o 13º salário para todos, o Funrural, que deu cidadania ao homem do campo, o Banco Nacional da Habitação, que financiou a construção de milhares de residências, o Estatuto da Terra, o documento mais completo e realista para resolver o problema fundiário brasileiro, faltando vontade política de aplicá-lo. Então, tudo isso foram obras do período revolucionário. Agora, temos que reconhecer que não houve milagre porque o que se chamou de milagre foi o resultado de um planejamento em nível nacional muito bem realizado que permitiu o nosso crescimento a mais de 10% ao ano em todo o Governo Médici e em torno de 8% no Governo de Costa e Silva. É claro que as carências sociais do Brasil eram de tal amplitude que não puderam ser resolvidas completamente, principalmente na área da Educação, onde não chegamos onde desejávamos.

Para que possamos continuar indo ao encontro da melhoria na estrutura social tem que, antes de mais nada, haver a vontade nacional que se verificou na época da Revolução, mormente de 1964 a 1974. Temos a esperança de que o povo unido vai cobrar, vai impor inclusive que a estrutura política administrativa do Brasil venha a agir com seriedade, austeridade e honestidade como nos vinte anos de Revolução.

O que está faltando, hoje, é a vontade nacional que tínhamos no período do Presidente Médici. Aquele otimismo vivido no período do Médici, em que o Brasil crescia, como dissemos, a mais de 10% ao ano, em todos os quatros anos. Governo que soube ser autoritário para atacar de frente e derrotar a guerrilha urbana e rural, enfrentando com destemor o quadro de subversão e luta armada que havia em nível nacional e internacional, que se iniciou, no Brasil, em 1968 e que, praticamente, estava superado no final de 1975.

Nós o vimos no Maracanã, ovacionado pelo povo que recebeu com extrema consideração aquele Presidente que estava conduzindo o País com profunda seriedade, com todo o apreço; era ovacionado porque ele mereceu cair na graça da nossa gente. Até o futebol, foi um traço forte de união entre o Presidente e o povo. Hoje, os "revanchistas" mentirosos escondem tudo isso. Adversários políticos chegaram a dizer que se o Presidente Médici resolvesse concorrer em eleição direta teria a vitória assegurada, porque o povo o estimava e respeitava.

Assim, temos, antes de mais nada, de fortalecer a vontade nacional e, hoje, ela precisa ser criada, novamente, vontade nacional que foi fortíssima no Governo Médici, onde a crença e a satisfação do povo eram expressivas. Os inimigos da Revolução estão empenhados em desfigurar aquela fase rica de realizações e de enorme interação entre o povo e o saudoso Presidente, hoje, injustiçado pela vileza "revanchista".

A vontade nacional foi inclusive mensurada na época como das maiores do mundo ao lado da vontade nacional francesa. Ela foi quantificada pelo estrategista americano Ray Cline, que deixou apreensivos aqueles que não queriam nenhum País desenvolvido na América Latina. Mas, apesar dos acertos, a Revolução cometeu erros. Quais foram?

O maior erro, devo enfatizar, foi durar de mais na ação. Verificamos a enfermidade do Costa e Silva, já nos bastidores. Felizmente, acertou-se completamente na escolha do Presidente Médici, que foi magnífico sob todo os aspectos. Já o Presidente Geisel e o Presidente Figueiredo enfrentaram crises internacionais, como as duas crises do petróleo, que lhes criaram uma série de vicissitudes internas, de desgaste. Qualquer governo, seria desgastado; não era o Governo Geisel ou o Governo Figueiredo. As circunstâncias levaram-nos ao desgaste.

Mas a imagem da Revolução, do processo histórico hoje seria outra se o Presidente Médici tivesse passado a faixa presidencial a um civil naquele otimismo, naquela elevadíssima vontade nacional, mensurada, como vimos, por um estrangeiro consagrado pelos seus conhecimentos no campo estratégico, naquele clima de realizações impressionantes.

Devíamos também ter olhado com muito mais atenção para a área da Educação, onde permitimos, pela ação ou omissão do senhor Golbery, Governo Geisel, que tão importante setor fosse inteiramente dominado pelos esquerdistas fanáticos.

Coronel, perdemos a batalha da comunicação social ou os Governos revolucionários por serem avessos à comunicação de massa, por formação, não quiseram tratar dela?

Na verdade, os militares, por formação, principalmente naquela época, eram avessos a qualquer tipo de publicidade com relação ao que estavam fazendo, com receio que aquilo pudesse ser confundido com propaganda. Logicamente os nossos presidentes militares tinham essa formação. Eles tinham as suas obrigações, os seus compromissos, procuravam cumprir da melhor maneira possível, tinham consciência que o melhor estava sendo feito, por isso rejeitavam a comunicação de massa, necessária e imprescindível ao Governo, principalmente no período do Presidente Castello Branco, que tinha ojeriza a qualquer tipo de divulgação de suas realizações.

Não é do espírito militar, da nossa formação, a divulgação pela pessoa do que ela própria fez. E, realmente, houve uma inibição nesse sentido. Um bom trabalho chegou a ser realizado, nessa área, nos Governos Costa e Silva e Médici, apesar da falta de recursos orçamentários destinados especificamente à atividade.

Já a atuação da comunicação social do Governo Geisel foi malsucedida até mesmo para o público interno.

O que gostaria de abordar a respeito das ações de guerrilha e do terrorismo em geral? No seu entender, o que os comunistas buscavam com aquilo?

As esquerdas, com apoio externo de Cuba, estavam querendo, através da guerrilha rural estabelecer áreas liberadas. Paralelamente, atuava o guerrilheiro no setor urbano, por meio do terrorismo, com formação e apoio também externos, com o objetivo principalmente de obter dinheiro através de assaltos a bancos. Eram movimentos que perturbavam a ordem interna, mas não tinham amplitude para a tomada do Poder.

Todavia, a toda ação corresponde uma reação igual e em sentido contrário. Como o período da luta armada começou a ganhar força a partir de 1968, 1969, no Governo Costa e Silva, e cresceu violentamente no período de 1970 a 1972, no Governo Médici, este teve que enfrentar e vencer o terrorismo e as guerrilhas, o que ele fez com coragem e determinação, impedindo que o povo brasileiro sofresse com os desvarios dos guerrilheiros urbanos e rurais como se vê, hoje, na Colômbia. Com a reação do Estado, os terroristas passaram a se auto-exilarem e, no exterior, iam fazer proselitismo, como se fossem heróis, perseguidos pelo "governo ditatorial".

Esses movimentos de esquerda – de terrorismo, de guerrilha rural etc. – foram perniciosos, para o processo revolucionário, que se prolongou para enfrentá-los, impedindo que crescessem e se transformassem numa ameaça à Nação brasileira. As desgraças que estão ocorrendo na Colômbia foram, felizmente, evitadas no Brasil pela reação do Governo revolucionário.

O AI-5, então, foi necessário?

Ah! Não há dúvida nenhuma. Foi necessária a criação dos instrumentos adequados para poder coibir a ação armada, mas agindo de maneira legal. O AI-5, embora venha ser considerado ditatorial, foi um instrumento instituído legalmente. O ilegal é quando a ação é realizada através da iniciativa própria, por meio do livre arbítrio de determinada pessoa. Então, o AI-5 estabeleceu normas, regras, em face de uma situação caótica criadas pelos comunistas.

82 bombas foram lançadas naquele período.

Então, houve necessidade de tomarmos medidas...

Ninguém cita isso, só falam do AI-5, mas não dizem porque é que ele veio.

Realmente. O AI-5 foi exatamente o instrumento legal para fazer face àquele caos que o País fora obrigado a enfrentar a partir de 1968, embora o primeiro atentado tenha ocorrido em 1966 no Aeroporto de Guararapes, no Recife, como já citei.

A criação dos Destacamentos de Operações de Informações para fazer face a tudo isso foi necessário?

Esses Destacamentos foram de grande importância. Porque, no momento, que desviássemos a nossa organização militar para atender a esses problemas de segurança interna e a ações essencialmente policiais, estaríamos desorganizando totalmente o nosso Exército, dando um outro sentido a ele e comprometendo a Defesa Nacional, que é a missão maior que temos. Então, passaríamos a ser organismos policiais.

O Exército, para não envolver a Força nessas operações, criou esses órgãos específicos para atendê-las. Esses órgãos, sem uma vivência nesse setor, buscaram uma aproximação muito grande com a Polícia. Todas aquelas distorções, e arbitrariedades usadas pela Polícia foram absorvidas, porque a Polícia, no dia a dia, vive num ambiente antagônico de violência e logicamente qualquer ser humano se embrutece em face dessa realidade. No entanto, vale lembrar, que os criminosos que enfrentamos, no período da luta armada, não tinham nenhum comedimento, porque os terroristas são, por si só, elementos desumanos.

Em 1965, no Regimento-Escola de Infantaria estava comandando a Companhia de Carros de Combate Médios. Toda vez que a minha Companhia entrava de guarnição tinha por norma percorrer todos os postos em que os meus soldados estavam dando serviço dentro do Regimento.

Quando chego no xadrez, encontro uma postura inadequada da tropa, risinhos etc. O que havia? Havia cinco mulheres presas que foram encontradas num aparelho, sendo, então, recolhidas lá. E as instalações sanitárias, com aquelas privadas turcas, sem portas, eram evidentemente inadequadas.

A guarda ficava toda ativa, porque de vez em quando aquelas mulheres iam procurar a instalação sanitária para fazer as suas necessidades. Ao presenciar esse fato, fui direto ao comandante do Regimento e disse: “Não é possível continuar essa promiscuidade. Os elementos que imputo responsabilidade, estão perdendo a seriedade no serviço”. O resultado foi a remoção das tais mulheres para o Batalhão de Comunicações, em Deodoro, onde havia condições de maior privacidade.

Em Vitória, onde servi, com relação a um casal de professores subversivos, preso no 3º Batalhão de Caçadores, dois professores com nível de mestrado, qual foi o meu procedimento? Solicitei ao Coronel Siqueira, que era o comandante, que autorizasse aquele casal ocupar um local isolado, na Formação Sanitária, onde havia a segurança necessária. Esse casal ficou o tempo todo naquela Formação Sanitária, que cumpriu o papel de prisão.

Com satisfação, lembro que um desses elementos subversivos, até fez uma poesia e me dedicou. Olha, com muito honra, recebi aquela poesia. Nossos pensa-

mentos, nossos ideais eram totalmente conflitantes, mas isso não significa que se perdesse o respeito a pessoa humana.

As Forças Armadas tiraram algum proveito, auferiram alguma vantagem durante o período revolucionário?

Não, muito pelo contrário. Tínhamos uma necessidade muito grande de reaparelhamento, seja para a instrução da tropa, na área relativa às Operações, seja na esfera logística, onde sentíamos restrições de toda ordem, inclusive de gasolina, óleos e lubrificantes, assim como de suprimentos particularmente para viaturas.

Entretanto, tínhamos consciência de que era necessário poupar o máximo, porque as necessidades do Brasil no campo sócio econômico eram inúmeras. Então, abrimos mão de muita coisa do nosso adestramento em proveito do desenvolvimento, aceitando verbas curtas, porque o Brasil necessitava maiores investimentos em outros setores e procurávamos, através da nossa criatividade, realizar o adestramento da tropa, dar a instrução aos nossos quadros com o menor custo possível. Essa é a nossa formação. Abríamos mão para o Brasil crescer. É diferente de abrir mão para nada, como acontece hoje.

Depois da queda do Muro de Berlim, qual a real situação do comunismo?

Ele está aí, o comunismo não desapareceu, em absoluto. O idealismo marxista-leninista é latente, aquele que foi comunista continua a ser comunista, aguardando apenas a oportunidade para o exercício do Poder.

Hoje, o que encontramos são ajustamentos e uma evolução do marxismo-leninismo que está, talvez, superado, tendo em vista que o movimento comunista internacional, hoje em dia, já não tem aquela conotação anterior.

O revolucionário Antonio Gramsci procurou ajustar o processo revolucionário comunista para o Ocidente e escreveu suas "Memórias do Cárcere", no tempo em que esteve preso na Itália, ensinando uma outra estratégia para que o comunismo conseguisse se infiltrar no Ocidente, estratégia que está sendo muito bem interpretada, muito bem assimilada e muito melhor praticada pelos elementos de esquerda em nosso País. Então, é só verificarmos aquilo que falei... A estratégia gramsciana foi adotada com integral êxito pelos comunistas no Ocidente, sobretudo no Brasil.

Todo Poder para a mídia e para os professores nas escolas de diversos níveis, sobretudo na Universidade...

Exato. O processo está sendo desencadeado de acordo com a metodologia de maneira até didática. O problema existe, mas, às vezes, não acreditamos que estamos vivendo um processo revolucionário comunista com outra conotação e o

que eles estão querendo é a implantação do comunismo por outra via, por outro processo, mas o ideário é exatamente o mesmo.

Coronel, a imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que acha disso?

O povo acredita nas Forças Armadas e tem por elas grande apreço. Hoje em dia, a quantidade de pedidos que tenho, todo ano, para o elemento servir ao Exército está crescendo bastante... Vi, por exemplo, com muita satisfação, agora, lá no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista a incorporação de um dos soldados que me pediu para servir, aluno meu, no curso de preparação, o qual consegui que servisse, dentro de uma competição, que é cada vez mais difícil. Ele convidou a minha senhora e eu para sermos seus padrinhos na entrega da boina, o que muito nos grafiticou.

Os soldados que lá estavam junto com suas famílias, orgulhosas, por verem seus filhos fardados, mostra a crença que têm no Exército. Então, tudo isso aí é muito positivo.

Quando temos um problema de calamidade pública, quando chegamos no local e entramos com aquele povo sofrido, sentimos que a presença do Exército inspira confiança. Quando existe a miséria e a fome e quem está levando a comida é o Exército aquela gente sabe que vai ser alimentada, que vai receber as cestas básicas previstas integralmente.

Por tudo isso, o povo acredita nas Forças Armadas e no seu Exército, na sua seriedade. Todavia, não há interesse nenhum desse elemento subversivo, dos derrotados em 1964 e, depois, na luta armada de 1968 a 1973, que a massa popular tenha essa crença nas Forças Armadas. Para eles, as três Forças Singulares têm que estar desorganizadas, têm que estar desestruturadas, têm que estar o mais desacreditadas possível.

Mas, felizmente, mesmo com toda essa ação dos "revanchistas", eles não conseguiram o seu intento. O Exército continua amado por seu povo. É aquela idéia-força que prepondera: "Braço forte e mão amiga". Então, o homem do povo, sabe que vai encontrar em nós o apoio necessário para defender os seus reais interesses, o mesmo acontecendo com as Forças co-irmãs.

O que gostaria de acrescentar ao seu depoimento, sobretudo sobre a participação da tropa mineira – Destacamento Tiradentes – que contava com o apoio de sua Companhia de Manutenção, por ocasião do Movimento de 31 de Março de 1964?

Falamos muito no Destacamento Tiradentes, mas, para fins didáticos, o que foi o Destacamento Tiradentes? Foi aquela força organizada em Juiz de Fora inte-

grada pelo 10º RI, 11º RI, 4º GAC, 4º Esquadrão e pela 4ª Companhia Leve de Manutenção. Foram organizados com Estado-Maior da 4ª RM/4ª DI, que se deslocou de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, sob o comando do General Muricy, que veio do Rio para esse fim, atendendo ao convite do General Mourão Filho.

Como disse, a tropa se organizou e partiu para o combate. Daí, a admiração que ficou em todos nós pela postura do seu Comandante, General Muricy, do seu E4, Major Ary Capella e do seu E3, Major Elísio. Porque, o tempo todo, mantiveram uma postura de ação militar, embora o quadro geral fosse político, mas, em momento algum, permitiram qualquer desorganização no deslocamento.

Nós nos deslocamos como uma força militar em condições de combater e isso estava presente, a todo momento em todos nós, plenamente imbuídos da missão que tínhamos sobe nossos ombros. Não era um desfile e esses militares que destaquei, pela sua postura impecável, pela maneira de exigir os procedimentos, bem caracterizaram isso... Não era, também, uma demonstração de força; era o emprego de força, razão pela qual sempre elogio a conduta desses oficiais, líderes autênticos. Viemos sem encontrar resistências e fomos alcançando linhas sucessivas até chegarmos a área de acantonamento que foi o Maracanã.

Em Minas Gerais, o General Guedes organizou o Destacamento Brasília, na base do 12º RI e da Polícia Militar de Minas Gerais que, por sinal, tinha uma afinidade muito grande com nós militares do Exército. No tempo em que lá servi, a integração era total e eles estavam motivados, também, para o Movimento, contrários ao caos instalado no País e buscando os mesmos valores.

A única diferença é no contato com o elemento contrário que seria também do Exército. Eles não teriam dúvida que, na primeira oportunidade, iriam abrir fogo. E nós militares do Exército contra militares do Exército, antes de abrirmos fogo, tínhamos problemas a resolver. Foi aquele procedimento do General Muricy – quem vai dar o primeiro tiro sou eu. Assumindo essa responsabilidade. E lá na Polícia Militar quem daria o primeiro tiro era o observador avançado e o elemento da peça, o atirador da peça.

Ao chegar aqui no Rio de Janeiro, nos dias seguintes, encontrei no QG do I Exército, um movimento muito grande, muita gente, muitos elementos da reserva, todo mundo, querendo uma oportunidade de servir, de se integrar ao Movimento.

Vim aqui funcionalmente para poder liberar suprimentos do Depósito Central, que era quem daria a ordem, então foi o Chefe do Estado-Maior do I Exército, quem determinou à DMM que liberasse os suprimentos. Uma coisa interessante aconteceu nessa situação, uma vez que nossa tropa vencedora aceitou o fato de que aqueles elementos da DMM, que eram adversos, vinculados a João Goulart, em mo-

mento algum, deixassem sair um parafuso que não viesse através daquele pedido formal, daquele processo formal. Então, aquela tendência de saque não houve. Tudo o que saiu do Depósito foi dentro da estrutura regulamentar, como num fluxo normal, com as autorizações normais. Isso é importante assinalar, porque mostra que os vencedores não apelaram para esta sua situação de modo a constranger os companheiros contrários a agirem fora das normas regulamentares.

Tivemos, também, o apoio dos radioamadores. Durante o deslocamento o Coronel Faceda montou um PDR de radioamadores em Juiz de Fora e durante todo o deslocamento uma rede montada atuou como informante. Tínhamos informações de todo o movimento do Destacamento Cunha Melo através dessa rede. Uma série de providências administrativas foram tomadas através da rede, por exemplo, alguns fogões de campanha não estavam funcionando a gasolina e sim com botijão de gás e, naquela época, variava conforme a empresa. E se fez o levantamento do tipo de botijão de gás etc., através dos radioamadores da rede e, daí, se pedia a subsistência: um caminhão com tantos botijões de gás de tal tipo para atender ao suprimento de tais Companhias. É interessante assinalar que isso em combate seria um caos. Se a linha de suprimento de fogões funcionava a gasolina e o subtenente macetoso botou o botijão de gás, que realmente era muito mais confortável, mas, em situação de campanha, qual era o gás? Como é que seria suprido? Isso é um ensinamento que tem que ser levado sempre em consideração.

Coronel Amaury, gostaríamos que apresentasse agora uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

A oportunidade que tive de destacar nesta entrevista aqueles que agiram de maneira desassombrada no Movimento armado de 31 de Março de 1964 foi extremamente gratificante. Assim, com grande satisfação e muito orgulho, tenho o privilégio e a honra de, neste final de depoimento, dizer honra ao mérito ao Major Ary Capella, ao Major Alísio Sebastião Mendes Vaz e ao General Antônio Carlos da Silva Muricy. Faço isso muito à vontade, porque esses oficiais souberam liderar e conduzir o processo como militares íntegros e capazes, hoje todos falecidos e por demais esquecidos. A oportunidade de lembrar os seus nomes é uma afirmação e uma realização pessoal muito grande que o Projeto de História Oral do Exército proporcionou-me.

Coronel Irtonio Pereira Rippel

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Pertence à Turma de 1954 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais: Operações na Selva – Categoria A – CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva); Informações – Categoria A e Informações do Campo Externo, ambos na EsNI (Escola Nacional de Informações).
- É bacharel em Comunicação Social e Relações Públicas, pela Escola Superior de Relações Públicas de Recife – Pernambuco.
- Comandou o 10º Grupo de Artilharia de Campanha – Fortaleza – Ceará.
- Em 1964, era Capitão e servia no Quartel-General da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé.

Entrevista realizada no dia 05 de dezembro de 2001.

Sinto-me, realmente, agradecido e, de certo modo, emocionado. Isso é natural pelo tempo decorrido desde a passagem para a reserva, pela idade e, pelo tempo de vida no Exército. A gente se emociona. Nunca me desliguei da Força e jamais o farei. Voltar, nesta situação, a uma organização militar da minha Instituição é realmente uma satisfação muito grande, dá idéia do retorno à casa que, um dia, saudosos, fomos obrigados a deixar por força dos regulamentos.

Ouvindo o meu *curriculum vitae*, lembro-me de quando entrei no Exército, um jovem de 16 anos. Isso tem um significado muito profundo. Acresça-se ao fato a oportunidade de poder apresentar a minha colaboração ao Projeto que estuda o que considero, ao longo da minha vida profissional, da minha vida militar, o fato mais marcante, porque envolveu as Forças Armadas e teve reflexo, evidentemente, sobre o nosso País: a nossa Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. A meu ver, foi o fato mais significativo, depois da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tornou-se um marco da nossa história, da história do País na qual se insere a história da Instituição.

Portanto, fico muito feliz em participar, esperando que as minhas observações, embora limitadas, tenham alguma validade para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964. Dos diversos fatos que observei e alguns que vivi, vem a minha modesta colaboração a este Projeto. Falar de nossa Revolução é falar de um movimento que mudou completamente o País que estava seriamente ameaçado de ser comunizado, vítima de uma luta ideológica e convivendo com o perigo de ficar sob a direção de uma doutrina que contraria todos os nossos conceitos advindos de nossa formação moral, cívica, histórica, cultural e religiosa. O comunismo, infelizmente, para aqueles que viveram sob a sua égide, propiciou, basicamente, muita dor, tristeza e falta de liberdade. Mas, no discurso em países democráticos, só falam em liberdade, bem-estar dos trabalhadores, em repartição de renda e mesmo em democracia, palavras que utilizam largamente na atividade continua de agitação e propaganda.

Há uma forte motivação para participar do Projeto, porque, ao lado de meus companheiros bem como de nossos chefes, muito nos orgulhamos do que fizemos, não nos omitindo quando o Brasil esteve em perigo. Não podíamos deixar de fazê-lo, em virtude da reação do nosso próprio povo, que, na prática, exigiu a nossa participação. Como sempre, o Exército esteve ao lado da Nação, da Pátria e, por isso, sinto-me muito orgulhoso. Inclusive, por uma questão, até de justiça, para com o próprio Exército. Não temos nada do que nos envergonhar com o que ocorreu. Muito ao contrário, devemos nos orgulhar como de outras participações, também vitoriosas, ao longo da História do Brasil.

Infelizmente, hoje, por questões sabidas, a história vem sendo deturpada. Esta é uma oportunidade que o Exército nos concede para que um dia, quem sabe,

a Nação possa conhecer a verdadeira história da Revolução, principalmente das causas e das circunstâncias que levaram as Forças Armadas e, em particular, o Exército a atuarem em 1964.

Este Projeto ainda veio em boa hora, talvez até com um certo atraso. Espero que seja bastante difundido para benefício da nossa Instituição e do nosso País.

Quais foram as causas do Movimento revolucionário de 1964? Em que momento da história nasceu o Movimento?

Entendo que o Movimento de 1964, que chamo de Revolução, na realidade configurou a reação da sociedade brasileira. Quando digo sociedade brasileira, abranjo todos os setores das diversas classes, principalmente da classe média, que se posicionaram contra o Governo, aí incluída a reação da Igreja Católica, da época, vamos dizer assim, contra àquela situação caótica, fomentada pelos sindicatos, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e pelo próprio Governo. Acho que o movimento da sociedade cristalizou a resistência àquilo tudo que estava ocorrendo no País que procuro sintetizar, chamando de instabilidade permanente nas áreas política, econômica e social, inclusive nas próprias organizações da área militar, ou seja, dentro das Forças Armadas.

Vivemos um período muito difícil em que a indisciplina era estimulada pela cúpula do Governo. Interessante é que se poderia julgar que isso ocorria somente no nível dos nossos graduados. Não! A verdade é que o desleixo e mesmo a afronta à disciplina possuiam adeptos, embora em pequeno número, mas muito ativos, em todos os postos e graduações, inclusive em determinados indivíduos dos altos postos da hierarquia militar e da direção do País. Havia uma instabilidade constante, além da indisciplina que era provocada nos escalões mais baixos.

A reação, em relação ao perigo da “comunização” do País, partiu do próprio povo através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Naquele quadro de agitação e subversão, característico do período da guerra fria, que se agravava na América do Sul como um todo, nos idos de 1963 – e que atingiu o clímax em nosso País no início de 1964, quando houve uma verdadeira cristalização desses problemas todos –, o povo foi em massa para as ruas como forma de demonstrar cabalmente a sua revolta.

O senhor poderia nos falar sobre o panorama político brasileiro anterior a 31 de março. Qual era, exatamente, a posição do Governo?

Tínhamos um panorama político instável, confuso e, sob certos aspectos, perigoso. Lembro-me de algumas expressões utilizadas por autoridades ligadas

ou pertencentes ao Governo, tais como: "Vamos fazer isso, se preciso for, na marra". Lembro dessa expressão que era muito usada: "Na lei ou na marra". Isso, evidentemente, a meu ver, na vida de um País, tornava-se muito perigoso, porque não havia o menor respeito à lei, que vivia sendo violada constantemente. Então, acho que vivíamos um quadro instável, confuso e ameaçador.

O Governo era muito fraco e era fraca, inegavelmente, a figura do Presidente. Fraco mesmo. Inclusive, nas suas próprias atitudes. Porém, era ambicioso. Assim, passou a existir a possibilidade de um golpe de estado, o risco de ocorrer uma revolução de fundo marxista-leninista por aquilo que era dito, inclusive de modo ostensivo, e praticado nas várias manifestações populares, como no Comício da Central do Brasil – exposto ao mundo – e na reunião do Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, na Cidade do Rio de Janeiro, onde a hierarquia e a disciplina sofreram verdadeiro abalo. Havia o risco iminente de se cair ou de se mergulhar em uma revolução sangrenta. Ah!, sem dúvida.

Determinados segmentos políticos de esquerda se julgavam suficientemente fortes para se exporem. Isso se refletia, particularmente, nos sindicatos, nas confederações de trabalhadores etc., desembocando na exploração de determinados temas, que sempre foram muito sensíveis, como a reforma agrária, e que, naqueles dias, estavam muito em evidência, assim como hoje. O problema da reforma agrária, que foi uma bandeira intensamente usada, os direitos trabalhistas, problemas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, ainda agora, estamos vivendo. Esses fatos provocaram animosidades e estimularam as chamadas "lutas de classes", com alto grau de risco para o País. Tudo isso gerou uma insatisfação dos segmentos que se viam expostos, como fazendeiros, constantemente ameaçados, e a própria Igreja.

Qual era a posição da Igreja? Favorável ou contrária ao Movimento de 1964?

Inicialmente, a Igreja teve uma ação muito grande, porque ela se colocava frontalmente contra aquele estado de coisas. As célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade mostraram isso. Vivi um momento muito interessante: vinha, com meu pai, uma vez, em férias, e caímos no meio da manifestação em São Paulo. Estávamos dentro de um fusquinha e de repente nos vimos no meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e nos perdemos dentro de São Paulo. Era uma multidão impressionante, uma quantidade enorme de religiosos a se insurgir contra aquilo que estava ocorrendo.

Porém, mais tarde, após a vitória da Revolução, já existiam alguns padres que estimulavam as ações das esquerdas. Esses, mais à frente, depois da Revolução consolidada, se colocaram contra o Movimento e as Forças Armadas, inclusive

alguns membros da alta hierarquia católica. Até bispos, quase todos de origem estrangeira, que vieram para cá criar o que a esquerda chamava de "igreja progressista", com uma participação muito atuante.

Houve tentativas de cisões dentro da caserna, dentro do meio castrense? Havia a busca da desunião nas Forças Armadas, partindo, inclusive, da cúpula?

Considero que sim. Houve vários casos. Aí, tenho que me situar, também, em duas épocas. Em 1963, quando era capitão, na 1ª Bateria do 10º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (1ª /10º GACosM) – Macaé/RJ, onde servi, existia uma certa discussão política, que não era usual no nosso meio, estimulada pelo comandante com uma visão de esquerda. Inclusive, apoios formais e ostensivos a organizações estranhas, criadas dentro da área militar. Organizações, tipo associação de cabos, começaram a forçar sua implantação. Era um estímulo, a criação de classes dentro da organização militar. Houve até uma espécie de desfile de operários em determinada ocasião, para recepcionar uma figura da República, que apareceu por lá e que mostrara o desejo de ser homenageada pelos operários, dentro do quartel. Uma coisa esquisita! Nunca vi nada igual em toda a minha vida militar.

O comício do dia 13, na Central do Brasil, e a reunião do Automóvel Clube do Brasil estariam entre os motivos determinantes para o desencadeamento da Revolução? Foram essas as causas de curto prazo?

Permito-me usar uma imagem: a pólvora bem socada. Aquilo já estava pronto, faltava apenas a espoleta. Usando a linguagem do caçador, foi a espoleta que fez deflagrar o Movimento. Esses fatos abalaram toda a sociedade. O comício do dia 13 não refletiu muito mal somente nas Forças Armadas. Ele refletiu muito negativamente em todo o País, no campo político, no campo psicossocial e no campo econômico. Foi, naquele comício, que o Governo fez a apologia das reformas de base que o Presidente estimulava e que a esquerda patrocinava. Quem acompanhou o comício do dia 13 viu o que foi o anarco-sindicalismo. As gravações e os jornais da época podem comprovar a baderna ali cristalizada. Embora, hoje, não se fale mais nada, na época chocou as famílias brasileiras e a imprensa em geral. É só ler. O Presidente, sem dúvida, estimulava toda aquela insanidade.

Aquele espetáculo deprimente chocou o País como um todo, inclusive as Forças Armadas em cujos quartéis, na sua maioria, havia uma clara atuação, forjada na cúpula governamental, contrária à disciplina e à hierarquia. Encontrei isso em quartéis de Niterói, como o Forte Rio Branco, cujo comandante fazia dupla com o de Macaé, ambos integrantes do dito esquema militar do Governo Jango.

Essa área em que servi um bom tempo, havia associações, com fins políticos, de cabos, de sargentos e até de oficiais subalternos, dentro do ambiente castrense, extremamente atuantes. Era um negócio inacreditável! Mas acho que o problema ocorrido com a Marinha no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Cristóvão, foi muito mais sério. Estimulado de cima – exemplo dos mais claros de subversão de cúpula – executada, a olhos vistos, pelo Almirante Aragão. No meio militar, aumentou a inquietação e apreensão.

Em Macaé, onde eu servia, as tentativas de criação de cisões entre o quadro de praças e o de oficiais foi um fato inegável, bem como, posteriormente, no Comando da 3ª Divisão de Cavalaria (3ª DC), em Bagé, onde me encontrava na época da Revolução de 31 de Março.

O senhor citou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Hoje, os derrotados em 1964 dizem que foi um Movimento reacionário ao Governo Goulart. Qual o seu ponto de vista a esse respeito?

Não, mais um absurdo dos perdedores. Entendo que o sentido era muito mais abrangente. Visava, evidentemente, a figura do presidente, dos seus ministros e dos políticos que o acompanhavam, na época. O sentimento era muito mais amplo, era um sentimento nacional, representativo dos nossos valores – morais, éticos, espirituais e religiosos. As Marchas representavam a sociedade brasileira – ricos, pobres, classe média. Era o povo como um todo. Através das Marchas, o povo mostrou às Forças Armadas que elas não podiam continuar indiferentes diante do caos. É só examinar as fotografias e os filmes que se vê isso. A não ser que a pessoa não queira ver. Aí, é outro caso.

O Porto de Santos, em São Paulo, como o Porto do Rio de Janeiro, por exemplo, viviam mais parados do que funcionando. Eram atos deliberados das entidades sindicais para prejudicar a economia do País. Então, eu lhe pergunto: essas entidades, após a Revolução, como se comportaram? Como viu a posição desse pessoal após a queda do Governo Goulart?

Houve uma situação interessante. Primeiro, eles não tinham, naquela época, a grande capacidade que apregoavam. Era uma atuação que se desfez naquele momento. Quando o poder da Revolução se manifestou, eles se retraíram e muitos fugiram. Posteriormente, proporcionou-se melhores condições para que os sindicatos atuassem, na realidade, como verdadeiros sindicatos, na defesa dos direitos do trabalhador e não na defesa de uma ideologia estranha às nossas tradições e aos nossos costumes. Até isso, os governos revolucionários vieram dar um tom correto,

uma orientação no sentido de que o sindicato fosse, efetivamente, porta-voz do trabalhador. Acabou-se com o "peleguismo".

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução?

Dos líderes civis, lembro-me muito bem, em conseqüência, talvez, de viver no Rio de Janeiro, do Governador Carlos Lacerda que oferecia uma resistência heróica. Ele lutava mesmo contra a baderna instalada no País, contra o governo central e contra aqueles que lhe davam suporte. Em Minas Gerais, participando daquele gatilho que impulsionou o Movimento armado, o Governador Magalhães Pinto, que vestiu a camisa revolucionária, assim como o Governador Adhemar de Barros, em São Paulo.

Não quero cometer injustiças com os meus chefes militares, a maioria dos quais não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, de privar, de acompanhar o seu trabalho. Citaria, então, o Marechal Castello Branco e, principalmente, o General Médici com quem nunca servi, mas de quem sou um profundo admirador pelo grande chefe que soube ser, tanto no desempenho de seus cargos militares, mas como Presidente da República, período em que conquistou a simpatia e o aplauso do povo, de todo o povo, a exceção dos terroristas apátridas e dos que os apoiavam. A sua atuação foi sempre brilhante, sobretudo na época em que comandava a Academia Militar das Agulhas Negras.

Naquele momento político, o General Mourão e o General Guedes, que deflagraram o movimento na área militar, foram grandes líderes, até porque foram os primeiros a se levantarem contra a podridão que caracterizava o governo deposto. A eles, a nossa justa homenagem.

A Revolução de Março de 1964 foi um Movimento de preparação interna ou ela se valeu do apoio externo, inclusive americano?

Nunca obtive nem mesmo depois de maduro – a Revolução me encontrou capitão – qualquer prova palpável que algum estrangeiro tivesse nos apoiado. Não estou dizendo, é claro, que eles não estivessem acompanhando porque, se não o fizessem, seriam uns imbecis e os norte-americanos para tolos eles não servem. Eles acompanham tudo o que acontece aqui, em nosso País, tanto hoje, como acompanhavam em 1964. Isso é natural para quem dividia o Poder no mundo com a União Soviética. Mas dizer que nos apoiaram, que nos incentivaram, que nos ajudaram, isso é mais um embuste de quem quer diminuir a importância dos brasileiros que, sozinhos, fizeram a Revolução, sem a menor cooperação vinda do exterior.

Para me contrapor a propaganda adversa, consultei vários chefes a esse respeito e todos foram incisivos em declarar que nunca recebemos nenhuma colabora-

ção estrangeira. O nosso Movimento foi absolutamente interno, nosso. Se tudo saiu muito bem, ótimo. O resultado é inteiramente nosso, do povo brasileiro. Dizem, até, que os americanos chegaram a preparar uma esquadra. Mas ela, ao que eu sei, se estava sendo preparada ficou por lá mesmo. E se andou aqui por perto, em observação, nunca se manifestou. Nós é que resolvemos, graças a Deus, o nosso problema, com grande acerto para o bem do Brasil e enorme decepção dos comunistas que tinham a vitória como certa.

O rápido desmoronamento do esquema que o Presidente Goulart apregoava ter, por que se desmoronou tão rapidamente quando se desencadeou a Revolução? Qual a sua apreciação a esse respeito?

Vejo dois aspectos. Primeiro, entendo que a Revolução foi bem montada, embora de uma forma rápida, mas foi bem preparada. O planejamento, apesar da rapidez, foi eficiente e a execução tão rápida que, na área – vamos chamar de operacional – não deu muita margem a reação.

Há um outro aspecto que considero importantíssimo. Ela sempre contou com grande apoio popular, queiram ou não os "revanchistas" de hoje. A área militar, que era toda contra os demandos do governo que acabou deposto, recebeu um impressionante apoio da grande maioria da população brasileira. Isso fez desmoronar o chamado esquema militar que, afinal de contas, praticamente não existia. Porque, na hora que ele foi ser confrontado, simplesmente não existia. Agora o nosso, sem ser alardeado, na realidade estava pronto, porque contava com convicções, com a disciplina e a hierarquia castrense, com as tradições e os valores cultuados pelas Forças Armadas.

O nosso próprio soldado, referindo-me a oficiais, sargentos, cabos e soldados, não suportava mais o caos, representado pelo grevismo, que significava absurda e permanente situação de prontidão para a tropa, com os gastos correspondentes e o desgaste físico da nossa gente, além dos custos materiais. Lembro-me muito bem das coisas que vivi com os meus jovens soldados no Rio Grande do Sul. Mostravam-se, sempre, firmemente engajados e conscientemente disciplinados. Esse engajamento foi plenamente observado nas tropas revolucionárias – um quadro fantástico, fabuloso – quando chamadas a dar um basta no verdadeiro caos que era o Brasil no mês de março de 1964.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução, foi correto em seu entendimento?

Na época, prevaleceu a chefia e a liderança, mas também o bom senso, a prudência e a confiança entre superiores e subordinados. Foi exatamente isso que realmente desmoronou o outro esquema, porque todos nós tínhamos confiança

em nossos chefes e em nossos subordinados. Foi isto que prevaleceu naqueles momentos em que houve a possibilidade de choque, como ocorreu no deslocamento das tropas de Minas, e no Rio Grande do Sul, quando chegou a haver alguns entreveros, num dos quais participei.

Com relação ao emprego operacional dos cadetes, acho que o General Médici – que, na época, era o comandante – soube assumir o seu papel de líder diante daquele grande desafio, porque realmente o chefe não pode temer riscos, num momento de decisão. Naquela ação, ele comprovou as belas virtudes do grande chefe que era. A importância da participação da Academia não foi só operacional, mas psicológica pela simbologia, pelo significado da AMAN, do cadete. Isto foi fundamental. Mas, sem dúvida, a atitude do nosso General Médici demonstrou para todo o Exército muita determinação e desprendimento diante do risco.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Ah! sem dúvida. Quanto a isso não há o que discutir. O respeito à disciplina e à hierarquia em todas as situações veio demonstrar, com clareza, que a fase anárquica vivida pelo País findara. A união e a coesão das três Forças passou a ser outro ponto alto. Há um fato que ocorreu que sintetiza muito bem essa integração que se refletiu quando do impedimento do Marechal Costa e Silva, por motivo de doença, redundando na ascensão ao comando do País dos três Ministros militares. A integração merece ser enfatizada.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Em termos ideológicos, o repúdio ao comunismo e a tudo que ele significava e praticava.

A mídia apoiou o Movimento?

Apoiou sim. Quem quiser ter certeza dessa realidade, leia os jornais e revistas da época. Os jornais que hoje depreciam a Revolução – no Rio de Janeiro, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* e, em São Paulo, *O Estado de São Paulo* – viam, naquela época, o risco que o País estava correndo e se posicionaram contra o Governo Goulart, fazendo como a maioria da população e incentivando as Forças Armadas a tomarem posição. Apesar da ação deliberada do Governo Goulart contra a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas, as nossas praças, via de regra, tiveram sempre uma atitude extremamente correta, coesa, demonstrando confiança nos seus chefes, salvo raras exceções. Assim, aquele governo fraco e desajustado não conseguiu atingir seus objetivos – subverter as Forças Armadas –, mas tentou com insistência.

Na última década, a mídia e aqueles que hoje detêm o poder fazem questão absoluta de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar alguns desses acertos, que eles não falam para o Brasil não conhecer?

Acho que é muito fácil citar. É, até mesmo, uma coisa muito interessante. Vamos começar pela área política, para depois definir as demais. É só lembrar que, naquela época dos presidentes militares, os outros poderes funcionavam também, através de eleições para o Legislativo, com derrotas e vitórias inclusive dos representantes militares, o que era visto normalmente. Na questão da segurança, o povo passou a viver uma fase inegavelmente de paz e tranqüilidade. Só não tiveram tranqüilidade os terroristas e guerrilheiros que tentaram tomar o poder através da luta armada. Esses receberam a resposta, que demorou a vir, mas quando veio trouxe os resultados exigidos pela sociedade e pelo País.

No campo social, enfrentou-se o problema da habitação, tão bem-equacionado. Nunca vi construir tantos conjuntos habitacionais em benefício das classes mais humildes. Não que a classe média, também, não tenha sido beneficiada. O foi, mas em proporção menor do que as classes de menos recursos. É só vermos os numerosos e bem-construídos conjuntos daquela época, e que, hoje, nada que se faz ou se apregoa chega aos pés. No setor educacional, a prioridade foi para o curso superior. Eu mesmo trabalhei em grupos de estudo, tratando de vestibular e de abertura de faculdades. É só ver o que era o ensino no País antes e depois. Ao ensino fundamental, também se deu atenção, como nas atividades do Mobral etc.

Tivemos a ventura e orgulho de ser, talvez, o único País que venceu uma revolução comunista em andamento e de uma forma singular... fomos tão felizes que não houve praticamente derramamento de sangue. Foi uma vitória maiúscula da democracia. Anos depois, quando vieram com a luta armada, vencemos de novo. Interessante! O único País, praticamente do mundo que superou a ação intensa e deletéria dos comunistas sem trazer problemas para a população. É só ver o que aconteceu em volta... É só ver o que Fidel Castro fez em Cuba na sua sangrenta revolução... Dezessete mil fuzilados!

Há um outro aspecto interessante que considero muito importante relembrar. Os presidentes militares – eu acho isso muito profundo – e os militares que ocuparam posições de relevo, não só na área política como na área empresarial do País. Gostaria de citar um exemplo – o Cesar Calls, que foi tenente na Escola Preparatória de Fortaleza, chegou a ministro, fazendo hidrelétricas, como a de Boa Esperança e uma série de obras. Estou citando um nome apenas, como um exemplo. Generalizando, os presidentes militares, os militares que ocuparam posições de relevo jamais tiveram sua honestidade posta em dúvida. Quem conhece, por exemplo, a

história do Ministro Andreazza, sabe como ele morreu – pobre mas honrado, sendo que o apoio do Exército, naquela oportunidade, foi fundamental para o homem que nos deixava depois de tantos serviços prestados. Nenhum de nós, e até hoje procuro por alguém que cite um presidente militar corrupto ou sob qualquer suspeita de corrupção. Não encontro. Não existe, nem de ministros militares. Não se conhece. Foi uma época de austeridade e responsabilidade.

No campo econômico, foi onde a Revolução melhor se houve. O País foi extremamente beneficiado, sobretudo na montagem de uma respeitável infra-estrutura em todos os setores da economia, obtendo, em conseqüência, um salto no crescimento do poder nacional.

A mídia, nesta última década, vem criticando os erros da Revolução. Quais foram esses erros no seu entender?

Após aquele descalabro em que o País vivia, acho que qualquer coisa que se fizesse bem feito era acerto. Não é que eu esteja só defendendo... É fácil. Tenho um argumento muito forte. Um País que era a quadragésima oitava economia do mundo e que se viu alçada à oitava economia, evidentemente, as coisas não ocorreram tão erradas assim. Acho que esse é um argumento muito forte.

Mas posso dizer que, talvez, tenhamos errado por determinadas omissões, como por exemplo, ter deixado que se processasse uma grande infiltração comunista no setor da educação, com reflexos danosos na formação dos nossos alunos, o que acontece até hoje infelizmente.

Se os governos militares pudessem ter concluído a sua tarefa um pouco mais cedo, em termos políticos, teria sido melhor. Quem sabe, no final do Governo do Presidente Médici. Afinal de contas, foi a fase em que tudo correu bem. O País estava em paz, consolidado, a vontade nacional em alta e até ganhamos o campeonato mundial. O País voltara a calma, nossa economia estava no apogeu, havia um planejamento que se prolongava para além daquele Governo que, infelizmente, após o período revolucionário foi abandonado como "entulho autoritário". Uma das justificativas, que ouvi para perdurar, seria o problema da anistia. Acho, no entanto, que um presidente civil poderia ter feito a anistia com toda a segurança. O Médici era queridíssimo pelo povo. No final do seu governo, nos parece o momento adequado para ter sido feita a transição para um presidente civil – um homem que fosse respeitado pela sua honorabilidade e pela competência para o elevado cargo.

Com relação as omissões, deixamos de divulgar, com grande amplitude, o ideário da Revolução e as realizações ocorridas. Faltou, inclusive, falar dos resul-

tados obtidos no aspecto crítico do combate à subversão e ao terrorismo. Hoje, temos um Ministro da Justiça, Aloísio Nunes Ferreira, que, naquela época, tomou parte em assaltos a trens pagadores. Ele era motorista – não sou eu quem está dizendo, é o registro histórico dele – de um perigoso terrorista, chamado Carlos Marighella, idealizador e realizador do manual de guerrilha urbana, com grande sucesso em todos os meios terroristas de diversos países. Isso está ligado, exatamente, a este passado que não divulgamos. Faltou dizer quem era quem.

Achamos desnecessário e não o fizemos, caracterizando, a meu ver, uma omissão que, até hoje, só prejuízos tem nos trazido.

A nossa formação é muito fechada, muito para dentro; não temos a mania de nos elogiarmos. Esperamos que os outros nos vejam pelo nosso exemplo. Os militares sempre foram assim. São raros os chefes militares que aceitam apregoar as suas realizações oficialmente. Não somos nem fomos criados divulgando as nossas realizações; isso se reflete em toda a nossa vida. Por isso, acho que nos mantivemos omissos, omissos por nossa formação.

Por outro lado, aqueles vencidos pela Revolução de 1964 foram ocupando, paulatinamente, todos os cargos do atual Governo que nos detesta. É só comparar os nomes daquela época e aqueles que estão, hoje, nos diversos setores do Governo.

Eles foram tomando posse, também, de modo gradativo e seguro, de todos os espaços da mídia, dos centros culturais e de estudos. Os esquerdistas estão aí, representados pela maioria dos artistas e atores. Eles são festejados e endeusados a "três por dois", enquanto qualquer pessoa que apresenta pontos de vista diferentes dos ditos socialistas passa a ser patrulhada. Cantores como o Jair Rodrigues, apolítico, foi patrulhado; Wilson Simonal, também; Geraldo Vandré foi duramente criticado por eles, porque descobriu o caminho certo. Aproximou-se das Forças Armadas e descobriu o que ele não sabia antes. Fez até uma canção para Força Aérea Brasileira – a nossa FAB – que ele chamou de Fabiana.

Assim, os esquerdistas foram ocupando todos os espaços –, sobretudo no governo e na mídia. Eles foram muito eficientes quando perceberam que, se dominassem a Imprensa e a área da Educação, principalmente as Universidades, dominariam tudo. Foi o que aconteceu. Mas quem os ensinou? Eles aprenderam com Antônio Gramsci, inteligente pensador que, como membro do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, apontou as falhas de Lênin e de seus camaradas, mostrando as correções dos rumos para implantar o comunismo nas sociedades do Ocidente.

Enquanto isso, os que querem difundir ou revelar a verdade não encontram oportunidade, nem espaço na mídia. Isso foi fruto do nosso silêncio e da nossa omissão quando dispúnhamos de meios de comunicação social para fazê-lo.

Quais os objetivos da luta armada em nosso País – guerrilha urbana e rural – que gerou uma reação vitoriosa que conseguiu eliminar todo esse tipo de ação?

O objetivo era derrubar o regime instaurado, os ditos governos militares para tomarem o Poder. Evidentemente que, na época, a tarefa dos terroristas e dos guerrilheiros tornou-se extremamente difícil. Primeiro, porque não contavam com o menor apoio da população; não há guerrilha urbana ou rural que prospere sem este apoio. Segundo, as nossas realizações e afirmações muito fortes. O Governo Médici que os combateu, ao contrário deles, tinha um enorme apoio popular.

Consta que Lula chegou a declarar que, se o Presidente Médici se candidatasse a Presidente da República, em 1973, seria eleito.

Apesar do que acabo de afirmar, partiram os comunistas para instaurar um outro tipo de governo, buscando derrubar o regime pela força. Isso, de acordo com a mentalidade e os ideais deles, era natural, plenamente compatível. Afinal de contas se tratava de combatentes que lutavam contra governos, sem obedecer nenhuma ética. Houve auxílio externo? Sim e, particularmente, de Cuba, mas não só de Cuba. A Argélia fornecia campo de treinamento. Outros países também apoiaram, inclusive do Leste europeu. Prepararam muita gente na antiga União Soviética, Tchecoslováquia e até na Albânia.

O que gostaria de dizer sobre o SNI, bem como a respeito dos Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)?

Nenhum país, até hoje, pôde prescindir de um sistema de informações. Nenhum, inclusive, os americanos que falam tanto em democracia têm o FBI, para segurança interna, a CIA, para segurança externa, suas salvaguardas, os Institutos de Segurança das suas Forças Armadas, das forças peculiares de cada um, até dos Fuzileiros Navais. Então, nenhum País pode prescindir de um sistema de informações. Neste quadro, o SNI veio preencher uma lacuna que tínhamos. O País, realmente, não estava voltado para a coleta de informações e isso é absolutamente necessário. Até sou suspeito para falar, porque trabalhei no SNI, durante alguns anos, após a minha passagem para a reserva.

O SNI não é nada disso da imagem que passaram. Era um órgão muito bem-estruturado para as nossas necessidades, para aquele momento. Não é dizer que não poderia ser aperfeiçoado. Claro que poderia. Era, também e até mesmo, um centro de pesquisa. O SNI nunca teve poder de polícia. Quando se estudava uma pessoa era em benefício do País e, qualquer órgão de informação, até na empresa, analisa àquele que vai admitir como seu empregado ou seu dirigente. Vai examinar vários, no universo daqueles que poderão ser escolhidos para assumir determinadas funções na diretoria, na vice-presidência, nas diversas gerências. Há que ser assim. O que o SNI fazia era estudar pessoas. O que não é crime nem deprimente. Acho que é

necessário para a vida do País. Evidentemente, quando não se observa atentamente pode se entregar os destinos de uma nação, de uma instituição ou de uma empresa a pessoas que podem não ser as melhores para tais cargos. Quem conheceu, sabe que o SNI é um grande injustiçado nos comentários e nas referências de seus detratores.

Com relação aos DOI-CODI, é preciso ver as circunstâncias em que esses órgãos foram criados desde a Operação Bandeirante (OBAN) e, posteriormente, os DOI-CODI propriamente ditos. O que significa? DOI – Destacamento de Operações de Informações – CODI – Centro de Operações de Defesa Interna. Então, os Centros de Operações de Defesa Interna, na realidade, eram superiores aos DOI, que eram os executores. Por que esta organização foi criada? Primeiro, porque quem devia fazer, por lei, me desculpe, não fez. Ministério da Justiça e Polícia Federal nunca fizeram absolutamente nada. Segundo, as Polícias dos Estados eram incapazes para, sozinhas, assumirem tais encargos. Existiam, embrionariamente, os chamados DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), mas com uma atuação muito limitada. E a coisa veio estourar na mão de quem tinha que estourar, como, aliás, a História do Brasil é rica em mostrar, nas mãos das Forças Armadas. É só ler a legislação da época e ver quem era o encarregado de fazer o que; na realidade, nunca fez. Acabou sob nossa responsabilidade.

Começamos a acompanhar a situação, evidentemente. Necessitava-se de um órgão de informações. Mas, como, na parte de execução, não havia quem realizasse o combate, isso ficou sob a nossa direção. Daí, a criação dos Centros de Operações de Defesa Interna, os CODI, e os Destacamentos que eram operacionais. Todos os CODI e DOI criados se empenharam muito. O pessoal das Forças Armadas que ali foi trabalhar e o pessoal das polícias civis envolvido nesse trabalho enfrentaram bravamente terroristas frios e sanguinários dispostos a tudo. As vicissitudes não os impediram de cumprir as missões que lhes foram atribuídas. Era uma guerra e, graças a Deus, nós vencemos, para o bem do País.

Se perdêssemos, talvez, estivéssemos hoje enfrentando, como a Colômbia, quem sabe, as FARB, – irmãs das FARC – ou seja, as Forças Armadas Revolucionárias do Brasil. Aí, os esquerdistas, estariam exultantes!... E os verdadeiros brasileiros – aqueles que realmente amam este País – atormentados e desprestigiados, como acontece hoje, com os nossos vizinhos colombianos.

Gostaria de dizer mais alguma coisa do SNI, fruto da experiência que adquiriu por ter trabalhado no Serviço?

Por uma questão de justiça, mais até do que por conhecimento. De novo, entra a questão de justiça. O SNI viveu duas fases: na primeira fase, ele se estruturou

para a Nação em si, e buscou coordenar tudo isso. Ele servia ao governo, no bom sentido, e o cliente principal que era o Presidente da República. O campo de estudo do SNI era muito grande. Eu mesmo, até como aluno – tirei os dois cursos da organização – examinei os planos qüinqüenais de Governo. Não tudo, evidentemente, determinados segmentos. Lembro-me de que analisei estradas, não no aspecto de construção – eu não sou engenheiro e nem era o caso – mas nos seus aspectos políticos, econômicos, psicossociais etc. Eu estudei isso, inclusive com relação à Perimetral Norte e à Transamazônica que, infelizmente, acabaram não se concretizando. Os governos seguintes não deram seqüência ao trabalho.

Assim, o SNI tinha uma gama, um volume de trabalho muito grande, um trabalho árduo. Estudava-se inclusive a problemática indígena, com determinados oficiais e civis de alto conhecimento do tema, estudiosos, abnegados. Atuava na área econômica, na política, na psicossocial. Havia um departamento e um órgão de estudo para orientar a política de governo que, veja bem, era de orientação e não de decisão. O SNI nunca foi órgão de decisão. Ele era um órgão consultivo, voltado para o Governo e para a Presidência da República. Ele trabalhava em todos esses aspectos. Como lhe disse, até no problema dos índios. Conheci e posso até citar o seu nome – Guarani, o nome dele era esse. Era o Coronel Guarani, uma das pessoas que mais conhecia o problema indígena. Brincava muito com ele sobre a sua dedicação à área indígena, dizendo-lhe que até o nome ele já tinha! Um homem fabuloso e tantos outros que existiam lá. Hoje, infelizmente, só se faz demarcar e homologar imensas reservas indígenas, além de tudo na fronteira, uma perigosa ameaça à tentativa de futuros desmembramentos do território nacional.

São os feudos da FUNAI, resultado de uma equivocada política indigenista, adotada a partir da desastrada Constituição de 1988, a mais remendada que se conhece, conhecida por "Constituição da Ingovernabilidade", assim batizada pelo Presidente Sarney.

Voltou-se também o SNI para a necessidade de projeção do País, o que fê-lo começar a olhar o campo externo. O SNI dispunha das escolas de idiomas para preparar o pessoal, de conhecimento sobre países e isso já foi quase na segunda fase, que acompanhei, porque, como disse, tive a ventura de realizar os dois cursos do SNI. Em 1975, está no meu currículo, tirei o Curso de Informações do campo interno – CIQ – Curso A, oficiais superiores. Transformei-me em analista dessa área. Depois, dez anos após, em 1985, ainda no Exército, fui indicado para tirar o Curso de Informações do campo externo, necessidade surgida com a projeção do País no cenário mundial. Hoje, tudo isso, infelizmente, acabou. Eu não

tinha estabilidade, quando o órgão foi extinto, me mandaram embora e tudo bem. Mas lamento que tudo isso tenha ocorrido, porque quem perdeu, realmente, foi o nosso País.

Um dos motivos de extinguirem o SNI, dizem as más línguas, foi porque acompanhava tudo, particularmente, na área econômica, cerrando sobre a roubalheira, inclusive valendo-se das agências regionais, onde o problema da corrupção era estudado e, normalmente, detectado até com muita antecedência para que o problema não ocorresse ou para que os seus efeitos maléficos pudessem ser evitados. A verdade é que o SNI era um grande entrave à corrupção em nosso País.

O último governo, dito militar, desgastou a imagem da Revolução?

Temos que estabelecer até mesmo paralelos. Não há como fugir a isso, porque as pessoas são diferentes, somos todos diferentes, embora, normalmente, comunguemos dos mesmos ideais, dos mesmos valores, mas somos diferentes. A figura do Presidente Figueiredo era completamente diferente do Presidente Geisel. O choque começava até pelo modo de ser de cada um. O Presidente Figueiredo tinha aqueles rompantes, era muito dele. Era extremamente emotivo. Não despreparado, de jeito nenhum. Acho que, tanto ele como o Presidente Geisel, como os outros, também, atingiram a plenitude do amadurecimento, não só em termos de carreira, mas pela vivência nacional.

O homem, a pessoa humana é muito complexa. Eu parto disso. Figueiredo não era igual ao Geisel nem ao Médici nem ao Castello Branco nem ao Costa e Silva. Ele era uma figura humana singular. Inegavelmente, pelo seu modo de ser, proporcionou, ao meu ver, alguns desgastes, sim. Não que lhe faltasse competência, apenas pelo seu modo de ser, principalmente após a doença que o vitimou, a partir da qual o seu comportamento sofreu uma mudança, no meu entender.

O "revanchismo" existe? Está presente?

Sem dúvida. Acho que não precisamos nos alongar muito, porque quem lê os jornais, principalmente determinados jornais, inclusive desta semana toma conhecimentos de fatos interessantíssimos, de "revanchismo". Eles nunca nos esqueceram. Um cidadão mandou para a *Tribuna da Imprensa* uma daquelas "cartinhas" do leitor, uma coisa muito interessante. Ele, criticando o Governador que foi empossado, lá no Piauí – era um senador, disse que ele era cria da Revolução, dos militares e anarquizou o ex-senador, oficial, enfatizando ser ele da reserva. Acho que, embutido nisso, está a revolta desse "revanchista", também porque

o senador é oficial da reserva das Forças Armadas do País dele. O "revanchismo" chega a esse ponto de imbecilidade – a meu ver não há outro termo – para definir tal tipo de comportamento. O sujeito guarda raiva até hoje por associar o senador à sua vida quando jovem oficial R/2. É difícil de acreditar!...

De tudo, nós somos culpados. Já nos culparam até pela falta de luz, alegando que as hidrelétricas feitas não levaram em consideração a possibilidade de estiagens. Creio que criticar as prodigiosas hidrelétricas por causa da estiagem é o que faltava! Quem abrir os nossos jornais e revistas atualmente não fica com nenhuma dúvida se existe ou não "revanchismo"! Mas leia... que vale como piada!

Atualmente, qual a situação do comunismo no Brasil?

Inegavelmente, a ideologia continua a mesma e existe gente, ainda, que acredita nisso fielmente, particularmente aqueles que vêm do início do movimento, e são conhecidos desde os nossos bancos escolares. Agora, criam "escolinhas" de invasão para ajudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, "escolinhas" de discussão, de ideologia, a partir dos grupos primários. Mesmo com todo esse trabalho obcecado, é muito difícil a instauração do comunismo entre nós, porque o nosso povo, de qualquer modo, na sua simplicidade, não aceita o comunismo. Agora, os comunistas não mudaram de ideologia. O Senador Roberto Freire, por exemplo, não deixou de ser comunista nem inimigo das Forças Armadas, porque elas são o maior obstáculo a implantação do comunismo no Brasil. Eu, também, não deixei de ser o que era. Por que ele deixaria?!

A imagem das Forças Armadas tem apresentado elevados índices de aceitação junto à opinião pública. Isso é tão verdadeiro que, hoje, a mídia está omitindo essa pesquisa para não colocar as Forças Armadas em primeiro lugar. Qual a sua opinião sobre isso, apesar de toda a ação dos "revanchistas"?

Sob determinado aspecto, até acho ótimo, pois mesmo com toda a campanha desencadeada, os "revanchistas", nossos opositores, nunca conseguiram macular o nome, o valor e a imagem das Forças Armadas e do nosso Exército em particular. Eles podem omitir, mas macular não conseguem. Tenho a certeza que os nossos companheiros e irmãos que estão na ativa e os do futuro saberão, sempre, manter com orgulho, a imagem do nosso Exército e, por extensão, das demais Forças irmãs.

Mas deveríamos ser mais agressivos. Outro dia, no Clube Militar, dei uma sugestão: vamos usar um pouco mais o contido naquela frase afixada no Clube: "Orgulhe-se, você pertence à Instituição de maior credibilidade do Brasil". Nós usamos pouco aquilo ali. Os nossos homens precisam divulgar mais esta idéia. É

natural você ter orgulho de estar numa Instituição que, apesar da atuação permanente das forças adversas, é a mais querida pelo povo brasileiro! Temos orgulho dela, de tudo que fizemos, de vestir a nossa farda e ser o que somos. Acho que esta virtude ninguém tira da gente nem da visão do nosso povo.

Coronel, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

Penso, há muito tempo que a história da Revolução de 31 de Março de 1964 deveria ser contada, debatida e analisada em todas as nossas escolas militares, particularmente, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), para que esses difusores, esse nosso público interno, particularmente os oficiais jovens e os graduados – que graças a Deus não viveram aqueles dias e não fazem idéia do que aquilo foi – melhor conhecessem, com todos os detalhes, o que se passou. As nossas incertezas, os companheiros que perdemos, inclusive muitos civis, imolados por amar o nosso Brasil, tanto quanto nós. É só pegarem a documentação da época, sobretudo jornais e revistas. A relação daqueles que nunca são lembrados nos cento e cinqüenta mil reais que são pagos por decisão de uma comissão fajuta de um Governo medíocre. Posso citar vários exemplos.

Outro dia, estava conversando com dois amigos sobre o atentado no Aeroporto dos Guararapes, quando morreu o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista de nome Regis; e ficaram feridas mais 14 pessoas. O pobre do goleiro do Santa Cruz, que era vigilante municipal, pela explosão da bomba junto à sua perna direita, foi obrigado a amputá-la. Esses homens nunca foram lembrados.

Meu companheiro, o colega de turma José Julio Toja Martinez Filho, também foi morto. Na Academia, ainda, lembram dele. Mas o Exército, particularmente, nunca ouviu falar no Major Martinez. Colega meu de turma, inclusive de Estado-Maior, não só de Academia. Ele morreu assassinado, no dia 2 de abril de 1971, com um tiro, por uma terrorista.

O Major Martinez participava de uma "campana" de uma residência de subversivos em Campo Grande, RJ – observação e análise do que ocorria no local. Ele era o chefe da equipe da Brigada Pára-quedista encarregada daquela missão. Por volta das 11h da noite, um casal chegou em um táxi, estacionando nas proximidades. A mulher ostentava uma volumosa barriga aparentando adiantado estado de gravidez. Julgando que o casal nada tinha a ver com a luta armada, Martinez, impelido por seu conhecido sentimento de solidariedade, solicitou ao casal que dali se afastasse. Ato contínuo, da "barriga" formada por uma cesta de pão, com

uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando-o instantaneamente.

A família de Martinez nunca recebeu nenhuma indenização, a não ser o soldo, pois ele foi promovido e deixou aquela pensão. Ela nunca recebeu os cento e cinqüenta mil que o governo anda distribuindo para as famílias dos terroristas que partiram para a luta armada porque quiseram, muito diferente daqueles que, por dever de ofício, se sacrificaram em defesa da Pátria.

O público interno teria que conhecer os fatos e o melhor veículo seria os nossos oficiais e os nossos graduados. Acho isso muito importante, porque o meu pai, que era praça, graças a Deus, me ensinou muitas coisas e uma delas foi isso – a importância de divulgar os fatos vividos pela Instituição. Acredito que seria muito interessante, para que eles melhor compreendessem a nossa Força e o porquê do seu valor que cresce ainda mais pela sua participação na Revolução de 1964, atendendo aos apelos do povo brasileiro. É isso o que eu podia dizer. Não é uma mensagem, é um desejo – a divulgação do trabalho que estamos elaborando, sobretudo em nossas escolas de formação. Esta luta, que aqui está sendo desenvolvida, representa uma medida de grande alcance para a história do Exército e para a memória nacional.

Coronel Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro – RJ.
- Pertence à Turma de 1961 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e o de especialização da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.
- Foi Instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.
- No exterior, integrou a comissão de assessoramento técnico do projeto de Artilharia Antiaérea, realizando estágio em Zurique – Suíça. Fez parte da comissão de recebimento dos canhões de 40 mm, na Boffors- Suécia.
- Em 1964, servia no 3º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana, como 2º-Tenente Comandante da Cúpula 305 mm, da 1ª Bateria.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca, no dia 11 de dezembro de 2001.

Damos início às nossas atividades, passando a palavra ao Coronel Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio para as suas considerações iniciais.

Para mim, é motivo de satisfação e por que não dizer de orgulho estar aqui para dar o meu testemunho sobre a Revolução de 1964. Esta Revolução que, no meu coração, está viva até hoje e tenho certeza permanecerá viva até a minha morte, pois me dediquei a ela de corpo e alma, acreditando nos seus ideais.

Quero fazer o registro da satisfação de estar aqui com amigos aos quais muito admiro, o que me deixa perfeitamente à vontade para dar o meu testemunho.

A todos, muito obrigado pelo convite que guardarei dentro das minhas ternas recordações da amizade e da sadia camaradagem que este nosso glorioso Exército faculta-nos construir. Muito grato, estou à disposição.

Que fatos, meu caro Coronel Sampaio, gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Servia no Forte Copacabana, era 2º-tenente, vivendo aquele clima que toda a Nação brasileira vivia. Era um clima de desordem, era um clima de subversão da hierarquia militar. E, apesar da minha pouca vivência naquela época da carreira, facilmente constatava isso, no meu dia a dia, na conversa com os meus companheiros e com os meus subordinados, inclusive sargentos. Víamos que aquilo que nos foi ensinado nos bancos escolares, nos bancos acadêmicos... a coisa mais sagrada na vida castrense, qual seja o respeito à hierarquia estava sendo desprezado, estimulado a ser colocado de lado. Dentro desse clima, há que acrescentar a corrupção que campeava em tudo.

O Forte Copacabana começou a reunir a sua oficialidade para participar do basta a tudo que víamos, incentivados pelo claro chamamento do povo brasileiro. Como figuras proeminentes desse movimento, que tínhamos notícias, estavam o General Olympio Mourão Filho e o nosso querido e saudoso Marechal Castello Branco, naquela época General.

Quero fazer um registro de imediato do nosso comandante o então Tenente-Coronel Arídio Brasil. Uma figura ímpar, um comandante sincero, um chefe que sobretudo nos comandava pelo exemplo. Este homem, já falecido, teve uma influência muito grande na minha formação, como oficial. Faço questão de registrar, nesse momento, a minha admiração pelo valor moral e profissional do Tenente-Coronel Arídio.

Então, começamos a nos reunir, com a pretensão de participar desde o início do Movimento que, conforme combinado, deveria eclodir a partir do dia 31

de março, como de fato aconteceu. No meu escalão, eu era o comandante da cúpula 305mm, tendo os sargentos na mão e a tropa também. Estávamos preparados, realmente, para o que desse e viesse.

Sentíamos que o Brasil estava perigosamente se curvando diante da esquerda, de uma esquerda ardilosa, de uma esquerda completamente alienada e alienígena, desejosa de sepultar a democracia em nosso País. Para fazer face a esse quadro lamentável, devo declarar que o Forte Copacabana posicionou-se desde o início, estimulado, sem dúvida, pela maioria do povo, especialmente pela posição digna e desassombrada da mulher brasileira, contra o Governo Goulart, que pode ser considerado, com toda a convicção, o Governo do caos. Do Comandante do Grupo aos recrutas, houve uma unanimidade em torno da idéia de que a legalidade do governo fora por ele próprio destruída, através de atos criminosos perpetrados contra a Nação e o regime democrático.

Felizmente, a desafiadora estrutura que apoiava o governo se desfez como um castelo de areia e nós não precisamos intervir, embora estivéssemos preparados, moral e materialmente, para tal. O nosso objetivo era exatamente a reimplantação da democracia, porque, na realidade, vivíamos uma democracia distorcida em que a hierarquia e a disciplina, nas Forças Armadas, estavam sendo minadas por uma maquiavélica subversão de cúpula. Caminhávamos exatamente para a implantação de uma república sindicalista – era o que pretendiam. Era o que João Goulart, com toda a sua equipe, pretendia implantar aqui, embora ele não tivesse nenhuma liderança, o que afirmo, inclusive, por tê-lo conhecido nos meus serviços tirados no nosso Forte, conhecimento imposto por dever de ofício. Ele estava cercado por elementos que sabiam o que queriam. O passo definitivo para a tal república sindicalista não estava longe de ser dado.

Essa república sindicalista daria lugar à ditadura do proletariado, descambando totalmente para a esquerda, num alinhamento com Cuba, União Soviética e China. Isso é que era o objetivo final. Tudo estava bem claro. Mesmo eu, jovem 2º-tenente naquela época, já vislumbrava isso claramente.

Historicamente, se nós olharmos como as democracias se implantaram no mundo, veremos que foram, via de regra, de maneira bem difícil. Os próprios Estados Unidos tiveram uma cruenta guerra de Secessão. Se olharmos a Europa, ela passou por um banho de sangue durante a Segunda Guerra Mundial. Nela, como na Primeira Guerra Mundial, houve muita fome. Os norte-americanos passaram por uma recessão terrível. Foram processos dolorosos que deixaram marcas na população.

Nós, aqui na época, queríamos evitar o mal maior. Reagimos contra a implantação de um regime comunista, porque, quando isso acontece, o processo de volta

à democracia é extremamente penoso. O que realmente o Movimento de 1964 visava era impedir que o movimento comunista internacional continuasse atuando no País e subvertesse completamente o nosso regime.

O senhor acabou de citar a Segunda Guerra Mundial, depois da qual surgiu a guerra fria. Qual a influência desse novo tipo de guerra no Movimento de 1964?

A guerra fria trazia no seu bojo a bipolaridade. O pólo representado pela União Soviética, valendo-se do movimento comunista internacional, atuava nos demais países, para aumentar o número de integrantes na sua órbita. Cuba era a sua ponta-de-lança na América e daí irradiava a revolução comunista para toda a América Latina. A URSS procurava conquistar espaços importantes, dentro do ambiente da bipolaridade.

Não resta a menor dúvida de que um país gigante como o nosso, tornando-se uma república popular comunista, seria um grande avanço para a União Soviética. Não só pelas riquezas que poderiam destinar ao suprimento da expansão comunista, como também, serviria o País de base política para alavancar o processo de crescimento do comunismo, a fim de cercar, ainda mais, o núcleo da democracia mundial, que na época, estava centrado nos Estados Unidos.

No ano de 1963 e primeiros meses de 1964, havia realmente um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

O clima de insatisfação existente era muito grande. Claro que havia, também, a turma "orquestrada", porque a técnica comunista, nós vemos isso até hoje, é terrível, insidiosa. Ela começou a fomentar, exatamente, uma solução popular, dizendo que iriam atender às aspirações das camadas mais pobres da população, quando na realidade eles tinham um outro objetivo por trás de tudo, ou seja, a tomada do Poder.

Na atual conjuntura, vemos isso perfeitamente. A esquerda, no Brasil, infelizmente, continua viva do mesmo jeito, e, hoje, ela está no Poder, infelizmente trabalhando em consonância com os interesses de fora, com os interesses que não são os nossos, de modo totalmente diverso do seu discurso interno. Naquela época, eles pretendiam, indubitavelmente, tomar o Poder. Era o grande objetivo deles. Mas havia uma insatisfação da grande maioria do povo contra aquela situação vigente no País – de greves diárias, faltas de itens básicos da alimentação das famílias, queda na produção, inflação assustadora e desemprego.

Houve, antes e após à Revolução, as Marchas da Família, em que, ao lado de parcela significativa da sociedade, a Igreja tomou partido. A Igreja, por sua pró-

pria doutrina não podia aceitar o comunismo de maneira nenhuma. Por quê? Em primeiro lugar, porque o comunismo é ateu. Segundo, porque perseguiu o clero, perseguiu as irmandades todas, em várias partes do mundo. Então, na época, a Igreja não aceitava uma ditadura comunista, visto que era totalmente contra os seus princípios. Só o ateísmo, que é pregado pelo comunismo, bate frontalmente contra a parte espiritual, contra a espiritualidade que a Igreja prega. Então, naturalmente, houve uma articulação muito grande, nas paróquias e tudo mais, de apoio às Forças Armadas.

Uma coisa interessante. Na época, o apoio da Igreja tinha maior expressão, pois a Igreja era muito mais disciplinada, vamos dizer assim. O bispo tinha uma ação, na sua região de influência (bispado), muito preponderante. O que ele dizia era palavra de lei, o que hoje não acontece; há padres e freis questionando as posições dos bispos. Ninguém, naquele tempo, ia questionar o que o bispo dizia. Ele dava uma ordem e todo mundo cumpria. Por incrível que pareça, o bispado liga-se direto a Roma. Não existe, em nenhum país, uma organização regional com ação de mando sobre eles.

A CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – é apenas uma organização de consulta e de opiniões. Ela emite opiniões, mas não tem ação de mando. O bispo é completamente independente. Tivemos casos, aqui, como na campanha da fraternidade que Dom Eugênio Sales, quando era o bispo, no Rio de Janeiro, não participou. Eles têm completa autonomia. Então, o que se alardeia da CNBB não é real. A CNBB é uma ficção em termos de mando. Ela não manda nada, é apenas um órgão que congrega, que reúne os bispos. Pode, eventualmente, baixar uma diretriz para todos os bispos – que podem acatar ou não – não sendo, portanto, impositiva.

Havia, naquela época, alguns movimentos como as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze". Poderia falar alguma coisa a respeito desses movimentos?

Hoje em dia, temos a réplica das "Ligas Camponesas" que é exatamente o MST. Que vive aí, tranqüilamente, invadindo terras e o Governo assistindo sem tomar nenhuma providência. Isso é, exatamente, o que eles pretendiam fazer naquela ocasião e que nós nos contrapomos com a necessária firmeza. Era um dos objetivos da Revolução acabar com aquela afronta à lei, impedir que tais ações acontecessem. Infelizmente, no presente momento, nós não vemos isso. Hoje, vemos todo mundo assistir a tudo placidamente.

Faço, aqui, o registro de um fato, um fato terrível que assisti, porque foi a primeira vez que houve o chamado massacre dos camponeses, lá no Sul. Um vídeo divulgado, inclusive, pela TV Record, na época, mostrava aquela turba armada

com foices e pás, indo de encontro à Brigada Militar e a Brigada recuando. De repente, um dos camponeses saca de um revólver – aparece no vídeo um círculo em torno da arma – e dispara um tiro contra a Brigada que recuava. A Brigada, depois, atira para o alto – a primeira reação foi um tiro de advertência – mas, mesmo assim, eles continuaram caminhando. Depois então, claro, quando a Brigada se viu completamente acuada, aquele pelotão, em última instância, atirou em cima dos atacantes. Então, o tal massacre é um massacre entre aspas. Eu diria que não foi massacre coisa nenhuma.

Mas, voltando às "Ligas Camponesas", na época, eu apenas lia e sabia de suas atividades através de notícias dos jornais. A televisão não era tão desenvolvida e nunca tive a oportunidade de vê-las atuando. O "grupo dos onze", também. Não tive a oportunidade de conhecê-los melhor, a não ser por meio dos jornais. Havia outros movimentos de esquerda, de uma maneira geral, congregando os estudantes.

No meio militar, Coronel Sampaio, procuraram provocar uma cisão?

Claramente. Houve visível infiltração nas casernas. Recebi notícias de Unidades nas quais certos sargentos e até cabos estavam sendo trabalhados no sentido de se lançarem contra os oficiais.

Tivemos, no comício da Central no dia 13 de março, na revolta dos marinheiros, na segunda quinzena de março, e naquela reunião do Automóvel Clube do Brasil, na noite de 30, verdadeiras mazorcas, onde a agitação, o tumulto e as palavras de ordem materializavam, com toda a clareza, a subversão em alto grau. A tentativa de criar uma cisão no meio militar ficou muito bem caracterizada. Fora isso, havia as ramificações dentro das diversas Unidades. Eles tentavam exatamente solapar a disciplina e a hierarquia. Esses acontecimentos que acabo de citar foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março.

As Forças Armadas, particularmente, o Exército foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução?

Foram. Gostamos muito, aqui no Brasil, que determinados segmentos chamem para si a responsabilidade de serem a voz do povo. Então, é um grupo que se manifesta como sendo o todo. Mas no caso específico de 1964, esse grupo compunha-se das Forças Armadas e da Igreja. Havia uma ação da Igreja, também, muito forte nesse período. Realmente, interpretavam a vontade do povo, não resta a menor dúvida.

Uma facção do povo, é bem verdade, foi manipulada por esse pessoal de esquerda. É interessante como esse pessoal trabalhava na época. Quando havia um gru-

po numeroso, aparecia um sujeito com a bandeira com a foice e o martelo e todo mundo acreditava que os que estavam em volta dele comungavam das mesmas idéias. Na realidade, aquilo era um golpe que eles usavam na hora de aparecer na fotografia e na televisão: “Puxa, olha quanta gente ali apoiando!” O sujeito levantava aquela bandeira para ser fotografado, mais nada. Era um dos artifícios que usavam. O sujeito, de repente, desfralda uma faixa contra determinado grupo ou instituição. As pessoas estavam ali para ouvir, para ver, não querendo dizer que eram partidárias daquelas idéias. Usavam esse artifício, dando a impressão de que todos compartilhavam, conscientemente, daquilo, o que não correspondia à verdade.

Como se portaram, antes e após a Revolução de 1964, os sindicatos e entidades tachados de esquerdistas?

Vamos ver essas entidades, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as tais Confederações, e falar do sindicalismo. O nosso sindicalismo era primário, estava começando e começando mal. Totalmente dominado pelo pessoal de esquerda e com idéias claramente comunistas. Eram os famosos “pelegos” – elementos diretamente ligados ao Governo e que queriam se aproveitar da massa trabalhadora, da massa que queria ganhar o pão de cada dia e dar um mínimo à sua família.

Os elementos interessados em se aproveitar disso é que subiam, é que galgavam as posições de destaque, de chefia e liderança, conduzindo a todos como gado para o curral, dentro da estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Eles iam tocando aquele pessoal para, de acordo com a vontade dos líderes, realizando aquele trabalho de massa, também denominado trabalho de base, que consistia, em resumo, em atividades desenvolvidas junto aos diferentes segmentos da população, apoiadas por ações de agitação e propaganda, AGITPROP, como os comunistas designam tais atividades. Exploravam contradições e antagonismos, politizando as aspirações espontâneas e até legítimas dos trabalhadores.

Em agosto de 1962, realizou-se o IV Encontro Sindical, quando o Comando Geral de Greve foi transformado em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), momento em que se deu a conquista de mais uma Confederação Nacional, a dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), ocasião na qual o Partido Comunista Brasileiro (PCB) obteve a hegemonia no meio sindical. O CGT consolidava o domínio do dito partidão na área sindical e lhe proporcionava um poderoso instrumento de pressão. Já em setembro, o CGT decretou uma greve geral que paralisou cerca de três milhões de trabalhadores em todo o País.

Após a Revolução, de pronto, essa força toda desapareceu, com a fuga da maioria dos seus líderes ou com a prisão dos que foram encontrados.

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março, na sua opinião?

Como líder militar, o General Olympio Mourão Filho, seguido do General Carlos Luís Guedes, seu subordinado direto, não resta a menor dúvida. O nosso querido General Castello Branco foi outra liderança inconteste – um homem que nos faz falta até hoje, um homem puro, inteligente e decidido, um homem que realmente precisávamos na atual conjuntura, mais do que nunca.

Entre os civis na época, tínhamos o Carlos Lacerda que despontava como um líder atuante e carismático com brilhante atuação no Palácio Guanabara, no dia da Revolução. Ele realmente era um líder civil. Um tribuno magnífico, um tribuno perfeito, um político que fora comunista, conhecera o comunismo e depois realmente fez "mea culpa" e passou para o outro lado. Viu que embarcara numa canoa furada e a abandonou no momento certo.

Outro líder civil importante foi o nosso Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que deu todo o apoio à Revolução. Foi de lá que veio o Movimento, com a Polícia Militar do Estado, muito bem comandada pelo Coronel José Geraldo, ao lado do General Mourão. O próprio Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, decidiu-se pela Revolução antes do General Kruel. Isso aí não podemos esquecer. São homens que têm que ser, sempre, muito bem lembrados. Então, na minha visão de tenente da época, era isso.

A preparação do Movimento revolucionário foi interna ou houve auxílio externo, especialmente dos Estados Unidos, por exemplo?

Não ouvi nem participei de nada em que se verificasse a mínima influência americana, apoiando a Revolução de 1964. Acredito que a Revolução, depois de implantada, teve clara simpatia dos Estados Unidos. Isso é inegável. Ela, a meu ver, foi uma grata surpresa para os americanos que não imaginavam que aquele movimento poderia estar vitorioso, em todo o Brasil, em 72 horas. Valeram-se, pois, da pronta ação das Forças Armadas, muito especialmente do Exército, que ouviu o clamor do povo. Graças à aquela ação vigorosa, os norte-americanos ficaram livres de ter que conviver com uma Cuba do tamanho do Brasil na América do Sul. Seria um caso muito sério!

Quando o Forte Copacabana optou por dar o apoio ao Movimento revolucionário, o senhor e os seus companheiros tinham ciência de que poderia haver por trás algum apoio externo?

Não, não, absolutamente. Nunca se pensou em qualquer apoio externo. Foi uma decisão da oficialidade liderada, mais uma vez volto a falar o nome deste homem, pelo nosso querido Tenente-Coronel Arídio Brasil, depois General que, realmente,

esteve sempre à frente dos oficiais – porque ele era um líder, um líder sempre presente. Foi ele quem congregou a Unidade e tomou todas as decisões, levantando o Forte contra aquela situação insuportável, em apoio ao General Olympio Mourão Filho. Disso não resta a menor dúvida. Está nos boletins do imortal Forte de Copacabana.

Coronel Sampaio, a quem atribuir o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Esse desmoronamento atribuo à fragilidade da própria revolução de esquerda que iria acontecer nesse País. O apoio desse movimento de esquerda falava alto, ameaçava, fazia um barulho preocupante, mas, diante da nossa contra-revolução, verificou-se que ali, havia, na verdade, muito fanfarrão, como o Brizola.

Na realidade, hoje em dia, não tenho a menor dúvida, não foi uma revolução que ocorreu em 1964. Houve uma contra-revolução. A revolução estava sendo preparada pela esquerda! Nós iríamos em etapas. Primeiro para um república sindicalista e depois para uma república comunista. Seria um golpe branco, vamos dizer assim, não fosse a reação do povo que levou as Forças Armadas, como sempre aconteceu no País, a segui-lo interpretando os seus anseios.

Esta dita revolução de esquerda, em andamento, não estava, ainda, bem consolidada. Houve, inicialmente, as principais articulações políticas. Talvez, politicamente, a revolução de esquerda estivesse costurada, porém faltava a força, faltava o apoio das Forças Armadas. Assim, o sistema ruiu rapidamente.

A verdade é que não se faz revolução sem força. Se não houver força, fazer revolução, na práxis, é impensável. Tenho que ter o braço armado ao lado do braço político. Eles tinham o braço político, estavam costurando as suas alianças, mas não tinham o braço armado que, depois, tentaram estabelecer por meio dos movimentos que eclodiram na clandestinidade.

As Forças Armadas robusteceram a união após o 31 de Março? Por quê?

Robusteceram a união e muito. Existe uma máxima que diz o seguinte: "O sofrimento congrega e une". Todos nós, que passamos pela Academia Militar das Agulhas Negras, enfrentamos um desafio, ainda mais no início, quando estamos naquele período de adaptação. Há um sofrimento, um sofrimento positivo, vamos dizer assim, não um sofrimento de tristeza. Não é um sofrimento na busca da afirmação. É como se fosse um amálgama. Estamos sendo formados, temos que nos adaptar. Há um sofrimento indispensável ao domínio do corpo e do espírito nas lides castrenses. E esse sofrimento explica muito bem por que hoje estamos tão unidos, por que os integrantes de cada turma são tão congregados, levando um

companheiro a socorrer o outro. É no estudo, é no ensino básico, é no ensino profissional, é naquela marcha interminável, naquele exercício noturno de longa duração. Tudo isso faz com que cada um procure apoiar o outro com todo o empenho. Isto que existe nas Forças Armadas, falta hoje em nosso País. Cada um precisa olhar mais para o próximo, realmente. Acho isso muito importante, porque o individualismo e o egoísmo são sempre um mau sinal.

Da mesma forma, durante a Revolução de 1964, participar do movimento contra a situação vigente, contra o Governo, era um risco muito grande, um risco sobretudo para nós que estávamos iniciando a nossa vida. Poderia ter terminado ali a minha carreira militar, como 2º tenente. Talvez não estivesse vivo agora, dando o meu testemunho, se vencesse o outro lado que se caracteriza pelo ódio ideológico, pela vingança doentia. Não precisa sair da América, é só olhar para Cuba! Tudo isso fez com que as Forças Armadas se unissem mais ainda. Não só isoladamente, ou seja, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, mas as três Forças, cada vez mais coesas em torno desse ideal, da verdadeira democracia. Então, aumentou a coesão. Este foi, realmente, um fato marcante que como uma das muitas conseqüências benéficas da Revolução de 31 de Março.

O senhor acha que o Movimento de 31 de Março de 1964 estava baseado em alguma ideologia?

Não, não havia uma ideologia. Havia um ideal. O grande ideal democrático, o grande ideal de fazer do Brasil um País mais forte, livre da corrupção, mais justo. Esse era o Brasil que eu, como tenente sonhava, sonhava muito, queria tanto.

Da mesma forma, eu via isso, também, no seio da minha família. O meu pai, a minha mãe, todos me apoiavam e diziam: "Que bom que agora vamos mudar, vamos passar para algo melhor, que realmente o nosso País, com essa potencialidade imensa, vai progredir".

Isto foi visto na rua, o povo nos aplaudindo. Quando o Forte Copacabana colocou as barricadas na rua, o povo vinha trazer água mineral, vinha trazer sanduíche para nós. Era uma nova esperança que nascia. Foi fantástico, foi realmente de deixar a gente muito emocionado, extremamente emocionado! O povo também estava cansado de tantos despropósitos, de tanta anarquia!

A mídia apoiou o Movimento de 1964?

A mídia é um capítulo à parte. Como o Congresso Nacional, a mídia, também, dança conforme a música, porque ela precisa do Poder para sobreviver. A mídia necessita, mais que qualquer outro setor, do Poder para sobreviver.

Ora, se o Poder é outro, então, mudamos a história. Agora, sou de direita desde "pequenininho", com a exceção de um ou outro segmento. Então, a mídia apoiou integralmente. E nós, na época, apoiamos um pequeno jornal de uma pequena rádio chamada *Rádio Globo*. Um jornal chamado *O Globo*, que não tinha muita expressão! Depois, apoiamos uma televisão... demos apoio a essa organização para termos uma televisão que era a *TV Globo*, do Rio de Janeiro. Isso foi o início das Organizações Roberto Marinho que está hoje aí, e que, depois de usufruir intensamente, nos apedreja. Então, se as Organizações Globo são o que são hoje agradeçam à Revolução de 1964, agradeçam aos militares que estiveram no Poder e que sempre prestigiaram a *Globo*, dando concessão de canais, não só de televisão, como, também, de rádio. E a *Rede Globo* é o que é hoje porque nasceu, nasceu da Revolução de 1964, do apoio da Revolução de 1964. E, durante vinte anos ela nos apoiou 100%, aliás 1000% ! E, hoje, joga pedra em cima de nós... Não conheço em toda a minha vida, maior exemplo de ingratidão, de traição e de covardia!...

Estou percebendo que o senhor usa o termo Revolução para denominar o Movimento de 1964. Esta é a forma correta de denominá-lo?

Acho, acho correto o termo. O termo está bem aplicado. Revolução é quando se tem um líder e se pretende fazer uma mudança radical. Porque nós pretendíamos fazer uma mudança radical. Essa mudança não foi feita, infelizmente, não foi feita. Que mudança seria essa? A Revolução de 1964, no meu entender, deveria ter fechado tudo, passa a borracha e vamos começar de novo. Significa o seguinte: não tem que aceitar aquele "congressinho" para manter a fisionomia da frente. Fecha, todo mundo na rua. Fecha a Justiça – todo mundo para a rua. Vamos fazer de novo, vamos botar gente nova. Colocar interventores nos Estados, acabar com a Câmara de Vereadores, acabar mesmo! Vamos fazer uma faxina, vamos empregar a linguagem que, hoje em dia, se usa tanto – vamos passar o Brasil a limpo. Aquela ocasião era a hora de passar o Brasil a limpo. Passar a borracha. Começar de novo.

Depois, sim, eleições livres em todos os níveis com normas e regras bem definidas, de maneira que não se permitissem situações abusivas como se vê hoje – essa justiça morosa, realmente lenta e, a todo momento, apresentando, como no Congresso, casos de corrupção. É uma vergonha!...

Era isso que deveria ter sido feito pela Revolução, como se pretendia! Vamos ao Chile. Pinochet passou a borracha. Veja o Chile como está hoje. Ele não teve nenhum remorso em fechar o Congresso, fechar a Câmara dos Deputados. Fechou tudo, inclusive a Justiça. Estabeleceu uma junta e governou com "punho-de-ferro".

Em qualquer revolução, em qualquer ação de força, a injustiça faz parte do sistema. Não podemos querer fazer uma revolução "boazinha". Ah!, não. Paga o justo pelo pecador? Paga. Mas o preço que se paga ou que se teria pago seria muito menor do que o preço que estamos pagando hoje com uma violência urbana fora de controle, com a corrupção instaurada no País e com o descrédito das instituições. Se nós tivéssemos feito isso, hoje, com certeza, teríamos um outro Brasil.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?

Vamos caracterizar. Primeiro vamos fazer aqui uma distinção, uma separação. Revolução para mim, e na minha ótica, termina com o Castello Branco. O que tinha sido combinado era que o Castello Branco, depois do Movimento, convocaria eleições gerais em todos os níveis.

No entanto, começando pela bomba colocada no Aeroporto do Recife, em 1966, os oponentes mostraram que iriam partir para a retaliação, o que realmente aconteceu em larga escala. Então, os militares, com o argumento que não tinham, ainda, saneado tudo, que ainda existiam muitos focos comunistas que precisavam ser vencidos, permaneceram vinte anos. Não era isso que desejávamos!...

Na verdade, todos os movimentos da clandestinidade se acentuaram, praticamente, depois do Governo Castello Branco. Foi depois. Na época, tínhamos que abrir e retornar para os quartéis, preservar a nossa integridade. Quando falo nossa, não falo só no Exército não, falo nas Forças Armadas. Deixaríamos muito claro que, a qualquer perturbação, voltaríamos a intervir. Isso é o que teria que ser feito. A Revolução para mim termina com Castello Branco. O resto são governos militares que optaram pela continuidade, quando caberia ao nosso Castello Branco realizar a abertura. Infelizmente, a linha dura não deixou. Os governos que se sucederam foram governos militares, não governos da Revolução. A Revolução terminou no meu entender com o insigne Marechal Castello Branco, uma figura extraordinária sob todos os pontos de vista.

Infelizmente, a coisa mudou e nós tivemos essa confusão toda que terminou com esses dois lamentáveis Governos do Geisel e do Figueiredo. Foram lamentáveis, bem como essa abertura desastrosa.

Assim, excluído o Governo do Presidente Castello Branco, que recebeu a atribuição da Revolução, que só existiu para atender ao clamor do povo de colocar o Brasil novamente no regime democrático, afastando os comunistas e criptocomunistas do Poder, os demais foram governos militares que deram uma continuidade desnecessária à Revolução.

A mídia tem se preocupado, particularmente nesta última década, bem como aqueles que hoje detêm o Poder, em fazer absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Quais os principais acertos da Revolução?

Ah!, foram muitos. Muitos acertos. Não resta a menor dúvida de que o País passou por uma completa transformação, principalmente no Governo Castello Branco. Tivemos uma melhoria concreta em todos os setores. Nas estradas, no apoio ao homem do campo, nas telecomunicações que se tornaram maravilhosas, na política habitacional, onde se fez muito em pouco tempo. Foi magnífico. Queimamos etapas. Tivemos um progresso em todos os níveis de dar inveja a outros países. Vieram delegações de fora para verificar o que estava acontecendo no Brasil, porque o Brasil progredia imensamente, sobretudo no Governo Castello Branco.

Depois, explorou-se com intensidade o dito milagre brasileiro que foi importante, mas se valeu do trabalho inicial do inesquecível Presidente Castello. A partir de Geisel, tudo que se fez teve apoio do endividamento externo muito forte. Começamos a buscar dinheiro para poder continuar investindo após a primeira crise do petróleo.

Para se realizar alguma coisa tem que haver dinheiro. Se lhe falta dinheiro, você não realiza. Então, captou-se bastante lá fora. Vieram os juros e os juros foram crescendo e a coisa fugiu de controle. A parte inicial foi maravilhosa, não resta a menor dúvida. Ocorreram grandes benefícios, mas principalmente a partir de 1974, na gestão de Geisel, os erros começaram a se acumular.

Entre os erros dos governos ditos militares, no que tange a investimentos, citamos aquela Perimetral Norte, que foi uma coisa desastrosa, e a Ferrovia do Aço, nesta o Governo Geisel investiu muito sem nenhum resultado. Tivemos o problema nuclear, realizado em bases muito estranhas. Não sou contra a exploração nuclear não, pelo contrário, sou a favor dela, mas, da maneira como foi concretizada, o dinheiro que se gastou, inclusive pagando a armazenagem de material na própria Alemanha, representou uma aventura que me parece ambiciosa demais. Nós não podíamos, como país em desenvolvimento, nos arriscar tanto. Esta é a minha opinião.

Vamos falar, agora, da "batalha da comunicação social". Na sua opinião, ela foi perdida pelos governos revolucionários ou esses deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão dos seus acertos?

Na época do Castello Branco, realmente, não houve divulgação, porque ele era contra qualquer tipo de propaganda que pudesse lembrar a ditadura Vargas. Não houve, pois, preocupação nesse sentido.

Nós, militares, temos sempre como parâmetro a modéstia, ou seja, não jactar-se daquilo que está fazendo. Todavia, para quem se encontra no governo, há necessidade disso – o político não pode deixar de mostrar as suas realizações. O povo tem que tomar conhecimento. Castello achava que isso aconteceria naturalmente, sem o engajamento do Governo com a divulgação.

Maior atenção com as atividades de Relações Públicas só existiram nos dois últimos governos, justamente naqueles que tinham menos para divulgar.

Passando o período dito militar, veio a fase dos presidentes civis, onde é raro um militar vir a público para dizer o que foi feito ou contradizer aquilo que a mídia divulgou sem nenhuma responsabilidade, principalmente após o início da década de 1990.

É o que estamos vendo hoje, estórias plantadas por jornalistas, muito elogiadas por outros jornalistas também "revanchistas", visando criar esteriótipos negativos na opinião pública a respeito dos militares.

Uma outra coisa que não me conformo é o fato de os comunistas dizerem agora que se contrapunham à ditadura militar para terem uma democracia no País, quando, na realidade, não era nada disso. O que acontecia, realmente, é que havia um ideal, não digo nem de esquerda – um ideal comunista, comunista logo internacionalista – em tudo isso, não há a menor dúvida, queriam tomar o Poder, uns pela luta armada, grupo do Marighela, Lamarca etc., outros pela via da subversão, chamada de via pacífica, tendo à frente os elementos do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Houve um cerceamento da liberdade de imprensa e da expressão artística, durante o período?

É claro. Toda ação que se faz por força é natural que assim seja. Tenho que cercear essas liberdades, entre aspas, que existem, porque tenho que fazer prevalecer, de maneira urgente e bem direcionada, o objetivo que pretendo atingir. Não posso me dar ao luxo de deixar todo mundo a dar palpite, falar a vontade. Tenho que chegar e traçar a minha diretriz e, em cima dela, não posso deixar todo mundo falando o que quer ou bem entende, lançando boatos etc. Tem que cercear mesmo! Faz parte do processo, não só em 1964, como também no restante do período militar. Acho que o cerceamento da liberdade foi até muito acanhado!

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime é que provocou a luta armada. Qual a sua opinião a respeito?

Um dos fatores que leva à luta armada é exatamente o cerceamento natural advindo de uma Revolução. Não só isso. Há, também, a vontade dos derrotados de

depor, de mudar o sistema. Então, quando você está numa democracia plena, se você quiser fazer um discurso contra o presidente ou contra a instituição você vai lá e faz. Está em plena democracia. Você pode falar. Quando você proíbe isso, há uma tendência a extravasar de alguma maneira. Posso extravasar pelos meios disponíveis, principalmente através do partido da oposição, no caso o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ou extravasar fazendo parte de um movimento qualquer, de um movimento contra a situação para que a minha voz seja ouvida. Havendo ou não canais para a manifestação dos opositores, aqueles que se decidiram pela reação através da luta armada não estavam preocupados com esse aspecto, porque eles não queriam dialogar com ninguém! Os terroristas deram partida na luta armada, ignorando o fato de haver ou não possibilidade de conversar e nós fomos enfrentá-los cerca de três anos depois, porque não estávamos preparados para aquele tipo de guerra! Acreditávamos que pudesse haver Revolução democrática que não fizesse mal a ninguém! Depois, nos convencemos de que isso não existe, porque o terrorismo, conduzido pelos extremistas de esquerda, nos mostrou que não há revolução boazinha!...

Qual o objetivo da luta armada que surgiu no campo e na cidade? Qual a sua orientação? Tinha apoio externo?

Vinha de Cuba, da União Soviética, por meio de Cuba, e também da China. A gente não tem nenhuma dúvida sobre esse apoio, que foi vultoso. Acredito que por trás disso, na época, havia a frustração dos comunistas de termos impedido a tal revolução que eles tanto sonhavam fazer no tempo de João Goulart, a qual já me referi nessa entrevista. A tal revolução de esquerda que era o grande objetivo deles. A esquerda estava se preparando, politicamente estava costurando a revolução que levaria à república sindicalista, mas faltava o braço armado. Por isso, ela estava começando a se infiltrar nos quartéis, porque, para fazer uma revolução, há que ter o braço armado ao lado do braço político.

Foi o Movimento Comunista Internacional (MCI) que fomentava todo esse processo?

Sim, era o MCI que fomentava. Com a queda do Muro de Berlim, com o desmantelamento de toda a União Soviética, eles ficaram sem ter um paradigma, sem ter uma referência. Eles estão tentando, realmente, se reagrupar novamente – uns a partir da social democracia, entre aspas, outros através do socialismo, que é o novo nome do comunismo para muitos, inclusive para o tal Roberto Freire, que mudou o nome do PCB para Partido Popular Socialista (PPS). São uns espertos! Foi a forma de contornar o desprestígio do comunismo a partir de 1989.

Estão procurando um alinhamento, procurando novos filósofos para basear suas teorias, porque Marx e Engel já estão um pouquinho ultrapassados. Todas aquelas teorias, a Teoria do Valor-Trabalho, a Teoria da Mais Valia, aquele negócio todo da ditadura do proletariado, aquilo tudo já é quase um folclore.

Mas eles continuam, ainda, com a teoria do Estado paternalista, aquele que faz tudo. Nós aqui temos esse vício – qualquer coisa a gente transfere para o Estado. "Olha, estou aqui. Estou querendo um emprego para mim". Não é o Estado que vai arranjar. O Estado tem que propiciar os meios para que surjam os empregos. Ele, na realidade, é um grande administrador. Esta é a visão democrática do Estado.

Ao filósofo Gramsci é que eles atualmente apelam, na busca de atualizar as conceituações de Marx e Engel? Eles agora concordam que é de vital importância a conquista da mídia para os seus interesses, bem como de alguns segmentos que fazem a cabeça da massa, tais como os professores?

É, o Gramsci, é o pensador adotado por eles. Embora suas idéias sejam antigas, eles as ressuscitaram em pleno período revolucionário, largaram de lado o proletariado e partiram para a conquista dos profissionais de Comunicação Social e do Magistério. Esses esquerdistas internacionalistas, que não têm nenhum respeito à nossa História, estão reescrevendo tudo, inventando uma estória nova. Até a Guerra do Paraguai, eles estão reescrevendo toda. Não sei como é que eles não derrubaram ainda o Duque de Caxias! Eles estão tentando desmoralizar os nossos grandes heróis, as nossas personalidades, criando outros sem nenhuma expressão.

Nós não nos preocupamos com o tipo de professor que tínhamos em nossas Universidades, quase todos esquerdistas e lá ficaram fazendo a cabeça da nossa juventude. Não nos preocupamos, também, com os nossos profissionais de Comunicação Social. Nessa área, a esquerda entrou dominando inteiramente.

Não demos a devida importância à área dos formadores de opinião, principalmente no Magistério Superior e na Comunicação Social; falhamos redondamente nessa parte da Comunicação. Nós nos omitimos e hoje não contamos com os meios necessários para contestar o que aparece na mídia contra nós. Puxa! Se tivéssemos espaço para falar, a guerra estaria ganha, porque nós podemos falar e provar. Eles falam, mas não provam, enquanto nós temos como provar. Não se trata de estabelecer polêmica. Seriam artigos bem postos, bem escritos que mostrassem os mentirosos. Às vezes, saem artigos na *Revista do Clube Militar*, da melhor qualidade, às vezes, saem artigos, até em determinados jornais, de oficiais-

generais da reserva falando e falando muito bem. Isso tem que ser feito, mas em muito maior número. O Exército tem que responder às afrontas dos "revanchistas".

Este é um problema que as Forças Armadas precisam enfrentar. Não podemos permanecer calados.

O AI-5 foi necessário? Qual é a sua opinião?

Bom, o AI-5 foi um mal dentro dos males. Como não se abriu depois do Castello Branco, começaram a surgir, a espocar, todos esses movimentos. Tínhamos uma democracia que não era bem democracia porque apesar de ter o Congresso funcionando, ter a Justiça funcionando, havia leis de exceção, embora o Governo estivesse se valendo apenas da Constituição na época do Costa e Silva, no ano de 1968. Porém, chegou um momento em que o Executivo teve que ter mais força porque, como se diz, "a vaca estava indo para o brejo". Quer dizer, começaram a surgir as ações características da luta armada. Aconteceu que tínhamos que realmente partir para uma ação enérgica, forte, para fazer face à ação contestatória da esquerda. E, aí, houve necessidade de se lançar mão do AI-5. O AI-5 foi necessário e deu, vamos dizer assim, margem para que houvesse excessos na dura luta contra o terrorismo que, como todo mundo sabe, atua sem nenhuma regra.

Guerra é guerra! Quando digo guerra é guerra, quero dizer que a guerra é sórdida, é algo sujo, sobretudo a dos comunistas, onde o fim sempre justifica os meios. Não existe guerra "bonitinha", todo mundo obedecendo os tratados. Ah!, não. Para o prisioneiro, dá um "sorvetinho", "coitadinho", está preso ali. Coloca ar-refrigerado. Não tem desse papo!

Houve, portanto, a necessidade da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações, os DOI dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI)?

Exatamente. Para se manter a ordem no Brasil houve necessidade de criá-los. E hoje, sofremos a falta disso. O nosso Governo anda perdido sem saber o que acontece, porque ele desmantelou tudo isso. Agora, as coisas acontecem e o Governo está sempre desinformado, ultrapassado, eles são os últimos a saber, infelizmente.

O atual Governo não acaba de ser surpreendido pelo problema energético?

Exatamente, foi surpreendido pelo problema energético. Na época dos governos militares havia um planejamento rígido. Conheço pessoas de Furnas que, inclusive, me disseram que, na época, quando um reservatório desses baixava 10% era um Deus nos acuda! Todo mundo tinha que compensar com outras medidas,

diminuindo a vazão do reservatório para recompletar logo, puxar energia de outro lugar para ajudar, a fim de que se mantivesse sempre aquele padrão energético.

Hoje em dia, o que se faz? Nada, porque o apagão resultou da total falta de investimento, sobretudo em linhas de transmissão de energia. A situação só não foi pior, porque eles se valeram de tudo que a Revolução havia feito. Hoje, efetivamente nada se faz, a não ser mandar quase todo o dinheiro para fora.

É preciso pagar juros e parte do principal da dívida que não pára de crescer, mesmo depois de vender grande parcela do patrimônio nacional cujas receitas deveriam tê-la reduzida.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que pensa a respeito dessas expressões?

Não tenho desdouro nenhum em falar em ditadura, não tenho desdouro nenhum em falar nisso, porque, de dezembro de 1968 até 1978, era um regime de exceção, período em que vigiu o AI-5. Era uma necessidade do momento. No presente, os esquerdistas todos choram esse pessoal que morreu. Guerra é guerra! Ninguém deve estar chorando, agora, porque os terroristas morreram. Eles morreram porque eram do outro lado e pegaram em armas, paciência, eles foram ao encontro da morte! Infelizmente, não existe guerra "boazinha", não existe isso.

Como, também, não existe bombardeio cirúrgico. Vamos voltar, agora, ao que está acontecendo na atualidade. Quando começaram os bombardeios, muita gente chegou a comentar comigo: "Não, agora os bombardeios são cirúrgicos...". Olha, eu lhes dizia, vai morrer gente, como sempre, que não tem nada a ver com isso! Disse-lhes vai haver erro, vai acontecer de se bombardear alvo por engano e na hora de registrar as coordenadas alguém poderá ser enganar; vai fazer um pedido de apoio de fogo errado e vai morrer gente amiga e vai morrer quem não tem nada a ver com isso. Vão morrer muitos civis! Não há guerra em que só morra militar, isso não existe! Agora, falta alguém que chegue a público, na mídia, e diga isso.

Quando começaram a falar que o Estado brasileiro iria indenizar esse pessoal todo que morreu, eu disse: mais uma brincadeira com o nosso dinheiro! Não tem que indenizar nada, morreu porque estava participando da guerra do outro lado. Senão, vou querer que os alemães indenizem os brasileiros ou então que a Itália indenize os brasileiros que lá morreram, e que indenize as famílias dos brasileiros. Não!... nada de indenização para terroristas, morreram porque desafiaram o Estado, e se fazia necessário matar os "coitadinhos" para que o restante do País vivesse em Paz.

Isto tem que ser dito e muito bem dito porque não vejo vergonha nenhuma de ter enfrentado esta guerra com a máxima determinação! Não é contra os direi-

tos humanos, nada disso. Quando estamos numa guerra não existe direitos humanos, não existe mesmo. Pode até haver uma certa ética, mas direitos humanos para tratar o prisioneiro a pão-de-ló? Não! Vai dar um tratamento cristão, humano, isso sim. Mas, no combate, atira para matar, nada de prender. Sou contra a tortura, frontalmente, e os terroristas torturaram muita gente! Houve tortura de ambos os lados e do nosso lado quem pensou em torturar pagou por isso. Mas, o que nós temos que deixar bem claro é que – guerra é guerra.

No confronto, morremos nós ou morrem eles! Que morram eles!

A Revolução demorou muito no Governo do País?

A Revolução não demorou muito não. Demorou o que estava previsto que eram quatro anos, três a quatro anos do Castello Branco. Agora, o que demorou muito foram os governos militares, posteriores, principalmente os dois últimos que não deveriam ter acontecido em nenhuma hipótese. Houve várias oportunidades...Houve uma oportunidade ao final do Governo Médici, onde a Revolução teria que ser encerrada. Foi uma oportunidade de ouro. O Brasil estava ganhando em tudo, até a Copa do Mundo de 1970, éramos tricampeões do mundo, havia uma situação econômica excelente no País, a luta armada estava praticamente neutralizada. Por que não abriram naquela época? Abriram melancolicamente com um presidente militar saindo pelos fundos. Uma tristeza, uma vergonha!

As Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

As Forças Armadas, infelizmente, não. Alguns de seus integrantes é que se aproveitaram da situação, mas não na época do Castello e, sim, na dos outros governos militares. Enquanto a grande maioria continuou suando a camisa nos quartéis, uma parte beneficiou-se da Revolução.

Muita gente trouxe parentes, filhos ou primos de colegas para se empregarem nessas empresas. Todos concordavam, porque o aval de um oficial, naquela época, era fantástico, era a porta aberta para tudo. Infelizmente, é *mea culpa* que temos que fazer, temos que admitir que houve isso.

Só para ficar bem esclarecido esse aspecto. Então, alguns se locupletaram, mas as Forças Armadas só perderam. É isso?

Exatamente. Inclusive os nossos salários. Na época, tivemos um reajuste inicial com o Castello Branco e depois ficamos esquecidos. E, se não me engano, não estou bem lembrado, foi citado recentemente...nem sei se foi o Collor quem

falou isso, quando se estava pedindo um reajuste: "Vocês estiveram no Poder tanto tempo e não cuidaram de vocês; não sou eu quem vai cuidar"! Houve algo assim.

Realmente, nem material militar nós adquirimos. Vivíamos muito preocupados com a parte da segurança interna, mas material profissional, seguir o avanço tecnológico que estava acontecendo no exterior, não. Só viemos a nos preocupar com isso posteriormente no Governo Sarney, com o Ministro Leonidas à frente da Pasta do Exército, quando houve uma boa melhoria. Depois, entramos nessa crise econômica e aí adeus... Estamos com as nossas Forças Armadas do jeito que estão... Além da crise e da enorme incompetência dos Governos, a partir de 1990, a má vontade com relação aos militares, é manifesta.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País? Poderia falar sobre a "abertura" do Governo Geisel?

O militar tinha um compromisso de transferir o Poder para os civis assim que os comunistas estivessem neutralizados. Por isso, volto aquela minha colocação inicial; a Revolução tinha que terminar com Castello Branco. Continuou e está sofrendo, até hoje, o ônus disso, porque as militares não são políticos.

Enfatizo que o militar não foi preparado para ser político. A AMAN não forma o político, a EsAO não aperfeiçoa o político. Não é esse, também, o objetivo da ECEME no seu curso de Comando e Estado-Maior. O político é político. O militar não foi feito para isso. Daí, o motivo do desengajamento.

São poucos aqueles que se tornaram políticos profissionais, políticos vitoriosos. Poucos seguiram a carreira política, exatamente porque não têm essa formação, não têm jeito para tal. O militar é muito sincero. Ele foi formado para ser leal a vida inteira e um político leal não faz carreira.

Qual a sua avaliação sobre a "abertura" do Governo Geisel?

Não queria ser tão contundente, mas foi desastrosa. A saída... depois do Geisel, o Geisel e o Figueiredo, foi um final muito melancólico, triste mesmo. Não estavam a altura de tudo aquilo que nós fizemos, de todos aqueles riscos que nós corremos. Foi uma grande decepção, uma grande amargura para todos nós. Para mim, pelo menos foi. A Revolução tinha que ter sido encerrada, no máximo, no Governo Médici, embora o ideal, volto a repetir, seria ter terminado no Governo brilhante de Castello Branco.

Houve a partir de 1985 e existe até hoje o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia em relação aos militares. O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

A Lei da Anistia foi um dos erros, entre os muitos, que os dois últimos governos militares cometeram. Como permitir que quem pretendia estabelecer um regime totalitário de esquerda no País se estabelecesse no poder novamente. Não posso admitir que todo aquele pessoal comunista que foi banido e cassado, voltasse cheio de benesses, cheio de regalias, que o povo brasileiro ordeiro e progressista não desfruta.

O senhor concorda que há o "revanchismo"?

O "revanchismo" existe em elevado grau, não só por esse pessoal que voltou, como também por parte da mídia, porque nós nos omitimos. Voltamos àquela pergunta anterior que foi colocada. A mídia e a divulgação – nós não fizemos divulgação de nada. Não somos capazes de retrucar aquilo que a mídia diz, muitas vezes, meias-verdades. A mídia tem uma técnica especial de usar as meias-verdades. "Todo aquele pessoal que lutou contra os governos militares estava querendo democracia?" Veja o absurdo! Tirando uma minoria democrática, eles estavam sendo manipulados por uma turma que queria exatamente o contrário, queria instalar no País uma ditadura do proletariado! Eles queriam destruir a democracia e implantar aqui um regime comunista!

Isso nunca foi dito, isso não li em lugar nenhum. Isso, nós só lemos nas nossas revistas – *Ombro a Ombro*, *Revista do Clube Militar* ou nos artigos do Olavo de Carvalho que agora é a nossa voz! É incrível uma coisa dessas! Ele foi comunista e conhece bem o ramo. Voltou, está aí. É um dos nossos arautos. Pelo amor de Deus! Nós, com tantos generais, pelo amor de Deus! Eles têm que assumir as suas funções de liderança, têm que liderar, mostrar que realmente amam o Exército. Quando falo oficiais-generais, estou tratando, também, da Marinha e da Aeronáutica. Eles não podem se acomodar! Eles têm que se incomodar, para isso são generais!

Não acha difícil para as Forças Armadas cumprirem a sua missão constitucional, diante do "revanchismo", que lhes nega tudo para fazer face às ameaças externas?

A nossa missão constitucional, hoje, não cumprimos. A verdade verdadeira é essa. Temos o Exército, a Marinha e a Aeronáutica sendo "sucateados". Não se compra nada, porque somos pacifistas. Eles fingem desconhecer que quem não tem força militar não tem poder.

Perdemos a grande impulsão de força no desgoverno Collor quando acabaram com aqueles poços que existiam na Amazônia, onde íamos detonar a nossa bomba atômica, o nosso armamento nuclear. Como é que esses governos não entendem isso?! Acontece o seguinte: quem senta na mesa para negociar tem que mostrar o porrete que tem do lado. A partir daí, ele é ouvido.

Os exemplos atuais da Índia e do Paquistão estão aí para confirmar. O americano entrou no Paquistão, pisando em ovos, com todo o cuidado do mundo, por quê? Trata-se de uma potência nuclear. Vai mexer com a Índia. A Índia, também, é potência nuclear. Ah!, tem miséria? Tem, mas é potência nuclear, tem a bomba. E nós temos vergonha de falar nisso. Vergonha por quê?

Onde é que nós estávamos? Onde estavam os militares que deixaram o tal Collor de Mello acabar com a possibilidade de o Brasil ser respeitado, sabotando o nosso programa nuclear. Na época, que tínhamos que pressionar, que tínhamos que realmente falar, que tínhamos que realmente defender o nosso programa deixamos que um irresponsável anulasse todo o esforço que fizemos. O próprio presidente, por não ser de confiança, não precisava saber do que se estava fazendo. Onde é que nós estávamos que deixamos acabar tudo? Faltou uma conversa ali, de olho no olho.

Resultado: Collor de Melo fez o jogo dos poderosos. Para eles, quanto menor o número de potências nucleares melhor, porque, ao contrário, seria mais gente a mandar Os donos do mundo não querem outros para que haja divisão de poder!

Então, não podíamos admitir isso. Ali, começou o problema... ali começou o nosso fim, vamos dizer com todas as letras. Deixamos de ser potência nuclear. O mesmo Collor da absurda Reserva Ianomâmi! Quantos desserviços ao Brasil!...

Além de tudo isso voltou todo mundo que estava fingindo ser exilado... todo mundo que era comunista, que era cassado, todos voltaram! Uma série interminável de exilados entre aspas, de exilados voluntários que, hoje, consomem o dinheiro da Nação com indenizações a si próprios e aos herdeiros dos terroristas assassinos que decidiram iniciar uma guerra suja contra o Estado!

Para o Exército, para a Marinha e para a Aeronáutica nada! Temos que ser pacifistas! Não devemos comprar aviões, armamento, modernizar coisa nenhuma.

Além de tudo isso, criam-se vários “programinhas” com nomes cada um mais bonito que o outro. Vai ver qual deles funciona? E nós assistimos a tudo isso pacificamente, porque não é a nossa missão falar, não temos nada com isso! Como não temos?! É preciso uma visão global. Não podemos assistir a tudo isso mudos!

“Sucateou-se” tudo e agora o *gap* tecnológico aumentou tremendamente. Hoje, se a gente quiser fazer alguma coisa nossa, brasileira, na área tecnológica, da ciência e tecnologia, estamos anos-luz atrás. Cheguei a pegar o tempo que não era assim. A gente, pelo menos, via o fim da fila.

Agora, a esquerda neoliberal acabou com a nossa auto-estima, que já foi elevadíssima nos primeiros anos da Revolução, fortíssima até 1973!

Em freqüentes pesquisas de opinião, a imagem do Exército vem tendo uma aceitação muito grande diante da sociedade brasileira. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Ainda bem que o Exército pode ter essa credibilidade do povo brasileiro!

Temos isso, apesar do "revanchismo" que existe. Isso acontece espontaneamente. Olhe bem, isso não é trabalho de mídia nossa não, isso é espontâneo! O que sobrou de 1964? O pessoal da minha idade, quer dizer, o pessoal que viveu, os civis que viveram aquela época, com quem estou cansado de conversar, eles dizem: "Puxa vida, o que está acontecendo hoje em dia? Como é que vocês estão mudos, cegos... É outro País. Naquele tempo foi tão bom! Quando é que vocês vão assumir isso de novo?" Eu digo : "Não há a menor condição e não existe clima para isso". Então, o que existe, hoje, é o desmando, sobretudo no que diz respeito à educação e à saúde. O nosso ensino é uma tristeza! O que vão ensinar para os meninos? Não pode repetir ano, passa sabendo ou não. Hoje, o aluno vai à escola pública só pela merenda. É uma questão de sobrevivência; ele vai para lá só para comer. Aprender que é bom ele não aprende, porque o professor ganha uma miséria. Temos que cuidar, fazer um esforço na formação do nosso povo. Sem a informação, sem a educação, ninguém está apto a pilotar o automóvel da democracia.

Se nós não cuidarmos desse binômio – educação e saúde –, trabalho para cinqüenta anos, a coisa vai de mal a pior! Para sair de onde estamos para chegar a um nível bom, vai se levar cinqüenta anos. Educação e saúde são tarefas de longo prazo. Não se obtém com "programinhas" para vir o pessoal lá de fora, filmar e dizer que o Brasil tornou-se um modelo, o que infelizmente, é mentira! Ah! vão à favela não sei das quantas, filmar a favela. Depois que isso termina, acabou tudo! É uma brincadeira dos neoliberais, dos doadores do nosso patrimônio que até pouco tempo eram extremistas de esquerda!

É a base. Se eu não tiver a base para edificá-lo, aí tudo mais fica muito difícil. A educação deficiente faz com que sejamos servis diante dos poderosos que querem dar as cartas para a periferia subdesenvolvida.

Gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 para a história por meio deste Projeto Oral do Exército?

Gostaria realmente de acrescentar que não me arrependi de 1964, nunca me arrependi daquilo que fiz, porque fiz por amor ao meu País, fiz pensando em realmente transformar o meu País. Infelizmente, isso não aconteceu. É com pesar que vejo, hoje em dia, esta esquerda incompetente no Poder...

Mas sinto que, pelo menos naquela ocasião, o País pôde assistir ao surgimento de uma luz no fundo do túnel, coisa que hoje em dia não se vê de forma alguma.

Houve uma época que conseguimos subir, sentir o gosto de quem sabe que está progredindo; sentimos que caminhávamos para o primeiro mundo, com o nosso povo melhorando. Havia emprego, havia planejamento, programas e projetos. Víamos muito mais gente no ensino superior do que antes. Pudemos sonhar em ser um País realmente grande. Mas, isso não aconteceu. Ocorreu um retrocesso por descaso, por falta de competência, principalmente a partir do início da década de 1990, na qual os esquerdistas neoliberais, apesar de tanta pose, não souberam fazer o País crescer, oferecer empregos e desenvolver-se, como observamos, radiantes, nos primeiros anos da Revolução de 1964, quando tudo indicava que íamos dar o grande salto para o futuro, se houvesse continuidade e seriedade dos que vieram depois.

Quero aproveitar a oportunidade, já encerrando, para agradecer mais uma vez essa oportunidade e a especial atenção que me dispensaram. Que não olhem isso como um desabafo. Procurei ser o mais isento possível, o mais desapaixonado possível. Falo apenas como um militar da reserva, um homem que tem orgulho da profissão que escolheu, que ama este País e sempre desejou vê-lo grande e respeitado.

Tenente-Coronel-Aviador Juarez de Deus Gomes da Silva

- Natural do Estado do Rio de Janeiro.
- Possui os seguintes cursos: Escola da Aeronáutica, Piloto de Caça, realizado em Natal/RN, no 2º/5º Grupo de Aviação, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado-Maior – ECEMAR.
- Nos Estados Unidos da América, fez o Curso de Piloto Instrutor-T33 – Texas e o "Senior Foreign Officer Intelligence" – Maryland.
- Foi Instrutor de Piloto de Caça no 2º /5º Gp Av, em Fortaleza. Exerceu as funções de Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica, serviu no Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), foi Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.
- Atualmente, é membro do Conselho Deliberativo do Clube Militar e do Clube da Aeronáutica e Presidente do Grupo Terrorismo Nunca Mais, desde a sua fundação.
- Em 1964, era Capitão – Oficial de Operações do 2º/1º Grupo de Aviação de Caça.

Entrevista realizada no dia 19 de março de 2002.

Quero agradecer o privilégio de ter sido convidado para poder, de alguma forma, de uma maneira modesta, auxiliar para que seja montada a história real da Revolução de 31 de Março de 1964, da qual me honro de ter participado ativamente.

Que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos do Movimento, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Gostaria de destacar um aspecto que até hoje é obscuro na história da Revolução, para fazer justiça a um amigo, chamado Tenente Perdigão. Durante a Revolução, no dia 29 de março, fui preso pelo Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, Coronel Rui Moreira Lima, em virtude de estar fazendo parte de uma conspiração para derrubada do Governo João Goulart. Fui conduzido preso – naquela época era Zona Aérea – para a 3ª Zona Aérea e, no mesmo dia 29, fugi, porque já estava combinado com o Brigadeiro Burnier que eles estariam me aguardando no Palácio Guanabara. Desloquei-me à noite, para o Palácio e lá fiquei, provavelmente, até o dia 2 ou dia 3 de abril.

No dia 31 de março, estava com três sargentos, dois cabos e 27 soldados da Polícia Militar, guardando a entrada da Rua das Laranjeiras, um dos acessos ao Palácio Guanabara. Em determinado momento, vislumbrei, ao longe, dois blindados. Chamei um sargento e um cabo e, cada um de nós com quatro granadas, nos dirigimos para jogar as granadas nas lagartas dos blindados. Não sabíamos quem estava nos carros. Para nós, eram blindados que estavam vindo para invadir o Palácio Guanabara. Quando nos aproximamos, o tenente, que estava comandando os dois blindados, acenou com um lenço branco. Falei com o sargento e o cabo: “Vamos ver do que se trata”. Ele parou os blindados e eu perguntei: “Quem é você?” “Sou o Tenente Perdigão e vim aderir à Revolução no Palácio Guanabara. Esses blindados foram enviados para proteger o Presidente João Goulart, no Palácio do Catete. Nós desviamos e viemos para cá”. Faço questão de que isso seja ressaltado, porque existe uma história que esses blindados teriam sido levados ao Palácio Guanabara pelos irmãos Etchgoyen, o que não é verdade. Quem recebeu os blindados fui eu.

Quando o Tenente Perdigão se apresentou, ele disse: “Capitão, será que o senhor me daria o seu lenço que está no pescoço?” Nós, do grupo do Palácio da Guanabara, usávamos um lenço azul e branco. Eu falei: “Tenente, com uma condição: eu lhe dou o lenço em troca de uma metralhadora INA”. Ele me deu a metralhadora e eu lhe dei o lenço. Qual o fato curioso? Uma semana após, o Tenente Perdigão, com a esposa, foi a minha casa pegar a metralhadora, porque estava em “carga”. Veja, a nossa Revolução como era! Ao mesmo tempo, ele queria mostrar a esposa que foi ele quem levou os blindados.

Saíra uma reportagem na revista *O Cruzeiro*, dizendo que o Ciro e o Leo haviam levado os blindados. Eles, o Ciro e o Leo, estavam no Palácio Guanabara comigo, na época. Se não me engano, o Leo fazia parte do estado-maior que era formado pelo Brigadeiro Burnier, o Brigadeiro Souza e Silva e o Coronel Mendes, do Exército. Eles constituíram um estado-maior, na Escola Anne Frank, que é anexa ao Palácio Guanabara.

Gostaria, portanto, que a história fizesse justiça a esse Oficial, pela sua determinação e invulgar espírito de iniciativa. Repito, quem recebeu os blindados fui eu. O Ciro, apenas, subiu num blindado quando estacionou na porta do Palácio. Vale lembrar que mandei, inicialmente, virar um caminhão da Limpeza Urbana para que os blindados não entrassem – naquela época era Limpeza Urbana – e fui, como já disse, com um sargento e um cabo, para tentarmos destruir os blindados, quando o Tenente Perdigão colocou um lenço branco para fora. Esta é a verdadeira história.

Daquele período, no Palácio Guanabara, daquela definição em defesa de um dos grandes líderes civis da Revolução, o Governador Carlos Lacerda, o que gostaria ainda de destacar? Que outros aspectos daqueles dias de dificuldades, de tudo que ali foi vivido, gostaria de ressaltar?

Houve uma dificuldade enorme. Nós tínhamos um grupo grande de civis, de estudantes civis, a maioria levada pelo Coronel Martinelli, do Exército. Era um grupo de civis, garotos de 16 a 19 anos, que resolveram aderir à Revolução. Tivemos um problema muito marcante. Tínhamos, em uma das salas, uma quantidade significativa de munição, de foguetes e de dinamite, que exigia uma constante vigilância, porque os jovens estavam sempre fumando por ali, junto às caixas de munição, local onde, normalmente, se reuniam para descansar, para conversar. Então, mantínhamos, sempre, um oficial controlando o local para que a Escola Anne Frank não fosse pelos ares. A inexperiência e a imaturidade daquela rapaziada nos assustavam. Eles queriam lutar e nós não sabíamos nem com quem, porque ninguém se aproximou.

Só houve uma vez, quando o Governador Carlos Lacerda foi à nossa sala para nos alertar de que recebera informes sobre a provável invasão do Palácio Guanabara pelos fuzileiros navais, do Almirante Aragão, os quais viriam pelo morro que tem atrás do Palácio. O Brigadeiro Burnier determinou que eu fosse com um grupo de soldados – conosco, também, o Capitão Lúcio, da Aeronáutica, com alguns militares da PM – averiguar se era verdade e tentar, de alguma forma, oferecer resistência. Felizmente, era boato. Não havia nenhum sinal de uma possível invasão.

Nos três ou quatro dias que ficamos no Palácio, realmente, não sofremos ameaça concreta de espécie alguma. Apenas uma tensão grande, porque não sabía-

mos o que ia acontecer. O Carlos Lacerda sempre incentivava o pessoal, visitando-nos diariamente. Ele tinha uma facilidade tremenda de discursar e de convencer. Deu-nos um apoio moral permanente e de muito valor.

Na sua visão, onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março. Quando ela nasceu?

Para mim, nasceu em 1935, na Intentona Comunista. Porque a partir dali, eles não pararam nunca de se movimentar, de se estruturar para a tomada do Poder. Não vou dizer que ela nasceu de Jacareacanga ou de Aragarças. Acho que não. Quem conhece a história da Intentona de 1935, que conheço bem por minha função hoje, sabe que, desde aquela época, a tomada do Poder vinha se desenvolvendo. Em 1935, por um golpe de força, fracassado por falta de estratégia, mas onde se constatou a covardia, a insensatez, a traição e o ódio dos comunistas contra os seus próprios companheiros, contrários à ideologia comunista, os quais foram mortos dormindo, fato que merece destaque especial, sobretudo, por mostrar que os fins, para os comunistas, justificam os meios. Depois vieram as "Ligas Camponesas", que cresceram no período de 1961 até março de 1964, período que utilizaram para preparar o golpe final contra as instituições democráticas, o que tudo indicava, seria em 1º de maio.

O comício da Central foi causa imediata, mas as raízes estão lá em 27 de novembro de 1935, quando os comunistas partiram para a tomada do Poder e sofreram o primeiro revés.

Esta Intentona chegou a ter, inclusive, um governo implantado no Rio Grande do Norte. Chegaram a instalar ministérios, como o da Viação e Transportes, cujo titular era um carteiro, e o da Defesa, um sargento.

A história completa da Intentona de 1935 pode ser conhecida no endereço eletrônico www.ternuma.com.br que o grupo "Terrorismo Nunca Mais" mantém na Internet.

Gostaria que fizesse um resumo sobre o panorama político brasileiro anterior a 31 de Março. Como era o Brasil naquela época?

Era um poço de subversão e a anarquia, imensa e constante, não superava muito a da época de hoje. Como nós estamos, talvez, às vésperas de uma nova, não digo revolução, mas de uma revolta social – porque se nós tínhamos naquela época o "grupo dos onze" e as "Ligas Camponesas" – que eram meia dúzia – nós, hoje, temos o MST com mais de 350 mil filiados. Recebendo instrução – temos informações – de instrutores de Cuba, do Peru, do México e da Colômbia. No momento, se compararmos o que é o MST e o que foram as "Ligas Camponesas", chegaremos à

conclusão de que as Ligas eram “jardim da infância” em relação ao que se tem hoje. A situação, em termos de Poder, de meios alocados aos revoltosos, está muito pior.

No entanto, naquela época, o clima de insatisfação contra o Governo Goulart era enorme, não tenho a menor dúvida, porque faltavam os produtos de primeira necessidade – arroz, feijão, leite, carne – e os preços subiam diariamente, num quadro de inflação descontrolada, ao que se somavam as greves permanentes, inclusive as de solidariedade. A todo o momento, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT) paralisavam as grandes cidades, impedindo que as pessoas chegassem aos seus locais de trabalho.

O CGT, principal órgão a serviço do Partido Comunista Brasileiro, era o maior promotor de greves, voltadas principalmente para a desarticulação da produção. Os sindicatos e as confederações nacionais de trabalhadores julgavam que o Poder militar estava ao lado de João Goulart. Sempre diziam: “Nós temos o Poder militar ao nosso lado, não haverá problemas”.

Mas, na verdade, esta premissa era falsa. Tanto as Forças Armadas como a Igreja eram contra a subversão que campeava. Totalmente contra. Hoje, não. Grande parte da Igreja católica apoia a subversão, a invasão de terras, a equivocada política indigenista, as lutas de classe, através da Teologia da Libertação e várias outras excrescências. Valem-se de falsos religiosos, tipo frei Beto, que não é mais frei e ainda reza missa em igrejas, como rezou lá em São Paulo a missa de sétimo dia, se eu não me engano, de corpo presente, do ex-prefeito Celso Daniel, morto de forma enigmática, acompanhado de um estranho secretário. O tal frei Beto, apesar de excomungado da Igreja, rezou essa missa fantasiosa.

O pior do panorama político anterior a 31 de março de 1964 foi a ação no sentido de criar cisões dentro das Forças Armadas. Os maiores responsáveis por este tipo de ação foram exatamente Leonel Brizola, doutor em anarquia, e o Presidente da República, apoiado pelos seus Ministros, que eram verdadeiros mestres em procurar separar as praças dos seus oficiais, como vimos claramente na rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, em que certos ministros do Jango incentivaram, pessoalmente, o descalabro que ali se presenciou.

Conhecemos vários oficiais que participaram desse tipo de procedimento, gerando cisões ou que se mostravam contrários a que se combatesse qualquer tipo de baderna ou subversão, como o Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, porque apoiava aquele Governo, que se dizia legal, mas era um governo ilegítimo por permitir e incentivar a subversão no País. Foram todos cassados.

Desta forma, o próprio Presidente fazia o jogo da quebra da hierarquia, como vimos não só no comício do dia 13, mas, também, no jantar do dia 30, no

Automóvel Clube do Brasil, onde ele pregou abertamente a quebra da disciplina, o que, sem dúvida, representou a gota d' água para a eclosão da Revolução.

Existe uma diferença fundamental daquele período para o de hoje. Naquela época, os oficiais eram mais politizados e tinham mais conhecimento do que ocorria. Por ocasião da morte do Major Vaz, que estava junto com o Lacerda, e que originou aquele problema do "cai ou não cai o Getúlio" eu, como cadete, eu não, a minha turma, que era a do terceiro ano da Escola de Aeronáutica, teria sido convocada para participar daquele movimento. Assim, desde aquela época, os cadetes, os tenentes e os capitães sabiam realmente o que estava ocorrendo. Eu acho, não sei, que, hoje, isso não ocorre e pior – eles são alimentados por um lado só. Eles só ouvem uma versão da história que é contra nós, porque não há acesso a outro tipo de informação. Esse bombardeio tem sido diário, principalmente da *Rede Globo,* que passou vinte anos ao nosso lado, mudando em 1985, quando deixamos o Poder.

Tivemos o caso de um prêmio dado ao jornalista Caco Barcellos – prêmio Embratel e depois o prêmio Líbero Badaró – montado em cima de uma farsa. Um soldado, desertor do Exército, fala que participou do assassinato de dois terroristas e quem os matou teria sido um coronel do Exército. Não foi dado o nome de ninguém. Foi feito um levantamento e provado que era mentira – esses dois terroristas morreram num acidente de carro em Vassouras. Colocou-se na Internet as certidões de óbito assinadas por dois médicos, atestando que eles morreram em conseqüência da explosão, em decorrência do acidente. Além de vários livros da esquerda, como a "Revolução Impossível", do Luis Mir, e "Combate nas Trevas", do Gorender, afirmarem que eles iam praticar uma ação terrorista, mas bateram na traseira de um caminhão e explodiram. No entanto, esse jornalista recebeu um prêmio por uma farsa montada, totalmente montada. Este fato foi rebatido, mas não na grande imprensa. Protestaram o Professor Olavo de Carvalho, o jornalista Paulo Martins, da *Gazeta do Paraná*, e mais um jornalista do Rio Grande do Sul, chamado Diego Casagrande que, também, de alguma forma, divulgou o embuste na coluna dele. Mas não tiveram a devida repercussão. O prêmio foi mantido. Foram mandados ofícios para Embratel protestando, mas, até hoje, a empresa não tomou providência nenhuma.

Na minha opinião particular, o Exército foi duramente atingido nisso. Opinião minha! Teria que partir do Comando do Exército uma reação em relação ao jornalista Caco Barcelos, porque, além de tudo, ele falsificou um documento do Exército sobre a apresentação desse desertor, lá em Maringá. Ele falsificou o documento, apresentou o documento falso, após a deserção, porque a intenção desse

soldado – Valdemar Rodrigues – era receber uma indenização, como todos eles estão recebendo, pelo tempo que ficaram afastados do Exército. O documento é falso, está tudo documentado. Existem os documentos verdadeiros. E continua premiado e impune este jornalista falsário e farsante!

A comissão, criada pelo Governo FHC, que vem distribuindo dinheiro do País injustamente para janguistas e terroristas em geral, em setembro de 1997, cometeu um outro absurdo ao conceder indenização aos familiares do Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro – cuja viúva recebe pensão militar – morto em 31 de março de 1964 com um tiro dentro de um quartel da Aeronáutica, em Porto Alegre.

A respeito de seu voto nesse processo, o General Oswaldo Pereira Gomes, membro da Comissão, autocriticou-se em entrevista à *Folha de São Paulo*, de 7 de junho de 1998. Disse ele: "(...) Houve um caso de um militar janguista que se rebelou num quartel da Força Aérea do Rio Grande do Sul. Ele foi morto e a Comissão votou o processo em que ele teria levado 16 tiros pelas costas. Era o Coronel Alfeu Alcântara Monteiro. O pedido de indenização foi aceito. Eu mesmo aprovei o caso. Mais tarde, ao procurar conhecer melhor o fato, fui descobrir que o coronel não tinha levado 16 tiros pelas costas, mas um tiro, pela frente, após ter ele antes atirado. O que foi para o relatório Brasil Nunca Mais foi essa mentirosa versão de 16 tiros pelas costas, o que é mais uma inverdade no rol das mentiras dos comunistas. Aconteceram muitos casos como esse.

Havia, inclusive, uma combinação entre os presos para eles "orquestrarem" determinados depoimentos, ou seja, combinavam de dizer a mesma coisa, incriminando determinadas pessoas. Como exemplo, há o caso do General Fayad. Vários presos políticos combinaram em falar que todos foram torturados por ele (...).

O General Gomes que concedeu a entrevista é o representante das Forças Armadas na comissão. Suas dúvidas sobre esse processo, antes da votação, para que pudesse dar o seu voto com absoluto conhecimento de causa, como é o mínimo que a sociedade espera de qualquer juiz, seriam tiradas se, simplesmente, consultasse o IPM (Inquérito Policial Militar) que, na época, apurou o fato.

Se consultasse teria tomado conhecimento de que no dia 31 de março de 1964, o Brigadeiro Nelson Freire Lavanère Wanderley, acompanhado do Coronel Aviador Roberto Hipóllyto da Costa, chegou à então 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, para assumir o comando, que deveria ser transmitido pelo Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, oficial mais graduado presente. O Coronel Alfeu, amigo pessoal de João Goulart, após recusar-se a transmitir o comando, atirou e feriu o Brigadeiro, sendo morto com um tiro de pistola 45 pelo Coronel Hippóllyto,

em ato considerado como de legítima defesa de outrem. O Coronel Hippóllyto foi absolvido pela Justiça Militar.

Veja que, mais uma vez, essa Comissão fajuta julgou com base em mais uma grande mentira, como, via de regra, tem acontecido. É uma vergonha!...

Em numerosos fatos, esta comissão está fraudando a história, distribuindo irresponsavelmente o dinheiro da Nação...

Quais os principais acontecimentos que levaram à eclosão da Revolução?

A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Tenho a impressão de que, mesmo com todos aqueles movimentos que caracterizavam a subversão total, como o comício da Central, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, a revolta dos marinheiros – com o pândego Almirante Aragão sendo carregado pelos subordinados–, acredito que, realmente, a partida, o estopim, foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A passeata dos universitários da Universidade Mackenzie na cidade de São Paulo, em apoio aos militares, antes da Revolução, também foi decisiva. Eles fizeram uma manifestação muito grande. O que ocorreu, no meu entender, foi uma contra-revolução, porque a revolução armada dos sindicalistas-comunistas estava prestes a ser desencadeada.

As Forças Armadas, motivadas pelas Marchas da Família, foram, sobretudo, intérpretes da vontade nacional, da vontade do povo, atingido diretamente por tantos desmandos, muito embora não faltassem discursos demagógicos que lhe prometiam uma série de benesses, mas que perderam o efeito para a maioria da população.

Com a eclosão da Revolução de 31 de Março, os sindicatos e as entidades esquerdistas, que tumultuavam a vida da Nação, ficaram praticamente sem ação, porque, de imediato, vários de seus líderes foram presos, embora a maioria tenha fugido. Eles não esperavam que houvesse uma reação tão grande aos absurdos que cometiam impunemente.

Eles só reagiram, mais tarde, através do terrorismo, quando não estávamos nem prontos para enfrentar esse nosso tipo de manifestação. O militar não é formado para esse tipo de luta que eles implantaram. Tivemos que nos preparar para enfrentá-los. É preciso que fique bem claro que as ações terroristas, após a Revolução de 1964, representavam uma forma violenta de contestação daqueles que perderam, tentando novamente a retomada do Poder. Eles eram contra as Forças Armadas, porque elas respaldavam o Poder e conservavam a democracia.

Esse negócio de chamar de "ditadura militar" isso é uma balela. Ditadura é a de Cuba, onde já morreram vinte mil pessoas e há trinta mil presas. Isto é ditadura, sim. Na China, com 60 milhões de mortos, na Rússia, com 100 milhões, são exem-

plos de ditaduras comunistas. Uma Revolução, como a nossa, que, dos dois lados, em vinte anos, não morreram quinhentas pessoas, não tem nada parecido com ditadura nem "anos de chumbo". "Anos de chumbo" são os de agora, quando este número de mortos acontece em apenas duas semanas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Se for fazer uma estatística, aqueles que morreram ligados à luta armada – trezentos, entre terroristas e guerrilheiros – durante os vinte anos do período revolucionário morre por semana em São Paulo e no Rio de Janeiro nas mãos dos bandidos. Que ditadura foi essa? Talvez tenha sido o grande mal – ter sido uma revolução "anti-hemorrágica". Muito democrática para o meu gosto. A revolução que é "anti-hemorrágica" não se perpetua. Aqui, as nossas conquistas têm sido sem derramamento de sangue, como na Independência do Brasil. Não há um sentimento de pátria, um sentimento de luta por ideais nossos, que o brasileiro precisa ter. As escolas deixaram de ensinar o Hino Nacional, o Hino à Bandeira. Na nossa época, o professor entrava, ficávamos de pé. O Hino era cantado diariamente. Hoje, não. Eles fazem o que querem: agridem o professor, tem que se pedir segurança porque as escolas são invadidas por traficantes, por bandidos, por tudo que é malfeitor. Isso é democracia? Para mim, isso é ausência do Poder, é anarquia!

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

No Exército, o General Olympio Mourão Filho e o General Carlos Luís Guedes, os pioneiros do Movimento armado que evitou a implantação do comunismo no Brasil em 1964. Na Força Aérea Brasileira (FAB), quero citar o Brigadeiro Burnier, o Brigadeiro Dellamora e o Brigadeiro Coqueiro. Quero citar, também, o Coronel Gustavo Borges, Secretário de Segurança do Governador Carlos Lacerda, pois sempre participou ativamente e com destemor à frente de sua Secretaria, principalmente durante a Revolução.

Líder civil, gostaria de citar o Carlos Lacerda, porque o Magalhães Pinto foi empurrado pelo filho – os senhores sabem que ele não aderiu desde o início. O General Mourão saiu independente do Governador Magalhães Pinto. Para mim, esses são os verdadeiros líderes.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente interno?

Exclusivamente interno. Sabe-se que não houve auxílio de fora, nenhum, absolutamente, nenhum.

Quem participou da Revolução sabe disso, o que está sendo, mais uma vez, confirmado pelo seu depoimento.

Não houve, esta é a verdade. A esquerda continua tentando, mas não vai conseguir reescrever a história com mentiras e considerações fajutas.

Por que ocorreu tão rapidamente o desmoronamento do esquema militar do Presidente da República – João Goulart?

Porque ele não tinha esquema nenhum. Ele contava com o apoio do então III Exército, no Rio Grande do Sul, mas não das unidades do III Exército. Somente do comandante – General Ladário Pereira Teles – ele tinha o apoio do comandante, mas não tinha o apoio das Unidades. Ele nunca teve esquema nenhum.

Talvez pensasse até que dispunha, porque ao contar com o General Ladário, acreditava possuir o III Exército e, também, por ter apoio de alguns comandantes de tropa no Rio de Janeiro, o que não representava o beneplácito das Unidades.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão depois da Revolução?

Totalmente. Muitos dos que agitavam ou faziam vista grossa à agitação foram embora. Gostaria, também, de citar como um dos líderes da Revolução o Almirante Rademaker. Seria uma injustiça não citar o nome dele, bem como o do Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, General Emílio Garrastazu Médici, e o do Almirante Pena Boto – outro constante lutador anticomunista. O País muito deve a estes três brasileiros ilustres.

Plenamente de acordo.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia ou ele era um movimento contra o comunismo?

Era um movimento contra o comunismo. Um movimento da maioria do povo brasileiro contra o comunismo. Apesar de achar que, se existe a "esquerda", tem que existir a "direita", porque é muito difícil alguém no "centro" combater, porque, para mim, centro é a posição mais amarga, amorfa e inerte que existe no mundo. Se nós pegarmos... vou dar um exemplo muito grosseiro. Se nós pegarmos uma balança e colocarmos 1.000kg no centro e um 1kg em qualquer dos lados, a balança vai tender para aquele quilograma. Então, esse negócio de "centro" é uma coisa muito relativa. Acho que é uma posição muito cômoda. O nosso posicionamento é contra essa "esquerda", toda ela, de origem internacionalista, obedecendo às Internacionais Socialistas. Se discordar disso, é ser de direita, somos de direita. Na verdade, o que somos é antiesquerdistas, anticomunistas.

Agora, eles estão para realizar a V Internacional. Esses fóruns sociais, que estão inventando atualmente, não passam de reuniões internacionais socialistas.

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. Poderia destacar alguns desses acertos. O que a Revolução fez de mais positivo?

Praticamente, atuou em todas as áreas: comunicações, energia, transporte, mormente estradas, habitação e segurança interna, que hoje não existe. Se olharmos para o que existia em 30 de março de 1964 e, depois, para os governos chefiados por militares, e fizermos um paralelo, vamos verificar que saímos quase do nada para o muito e que se realizou, após 1985, não tem expressão. Isto, apesar das falhas, porque nada é perfeito. Gostaria de destacar, também, o meu grande presidente – General Emílio Garrastazu Médici. Foi um governo que pegou a fase mais dura e que soube dar uma resposta à altura. Ao mesmo tempo, obteve um índice de aceitação do povo muito grande, muito maior do que todos os outros, bem maior do que o atual Presidente da República, o imperador Fernando Henrique Cardoso que, se fosse o que ele pensa que é, o Brasil estaria muito bem.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução, principalmente nos últimos anos da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970, foram os mais brilhantes de toda a economia brasileira em todos os tempos. Todavia, isto não é ressaltado hoje, porque não interessa à esquerda que esta verdade apareça. Quando falamos em milagre brasileiro, eles levam para a chacota, não dando ênfase ao nosso espetacular desempenho que nos levou a posição de oitava economia mundial, depois de estarmos no quadragésimo oitavo lugar. Um salto de quarenta lugares! Realmente, durante o período dos governos presididos por militares, ninguém vai dizer que foi um mar de rosas, porque todos cometemos erros. Até alguns erros mais sérios. Acho que certos acordos não podiam ter sido feitos e que uma revolução não pode optar por ser tão democrática. No início, tínhamos que ter tomado uma posição de revolucionários e não aceitar determinados pactos. Fizemos até acordos para obter a maioria na Câmara Federal, o que considero inadmissível.

Perdemos a "batalha da comunicação social" ou não quisemos enfrentar essa batalha?

Totalmente. Perdemos até porque não soubemos nos aproximar da Imprensa para isso. Um dos grandes beneficiados pela Revolução foi o senhor Roberto Marinho, das *Organizações Globo,* por isso nos apoiou nos vinte anos em que ela durou; depois, nos deu as costas. Em um dos últimos dias de março de 1964, o Almirante Aragão entrou na redação dele, com fuzileiros navais, para fechar o jornal *O Globo*. Testemunha disso? É o capitão da Aeronáutica que hoje é casado com a sobrinha do Roberto Marinho. Pediu demissão da FAB. Chama-se Luís Paulo Jacobina Vasconcelos. Esse foi um dos que teve a metralhadora apontada na cabeça. Se, realmente, o outro lado tivesse ganho não existiria o *"Império Globo"*. No entanto, o que fazem hoje conosco? Acho uma covardia que, ao mesmo tempo que nos massacram, não nos dão a chance de defesa, porque não abrem espaço para nada.

Na época, o jornal *O Correio da Manhã* foi um dos que gritou. Publicou até na primeira página, bem grande, no dia 31 de março, – "Basta" – ocupou quase toda uma página, clamando pelo fim da subversão do Governo Goulart. No outro editorial, do dia seguinte, destacou a palavra "Fora", indicando o caminho para Jango.

O Estadão, todos esses jornais tinham um posicionamento... inclusive, muitas reuniões da Revolução foram feitas no gabinete do presidente de *O Estado de São Paulo,* que era o Júlio de Mesquita que ajudou e muito à Revolução. O *Jornal do Brasil* também muito nos apoiou até o fim do Governo Médici.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual o seu ponto de vista a esse respeito? Concorda com isso?

Não, não concordo. Nunca foi proibido esse tipo de manifestação. O que não podia era a baderna. É diferente. É o que se tem hoje, com o MST, invadindo fazendas, fechando estradas, assaltando caminhões etc.

A luta armada já existia desde o tempo de Jango Goulart, antes da Revolução, portanto.

É, pois, mais uma invenção das esquerdas quando dizem que a luta armada começou com o AI-5. Mentira! Os atentados começaram antes. O AI-5 foi uma resposta. Os jornalistas que, ainda hoje, são do nosso lado não se manifestam porque – é até compreensível – o emprego deles está em jogo. Não vou citar nomes para não comprometer, mas tínhamos vários jornalistas que, na época, nos apoiavam e, hoje, ainda alguns, apesar do patrulhamento ideológico violento. No mundo artístico também, tivemos vários exemplos, como o do cantor Simonal. Ele foi crucificado porque, realmente, não era comunista e como ele muitos cantores. O Jair Rodrigues esteve no ostracismo, durante muito tempo.

O AI-5 foi uma resposta à luta armada, cujo objetivo era a tomada do Poder. Recebiam o auxílio financeiro da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), diretamente ou via Cuba. Dizem, até, que o Leonel Brizola recebeu um milhão do Fidel Castro, dinheiro com o qual ele comprou as suas fazendas. Segundo consta, o Fidel Castro só o chama de "El Raton".

Foi importante a criação dos Destacamentos de Operações de Informações – os DOI?

Foi importantíssimo. Nós não tínhamos estrutura para combater a luta armada que eles impuseram à Nação brasileira.

As ações terroristas impostas mostram que os comunistas nunca quiseram dialogar com o Governo. Buscavam o Poder pela confrontação, como o fazem, hoje, as

lideranças do MST. Não mudaram nada, mudamos nós. Acho que estamos aceitando o que não poderíamos, de forma alguma, aceitar.

O "revanchismo" é total, particularmente na mídia. Vivem a falar em "ditadura militar", "anos de chumbo".

Ditadura com trezentos mortos? Não existe ditadura com trezentos mortos. Só houve ditadura para os terroristas e para aqueles que os apoiavam. Para o restante do povo brasileiro, não houve restrição a nada. Colocava-se num campo de futebol cem mil pessoas e todas elas aplaudiam o Presidente da República quando ele entrava no estádio! Que ditadura é essa? Não existe. Ditadura é o que temos, ainda hoje, em Cuba e na China. É estranho que quando se referem ao Pinochet chamam-no de ditador. Ele foi eleito, de alguma forma foi eleito. As suas ações contra Alende foram solicitadas oficialmente pelo Congresso, enquanto o Fidel Castro é um ditador sanguinário e o chamam de presidente quando vem ao Brasil – Presidente Fidel Castro – ele nunca foi eleito, nunca foi eleito para nada. Esta é a mídia que temos hoje. Aquele juiz espanhol Baltazar Garzon. Por que ele nunca fez nenhuma ação contra o Fidel Castro? Foi mandado um ofício para a Espanha, solicitando a prisão do Fidel Castro quando da sua vinda ao Brasil por ele ser um ditador. Foi aberto um inquérito, mas nunca houve resposta.

Esse Baltazar Garzon deveria estar preocupado com os graves problemas do seu país, que não são poucos, maiores que os do Chile, inclusive com o terrorismo do ETA, lá de San Sebástian, do norte da Espanha, e deixar de intrometer-se nos assuntos internos dos países sul-americanos...

Para ver a que ponto atingiu a desmoralização do atual Governo é só lembrar do ativista Bové, que vem da França, invade e depreda uma propriedade privada, no Brasil, incentiva a invasão e vai embora. Volta depois e não acontece nada.

Hoje, temos em Brasília uma representação das FARC. Temos um *site* da FARC no Brasil. Tudo autorizado. Está sendo aberto, agora, um comitê de solidariedade às FARC, em Ribeirão Preto, por um dos secretários do PT, um dos responsáveis pela campanha do Lula. Entendo que, se temos uma relação diplomática com a Colômbia, é inadmissível que um grupo de guerrilheiros, que combate o Governo com o qual nos relacionamos, se permita que aqui funcione uma representação sua.

As Forças Armadas, durante o período revolucionário, tiraram algum proveito, auferiram alguma vantagem?

Não, absolutamente nenhum. A gente pode ver isso pelos nossos vencimentos naquela época, que chegaram a ser vexatórios, principalmente no período do Governo Geisel. Nós nunca usufruímos do Poder que tínhamos. Pode ter ha-

vido "empreguismo". Isso é outra coisa. Mas nunca ocorreu o corporativismo dentro das Forças Armadas.

Como viu a Anistia feita pelo Governo Figueiredo?

Eu, pessoalmente, acho que foi muito ampla, muito geral e muito irrestrita. Só beneficiou um lado. Entendo que o nosso último Governo não trouxe nada de positivo, porque apesar de todos os benefícios como a Lei da Anistia, não houve o reconhecimento pelos que dela tanto se beneficiaram. Eles dizem que houve a anistia por pressão e nós sabemos que não houve pressão nenhuma. É por isso que digo que ela foi ampla e irrestrita demais para qualquer pessoa de bom senso. Fazendo ou não fazendo, os "revanchistas" vivem a nos crucificar. Então, seria muito melhor ter feito uma lei mais consentânea, mais adequada pela prevalência do senso de justiça, prescrevendo tratamento diferenciado para os terroristas – assassinos, seqüestradores, assaltantes de bancos etc., principalmente os já condenados em primeira instância. Em conseqüência, não estariam aí soltos, exercendo funções importantíssimas nos três Poderes da República, elementos que deveriam estar na cadeia. Evitar-se-ia, por exemplo, que o assassino de um sargento da Aeronáutica, condenado em primeira instância, exercesse, atualmente, por motivos políticos ideológicos, o cargo de juiz. Verdadeiro absurdo!

A imagem das Forças Armadas vem apresentando, em pesquisas de opinião, elevados índices de aceitação junto à sociedade. Qual a sua idéia sobre isso?

Acho que o elevado nível de aceitação das Forças Armadas reflete tudo. Há que ver que, nessas pesquisas, as Forças Armadas estão posicionadas, inclusive, acima da Igreja. A mídia, dentro do seu jogo sujo não tem feito a devida divulgação dessas pesquisas. Desta forma, o seu conhecimento fica muito restrito. Tenho a impressão de que as Forças Armadas precisam partir para uma atuação mais forte. Deveriam exigir direito de resposta com relação a uma série de inverdades que nos acusam. Hoje, vejo que temos nos omitido e aceitamos tudo como se verdade fosse, o que é outro absurdo!

Houve um incidente, agora, lá na Amazônia, onde quem está comandando é o General Guilherme Figueiredo. Estive com o Comandante do 7º COMAR – que é o Comando da Aeronáutica na área – e ele me contou sobre o caso da lancha que invadiu águas brasileiras, tripulada por sete pessoas. Ele acredita que fossem guerrilheiros, porque todos eles estavam com aquela "bandana" que o guerrilheiro usa. Quando eles invadiram as águas brasileiras, uma "voadeira" do Exército, casualmente, estava mais ou menos próxima. Eles deram ordem de parar. Os tripulantes da

lancha manobraram para o lado deles e fugiram, atirando na "voadeira" do Exército. Por que não foi dito isso? A versão divulgada foi que o Exército metralhou uma lancha tripulada por pessoas desconhecidas, não identificadas. Não é verdade! Realmente, os prováveis guerrilheiros é que atiraram. O General Guilherme Figueiredo está tendo uma atuação, segundo o Major-Brigadeiro Irineu – Comandante do COMAR – muito boa, nos muitos casos que têm surgido, como nesse que acabei de narrar. Ele está dando mão forte. Outro dia, foi dada a ordem para que dois aviões da FAB decolassem porque um avião colombiano invadiu o espaço aéreo brasileiro. Dois "Tucanos" interceptaram o avião, voaram na ala, obrigando que ele voltasse para o território colombiano. De modo que, está havendo, lá na Amazônia, um esforço conjunto, muito proveitoso, entre o Exército e a Aeronáutica, de acordo com o que me falou o Brigadeiro Irineu. Isto é muito bom.

Gostaríamos, agora, de ouvir as suas considerações finais.

Quero agradecer a oportunidade que me foi dada de poder exprimir os meus conhecimentos e idéias sobre a Revolução de 1964 e, ao mesmo tempo, a minha revolta por tudo o que vem acontecendo, hoje, no Brasil. Desejo agradecer ao convite que me foi feito e dizer, mais uma vez, que, realmente, me sinto muito honrado por ter participado, de alguma forma, do Projeto que irá mostrar a verdadeira história da Revolução de 1964, que irá se contrapor às versões mentirosas que vemos por aí, apresentadas com um impressionante apoio da mídia, totalmente dominada pela esquerda "revanchista".

DEGRAVAÇÃO

Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO

Geraldo Luiz Nery da Silva

José Luiz Leitão de Souza

Kátia Maria Borges Oliveira

Letícia Maria Lima Godinho

Maria Cristina Santiago da Silveira

Sérgio Ferreira de Albuquerque

Sinésio Ramos Martins

GRAVAÇÃO

Subseção de Audiovisuais

da 5ª Seção do

Comando Militar do Leste

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*424*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Fevereiro de 2004*